

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CONTINENTES

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia

Ano 9, N.º 16, Jan./ Jun. 2020



CONTINENTES

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do

Departamento de Geografia

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

- Ditadura Civil-Militar -

- Geografia e História -

- Geografia Humana -

-Geografia Urbana e da Violência-

- Covid-19 -

Ano 9, N.º 16, Jan./ Jun. 2020

CONTINENTES

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento
de Geografia

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ano 8, N.º 15, Jul./ Dez. 2019

<http://www.revistacontinentes.com.br>
continentes@ufrj.br

CONTINENTES: Revista de Geografia da UFRRJ

Revista Semestral – Jan./Jun. 2020, Ano 9, número 16.

ISSN 2317-8825

Créditos das Imagens da Capa:

Imagem superior - Fotografia: Carlos Alberto Fonre. Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos. Fondo Editorial Sarmiento. Subfondo Crónica. Sección Archivo Fotográfico / Colección Archivo Nacional de la Memoria.

Imagem inferior - Revista Auto Esporte. Matéria "'Volkswagen do Brasil ajudou a perseguir e prender oponentes políticos da ditadura", publicada em 17/10/2017. Endereço: <https://revistaautoesporte.globo.com/Noticias/noticia/2017/10/volkswagen-do-brasil-ajudou-perseguir-e-prender-oponent-politicos-da-ditadura.html> acesso em 16/06/2020.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Agronomia – Departamento de Geografia
Curso de Geografia (Licenciatura e Bacharelado)**

Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara
Vice-Reitor: Luiz Carlos de Oliveira Lima
Diretor do IA: Alexis Rosa Nummer
Chefe do DGG: Andrews José de Lucena
Coordenadora do Curso de Geografia: Andrea Carmo Sampaio
Coordenador do PPGGEO: Marcio Sufino Silva

Coordenação Editorial:

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ) Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)
Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ) Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Coordenação Técnico-Executiva:

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Editorial:

Ambrosina H. G. Pascutti (DEGEO-UFRRJ) Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)
André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ) Lirian Melchior (DEGEO-UFRRJ)
Andréa Carmo Sampaio (DEGEO-UFRRJ) Marcio Rufino Silva (DEGEO-UFRRJ)
Andrews José de Lucena (DEGEO-UFRRJ) Maria Hilde de Barros Goes (DEGEO-UFRRJ)
Francisco Carlos de Francisco (DEGEO-UFRRJ) Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)
(in memoriam)
Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ) Pablo Ibañez (DEGEO-UFRRJ)
Gustavo Mota de Sousa (DEGEO-UFRRJ) Regina Cohen Barros (DEGEO-UFRRJ)
Heitor Soares de Farias (DEGEO-UFRRJ) Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)
Karine Bueno Vargas (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Editorial Externo:

Ana Cristina da Silva (UFG) Helena Pina (Univ. do Porto)
Ana Maria Lima Daou (UFRJ) Jader de Oliveira Santos (UFC)
Ana Maria Marques Santos (UFRRJ) Jean Carlos Rodrigues (UFT)
Anita Loureiro de Oliveira (UFRRJ) Jerusa Vilhena de Moraes (UNIFESP)
Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP) Jorge Soares Marques (UERJ)
Carlo Eugênio Nogueira (UFMT) Juliana Menezes (UFF)
Clarice Cassab (UFJF) Jurandyr Ross (USP)
Cleber Marques de Castro (UFRRJ) Laura Delgado Mendes (UFRRJ)

Clézio dos Santos (UFRRJ)	Leonardo Arantes (UFF)
Cristiane Cardoso (UFRRJ)	Leonardo Civalle (UFV)
Dante Flávio da Costa Reis Jr. (UnB)	Luciano Ximenes Aragão (UERJ/FEBF)
Denizart Fortuna (UFF)	Luís Ângelo dos Santos Aracri (UFJF)
Denise de Alcantara Pereira (PPGDT-UFRRJ)	Marco Antonio Sampaio Malagodi (UFF)
Edu Silvestre de Albuquerque (UFRN)	Marcos Antônio Silvestre Gomes (UFTM)
Eduardo José Marandola Jr. (UNICAMP)	Maria do Socorro Bezerra de Lima (UFF)
Edson Fialho (UFV)	Marisa Silva Amaral (UFU)
Eduardo Vedor de Paula (UFPR)	Monika Richter (UFRRJ)
Ericson Hayakawa (UNIOESTE)	Paul Claval (Paris IV - Sorbonne)
Eustógio Wanderley C. Dantas (UFC)	Renato Leone Miranda Léda (UESB)
Fábio Pessoa Vieira (UFBA)	Roberto Silva de Souza (UNEAL)
Frederico Ferretti (University College Dublin)	Rodrigo Hidalgo Dattwyler (PUC-Chile)
Fernando Ariel Manzano (UNCPBA)	Rodrigo Teixeira (PUC-MG)
Florian José Godinho de Oliveira (UERJ)	Suedio Alves Meira (UFCE)
Guillermo Velázquez (CONICET/UNCPBA)	Tony Vinicius Moreira Sampaio (UFPR)
Gustavo Francisco Teixeira Prieto (UNIFESP)	William Ribeiro da Silva (UFRJ)
Gustavo Luis Schacht (UFRB)	
Hector Mendoza Vargas (UNAM)	

SUMÁRIO

- 1 EDITORIAL.
- DOSSIÊ - Ditaduras, empresas e transformações econômicas e trabalhistas na América do Sul durante a Guerra Fria.*
- 13 FORDISMO E DOCTRINA DE SEGURIDADE NACIONAL NA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA ARGENTINA: REESTRUTURAÇÕES EMPRESARIAIS, CONFLITUALIDADES E REPRESSÃO CONTRA TRABALHADORES DA FORD E FIAT DURANTE A ÚLTIMA DITADURA NA ARGENTINA (1976-1983)
Marianela Galli
- 44 O CASO DA ACINDAR VILLA CONSTITUIÇÃO E O CICLO DE TRANSFORMAÇÕES REPRESSIVAS, PRODUTIVAS E TRABALHISTAS ENTRE DITADURA E DEMOCRACIA.
Victoria Basualdo
- 76 A REPRESSÃO DE ESTADO AOS SINDICATOS E SINDICALISTAS BAIANOS NA DITADURA DE 1964: OS CASOS DOS PETROLEIROS E BANCÁRIOS.
Carlos Eduardo Soares de Freitas
- 96 AS TRINCHEIRAS DO EMPRESARIADO NORTE-AMERICANO NO GOLPE DE ESTADO DE 1964: OS CASOS DA AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE FOR BRAZIL (AMCHAM) E DO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL (FAS)
Elaine de Almeida Bortone
- 124 DITADURA, POLÍTICA NUCLEAR E INTERESSES EMPRESARIAIS: A PARTICIPAÇÃO DA SIEMENS NO ACORDO DE COOPERAÇÃO NUCLEAR BRASIL - ALEMANHA
Rafael Vaz da Motta Brandão
- 156 REDEMOCRATIZAÇÃO E REPRESSÃO: A VIOLÊNCIA ESTATAL E AS ARTICULAÇÕES EMPRESARIAIS-MILITARES PARA A CONTENÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO NA NOVA REPÚBLICA
Richard de Oliveira Martins

185 **ENTRE AUTORITARISMO, HISTÓRIA E DIREITO – UM ESTUDO SOBRE A GREVE DOS METALÚRGICOS DO ABC DE 1980**
Fernando Henrique Lopes Honorato

203 **GUERRA FRIA E DITADURA CIVIL-MILITAR NA CAPITAL DO CARVÃO**
João Henrique Zanelatto

227 **O EMPRESARIADO, DEFIM NETTO E A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA**
Pedro Henrique Pedreira Campos

ARTIGOS

257 **CONCEPÇÕES E PRÁXIS DE TERRITÓRIO NA AMÉRICA LATINA: APORTES PARA O DEBATE (I)**
Marcos Aurelio Saquet
Horacio Bozzano

285 **DAS FAVELAS ÀS PRISÕES: TRANSFORMAÇÕES NA SEGREGAÇÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO**
Mariana dos Santos Nesimi
Maurilio Botelho

316 **VIOLÊNCIA E MEDO NA PEQUENA CIDADE DE SERTANEJA, NORTE DO PARANÁ**
Pedro Henrique Carnevalli Fernandes
Amanda Ribeiro de Jesus

338 **A SEGREGAÇÃO SOCIO ESPACIAL: CONCEITO, FORMAÇÃO E ANÁLISE A PARTIR DAS AMENIDADES NATURAIS E SOCIALMENTE CONSTRUÍDAS**
Maiara Santos Silva
Elizabeth Maria Feitosa da Rocha de Souza

368 **O USO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS E CINEMA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA EXPERIÊNCIA DECOLONIAL**
Lucas Elyseu Rocha Narcizo Mendes

380 **A EXPANSÃO DA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO E A FORMAÇÃO DA FRANJA PERIURBANA E PERIMETROPOLITANA**

*Antonio Carlos Lessa da Rocha
Miguel Ângelo Campos Ribeiro*

POSIÇÕES

- 413** **A DISPERSÃO DA COVID-19 NA BAIXADA FLUMINENSE: COMO O CORONAVÍRUS AVANÇA PELAS PERIFERIAS DO RIO DE JANEIRO**
Heitor Soares de Farias
- 427** **DUQUE DE CAXIAS E RIO DAS PEDRAS: REFLEXÕES SOBRE AS PARTICULARIDADES E UNIVERSALIDADES DA COVID-19**
*Marcio Rufino Silva
Luciano Ximenes Aragão*
- 453** **UM OLHAR SOBRE O COLONIALISMO FRANCÊS NO CARIBE E AS RESPOSTAS À COVID-19 NA FRANCE D'OUTRE-MER**
*Jonathan Christian Dias dos Santos
Thaís Gomes dos Santos*
- 463** **ENTRE ARMAS E PÚLPITOS: a necropolítica do Bolsonarismo**
Guilherme Ribeiro.
- 486** **PARA UMA PANDEMIA, UMA RESPOSTA GLOBAL?**
Guilherme Chalo
- 493** **NEM MORCEGOS, NEM PANGOLIM: FOI O RINOCERONTE**
Lucio Ayres Caldas

SUMMARY

- 1 EDITORIAL**
- Dossier - Dictatorships, companies and economic and labor transformations in South America during the Cold War.**
- 13 FORDISM AND THE NATIONAL SECURITY DOCTRINE IN THE ARGENTINE AUTOMOTIVE INDUSTRY: COMPANY RESTRUCTURING, CONFLICT AND REPRESSION AGAINST WORKERS AT FORD AND FIAT DURING THE 1976-1983 DICTATORSHIP IN ARGENTINA**
Marianela Galli
- 44 THE CASE OF ACINDAR VILLA CONSTITUCIÓN AND THE CYCLE OF REPRESSIVE, PRODUCTIVE AND LABOR TRANSFORMATIONS BETWEEN DICTATORSHIP AND DEMOCRACY**
Victoria Basualdo
- 76 THE STATE REPRESSION TO UNIONS AND UNIONISTS IN BAHIA IN THE 1964 DICTATORSHIP: THE CASES OF OIL WORKERS AND CLERK WORKERS**
Carlos Eduardo Soares de Freitas
- 96 THE TRENCHES OF AMERICAN BUSINESS IN THE 1964 COUP D'ÉTAT: THE CASES OF THE AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE FOR BRAZIL (AMCHAM) AND THE FUNDO DE AÇÃO SOCIAL (FAS)**
Elaine de Almeida Bortone
- 124 DICTATORSHIP, NUCLEAR POLICY AND BUSINESS INTERESTS: SIEMENS PARTICIPATION IN THE BRAZIL - GERMANY NUCLEAR COOPERATION AGREEMENT**
Rafael Vaz da Motta Brandão
- 156 REDEMOCRATIZATION AND REPRESSION: STATE VIOLENCE AND THE BUSINESS-MILITARY ARTICULATIONS FOR THE**

CONTAINMENT OF THE LABOR MOVEMENT IN THE NEW REPUBLIC

Richard de Oliveira Martins

185 BETWEEN AUTHORITARIANISM, HISTORY, AND LAW – AN ESSAY ON THE ABC 1980 METALWORKERS’ STRIKE

Fernando Henrique Lopes Honorato

203 COLD WAR AND CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN THE COAL CAPITAL

João Henrique Zanelatto

227 THE BUSINESS COMMUNITY, DEFIM NETTO AND THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

Pedro Henrique Pedreira Campos

ARTICLES

257 TERRITORY CONCEPTIONS AND PRACTICES IN LATIN AMERICA: CONTRIBUTIONS TO THE DEBATE (I)

Marcos Aurelio Saquet

Horacio Bozzano

285 FROM SLUMS TO PRISONS: TRANSFORMATIONS IN URBAN SEGREGATION IN RIO DE JANEIRO

Mariana dos Santos Nesimi

Maurilio Botelho

316 VIOLENCE AND FEAR IN TOWN OF SERTNEJA, NORTH OF PARANÁ

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes

Amanda Ribeiro de Jesus

338. SPACE SOCIAL SEGREGATION: CONCEPT, FORMATION AND ANALYSIS FROM NATURAL AND SOCIALLY CONSTRUCTED AMENITIES

Maiara Santos Silva

Elizabeth Maria Feitosa da Rocha de Souza

368 THE USE OF COMICS AND CINEMA IN THE TEACHING OF GEOGRAPHY: A DECOLONIAL EXPERIENCE

Lucas Elyseu Rocha Narcizo Mendes

**380 THE EXPANSION OF THE METROPOLIS OF RIO DE JANEIRO
AND THE FORMATION OF THE PERIURBAN AND
PERIMETROPOLITAN FRINGE**

Antonio Carlos Lessa da Rocha

Miguel Ângelo Campos Ribeiro

POSITIONS

**413 THE DISPERSION OF COVID-19 IN THE BAIXADA FLUMINENSE:
HOW THE CORONAVIRUS ADVANCES IN THE PERIPHERIES OF
RIO DE JANEIRO**

Heitor Soares de Farias

**427 DUQUE DE CAXIAS AND RIO DAS PEDRAS: REFLECTIONS ON
COVID'S PARTICULARITIES AND UNIVERSALITIES**

Marcio Rufino Silva

Luciano Ximenes Aragão

**453 A LOOK AT FRENCH COLONIALISM IN THE CARIBBEAN AND
THE RESPONSES TO COVID-19 IN FRANCE D'OUTRE-MER**

Jonathan Christian Dias dos Santos

Thaís Gomes dos Santos

**463 BETWEEN GUNS AND PULPITS: THE NECROPOLITICS OF
BOLSONARISM**

Guilherme Ribeiro

486 FOR A PANDEMY, A GLOBAL RESPONSE

Guilherme Chalo

493 NEITHER BATS NOR PANGOLIN: IT WAS THE RHINOCEROS

Lucio Ayres Caldas

Sumario

- 1 EDITORIAL**
- DOSSIER - Dictaduras, empresas y transformaciones económicas y laborales en América del Sur durante la Guerra Fría.***
- 13 *Fordismo y Doctrina de Seguridad Nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)***
Marianela Galli
- 44 EL CASO DE ACINDAR VILLA CONSTITUCIÓN Y EL CICLO DE TRANSFORMACIONES REPRESIVAS, PRODUCTIVAS Y LABORALES ENTRE DICTADURA Y DEMOCRACIA**
Victoria Basualdo
- 76 LA REPRESIÓN ESTATAL A LOS SINDICATOS Y SINDICATOS EN BAHIA EN LA DICTADURA DE 1964: LOS CASOS DE PETROLEROS Y BANCARIOS**
Carlos Eduardo Soares de Freitas
- 96 LAS TRINCHERAS DE LOS NEGOCIOS ESTADOUNIDENSES EN EL GOLPE DE ESTADO DE 1964: LOS CASOS DE LA CÁMARA DE COMERCIO AMERICANA PARA BRASIL (AMCHAM) Y EL FONDO DE ACCIÓN SOCIAL (FAS)**
Elaine de Almeida Bortone
- 124 DICTADURA, POLÍTICA NUCLEAR E INTERESES COMERCIALES: PARTICIPACIÓN DE SIEMENS EN EL BRASIL - ACUERDO DE COOPERACIÓN NUCLEAR DE ALEMANIA**
Rafael Vaz da Motta Brandão
- 156 REDEMOCRATIZACIÓN Y REPRESIÓN: LA VIOLENCIA ESTATAL Y LAS ARTICULACIONES EMPRESARIALES-MILITARES PARA LA CONTENCIÓN DEL MOVIMIENTO OBRERO EN LA NUEVA REPÚBLICA**
Richard de Oliveira Martins

- 185 ENTRE EL AUTORITARISMO, LA HISTORIA Y LA LEY: UN ENSAYO SOBRE LA HUELGA DE LOS TRABAJADORES METALÚRGICOS DE ABC EN 1980**

Fernando Henrique Lopes Honorato

- 203 GUERRA FRÍA Y DICTADURA CIVIL-MILITAR EN LA CAPITAL DEL CARBÓN**

João Henrique Zanelatto

- 227 LOS EMPRENDEDORES, DEFIM NETTO Y DICTADURA CIVIL-MILITAR BRASILEÑA**

Pedro Henrique Pedreira Campos

ARTÍCULOS

- 257 CONCEPCIONES Y PRÁCTICAS TERRITORIALES EN AMÉRICA LATINA: CONTRIBUCIONES AL DEBATE (I)**

Marcos Aurelio Saquet

Horacio Bozzano

- 285 DE LAS FAVELAS A LAS CÁRCELES: TRANSFORMACIONES EN LA SEGREGACIÓN URBANA EN RÍO DE JANEIRO**

Mariana dos Santos Nesimi

Maurilio Botelho

- 316 VIOLENCIA Y MIEDO EN LA PEQUEÑA CIUDAD DE SERTANEJA, NORTE DEL PARANÁ**

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes

Amanda Ribeiro de Jesus

- 338 SEGREGACIÓN SOCIOESPACIAL: CONCEPTO, FORMACIÓN Y ANÁLISIS A PARTIR DE SERVICIOS NATURALES Y SOCIALMENTE CONSTRUIDOS**

Maiara Santos Silva

Elizabeth Maria Feitosa da Rocha de Souza

- 368 EL USO DE LA TIRA COMICA Y EL CINE EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFIA: UNA EXPERIENCIA *DECOLONIAL***

Lucas Elyseu Rocha Narcizo Mendes

- 380** **LA EXPANSIÓN DE LA METROPOLIS DE RÍO DE JANEIRO Y LA FORMACIÓN DE LA FRANJA PERIURBANA Y PERIMETROPOLITANA**
Antonio Carlos Lessa da Rocha
Miguel Ângelo Campos Ribeiro

POSICIONES

- 413** **LA DISPERSIÓN DE COVID-19 EN LA BAIXADA FLUMINENSE: CÓMO AVANZA EL CORONAVIRUS EN LAS PERIFERIAS DE RÍO DE JANEIRO.**
Heitor Soares Farias
- 427** **DUQUE DE CAXIAS Y RIO DAS PEDRAS: REFLECCIONES A CERCA DE LAS PARTICULARIDADES Y UNIVERSALIDADES DE LA COVID.**
Marcio Rufino Silva
Luciano Ximenes Aragão
- 453** **UNA MIRADA AL COLONIALISMO FRANCÉS EN EL CARIBE Y LAS RESPUESTAS EN COVID-19 EN FRANCIA DE ULTRAMAR**
Jonathan Christian Dias dos Santos
Thaís Gomes dos Santos
- 463** **ENTRE ARMAS Y PÚLPITOS: LA NECROPOLÍTICA DEL BOLSONARISMO**
Guilherme Ribeiro
- 486** **PARA UNA PANDEMIA, ¿UNA RESPUESTA GLOBAL?**
Guilherme Chalo.
- 493** **NI MURCIÉLAGOS NI PANGOLÍN: ERA EL RINOCERONTE.**
Lucio Ayres Caldas


EDITORIAL.

Victoria Basualdo¹

Pedro Henrique Pedreira Campos²

O tema da colaboração de empresas com os regimes ditatoriais na América Latina vem ganhando fôlego nos últimos anos. Por um lado, tem havido um avanço nas pesquisas acadêmicas, com novos estudos e revelações feitas nos últimos anos, dados os progressos políticos verificados em alguns países, além da consolidação de uma agenda internacional de investigações a respeito desse tema. A realização de eventos e algumas publicações recentes são expressão desse movimento. Por outro lado, a questão não tem se restringido apenas ao meio acadêmico e da pesquisa científica, mas também tem sido objeto de ações judiciais e processos abertos contra empresas que comprovadamente cooperaram com os sistemas repressivos durante os governos ditatoriais sentidos no Cone Sul do continente nos anos 1960 e 1970.

Justamente para apoiar o amadurecimento dessa pauta de pesquisas e avançar na interlocução e troca de experiências de estudos, coordenamos no ano passado o simpósio “Ditaduras, empresas e transformações sociais na América do Sul durante a Guerra Fria” no VI Congresso Latino-Americano de História Econômica (Cladhe), realizado na Universidade de Santiago, no Chile, entre os dias 23 e 25 de julho de 2019. O simpósio temático reuniu 12 pesquisadores oriundos de universidades do Chile, Argentina e Brasil que expuseram suas pesquisas específicas sobre casos de colaboração de empresas com as ditaduras no subcontinente e a relação desses grupos econômicos com os/as trabalhadores/as e sindicatos nos distintos regimes de exceção sentidos na América Latina no período em questão. O evento foi uma oportunidade para a troca de textos entre os colegas, apresentação das pesquisas, discussão das mesmas, além da

¹ Investigadora del CONICET y de FLACSO Argentina.  <http://orcid.org/0000-0003-4150-9797> Email: basuvic@yahoo.com.ar.

² Professor de História da UFRRJ.  <http://orcid.org/0000-0002-9280-3649>. Email: phpcampos@yahoo.com.br

realização de outras atividades por parte dos/das investigadores/as envolvidos, como um evento realizado no Arquivo Nacional chileno e visitas programadas ao Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, o Estádio Nacional de Santiago (local de detenção e tortura durante a ditadura no país) e o centro Londres 38, um espaço de memória que foi palco de crimes de violações dos direitos humanos ocorridos durante a ditadura de Pinochet no Chile (1973-1990). Assim, tentamos realizar a ponte entre os estudos acadêmicos e as políticas de memória e reparação, com a interlocução com especialistas, militantes e agentes públicos responsáveis por ações nesse terreno.

Como um dos resultados do simpósio realizado no ano passado, estamos organizando o presente dossiê intitulado “Ditaduras, empresas e transformações econômicas e trabalhistas na América do Sul durante a Guerra Fria”. O objetivo é aprofundar a agenda de pesquisas e divulgação de estudos realizados por equipes de investigação que se dedicam a compreender a relação entre empresas e ditaduras na América do Sul durante os anos 1960 e 1970, a partir de um diálogo entre o campo da História econômica e o da História do trabalho e dos/das trabalhadores/as. O dossiê, assim, se afigura como mais um passo no sentido da consolidação de uma agenda de pesquisa internacional, que teve etapas de construção anteriores e conta com planejamento para um futuro breve.

Assim, esse processo de construção de um trabalho coletivo se expressou em vários encontros internacionais já realizados, além do simpósio no Cladhe, entre os quais se destaca o que ocorreu em março de 2018, na Flacso-Argentina, em Buenos Aires, quando tivemos um seminário de um dia inteiro e foi formada uma rede de estudos interdisciplinares sobre processos repressivos, empresas, trabalhadores/as e sindicatos na América Latina. O evento abrangeu uma série de equipes e investigadores/as de vários países da região, com presença predominante de pesquisadores/as do Brasil e da Argentina, e em menor grau do Chile, Paraguai e Uruguai. O grupo está ativo e, no momento, encontra-se em processo de consolidação e expansão. Assim, em março de 2019, a rede internacional de pesquisadores/as realizou um segundo evento, dessa vez na Universidad Nacional de La Plata (UNLP). O seminário contou com a participação de investigadores/as da Argentina, Brasil, Uruguai e Chile, que apresentaram suas

pesquisas e grupos de trabalho, que vêm desenvolvendo agendas particulares de estudos em seus países. Para o ano de 2020, estava prevista a realização de mais um evento da rede, dessa vez na cidade de Rio de Janeiro, no mês de agosto, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O seminário foi adiado para o ano de 2021 por conta da pandemia do novo coronavírus.

Essa articulação também é baseada em um crescimento notável dos trabalhos e estudos sobre este assunto, claramente refletida em uma série de publicações em diferentes países, com artigos, dossiês e livros que abordam casos nacionais e operam questões como metodologia, arquivos e fontes para o estudo desse tema. Assim, na Argentina – país que está mais avançado nessa agenda, tanto em termos de pesquisa, como no processo de judicialização de casos particulares de empresas que colaboraram com o regime ditatorial na repressão aos/às trabalhadores/as – foram publicados uma série de obras importantes na última década, como a de Verbitsky e Bohoslavsky (2013), o livro organizado pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos na Argentina (AEyT de FLACSO, CELS, SHD y PVJ, 2015), além das obras que analisam os impactos específicos sobre a classe trabalhadora no país, tanto em dossiês publicados em portais eletrônicos e em revistas acadêmicas (BASUALDO, 2017; WINN, 2018; BASUALDO, 2019), como em uma grande quantidade de artigos e obras como a coordenada por Paulo Fontes, Alejandra Estevez, Jean Sales e Larissa Rosa Corrêa (2018). Houve avanços no Brasil também na última década, em boa medida como decorrência da realização da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e outras iniciativas semelhantes em nível subnacional e institucional. Assim, neste ano, deve ser publicada uma obra decorrente de um seminário nacional realizado em 2018 e que reuniu pesquisadores/as que analisam a atuação do empresariado na ditadura brasileira (CAMPOS; BRANDÃO; LEMOS, 2020). Por fim, avanços foram percebidos recentemente no Chile (SMART, BOHOSLAVSKY, FERNÁNDEZ, 2019) e no Uruguai (BOHOSLAVSKY, 2016), onde houve a publicação de obras que sistematizam a cumplicidade econômica com as ditaduras nesses dois países. Essa crescente produção acadêmica, tanto no campo da História econômica como na História do trabalho, com contínuos diálogos entre elas, se deu em paralelo com um avanço nos processos de judicialização de casos de responsabilidade empresarial em

delitos de lesa humanidade. Isso tem ocorrido com especial intensidade na Argentina, onde existe uma grande quantidade de causas penais em curso nas quais se analisa a responsabilidade de empresários em violações de direitos humanos durante a ditadura e onde se condenaram em 2018 os dirigentes da multinacional Ford por sua participação em crimes de lesa humanidade cometidos contra 24 trabalhadores. No entanto, há avanços recentes também no Chile e, em menor medida, no Brasil, com as investigações relacionadas ao caso Volkswagen.

O dossiê presente nesta edição da revista é composto por nove artigos, alguns em espanhol e outros em português. Todos os autores submeteram previamente seus textos para apresentação no simpósio temático e tiveram suas pesquisas debatidas no Cladhe. O conjunto de textos é iniciado com o artigo de Marianela Galli. O trabalho analisa o fordismo e a doutrina de segurança nacional na indústria automobilística argentina durante a última ditadura no país (1976-1983), analisando os casos específicos das reestruturações empresariais, conflitos e repressão aos trabalhadores nas fábricas da Ford e da Fiat na Argentina nos anos 70. O texto estabelece uma contextualização histórica e explica a doutrina de guerra contrarrevolucionária no período da Guerra Fria e sua aplicação na América Latina. Traz aportes teóricos importantes, recorrendo, entre outros, a Marx para problematizar a organização do trabalho fabril no interior das unidades produtivas analisadas. Retoma elementos historiográficos importantes, com a menção e destaque para estudos realizados sobre o tema. Aborda a reestruturação da organização industrial das plantas fabris automotivas da Ford e da Fiat durante a ditadura argentina (1976-1983), com dados quantitativos, em uma abordagem que recorre a aportes da História econômica. Problematiza, além disso, as relações trabalhistas e atuação das forças armadas durante o regime ditatorial no processo de repressão aos trabalhadores que atuavam nas duas empresas, indicando como as companhias colaboraram com a política de terrorismo de Estado do regime de exceção no país.

O artigo seguinte, de Victoria Basualdo articula questões mais gerais da ditadura e história econômica argentina com problemas mais específicos e um caso particular, problematizando as reformulações tecnológicas, produtivas e trabalhistas de uma

planta fabril do país durante o regime de exceção, bem como os impactos dessas transformações na fase de transição democrática. No caso, trata da fábrica siderúrgica de Acindar Villa Constitución, que fica na cidade de Santa Fé, na Argentina, e é um ponto nodal da região industrial norte de Buenos Aires. O texto analisa a história da empresa, enfocando suas transformações no processo produtivo e indicando as modificações sentidas no espaço de trabalho após o golpe de Estado de 1976, período durante o qual formas extremas de responsabilidade corporativa foram verificadas na repressão dos trabalhadores e sindicalistas. Traz dados econômicos, quadros e informações, em uma perspectiva totalizante, que congrega a análise de aspectos do processo produtivo e empresarial, com interface com as transformações nas relações de trabalho e a situação política do país, indicando como o regime ditatorial procurou trazer mudanças nas políticas produtivas e trabalhistas da empresa, favorecendo uma nova organização fabril e a atualização do sistema produtivo do grupo econômico, questão que foi confrontada, no entanto, pelos trabalhadores e o sindicato.

Entre os textos que analisam o processo brasileiro, temos o artigo de Carlos Eduardo Freitas, que trata do impacto do golpe de Estado de 1964 e da ditadura civil-militar brasileira sobre os trabalhadores e sindicalistas do setor petrolífero e bancário na Bahia. O texto é baseado em uma pesquisa farta no uso de fontes primárias, com acesso a acervos do Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp), documentos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Comissão Estadual da Verdade da Bahia (CEV-BA), além de entrevistas. O autor aborda as trajetórias de alguns operários e trabalhadores atingidos pela repressão que se seguiu ao golpe, incluindo prisões de sindicalistas perseguidos pela ditadura. Centra esforços no caso dos petroleiros da cidade de Mataripe, que atuavam na refinaria local. Uma contribuição muito valiosa do texto diz respeito ao esclarecimento de como se dava o sistema interno de espionagem mantido sobre os trabalhadores dentro da Petrobrás, com dados inéditos. Além disso, o texto traz uma boa discussão sobre a instrumentalização naquele momento da bandeira do combate à corrupção por parte dos grupos golpistas.

O artigo de Elaine Bortone trata da participação de duas organizações específicas do empresariado internacional e ligado ao capital estrangeiro no golpe de Estado de

1964 no Brasil. A Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham) e o Fundo de Ação Social (FAS) são especificamente analisados, sendo apresentada a sua inserção na frente golpista, que contou também com outras entidades empresariais – como o Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), tratado em seção particular do artigo –, bem como de oficiais e organizações militares. O trabalho utiliza fontes primárias depositadas no Arquivo Nacional e documentos obtidos no exterior e possui quadro teórico firmado nas reflexões de Antonio Gramsci sobre a sociedade civil e o Estado ampliado. A autora analisa a composição social dessas entidades, traz quadros que cruzam dados de organizações e mostra as conexões entre diferentes organizações da classe dominante.

O artigo de Rafael Brandão traz uma interessante contribuição acerca dos negócios envolvendo o programa nuclear brasileiro e os beneficiários econômicos do plano desenvolvido ao longo do período ditatorial. Analisando particularmente os ganhos de capitais da indústria elétrica alemã com as obras e montagem da usina termoelétrica de Angra II, o texto indica os limites e fragilidades do discurso governamental brasileiro, que apontou para uma suposta autonomia tecnológica com o acordo firmado com a Alemanha Ocidental, que acabou não se concretizando na realidade. Após acompanhar a trajetória do programa nuclear brasileiro, desde a criação do CNPq em 1951, o artigo analisa o período da ditadura, apoiando-se na obra de René Armand Dreifuss. Usando fontes primárias produzidas e acumuladas por figuras notórias do programa nuclear brasileiro, como o diplomata Paulo Nogueira Batista, o autor aborda as idas e vindas do programa nuclear brasileiro até chegar no acordo bilateral firmado com a República Federal Alemã firmado em 1975. Tratando dos termos específicos do convênio, o texto mostra como ele representou um significativo ganho para os capitais alemães envolvidos no negócio.

O artigo de Richard Martins traz uma leitura bastante inovadora sobre o processo de repressão à classe trabalhadora e suas organizações em períodos democráticos e ditatoriais no Brasil. Ao comparar e estabelecer paralelos entre a reação dos órgãos estatais a greves dos/as trabalhadores/as ocorridas em 1963, 1968, 1978 e 1988, o artigo contribui com uma instigante reflexão acerca do caráter violento do Estado brasileiro sobre os sindicatos operários mesmo em períodos formalmente não-

ditatoriais, indicando as limitações e fragilidades do sistema democrático brasileiro. Trazendo farta bibliografia que aborda a questão, o texto trata também de como a Comissão Nacional da Verdade lidou com a repressão aos/às trabalhadores/as e sindicatos durante o período da ditadura.

O artigo de Fernando Honorato se caracteriza por ser uma instigante exploração na interseção entre História e Direito. Analisando o processo da greve de 1980 na grande São Paulo, mais especificamente no ABC paulista, o texto se debruça sobre documentos acerca do processo transcorrido na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) de São Paulo, verificando a atuação e movimentação dos empresários em meio ao desdobramento da paralisação dos operários. O artigo opera com boa bibliografia e faz uso cuidadoso de fontes primárias, sendo escorado pelo domínio dos conceitos da área jurídica.

O texto de João Henrique Zanelatto trata de um tema muito original, abordando como se deu o golpe de Estado de 1964 na cidade catarinense de Criciúma, com ênfase sobre a atuação do empresariado e a repressão ao movimento dos trabalhadores da mineração de carvão no município. O trabalho trata especificamente dos empresários vinculados ao ramo da comunicação, analisando a trajetória e atuação dos donos do jornal Tribuna Catarinense. Usando fontes primárias e citando outros autores da bibliografia que estudaram o golpe em Criciúma, o artigo apresenta o histórico da exploração de carvão na cidade e da organização dos trabalhadores nesse ramo econômico, indicando a exploração do mineral desde o início do século XX e a montagem de sindicatos de trabalhadores do setor desde meados da década de 1940. O anticomunismo dos empresários locais, expresso no periódico mais importante da cidade, é abordado, bem como a relação dos trabalhadores e sindicalistas da mineração carvoeira com os partidos do campo progressista, como o PTB e o PCB. O texto mostra como o golpe redundou na cassação de mandatos parlamentares de vereadores do PTB após 1964 e na prisão de sindicalistas vinculados à atividade carvoeira.

Por fim, o artigo de Pedro Campos trata de uma figura bastante emblemática da interface entre empresariado e ditadura no Brasil, o economista paulista Antônio Delfim Netto. Enfatizando a produção teórica e acadêmica do autor, suas relações com o empresariado e ação enquanto ministro durante o regime de exceção no país, o texto

propõe a leitura de Delfim enquanto um intelectual orgânico do empresariado brasileiro durante o período da ditadura, com um vínculo mais significativo com o patronato do setor industrial paulista. O trabalho problematiza a obra de Delfim, desde o período em que atuou como professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo (USP), passando da sua assessoria e consultoria junto a entidades empresariais – como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) –, chegando à sua atuação como ministro da Fazenda (1967-1983) e da Agricultura e do Planejamento durante o governo Figueiredo (1979-1985). A conclusão do autor é que o pronunciado poder que o ministro alcançou durante a ditadura era expressão do próprio poder do empresariado no regime.

Este dossiê nos parece significativo por uma série de razões. Em primeiro lugar porque permite plasmar em uma publicação não só um processo de articulação mais amplo dentro do marco das redes já mencionadas, mas também um diálogo específico entre equipes de investigação da Argentina e do Brasil, particularmente com a Área de Economía y Tecnología de Flacso Argentina e o Grupo de Trabalho Empresariado e Ditadura no Brasil, que reúne investigadores e equipes de pesquisa de diversas universidades do país. Em segundo lugar porque a diversidade de casos, linhas e estratégias de investigação com distintas vias de entrada e a partir de diferentes campos disciplinares – centralmente da História, mas incluindo também aportes dos campos da Economia, da Sociologia, do Direito, entre outros, com diferentes recortes territoriais –, resulta em uma contribuição para complexificar o olhar sobre esses processos, evitando perspectivas generalizantes ou unilineares. O presente dossiê inclui enfoques sobre diversas atividades econômicas e regionais na Argentina, analisando casos de fábricas em várias províncias, como Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba, com uma longa história de desenvolvimento industrial e organização da classe trabalhadora. Essas análises têm seu foco principal no período da ditadura 1976-1983, mas também a períodos precedentes e subsequentes, ao mesmo tempo em que no caso do Brasil são analisados casos e processos que tiveram lugar em diferentes estados, como Bahia, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e em distintos momentos e etapas

históricas do processo ditatorial no país. Assim, entendemos que o presente dossiê constitui um aporte importante nos estudos sobre a relação entre empresas e ditaduras na América do Sul. Tal conjunto de textos ao mesmo tempo expressa um avanço no conhecimento do tema abordado e será mais útil na medida em que incentivar novas pesquisas, estudos e ações no sentido de desnudar o caráter de classe dos regimes ditatoriais vigentes no Cone Sul durante o período da Guerra Fria, explicitando a colaboração empresarial tanto na política econômica como nas práticas repressivas mantidas no período contra os integrantes da classe trabalhadora.

A presente edição da revista *Continentes* conta ainda, além do dossiê principal, com uma seção de artigos e outra de “Posições”, que aborda o tema da Covid-19. Entre os artigos encontram-se Marcos Aurelio Saquet e Horacio Bozzano e é intitulado “Concepções e práxis de território na América Latina: aportes para o debate (I)”. O segundo o texto é de autoria de Mariana dos Santos Nesimi e Maurilio Botelho com o nome “Das favelas às prisões: transformações na segregação urbana no Rio de Janeiro”. O texto seguinte foi escrito por Pedro Henrique Carnevalli Fernandes e Amanda Ribeiro de Jesus e é denominado “Violência e medo na pequena cidade de Sertaneja, norte do Paraná”. O quinto texto é de Maiara Santos Silva e Elizabeth Maria Feitosa da Rocha de Souza intitulado “A segregação sócio-espacial: conceito, formação e análise a partir das amenidades naturais e socialmente construídas”. Ele é seguido pelo artigo de Lucas Elyseu Rocha Narcizo Mendes com o título “O uso da história em quadrinhos e cinema no ensino de Geografia: uma experiência decolonial”. Por último artigo da seção, contamos com o texto de autoria de Antonio Carlos Lessa da Rocha e Miguel Ângelo Campos Ribeiro guarda o título “A expansão da metrópole do Rio de Janeiro e a formação da franja periurbana e perimetropolitana”.

A seção “Posições”, que trata do tema da pandemia do novo coronavírus e conjuntura contemporânea, conta com o texto de Heitor Soares de Farias, “A dispersão da Covid-19 na Baixada Fluminense: como o coronavírus avança pelas periferias do Rio de Janeiro”. O segundo texto é de Marcio Rufino Silva e Luciano Ximenes Aragão denominado “Duque de Caxias e Rio das Pedras: reflexões sobre as particularidades e universalidades da Covid-19”. O terceiro o texto de Jonathan Christian Dias dos Santos

e Thaís Gomes dos Santos, “Um olhar sobre o colonialismo francês no Caribe e as respostas à Covid-19 na France d'outre-mer”. O texto seguinte é de Guilherme Ribeiro, “Entre armas y púlpitos: la necropolítica del Bolsonarismo”. Depois temos o texto de *Guilherme Chalo*, “Para uma pandemia, uma resposta global?”; e finalizando a seção temos o texto de *Lucio Ayres Caldas*, intitulado “nem morcegos e nem pangolín: era um rinoceronte”.

Referências Bibliográficas

- AEyT de FLACSO, CELS, SHD y PVJ. *Responsabilidad empresarial em delitos de lesa humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado*. Buenos Aires: Infojus-Ministerio de la Justicia y de los Derechos Humanos, 2015.
- BASUALDO, Victoria. *La Clase Trabajadora Argentina em el Siglo XX: experiencias de lucha y organización*. Buenos Aires: Atuel, 2011.
- BASUALDO, Victoria. “Dictaduras, trabajadores y sindicatos en la segunda mitad del siglo XX: propuestas para un diálogo entre los casos de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay”. In: ROMANO, Rossana Barragán (org.). *Trabajo y trabajadores en América Latina* (siglos XVI-XXI): La Paz: Ediciones del Centro de Investigaciones Sociales (CIS), 2019.
- BASUALDO, Victoria (org.) Dossiê “Dictaduras, trabajadores/as, sindicatos en Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay durante la Guerra Fría: fuentes, archivos, debates metodológicos”. In: *Revista Sociohistórica, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación*. Universidad Nacional de La Plata, nº 44, e089, septiembre 2019-febrero 2020.
- BASUALDO, Victoria (org.), Dossiê “Dictaduras, trabajadores/as y sindicatos en América del Sur durante la Guerra Fría”. In: *Sitio Historia Política*. Buenos Aires, 2018. Disponível em: <http://www.historiapolitica.com/dossiers/dossier-dictaduras-trabajadores-as-y-sindicatos-en-america-del-sur-durante-la-guerra-fria/>
- BASUALDO, Victoria. "Responsabilidad empresarial en la represión a trabajadores durante el terrorismo de estado: avances recientes sobre la dictadura argentina (1976-1983) en un marco regional e internacional". In: *Revista La Rivada: Investigaciones en Ciencias Sociales*. FHyCS UNaM, No 9, Julio-Diciembre 2017. Disponível em: <http://www.larivada.com.ar/media/attachments/2017/12/20/completo-larivada-9-compressed.pdf>
- BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (org.). *El Negocio del Terrorismo de Estado: los cómplices económicos de la ditadura uruguaya*. Montevideo: Penguin / Sudamericana, 2016.

- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e (org.). *Empresariado e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020 – no prelo.
- FONTES, Paulo; ESTEVEZ, Alejandra; SALES, Jean Rodrigues; CORRÊA, Larissa Rosa (org.). *Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul (1964-1990)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.
- SMART, Sebastián; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna (org.). *Complicidad Económica com la Dictadura Chilena: um país desigual a la fuerza*. Santiago: LOM, 2019.
- VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (org.). *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.
- WINN, Winn (org.), Dossier “Dictatorships and the Worlds of Work in the Southern Cone”. *International Labor and Working Class History*. Volume 93 - Spring 2018. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-labor-and-working-class-history/volume/workers-and-rightwing-politics/89F1D6D63C28259E4CA15F64840D327E>

DOSSIÊ

FORDISMO Y DOCTRINA DE SEGURIDAD NACIONAL EN LA INDUSTRIA AUTOMOTRIZ ARGENTINA: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)

Marianela Galli³

13

Resumen. El fordismo y la Doctrina de Seguridad Nacional (DNS) fueron dos procesos de diversa naturaleza pero ambos con gran influencia en el escenario político, económico y militar latinoamericano durante los años de la Guerra Fría. Partiendo de un análisis teórico e histórico de dichos procesos, nos proponemos explorar sus impactos y formas de vinculación en el caso de dos grandes empresas automotrices, Ford y Fiat, durante la última dictadura en Argentina (1976-1983) a través de tres ejes: las reestructuraciones empresariales, las principales conflictividades y la represión que sufrieron trabajadores y delegados gremiales.


Palabras clave: Fordismo; doctrina de seguridad nacional; trabajadores; empresas automotrices; represión.

FORDISM AND THE NATIONAL SECURITY DOCTRINE IN THE ARGENTINE AUTOMOTIVE INDUSTRY: COMPANY RESTRUCTURING, CONFLICT AND REPRESSION AGAINST WORKERS AT FORD AND FIAT DURING THE 1976-1983 DICTATORSHIP IN ARGENTINA

Abstract. Fordism and the National Security Doctrine were two diverse processes that wielded great influence in Latin American politics, economy and military during the Cold War years. Through a theoretical and historical approach, we explore their impact and the links between the two in two large automobile companies, Ford and Fiat, during the 1976-1983 dictatorship in Argentina. We focus on three areas: company restructuring, the main points of conflict and the repression suffered by workers and union delegates.

Keywords: Fordism; national security doctrine; automotive companies; workers; repression.

FORDISMO E DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA ARGENTINA: REESTRUTURAÇÃO COMERCIAL,

³ Cursando la maestría en Economía Política, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO Argentina).  <https://orcid.org/0000-0003-1201-228X>. E- mail: marianela.galli@gmail.com,

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

CONFLICTOS E REPRESSÃO CONTRA TRABALHADORES DA FORD E FIAT DURANTE A ÚLTIMA DITADURA NA ARGENTINA (1976-1983)

Resumo. O fordismo e a Doutrina de Segurança Nacional (DNS) foram dois processos de natureza diversa, mas ambos com grande influência no cenário político, econômico e militar latinoamericano durante os anos da Guerra Fria. A partir de uma análise teórica e histórica desses processos, propomos explorar seus impactos e formas de vinculação no caso de duas grandes empresas automotivas, Ford e Fiat, durante a última ditadura na Argentina (1976-1983) através de três eixos: a reestruturação societária, os principais conflitos e a repressão sofrida por trabalhadores e funcionários sindicais.

Palavras-chave: fordismo; doutrina de segurança nacional; trabalhadores; empresas automotivas; repressão.

Introducción

El presente trabajo está basado en la ponencia presentada en el Simposio *“Dictaduras, empresas y transformaciones económicas en América del Sur durante la Guerra Fría”* coordinado por Victoria Basualdo (FLACSO-CONICET, Argentina) y Pedro Henrique Pedreira Campos (UFRRJ, Brasil) en el marco del VI Congreso Latinoamericano de Historia Económica realizado en la Universidad de Santiago de Chile entre el 23 y 25 de julio de 2019.

En este artículo intentaremos analizar de qué manera el fordismo como la doctrina de seguridad nacional, dos procesos de diversa naturaleza pero de gran trascendencia mundial durante los años de la Guerra Fría, se vincularon e impactaron en las relaciones entre el capital y trabajo del sector automotriz argentino durante los años setenta a partir del estudio de dos casos de empresas transnacionales: FORD MOTOR ubicada en la localidad de Pacheco, norte de la provincia de Buenos Aires y FIAT S.A. localizada en Ferreyra, provincia de Córdoba.

Por un lado, nos referimos al fordismo como el modo de producción industrial a gran escala del sistema capitalista occidental que irrumpió antes de la gran crisis económica

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

del '30 y llegó a consolidarse durante la Edad de Oro del capitalismo. Al mismo tiempo que atravesaba su crisis durante los últimos años de la década del sesenta y primeros años setenta, la doctrina de seguridad nacional, concebida como la estrategia militar de contención del comunismo por parte de Estados Unidos en el marco de la Guerra Fría, era desplegada, de la forma brutal, por parte de los ejércitos latinoamericanos en la mayor parte de los países de la región que sufrieron, de manera directa o indirecta, la incursión de regímenes autoritarios y dictatoriales.

Durante la última dictadura argentina (1976-1983), el gobierno de facto, a través de su ministro de economía Jose Alfredo Martinez de Hoz, llevó adelante una serie de transformaciones económicas y financieras que dieron inicio a una etapa de la economía argentina caracterizada por un nuevo patrón de acumulación basado en la valorización financiera. En ese contexto, grandes empresas locales y transnacionales, entre ellas las automotrices, se valieron para realizar profundas reestructuraciones al mismo tiempo que se fustigaba a la clase trabajadora y sus organizaciones con la más violenta represión de nuestra historia reciente. Miles de militantes políticos del campo de la izquierda, estudiantes, trabajadores y delegados sindicales fueron perseguidos, asesinados y desaparecidos, entre ellos, cientos de obreros de Ford y Fiat. En ese sentido, nos preguntamos ¿qué puntos de conexión podemos encontrar entre las reestructuraciones empresariales que llevaron adelante estas firmas y las formas de represión ejercidas contra los trabajadores y delegados de sus fábricas a lo largo de la última dictadura? ¿qué estrategias y prácticas represivas se desplegaron contra los trabajadores y delegados gremiales? y ¿qué rol adoptaron las empresas en la represión?

En una primera parte, nos proponemos abordar discusiones de carácter teórico y conceptual sobre la doctrina de seguridad nacional y su impacto en América Latina, subrayando su influencia en Argentina. En ese mismo apartado, también haremos referencia a algunos de los debates sobre fordismo que se desarrollaron en la teoría económica, particularmente entre los regulacionistas y la teoría crítica. En una segunda sección, pondremos el foco en los casos de estudio de las fábricas Ford y Fiat, analizando en un primer momento, los cambios productivos y reestructuraciones llevadas adelante

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

por las direcciones empresariales acordes con las principales transformaciones económicas y financieras dispuestas por el gobierno de facto y, en segundo momento, expondremos las principales conflictividades entre el capital-trabajo y las formas de represión que sufrieron los trabajadores y delegados sindicales de Ford y Fiat a partir del golpe de Estado del 24 de marzo de 1976.

La investigación se sustenta a partir de la exploración de documentos y registros orales provenientes de las causas judiciales en el marco del proceso de juzgamiento por crímenes por lesa humanidad cometidos en Argentina durante la última dictadura, en particular, el seguimiento del juicio oral contra dos ex directivos de Ford y un militar llevado adelante por el Tribunal Oral Federal (TOF) No. 1 de San Martín, provincia de Buenos Aires ocurrido entre los años 2017 y 2018. Asimismo, abordamos el análisis de diversos documentos relacionados con las políticas estatales de derechos humanos en materia de memoria, verdad y justicia como los legajos producidos por la entonces Comisión Nacional de Desaparición de Personas (CONADEP) y la actual Secretaría de Derechos Humanos de la Nación que se encuentran bajo resguardo público del Archivo Nacional de la Memoria y otros documentos de inteligencia de la Comisión Provincial de la Memoria de la Provincia de Buenos Aires (ex DIPBA) y del Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba.

PRIMERA PARTE: LA INFLUENCIA DE LA DOCTRINA DE SEGURIDAD NACIONAL (DNS) EN LOS GOLPES DE ESTADO EN AMÉRICA LATINA

Los regímenes dictatoriales en América Latina que se sucedieron en los años 60 y 70 inscribieron sus planes represivos bajo una serie de fundamentos y principios ideológicos-militares provenientes de un núcleo de doctrinas denominadas como contrainsurgentes. Estas tuvieron un desarrollo progresivo desde finales de la II Guerra Mundial donde en ciertos países se desenvolvían aún procesos de independencia

Galli, Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)

impulsados por fuertes movimientos de liberación nacional contra las colonias, la ocupación nazi y japonesa.

Un primer antecedente lo encontramos en la doctrina militar francesa. Los franceses fueron los creadores de la doctrina de la guerra moderna o guerra antisubversiva que no solo enfrentaba a la insurgencia armada sino a otros sectores de la población que la apoyaban. Podemos destacar dos elementos centrales y novedosos de esta doctrina militar: por un lado, la acción de inteligencia cumplía un rol fundamental en la lucha antisubversiva ya que debía torturarse en forma sistemática a los prisioneros con el objetivo de obtener información y, por otro lado, la división del país en zonas era otro aspecto central para organizar la represión. Estas dos características fueron aplicadas por parte del accionar represivo de las Fuerzas Armadas durante la última dictadura en Argentina (1976-1983). En esa línea, la investigadora Marie Monique Robin halló un acuerdo propuesto por el Estado Mayor Argentino, que data del año 1959, para que expertos franceses dicten cursos y asesoren a personal del Ejército en la llamada guerra antisubversiva. Además, señaló que una comitiva militar, integrada por veteranos de la guerra colonial en Argel, se instaló permanentemente en la sede del Ministerio de Defensa de la Nación y ésta se mantuvo hasta el año 1981.⁴

La bipolaridad del mundo a través de la denominada Guerra Fría, que emergió tras la Segunda Guerra Mundial entre las dos superpotencias, Estados Unidos y la entonces Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), llevó a replantear las hipótesis de conflicto y el reemplazo de las guerras convencionales por guerras ideológicas que se disputaban dentro de las fronteras nacionales de cada país. Las primeras discrepancias entre las potencias aparecieron conceptualizadas en la publicación "The Sources of Soviet Conducts" que, según Loaeza, "constituyó la base de la doctrina de contención que orientó la política de Estados Unidos hasta la desaparición de la URSS y reforzó el arraigado impulso de ese país a la expansión de su poder y contribuyó a su

⁴ Documental "Escuadrones de la Muerte. La escuela francesa" realizado por la investigadora Marie-Monique Robin en el año 2003. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=s2g5ApE15uE>

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

transformación en una potencia mundial”.⁵ La naturaleza ideológica del conflicto entre el “mundo capitalista, libre, occidental y cristiano” representado por Estados Unidos y “el comunismo oriental ateo” representado por la URSS fue una característica central dejando entrever que el principal antagonismo se fundaba en dos modelos con sistemas de valores, creencias y formas de organización política, económica y social mutuamente excluyentes. La política exterior de Estados Unidos fijó como hipótesis de conflicto la guerra contra el comunismo internacional y, para erradicarlo, desplegó una serie de acciones en diferentes frentes estratégicos priorizando la “seguridad interna” frente a la amenaza de “acción indirecta” del comunismo. Aunque contamos con vastas producciones e interesantes debates historiográficos sobre el impacto de la Guerra Fría en América Latina, nuestro objetivo aquí será comprender de qué manera se extendió la doctrina de seguridad nacional en los golpes de estado de América Latina, y en particular, en Argentina a partir del 24 de marzo de 1976. Como señalan algunos autores, pese a que la Guerra Fría atravesaba en los años 70 un proceso de “distensión” entre las potencias, no consiguió detener ni aminorar los conflictos existentes o evitar nuevos en las regiones de África y América Latina (Pettiná, 2018: 134). El triunfo de la revolución socialista en Cuba (1959) y la influencia de la URSS constituyó la principal amenaza de la región para Estados Unidos que buscaba contener el comunismo hacia el sur del continente. A lo largo de los años sesenta y setena en la mayoría de países de América Latina se multiplicaron las protestas e insurrecciones populares, las acciones de resistencia armada y la proliferación de organizaciones de izquierda y movimientos de liberación nacional. Las estrategias desplegadas por los Estados latinoamericanos para combatirlos tenían, esta vez, un elemento común: el amparo de la doctrina de seguridad nacional (DNS). Esta representó un conjunto de principios militares, políticos y económicos utilizados por los ejércitos de distintos países latinoamericanos para hacer frente de forma integral al problema de la insurgencia de izquierdas en la región. La doctrina descansaba sobre la idea de que la expansión de la insurgencia comunista no sólo representaba un proceso militar, sino que se basaba en la difusión de ideas e

⁵ Loaeza, Soledad. “Estados Unidos y la contención del comunismo en América Latina y en México” en Foro Internacional, Vol. 53, No. 1(211) (ENERO-MARZO, 2013), p.11.

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

ideologías que poco a poco habían calado en las respectivas sociedades. Por ello, planteaba que para luchar en contra de la insurgencia era necesario, ante todo, combatir a los actores culturales, ideológicos, políticos y sociales que habían creado las premisas para su difusión. Se trataba de una guerra total en contra de determinados sectores de la sociedad, que implicaba la restricción de las libertades individuales, el uso de técnicas de tortura e intimidación y, finalmente, la puesta en marcha de un ambicioso plan de reingeniería socioeconómica (Pettiná, 2018: 138). Para la DNS, las instituciones militares eran los únicos actores que podrían restablecer el orden y contener el avance comunista y, en ese sentido, proponía la intervención directa de las Fuerzas Armadas en el control de los gobiernos para garantizar la gobernabilidad y estabilidad. La DNS se nutrió de la experiencia de las doctrinas contrarrevolucionarias del ejército francés contra los movimientos de liberación en Argelia e Indochina pero también de las trayectorias golpistas que se sucedieron en la mayoría de los países latinoamericanos. Otra característica central constituyó la formación y difusión de la DNS entre la oficialidad latinoamericana. La Escuela de las Américas instalada en la zona del Canal de Panamá en 1963 se erigió como una de las instituciones educativas de mayor referencia que se ocupó de transmitir los principios teóricos y metodológicos de la DNS y donde se adiestraron a los militares latinoamericanos en operaciones de contrainsurgencia y lucha contra la subversión. Diez años más tarde de su creación, más de 170 graduados eran jefes de gobierno, ministros, comandantes, generales o directores de los departamentos de inteligencia de sus respectivos países. Los golpes de estado en Bolivia, Perú, Panamá y Chile fueron llevados a cabo por los más altos oficiales que habían asistido a los cursos en la Escuela de las Américas (Klare, 1978:121).

Las experiencias golpistas que se sucedieron en Argentina a lo largo de todo el siglo XX, desde el derrocamiento del gobierno de Hipólito Yrigoyen en 1930 en adelante, más las políticas y planes represivos diseñadas por las fuerzas militares y policiales en tiempos democráticos como el Plan Conintes (1958)⁶ tuvieron una clara incidencia en las formas

⁶ El Plan de Conmoción Interior del Estado (Conintes) comprendió un conjunto de acciones ordenadas por el Poder Ejecutivo tras la firma del decreto 9880/1958 del 12 de noviembre de 1958. No constituyó un

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

específicas que adoptó el proceso represivo durante la última dictadura. Esto nos permite, de alguna manera, trazar líneas de continuidad pero también sumar nuevos elementos según el contexto histórico y la geopolítica mundial. La formación de la oficialidad argentina a fines de los años 60 y principios de los 70 se sustentaba en las líneas de la DNS impartidas por la Escuela de las Américas. Los aspirantes a suboficiales y oficiales de las tres armas estaban siendo preparados en aquellos años para ejercer la máxima violencia, en nombre del Estado, contra un “enemigo subversivo comunista” encarnado en la figura de dirigentes y activistas políticos, sociales, sindicales y estudiantiles. Julio Urien y Aníbal Acosta, dos ex guardiamarinas egresados de la promoción 100 de la Armada Argentina en el año 1971, manifestaron que eran instruidos bajo los parámetros de la DNS tanto en cursos teóricos como en ejercicios prácticos entre los cuales destacaron los “simulacros de tomas de fábricas” que consistían en dividir a los aspirantes en, por un lado, un grupo de “trabajadores” y, por otro lado, en un grupo de “fuerzas militares” donde estos últimos debían “disuadir la rebelión” de los primeros y atraparlos, para posteriormente extraerles información bajo tortura.⁷

Pese a las divisiones internas que existían dentro de las Fuerzas Armadas argentinas⁸, existía un consenso sobre la participación militar en la represión de la protesta social y los conflictos internos. Las Fuerzas Armadas fueron desplegadas para contener las

sistema represivo en sí mismo sino fue una forma de reorganización del personal y de las estructuras militares para hacer frente a situaciones especiales que, por su magnitud o gravedad, exigieron, según el poder político de turno, el concurso de las Fuerzas Armadas para recuperar el orden perdido. Estas situaciones especiales podían ser catástrofes naturales, golpes militares, conflictos sindicales o políticos. A pesar de la aparente variedad de acontecimientos que ameritarían la implementación del Plan Conintes, la experiencia histórica indica que solo fue empleado como método de represión hacia los trabajadores en momentos de intensificación de las luchas políticas y sindicales.” Ver en Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Secretaría de Derechos Humanos. “Plan Conintes. Represión política y sindical” coord. Por Sebastian Chairini y Rosa Elsa Portugheis. Archivo Nacional de la Memoria, Buenos Aires, septiembre de 2014.

⁷ Entrevistados por la autora el 12 y 15 de agosto de 2006. Más sobre este tema se puede encontrar en el documental audiovisual “Los Marineros del Pueblo” realizado por Carlos Pico y Miguel Curci <https://www.youtube.com/watch?v=BHVbkZ8Rv8g>

⁸ Guillermo Caviaasca destaca que el Cordobazo significó un momento crítico al interior de las Fuerzas Armadas y dejó en evidencia tres corrientes enfrentadas: los nacionalistas que miraban con simpatía a la revolución peruana (del general Juan Velasco Alvarado), los liberales seguidores del general Alejandro Lanusse y los reaccionarios de derecha partidarios de más represión. Ver más en “La Hipótesis Carcagno: militares y guerrilleros en los 70”. Editorial Punto de Encuentro, Buenos Aires, 2018.

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

insurrecciones populares que se levantaban a lo largo de todo el país, siendo una de las más significativas, la rebelión obrera-estudiantil denominada *Cordobazo* de mayo de 1969. Desde allí en adelante, la acción militar en el restablecimiento del “orden interno” fue escalando con intensidad hasta la irrupción del golpe de Estado el 24 de marzo de 1976. La persecución y represión contra el movimiento obrero y las intervenciones militares en distintas zonas industriales con el objetivo de disuadir los conflictos gremiales como sucedió en las plantas de Fiat Concord (Córdoba) entre 1971 y 1974 o la represión contra los obreros metalúrgicos de la zona de Villa Constitución, Santa Fe (conocido como el *Villazo*) en marzo de 1975 nos ofrece algunas señales sobre la importancia que constituyeron para los militares los territorios fabriles y la figura del “obrero comunista”. En ese sentido, compartimos con Chairini y Portugheis (2014), que “la preocupación por conceptualizar un enemigo interno influido por el avance comunista se constituyó en este periodo como un problema a nivel mundial, dentro del cual se inscribieron las nuevas orientaciones de las fuerzas armadas, no solo francesas y norteamericanas, sino también las argentinas. Los vínculos construidos entre estos países- a la par de la intervención de las Fuerzas Armadas nacionales en los conflictos con los trabajadores a través de la implementación del Plan Conintes y su participación en los conflictos políticos locales, dando golpes de Estado cuando lo creían conveniente- centró a los militares argentinos en un lugar medular del desarrollo de las doctrinas que sustentarían las experiencias de terror y muerte contra todos aquellos movimientos que surgirían en las décadas del 60 y 70 a nivel mundial, que reclamaban por la ampliación de derechos y libertades. Todos estos movimientos fueron englobados en una misma figura enemiga, el comunismo, que justificaba según los propios defensores de la doctrina- su aniquilamiento como única solución posible”.⁹

DEBATES TEÓRICOS EN TORNO AL FORDISMO

⁹ Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Secretaría de Derechos Humanos. “Plan Conintes. Represión política y sindical” Coordinado por Sebastian Chairini y Rosa Elsa Portugheis. Archivo Nacional de la Memoria, Buenos Aires, septiembre de 2014.

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

Abordar el concepto del fordismo implica remitirnos a algunos de sus principales debates teóricos e históricos en el campo de la economía política. Nos centraremos en una de las principales disputas que irrumpieron el campo de la teoría económica entre la llamada “escuela regulacionista” de las corrientes neokeynesianas (Aglietta, 1979; Boyer, Lipietz, 1992; Coriat, 1992, Mistral) y la teoría crítica que forma parte de la corriente marxista (Brenner y Glick, 1991). Por un lado, los regulacionistas conciben al fordismo como un modo de desarrollo del capitalismo, entendido como “taylorismo más mecanización”, que surgió como consecuencia de la crisis económica del 30 y dio origen a un nuevo régimen de acumulación del capital con la idea de aportar progreso y prosperidad a la sociedad.¹⁰ Según sus propias palabras, sostienen que apareció como consecuencia de la lucha de clases de 1930, en el cual emergió un nuevo modo de regulación del cual finalmente fue posible un florecimiento de la acumulación intensiva sin precedentes en la historia del capitalismo. Este modo de regulación monopólica resolvió las contradicciones surgidas del modo de desarrollo previo, proveyó el crecimiento del consumo de masas y constituyó los cimientos de un nuevo modo de desarrollo llamado Fordista (Aglietta, 1979).

La transición del viejo modo de desarrollo al nuevo modo taylorista-fordista consistió primero en el control del proceso de trabajo, a través de la apropiación del conocimiento y habilidades de los trabajadores, para en un segundo momento trasladarlo a la máquina. Lipietz argumenta que “el período 1848-1914 se caracterizó principalmente por una simple extensión de la capacidad productiva pero sin un cambio dramático en la composición orgánica o en la productividad (...)En los años veinte se generalizó una revolución en el modo de organización del trabajo en Estados Unidos y parcialmente en Europa: el taylorismo. Consistió en una expropiación, mediante una profundización gigantesca y capilar del control capitalista del proceso de trabajo, del know-how de los trabajadores colectivos, un know-how que en lo sucesivo fue sistematizado por

¹⁰ El taylorismo implica una separación estricta entre la concepción del proceso de producción (métodos y organización) y, por otro lado, la ejecución de tareas empadronadas y formalmente prescriptas a nivel de fábrica.

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

ingenieros y técnicos de acuerdo con los métodos de la 'Gestión científica del trabajo'. Otro paso de este proceso significó la incorporación de este know-how en el sistema automático de máquinas, que dictaba el método de trabajo a los trabajadores a quienes se les había robado la iniciativa: tal era la vertiente productiva del fordismo" (Lipietz, 1992).

Desde un punto de vista macroeconómico, los regulacionistas señalaban que el fordismo suponía que los incrementos de productividad como resultado de la mecanización tenían contrapesos, por un lado, en el crecimiento de las inversiones financiadas por los beneficios y, por otro, en la ampliación del poder de compra de los trabajadores asalariados. La característica distintiva fundamental del nuevo modo de regulación fordista se encontraba, nuevamente, del lado de la demanda: "la clase capitalista [ahora] buscaba la gestión general de la producción de trabajo asalariado por la estrecha articulación de las relaciones entre la producción y las relaciones mercantiles en que los asalariados compraban sus medios de producción [...], es decir, entre el proceso de producción y el modo de consumo (Aglietta, 1979; Boyer, 1992).

Por el contrario, los exponentes de la teoría crítica reconocieron que caer en ese argumento puede desviarnos hacia un escenario erróneo ya que no es posible entender al *fordismo* como resultado de una transición de un régimen de acumulación de capital a otro. Subrayaron que estas transformaciones en el proceso laboral, incluso con sus particularidades, constituyen una fase adicional de una evolución en curso. Al igual que las fases anteriores, ésta reflejó una dinámica tecnológica independiente que principalmente buscó atacar los bastiones de los trabajadores calificados. En ese sentido, enfatizaron que Marx en sus análisis ("Machinofacture", El Capital, 1867) ya venía teorizando sobre los procesos de destrucción del trabajo artesanal, la subordinación de los trabajadores a las máquinas y la intensificación del ritmo de trabajo como consecuencia de la reducción de costos y estos análisis eran bastante análogos a las transformaciones de los procesos que estarían siendo estudiados bajo el rótulo de "taylorismo-fordismo" (Brenner y Glick, 1991:59).

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

Los regulacionistas señalan que el asentamiento fordista de la era de la posguerra trajo estabilidad y crecimiento en virtud de su éxito de resolver el problema de la realización y el subconsumo por medio del crecimiento de los salarios y el fomento de la demanda. Sin embargo, advierten que su declive comienza a registrarse a mediados de los años 60 cuando la crisis del modo de desarrollo fordista- afectado por el subconsumo-derivó en una crisis de productividad. Incluso hicieron alusión al carácter socio-técnico del propio proceso de trabajo fordista que condujo a una crisis económica caracterizada por una fuerte caída en la tasa de ganancias a partir de 1966. Los cambios técnicos encontraron limitaciones para seguir avanzando con la mecanización del trabajo, y por esa razón, se llegó a un insuficiente ahorro del tiempo de trabajo que, a su vez, restringió el aumento en la composición orgánica del capital (Aglietta, 1979:162). Fue el propio proceso laboral taylorista-fordista que generó una nueva crisis estructural de crecimiento de la productividad desde finales de los años sesenta en adelante. En ese sentido, los regulacionistas apostaban por la necesidad de construir un nuevo proceso de trabajo basado en un nuevo compromiso de clase, que diera salida al impasse económico de la época. Presumiblemente se trataba de un nuevo modo de desarrollo denominado “post-fordista”. En contraposición con este argumento, los autores de la teoría crítica advirtieron que esa explicación podría ser peligrosa ya que el fordismo no había alcanzado su capacidad límite: “Pero si el fordismo no es más que mecanización, más taylorismo más la línea de ensamblaje, para los fines especificados por los reguladores, es difícil ver por qué debería considerarse más allá que una extensión de los procesos de transformación de la tecnología y del trabajo que han caracterizado la producción capitalista durante al menos un siglo (o quizás dos). En ese caso, ¿por qué debería la fabricación de máquinas, a mediados de la década de 1960, haber llegado a su límite de forma repentina y dejar de ser capaz de producir a los niveles anteriores de crecimiento de la productividad, precipitando una crisis de todo el sistema capitalista (Benner y Glick, 1991:99)?

Los defensores de la teoría crítica recuerdan que la aplicación de los métodos de fabricación, según Adam Smith y Karl Marx, se diseñaron para lograr ahorros de costos. Al facilitar el aprendizaje mediante la práctica, la labor se hace más continua, se reducen

Galli, Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)

los gastos en la importación de habilidades y se posibilita la introducción de máquinas con el fin de lograr la simplificación de tareas. La mecanización produjo ganancias en la producción no sólo por la incorporación de nuevas técnicas que aumentaron directamente la eficiencia de la producción, sino también por el incremento que se dio en la intensidad y continuidad del trabajo (rellenando la jornada laboral). La separación entre la concepción y la ejecución permitiría un mayor nivel de dominación capitalista sobre el proceso de trabajo. Además, la mecanización estaba sujeta a mejoras de acuerdo con los principios de la manufactura en general, es decir, estos procesos de descomposición y simplificación permitían utilizar mano de obra menos calificada, capacitar a la mano de obra más fácilmente e intensificar el desempeño real de la mano de obra (Brenner y Glick, 1991:99).

En sintonía con las posturas de la teoría crítica, Iñigo Carrera (1994) entiende que estos procesos en marcha (taylorismo, fordismo y postfordismo) constituyen la consolidación del régimen de la gran industria pero sostiene que aún no se verificó un salto cualitativo que delimite una etapa distinta en la historia del capitalismo. Para este autor, el taylorismo no es más que la expresión sistematizada del régimen de trabajo propio de la gran industria en general, mientras que el fordismo es un sistema de relaciones laborales-sociales que expresa una relación de fuerzas entre capital y trabajo caracterizada por la coparticipación desigual de ambos en las ganancias de productividad, designando una época histórica y un espacio social específico.

Hasta la introducción de la robótica a mediados de los años 80, el régimen de producción que regía en la industria automotriz mundial era la manufactura moderna que se caracterizaba por una organización del trabajo basada en la fragmentación de operaciones manuales. El trabajo de fabricación de un automóvil continuaba siendo una tarea predominantemente manual que seguía un esquema de división de tareas con el traslado mecanizado de las piezas, es decir, taylorismo-fordismo. Bajo ese modo de producción en serie o cadena, el obrero todavía seguía siendo protagonista ya que se dependía exclusivamente de sus conocimientos y habilidades para realizar ciertas tareas. Sus calificaciones (sean físicas o intelectuales) determinaban su aptitud para

Galli, Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)

ciertos puestos de trabajo. A través de este modo de organizar el trabajo se lograba un incremento de la productividad y eso significaba una mayor dominación del capital sobre el trabajo ya que el excedente era apropiado por el capitalista durante el proceso de trabajo. El modo de producción taylorista-fordista incidió en la conformación de la organización sindical del sector automotriz. Como expresa Harari (2009), “el protagonismo sindical de los obreros automotrices, más allá de sus orientaciones políticas, está relacionado con el tipo de organización del trabajo. Nucleados en grandes establecimientos y habiendo conservado cierto nivel de calificación, estaban en mejores condiciones para enfrentar a su patronal que otros sectores. El hecho de ser obreros manufactureros hará que sus saberes y destrezas se conviertan en una barrera del capital sobre el trabajo”.

En el próximo apartado, nos proponemos analizar las vinculaciones y el impacto del fordismo y la doctrina de seguridad nacional a partir del estudio de dos empresas automotrices en Argentina -Ford y Fiat- siguiendo tres ejes: a) los procesos de reestructuración económico-productiva impulsados por las direcciones empresariales; b) los principales puntos de conflictividad entre la patronal y los trabajadores c) las formas de represión contra trabajadores y delegados sindicales prestando particular atención al rol de las empresas.

SEGUNDA PARTE: RESTRUCTURACIONES EMPRESARIALES, CONFLICTIVIDADES Y DINÁMICAS REPRESIVAS EN LAS FÁBRICAS DE FIAT Y FORD MOTOR DURANTE LA ÚLTIMA DICTADURA

La industria automotriz constituyó un pilar estratégico, junto con la siderurgia, de la economía argentina durante la segunda etapa de la industrialización por sustitución de importaciones (ISI) que se extendió entre 1958 y 1974.¹¹ Entre la segunda mitad de la

¹¹ La segunda etapa de sustitución de importaciones se dividió en dos sub-etapas: la primera que se extiende entre 1958 a 1963 y la segunda desde 1964 a 1974. Para profundizar sobre las características y

década de los 50 y los primeros años de los 60 se instalaron en el país filiales de las grandes empresas transnacionales automotrices atraídas por una serie de leyes y políticas de promoción industrial y de inversión extranjera. Las compañías instalaron sus centros fabriles principalmente en los alrededores de las provincias de Córdoba y Buenos Aires, constituyendo dos epicentros del complejo industrial automotor y de las industrias derivadas tales como la autopartista. A la existente estatal Industrias Aeronáuticas y Mecánicas del Estado (IAME S.A.) creada en 1952 bajo el gobierno peronista con el objetivo de promover una industria automotriz integrada de manera local, se radicaron en un primer momento las firmas extranjeras Kaiser, Fiat, Borgward y Mercedes Benz y, en un segundo momento, arribaron las transnacionales norteamericanas Ford, Chrysler, General Motors y las europeas Citroen, Renault y Peugeot.

Fiat compró a IAME su fábrica de tractores instalada en la zona de Ferreyra, Córdoba en el año 1954 donde levantó sus tres establecimientos—Concord, Materfer y Grandes Motores Diesel (GMD)—. En torno a ella y a otras grandes firmas como Industrias Kaiser Argentina (IKA), se erigieron un conglomerado de fábricas y pequeños y medianos talleres para proveer auto partes y accesorios a los grandes complejos industriales. La empresa norteamericana Ford Motor construyó su fábrica en Pacheco, zona norte de la provincia de Buenos Aires que inauguró en 1961 donde se producía a gran escala el Ford Falcon, uno de los vehículos más vendidos del país.

La industria automotriz mundial transitaba en los primeros años setenta una crisis de sobreproducción que se trasladaba a los países periféricos supeditados a las cadenas productivas y comerciales de Estados Unidos y Europa. En Argentina, esta crisis internacional confluyó con las dificultades que atravesaba la segunda etapa de la ISI relacionadas con la propia organización industrial como la escala reducida de las plantas, la falta de subcontratación y de proveedores especializados, la escasa competitividad

dinámicas de las ISI y los tipos de Estado en Argentina ver Eduardo Basualdo, *Estudios de historia económica Argentina: desde mediados del siglo XX a la actualidad*, Economía política argentina (Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010), 53-107.

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

internacional entre otros.¹² Al momento de producirse el golpe, diez terminales (nueve transnacionales y una estatal) se disputaban la producción del país. Las mayores productoras eran Fiat, Ford, Mercedes Benz y Renault a las que le seguían Chrysler, Safrar, Citroën y General Motors. La fuerte caída de la actividad industrial y la apuesta por un patrón de acumulación basado en la valorización financiera impulsado por el gobierno de la dictadura provocó el cierre de plantas fabriles, fusiones, estrategias de rentabilidad no enfocadas en la producción, aumento de las inversiones financieras y un recorrido con bruscas oscilaciones en las variables productivas. El año 1978 fue el más crítico debido a la caída de la producción en un 24%, representando una pérdida de 10 mil puestos de trabajo directo, y en el que General Motors decidió cerrar sus plantas e irse del país. Por el contrario, Fiat logró subsistir gracias a, por un lado, las relaciones comerciales y militares entre los altos directivos de la casa matriz y la Junta Militar¹³ y a costa de una fuerte persecución y represión a sus trabajadores, despidos masivos y cierre de plantas como la de tractores en Sauce Viejo, Santa Fe.

El gobierno de facto creó un nuevo Régimen Especial para la Industria Automotriz en el año 1979 que expresaba nuevas reglas de juego para el sector. Básicamente, estas consistieron en la eliminación de las restricciones a la importación de automóviles y la reducción de las exigencias sobre el contenido mínimo de fabricación local provocando un aumento de las importaciones permitidas de autopartes componentes del 4 al 12%, combinado con una disminución creciente de los aranceles que varió del 85 % en 1977 a 45 % en 1980. De las diez terminales automotrices quedaron solo cuatro reflejándose, de esa manera, un proceso de concentración y centralización del capital en la rama con consecuencias hasta el presente. La antigua empresa estatal Industrias Mecánicas del Estado S.A. (antes llamada IAME S.A.) fue cerrada y más de 2.000 operarios despedidos mientras que, en el sector privado, ya habían retirado su producción local General

¹² Daniel Azpiazu, Eduardo Basualdo, y Miguel Khavisse, El nuevo poder económico en la Argentina de los años 80 (Buenos Aires: Editorial Legasa, 1986), 176.

¹³ Camillo Robertini, «Las relaciones bilaterales entre Italia y Argentina durante la última dictadura militar 1976-1983», *História Unicap* 3, n.o 5 (2016): 46-47, <https://doi.org/10.25247/hu.2016.v3n5.p42-55>; Elisabetta Croci Angelini y Silvia Sorana, «Armi e interesse commerciali: la complessità dei rapporti economici tra Italia e Argentina 1976-1983», en *Affari Nostri: diritti umani e rapporti Italia-Argentina 1976-1983*, ed. Claudio Tognonato (Roma: Ed. Fandango, 2012), 208-35.

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

Motors, Citroën, Peugeot (que cede su licencia a Fiat) y Chrysler (que vendió su planta a Volkswagen y se instaló en el país por su estrategia de integración con Brasil). Las otras terminales automotrices que quedaron en el país Ford, Fiat, Mercedes Benz y Renault iniciaron profundos procesos de reestructuración en materia económica, productiva y financiera con consecuencias perjudiciales para el mundo del trabajo.

Ford había logrado, por primera vez en su historia, convertirse en la terminal automotriz con mayor producción del país conservando su liderazgo hasta 1985. Además de acaparar mayores segmentos de mercado, la empresa consiguió realizar importantes negocios con la Junta Militar a través de la venta de autos Ford Falcon (vehículos que usaron las fuerzas militares para realizar los operativos de secuestros) que alcanzó su pico record de producción entre 1979 y 1980. En el marco del régimen de apertura y valorización financiera, la empresa creó Ford Financiera S.A. ofreciendo financiamiento para la compra de automóviles (Plan Ovalo) que pasó a generarle mayores dividendos que las utilidades provenientes de la producción automotriz. Sus ganancias le permitieron realizar grandes inversiones para modernizar y ampliar sus instalaciones fabriles en Pacheco como la construcción de una nueva planta de montaje para la línea de camiones. La producción de 1981 rondaba alrededor de 520 unidades diarias, se trabajaba en dos turnos de 9 horas, con una dotación superior a 7.000 trabajadores y, al año siguiente cuando se produce una drástica caída de ventas agravada por una alta acumulación de stock, la empresa decide despedir a 3.000 trabajadores (Lascano, Menéndez, Vocos, 1999: 39). En el caso de Fiat, la dirección empresarial inició un proceso de reestructuración basado en la separación de unidades productivas en nuevas empresas. La actividad automotriz quedó independizada con su planta principal en el Gran Buenos Aires y escasos contactos con las instalaciones de Córdoba que se especializaban en equipos pesados. Las inversiones estuvieron destinadas a la renovación tecnológica que produjo un incremento anual de 15% en materia de productividad. Durante los últimos años de la dictadura, se produjo la fusión con

Peugeot creándose SEVEL S.A. y, poco más tarde, se concretó la venta del 85% del paquete accionario al grupo local SOCMA, perteneciente a la familia Macri.¹⁴

Durante la segunda etapa económica del régimen dictatorial (1979-1981), el endeudamiento externo adoptó un papel estratégico en la refundación de la sociedad argentina mediante una fragmentación social y política de los sectores populares y una homogeneización de los sectores dominantes (Basualdo, 1987). Tanto Fiat como Ford formaron parte del club de los cincuenta grupos económicos con mayor deuda externa privada del país contraída en aquel tiempo que, con posterioridad, fue transferida al Estado por una resolución del Banco Central de la República Argentina.¹⁵

DISPUTAS POR LA PRODUCTIVIDAD, REPRESENTACIÓN SINDICAL Y CONDICIONES DE INSALUBRIDAD

Las protestas y manifestaciones del movimiento obrero durante las jornadas de junio-julio de 1975 exhibieron el fuerte consenso opositor contra el plan económico del gobierno de Estela Martínez de Perón. Al interior de las grandes fábricas industriales, las tensiones se desarrollaban en dos sentidos: por un lado, entre patrones y trabajadores pero también entre las bases y las cúpulas sindicales¹⁶.

¹⁴Sobre el proceso de fusión de Fiat con Peugeot en Argentina y la venta al grupo local Socma S.A. ver Bruno Sebastian Perez Almansi y Alejandro Gaggero, «La diversificación del grupo empresarial Macri en el sector automotriz durante la última dictadura militar en Argentina», *América Latina en la Historia Económica* 27, N.º 2, 10 de febrero de 2020) y Jorge Schvarzer, «La reconversión de la industria automotriz: un balance provisorio», *CICLOS. Instituto de Investigaciones en Historia Económica, Facultad de Ciencias Económicas*, N.º 8 (1995): 9.

¹⁵ Sobre la deuda externa privada y estatal durante la última dictadura consultar a Eduardo Basualdo, *Deuda externa y poder económico en la Argentina* (Buenos Aires: Editorial Nueva América, 1987).

¹⁶ El desarrollo de estos temas se puede encontrar en obras como la de Arturo Fernández, *Las prácticas sociales del sindicalismo: 1976-1982* (Centro Editor de América Latina, 1985); Pablo Pozzi, *Oposición obrera a la dictadura, 1976-1982* (Editorial Contrapunto, 1988); Federico Lorenz, *Algo parecido a la felicidad: Una historia de la lucha de la clase trabajadora durante la década del setenta [1973-1978]*, Ensayo (Buenos Aires: Edhasa, 2013); Basualdo, Victoria, Aportes para el análisis del papel de la cúpula sindical en la represión a los trabajadores en la década de 1970, en *Cuentas pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*, ed. Horacio Verbitsky y Juan Pablo Bohoslavsky, Singular (Buenos Aires,

Durante ese año previo al golpe de Estado, el movimiento obrero llevó adelante un intenso proceso de lucha, organizado y articulado por los trabajadores de base y las comisiones internas de las fábricas, en el cual las principales demandas y reivindicaciones se daban en el terreno de la productividad, la recuperación del poder adquisitivo del salario, las garantías y libertades en cuanto a la representación y elecciones sindicales y las denuncias por las condiciones de insalubridad que generaba graves enfermedades y accidentes que, muchas veces, hasta costaban la vida de los trabajadores. Dos días antes de producirse el golpe de Estado, los directivos empresariales de las principales automotrices nucleadas bajo la Asociación de Fábricas de Automotores (ADEFA) se reunieron con el entonces ministro de Trabajo, Miguel Unamuno, para reclamarle “la paralización o disminución ilegal de la producción que afectaba a la mayoría de las empresas”. Los representantes de Citroën, Chrysler Fevre, Fiat Concord, Ford, General Motors, Mercedes-Benz, Renault y Safrar expresaron la situación de las fábricas y se quejaban de “la baja productividad del sector debido a distintas medidas de fuerza tomadas por los trabajadores”.¹⁷

En las plantas de Fiat, estas medidas consistieron en “trabajo a desgano” y “abandono de planta” parcial o total por parte de los trabajadores y la pérdida de producción como consecuencia del conflicto. La comisión interna de reclamos y cuerpo de delegados de Fiat Materfer y Fiat Concord, solicitaban un 50% aumento de sueldos y jornales actuales debido a la pérdida del poder adquisitivo, el pago de una bonificación especial y de las treinta horas por concepto pre vacacional, un aguinaldo adicional y el otorgamiento de diversos estímulos por responsabilidad y cumplimiento en el trabajo. La comisión interna de Fiat Materfer demandaba una reclasificación de categoría de “oficiales” a “oficial múltiple” para un grupo de trabajadores que tenían una antigüedad mayor a los

Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 2013), p.235-53 así como en otras fuentes históricas y testimonios judiciales.

¹⁷ Archivo Intermedio del Archivo General de la Nación, Memorándum “Información sobre la situación en las fábricas automotrices” perteneciente a la Asociación de Fábrica de Automotores de Argentina (ADEFA) dirigido al entonces ministro de Trabajo, Miguel Unamuno. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social de la Nación, 05 de abril de 1976.

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

diez años.¹⁸ Así también, los trabajadores denunciaban las malas condiciones de insalubridad que debían soportar en la planta, como la falta de ventilación, la no adecuación de ambientes y escasos profesionales para la atención médica de los trabajadores, baños insuficientes e inusables. Jorge Argañaraz, trabajador que había ingresado en Fiat Materfer en 1975, recuerda que

“la empresa se manejaba con tecnologías obsoletas y materiales de pésima calidad, si hubiésemos tenido chapas aceradas hubiese sido distinto. Había en ese lugar trabajando acerca de treinta amoladoras y cerca de ochenta soldadoras eléctricas. Hubo muchos casos de trabajadores con trastornos auditivos, también hubo un gran número de personas con problemas cardíacos enfermedades de la piel, estrés, etc. Los compañeros quedaban totalmente sordos, sufrían importantes secuelas físicas. Existía un convenio firmado con el Ministerio de Trabajo y a los trabajadores le hacían una biometría para que puedan cobrar las indemnizaciones por discapacidad auditiva, pero cada vez se iban acrecentando los casos. Además, sufríamos altas temperaturas por trabajar con soldadoras eléctricas, porque casi no había ventilación y esto producía secuelas. La vejez prematura era otro reflejo de las condiciones ambientales y de insalubridad que se vivía en la fábrica, había hombres de treinta y cinco años que parecían de cincuenta. La sección de la Jaula de los Locos era la más brava y había un gran abismo respecto a otras secciones de la planta, pero también otra área nociva para la salud era la de pintura. Si bien no eran ambientes presurizados, la volatilidad de la pintura y gases tóxicos y diluyentes flotaban en el ambiente.”¹⁹

En la fábrica de Ford en Pacheco se produjo un proceso de movilización y organización de las bases, que eran representadas por unos doscientos delegados de fábrica que no solo profundizaron sus demandas frente a la patronal sino que enfrentaron de modo creciente a la dirección del Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte (SMATA) (Basualdo, Quintana y Varsky, 2013). Se había conformado un comité de reclamos con el objetivo de presionar a la comisión interna frente a la discusión paritaria de 1975. Las tensiones con la cúpula del SMATA se profundizaron hasta el punto que la comisión interna decidió presentar la renuncia al gremio aunque fue rechazada por las autoridades. Los trabajadores finalmente consiguieron uno de los mejores convenios

¹⁸ Archivo Intermedio del Archivo General de la Nación, Nota de la UOM-Establecimiento Materfer dirigida al jefe de personal, Fiat Materfer, 5 de marzo de 1976.

¹⁹ Entrevista realizada por la autora a Jorge Luis Argañaraz, ex trabajador de Fiat Materfer, activista sindical y militante político, 2 y 3 de diciembre de 2014, en la ciudad de Córdoba.

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

colectivos de trabajo logrando un aumento salarial del 100% y cambios de categorías. Poco antes del golpe, habían logrado que el personal de los comedores de la fábrica pasara a estar agrupado bajo el convenio de SMATA pudiendo equiparar, de esa manera, la categoría salarial como el resto de los trabajadores. A su vez, consiguieron el pago correspondiente a la guardería para sus hijos e hijas, declarar el “día femenino” para las mujeres que trabajaban en la cocina del comedor debido a las altas temperaturas y habían alcanzado llevar las elecciones de delegados por primera vez en el sector de administración. Como en Fiat, otra gran disputa fue la cuestión de la insalubridad laboral. La comisión interna llegó a demostrar la presencia de plomo en sangre, negada tantas veces por la empresa, a partir de una investigación realizada por la facultad de Medicina de la Universidad de Buenos Aires. Un día antes del golpe de Estado, los directivos de Ford lanzaron duras amenazas a los trabajadores en medio de una asamblea y, con tono burlesco, anticipaban y festejaban lo que vendría después, el período más violento y trágico de nuestra historia reciente.²⁰

FUERZAS ARMADAS Y “FUERZAS AMIGAS”: EL ROL DE LAS EMPRESAS EN LA REPRESIÓN DE LOS TRABAJADORES DURANTE LA ÚLTIMA DICTADURA EN ARGENTINA

Si bien la represión estatal y paraestatal estuvo presente desde antes de producirse el golpe de Estado, la violencia desplegada durante la dictadura adquirió un nivel de ferocidad, disciplina y regularidad sin precedentes que dejó como saldo más de 30.000 personas detenidas-desparecidas. Cuando las Fuerzas Armadas asumieron el gobierno

²⁰ “El 23 de marzo de 1976, la empresa reúne al cuerpo de delegados que se encontraba en la planta de Estampado, estando presentes por parte de la misma los señores Marcos (gerente de planta de estampado), Pérez (representante laboral) y Galarraga (Gerente de Relaciones Laborales) y por la parte obrera, entre otros, los compañeros Murúa (delegado de Línea de Prensa), Sánchez (delegado de subarmado) y Juan Amoroso. El señor Galarraga lee un papel que dice le entregó un coronel al cual se negó identificar, porque ‘su palabra bastaba’, para exhortarles a trabajar en sus tareas olvidándose de todo tipo de reclamos y, manifestó, que todo problema se había acabado. [Luego Galarraga expresó:] ‘Amoroso, dele saludos a Camps’. Por no conocerlo, el delegado preguntó quién era ese señor, le dijo ‘ya se va a enterar’ y se alejaron riendo los dos. (Testimonio de Pedro Troiani, ex trabajador de Ford, en el juicio contra ex directivos de la empresa en el TOF 1 de San Martín durante el año 2018).

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

pusieron en marcha un plan sistemático de desaparición, tortura y exterminio del cual se desprenden un conjunto de medidas y protocolos con el objetivo de intervenir, desde instituciones civiles como militares, el mundo del trabajo. A los específicos reglamentos del Ejército, se sumaron directivas en las cuales los actores sindicales, y en especial aquellos que resistían el régimen, se concibieron como enemigos a exterminar. A su vez, detallaron la forma de irrumpir contra ellos trazando un estado de situación en el cual la figura del empresario se tornaba cada vez más visible y activa. De esa forma, el “Plan de Capacidades Internas de la Armada” (Placintara) de noviembre de 1975 ponía entre sus objetivos principales la “ofensiva contra la subversión en todo el ámbito del territorio nacional para detectar y aniquilar las organizaciones subversivas. Los movimientos políticos y sindicales de las principales zonas industriales eran consideradas por las fuerzas militares como "excepcionalmente subversivas, en virtud de la concentración industrial y las tradiciones de lucha y organización sindical" (AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH; 2015, p. 5).

Apenas un mes antes del Golpe, el Ejército confeccionó su plan estratégico basado en las Directivas 404/75, con indicaciones de cómo recolectar información y detener a sindicalistas. Más tarde, creó las directivas 222/76 y 226/76 que se denominaron “Operación piloto en el ámbito industrial” y “Apoyo a la actividad laboral”, respectivamente. En abril de 1977, redactaron un anexo a las directivas 504/77 en la que se situó claramente el rol del empresario como “fuerza amiga”.²¹

Una vez restablecida la democracia, desde el informe de CONADEP en adelante existen diversos registros con una cantidad de denuncias realizadas por las propias víctimas trabajadores/as y sus familias junto con los organismos de derechos humanos y organizaciones sindicales, en las cuales revelaron el rol de las empresas en la represión, a través de la participación directa de sus directivos y personal jerárquico. Pese a que el proceso de juzgamiento por delitos de lesa humanidad cometidos en Argentina se

²¹ En ese anexo se señala también como fuerza amiga a sectores sindicalistas y se observa distintas actitudes empresariales frente a la represión: desde aquel que va más allá de los límites planteados por el Ejército hasta aquel que es considerado “subversivo” por encubrir a las denominadas “bandas delincuentes”.

concentra mayormente en las responsabilidades militares, el involucramiento de actores civiles, concretamente empresarios, en las violaciones a los derechos humanos permite echar luz acerca del entramado económico y político entre ciertos grupos del poder económico y las fuerzas armadas. Como contracara a esto, también observamos la impunidad que muchos de estos grandes empresarios gozan dejando entrever el poder que aún ejercen en nuestro presente.²²

Un paso sustancial, que permitió nutrir las investigaciones judiciales donde se presumía la participación empresarial en los delitos de lesa humanidad, fue la incorporación de estudios que abrieron nuevas perspectivas como el *“Informe de Responsabilidad Empresarial: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado”*. En esta investigación se distinguen un conjunto de prácticas empresariales represivas, a partir de un exhaustivo análisis de documentos provenientes de diversos archivos, que permitieron demostrar la participación directa de empresarios y directivos en la represión a trabajadores y activistas sindicales en el marco de cambios significativos en las relaciones laborales y en las dinámicas económicas y sociales que atravesaban las compañías.²³ De un total de veinticinco casos de empresas investigadas, este trabajo concluyó que

“En un 88% se produjeron secuestros de trabajadores en las fábricas y el despido o retiro forzados de obreros activistas, en algunos casos ya asesinados o desaparecidos; en un 76% se comprobó la entrega de información privada de los trabajadores y listados de delegados a las fuerzas represivas; en un 72% se verificó la presencia y actividad militar de control, supervisión y amedrentamiento en las fábricas; en un 68% se observó la participación de oficiales de Fuerzas Armadas o de Seguridad en cargos directivos; en un 60% se demostró la existencia de agentes de inteligencia infiltrados; en un 56% se realizaron operativos militares en los predios fabriles; en un 52% se constató la presencia de cuadros empresariales en las

²² Para conocer sobre el proceso de juzgamiento a empresarios y directivos por delitos de lesa humanidad ver Basualdo, Victoria. “Tramas económicas y responsabilidad empresarial en la última dictadura argentina (1976-1983)” en Badenes, Daniel y Grassi, Luciano, *Pasado/Presente: las disputas de sentido. Debates en Historia, Memoria y Comunicación*, Bernal, Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes.

²³ Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, Centro de Estudios Legales y Sociales —Cels— y Area de Economía y Tecnología de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales —Flacso, sede Argentina— (organizaciones), *Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad. Represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado*, 408-9.

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

detenciones, secuestros y hasta torturas; en un 48% se habilitaron instalaciones para el asentamiento de fuerzas represivas; en un 48% brindaron aportes económicos a las fuerzas represivas; en un 40% se utilizaron camionetas de la empresa para los operativos de detención o secuestro; en un 40% existió un control militarizado del ingreso a la planta fabril; en un 36% se manifestaron amenazas de directivos con el uso de la fuerza represiva; en un 36% se hicieron pedidos de intervención militar en conflictos; en un 32% se realizaron secuestros de trabajadores en el trayecto entre la empresa y la casa, y viceversa; en un 24% funcionaron centros clandestinos de detención en establecimientos de la empresa; en un 16% existió un control militarizado de la producción y en un 16% se produjo retención y tortura en espacios de la fábrica” (2015, p.p.408-409)

En particular, en la planta Ford de Pacheco, se verificó que unos treinta y siete trabajadores y delegados fueron víctimas de delitos de lesa humanidad y se estableció que la represión estuvo centrada en la acción sobre el cuerpo de delegados. De ese conjunto de trabajadores, muchos de ellos fueron secuestrados e incluso torturados en el mismo predio de la empresa a lo largo de 1976 (AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH; 2015, Vol. I, p.457). Las investigaciones judiciales señalaron, desde un inicio, la participación de la empresa en dicha represión. Según Basualdo, Ojea Quintana y Varsky “no se restringió a proveer apoyo logístico ni a demandar la detención de alguno de los propios trabajadores sino que, al igual que otros casos extremos como Acindar, alcanzó su máximo nivel: está probado que en el predio de la fábrica operó un cuartel militar instalado en la zona del quincho del campo de deportes con el propósito de combatir la subversión en el marco del plan criminal comprobado judicialmente en la causa 13/84 de la Cámara Federal de la ciudad de Buenos Aires”.²⁴ Después de cuarenta y dos años desde que los trabajadores realizaran su primera denuncia en el ámbito judicial, se produjo el juicio oral contra dos ex directivos de Ford, Pedro Müller, ex gerente de manufactura y condenado a 10 años de prisión; Héctor Sibilla, ex gerente de seguridad, condenado a 12 años y el responsable militar de la zona, Santiago Omar Riveros,

²⁴Basualdo Victoria, Ojea Quintana, Tomás y Carolina Varsky. “Los Casos Ford y Mercedes Benz” en Verbitsky, Horacio y Juan Pablo Bohoslavsky *Cuentas Pendientes. Los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: 2013. Ed. Siglo XXI. (p.88)

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

condenado a 15 años, por cometer delitos de lesa humanidad contra los trabajadores. El debate oral, que se desarrolló a lo largo de todo el año 2018, por el cual dieron testimonio las propias víctimas, sus familiares e investigadores en calidad de testigos de contexto, culminó con un fallo histórico no solo por las condenas logradas a los empresarios sino también por el reconocimiento que marcaron los jueces respecto a los motivos e intereses que, tanto la empresa como las fuerzas armadas, compartían. En los fundamentos de la sentencia, los magistrados alegaron que el móvil central del proceso represivo estuvo dirigido a “la eliminación de las comisiones internas de los sindicatos en las fábricas, símbolo de la fuerza obrera y de resistencia a las demandas de eficiencia, y éste fue un objetivo común entre empresarios y militares que de facto ocuparon el gobierno. El funcionamiento del mercado de trabajo era una dimensión más del proyecto de transformación social y económica que se ponía en marcha, lo que permite comprender el común denominador entre las veinticuatro víctimas, esto es su relación laboral con FORD” (p.247). A su vez, este fallo reconoce la existencia de lo que denominamos previamente “prácticas empresariales represivas” de las cuales hacen referencia: “sus legítimas detenciones obedecieron a un denominador común que se vinculó su participación en actividades gremiales (p.62); que “existió, de parte de autoridades y personal jerárquico de la empresa Ford, un aporte específico de información de los trabajadores a ser secuestrados. (...) Por una parte, se acreditó que se entregaron a las fuerzas militares los legajos del personal (...). Por otro lado, se acreditó que el aporte de información por parte de los directivos empresariales a las fuerzas militares para consumar los secuestros se materializó mediante la confección de listados con las personas que demandaban ser detenidas” (p.201-204); “con el mismo grado de certeza se acreditó que existió un aporte logístico y de recursos materiales de parte de las autoridades y personal jerárquico de Ford a las fuerzas militares que de mano propia produjeron los secuestros probados. Fueron numerosos los testigos que declararon que el personal del Ejército que se encontraba instalado en la fábrica y, específicamente en el quincho al que hicimos referencia, era alimentado en los comedores de la empresa.” (p.206); “se probó además que existió un aporte de la estructura organizacional y de infraestructura territorial por parte de las autoridades de

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

Ford a las fuerzas militares para la realización de los secuestros probados” (p.210); “después del 24 de marzo de 1976, más allá del uso de las fuerzas de seguridad y luego armadas del quincho y el sector recreativo como una especie de cuartel militar, plenamente visible y conocido por todos, ese espacio se convirtió en un centro clandestino de detención con la particularidad de encontrarse emplazado en una propiedad privada. Los trabajadores detenidos y secuestrados en sus lugares de trabajo fueron llevados al quincho donde fueron mantenidos en condición de desaparecidos” (p.218).²⁵

En el caso de Fiat, la dinámica represiva en los establecimientos fabriles de Córdoba dejó al menos 52 obreros desaparecidos y/o asesinados (AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH; Vol. II, 2015, p.215) donde la mayoría de ellos ocuparon puestos como dirigentes o delegados gremiales en aquel momento o se habían desempeñado en cargos directivos en el pasado en el Sindicato de Trabajadores de Concord (SITRAC), el Sindicato de Trabajadores de Materfer (SITRAM) o el SMATA que nucleaba a los trabajadores en la planta de Grandes Motores Diesel (GMD). Estas organizaciones sindicales que, agrupaban a la mayoría de los trabajadores, llevaron adelante intensos procesos de lucha contra la patronal durante los primeros años de la década del 70. En términos de responsabilidad empresarial, se producía un intercambio fluído de información, en especial sobre los conflictos gremiales, entre los directivos de la empresa y las fuerzas armadas. El plan represivo se articulaba a través de las áreas de personal y de seguridad de la filial cordobesa con distintas dependencias de inteligencia y operativas del Tercer Cuerpo del Ejército (Batallón 141 de Inteligencia) y de la policía (comisaría de Ferreyra). Numerosos documentos dieron cuenta que tanto los directivos como el personal jerárquico de la compañía tenían un elevado nivel de conocimiento sobre la persecución y represión que sufrían sus propios trabajadores, incluso uno de ellos fue secuestrado al interior de la planta. Además, se pudo verificar la continua presencia militar en el control

²⁵ Los fundamentos de las causas 2855 y 2858 fueron emitidos por el Tribunal Oral en lo Criminal Federal N° 1 de San Martín, integrado por los Dres. OSVALDO ALBERTO FACCIANO, MARIO JORGE GAMBACORTA y EUGENIO J. MARTÍNEZ FERRERO y publicados el 15 de marzo de 2019 en la web del Centro de Informaciones Judiciales (CIJ): www.gij.gov.ar

de ingreso y egreso a la fábrica y en los alrededores durante los primeros años de la dictadura.

Más allá de los vínculos en el accionar represivo, las relaciones entre los altos cargos directivos de Fiat y los comandantes de las Fuerzas Armadas han sido estrechas a la hora de concretar importantes negocios, como por ejemplo, la venta del equipamiento bélico (aeronaves) y capacitación de pilotos por parte de la casa matriz italiana a pilotos de la Fuerza Aérea en plena dictadura. Muchas de estas aeronaves han sido utilizadas con el propósito de hacer desaparecer los cuerpos de las personas detenidas-desaparecidas a través de los “vuelos de la muerte”, una de las formas más crueles e infames que adquirieron los crímenes contra la humanidad en Argentina.

A MODO DE CIERRE

A través de esta exposición, intentamos mostrar el impacto tanto del modo de producción fordista como de la doctrina de seguridad nacional en las dinámicas económicas-productivas, conflictivas y represivas en dos grandes fábricas automotrices y cómo estas fueron desarrollándose a lo largo de los años de la última dictadura en Argentina entre 1976-1983.

En un segundo apartado, pusimos en diálogo las reestructuraciones empresariales que las dos automotrices llevaron adelante durante los últimos años de la dictadura acordes con el nuevo régimen económico de acumulación del capital basado en la valorización financiera y su incidencia en el endeudamiento permitiéndoles multiplicar exponencialmente sus ganancias. Así también pudimos advertir que el plan represivo contra los trabajadores y delegados sindicales estuvo dirigido a terminar los derechos laborales y libertades sindicales que habían alcanzado a través de un intenso proceso de lucha. Por último, subrayamos el rol participativo de las empresas, a través del involucramiento directo de sus directivos y personal jerárquico, en los hechos represivos contra los trabajadores considerados, en términos jurídicos actuales, como delitos de

Galli, Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)

lesa humanidad. En el caso de Ford, estos crímenes han logrado ser juzgados y dos de sus ex directivos fueron condenados gracias a la perseverancia y lucha de los trabajadores, sus familiares, abogados, organizaciones sindicales y de derechos humanos mientras que los indicios respecto a las violaciones de derechos humanos contra trabajadores de las plantas de FIAT no han sido aún investigados por la justicia ni siquiera acusados sus responsables empresariales.

En definitiva, a dichas empresas no les bastó con despedir a sus trabajadores, cerrar fábricas, incrementar los ritmos de producción a través de un mayor control y disciplinamiento laboral e invertir en negocios financieros con el objetivo de mejorar sus niveles de rentabilidad sino que decidieron, de manera consciente y articulada, recurrir a la más violenta represión para acabar con la vida de miles de trabajadores y delegados sindicales que luchaban por un salario más justo y unas condiciones dignas de trabajo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

-AGLIETTA, Michael. *A Theory of Capitalist Regulation. The US Experience* (orig. pub. 1976), London, 1979.

-Área Economía y Tecnología de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), Programa Verdad y Justicia y Secretaría de Derechos Humanos del Ministerio De Justicia y Derechos Humanos de la Nación. *Informe de Responsabilidad Empresarial en Delitos de Lesa Humanidad. Represión a trabajadores durante el Terrorismo de Estado (Caso FIAT y Caso Ford)*, Buenos Aires: Ed.Infojus, 2015.

-AZPIAZU, Daniel, Eduardo Basualdo y Miguel Khavisse. *El nuevo poder económico en la Argentina de los años 80*. Buenos Aires: Editorial Legasa, 1986.

-BASUALDO, Eduardo. *Deuda Externa y Poder Económico en Argentina*. Buenos Aires, Ed. Nueva América, 1987

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

-BASUALDO, Eduardo. *Estudios de Historia Económica Argentina. Desde mediados del siglo XX a la actualidad*, Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 2010.

-BASUALDO, Eduardo. "Informe sobre Ford" presentado ante la Fiscalía Nacional de Primera Instancia en lo Criminal y Correccional Federal Nº 6, 16 de noviembre de 2006.

-BASUALDO, Victoria. "Tramas económicas y responsabilidad empresarial en la última dictadura en Argentina (1976-1983)" en Badenes, Daniel y Grassi, Luciano, *Pasado/Presente: las disputas de sentido. Debates en Historia, Memoria y Comunicación*, Bernal: Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, 2019.

-BASUALDO, Victoria; Tomás Ojea Quintana y Carolina Varsky. "Los Casos Ford y Mercedes Benz" en Verbitsky, Horacio y Juan Pablo Bohoslavsky *Cuentas Pendientes. Los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 2013

-BASUALDO, Victoria. "Aportes para el análisis del papel de la cúpula sindical en la represión a los trabajadores en la década de 1970" en Verbitsky, Horacio y Juan Pablo Bohoslavsky *Cuentas Pendientes. Los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 2013.

-BRENNER, Robert y Mark Glick. "The regulation approach: Theory & History", *New Left Review*, n. 188, Reino Unido, 1991.

-COHEN, Robert. "La reorganización internacional de la producción de la industria automotriz". Artículo presentado en la sesión de Economía Política de las Sociedades Industriales Avanzadas. Reunión de la Asociación Norteamericana de Ciencia Política, Washington D.C., 1979.

-CROCI ANGELINI, Elisabetta, y Silvia Sorana. «Armi e interesse commerciali: la complessità dei rapporti economici tra Italia e Argentina 1976-1983». En *Affari Nostri: diritti umani e rapporti Italia-Argentina 1976-1983*, editado por Claudio Tognonato, 208-35. Roma: Ed. Fandango, 2012.

-FERNÁNDEZ, Arturo. *Las prácticas sociales del sindicalismo: 1976-1982*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

-GAGGERO, Alejandro y Bruno Perez Almansi. *“La retirada de Fiat y el desembarco del grupo Macri en el sector automotriz argentino (1979-1982)”* presentado en las VI Jornadas de Historia de la Industria y los Servicios, Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires, 2017.

-HARARI, Ianina. *“La formación de una clase obrera calificada en los orígenes de la industria automotriz cordobesa”*. Cuadernos de Historia, Serie Ec. y Soc., N° 11, CIFYH-UNC, Córdoba, 2009

-IÑIGO CARRERA, Nicolás. *“Notas para la investigación de los cambios en los procesos de trabajo en la fase actual de capitalismo”*, en O. Martínez y D. Ximénez (comp): Actas del Encuentro Reconversión y Movimiento Obrero, CIPES, Buenos Aires, 1994.

-KLARE, Michael T. *“Armas y Poder en América Latina”*, México: ERA, 1978.

-LASCANO, Valeria; Fernando Menedez y Federico Vocos. *Análisis del proceso de trabajo en la planta de automóviles Ford*, en *Taller de estudios laborales*, 1990. [en línea] <http://www.tel.org.ar/spip/download/ford.pdf>

-LIPIETZ, Alain. *Espejismos y milagros. Problemas de la industrialización en el Tercer Mundo*, Bogotá:Tercer Mundo, 1992.

-LOAEZA, Soledad. *“Estados Unidos y la contención del comunismo en América Latina y en México”* en *Foro Internacional*, Vol. 53, No. 1 (211) (ENERO-MARZO, 2013), pp. 5-56.

-LORENZ, Federico. *Algo parecido a la felicidad: Una historia de la lucha de la clase trabajadora durante la década del setenta [1973-1978]*. Ensayo. Buenos Aires: Edhasa, 2013.

-MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS DE LA NACIÓN, Secretaría de Derechos Humanos, Coord. Sebastian Chairini y Rosa Elsa Portugheis. *“Plan Conintes. Represión política y sindical”* Archivo Nacional de la Memoria, Buenos Aires, 2014.

-PETTINÀ, Vani. *Historia Mínima de la Guerra Fría en América Latina*. Ciudad de México: El Colegio de México, 2018.

Galli, *Fordismo y doctrina de seguridad nacional en la industria automotriz argentina: reestructuraciones empresariales, conflictividades y represión contra trabajadores en Ford y Fiat durante la última dictadura en Argentina (1976-1983)*

-POZZI, Pablo. *Oposición obrera a la dictadura, 1976-1982*. Buenos Aires: Editorial Contrapunto, 1988.

-ROBERTINI, Camillo. *Las relaciones bilaterales entre Italia y Argentina durante la última dictadura militar 1976-1983*. História Unicap, v. 3 , n. 5, jan./jun. de 2016.

-ROITMAN ROSENMAN, Marcos. *Tiempos de Oscuridad: Historia de los golpes de Estado en América Latina*. Madrid: Ed. Akal, 2013.

-SCHVARZER, Jorge. *La reconversión de la industria automotriz: un balance provisorio en CICLOS*, Instituto de Investigaciones en Historia Económica, Facultad de Ciencias Económicas, UBA, N°8, 1995.

-VELAZQUEZ RIVERA, Edgar de Jesús. “*Historia de la Doctrina de la Seguridad Nacional*”, Revista Convergencia de Ciencias Sociales, Nro.27 (enero-abril 2002), México.

Data de Submissão: 30/05/2020

Data da Avaliação: 09/06/2020

EL CASO DE ACINDAR VILLA CONSTITUCIÓN Y EL CICLO DE TRANSFORMACIONES REPRESIVAS, PRODUCTIVAS Y LABORALES ENTRE DICTADURA Y DEMOCRACIA


Victoria Basualdo¹

Resumen. Este artículo analiza la evolución de la empresa siderúrgica Acindar Villa Constitución (Provincia de Santa Fe), en el marco de las transformaciones en la industria siderúrgica desde la década del 70 hasta la década del 90. Se detiene en los impactos de la última dictadura en Argentina (1976-1983), las conexiones entre las fuerzas armadas y la dirigencia empresarial, y el proceso represivo de inédita intensidad llevado adelante en esta etapa, así como las transformaciones en las relaciones laborales y las dimensiones productivas, y la conformación de un oligopolio siderúrgico al final de la dictadura. Analiza también el proceso de reconversión productiva entre fines de la década del 80 e inicios del 90, enfatizando que en la salida de ese ciclo de conflicto se promovió la expansión de la tercerización laboral como una estrategia con fuerte impacto en el colectivo laboral y la trayectoria productiva y empresarial.

Palabras clave: Siderurgia; Dictadura; Transformaciones laborales; organización sindical; cambios productivos y tecnológicos.

O CASO DA ACINDAR VILLA CONSTITUCIÓN E O CICLO DE TRANSFORMAÇÕES REPRESSIVAS, PRODUTIVAS E TRABALHISTAS ENTRE DITADURA E DEMOCRACIA

Resumo. Este artigo analisa a evolução da empresa siderúrgica Acindar Villa Constitución (província de Santa Fe), no âmbito das transformações na indústria siderúrgica desde a década de 70 até a de 90. Detém-se nos impactos da última ditadura na Argentina (1976-1983), as conexões entre as forças armadas e a liderança empresarial e o processo repressivo de inédita intensidade levado adiante nesta fase, assim como as transformações nas relações de trabalho e nas dimensões produtivas, além da conformação de um oligopólio siderúrgico no final da ditadura. Analisa também o processo de reconversão produtiva entre o final da década de 80 e o início da

¹ Investigadora del CONICET y de FLACSO Argentina.  <https://orcid.org/0000-0003-4150-9797>. Email: basuovic@yahoo.com.ar

década de 90, enfatizando que na saída desse ciclo de conflito promoveu-se a expansão da terceirização laboral como uma estratégia com forte impacto sobre o coletivo de trabalhadores e na trajetória produtiva e empresarial.

Palavras-chave: Indústria siderúrgica; Ditadura; Transformações trabalhistas; organização sindical; mudanças produtivas e tecnológicas.

THE CASE OF ACINDAR VILLA CONSTITUCIÓN AND THE CYCLE OF REPRESSIVE, PRODUCTIVE AND LABOR TRANSFORMATIONS BETWEEN DICTATORSHIP AND DEMOCRACY

45

Abstract: This article analyzes the evolution of the Acindar steel mill in Villa Constitución, Province of Santa Fe, in the context the transformations of the steel industry in Argentina from the 1970s to the 1990s. It focuses on the impact of the last dictatorship (1976-1983), the connections between the armed forces and the business leadership and the repressive process of unprecedented intensity during this period. It also studies the transformations in labor relations and productive dimensions, which led to an oligopoly in steel industry by the end of the dictatorship. It also pays special attention to the process of industrial reorganization developed from the late 1980s to the early 1990s, emphasizing that in the closure of this labor conflict there was an expansion of outsourcing and subcontracting, which had a strong impact on labor relations and productive and business strategies.

Keywords: steel industry; dictatorship; labor transformation; trade-union organizations; technological and productive changes

El presente artículo analiza las transformaciones la empresa siderúrgica Acindar y su planta en Villa Constitución, Provincia de Santa Fe, Argentina, entre la década del 70 y la década del 90. Se trata de un caso clave y emblemático que ha sido estudiado desde diversas perspectivas, con énfasis y focos diversos que permitieron disponer de una rica historiografía e iluminar diversas dimensiones de este proceso. Este trabajo tiene como objetivo recuperar, articular y poner en diálogo una serie de trabajos e investigaciones sobre distintas etapas y problemáticas relativas a Acindar, incluyendo los estudios sobre procesos de organización sindical de base, responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad y represión a trabajadores y sindicalistas durante la dictadura, el impacto de las transformaciones estructurales en la siderurgia entre los 70 y los 90, la transición democrática y los procesos de reorganización sindical, prestando especial atención al papel de las redes internacionales, y el análisis de los procesos de reconversión productiva y reestructuración de las relaciones laborales, así como los estudios sobre tercerización laboral. El objetivo principal aquí es la articulación de aportes realizados desde la historia económica, empresarial, laboral y de redes internacionales, cuyo análisis conjunto y en diálogo permite dar cuenta de un proceso extremadamente complejo de transformación que ilustra tendencias y procesos más amplios.

En primer lugar, el trabajo analiza los inicios de la trayectoria de la empresa, en el marco del “modelo Savio” que funcionaba entonces como paradigma articulador en la industria siderúrgica, y que priorizaba la presencia estatal por considerarlo un sector estratégico por su importancia para la economía y la estructura productiva. Se abordan las conexiones existentes entre las fuerzas armadas y el poder empresarial durante la dictadura (1976-1983), y el proceso represivo de inédita intensidad llevado adelante en esta etapa. Estas prácticas empresariales represivas se estudian en conexión con las transformaciones en las relaciones laborales y en las dimensiones productivas, los cambios tecnológicos y la inauguración de la Planta Integrada Arturo Acevedo en 1978 y sus implicancias en la organización fabril. En este marco, se presta especial atención a la concentración experimentada en el sector a partir de la adquisición de otras firmas por parte de Acindar, lo que junto a la evolución del grupo Techint llevó a la

conformación de un oligopolio siderúrgico al final de la dictadura. En los últimos apartados se analizarán las políticas desarrolladas en la transición a la democracia, y muy particularmente el desarrollo del proceso de reconversión productiva en la planta, que tuvo como un hito significativo el lockout patronal de 1991. Se destaca que la salida del conflicto marcó un punto de inflexión en la expansión de la tercerización laboral, una estrategia con fuerte impacto en la composición del colectivo laboral y también en la trayectoria productiva y empresarial.

1. Inicios de la trayectoria empresarial de Acindar

Acindar Industria Argentina de Aceros S.R.L. se fundó en Rosario en 1942, y fue uno de los primeros laminadores privados instalados en el país, cuyo establecimiento estuvo vinculado a la necesidad de acero derivada de las restricciones a la importación ocasionadas por la Segunda Guerra Mundial.² En 1951, hacia fines de la primera etapa de la industrialización sustitutiva, la empresa realizó su primera ampliación, instalando en Villa Constitución la denominada “planta 2”, que tenía un tren de laminación en caliente comprado a Morgan Corporation, compañía de origen norteamericano. Este emplazamiento tenía la ventaja de estar muy cercano a SOMISA, la empresa siderúrgica estatal en la localidad de San Nicolás, al norte de la Provincia de Buenos Aires, y estaba en el marco del cordón industrial de zona norte, que se fue configurando como un núcleo central de la actividad industrial y la organización obrera.³

² La firma se constituyó a partir de la asociación de dos empresas constructoras: la empresa Acevedo y Shaw y la compañía de construcciones civiles de Aguirre y Aragón, con el principal objetivo de producir barras como insumo del cemento armado para la construcción. Una breve síntesis de la historia desde la perspectiva de la propia empresa: http://www.acindar.com.ar/inst_1_Historia.asp

³ Una gran parte de las referencias a la trayectoria empresarial y las formas de organización sindical de base en este artículo provienen de Basualdo (2010), tesis doctoral realizada en la Universidad de Columbia en la que analicé los procesos de organización sindical de base en casos del sector industrial en Argentina entre la segunda etapa de la industrialización por sustitución de importaciones y el final de la dictadura en 1983, tomando a Acindar como uno de los estudios de caso centrales. La tesis se basó en estadísticas y fuentes oficiales sectoriales, series y documentos de las cámaras empresariales del sector, estadísticas y fuentes de una gran cantidad de dependencias públicas vinculadas con temas económicos, laborales, productivos y represivos, documentos y fuentes provenientes de procesos judiciales, fuentes y archivos sindicales y de organismos de derechos humanos y una gran cantidad de entrevistas, además de visitas a la planta y la localidad.

La actividad siderúrgica se convirtió, durante la segunda etapa de la industrialización por sustitución de importaciones (ISI) en la Argentina en una de las ramas más dinámicas (BASUALDO, E., 2006). En este contexto, la empresa desarrolló hasta mediados de los años '60 una estrategia tendiente a abarcar otras producciones vinculadas. Mediante la asociación con distintas empresas de capital extranjero, Acindar promovió la fundación de firmas dedicadas a la producción de insumos para distintas actividades industriales, como la producción de automotores y tractores, entre otros. Ejemplos de estas empresas fueron Acinfer (productora de piezas forjadas para el sector automotor y ferroviario), Misipa (concentrada en la extracción de hierro), Armetal (productora de piezas estampadas para el sector automotriz), Acinplast (productora de caños de plástico), Indape (concentrada en la producción de aceros alto carbón), y Marathon (productora de aceros especiales) (JABBAZ, 1996; BASUALDO, FUKS Y LOZANO, 1991).

Hacia mediados de la década del '60 se produjo un cambio de estrategia empresarial. El golpe militar de 1966 que dio comienzo a la dictadura liderada por el General Juan Carlos Onganía, con sus promesas de modernización a partir de la inversión extranjera, influyó sobre la decisión de la empresa de establecer un acuerdo con la US Steel corporation para llevar adelante el proceso de integración vertical que involucraba la creación de una acería en la planta 2 de Villa Constitución para iniciar el proceso de producción directamente a partir del mineral de hierro. Acindar tenía influencia y estrechas relaciones con la dictadura: su gerente financiero fue nombrado Subsecretario de Hacienda por Onganía (CANGIANO, 1996: 156; SCHULMAN, 1985). En estos años la empresa vendió algunas de las empresas como Armetal y Acinplast, al tiempo que Misipa se liquidó, luego de su incorporación a Fabricaciones Militares. Entre 1967 y 1968 Acindar vendió Acinfer a Ford, dando origen a otra empresa denominada Metalurgia Villa Constitución (Metcon), y cerró Indape, aduciendo una falta de protección contra los productos importados.

La autorización para la integración vertical fue rechazada en sucesivas ocasiones por el estado debido a las restricciones derivadas del modelo Savio, que impedía que firmas privadas compitieran con SOMISA en la producción de semielaborados de acero. En 1971 Acindar presentó un nuevo proyecto de integración vertical de su proceso

productivo que incluía innovaciones tecnológicas como la reducción directa, hornos eléctricos y colada continua. Este proyecto fue aprobado en 1975 cuando Celestino Rodrigo era Ministro de Economía de la entonces Presidenta María Estela Martínez de Perón, por medio de los decretos de promoción industrial especial 216/75 y 228/76. Como se desarrollará a continuación, este gran cambio coexistió con una etapa de gran conflictividad y represión extrema contra los trabajadores, y marcó el inicio de una nueva etapa en términos tanto productivos como de relaciones laborales (JABBAZ, 1996: 20-21).

2. De los inicios de la represión al proceso de organización sindical autónomo y combativo a la represión dictatorial (1976-1983)

El proceso de organización sindical en la planta de Villa Constitución fue complejo y en diálogo con los ciclos de grandes luchas obreras a nivel nacional. Luego de intentos de organización frustrados por respuestas patronales que incluyeron despidos de activistas y diversas estrategias, en 1973, una agrupación identificada con el sindicalismo combativo se impuso en la comisión interna de Acindar, y, luego de una serie de obstáculos, impedimentos y fuertes movilizaciones, entre las que se destacó el mítico “Villazo”, una movilización que exigía el inmediato llamado a elecciones sindicales, se logró finalmente la convocatoria a las elecciones de la seccional metalúrgica en noviembre de 1974 (WINTER 1985 Y 2010, ANDÚJAR 1997, RODRÍGUEZ, VIDELA, CANGIANO, GALLITELLI, PORCU y PAULÓN, 1999, SANTELLA Y ANDÚJAR, 2007, PAULÓN, 2012, BASUALDO, 2013). La Lista Marrón de los trabajadores/as se convirtió entonces, a partir de su triunfo a fines de 1974, con el liderazgo de Alberto Piccinini, quien fue consagrado como Secretario General de la Unión Obrera Metalúrgica seccional Villa Constitución. Esta seccional se convirtió en uno de los exponentes más visibles del sindicalismo combativo y radicalizado a nivel nacional que confluyó en la zona en distintas instancias, y logró cambios importantes en la organización sindical de base, en condiciones de trabajo y cuestiones relativas a salud laboral, en los escasos meses en los que pudo estar al frente del sindicato. La respuesta a este creciente activismo político y sindical en el cordón industrial de zona norte, al igual que en otras regiones de fuerte

activismo obrero, fue brutal. El gobierno nacional, entonces a cargo de la Presidenta María Estela Martínez de Perón llevó adelante el 20 de marzo de 1975 la ocupación de la ciudad de Villa Constitución por parte de un conjunto de fuerzas represivas, denunciando la existencia de un supuesto “complot subversivo” en el cordón industrial norte y con eje en esa localidad. Este proceso que tuvo como foco central a los trabajadores metalúrgicos y de otras actividades (ferroviarias, comerciales) de Villa Constitución, se convirtió en uno de los casos paradigmáticos de represión a los trabajadores en la etapa previa al golpe del 24 de marzo de 1976 (KALAUZ, 2009).⁴

Durante la madrugada del 20 de marzo de 1975, la ciudad fue ocupada por cuatro mil agentes de fuerzas policiales (federales y provinciales), en patrulleros de policía, carros de asalto, lanchas y helicópteros, incluyendo a fuerzas como los “Pumas”, personal de la SIDE (Secretaría de Inteligencia del Estado), Gendarmería Nacional, la Organización Paramilitar Antisubversiva de Santa Fe, además de grupos del ala derecha del peronismo, la Juventud Sindical Peronista y el Ministerio de Bienestar Social. Antes de tomar la decisión, la presidenta Martínez de Perón se había reunido con José Alfredo Martínez de Hoz, que era entonces el Presidente de Acindar. El análisis oficial del supuesto complot indicaba que se buscaba paralizar la producción industrial vital para el país de la zona de Rosario a San Nicolás, usurpar los sindicatos y obligar a los obreros a no concurrir al trabajo, y se referían a esta amenaza con la denominación de “La Serpiente Roja del Paraná” (BASUALDO, 2010, CANGIANO, 1996: 371, AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH, 2015).

Las fuerzas represivas allanaron y saquearon más de un centenar de viviendas, encarcelaron a unos trescientos trabajadores y produjeron en distintos choques numerosos heridos y quince muertos.⁵ La Comisión Directiva de la seccional de la UOM,

⁴ Para un análisis en profundidad de este proceso de organización y militancia, ver Basualdo (2010) y Basualdo (2011), artículo basado en material documental del sindicato de la Unión Obrera Metalúrgica de Villa Constitución, material del archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires y del Archivo Nacional de la Memoria, en colecciones documentales personales y en entrevistas.

⁵ La cantidad de detenidos oscila entre 180 y 300 dependiendo de diversas fuentes consideradas, y no existen aún listas completas y finales de los detenidos en este proceso, sólo reconstrucciones parciales. El análisis del proceso represivo se profundizó y amplió en el marco de la investigación sobre

excepto Luis Segovia y el Coco Dannunzio, fue detenida. Muchos de ellos fueron sacados violentamente de sus casas y llevados a la Jefatura de Policía de Rosario, donde sufrieron hacinamiento, hambre y simulacros de fusilamiento. Otros metalúrgicos fueron detenidos en la localidad cercana de San Nicolás, a lo que se sumó la detención de referentes sindicales de otros gremios como el ferroviario (AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH, 2015).

La respuesta obrera a la represión extrema fue contundente. Se llevó adelante una huelga general que se extendió por casi dos meses, con la coordinación de un comité de lucha encabezado por Luis Ángel Segovia, un integrante de la comisión interna de Acindar que no había podido ser detenido, así como por trabajadores de las empresas Metcon, Marathon y Villber (PAULÓN, 2012; RODRÍGUEZ, VIDELA, CANGIANO, GALLITELLI, PORCU y PAULÓN, 1999). La conducción del Comité de Huelga se articuló también con comités barriales que colaboraron en la provisión de alimentos, con la solidaridad de vastos sectores sociales y la adhesión de distintos gremios. Se destacó en esta lucha el papel de las mujeres, tanto las madres, como esposas, hijas, hermanas, novias, acompañaron este proceso de lucha con aportes claves en el sostén, alimentación, circulación de información y movilización (CANGIANO, 1996: 377, RODRÍGUEZ, VIDELA, CANGIANO, GALLITELLI, PORCU y PAULÓN, 1999, SANTELLA Y ANDÚJAR, 2007, PAULÓN, 2012). El Ministerio de Trabajo respondió ilegalizando las huelgas y amenazando con aplicar la Ley de Seguridad Nacional 20.840. El 23 de marzo, un comando de la organización Montoneros asesinó en Rosario al jefe de policía de Villa Constitución, Telémaco Ojeda, acusado de torturador. Tres días más tarde,

Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad entre 2014 y 2015, que contó con el aval del Ministerio de Justicia de la Nación y fue llevado adelante por equipos del Área de Economía y Tecnología de FLACSO, el CELS, el Programa Verdad y Justicia y la Secretaría de Derechos Humanos. Se accedió al archivo de la CONADEP, que durante su trabajo en 1984 se trasladó a Villa Constitución por considerar a este caso como un proceso emblemático, y el Juicio a las Juntas. Se accedió y trabajó también una gran cantidad de material documental del Archivo Nacional de la Memoria y varios otros archivos estatales relevantes, y las colecciones documentales del Museo de la Memoria de Rosario, Santa Fe.

Basualdo, *El caso de Acindar Villa Constitución y el ciclo de transformaciones represivas, productivas y laborales entre dictadura y democracia*

efectivos de la Policía Federal encabezaron el desalojo de las plantas tomadas, deteniendo a delegados y subdelegados (AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH, 2015).⁶

Pero la escalada de violencia no concluyó en este proceso represivo inicial. En este contexto se produjeron secuestros, torturas y desapariciones forzadas, algunos de los cuales tuvieron lugar dentro de Acindar y en espacios directamente provistos por la empresa para ello. Desde entonces, ninguna medida como paros parciales por turnos o intentos de afectar la producción, pudieron detener el aumento de los ritmos de trabajo y de la vigilancia adentro y fuera de la fábrica. Algunos delegados afines a las luchas todavía podían recolectar fondos solidarios para los presos y pedir la reincorporación de algún despedido, pero las dificultades eran extremadamente difíciles de superar. La última gran acción fue el acompañamiento al paro nacional del 7 y 8 de junio de 1975, en repudio a las medidas de política económica tomadas por el entonces Ministro de Economía Celestino Rodrigo. En enero de 1976, otras personas fueron desaparecidas y/o asesinadas, y se pudo identificar como jefe del operativo represivo a Aníbal Gordon, jefe de la fuerza paramilitar conocida como Triple A (Alianza Anticomunista Argentina). Carlos Tonzo, Pedro Reche y Jorge Andino fueron llevados en auto por personal de civil y posteriormente sus cadáveres aparecieron al costado del camino La Blanqueada con impactos de bala y signos de tortura (AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH, 2015).

A partir del golpe de estado del 24 de marzo de 1976, un capitán del Ejército se hizo cargo del sindicato intervenido, los despidos se incrementaron y más de cien obreros, delegados y activistas fueron encarcelados. Una gran parte de ellos desempeñaba alguna tarea vinculada con el activismo gremial, y varios tenían además una militancia partidaria. En todo este proceso se destaca la estrecha vinculación entre los máximos directivos empresariales y las fuerzas militares. Las actas de directorio de la empresa 1975 y 1979 permiten verificar que en el año 1975 el presidente de Directorio era José Martínez de Hoz; vicepresidente, Juan Carlos Sorondo, como directores, Arturo F. A.

⁶ Sobre estos hechos hay una síntesis informativa confidencial del departamento de Inteligencia de la Policía Federal con fecha 31 de marzo de 1975 que describe un desalojo que se realizó en la planta Acindar el 26 de marzo de 1975, y que pudo ser recuperado en el marco de la investigación sobre Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad. Archivo Nacional de la Memoria. "Síntesis Informativa de la Policía federal Argentina N° 242. Estado Mayor. Departamento de Inteligencia del día 31 de marzo de 1975."

Acevedo, Jorge E. Acevedo, Eduardo E. Aragón, Carlos A. Carrera, Ricardo S. Pujals, Juan P.A. Thibaud y Lola Acevedo; y como secretario del directorio Jorge E. Rivarola. La distribución de cargos y funciones se mantuvo de esta forma durante todos los años de la dictadura con un único cambio: Alcides López Aufranc reemplazó a Martínez de Hoz en la presidencia de la empresa a partir de marzo de 1976.⁷

Una multiplicidad de testimonios, declaraciones y evidencias documentales dan cuenta del involucramiento de la empresa en los crímenes de lesa humanidad. Una de las formas que tomó este involucramiento se traduce en la puesta a disposición de instalaciones y recursos materiales para la ejecución de la represión no sólo a trabajadores de Acindar sino también a militantes de la zona. Testimonios y documentos presentados ante sede judicial dan cuenta de la presencia de un destacamento policial dentro de las instalaciones de la compañía, que funcionaba en lo que se conocía como los “albergues de solteros” de la empresa, donde desarrollaba sus actividades la fuerza de la policía provincial rural conocida como “Los Pumas”. Pero no solo se registró, en el caso de Acindar, esta presencia de fuerzas militares dentro del predio de la fábrica, sino que se probó además que los albergues de solteros, edificaciones dentro del predio y por lo tanto bajo control empresarial, fueron utilizados como Centros Clandestinos de Detención (BASUALDO, V. 2006b y 2010; AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH, 2015).⁸

⁷ El soporte documental para esta reconstrucción de la estructura directiva fue posible a partir del material que surgió del allanamiento que se realizó en el año 2013 en las oficinas administrativas de Acindar por orden del Juzgado Nacional en lo Criminal y Correccional Federal N° 5. En el marco de la investigación sobre responsabilidad empresarial por delitos de lesa humanidad se pudo acceder al documento en el cual Martínez de Hoz presentó la renuncia y fue designado en su lugar López Aufranc, actas de directorio, memorias anuales y listas de empleados. En: Expediente N° FRO 13174/2013 caratulado “N.N. s/Homicidio agravado p/ el conc. de dos o más personas en concurso real con imposición de tortura, en concurso real con privación ilegal de la libertad. Presentantes: Stara, Gonzalo Daniel. Víctimas: Luna, Agustín Reynaldo y otros” radicada en la Unidad de Asistencia para causas por violaciones a los Derechos Humanos del Ministerio Público Fiscal de Rosario. Caja 4.

⁸ La gravedad de estos hechos y su lugar en el proceso represivo desplegado sobre la ciudad de Villa Constitución derivó en el desarrollo de una causa judicial en el ámbito penal, radicada en el Juzgado Federal De Rosario 4, a cargo del Juez Marcelo Bailaque. El objeto de la causa es analizar las responsabilidades sobre los delitos de lesa humanidad cometidos por civiles y militares en la localidad santafesina de Villa Constitución entre enero de 1975 y septiembre de 1976, que incluyeron secuestros, tormentos, allanamientos ilegales y homicidios de trabajadores y activistas sindicales. El 11 de marzo de 2020 se dictó el auto de procesamiento en la causa, que incluye a una gran cantidad de efectivos de diversas fuerzas y también a dos funcionarios empresariales de la empresa Acindar: Roberto Pellegrini, jefe de División de Personal de Acindar, y Ricardo Torralvo, jefe de Contaduría. Fueron procesados por su participación en 33 secuestros y ocho homicidios, junto con otros 29 policías y militares.

Según denunciaron con posterioridad algunos trabajadores ante la Delegación Santa Fe de la Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas, Acindar ordenó a sus operarios, a finales de 1975, realizar los trámites de cédula de identidad de la Policía Federal y de un nuevo carnet de fábrica, procediendo a fotografiarlos nuevamente. Estas fotos fueron utilizadas luego por personal represivo en la ejecución de allanamientos y secuestros. José Muzzio, por ejemplo, cuenta que en una oportunidad el jefe de sección del depósito de rollos lo llamó para hacerse la foto para la nueva credencial, que nunca le dieron.⁹ Quince días después la Policía Federal lo detuvo en su domicilio llevando en su poder la foto que le habían sacado en la planta. Asimismo, varios testigos mencionan en sus declaraciones la existencia de listas en las que aparecían los nombres de quienes tenían que ser detenidos. En estas mismas declaraciones se sugiere que podría haber sido la propia empresa la encargada de confeccionarlas. Los aportes materiales muchas veces también constituían dinero que se otorgaba directamente a los agentes de la represión (AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH, 2015).

Otro dato importante que surge de un conjunto de documentos y testimonios es la confirmación de la centralidad que tuvo la militancia obrera y sindical y de la vinculación de ésta con la militancia política y político-militar como determinante de la persecución, el secuestro y asesinato. Los testimonios ponen de relieve el constante interrogatorio a los detenidos por información sobre la militancia sindical y política en la fábrica, y describen además las tareas de inteligencia y los intentos de extracción de información de los trabajadores detenidos (AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH, 2015).

Los trabajadores de Villa Constitución, una vez en prisión, no sólo fueron trasladados a las diferentes cárceles del país, donde fueron torturados y castigados, sino que sufrieron además otras penurias posteriores, estrechamente asociadas con este proceso. Algunos de ellos, una vez liberados, se dirigieron al exterior, con el enorme costo emocional, económico y social que implicó la adaptación a otras sociedades, lenguas y dinámicas, en muchos casos con escasa estructura. Otros soportaron el exilio interno, perdieron sus trabajos y no pudieron conseguir otro empleo en relación de dependencia debido a

⁹ Entrevista a José Muzzio, realizada 13 de febrero de 2015 en el local de la UOM de Villa Constitución, Rosario y citada en AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH, 2015.

las listas negras que circulaban de empresa a empresa (BASUALDO, 2010). Un operario llamado Horacio Acosta relata que la empresa lo marcó porque llevaba panfletos a la fábrica y que en varias oportunidades le retiró la tarjeta y no lo dejaban entrar. También relata que cuando se fue de Villa Constitución en exilio interno a Junín, una localidad de la Provincia de Buenos Aires, lo echaron de un trabajo por aparecer en listas negras (AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH, 2015).

El desarrollo de semejante política represiva no sólo tuvo consecuencias en las trayectorias de los trabajadores y militantes, y en el entramado social de la localidad, sino que también tuvo un impacto fundamental en las condiciones laborales y el ritmo de trabajo en la empresa, que cambiaron sustancialmente entre 1975 y 1976 (BASUALDO, 2010: 389). El nivel de terror y disciplinamiento alcanzado implicó una reconfiguración dramática de las relaciones laborales en la fábrica, reclamar u organizarse se volvió extremadamente difícil (BASUALDO 2010, PROSPITTI, 2013, PAULÓN, 2013).¹⁰ A los niveles de control imperantes en la fábrica se sumó el hecho de que la gerencia comenzó a contratar nuevos trabajadores sin experiencia para que ocuparan el lugar de quienes habían sido detenidos, asesinados, desaparecidos o despedidos. Varios testimonios de trabajadores se refieren a que distintos supervisores y gerentes, al tratar con trabajadores que venían de la etapa previa, se burlaban de la ausencia de representación sindical. Al mismo tiempo, se verificó un empeoramiento significativo de las condiciones de trabajo en la planta. Un trabajador relata que “te echaban por cualquier cosa y el trato era inhumano”, y por otro lado recuerda que no los dejaban tomar mate, los obligaban a llevar el pelo extremadamente corto, no podían faltar ni retirarse antes -aún con causa justificada- a riesgo de ser suspendidos o despedidos (AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH, 2015).

¹⁰ Resulta imposible analizar aquí el caso del grupo Techint, el otro gran gigante siderúrgico que verificó una expansión muy significativa durante la dictadura, al mismo tiempo que se desarrolló en muchas de sus plantas centrales, siendo las dos principales las de Dálmine Siderca en la localidad de Campana, Provincia de Buenos Aires y Propulsora Siderúrgica, en Ensenada, en la región cercana a La Plata. Ambos casos se caracterizaron por extremas violaciones a los derechos humanos y la responsabilidad empresarial en ambos está en proceso de análisis en ámbitos judiciales (PAULÓN, 2013, AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH, 2015).

El conjunto de prácticas y aportes de Acindar en el proceso represivo ejercido sobre sus trabajadores se produjo en el contexto de múltiples y firmes vinculaciones con sectores clave de la dictadura. Dos figuras resultan claves y decisivas en este sentido. La primera es José Alfredo Martínez de Hoz, que fue Presidente del Directorio de Acindar hasta su designación como Ministro de Economía de la dictadura en abril de 1976. Descendiente de una familia terrateniente vinculada a la Sociedad Rural Argentina, Martínez de Hoz ya había ocupado cargos públicos durante la dictadura autodenominada “Revolución Libertadora” (1955-1958) que había derrocado al gobierno constitucional de Juan Domingo Perón, en cuyo marco fue Ministro de Economía de la Provincia de Salta. Años después fue Ministro de Economía del presidente de facto José María Guido en 1963 y luego se desempeñó en puestos directivos de empresas financieras, agropecuarias e industriales llegando al puesto de Presidente de Acindar (AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH, 2015).

Cuando Martínez de Hoz fue designado Ministro de Economía en 1976, fue reemplazado en la Presidencia de Acindar por el General Alcides López Aufranc, quien presidió el directorio de la empresa hasta 1992. López Aufranc, nacido en 1921, fue oficial del Estado Mayor formado en la Escuela Superior de Guerra, se desempeñó como Profesor en el Colegio Militar de la Nación y en la Escuela Superior de Guerra y desde 1972 hasta 1973 ejerció la Jefatura del Estado Mayor. Integró el Consejo Empresario Argentino y el Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), fue Consejero de Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL), Director del Instituto para el Desarrollo de Empresarios en la Argentina (IDEA) y Director de la Cámara Argentina de Comercio. Falleció en 2015. Pero más allá de esta trayectoria militar y empresarial, distintas investigaciones lo señalan como partícipe del bombardeo a la Plaza de Mayo en 1955 y como uno de los comandantes que se formaron en 1957 en las técnicas de tortura como arma de la guerra antisubversiva en la Escuela de Guerra de París. Entrevistado para la película documental “Escuadrones de la Muerte”, dirigida por la cineasta francesa Marie-Monique Robin, explicó que a su retorno se desempeñó como Profesor de la Escuela de Guerra en Argentina, y desde allí promovió la vinculación con oficiales franceses para promover la formación de las fuerzas militares “en la guerra

revolucionaria.”¹¹ Posteriormente se lo señala como un activo participante de la represión al levantamiento obrero-estudiantil llamado “Cordobazo” el 29 de mayo de 1969. A pesar de esta trayectoria fuertemente vinculada con las políticas represivas, recibió numerosos reconocimientos en ámbitos económicos y políticos, un ejemplo de los cuales fue la recepción del premio Konex en 1988 al mejor empresario industrial de la Argentina.¹²

Em suma, durante el proceso represivo desde inicios de 1975, se estima que alrededor de un centenar de trabajadores y de otras personas vinculadas de distintas maneras con la empresa Acindar fueron víctimas de delitos de lesa humanidad. Diecisiete fueron asesinados, nueve se encuentran desaparecidos y sesenta y nueve estuvieron detenidos y luego fueron liberados. Un rasgo distintivo del caso es que la mayor parte de estos hechos sucedieron con anterioridad al golpe de estado, y que la empresa no sólo tuvo conocimiento acerca de las violaciones a los derechos humanos, sino que puso además una diversidad de recursos a disposición del aparato represivo (AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH, 2015; COMISIÓN NACIONAL DE VALORES, 2013: 125).

3. Las transformaciones económicas y productivas en Acindar en la década del 70 y del 80

Este proceso represivo estuvo estrechamente vinculado con procesos de cambio productivo, tecnológico y de relaciones laborales. Durante el autodenominado “Proceso de Reorganización Nacional”, entre 1976 y 1983 se produjo una fuerte caída de la producción industrial total y una reestructuración significativa del sector a nivel nacional, y la actividad siderúrgica experimentó un fuerte proceso de concentración. En este período, Acindar llevó adelante importantes cambios que modificaron no sólo su

¹¹ Película documental “*Escadrons de la mort, l'école française*” de la cineasta Marie Monique Robin, 2003.

¹² Respecto de esta distinción a su trayectoria, ver el sitio de la Fundación Konex: <https://www.fundacionkonex.org/b132-alcides-lopez-aufranc> Allí se destaca tanto su trayectoria militar como empresarial. Respecto a la primera, se subraya que fue “Oficial del Estado Mayor formado en la Escuela Superior de Guerra. Se desempeñó como Profesor en el Colegio Militar de la Nación y en la Escuela Superior de Guerra. Desde 1972 hasta 1973 ejerció la Jefatura del Estado Mayor.” En cuanto a la segunda, se lo distingue como “Ejecutivo de la industria” que: “Desde 1976 hasta 1992 ejerció la Presidencia de Acindar (Industria Argentina de Aceros). Durante ese período se logró desarrollar una planta integral, incluyendo una instalación para la reducción directa del hierro. Al finalizar este proceso, la empresa logró autoabastecerse y controlar el conjunto del proceso productivo.”

organización interna sino también su incidencia en la producción siderúrgica. Luego de que Martínez de Hoz fuera designado Ministro de Economía por el gobierno dictatorial, y Alcides López Aufranc pasara a encabezarla, la empresa se benefició con importantes subsidios estatales e inauguró en 1978 una planta integral en Villa Constitución con tecnología de última generación. La inauguración de esta planta marcó la culminación del proceso de expansión que permitió la integración de la etapa de fundición con la fabricación de acero y la laminación (AZPIAZU, BASUALDO Y KULFAS, 2007). Entre 1978 y 1982 realizó las mayores inversiones en equipos y concentró en Villa Constitución los procesos productivos antes realizados en otras plantas como la de Rosario, que ocupaba 1.000 trabajadores y que fue cerrada en esta etapa (BASUALDO, FUKS y LOZANO, 1991: 18-20). Las transformaciones productivas y tecnológicas se desarrollaron en un marco de cambios drásticos de las relaciones laborales que tenían como objetivo la reconfiguración de las relaciones laborales y la eliminación de todo rastro del proceso previo de organización colectiva, lucha sindical y radicalización política (BASUALDO, 2010, PROSPITTI, 2013).

La planta de semielaborados fue oficialmente inaugurada el 6 de diciembre de 1978. Su costo fue valuado en 300 millones de dólares y se encontraba plenamente justificado por el rendimiento posterior. La producción de laminados y forjados laminados, en toneladas, se incrementó 50,4% entre el ejercicio 1977/78 y el ejercicio 1978/1979; la producción de acero aumentó 138% (de 278.942 a 663.980 toneladas); las ventas en toneladas tuvieron un aumento de 43%; las ventas en miles de pesos (netas de bonificación y descuentos) crecieron un significativo 232% y el patrimonio neto se elevó 216,9%. Por su parte, los Jornales, Sueldos y Cargas sociales se incrementaron 268% (en miles de pesos pasaron de ser 20.719.906 a 76.281.011) mientras que el plantel general, al 30 de junio, se incrementó 19,4% (de un total de 5.586 a 6.672 empleados y obreros) (STRADA, 2016). En términos de volumen de producción, en este período Acindar pasó de producir 401.000 toneladas en 1977 a 1 millón de toneladas en 1981. Esta expansión se logró, por un lado, por la exportación creciente, pero por otro lado por la absorción y cierre de otras empresas durante la dictadura.

Hacia el año 1973, Acindar poseía 25 empresas controladas, constituyendo uno de los grupos económicos locales más importantes, y sólo siendo superada por Bunge y Born con 61 empresas controladas, Soldati con 36, Bemberg con 30 y Celulosa con 26 (ACEVEDO, BASUALDO Y KHAVISSE, 1991). A pesar de esto, todavía hasta mediados de los 70 el rol de Acindar y también de las empresas del grupo Techint era relativamente marginal en la toma de decisiones relativas a la política económica, lo cual experimentó un cambio significativo a partir del golpe en 1976, conjuntamente con una serie de transformaciones que darán una nueva fisonomía a la siderurgia argentina (AZPIAZU, BASUALDO Y KULFAS, 2007).

En primer lugar, cabe destacar que a partir del golpe se inició de una fuerte concentración sectorial que tuvo como contracara la desaparición de una gran cantidad de empresas y establecimientos (BASUALDO, 2006). Desde el punto de vista de la concentración técnica medida a partir de los Censos Económicos, los ocho primeros establecimientos de mayor valor de producción generaron hacia 1984 el 88,2% de la producción de acero, mientras que 10 años antes, como se registra en el Censo de 1973, esa misma cantidad de plantas representaba el 71% de la producción. Sólo considerando los cuatro mayores establecimientos, la concentración de la producción se incrementó de un 53,6% al 71,5%. Las ocho primeras empresas aumentaron su participación en la producción siderúrgica desde el 74,3% al 91,7% entre 1973 y 1984. También tuvo lugar la desaparición de 400 plantas siderúrgicas: en 1973 funcionaban 665 establecimientos, y en 1984 cayeron a 260 plantas (detectándose un total de 270 establecimientos, 10 de ellos sin producción). Esto significó una caída del 60%. Particularmente los establecimientos que ocupaban entre 11 y 50 personas sufrieron una reducción del 58,2%: de 273 a 114 (STRADA, 2016).

En forma paralela al cierre de establecimientos, la producción pasó a concentrarse en un reducido número de ellos. En 1966 los 66 establecimientos de más de 100 ocupados generaban el 92,6% del acero, mientras que en 1983 sólo 39 plantas de más de 100 ocupados generaban 94,8% de la producción de acero. Por otro lado, si bien las fábricas con más de 300 ocupados pasaron de ser 25 a 11, su incidencia en la producción aumentó del 84,6% al 85,3%. Las cifras son contundentes: sobre un total de 47

laminadores en el año 1975, sólo quedaban 33 para el año 1990 (AZPIAZU, BASUALDO Y KULFAS, 2007). Por ello es claro que la desaparición de establecimientos identificada a partir de los censos (entendida como “concentración técnica”) no fue homogénea: afectó a los más pequeños, que ocupaban hasta 10 personas. Esto da cuenta del carácter no sólo regresivo sino además heterogéneo de la reestructuración económica de la última dictadura (AZPIAZU, BASUALDO Y SCHORR, 2010). Las transformaciones en el sector produjeron un ajuste correlativo en la ocupación. De un total de 47.102 trabajadores ocupados en 1975, en 1980 se redujeron a 36.786 (-21,9%), al tiempo que la producción sufrió una caída aunque no del mismo tenor: la producción de laminados se redujo de 2.992.000 toneladas a 2.600.000 (-13,1%) (STRADA, 2016). En términos de la fusión y adquisición de empresa, mientras que antes del golpe, en 1975, existían solo 2 plantas integradas (SOMISA y Altos Hornos Zapla), 7 empresas productoras de acero y laminadoras sema-integradas y 47 empresas dedicadas a la laminación exclusiva, esto se alteró sustancialmente durante la dictadura.

Entre los acontecimientos más importantes que propiciaron este proceso de mayor concentración, técnica y económica, y centralización del capital cabe destacar, en primer lugar, la instalación de plantas integradas por parte de algunas grandes firmas privadas, como Acindar (1978) y Siderca (1979) derivó de la ruptura del “pacto fundacional” de la Ley Savio (JABBAZ, 1996; AZPIAZU, 1991; BASUALDO, LOZANO y FUKS, 1991). En segundo lugar, antes de que Martínez de Hoz fuera reemplazado por Lorenzo Juan Sigaut, el 13 de marzo del ‘81, Acindar firmó el compromiso previo de fusión con el grupo Gurmendi, compuesto por las siderúrgicas del mismo nombre, Genaro Grasso (tubos) y Santa Rosa (aceros especiales). Esta fusión trajo aparejada una racionalización productiva. De las 8 plantas que en total poseían ambos grupos, 5 de ellas fueron cerradas. Se constata además una reducción en la cantidad de trabajadores de cada empresa: entre 1979 y 1981 Acindar redujo su plantel un 28,2%, Santa Rosa un 31,3%, Gurmendi un 71,2% y Genaro Grasso un 21,5%. En total, de 12.795 trabajadores empleados en las cuatro empresas mencionadas, hacia 1981 sólo restaban 8.110, evidenciando una destrucción de 4.685 puestos de trabajo o una caída del 36,3% (ACINDAR, 1987, AZPIAZU, BASUALDO Y KULFAS, 2007).

Grupo Acindar. Evolución de la mano de obra de las empresas fusionadas, según cantidad absoluta de trabajadores (1979, 1980 y 1981)

Empresa	Años			Diferencia 1981/1979 (porcentaje)
	1979	1980	1981	
Acindar	6.672	5.489	4.749	28,2
Santa Rosa	3.483	3.234	2.394	31,3
Gurmendi	2.222	1.553	639	71,2
Genaro Grasso	418	427	328	21,5
Totales	12.795	10.703	8.110	36,3

Fuente: JABBAZ, 1996.

En tercer lugar, se produjo el desapoderamiento ilegal de Siderúrgicas Grassi en 1978, bajo tortura y encierro de sus titulares, acusados de formar parte de grupos ligados a la subversión económica, en conexión con Graiver y el Banco de Hurlingham (Comisión Nacional de Valores, 2013), un componente más de la reestructuración sectorial que consolidó la posición de los grupos Acindar y Techint. En cuarto lugar, profundizando este proceso de centralización económica, en 1983 Acindar compró Laminfer, Navarro, Perfilar, M. Heredia y Puerto Vilelas y creó en San Luis seis subsidiarias para fabricar y comercializar productos siderúrgicos, de acuerdo con los incentivos previstos en las leyes 22.021 y 22.702: Puar, Clamet, Tejimet, Indema, Torón y Fandermet. Creó además Aser, en 1986, dedicada a la prestación de servicios, e Invertrad, especializada en finanzas e inversiones. Esta última adquirió participaciones en Félix Simón, Concable y Clavimet (JABBAZ, 1996; BISANG, 1989; AZPIAZU, 1991 y BISANG, y CHIDIAC, 1995). Por último, se produjo el cese de actividad de un conjunto de firmas muy importantes en la producción del sector como Cura Hnos. S.A. y del establecimiento La Noria de Tamet S.A. o en algunos productos específicos (como Aceros Ohler S.A.). En el caso de la empresa Cura Hnos. S.A., fue posteriormente absorbido por parte de Aceros Bragado. La misma también adquirió la empresa La Cantábrica en 1986.

Basualdo, *El caso de Acindar Villa Constitución y el ciclo de transformaciones represivas, productivas y laborales entre dictadura y democracia*

Otro elemento fundamental a tener en cuenta fue el endeudamiento externo de Acindar y la transferencia de parte del mismo al estado (AZPIAZU, BASUALDO Y KULFAS, 2007). La empresa logró contar con el apoyo estatal para la absorción de un cúmulo importante de su deuda privada, logrando transferir al estado una deuda externa privada de 652 millones de dólares a partir de la instauración de un régimen de seguro de cambios. Se constata que la empresa recibió avales otorgados por el Tesoro Nacional por una suma de 148,5 millones de dólares y también fue financiada con créditos por 231 millones de dólares del Banco Nacional de Desarrollo, BANADE, que jamás devolvió. Cuando a principios de 1981 Acindar no pudo cumplir con vencimientos del préstamo en pesos del BANADE y varios externos avalados por la misma entidad y contravalados por la Secretaría de Hacienda de la Nación, logró diferimientos y refinanciaciones (COMISIÓN NACIONAL DE VALORES, 2013: 126-128).

4. Acindar en la década de los 80: de la transición democrática a la hiperinflación

La transición a la democracia fue larga y dura para los obreros y sindicalistas vinculados con la Lista Marrón de la UOM Villa Constitución, pero con rasgos destacables. El desgaste progresivo de la dictadura, la crisis económica y el impacto de la derrota en la Guerra de Malvinas tuvo también su impacto en Villa Constitución, donde la situación empezó a cambiar. El 6 de diciembre de 1982 los trabajadores de Acindar, convocados por Alberto Piccinini y Juan Actis, entre otros, lograron a partir de una convocatoria directa promover la adhesión de los trabajadores/as de Acindar al primer paro nacional que la UOM nacional realizó durante la dictadura. Luego de una manifestación y de la entrega de un petitorio, reunidos en una plaza cercana al sindicato, los trabajadores decidieron conformar la agrupación “6 de diciembre” cuyo objetivo primordial era la recuperación del sindicato, reconociendo a Alberto Piccinini y a los demás dirigentes despedidos y reprimidos por la dictadura como sus referentes.

Reconociendo el desafío que suponía la recuperación de la dinámica sindical, la Agrupación “6 de diciembre” retomó el trabajo de organización en las plantas de Villa Constitución, y se planteó como necesidad la creación de un Centro de Estudios y Formación Sindical (CEFS), el cual fue encabezado por Alberto Piccinini, y co-fundado

por Juan Actis, Mario Aragón y Luis Segovia (Villa Constitución), Alfredo Bravo (docente), Roberto Campbell (viajante), Daniel Egea (trabajador de la carne), e Ismael Ali (gráfico). Su fundación fue un hecho político, al que asistieron numerosas personalidades (BASUALDO, V., 2006).

El 17 de enero de 1984, cuando por fin se realizaron las elecciones en la UOM de Villa Constitución, la Lista Marrón retornó a la conducción al ser elegido Alberto Piccinini con el 85% de los votos. La restauración democrática y la “normalización” de las elecciones del sindicato abrieron el camino para el regreso de los exiliados de Villa. Fue en ese año que diversos trabajadores y dirigentes volvieron del exilio, como fue el caso de Victorio Paulón volvió al país desde su exilio en Francia, al que había podido dirigirse luego de años de prisión política. Volvió también a su puesto de trabajo en la fábrica de electrodomésticos Villber, y luego fue elegido para integrar la comisión directiva del sindicato en diciembre de 1984 (BASUALDO, 2007).

En el período inicial de la transición democrática los apoyos internacionales fueron decisivos para diversas tareas, entre ellas el funcionamiento del CEFS, que se sostuvo con ayuda financiera externa. Las primeras contribuciones provinieron de sindicatos canadienses con los cuales Alberto Piccinini había tomado contacto en viajes previos de denuncia, luego suplementados por fondos de otra organización canadiense denominada Paz y Solidaridad. Posteriormente, gracias a contactos de Victorio Paulón durante su exilio en Francia también lograron recibir financiamiento del Comité Católico contra el Hambre y por el Desarrollo (CCFD), un organismo de sectores progresistas de la Iglesia Católica (BASUALDO, V., 2006).

En este contexto, a mediados de la década de 1980, una vez consolidado el proceso de fusión y de control del mercado interno, Acindar llevó adelante una relocalización de algunas de las fases finales de la producción, a lo que luego siguió un proceso de reconversión productiva y de implementación de los denominados “nuevos métodos de trabajo”, que ocasionaron otro ciclo de grandes conflictos (BASUALDO, FUKS Y LOZANO, 1991: 18-20).

La maduración en los 80 de una fisonomía sectorial de mayor concentración en la siderurgia, se tradujo en un aumento del coeficiente exportador (JEREZ, 2008). Fue también una década de importantes ajustes en el plantel (de 35.000 trabajadores siderúrgicos en 1980 se redujeron a 21.000 en 1989), que tuvo lugar de la mano del mencionado proceso de concentración (en 1986 las empresas laminadoras eran 33, cuando en 1975 ascendían a 47) (STRADA, 2016).

El régimen de promoción industrial nacional implementado en los 80 operó bajo el supuesto de una economía con tasas altas como lo había hecho antes de la dictadura. Esto no ocurrió, y por el contrario, el exceso de producción de las grandes empresas beneficiadas se orientó al mercado externo, a pesar de la inexistencia de ventajas comparativas sobre muchos de los productos, dando inicio a un ciclo creciente de exportaciones de manufacturas que reforzó aún más –a través del control del tan importante superávit de balanza comercial- el poder de la clase dominante sobre la dinámica estatal (JABBAZ, 1996:24-27). Esta política de promoción fue una de las medidas dirigidas a la formación de capital que, al implicar una transferencia de ingresos a los grupos más concentrados, significó la consolidación estructural de las transformaciones experimentadas por el patrón de acumulación a partir de 1976 en las formas de propiedad, en los tipos de bienes producidos, en la distribución del ingreso y en el rol del Estado. En materia de inversión, los grupos económicos locales participaron con el 40% (en 18 proyectos) sobre el total de la inversión promocionada (un total de 5 mil millones de dólares), las asociaciones con el 29,6% (15 proyectos) y las empresas locales independientes con el 10,8% (5 proyectos) (BASUALDO 2006, STRADA, 2016).

En paralelo, tuvo lugar a partir de las postrimerías de la dictadura el proceso de relocalización regional de distintas producciones manufactureras a partir de los regímenes de promoción industrial, los cuales significaron transferencias anuales cercanas a los dos mil millones de dólares para la cúpula industrial (BASUALDO, 2006). De esta manera, durante la década de 1980 Acindar se convirtió en uno de los grupos económicos locales más beneficiados por la política de promoción industrial. Entre 1973 y 1984 las primeras 8 empresas de la industria cementera y de pasta de papel concentraron el 100% de la promoción destinada a dicho sector, en sustancias químicas

las primeras 8 concentraron el 78%, en abonos y fertilizantes el 79,5%, en plásticos y resinas sintéticas el 66,8% y en la siderurgia 91,7% (BASUALDO, FUKS Y LOZANO, 1991). A su vez, prácticamente las dos terceras partes de la inversión promocionada en el sector siderúrgico (61,4%) se dirigió a Acindar S.A. Este porcentaje ascendía al 89,5% si se excluían los proyectos que no ingresaron en su fase operativa (STRADA, 2016).

Dentro de los 50 proyectos promocionados más importantes por la Secretaría de Industria y Comercio Exterior entre 1974 y 1987, Acindar ocupaba, con dos proyectos, los lugares 6 y 37. El primero de los proyectos (garantizado por los Decretos 261/75 y 228/76) se dirigió a financiar la planta de reducción directa (ReDi) de mineral de hierro, la acería eléctrica y el sistema de colada continua, mientras que el segundo (de enero de 1983) tenía por finalidad ampliar la planta de hierro redondo y alambrón con una inversión total de 40,4 millones de dólares (STRADA, 2016; BASUALDO, LOZANO Y FUKS, 1991: 24-25). Entre los beneficios más importantes de este régimen promocional se encontraba la deducción del monto imponible del impuesto a las ganancias de las sumas invertidas en la consecución del proyecto (para el caso de Acindar). Y también el diferimiento no indexado del impuesto a las ganancias, apoyo crediticio, garantías y avales, provisión de gas y energía eléctrica.

Además de este crecimiento, Acindar pudo inaugurar a través del régimen de promoción provincial de San Luis otras 12 empresas. La radicación en San Luis eximió a Acindar del pago del Impuesto al Valor Agregado (IVA) sobre la producción y venta, eximiendo además del pago del Impuesto a las Ganancias y al Capital. El régimen también autorizaba la retención del 18% del IVA sobre la venta de todos sus productos, disponiendo además que la materia prima pudiera ser también comprada sin IVA. Se estableció que los beneficios fueran plenos los primeros cinco años y durante los diez años subsiguientes disminuyeran en forma progresiva hasta desaparecer, período en que Acindar debía incorporarse de manera creciente al sistema normal impositivo (BASUALDO, FUKS Y LOZANO, 1991). Es decir, después de 16 años la nueva empresa perdía los beneficios que otorgaba la Ley y comenzaba a operar con la totalidad de sus compromisos. Estas radicaciones en San Luis significaron la externalización de trabajos históricamente realizados en la planta 2 de Villa Constitución, que aunque no tuvo

efectos inmediato sí se fue plasmando en los años siguientes en reubicación de trabajadores o eliminación de puestos. Es decir que, si los proyectos del régimen nacional permitieron una integración productiva en Villa Constitución, el régimen provincial provocó una desarticulación de aquello previamente integrado con la externalización de la planta de alambres y clavos entre 1987 y 1988 (BASUALDO, FUKS Y LOZANO, 1991, STRADA, 2016).

Como resultado de todos estos procesos, entre 1980 y 1988 el patrimonio neto de la empresa creció un 190% y hacia 1987 ocupó el octavo lugar en el ranking de ventas de empresas privadas. Siderca, empresa central del grupo Techint, también tuvo un incremento muy significativo en el mismo período, del 213,4%. El patrimonio neto de SOMISA, por su parte, tuvo un crecimiento bastante más modesto, del orden del 17,9%, mostrando el lugar que se asignaba al sector privado y al público en esta reestructuración brutal del sector siderúrgico (BISANG, 1989).

Acindar y los procesos de “reconversión productiva” en el sector industrial entre fines de los años 80 y comienzos de los 90

Desde el sindicato recién recuperado y en particular desde el CEFS se dedicaron a analizar estos procesos de cambios productivos y tecnológicos que estaban transformando sus condiciones y relaciones de trabajo. Se mantuvieron y profundizaron los contactos internacionales que habían comenzado en forma forzada durante la dictadura, por necesidad de denuncia y supervivencia, y se ampliaron los procesos de intercambio, aprendizaje y discusión de experiencias de las transformaciones operadas en países centrales.¹³ En un principio las relaciones principales se dieron con la CFDT

¹³ Esta sección recupera algunos de los hallazgos de una línea de investigación plasmada en algunos trabajos como BASUALDO (2006a y 2007, entre varios otros) a partir de documentación relevada en una serie de archivos en Europa, entre los que cabe mencionar: el Archivo Confédération Général du Travail (CGT) de Francia, Archivo CGT, Francia, Archivo de la FSM (Federación Sindical Mundial), colecciones documentales halladas en la biblioteca y archivo de la Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (B.D.I.C.), Francia, Archivo de la Confederación Mundial del Trabajo (CMT) en Lovaina, Bélgica, y el archivo de la Organización Internacional del Trabajo en Ginebra, Suiza. Esta línea de investigación, que además incluyó un amplio trabajo de entrevistas y de acceso a archivos sindicales y privados de protagonistas, se plasmó en una serie de artículos sobre exilio de trabajadores/as y sindicalistas durante la dictadura (1976-1983), la campaña internacional sindical durante la dictadura, las relaciones del sindicalismo argentino con las organizaciones sindicales mundiales y con la OIT, e impactos de estas relaciones en la transición democrática, entre otros.

(Confederación Francesa Democrática del Trabajo francesa), y con sindicatos y organizaciones de Canadá. Sin embargo, a partir de este punto de partida se consolidó también un vínculo con sindicatos italianos, con quienes también había establecido contacto Piccinini en su primer viaje al exterior posterior a su salida de la cárcel (BASUALDO, 2007, BASUALDO 2006 a). Además de estos lazos con las centrales italianas, la CGIL (Confederación General Italiana del Trabajo) y la CSIL (Confederación Italiana de Sindicatos de Trabajadores), lograron promover también conexiones con la CUT brasileña, en particular con los sindicatos metalúrgicos (BASUALDO, V., 2006 a).

La preocupación por los procesos denominados de “reconversión productiva” y sus efectos en el mercado de trabajo, y en las condiciones de empleo, se estaba convirtiendo para sectores académicos y sindicales en eje importante de trabajo e investigación. En el caso de Villa Constitución, una serie de procesos generaron alarmas en el sindicato. En 1985, la planta metalúrgica Metcon, ubicada en Villa Constitución, encaró un proceso de reestructuración que implicó la pérdida de cerca del 50% de los puestos de trabajo, lo que fue seguido del cierre de la planta Villber en 1987 y posteriormente por los de otras fábricas de la zona, ocasionando un incremento significativo de la desocupación (BASUALDO, V., 2006 a).

En la propia firma Acindar, en 1989 la empresa comenzó un proceso de aplicación de Nuevos Métodos de Trabajo en forma unilateral. Ante la resistencia obrera, la empresa llevó adelante un lockout patronal, que fue enfrentado aún con mayor resistencia por la UOM regional. En marzo de 1990, cuando se seguía negociando con gran dificultad, se comenzó a despedir personal obrero y se quitó del salario de bolsillo un 20% extra que se pagaba fuera de convenio, con la intención de cambiarlo por tickets canasta. Ante la protesta sindical y obrera se dieron vuelta atrás los despidos y se abrió un proceso de retiros voluntarios.

Al mismo tiempo, en otra de las plantas de Acindar en el Gran Buenos Aires, se llevó adelante un proceso altamente confrontativo que se basó en divisiones preexistentes, situación que la empresa aprovechó para desestructurar la acción colectiva y enfrentar a los diversos sectores. La respuesta empresarial fue el despido del cuerpo de delegados y la implementación inmediata de los nuevos métodos de trabajo. A partir de esta

experiencia que la dirección empresarial consideraba “exitosa” en su planta de Buenos Aires, Acindar encaró en Villa Constitución una campaña individual de presión sobre los trabajadores para que aceptaran sus nuevas condiciones de trabajo. Paralelamente informaron al sindicato de la UOM Villa Constitución de una grave situación financiera de la empresa, y aseverando que si los cambios no fueran aceptados se llegaría a una situación de quiebra, enviando una “carta-acuerdo” con las principales condiciones de la empresa (BASUALDO, V., 2006 a).

El sindicato respondió con una contrapropuesta que sostenía la importancia de la discusión y negociación de los cambios. Durante un paro de actividades convocado por la UOM Nacional, se produjo un incidente entre miembros de la comisión interna y dos jefes, que culminó con un juicio por desafuero gremial y la prohibición del acceso a planta de esos activistas gremiales. Ante ese hecho, se convocó a una asamblea en la que se estudiaron las medidas a tomar, entre ellas la toma de fábrica. Sin embargo, analizando la experiencia previa en la planta de GBA consideraron que no debía responderse la provocación y sugirieron una alternativa constructiva que tomó por sorpresa a la empresa: la formación de una comisión técnica para que los cambios en la organización del trabajo se hicieran por acuerdos. La asamblea aceptó esta propuesta y exigió la reincorporación de los enjuiciados, y en apoyo a ambas reivindicaciones se convocó a una movilización en el centro de Villa Constitución el 26 de julio de 1990 (BASUALDO, V., 2006 a).

Por propia decisión, la Comisión técnica se limitó a la discusión de la propuesta elaborada por la empresa, asumiendo en este sentido una postura defensiva de los derechos de los trabajadores. En diciembre de 1990 comenzaron a circular rumores sobre inminentes suspensiones masivas para marzo de 1991. También se endureció la posición empresarial frente a la Comisión Técnica, con Alcides López Aufranc aún ocupando la presidencia del directorio de la empresa, lo que marcó claramente la dificultad de reconfigurar los impactos y legados dictatoriales. En este contexto, cuando sólo se había logrado acordar la reconversión del 40% de los puestos de trabajo de la planta, la empresa dio por concluidas las negociaciones, rompiendo el acuerdo de agosto de 1990. Además, entre enero y febrero de 1991, cuando una parte importante

del personal se encontraba de vacaciones, se enviaron 26 telegramas de despido, como puntapié de una serie de despidos y suspensiones en tandas sucesivas, que intentaron dividir a los trabajadores entre aquellos que continuaban en actividad y los que no. Finalmente, el 22 de abril la empresa declaró un lockout patronal, con el despido de la totalidad de los trabajadores agremiados, una medida que fue reflejada en los principales medios de prensa nacionales y se convirtió en un símbolo en el período. El sindicato desplegó una estrategia muy sólida de organización, no sólo para la supervivencia en un contexto de falta total de ingresos, sino de difusión y movilización. El conflicto duró hasta el día 9 de mayo de 1991, fecha en que firmaron un acta-acuerdo en el Ministerio de Trabajo de la Nación según la cual se anulaban los despidos, se acordaban suspensiones rotativas, y se acordaba una “paz social” de 180 días. Respecto de la reorganización productiva de la planta, se sostenía que el sindicato podría participar en las discusiones que a este respecto pudieran surgir, pero ahora bajo su forma y estilos originales, a través de los delegados y la Comisión Interna (BASUALDO, V., 2006 a).

La resolución de este brutal proceso de reconversión en términos no tan desfavorables para los trabajadores como en otros casos, resultó un dato a tener en cuenta, especialmente teniendo en cuenta procesos como el de la industria automotriz, uno de los más regresivos y que implicaron una mayor derrota de los trabajadores/as. La forma en la que los trabajadores/as y el sindicato se enfrentaron a este proceso tuvo estrecha relación con la observación crítica de procesos previos de reconversión productiva en la Argentina y las reacciones y estrategias adoptadas, y también con lecturas y debates de las transformaciones productivas a nivel internacional. La principal conclusión extraída de este análisis fue la necesidad de evitar negativas frontales, a partir de medidas como tomas de fábrica, que en el contexto y la relación de fuerzas existente se creía llevarían a un retroceso mayor (BASUALDO, V., 2006 a). La asamblea discutió entonces alternativas y se inclinó por negociar soluciones que permitieran mantener las conquistas de los trabajadores/as y sus derechos, viendo que experiencias previas de rechazo total habían conducido a derrotas graves. El poder del conocimiento acumulado en instancias de formación y la lectura de los debates y procesos previos fue importante

y les permitió además incomodar a los cuadros gerenciales, poniendo de manifiesto las consecuencias de los procesos de reconversión sobre sus puestos y condiciones de trabajo también. En este sentido, el conflicto en Acindar en 1991 constituye un ejemplo de la importancia que pueden asumir las relaciones sindicales internacionales (muchas de ellas construidas y cultivadas en la etapa dictatorial, donde la denuncia del exterminio y la persecución extrema había sido una prioridad), en etapas de transformación regresiva de las relaciones laborales, en términos de transmisión de experiencias y organización (BASUALDO, V., 2006 a).

Sin embargo, aún cuando se logró en esta etapa una salida considerablemente más beneficiosa que la esperada, las transformaciones introducidas en la etapa posterior al conflicto fueron muy significativas. En un marco de notables transformaciones del papel del estado en la economía, las medidas implementadas por la administración de Carlos Menem desde inicios de la década de los noventa buscaron redefinir el carácter del Estado y profundizar las políticas aplicadas por la dictadura que tenían como fin lograr la implementación de reformas profundas en el papel del Estado y las relaciones laborales que en los hechos implicarían modificar de manera aún más regresiva la distribución del ingreso. Entre las más relevantes se encuentran la sanción de la Ley de Emergencia Económica, la Ley de Reforma del Estado (que reguló la privatización empresas públicas), la implementación del Régimen de Convertibilidad así como otras medidas de reforma impositiva, de flexibilización laboral y de liberalización de los flujos de capitales. Como resultado, se profundizó el proceso de desindustrialización. De esta manera, los récords negativos que registraba el sector industrial en materia productiva y de generación de empleo comenzaron a superarse prácticamente de modo constante.

En términos del sector siderúrgico en particular, el hecho central durante los años noventa fue la privatización de SOMISA en 1992. Sin embargo, la reconversión productiva en la ciudad de Villa Constitución, entre 1990 y 1991 también tuvo una gran importancia en la evolución sectorial y en el rumbo de las relaciones laborales en la etapa. En junio de 1990 los objetivos de la gerencia de planta 2 se focalizaron en la aplicación de los llamados “Nuevos Métodos de Trabajo”, que implicaban la conformación de equipos de operarios de producción polivalentes que controlaban la

calidad del producto en tiempo real, se auto-supervisaban, asumían tareas administrativas del taller y se hacían cargo del mantenimiento primario de máquinas, lo que, desde la perspectiva empresarial, redundaría en “una mejora en la calidad de los productos”. Según la propuesta empresarial, se apostaba a reducir el personal ocupado en la planta un 19%, apuntando en una primera etapa a la modificación de los sistemas de trabajo tradicionales. Ello suponía, en suma, el pasaje de la producción en línea (con afectación del trabajador a una sola tarea específica) a un sistema en "red" basado en grupos autónomos de trabajo, con operarios polivalentes, cumpliendo cada uno con tareas de diferente naturaleza (STRADA, 2016).

Posteriormente al conflicto, entre 1991 y 2001 se redujo el personal propio en la planta de Villa Constitución en un 38,1%, en correlato con un aumento sistemático del personal tercerizado. En una primera etapa, 1991-1993, tuvieron lugar 1.009 retiros voluntarios (JABBAZ, 1996), mientras que entre 1994-1997 se evidenció una estabilización de la cantidad de trabajadores directos (con leve incremento) pero un constante crecimiento de los indirectos, hasta alcanzar un pico a fines de 1997. La tercera etapa, en el subperíodo 1998-2001, tuvo que ver con la recesión económica, donde Acindar mostró una importante caída de su personal propio (de 1.459 a 1.323 en 2001), y también una reducción, aunque de menor magnitud, de la cantidad de trabajadores/as tercerizados (de 601 a 546) (STRADA, 2016).

Evolución de la cantidad de trabajadores directos y tercerizados por período (punta a punta) en Acindar Villa Constitución (1991-2001)

Período	Trabajadores directos	Trabajadores tercerizados
Variación 1991-2001	-38,2%	226,5%
Variación 1991-1997	-29,0%	239,5%
Variación 1998-2001	-6,8%	-9%

Fuente: cálculo realizado por Julia Strada (2016) en base a la serie de trabajadores contratistas construida a través del Seguro de Vida (UOM V.C.) y la realización de entrevistas.

Mientras en 1991 había 2.141 directos/as y 167 tercerizados/as, a finales de la década eran 1.323 y 546, respectivamente (STRADA, 2016). Lo que a primera vista era una reducción de requerimiento laboral vía reconversión productiva y flexibilidad, se conjugó con un significativo proceso de tercerización de actividades en la planta, lo que tuvo consecuencias duraderas sobre el colectivo laboral, las formas de organización en planta, el funcionamiento productivo y la implementación de cambios organizacionales tanto en el período como en etapas posteriores.

Conclusiones

El caso de la empresa siderúrgica Acindar constituye un caso de gran importancia en varios sentidos. En primer lugar, permite apreciar la conjugación de los impactos durante la etapa dictatorial, proponiendo un análisis que conjuga los cambios tecnológicos y productivos, con la pérdida de derechos y la dramática restricción de derechos sindicales, al calor de la implementación de una política represiva de gran intensidad, promovida por una alianza patronal-militar que alcanzó en este caso una intensidad notable pero no excepcional, ya que otro grupo emblema del sector, como el grupo Techint, presentó también estos rasgos. El análisis de Acindar es un llamado a analizar las etapas dictatoriales, con sus especificidades innegables, no en aislamiento sino en conjunción con otras etapas previas y posteriores. También convoca a construir más y mejores puentes de diálogo entre líneas analíticas de los campos de la historia de empresas, la economía y el análisis sectorial, el análisis de las relaciones laborales y la organización sindical y los estudios sobre las políticas represivas. La combinación de todos ellos permite aquí reconstruir un ciclo largo de la historia, mostrando la fertilidad de analizar los impactos de los cambios impuestos en dictadura sobre la transición democrática, enfatizando la importancia del proceso de la llamada “reconversión productiva” como una instancia en la que la transformación regresiva de las relaciones laborales se siguió profundizando notablemente, a partir de la expansión y consolidación de estrategias empresariales no sólo de “flexibilización” y aplicación de los presentados como “Nuevos Métodos de Trabajo” y diversas formas de polivalencia, sino también a partir de la expansión de otras estrategias como la tercerización laboral,

que ocasionaron cambios significativos en la conformación de los colectivos laborales. Por un lado, este análisis muestra la importancia de los marcos estructurales y de las grandes líneas de política estatal y empresarial, como directrices que condicionan e influyen de manera decisiva en la evolución de la empresa y el sector. Al mismo tiempo, el caso muestra, la existencia de respuestas obreras y sindicales que en cada uno de los períodos lograron condicionar los proyectos estatales y empresariales. Estas respuestas modificaron y plantearon fuertes disputas frente a cada ofensiva, con logros significativos que si bien pudieron no alcanzar para revertir las tendencias macro, sí resultaron esenciales para preservar derechos, acumular trayectorias y tradiciones y contribuir a construir solidaridades y proyectos alternativos al brutal proceso de pérdida de derechos. A pesar de las valiosas conexiones y aportes, este estudio muestra también la escasa convergencia y diálogo logrado hasta el momento con otras dimensiones de análisis que resultarían particularmente fértiles en relación con el análisis de las dinámicas represivas, productivas y organizativas, como los estudios de género. Profundizar desde la mirada de los estudios de género un caso de la industria siderúrgica, fuertemente atravesado por una construcción identitaria de masculinidad y por diversas configuraciones de “familia”, tanto en los hogares obreros como en términos sindicales (la denominada “familia metalúrgica”), y empresariales (la intención de presentar a la empresa como “una gran familia”) sería clave para abrir otras dimensiones e interrogantes todavía no suficientemente explorados en esta historia. De este modo, la presente contribución se plantea como un paso más en una acumulación de décadas, por parte de protagonistas e investigadores/as que iluminan diversos aspectos de esta historia, no sólo para comprender mejor el pasado sino también para construir el presente y el futuro.

Referencias Bibliográficas

- AEyT de FLACSO, CELS, PVJ y SDH. *Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad. Represión a trabajadores durante el Terrorismo de Estado*. Buenos Aires: INFOJUS, 2015.
- ACEVEDO, Manuel, BASUALDO, Eduardo y KHAVISSE, Miguel. *¿Quién es Quién en el poder económico?* Buenos Aires: Editora Página 12, 1991.
- ANDÚJAR, Andrea. *El sindicalismo combativo: las luchas de la clase obrera de Villa Constitución, 1974-1975*, Tesis de Licenciatura, Facultad de Filosofía y Letras, Carrera de Historia, 1997.
- AZPIAZU, Daniel. "La industria siderúrgica argentina. Evolución reciente, estructura de los mercados y comportamiento empresario". Buenos Aires: FLACSO, 1991.
- _____, BASUALDO, Eduardo y KULFAS, Matías. *La industria siderúrgica en Argentina y Brasil durante las últimas décadas*. Buenos Aires: FETIA-CTA, 2007.
- _____, BASUALDO, Victoria y SCHORR, Martín. *La industria y el sindicalismo de base en la Argentina*. Buenos Aires, Cara o Ceca, 2010.
- BASUALDO, Eduardo, FUKS, Miguel Angel and LOZANO, Claudio. *El conflicto de Villa Constitución. Ajuste y flexibilidad sobre los trabajadores. El caso Acindar*. Buenos Aires: IDEP-CTA, 1991.
- BASUALDO, Eduardo. *Estudios de historia económica Argentina. Desde mediados del siglo XX a la actualidad*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- BISANG, Roberto. "Transformación productiva y competitividad internacional. El caso de las exportaciones siderúrgicas argentinas". Buenos Aires: CEPAL, 1989.
- BASUALDO, Victoria, "Labor and structural change: Shop-floor organization and militancy in Argentine industrial factories (1943-1983)". Tesis Doctoral. Nueva York: Universidad de Columbia, 2010.
- _____. "Dictadura militar, sindicalismo combativo y relaciones internacionales: apuntes para una historia reciente de los trabajadores industriales." En Antología. A treinta años del golpe. Buenos Aires: Secretaría de Cultura de la Nación Argentina, 2006 a.
- _____. "Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina: Los casos de Acindar, Astarsa, Dálmine Siderca, Ford, Ledesma y Mercedes Benz", en suplemento especial de la revista *Engranajes* de la Federación de Trabajadores de la Industria y Afines, marzo 2006 b.
- _____. (coord.). *La clase trabajadora argentina en el siglo XX: experiencias de lucha y organización*, Buenos Aires. Buenos Aires: Cara o Ceca, 2011.
- _____. "La organización sindical de base en Acindar Villa Constitución en la segunda ISI: aportes para la comprensión de sus particularidades y su significación histórica" en Victoria Basualdo (coord.), *La clase trabajadora argentina en el siglo XX: experiencias de lucha y organización*, Buenos Aires: 2011.
- _____. "El "Villazo" y la organización sindical de base en los '60 y '70" en Ernesto Rodríguez y Oscar Videla (comps.), *El Villazo. La experiencia de una ciudad y su movimiento obrero* (2da edición ampliada), Santa Fe, Subsecretaría de Derechos Humanos, 2013.
- _____. "Una aproximación al exilio obrero y sindical" en Pablo Yankelevich y Silvina Jensen (eds.), *Exilios. Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*, Buenos Aires, Libros del Zorzal, 2007.
- _____. "Shop-floor Labor Organization in Argentina from Early Peronism to the "Proceso" dictatorship", Revista *Working USA- The Journal of Labor and Society*, Volumen 14, Wiley-Blackwell, Septiembre 2011.
- _____. "The Argentine dictatorship and labor (1976-1983): a historiographical essay" en *International Labor and Working Class History Journal*, New York: Cambridge University Press, 2018, pp. 8-26. Disponible en: <https://doi.org/10.1017/S0147547917000242>

_____ y LORENZ, Federico. "Los trabajadores industriales argentinos en la primera mitad de la década del 70: propuestas para una agenda de investigación a partir del análisis de casos," *Revista Paginas*, Escuela de Historia UNR- CONICET, 2012.

_____ y MORALES, Diego (coords.). *La tercerización laboral: orígenes, impactos y claves para su análisis en América Latina*. Buenos Aires: Editorial Siglo Veintiuno, 2014.

_____, ESPONDA, Alejandra, MORALES, Diego y GIANIBELLI, Guillermo (2015). *Tercerización y derechos laborales en la Argentina actual*. Buenos Aires: FLACSO-CELS, Universidad Nacional de Quilmes y Página 12.

CANGIANO, María Cecilia. "What did it mean to be a revolutionary? Peronism, Clasismo and the steel workers of Villa Constitución. Argentina, 1945-1996," Ph.D. dissertation, SUNY Stony Brook, 1996.

COMISIÓN NACIONAL DE VALORES. *Economía, política y sistema financiero. La última dictadura cívico-militar en la CNV*. Buenos Aires: Ediciones Comisión Nacional de Valores, 2013.

JABBAZ, Marcela. *Modernización social o flexibilidad salarial. Impacto selectivo de un cambio organizacional en una empresa siderúrgica argentina*. Buenos Aires: CEAL, 1996.

JEREZ, Patricia. "La exportación como destino alternativo para la producción siderúrgica argentina entre 1976 y 1990". *Revista H-industria*, Año 2, n° 3, 2008.

KALAUZ, Roberto. *Sentencia para un complot. 1975, Villa Constitución*. Buenos Aires: Ediciones Lumiere, 2009.

PAULÓN, Victorio. *Una larga huelga: historias de metalúrgicos*. Buenos Aires: Editorial Desde el Subte, 2012.

_____. "Acindar y Techint. Militarización extrema". En VERBITSKY, Horacio y BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. *Cuentas pendientes. Los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires, Editorial Siglo Veintiuno, 2013.

de la relación laboral

PROSPITTI, Agustín. *La cultura sociopolítica de los trabajadores metalúrgicos de Villa Constitución. Transformaciones, continuidades y rupturas en sus prácticas, idearios y formas de organización sindical combativa, 1970-1992*. Tesis doctoral, Universidad Nacional de Rosario, 2013.

RODRÍGUEZ, Ernesto, VIDELA, Oscar, CANGIANO, María Cecilia, GALLITELLI, Bernardo, PORCU, Ángel y PAULÓN, Victorio. *El Villazo. La experiencia de una ciudad y su movimiento obrero*. Villa Constitución, RHR Libros, 1999.

SANTELLA, Agustín y ANDÚJAR, Andrea, "El Perón de la fábrica éramos nosotros". *Las luchas metalúrgicas de Villa Constitución. 1970-1976*, Buenos Aires, Desde el subte, 2007.

SCHULMAN, Ernesto. *Acindar, una empresa del Proceso*. Buenos Aires: Ediciones del PC, 1985.

STRADA, Julia. *La tercerización laboral en Acindar Villa Constitución 1991-2014*. Tesis de Maestría en Economía Política de FLACSO. Buenos Aires: FLACSO, 2016.

_____. *La industria siderúrgica en Argentina: reestructuración productiva y tercerización laboral (1990-2017)*. Tesis doctoral defendida en el marco del Doctorado em Desarrollo Económico en la Universidad Nacional de Quilmes, marzo 2019.

WINTER, Jorge, *La lucha por la democracia sindical en la UOM de Villa Constitución*. Colección Hechos y Protagonistas de las luchas obreras argentinas, Buenos Aires, Editorial Experiencia, 1985.

_____. *La clase trabajadora de Villa Constitución. Subjetividad, estrategias de resistencia y organización sindical*, Buenos Aires, Editorial Reunir, 2010.

Data de Submissão: 29/05/2020

Data da Avaliação: 31/05/2020

A REPRESSÃO DE ESTADO AOS SINDICATOS E SINDICALISTAS BAIANOS NA DITADURA DE 1964: os casos dos petroleiros e bancários.


Carlos Eduardo Soares de Freitas¹

Resumo. Os efeitos da ditadura civil-militar no movimento sindical baiano são analisados neste ensaio, nas categorias profissionais dos petroleiros e dos bancários. Utilizou-se como fontes pesquisas sobre a repressão dos trabalhadores baianos, documentos da ditadura em acervos do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado de São Paulo, relatórios da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade, e entrevistas com dirigentes sindicais no período do golpe militar. O ensaio trata do autoritarismo de Estado, caracterizado por intervenções em entidades sindicais, prisões e torturas de trabalhadores, e atuação de empresas que colaboraram com a ditadura, em condutas violentas, como a Petrobrás. Investiga-se a sustentação da ditadura nos meios jurídicos, em normas que provocaram prejuízos aos trabalhadores e enfraquecimento dos sindicatos. Fatores e circunstâncias compõem um cenário de terror, que marcou profundamente o movimento sindical e as vidas das pessoas que atuaram como lideranças na época.

Palavras-chaves: ditadura civil-militar; repressão; sindicato; trabalhadores; Bahia.

THE STATE REPRESSION TO UNIONS AND UNIONISTS IN BAHIA IN THE 1964 DICTATORSHIP: THE CASES OF OIL WORKERS AND CLERK WORKERS

Abstract. The effects of the civil-military dictatorship on the Bahian trade union movement are here analyzed, specifically about oil workers and bank workers. Researches on the repression of Bahian workers, documents from the dictatorship in the National Archives and the Public Archives of the State of São Paulo, reports from the National Truth Commission and the State Truth Commission, and interviews with union leaders in the military coup period were used as sources. The essay deals with State authoritarianism, arrests and tortures of workers, and the performance of companies that collaborated with the dictatorship, in violent conducts, such as Petrobras. The support of the dictatorship in the legal environment was investigated, in rules that caused losses to workers and weakened unions. Factors and circumstances make up a scenario of terror, which

¹ Professor da Universidade do Estado da Bahia e da Universidade Federal da Bahia, pós-doutorado no PPGD da UFRJ.  <https://orcid.org/0000-0001-6642-0532>. E-mail: carlosofreitas3@gmail.com

profoundly marked the union movement and the lives of the people who served as leaders at the time.

Keywords: civil-military dictatorship; repression; union entity; workers; Bahia.

LA REPRESIÓN ESTATAL A LOS SINDICATOS Y SINDICATOS EN BAHIA EN LA DICTADURA DE 1964: LOS CASOS DE PETROLEROS Y BANCARIOS

Resumen. Los efectos de la dictadura civil-militar en el movimiento sindical bahiano se analizan, en las categorías de trabajadores petroleros y bancarios. Investigación sobre la represión de los trabajadores bahianos, documentos de la dictadura en los Archivos Nacionales y los Archivos Públicos del Estado de São Paulo, informes de la Comisión Nacional de la Verdad y la Comisión Estatal de la Verdad, y entrevistas con líderes sindicales. El ensayo aborda el autoritarismo estatal, caracterizado por intervenciones en entidades sindicales, prisiones y torturas de trabajadores, y el desempeño de empresas que colaboraron con la dictadura, en conductas violentas, como Petrobras. Investigar el apoyo de la dictadura en el entorno legal, en normas que causaron pérdidas a los trabajadores y debilitaron a los sindicatos. Factores y circunstancias conforman un escenario de terror, que marcó profundamente el movimiento sindical y la vida de las personas que sirvieron como líderes en ese momento.

Palabras clave: dictadura civil-militar; represión; Sindicato; trabajadores; Bahia.

*Meus dias passam, minha fé também.
Já tive céus e estrelas em meu manto,
As grandes horas, se as viveu alguém,
Quando as viveu, perderam já o encanto.*
Fernando Pessoa

Introdução

Este ensaio objetiva refletir sobre os efeitos da ditadura civil-militar brasileira, iniciada em 1964, sobre os trabalhadores baianos e suas representações coletivas. Sindicatos e sindicalistas dos petroleiros e dos bancários são aqui tomados como paradigmas deste estudo, pautado no exame de documentos do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do

Freitas, A repressão de Estado aos sindicatos e sindicalistas baianos na ditadura de 1964: os casos dos petroleiros e bancários

Estado de São Paulo, nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Comissão Estadual da Verdade da Bahia (CEV-BA), em jornais e em entrevistas com antigos dirigentes sindicais. Acerca da temática das relações de trabalho na Bahia durante a ditadura, não são muitas as publicações, embora haja um esforço significativo de centros de pesquisas. Neste sentido, as investigações realizadas por Alex Ivo, Oliveira Jr. e Euclides Neves, serviram como referências importantes. O olhar para a história é inspirado na leitura de Walter Benjamin.

As situações examinadas indicam a atuação da repressão de Estado que se abateu nos sindicatos e a conduta da Petrobrás como colaboradora da ditadura. A agressividade da ditadura contra os trabalhadores contou com a cumplicidade de certo discurso jurídico, que tentava respaldar o autoritarismo e a violência. Em paralelo, novas normas trabalhistas foram impostas à sociedade, como complemento às condutas oficiais de confronto aos sindicalistas combativos, assim chamados para se diferenciarem dos sindicalistas apoiadores da política de terror do Estado ditatorial. Ao diferenciar esses grupos de interesses, o ensaio acompanha a preocupação em identificar como forças contrarrevolucionárias aquelas que provocaram e sustentaram o golpe de Estado de 1964, caracterizadas pela defesa vigorosa de uma exploração capitalista intensa sobre os trabalhadores (FERNANDES, 2019).

A ditadura contra os trabalhadores

Raimundo Ramos dos Reis, nascido na cidade de Ilhéus em 31/08/1927, e Emanuel da Silva Rêgo, nascido em Salvador em 13/06/1932, têm algumas coisas em comum². Os dois estudaram no Colégio Central da Bahia, instituição pública e gratuita criada pelo educador Anísio Teixeira que funcionava no centro de Salvador, daí o seu nome, e que reuniu jovens talentosos, estudiosos e interessados em política. Após concursos, Raimundo Reis ingressou no Banco do Brasil e Emanuel Rêgo na Petrobrás, como intérprete da língua inglesa. Emanuel foi colega de Mário Soares Lima no Colégio Central e alguns anos depois, ambos foram companheiros na direção do Sindipetro, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Destilação e Refinação de Petróleo no Estado da

² Raimundo Reis foi entrevistado pelo autor em Salvador (2016) e Emanuel Rêgo no Rio de Janeiro (2019).

Freitas, *A repressão de Estado aos sindicatos e sindicalistas baianos na ditadura de 1964: os casos dos petroleiros e bancários*

Bahia, Mário Lima como presidente da entidade e Emanuel Rêgo, como vice. Raimundo Reis, na mesma época, dirigiu o sindicato dos bancários. Os dois, como sindicalistas, militaram ativamente até os primeiros dias de abril de 1964, quando foram presos. Raimundo Reis teve os seus direitos políticos suspensos por dez anos, pelo Ato Institucional nº 1, de 09/04/1964, e Emanuel Rêgo despedido da Petrobras.

A política adotada após o golpe de 1964 projeta o conflito classista de maneira mais evidente. Segundo Rui Mauro Marini, para os setores da burguesia, não importava o desenvolvimento do país ou o imperialismo, mas os benefícios que poderiam usufruir, o que significava a garantia de que seus lucros seriam mantidos ou ampliados (MARINI, 1978). Essa preocupação voltava-se diretamente à necessidade de frenagem à força que os sindicatos combativos acumularam, especialmente nos primeiros anos da década de 1960. A partir da ditadura, a renda salarial dos trabalhadores caiu (OLIVEIRA, 1984) e a cobrança por produtividade nas empresas aumentou. Essa combinação permitiu maiores ganhos aos capitalistas, que empregavam os trabalhadores em condições cada vez mais conformadas para a acumulação capitalista³. Sem pressão sindical, em vista da agressiva repressão do Estado autoritário, mais viável se tornou a superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000, p.123). E logo foram impostas à sociedade brasileira medidas que reduziram ainda mais o espaço político dos trabalhadores no âmbito do direito do trabalho, seja no contrato individual, seja na representação coletiva. Os exemplos mais imediatos foram a lei de greve, de 1964, e o FGTS, de 1966.

Em paralelo, a participação de empresas estrangeiras ampliou-se no país⁴. Inicialmente com as companhias norte-americanas (MARINI, 1978), seguidas das alemãs (RUSSAU, 2017; BANDEIRA, 2011). Marini informa que a integração do Estado brasileiro ao imperialismo após o golpe teve um duplo efeito: aumentar a capacidade produtiva na

³ Há similaridade com o processo argentino, acerca da ditadura iniciada em março de 1976: “La condición necesaria para el desarrollo del nuevo patrón de acumulación fue la inédita redistribución del ingreso, que adquirió una magnitud desconhecida hasta esse momento. Entre 1976 y 1977 la disminución del salario real fue superior al 40%, lo cual implicó una notable reducción de la participación de los asalariados en el ingreso nacional (...)” (BASUALDO, 2013, p. 91)

⁴ Na análise de Francisco de Oliveira, a importância das estatais, como a Petrobras, é evidente: “Tem-se agora uma configuração de base produtiva em que comparecem a burguesia nacional, perdendo gradualmente peso e importância, a emergência crescente das próprias empresas estatais e, no comando de importantes setores da estrutura produtiva, o capital estrangeiro.” (1984, p.119)

indústria, pela via de financiamentos e uso de novas tecnologias, e restringir a criação de empregos, o que garantiria menor custo combinado com aumento de produtividade. Nesse cenário, não havia ambiente de defesa de negociações coletivas como meio de regulamentação dos direitos trabalhistas, apesar da defesa que fazia o ministro do trabalho no governo Castello Branco, o jurista Arnaldo Sussekind. A não ser que as negociações servissem para assegurar benefícios patronais, ao invés de defender interesses obreiros.

O esforço para a construção do modelo norte-americano, de fortalecimento das negociações coletivas em detrimento às regras impostas pelo Estado, sofreu limitações no próprio campo do sindicalismo de direita. A promessa feita em cursos do ICT (Instituto Cultural do Trabalho) às centenas de trabalhadores em todo o país esbarrava no interesse concreto daqueles que os financiava. De um lado, o ICT insistia no roteiro oferecido pela AFL-CIO⁵ e apoiado pela AIFLD (American Institute for Free Labor Development), estruturado para a formação educativa de sindicalistas como meio de viabilizar a proposta democrática e anticomunista, e convencer os trabalhadores que o capitalismo promoveria oportunidades a todos, sem a necessidade da falsa visão da luta de classes. Por outro lado, os setores burgueses nacionais e norte-americanos, que financiavam essa formação político-sindical, importava-se exclusivamente em assegurar condições para a acumulação capitalista pautada na superexploração da força de trabalho⁶. Um nó que foi facilmente desfeito, pois a intenção do ICT se revelou pura ficção, diante do predomínio da prioridade capitalista de assegurar as melhores condições de ampliar seus ganhos. É possível concluir que o papel fundamental do ICT foi tentar cindir as organizações sindicais como meio para facilitar a repressão que se abateu com o golpe militar. A questão essencial às reflexões aqui propostas se refere a essas influências conservadoras e reacionárias sobre a cultura jurídica e na criação e regulamentação do direito do trabalho, tal como percebido nos debates ocorridos

⁵ A AFL-CIO é a composição de duas centrais sindicais norte-americanas: a American Federation of Labor e o Congress of Industrial Organizations.

⁶ Neste sentido, importava reduzir os espaços conquistados pelos trabalhadores. Há, concretamente, identidade entre o que se passou no Brasil com o ocorrido na Argentina a partir do golpe de 1976. Para reflexões sobre a Argentina, Martín Schorr oferece a pista: “La participación económica y política de los trabajadores fue percebida como una “amenaza” por los sectores dominantes locales.” (2013, pág. 277)

posteriormente, especialmente na implementação do FGTS e da Lei nº 6.019/74, que tratou de implementar o trabalho terceirizado pela via de empresas prestadoras de serviços. Essas duas regras provocaram uma contínua desestruturação nos contratos de trabalho e enfraquecimento das entidades sindicais (FREITAS, 1999).

As empresas interessadas nos efeitos do golpe de Estado auxiliaram na campanha de desestabilização do governo João Goulart e na tentativa de enfraquecimento dos sindicalistas combativos. A Petrobrás, orgulho dos nacionalistas, passou por uma importante alteração em seu papel chave para a economia e para a política: no início do golpe, logo foi dominada pelos golpistas por sua posição estratégica e de segurança. Afinal, a empresa cuidava da industrialização de material combustível e lidava com uma categoria de trabalhadores organizados, politizados e muito ousados. Para refletir sobre o movimento sindical no período introdutório e impactante do golpe, o caso do Sindipetro⁷ é emblemático. Documentos de órgãos repressivos do Estado brasileiro guardados no Arquivo Nacional⁸ e depoimentos de trabalhadores que vivenciaram o clima político na empresa naquele momento permitem uma interpretação mais precisa sobre o papel da Petrobrás na repressão aos trabalhadores, e como estes buscaram formas de resistência política. É de se considerar, neste sentido, que o abate direcionado à ação coletiva dos petroleiros era significativo para controlar e reprimir as organizações obreiras de outras categorias.

Visitada meses atrás do golpe pelo presidente João Goulart⁹, a entidade sindical dos petroleiros no refino era uma referência na luta sindical na Bahia¹⁰, e um importante

⁷ Segundo relato de Amábíla Almeida, o ambiente no centro de Salvador foi muito conturbado no dia 19 de abril de 1964, inclusive com “soldados do exército por toda parte, invasão da sede do Sindicato dos Petroleiros, prisões, violências, o terror estabelecido, muita gente correndo” (BAHIA, 2014, pág.60)

⁸ A partir dos estudos e pesquisas sobre o que se passou naquela época, é possível identificar que alguns documentos do SNI ou do Exército registraram mais versões que fatos. Assim, eventualmente há confrontos entre as fontes pesquisadas. O propósito de um registro falseado pode ser a construção de um futuro. O passado se torna, assim, objeto de disputa. Benjamin preocupa-se com a questão: “A verdadeira imagem do passado passa por nós de forma fugidia. O passado só pode ser apreendido como imagem irrecuperável e subitamente iluminada do reconhecimento” (...) “Porque é irrecuperável toda a imagem do passado que ameaça desaparecer com todo o presente que não se reconheceu como presente intencionado nela”. (BENJAMIN, 2016, p. 11)

⁹ Informação nos dada por petroleiros anistiados, em 2019, na sede da ABRASPET.

¹⁰ Também o era o sindicato dos bancários. Neste sentido, Raimundo Reis lembra que os bancários auxiliaram as organizações de muitas categorias consideradas mais frágeis.

apoio das bandeiras nacionalistas e reformistas no Estado. A experiência de Emanuel Rêgo, vice-presidente do Sindipetro, e de seus colegas foi paradigmática quanto ao papel policesco exercido pela empresa que os empregavam, a Petrobrás. De acordo com os registros oficiais, o presidente do sindicato e deputado federal eleito em 1962, Mário Lima, teria sido preso no Palácio da Aclamação, residência do governador do Estado da Bahia, próximo ao largo do Campo Grande, ao tentar dialogar com o governador sobre a reação militar à greve dos petroleiros da Refinaria Landulfo Alves (RLAN), na região de Mataripe, no recôncavo baiano¹¹.

Cópia do prontuário de Mário Soares Lima consta do “Informe nº 1038 S/102-A13-CIE”, de 15/08/1984, do Ministério do Exército. Segundo o documento, o líder dos petroleiros foi preso em 02/04/1964 “por ter provocado greve ilegal na refinaria de MATARIPE no dia anterior, e ter ameaçado de fazer explodir a mesma”. Pelo registro no documento, Mário Lima permaneceu preso de 02/04 a 12/08/1964 na RM (Região Militar), e depois transferido para Fernando de Noronha, e lá mantido até 04/12/1964, quando foi liberado por força de Habeas-Corpus. No Prontuário há registros de insatisfação dos militares causada pela posterior decisão judicial de absolvição de Mário Lima¹².

O receio alegado pelas autoridades é que os sindicalistas poderiam explodir a refinaria¹³. Os petroleiros se encontravam mobilizados, mas a ameaça de explosão não era confirmada pelos sindicalistas, que foram perseguidos e presos (IVO, 2009). O boato também foi descartado pelos trabalhadores hoje anistiados que na época compartilhavam a direção do Sindipetro. Segundo eles, a proposta de explosão era falsa.

¹¹ Conforme informações em cópia autêntica do SNI de “Auto de Prisão em Flagrante” de Mário Soares Lima. Documento registrado como “ASV ACE 4825/82 CNF”, que faz parte do acervo do Arquivo Nacional.

¹² Documento registrado como “AC ACE 44667/84 SEC 1/1”, no acervo do Arquivo Nacional.

¹³ Para a versão dos militares sobre a ameaça de explosão e sabotagem dirigidas por Mário Lima e seus companheiros, conferir os seguintes documentos que se encontram no acervo do Arquivo Nacional: 1) da Agência de Salvador do SNI, denominado “Informação nº 325/16/ASV/SNI/1972, onde consta a “Cópia do Relatório do IPM instaurado no Terminal da Petrobrás, em MADRE DE DEUS/BA”, registrado como “ABA ACE 3773/82 CNF 1”; 2) do Ministério do Exército, a “Informação nº 674 E2”, datado de 12/11/1971, registrado como “ASV ACE 4825/82 CNF 1/1”. Neste último documento, é curioso o teor do item denominado “Conclusão”, com crítica a decisões do Judiciário, e sua atualidade quanto à postura de membros do Exército e em nome da “opinião pública”, confirmando a nota anterior: “A frequência das decisões antagônicas, ocorridas atualmente, vem causando profunda repercussão negativa e descrédito, cada vez maior, na opinião pública que vê nesse alto órgão de cúpula judiciária, a derrubada constante das sentenças, principalmente condenatórias, arbitradas pelas Auditorias.”

Emanoel Rêgo, morador em Salvador e com uma filha recém-nascida, escondeu-se da repressão em Mataripe nos primeiros dias do golpe, até que resolveu voltar à sua casa, pois soubera que policiais e o exército rondavam sua residência. Para não ser preso em Mataripe, em meio ao movimento paredista eclodido como resistência ao golpe militar, e depois frustrado pela repressão, Rêgo meteu-se em uma ambulância e com a cumplicidade do motorista e descolou-se para Salvador. Assim conseguiu chegar em casa. Mas, preocupado com uma iminente invasão à sua residência e agressões à sua família, Emanoel Rêgo decidiu entregar-se às autoridades, e voltou então a Mataripe no dia 08/04/1964. Entrou nas instalações da empresa e foi preso pelo Coronel Futuro, militar que controlava a movimentação de pessoas na refinaria e determinava quem deveria ser aprisionado.

Na Petrobrás foi instalada uma verdadeira estrutura militar após o golpe. O quartel adaptado funcionou no interior da Refinaria Landulfo Alves em dois ambientes: no hotel que havia na empresa, onde se estabeleceram os oficiais, e no “Alojamento 200”¹⁴. O movimento grevista foi logo frustrado¹⁵, diante do receio que abateu os trabalhadores com a notícia da prisão do líder Mário Lima (IVO, 2016). Antônio Gomes Trigueiros, após ter acompanhado Lima pouco antes da prisão, se deslocou a Santo Amaro para fazer agitação com trabalhadores locais, e lá foi detido junto com um colega. Segundo Trigueiros, eles dois foram os primeiros presos do golpe em Salvador, tanto que ao serem levados ao Quartel do Barbalho, os soldados ainda limpavam o local que passaria a ser um dos principais cárceres da capital baiana ao longo da ditadura (BAHIA, 2014).

Raimundo Lopes¹⁶ conta que, desmobilizada a greve, os obreiros foram à Refinaria e ele, após assinar o ponto, foi preso na empresa, no dia 02 de abril, junto com o colega conhecido como “Suez”. Ambos foram detidos por um tenente que, curiosamente, reconheceu “Suez” como um ex-militar do exército com quem havia servido. O tenente,

¹⁴ O nome do alojamento deve-se aos 200 leitos ali instalados.

¹⁵ A intenção dos sindicalistas era que houvesse um levante popular por meio de greve geral contra o golpe, e para isso circulou um manifesto de convocação de trabalhadores, estudantes, as forças armadas e o povo em geral. É o que consta da “Informação nº 34/930/82, datada de 12/05/1982, da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia, registrado como “AC ACE 24306/82 CNF 1/1”, e que faz parte do acervo do Arquivo Nacional.

¹⁶ Entrevistado pelo autor em 2019, na sede da ABRASPET.

então, deixou de encaminhá-los ao “Alojamento 200”, onde lhes aguardava um capitão que cumpria a tarefa de torturar os trabalhadores aprisionados. Para a sorte deles, o tenente sugeriu que Raimundo e o colega fossem direto à corveta atracada na Refinaria e onde as lideranças eram mantidas para posterior deslocamento a Salvador. Raimundo Lopes descobriu o que eles deixaram de sofrer ao encontrar outro petroleiro, cuja passagem pelo alojamento deixou seu corpo bem machucado e coberto de hematomas. Os militares ocuparam a empresa e logo buscaram apoio em postos-chaves que, às vezes, não correspondiam às suas determinações. Assim se deu com a requisição, por parte do Comandante da 6ª Região Militar, de dois ônibus para o transporte da tropa para os primeiros dias do golpe. A ordem não foi cumprida pelo Chefe do Departamento de Pessoal, apoiador da greve. O curioso fato foi registrado na “Informação nº 2.052”, de 26/02/1971, da DIVIN/Petrobrás, e difundido pelo SNI/NASV¹⁷.

O “Alojamento 200”, segundo Raimundo Lopes e Antônio Trigueiros, diretores da ABRASPET¹⁸ e trabalhadores da Refinaria na época, não funcionou naqueles dias como hospedaria interna¹⁹ dos operários, mas como centro de tortura. A revelação corresponde ao registro feito no Relatório Final da CNV, que apontou a existência de um comando militar na Refinaria Landulfo Alves. Conforme informado pelos anistiados, de acordo com o que circulou entre colegas, ao menos quatro trabalhadores foram barbaramente torturados: Vivaldo Fernandes das Neves, que teria perdido as unhas das mãos por conta da violência, e Carlos Brondi, ambos no “Alojamento 200”; e, depois, Emanuel Rêgo e Milton Oliveira, no quartel do 19º Batalhão de Caçadores, o 19BC.

O Relatório de Atividades de 2013/2014 da baiana CEV registrou as violências sofridas por Vivaldo das Neves em sessões de torturas: “teve ossos quebrados, unhas arrancadas e testículos quebrados”. (BAHIA, 2014, p. 68)

¹⁷ Documento registrado como “ASV ACE 5134/82 CNF 1/1”: acervo do Arquivo Nacional.

¹⁸ A Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e demais Empresas Estatais foi fundada em 19/09/1996, a partir da articulação de trabalhadores vítimas da ditadura (COSTA, 2012).

¹⁹ Muitos trabalhadores ainda utilizavam as instalações da empresa para morar ou pernoitar, quando não encontravam transportes de retorno após o trabalho. Esses locais eram chamados alojamentos. Oliveira Jr. (1985) narra que as péssimas condições desses equipamentos chegaram a provocar uma mobilização importante dos petroleiros no final da década de 1950.

O coronel Futuro prendeu Emanuel Rêgo no ambiente da empresa e o encaminhou ao 19BC (OLIVEIRA JR., 1985). Em 28/08/1964, Rêgo foi dispensado por justa causa, com mais sete colegas, sob a alegação de ordem da Diretoria da Petrobrás²⁰, que acompanhava os movimentos obreiros por meio de sua agência interna.

A DIVIN (Divisão de Segurança e Informações da Petrobrás) funcionou como órgão de espionagem interna, a fim de viabilizar o controle e a repressão das movimentações operárias e da presença de militantes da esquerda em suas unidades. O setor da empresa estava integrado com o sistema de informações dos demais órgãos do Estado responsáveis pela troca de dados e o acompanhamento repressivo. A dinâmica interferia na produção fabril e os trabalhadores se sentiram mais vigiados e cobrados. Como meio de apoio, o esquema se valia de militares infiltrados entre os trabalhadores – os chamados “P2”, na linguagem policial. Essas pessoas, e aqueles relacionados à DIVIN, eram às vezes reconhecidas e identificadas no interior da empresa pelos petroleiros²¹. Sobre esse tipo de atividade, o Relatório da CNV em seu “Texto 2 – Violações de direitos humanos dos trabalhadores”, analisou a extensão das graves violações dos direitos humanos nas relações de trabalho²².

Emanuel Rêgo, Raimundo Lopes e Luciano Campos narraram que, dispensados da Petrobrás, tiveram dificuldades para encontrar empregos. Seus nomes, como outros tantos ativistas, estavam em uma malsinada “lista negra”, anotada no Relatório da CNV. Restaram-lhes, durante anos, atividades informais para o sustento das famílias. Alguns

²⁰ Conforme informação constante em documento denominado “Parecer” em registro “CREBA-AJUR/RLAM-P-59/64”, da Petrobrás, datado de 28/08/1964.

²¹ Segundo informaram os anistiados petroleiros que continuaram trabalhando na empresa após o golpe de 1964. Para eles, o superintendente da Petrobrás prestava contas à DIVIN, e não o oposto.

²² “A aliança empresarial-policial, estabelecida durante o período anterior, transformou-se em aliança empresarial-policial-militar e definiu um novo regime fabril. Por um lado, havia a presença de agentes da repressão infiltrados entre os operários, a estreita colaboração entre a nova burocracia sindical e os órgãos de repressão, a instituição das Assessorias de Segurança e Informação (ASI) no interior das empresas estatais e dos setores de RH das empresas privadas e o fornecimento de “listas negras” para o DOPS e Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Por outro lado, o financiamento e o apoio material, logístico e ideológico, do empresariado à organização da repressão e de órgãos como a Operação Bandeirante (OBAN) e o DOI-CODI materializaram a solidariedade política da aliança empresarial-policial-militar, constituindo a sua face operativa e a configuração de um novo poder disciplinador, que rendeu os dividendos do crescimento econômico com segurança e concentração de renda.” (BRASIL, 2014, p. 64)

foram trabalhar como camelôs ou condutores de táxis. Em um momento econômico tormentoso, viver de biscates foi o destino de muitos deles.

Para os trabalhadores que permaneceram na Petrobrás, o clima era de medo sob o comando do coronel Futuro. Se o trabalhador não via o cartão de ponto na chagada, sabia que seria despedido ou preso. A cobrança e a pressão também aumentaram²³.

Imediatamente após o golpe, portanto, se instalou um Estado terrorista²⁴ que, com o desenrolar da ditadura, foi se articulando a outros países submetidos a equiparada situação política²⁵. Sindicalistas tiveram a liberdade cerceada e muitos permaneceram isolados, sem que suas famílias soubessem onde e como estavam. Em Salvador, as instalações dos Fortes de Amaralina, do Barbalho e de Monte Serrat²⁶, e do quartel do 19BC, receberam ativistas petroleiros, que dividiram celas com outros cidadãos a quem foram confiados o exercício da representação sindical, como o bancário Raimundo Reis.

A “Informação nº 45/SNI/68”²⁷, de 19/08/1968, retrata a conduta policialesca imposta aos petroleiros, pois não apenas demonstra a vigilância intensiva ao então presidente do sindicato, Marival Caldas, como também narra as táticas de luta que estariam sendo planejadas pelos trabalhadores, o que sugere a prática de espionagem. Sobre a integração da vigilância interna da empresa com órgãos de repressão do Estado, Praun

²³ Em sua pesquisa, Ivo menciona os esforços para que a empresa afastasse os ativistas e retratou o grau de perseguições aos petroleiros: “Em todo o Brasil, cerca de 1.500 petroleiros responderam, em algum grau, às investigações desencadeadas pela repressão. Deste universo, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade, 716 foram indiciados através do Inquérito Policial Militar (IPM) (Brasil, 2014, p.66). Desse total, segundo um parecer da Comissão Geral de Investigações da Petrobras, 192 trabalhadores foram investigados, apenas nas unidades sediadas no estado da Bahia. Pelo menos 137 indiciados foram demitidos. Essa quantidade, evidentemente, pode ser um pouco maior, pois pelo menos seis dessas pessoas investigadas, quando da redação do relatório, ainda não haviam tido o seu destino definido pelos agentes da repressão e pelas autoridades da empresa” (2016, p.29)

²⁴ Expressão pouco utilizada pela literatura brasileira. Refere-se à estrutura opressora oficial adotada após o golpe militar de 1964, cujo uso é mais comum em estudos argentinos, a exemplo de Duhalde (2014).

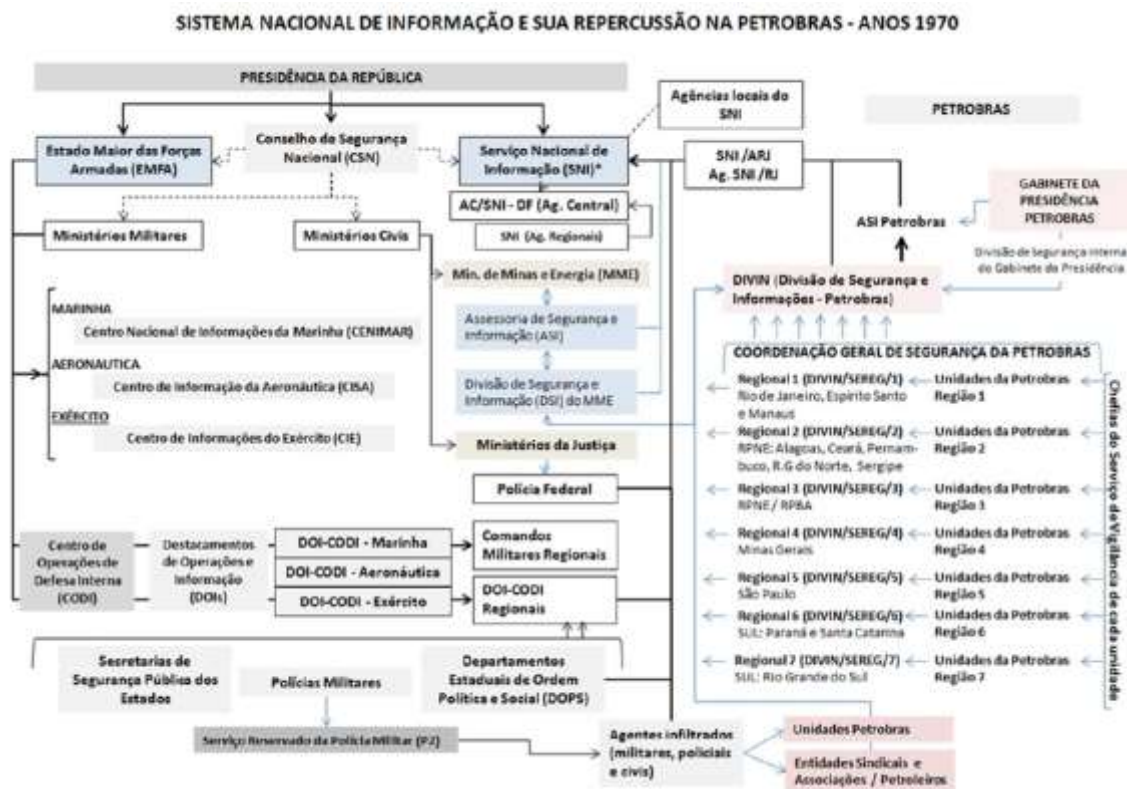
²⁵ É o que se percebe das pesquisas sobre a temática. “En América Latina, los procesos de radicalización política y de organización de corrientes combativas em el sindicalismo presentaron numerosos rasgos em común entre fines de los 60 y mediados de los 70, y también tuvieron puntos de contacto los correspondientes procesos repressivos que se articularon entonces”. (ESPONDA, 2017, p. 26)

²⁶ Instalações históricas, o Forte do Barbalho, ou Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo, foi erigido no século XVII e o Forte de Monte Serrat, ou Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat, no final do século XVI. Ambos foram utilizados nos combates contra os holandeses em Salvador.

²⁷ Documento contido em “ASV ACE 5109/82 CNF 1/1”, que faz parte do acervo do Arquivo Nacional.

e Costa (2016) elaboraram um esquema detalhado, com uma noção ampla e articulada do que chamaram de repercussão do Sistema Nacional de Informações na Petrobrás.

Figura nº 1 – Organização da espionagem interna na Petrobrás.



Fonte: Praun e Costa (2016)

O golpe militar impôs um cotidiano absolutamente diferente aos trabalhadores e suas lideranças. E, com isso, outra dinâmica no tratamento dos conflitos trabalhistas e nova pauta passaram a ser as referências, a contragosto dos sindicalistas combativos. De imediato, mudou o cenário: foram mais de 450 intervenções em sindicatos (NEVES, 2008), seguidas de perseguições, prisões, torturas e mortes. Houve também situações em que sindicatos e sindicalistas foram afetados sem que houvesse intervenções formais: com parte da direção presa ou perseguida, e as demais lideranças dispersas e amedrontadas, a entidade sindical era ocupada por indivíduos que funcionavam como interventores.

Os petroleiros anistiados contam difusamente sobre eventuais interventores, como Tibério José Ferreira. Mas uma vez instalado o comando militar na empresa, e após a

Freitas, *A repressão de Estado aos sindicatos e sindicalistas baianos na ditadura de 1964: os casos dos petroleiros e bancários*

intervenção, o sindicato voltou a funcionar com certa normalidade, mesmo que sob vigilância, o que não impediu a eleição de Marival Nogueira Caldas em 1966, como secretário, e em 1968 como presidente. No entanto, cinco dias após a edição do AI-5, em 18/12/1968, Marival Caldas e mais nove membros da direção do Sindipetro, aí incluído Antônio Valente Barbosa, posteriormente dirigente da ABRASPET, tiveram seus contratos de trabalho rescindidos²⁸. O documento “RPB Nº 47/NASV/SNI/68”, datado de 12/09/1968, lista uma série de condutas supostamente consideradas subversivas por parte de Marival Caldas, e dentre as quais consta que: “Abriu as portas do SINDIPETRO aos estudantes para que ali fossem realizadas reuniões preparatórias às manifestações de ruas, como os tem auxiliado com farto material pertencente ao Sindicato para a publicação dos manifestos estudantis”.

Em vista da rede de controle, vigilância e informações internas que foi construída na Petrobrás, é provável que o DOI-CODI/RJ, ao sequestrar Jorge Leal Gonçalves Pereira em 20/10/1970²⁹ (em seguida encontrado morto), tivesse conhecimento sobre sua passagem como engenheiro da empresa e como dirigente da organização Ação Popular do Brasil (AP), criada em 1962, a partir da juventude católica e de ativistas não alinhados ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). A AP compôs uma chapa para concorrer à direção do Sindipetro antes do golpe de 1964, mas era o PCB que tinha atuação mais forte na categoria, como conta Antônio Trigueiros.

Apoios ao golpe e controvérsias

A repressão foi apoiada pelos principais jornais do país como medida necessária para afastar os perigos da corrupção e do comunismo. Nos anos que se seguiram ao golpe, o judiciário foi se acomodando aos interesses da ditadura civil-militar. Sábia e taticamente, o ministro do trabalho e previdência social Arnaldo Sussekind, ao ser questionado por deputados na Câmara Federal, defendeu a postura rígida e de força

²⁸ Informações que podem ser encontradas em ofício (“RLAM-CONF.-1. 642/68”) do superintendente Orioaldo Pereira Lima ao tenente coronel Joalbo Rodrigues F. Barbosa, contido em “ASV ACE 5109/82 CNF 1/1”, documento que faz parte do acervo do Arquivo Nacional.

²⁹ Documento do II Exército / DOI-CODI, datado de 20 e 21/12/1971, em que constam informações sobre a AP, relaciona os militantes da organização, e entre eles, consta Jorge Leal Gonçalves Pereira, como preso e falecido na Guanabara. O documento se encontra no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

com citações a antigas decisões do Supremo Tribunal Federal, em busca de fortalecer argumentos jurídicos em prol das intervenções. Duas falas do ministro na Câmara, que entre si se articulam, demonstram esse caminho: uma em 07/04/1965³⁰ e a outra em 23/04/1965³¹.

Dentre as muitas questões que podem ser levantadas a partir da fala do ministro, duas se sobressaem para as articulações teóricas aqui desenvolvidas.

Uma é o discurso em defesa da lei: o ministro impõe a sua leitura jurídica como a única possível. Segundo ele, os sindicatos que deixaram a sua função de representação legal dos trabalhadores sofreram intervenções. O desvio de função, justificador da medida de força, foi explicado de maneira genérica pela autoridade máxima do ministério do trabalho e reconhecido intelectual no meio jurídico. Uma vez constatada a ilegalidade, o Estado militarizado identificou os seus inimigos e tratou de desarmá-los, desalojá-los e destituí-los do posto de representação coletiva. A postura impositiva do soberano, que atuou da maneira como entendeu ser a esperada pela população, sem a necessidade de consultas à sociedade e em nome da defesa da lei e do combate à corrupção e ao comunismo, situa-se como autoritarismo similar àquele manejado por Carl Schmitt durante o estado nazista, segundo a leitura crítica de Pedro Serrano (2016).

O não cumprimento da norma por parte dos sindicalistas situa-se como algo, no mínimo, bastante controverso. Efetivamente, aqueles trabalhadores que decidiram representar os seus colegas na direção das entidades sindicais atuaram, de uma maneira geral, na defesa dos interesses das categorias profissionais. No caso dos petroleiros, houve ao

³⁰ Conforme registro no Diário do Congresso (1965): “Essas intervenções tiveram, pois, o objetivo de restabelecer o funcionamento de algumas entidades sindicais, cujos diretores fugiram, se asilaram em missões diplomáticas ou foram detidos pela prática de atos capitulados em lei como crimes ou, ainda, quando se verificou terem as administrações sindicais desviado as entidades dos rumos para os quais foram organizadas. Somente nesses casos determinou-se a intervenção e, na sua quase totalidade, desde o início, as respectivas administrações foram entregues a Juntas compostas por associados das próprias entidades; e a partir de janeiro próximo passado, ordenei a substituição de qualquer interventor, civil ou militar, por Junta constituída na forma precitada”.

³¹ “Registrou o Diário do Congresso (1969): “O sistema brasileiro é precisamente aquele que temos de aplicar no Brasil. É expresso, quando declara que o sindicato é feito para empreender a defesa dos seus representados no que tange aos seus direitos profissionais, ou em se tratando de fatores, aos interesses econômicos. E proíbe expressamente a atividade político-partidária”.

menos dois processos que levam a essa compreensão. Um, que teve beneficiamento econômico direto e objetivo aos trabalhadores, que foi a campanha de equiparação dos salários dos petroleiros baianos aos dos colegas da região sudeste (campo de Cubatão). Em 1960, os petroleiros cruzaram os braços e reivindicaram: “Ou equipara ou aqui para!”. A mobilização foi forte e resistente, até que conquistaram os aumentos salariais que corresponderam à 80% da equiparação desejada, em decisão homologada pelo Tribunal do Trabalho³². Um outro foi de cunho social, mas que se encontrava em plena coerência às políticas educacionais da época. O Sindipetro organizou cursos de alfabetização pelo método Paulo Freire com vistas a beneficiar os trabalhadores recém ingressos na Petrobrás oriundos dos plantios de cana-de-açúcar do recôncavo baiano. Eram centenas de trabalhadores analfabetos, que deixaram essa situação humilhante com o esforço dos sindicalistas. Antônio Trigueiros, hoje anistiado e que na época ainda não trabalhava na empresa, lembra com orgulho que foi um dos professores de matemática que acompanhou essas turmas de alunos.

A iniciativa do Sindipetro encaixava-se na política pública adotada pelo Estado brasileiro. Neste sentido, o editorial do Jornal da Bahia, de 03/03/1964, elogiou a campanha de alfabetização promovida pela Comissão Regional de Cultura Popular (CRCP), do Ministério da Educação da Bahia, a partir do “sistema Paulo Freire de educação de adultos”. O editorial inclusive refletiu sobre o problema em vista da Petrobrás: “Por que – e damos um exemplo – não se atacar, logo e logo, setor tão importante como a Petrobrás para alfabetizar os analfabetos e alargar os horizontes dos semi-alfabetizados?” (JORNAL DA BAHIA, 1964, p. 02).

³² A importância das greves dos petroleiros baianos é significativa pela mobilização, intensidade, diversificação de assuntos que compuseram as reivindicações, e pela educação política dos trabalhadores, muitos deles não escolarizados. Oliveira Jr. (1995) menciona, por exemplo, os movimentos de protestos contra as condições dos alojamentos e contra o afastamento de dois dirigentes sindicais (Osvaldo Marques e Mário Lima) no final da década de 1950. Assim também a greve que reivindicou a equiparação às remunerações dos petroleiros de Cubatão, e a que não chegou a se concretizar no confronto ao golpe de 1964. Naqueles anos iniciais de formação política da categoria recém-criada, a greve parecia ser a forma de luta mais lembrada, tal qual já se sucedeu em tempos anteriores, em situações comparáveis. Neste sentido, conferir a análise feita por Rosa Luxemburgo sobre a relevância das greves econômicas na Rússia do início do século XX (LUXEMBURGO, 1974).

Considerar que essas duas campanhas afrontavam a norma sindical era uma interpretação restritiva com intencionalidade e interesses prévios de pré-julgar os sindicalistas. Nesses dois exemplos, que tiveram amplitude significativa na categoria, não se verificou corrupção e nem subversão às leis.

No entanto, o manejo dos fatos se adequou à necessidade da ditadura em enquadrar os sindicalistas como afrontadores das leis. E isso foi feito, ao gosto do soberano.

Outra questão que se revela é o do suposto vínculo entre sindicalismo e corrupção. Importa lembrar que a corrupção e o comunismo foram eleitos como inimigos e alvos dos defensores do “movimento revolucionário” de 1964³³. A imagem da austeridade militar, no entanto, era abalada por casos de desvios de verbas em que os seus apoiadores se envolviam. No limite do ambiente sindical, anotam-se duas denúncias, aqui brevemente pontuadas: a de Raimundo Reis em relação à delapidação dos fundos do Sindicato dos Bancários após o golpe, e a do deputado Adílio Viana, que encarou o ministro Arnaldo Sussekind no parlamento e questionou-lhe sobre a eficiência do autoritarismo diante dos desvios praticados por interventor sindical³⁴. A essas duas, somam-se outras suspeitas. As dúvidas acerca da austeridade no tratamento das contas se ampliam diante do financiamento dirigido a grupos sindicais oposicionistas aos nacionalistas, reformistas e comunistas, feito por firmas nacionais e estrangeiras (DREIFUSS, 2006; CORRÊA, 2017).

É imenso o descompasso entre o montante de dinheiro destinado a instituições apoiadoras de grupos de direita no ambiente sindical e o êxito desses grupos na disputa com nacionalistas, reformistas e comunistas. Aparenta ter havido um grande investimento com resultados pífios, o que permite dúvidas sobre a destinação real desses recursos. O Nordeste era a região prioritária para a política de desestabilização do governo João Goulart (FÜCHTNER, 1980). Para os sindicalistas anistiados da Petrobrás,

³³ Conferir o texto do Ato Institucional nº 2, de 27/10/1965.

³⁴ Sobre eventuais desvios financeiros praticados por interventores em sindicatos, oportuna a denúncia feita pelo deputado gaúcho Adílio Viana (PTB), em sessão da Câmara dos Deputados, de 23/04/1965, quando interpelou o ministro do trabalho e previdência social Arnaldo Sussekind, em questionamentos sobre as intervenções. Disse-lhe o deputado: “O primeiro interventor, de nome Arnaldo Sales, se não estou enganado, já confessou publicamente ter desviado pelo menos 1.800.00 de cruzeiros dos 5 milhões destinados à impressão do Hino Nacional Brasileiro” (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1965, p. 2099).

no entanto, nos anos que precederam o golpe não havia agrupamentos de direita expressivos no movimento sindical baiano. Fora alguns integralistas e uns ex-comunistas que se tornaram reacionários, não havia presenças de importância.

O manejo de verbas estrangeiras para sustentar a oposição ao sindicalismo combativo gerou suspeitas quanto aos seus objetivos políticos: “a USAID aprovou empréstimos ao Brasil no valor de US \$ 600 milhões, mas o desembolso de mais de três quartos do montante foi retido até depois do golpe de 1964” (BLACK, 1977, p. 41).

O contraditório combate à corrupção pelos golpistas consistia em simplória imagem publicitária, mas com efeitos que se mostraram eficientes na sociedade brasileira. No fundo, era mais um suntuoso palácio sustentado em frágeis gravetos. A importância do golpe estava em assegurar seus objetivos econômicos, e para isso tentava a imobilização das classes populares e a anulação à força das ações de lideranças nacionalistas, reformistas, religiosas progressistas e comunistas.

Síntese: o horror e luta

A violência sofrida pelos petroleiros e bancários baianos se caracterizou como um registro comum da repressão do Estado terrorista da ditadura brasileira, a qual também se estendeu a outras categorias profissionais, estudantes³⁵, intelectuais e quem mais resistisse. Além da força física que abateu militantes, era essencial que o domínio político dos militares contasse com o apoio, discreto ou ostensivo, de empresas, interessadas no aprofundamento e intensidade da exploração da força de trabalho. Para isso, era importante à ditadura reprimir sindicatos, sindicalistas e lideranças dos trabalhadores. O terror e o medo então cumpriram o seu papel.

Quem contrariava a empreitada do Capital em acumular riquezas era eleito inimigo da ditadura, sendo ele nomeado como “comunista” e/ou “corrupto”. A vigilância e a espionagem, oficial ou não, tratavam de mantê-lo sob constante tensão, quando ocorria

³⁵ Os estudantes foram afetados logo após o golpe, mas com o AI-5 e do Decreto nº 477, de 1969, os efeitos se amplificaram e a repressão se tornou muito mais efetiva. Para uma análise do movimento estudantil soteropolitana da época, conferir as pesquisas de Sandra Silva (2003) e de Antônio Brito (2008).

Freitas, *A repressão de Estado aos sindicatos e sindicalistas baianos na ditadura de 1964: os casos dos petroleiros e bancários*

de não ele caído em prisões e torturas. O Estado terrorista buscava o esvaziamento do futuro para quem vivia do trabalho.

A silenciosa perseguição patronal e o desalento do desemprego foram cruéis para os ativistas sindicais de outrora, muitos despedidos por justa causa, mesmo sendo eficientes em suas tarefas laborais. Sob o clima hostil imposto pelos militares e seus apoiadores, impregnou-se uma sensação de desamparo generalizado entre esses ativistas. Famílias foram deslocadas para situações incertas, que o diga Emanuel Rêgo. E trabalhadores zelosos mal conseguiam promoção no Banco do Brasil após o golpe, que o diga Raimundo Reis. Um cenário de uma aspereza concreta, que lembra aquele descrito na poesia de Fernando Pessoa (1997). Mas, de alguma forma, Raimundo e Emanuel mantiveram lutas possíveis: Raimundo Reis, aposentado do Banco do Brasil, se tornou uma referência histórica dos bancários, cujo sindicato baiano criou, em 2011, o “Centro de Memória Bancária Raimundo Reis”. Emanuel Rêgo foi anistiado e retornou à Petrobrás, tendo sido um dos articuladores do I Encontro Nacional dos Anistiados da Petrobras, em 1985 (COSTA, 2012). Sofreram os horrores da ditadura e mantiveram-se em luta.

Referências Bibliográficas

- BAHIA. *Relatório de Atividades 2013/2014*. Comissão Estadual da Verdade da Bahia: Salvador, 2014.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ‘milagre alemão’ e o desenvolvimento do Brasil (1949-2011)*. 2ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- BASUALDO, Eduardo M. El legado dictatorial. El nuevo patrón de acumulación de capital, la desindustrialización y el ocaso de los trabajadores. IN: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo, Orgs. *Cuentas Pendientes – Los cómplices económicos de la ditadura*. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, 2013.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- BLACK, Jan Knippers. *United States Penetrations of Brazil*. Pennsylvania: Manchester University Press, 1977.
(https://books.google.com.br/books?id=O2a7AAAAIAAJ&dq=ipes+student+brazil+1963&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s)
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

- BRITO, Antonio Maurício Freitas. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2008.
- CORRÊA, Larissa Rosa. *Disseram que voltei americanizado – Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2017.
- COSTA, Reynaldo Hélio da. *História da Abraspet na luta pela anistia política no Brasil*. Salvador: Abraspet, 2012.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- ESPONDA, Alejandra. *Responsabilidad empresarial em delitos de lesa humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado: tomo 1*. 2ª Edição especial. Posadas: EdUNaM – Editorial Universitaria de la Universidad Nacional de Misiones, 2017.
- DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado Terrorista argentino*. Buenos Aires: Colihue, 2014.
- FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- FILGUEIRAS, Otto. *Revolucionários sem rosto – Uma história da Ação Popular*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014.
- FREITAS, Carlos Eduardo Soares de. *Desregulamentação e precarização nas relações formais do trabalho no Brasil dos anos 90*. Revista SER SOCIAL (UNB), Brasília, v. 5, p. 65-86, 1999.
- FÜNCHTNER, Hans. *Os Sindicatos brasileiros – organização e função política*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980
- IVO, Alex de Souza. Uma “revolução” contra o comunismo-peleguismo: o golpe de 1964 e o sindicalismo petrolero. IN: ZACHARIADHES, GC., org. IVO, AS., et al. *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, vol. 1.
- _____. “Acabou nosso carnaval”: o golpe de 1964 e a repressão aos trabalhadores do petróleo na Bahia. IN: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos (Orgs.). *Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: CUT, 2016.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de massas, partido e sindicatos*. Coimbra: Centelha, 1974.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y Revolución*. 9ª Edição. México: Siglo veintiuno editores, 1978.
- _____. *Dialética da dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- NEVES, Euclides Fagundes. *Bancos, Bancários e Movimento Sindical*. 2ª Edição. Salvador: Bureau Gráfica e Editora, 2008.

- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.
- OLIVEIRA JR., Franklin. *A Usina dos Sonhos – Nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954 – 1964*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 1985.
- PESSOA, Fernando. *Obra poética. Volume único*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.
- PRAUN, Luci; COSTA, Cláudia. *Pistas sobre a estrutura e as ações de repressão do Estado brasileiro no pós 1964 e sua configuração no interior da Petrobrás*. Revista do Arquivo, nº 2, 2016, publicação eletrônica do APESP. http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/02/artigo_02.php#inicio_artigo, acessado em 17/12/2019.
- RUSSAU, Christian. *Empresas alemãs no Brasil – O 7x1 na economia*. São Paulo: Elefante, 2017.
- SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. *Autoritarismo e golpes na América Latina – Breve ensaio sobre jurisdição e exceção*. São Paulo: Alameda, 2016.
- SCHORR, Martín. El poder económico industrial como promotor y beneficiário del proyecto refundacional de la Argentina (1976-1983). IN: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo, Orgs. *Cuentas Pendientes – Los cómplices económicos de la ditadura*. Buenos Aires: Siglo veintiuno editors, 2013.
- SILVA, Sandra Regina Barbosa da. *“Ousar lutar, ousar vencer”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2003.

Data de Submissão: 31/05/2020

Data da Avaliação: 10/06/2020

AS TRINCHEIRAS DO EMPRESARIADO NORTE-AMERICANO NO GOLPE DE ESTADO DE 1964: OS CASOS DA AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE FOR BRAZIL (AMCHAM) E DO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL (FAS)

Elaine de Almeida Bortone¹

Resumo. O artigo analisa duas organizações empresariais norte-americanas, que se envolveram com o golpe de Estado de 1964 e com a ditadura empresarial-militar brasileira. A American Chamber of Commerce for Brazil (AMCHAM), fórum político das corporações multinacionais, e o Fundo de Ações Sociais (FAS), fundo arrecadado das multinacionais para financiar as “ações de guerra” em prol dos interesses das empresas estrangeiras no Brasil. Ambas as organizações estabeleceram parcerias com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que juntos formaram um conclave de interesses políticos e econômicos para colocarem em prática ações de uma fração de classe no sentido de conquistar o Estado. O IPES, fundado por empresários nacionais e internacionais e militares, buscou integrar os diversos grupos civis e militares em uma oposição para deter o governo de João Goulart (1961-1964) e as forças sociais que o apoiavam. A fim de atender o escopo do artigo, foram examinados os documentos do IPES, as atas do FAS; as trocas de correspondências entre Brasil e Estados Unidos, revistas e jornais da época e bibliografia.

Palavras-chaves: American Chamber of Commerce for Brazil, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, Fundo de Ação Social, ditadura empresarial-militar, empresariado.

THE TRENCHES OF AMERICAN BUSINESS IN THE 1964 COUP D'ÉTAT: THE CASES OF THE AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE FOR BRAZIL (AMCHAM) AND THE FUNDO DE AÇÃO SOCIAL (FAS)

Abstract. This article analyzes two North American business organizations, which became involved with the 1964 coup d'état and the Brazilian military-business dictatorship. The American Chamber of Commerce for Brazil (AMCHAM), a political forum for multinational corporations, and the Social Action Fund (FAS), a fund raised from multinationals to finance “war actions” in favor of the interests of foreign companies in Brazil. Both organizations established partnerships with the Institute for Research and Social Studies (IPES), which together formed a conclave of political and economic interests to put into practice actions by a fraction of the class in order to conquer the State. IPES, founded by national and international and military businessmen, sought to integrate the diverse civilian and

¹ Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mediadora do curso a distância de História da UNRIO/CEDERJ. E-mail: elainebortone@gmail.com

military groups in an opposition to stop the government of João Goulart (1961-1964) and the social forces that supported it. The article is based on the IPES documents, the FAS minutes; exchanges of correspondence between Brazil and the United States and periodicals and newspapers.

Keywords: American Chamber of Commerce for Brazil, Instituto de Pesquisas e Estudos Social, Fundo de Ação Social, business-military dictatorship, business.

LAS TRINCHERAS DE LOS NEGOCIOS ESTADOUNIDENSES EN EL GOLPE DE ESTADO DE 1964: LOS CASOS DE LA CÁMARA DE COMERCIO AMERICANA PARA BRASIL (AMCHAM) Y EL FONDO DE ACCIÓN SOCIAL (FAS)

Resumen. El artículo analiza dos organizaciones empresariales de América del Norte, que estuvieron involucradas con el golpe de estado de 1964 y la dictadura militar-empresarial brasileña. La Cámara de Comercio Americana para Brasil (AMCHAM), un foro político para corporaciones multinacionales, y el Fondo de Acción Social (FAS), un fondo recaudado por multinacionales para financiar "acciones de guerra" a favor de los intereses de las empresas extranjeras en Brasil. Ambas organizaciones establecieron alianzas con el Instituto de Investigación y Estudios Sociales (IPES), que juntas formaron un cónclave de intereses políticos y económicos para poner en práctica las acciones de una fracción de la clase para conquistar el Estado. IPES, fundada por empresarios nacionales e internacionales y militares, trató de integrar a los diversos grupos civiles y militares en una oposición para detener el gobierno de João Goulart (1961-1964) y las fuerzas sociales que lo apoyaron. El artículo se basa en documentos de IPES, las minutas de FAS; intercambios de correspondencia entre Brasil y los Estados Unidos y publicaciones periódicas y periódicos.

Palabras-claves: American Chamber of Commerce for Brazil, Instituto de Pesquisas e Estudos Social, Fundo de Ação Social, dictadura empresarial-militar, empresários.

Introdução

Estudos sobre a influência dos Estados Unidos e o envolvimento de empresários, estrangeiros e brasileiros, no golpe de Estado de 1964 e na ditadura empresarial-militar têm se ampliado. Com isto, tem se revelado um perfil mais detalhado do período, que está ajudando a compreender melhor o funcionamento da ditadura e os meandros das organizações empresariais.

Sobre a influência dos Estados Unidos no Brasil, Moniz Bandeira (1973) se destacou com sua vasta obra sobre a temática, que aponta as operações que o país desencadeou no Brasil para

manter sua hegemonia ideológica e expandir suas ideias e seus negócios. Retrata o panorama dos interesses que convergiam e se organizavam contra o governo Goulart.

O pesquisador René Dreifuss (2006) foi o pioneiro em pesquisar e apontar a presença do empresariado representante do capital multinacional e associado no processo de tomada do poder em 1964. Este empresariado trabalhou, conforme o autor, para ampliar a sua faixa de influência direta na condução da política nacional. Para tal, investiu na criação de entidades empresariais, tais como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e outras entidades empresariais, para a construção do golpe de 1964 e de um novo governo, para atender aos seus interesses particulares.

Gonçalves (2016) analisou o relacionamento político-empresarial do empresariado norte-americano e brasileiro. Segundo a autora, a origem deste intercâmbio se encontra na transnacionalização do capital, unida às novas demandas da economia dos países capitalistas, que possibilitou a inserção da dinâmica internacional ao espaço nacional da luta por interesses de classe. O *American way of business*, conclui, norteou a condução da política externa norte-americana no Brasil, com a ajuda da Aliança para o Progresso, e contribuiu para a condução do golpe empresarial-militar de 1964 e para o regime instaurado a seguir.

Silva (2020) também pesquisou a organização e planejamento do governo dos Estados Unidos para ação e intervenção no Brasil, mas especialmente ao longo da década de 1950. O autor defendeu a tese de que suas ações foram guiadas por uma perspectiva contrarrevolucionária preventiva articulada transnacionalmente. As ações desses atores visavam, acrescenta Silva, conter, regular ou até mesmo destruir a possibilidade de organização dos trabalhadores, buscando afastar, assim, o fantasma de uma revolução.

Dando continuidade a investigação de empresários e suas entidades empresariais no golpe, o artigo tem como objetivo analisar duas organizações empresariais norte-americanas, a American Chamber of Commerce for Brazil (AMCHAM) e o Fundo de Ações Sociais (FAS), que se envolveram com o golpe de Estado de 1964 e com a ditadura empresarial-militar no Brasil, por meio de uma organização empresarial brasileira, o IPES. Uma entidade, conforme Dreifuss (2006) guarda-chuva para as classes dominantes e unidade coordenadora de um número de entidades políticas.

A origem da criação das organizações empresariais norte-americanas se encontra no pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918), como consequência da inserção do país na

dinâmica de disputa de poderes dentro do jogo internacional (SPOHR, 2019). Época em que grandes empresas estadunidenses abriram no Brasil suas filiais e subsidiárias.

No meio do século XX houve mudança de posicionamento dos Estados Unidos no quadro internacional da Guerra Fria. Dwight D. Eisenhower (1953-1961), empenhou-se em promover os interesses das corporações do seu país criando um clima político favorável a expansão de seus investimentos e proporcionando-lhes melhores condições de segurança e proteção. Em 1961, John F. Kennedy (1961-1963), após a guinada da Revolução Cubana (1959), lançou a Aliança para o Progresso, que consistiu na execução de um programa de apoio dos Estados Unidos aos governos, ao mesmo tempo em que visava estimular as empresas privadas do seu país a investirem nos países da América Latina associadas aos capitalistas nacionais (BANDEIRA, 2013).

Os interesses multinacionais e associados cresceram rapidamente no Brasil, estimulados pela política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando *houve uma aceleração do processo de industrialização. Um conjunto de entidades empresariais, responsáveis pelos assuntos políticos do bloco econômico em referência, atuou para defender os seus interesses e facilitar a atuação desses capitais. Entre estas entidades se encontram a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas (CONSULTEC), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e a AMCHAM. E outras que nasceram no período, tais como Conselho Superior das Classes Produtoras – CONCLAP (1959), Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD (1959), o IPES (1961) e o FAS (1962).*

Por volta de 1960, os interesses multinacionais e associados haviam se tornado a força socioeconômica dominante no Brasil. A organização dos interesses políticos e econômicos do capital multinacional e associado deu origem ao IPES para combater o governo de João Goulart (1961-1964), que culminou no golpe de Estado de 1964 e na ditadura empresarial-militar (DREIFUSS, 2006). Possibilitou, assim, o surgimento de uma dinâmica internacionalizada de conformação de intenções políticas do empresariado (SPOHR, 2019).

Foi neste quadro que surgiram a AMCHAM e o FAS. A primeira organização é uma comunidade local de negócios dos Estados Unidos, uma estrutura política de poder do capital multinacional e associado que cuida dos seus interesses no país em que se instala. Chegou ao Brasil em 1916, como medida protetiva ao seu capital, resultado da iniciativa de empresas norte-americanas recém-instaladas no país. A segunda arrecadava fundos das multinacionais para repassar para o IPES, com a finalidade de financiar as “ações de guerra” e articular uma rede para influenciar, defender e sensibilizar o poder público nas três esferas em prol dos interesses das multinacionais no Brasil. Ambas as organizações estabeleceram parcerias com o IPES, que juntos formaram um conclave de interesses políticos e econômicos para colocarem em prática as ações de uma fração de classe, a classe empresarial. O IPES foi fundado por empresários nacionais e internacionais e por militares da alta patente para integrar os diversos grupos civis e militares em uma oposição que pudesse deter o governo de João Goulart, que lançou medidas contrárias aos seus interesses econômicos, e as forças sociais que o apoiavam.

O estudo segue o roteiro teórico-metodológico sugerido por Antonio Gramsci, por conter na sua elaboração as transformações sofridas pelo Estado capitalista, a dominação política de classe, os partidos políticos, as relações entre a classe dominante e, em especial, o conceito de aparelhos privados de hegemonia, que utilizo para compreender a atuação das organizações estudadas na sociedade civil e na sociedade política, no início dos anos 1960. Sociedade civil, segundo Gramsci é o conjunto dos aparelhos privados, através dos quais uma classe ou frações de classes luta pela hegemonia e pela direção político-moral, que não pode ser entendida de forma descolada ou oposta à sociedade política, onde estão os aparelhos militares e burocráticos de dominação e de coerção.

Para este artigo, foram analisados os documentos do IPES, custodiados no Arquivo Nacional (RJ), as atas do FAS arquivadas no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos em São Paulo (SP), as trocas de correspondências guardadas no National Archives and Records Administration – NARA (EUA), revistas e jornais da época preservados na Biblioteca Nacional (RJ) e bibliografia. Vale acrescentar que o estudo da AMCHAM e do FAS é inédito. As entidades já foram citadas em algumas discussões, mas não foram analisadas em profundidade.

American Chamber of Commerce for Brazil (AMCHAM)

Bortone, *As trincheiras do empresariado norte-americano no golpe de estado de 1964: os casos da American Chamber of Commerce for Brazil (Amcham) e do Fundo de Ação Social (FAS)*

O rascunho inicial do estatuto da AMCHAM-SP foi escrito, em julho de 1919, no tradicional Grand Hotel de La Rotisserie Sportsman, no centro paulistano. Ali também foi realizada a primeira eleição de diretoria, em 1920. No lugar da modesta Câmara de Comércio, cresceu, conforme sua página na internet, a maior entidade empresarial não sindical do país, multissetorial, com prestações dos mais diversificados serviços, realização de missões empresariais para os Estados Unidos e outros países e a promoção de grandes eventos.²

A AMCHAM-SP é uma filial da The U.S. Chamber of Commerce, maior organização comercial do mundo, representando os interesses de mais de 3 milhões de empresas de todos os tamanhos, setores e regiões. A idéia de uma instituição nacional para representar os interesses unificados das empresas norte-americanas se formou pela primeira vez quando o presidente William Howard Taft (1909-1913), em uma mensagem ao Congresso, em 1911, abordou a necessidade de uma "organização central em contato com associações e câmaras de comércio em todo o país e capaz de manter os interesses puramente norte-americanos em um contato mais próximo com as diferentes fases dos negócios comerciais". Quatro meses depois, em 22 de abril de 1912, um grupo de 700 delegados de várias organizações comerciais se uniu para criar um corpo unificado de interesse comercial.³

As Câmaras de Comércio Americanas no exterior, parte da U.S. Chamber Federation, incluem 118 Câmaras em 105 países em todo o mundo, que trabalham pra promover as relações comerciais entre os Estados Unidos e os principais mercados do mundo, dentre alguns: Argentina, Bahrein, Brasil, China, Colômbia, Costa do Marfim, Cuba, Egito, Índia, Iraque, Japão, Coréia, Kuwait, Paquistão, África do Sul, Turquia e Reino Unido.⁴

A AMCHAM-SP, entidade que representa os interesses do capital estrangeiro no país, foi fundada por sete multinacionais e por uma empresa e uma instituição brasileiras: Braço-Mapre, Citibank, Esso, General Electric, Goodyear, Indústrias Matarazzo, Lion,

² Informações retiradas do site oficial da AMCHAM. Disponível em <<http://www.amcham.com.br/>>. Acessado em: 15.09.17.

³ Informações retiradas do site oficial da The U.S. Chamber of Commerce. Disponível em <<https://www.uschamber.com/about/history>>. Acessado em: 15.03.20.

⁴ Idem. Disponível em <<https://www.uschamber.com/international-affairs-division>>. Acessado em: 15.03.20.

Singer e Universidade Presbiteriana Mackenzie. Funcionou, inicialmente, apenas na cidade de São Paulo (SP). Hojetem escritórios nas maiores cidades do país, tais como Campinas, Campo Grande, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Joinville, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Uberlândia.⁵

Segundo a entidade, os objetivos da Câmara consistem em contribuir para melhorar a percepção internacional dos produtos e serviços brasileiros de um determinado setor, proporcionar oportunidades de negócios e facilitar o acesso ao mercado americano e em outros mercados.⁶Suas metas consistem em “servir os associados influenciando políticas públicas no Brasil, promovendo o comércio, o investimento e a cidadania empresarial”.⁷

Para estabelecer um canal de comunicação com as suas associadas e não associadas e divulgar suas atividades ideológicas e políticas, a AMCHAM-Rio criou, em 1921, a revista *Brazilian Business*. Especializada em economia, comércio exterior e relações bilaterais, a linha editorial da revista contribui para a “melhora do ambiente de negócios e das relações bilaterais com os Estados Unidos”. Apresenta reportagens e artigos de opinião sobre os temas que estão em destaque para o setor privado.⁸

Em 1982, a AMCHAM-SP lançou o Prêmio Empresa e Comunidade (Prêmio ECO) com a finalidade de reconhecer as “práticas responsáveis” das empresas e fazer dele “um instrumento de compromisso corporativo com o desenvolvimento social, ambiental e econômico”.⁹

O reconhecimento de seu prestígio e influência, tanto no meio empresarial quanto no político, é observado pelas visitas ilustres que já recebeu. Passaram pela sede de São Paulo os presidentes Juscelino Kubitschek (1956-1961), Ernesto Geisel (1974-1979) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), assim como governadores e deputados dos mais variados estados da federação. Entre os norte-americanos, encontram-se os presidentes Richard Nixon (1969-1974), Bill Clinton (1993-2001), George Bush (2001-

⁵ Idem.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

⁸ AMCHAM-RIO site oficial. Disponível em <<http://www.amchamrio.com.br/site-perfil>>. Acessado em 15.08.19.

⁹ AMCHAM site oficial. Disponível em <<https://safe.amcham.com.br/premioeco/history>>. Acessado em 15.08.19.

2009) e Barack Obama (2009-2017), além dos secretários Dean Acheson, Collin Powell e Hillary Clinton. Empresários como Nelson e David Rockefeller e Michael Dell, presidente e fundador da Dell Inc., uma das maiores fornecedoras de produtos eletrônicos e de tecnologia do mundo, também deixaram suas marcas na AMCHAM.

Da mesma forma, a instituição se fazia presente, por meio de seus membros, em reuniões com presidentes da República. Ávidos por incentivos fiscais pelo Estado, em outubro de 1964, representantes de 78 multinacionais norte-americanas, associados da AMCHAM, foram recebidos pelo presidente Castello Branco (1964-1967). Manifestaram ao presidente o “forte espírito de confiança e cooperação” e “sua profunda confiança no futuro econômico do país”. Na ocasião, apresentaram um estudo no qual as empresas planejavam investir 55 bilhões de cruzeiros para o ano seguinte, que representava 10% do capital estrangeiro na época investido. Esclareceram, ainda, o desejo de aumentar os investimentos no Brasil, “os quais produzirão somente um lucro razoável”, e que têm proporcionado empregos e melhoria a mais de cem mil cidadãos brasileiros. Destacaram que esperavam que o governo desse oportunidades para os investimentos, assim como incentivos a investidores estrangeiros em potencial para poderem “trabalhar ajudando o Brasil a alcançar as suas formidáveis metas industriais e comerciais”. Na oportunidade, estavam presentes: embaixador norte-americano Lincoln Gordon, G.W. Potts (presidente da AMCHAM do Rio de Janeiro), Paul Norton Albright (presidente da AMCHAM de São Paulo e do IPES), Arthur Bennett (vice-presidente executivo da AMCHAM de São Paulo), M. Bush (vice-presidente executivo da AMCHAM do Rio de Janeiro) e William Kedeher (1º vice da AMCHAM de São Paulo).¹⁰

Subsidiária de aparelho privado de hegemonia estadunidense, cujos objetivos incluem interesses corporativos e os extrapolam, além de entidades mescladas a outras associações empresariais locais (FONTES, 2019), a AMCHAM estabeleceu alianças com instituições com objetivo de fortalecer os interesses comuns, terem uma atuação política mais firme no sentido de pressionarem governos para implantar políticas

¹⁰ Revista das Classes Produtoras. Negócios americanos: luz verde para o Brasil. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ACRJRevistas&PagFis=17425&Pesq=%22Benetton%22>>. Acessado em 05.10.17.

públicas que os favorecessem, tais como com o Graded School (1920)¹¹, American Society (1950)¹², com a Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas (1954). Gramsci (2014, v. 2) explica que organizações tendem a criar ou a se vincular à uma escola para os próprios dirigentes e especialistas e, conseqüentemente, criam grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado que ensinam nestas escolas, com objetivo de dar homogeneidade à classe e consciência da própria função nos campos econômico, social e político.

No período que antecedeu ao golpe de 1964, a AMCHAM participou de uma rede empresarial para as “ações de guerra” contra o governo de Goulart e defender os interesses econômicos e políticos das multinacionais. Se destaca o Centro Latino-Americano de Coordenação Estudantil (CLACE)¹³, o Council for Latin American (CLA), o IBAD e o IPES, para o qual a Câmara colaborava nas contas e no fluxo de recursos pró-golpe vindos do exterior. Para esta ação, a AMCHAM criou o FAS (1962), discutido a frente.

Atualmente a AMCHAM participa intensamente do Programa Ciência sem Fronteiras. O papel da AMCHAM foi decisivo ainda para o início das atividades de entidades empresariais, tais como o GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas), o Instituto Ethos, a Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) e o Centro de Democratização da

¹¹ Pouco depois da Primeira Guerra Mundial, a Câmara Americana de Comércio e as empresas norte-americanas, em São Paulo, imaginavam uma escola que prepararia crianças para faculdades e universidades nos Estados Unidos. Começou em uma escola na Avenida São João, no coração do centro de São Paulo, sob a direção das professoras Ruth Kolb e Bel Ribble. Sua visão é “**Indivíduos com poderes para atingir seu potencial e impactar positivamente o mundo**”. Site oficial da Graded. The American School of São Paulo. Disponível em <<http://www.graded.br/page.cfm?p=1>>. Acessado em: 15.09.17.

¹² Em 1950, apoiou o estabelecimento da American Society, que sempre teve sede na AMCHAM-São Paulo. Era uma organização internacional sem fins lucrativos que “enriquece a vida de famílias, profissionais, expatriados e a comunidade”. Atuava como uma ligação entre a associação e uma variedade de organizações, incluindo o Consulado Americano, escolas americanas, igrejas, instituições de caridade e grupos atléticos. Em 1978, foi lançado o American International Fellowship Program, que oferecia bolsas de estudo no exterior a jovens executivos brasileiros, e o Instituto Qualidade no Ensino, dedicado em aperfeiçoar a educação em escolas públicas de várias cidades do país.

¹³ Formada com dinheiro vindo dos bolsos de empresários descontentes com os possíveis caminhos que o país tomava. Organizada por gente experiente da CIA para se infiltrar no movimento estudantil e denunciar seus líderes. Acompanhou com desenvoltura a movimentação estudantil infiltrando agentes em encontros, assembléias e comícios nas grandes cidades. Uma organização idêntica completava o trabalho: o CEI que dispunha de um arquivo com ficha de todos os estudantes tidos como esquerda do Brasil e de vários países do continente. (DECKER, 1985, p. 18).

Informática, em São Paulo. O GIFE, segundo seu site oficial, tinha como objetivo “gerar conhecimento a partir de articulações em rede para aperfeiçoar o ambiente político institucional do investimento social e ampliar a qualidade, legitimidade e relevância da atuação dos investidores sociais privados”. Segundo seu site oficial, o Instituto Ethos foi criado, em 1998, por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada. É uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) “cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios”.¹⁴ A FNQ foi criada no início da década de 90, por empresários que detectaram a necessidade de adotar padrões internacionais para orientar, avaliar e reconhecer a gestão, em busca de mais qualidade e competitividade. É patrocinada por empresas privada (Bradesco) e públicas (Correios, Caixa Econômica, BNDES e pelo próprio governo federal).¹⁵

Na estrutura formal da AMCHAM se encontravam empresários, tecnoempresários e executivos de empresas nacionais e estrangeira, ligados a várias entidades de classe, formando uma rede de interesses comuns, conforme segue.

Quadro 1 – Membros da AMCHAM e suas ligações com outras entidades (1964)

NOME	EMPRESA	ENTIDADES
Paul Norton Albright	E.R. Squibb & Sons	FAS, IPES
Frank N. Aldrich	First National Bank of Boston.	
Richard S. Aldrich	Ind. Metal Forjaço S.A., IBEC - Cia. Brasileira de Participações, Banco Boavista	CLA
G. David Monteiro	McCann Erickson Publicidade.	
João Nogueira Lotufo	Associação Cristã de Moços	
João da Silva Monteiro	COBAST - Light S.A	IPES, Ação Comunitária, ACRJ
TrajanopuppoNeto	First National City Bank of N.Y	IPES, ACRJ
Fernando Edward Lee	Cia. Química Duas Ancoras, S.A. Marvin-Anaconda; Fios e Cabos Plásticos do Brasil-Anaconda Co; Goodrich do Brasil	FAS, IPES
David Augusto Monteiro	Multi Propaganda Soc.Ltda.	ACRJ
Humberto Monteiro	RCA Eletrônica Brasileira S.A, CIBA S.A. Prod. Químicos	FAS, IPES

¹⁴ Site Oficial da Ethos. Disponível em <<https://www3.ethos.org.br/>>. Acessado em: 13.08.17

¹⁵ Site oficial da FNQ. Disponível em <<http://www.fnq.org.br/>>Acessado em: 11.10.2017.

Fabio Garcia Bastos	LiquidCarbonic Ind. S.A., General Dynamics, Banco Investimento	ACRJ
Helio Cássio Muniz	American Marietta S.A. Tintas, Cassio Muniz S/A Imp. E Exportação	IPES, ACSP
José Bastos Thompson	Cia. Patiz de Inversores, grupo Patino	IPES
Herman Moraes Barros	Banco Sul Americano do Brasil S.A.	IPES
G.E. Strickland	USABRA S.A. - LiquidCarbonic	
Audley Gammon	Bank of America	IPES
Luiz Biolchini	Banco Boavista	IPES
P.H. Weisskopf	Pneus General	
Paulo C. Barbosa	Esso Brasileira de Petróleo S.A	IPES, ACRJ
Vicente de Paula Ribeiro	Dominium S.A. - Cia. Patrimonial Serva Ribeiro	FAS, IPES
Américo Oswaldo Campiglia	Fiação Brasileira de Rayon; Cimento Santa Rita.	IPES
Jorge de Assumpção	Tecelagem Assumpção	
Luiz de França Ribeiro	Cia. Brasileira de Caldeiras e Equipamentos Pesados.	
Manoel da Costa Santos	Arno S.A. Indústria e Comércio	
Oswaldo Trigueiros	Viação Aérea Riograndense - VARIG	IPES
Edward Francis Munn	First National Bank of Boston	
A.O. Bastos	Perfumes Dana do Brasil S.A	
Gustavo W. Borghoff	Joseph Lucas do Brasil	IPES
Guilherme J. Borghoff	Remma S.A	IPES
Eldino da Fonseca Brancante		IPES
Juan Clinton Llerena	Moore McCormack	IPES, FAS
Nelson Monteiro de Carvalho	Grupo Matarazzo	
Henrique Bayma	Cia. Brasileira de Rolamentos SKF, Suécia, Rupurita S.A. Explosivos	
Odilon Egydio do Amaral Souza	São Paulo Alpargatas	
Aldo Campos	Mobil Oil do Brasil	
Carlos Augusto Botelho Junqueira	Procon Engenharia Ind. e Com. Ltda.	
Julio C.B. de Queiroz	Procon Engenharia Ind. e Com. Ltda	
Lucien Marc Moser	CIBA S.A. Produtos Químicos Swiss Bank Corporation.	
Luis Alberto Penteado	ESSO Brasileira de Petróleo S.A	
Fernando Alencar Pinto	F.A. Pinto S.A. Importação & Exportação, Westinghouse Electric Int	IPES
Geraldo Danneman	Banco da Bahia S.A., Cia. Telefônica da Bahia S.A.	IPES
Vitorio Ferraz	Cia. Fuller Equipamentos Industriais	IPES
Fernando Mbielli de Carvalho	Cia. Gás Esso-Standard Oil	IPES, ACRJ
Mario Antunes Azevedo	AMF do Brasil S.A. Máquinas Automáticas	

William Monteiro de Barros	Cia. Federal de Fundação, Parsons & Whittemore	
Borges Lundgren	Bates do Brasil S.A	

Fonte: DREIFUSS, 2006 e documentos do IPES. Elaboração própria.

O Fundo de Ação Social (FAS)

O FAS foi criado em 1962, com sede na Rua Líbero Badaró, 501/16º - centro, São Paulo (SP). Surgiu depois de uma série de reuniões, que iniciaram em janeiro de 1962, quando membros do IPES foram à AMCHAM pedir ajuda financeira para dar continuidade aos seus objetivos, conforme mensagens secretas trocadas entre as embaixadas norte-americanas de São Paulo e de Brasília com o Departamento de Estado norte-americano. Na primeira reunião, os membros do IPES apresentaram o programa do instituto e propuseram que as multinacionais associadas da AMCHAM dessem assistência financeira na base de ½% do capital social registrado de cada empresa. O pagamento seria dividido em doze prestações mensais. Na ocasião, alguns representantes que tinham autonomia de decisão foram favoráveis, outros acharam conveniente pedir autorização das suas sedes nos Estados Unidos.¹⁶ Os representantes da AMCHAM se mostravam preocupados com as ações do IPES, pois não queriam se envolver com atividades políticas.¹⁷

Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil (1961-1966) e colaborador no desenvolvimento da Aliança para o Progresso, enviou mensagem, em 23 de janeiro, ao Departamento de Estado e Comércio. Esclareceu que estava analisando se seria viável para subsidiárias norte-americanas darem suporte financeiro ao IPES, sem violar a política estabelecida dos Estados Unidos contra o envolvimento em atividades políticas estrangeiras. Mas o embaixador deixou claro que era simpático a cooperação deles. Para as empresas, que estavam fazendo questionamento à Embaixada e ao Departamento de Estado, Gordon afirmou que tinha conhecimento do IPES e o via com simpatia.¹⁸

Em 26 de janeiro, os empresários Gilbert Huber e Harold Polland se encontraram com funcionários do Departamento de Comércio americano. No encontro, os líderes do IPES

¹⁶ National Archives and Records Administration- NARA, RG 84, UD 2132, NND 9590, Box 135, 3502 IPES – 1962-1964.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

recomendaram métodos para melhorar a imagem das companhias estrangeiras na América Latina e para assegurar o sucesso da Aliança para o Progresso.¹⁹

A reunião do dia 3 de fevereiro foi na casa de Rubem de Mello (Indústria Madeirit), em São Paulo. Compareceram Henry Lutcher Brown (Lutcher S/A) e o cônsul Scott C. Lyon. Mello se apresentou como membro do IPES, envolvido no planejamento das atividades. Como representante do *Rotary Club* de São Paulo, que apoiava o IPES, o empresário informou que planejava contar com o *Rotary Club* de todo o Brasil para construir a organização do instituto. Salientou que a associação de clubes não se envolvia em política, mas não havia nada que impedisse seus membros de assim o fazerem. Esclareceu que o IPES estava recebendo apoio financeiro de empresários locais, os quais entendiam ser melhor contribuir do que perder tudo quando o “comunismo tomasse conta do país”, e o instituto oferecia uma forma ativa de combatê-lo. Acrescentou que os homens que conduziam o IPES não eram políticos e não pretendiam apoiar nenhum partido em particular, mas aspiravam fazer oposição a candidatos que eles consideravam ruins, persuadirem deputados a votarem certo, influenciar militares e dar publicidade aos relatórios que os políticos faziam.²⁰

A reunião, do dia 8 do mesmo mês, foi realizada no Banco Sul Americano do Brasil. Participaram George Train (consultor da Agency for International Development-AID), João Batista Leopoldo Figueiredo (IPES-SP), Boyd Burnquist (gerente da filial Ipiranga do The First National City Bank of New York), Luiz de Moraes Barros (superintendente do Banco Sul Americano do Brasil e IPES) e o cônsul norte-americano Scott C. Lyon. G. Train explicou que estava visitando o Brasil e outros países com conexão com a Aliança para o Progresso. Os 45 minutos da reunião foram dedicados a debater sobre o IPES. Figueiredo explicou que várias organizações anticomunistas estavam procurando o IPES

¹⁹ Idem. Aliança para o Progresso, criada em 1961, veio para coroar a mudança de posicionamento dos Estados Unidos frente à América Latina no processo posterior a Segunda Grande Guerra, principalmente após a Revolução Cubana de 1959. Definiu a política externa norte-americana para a América Latina a fim de desenvolver um esforço cooperativo que acelerasse o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos, mas conforme aponta Gonçalves, “Aliança pode ser entendida como um esforço do governo Kennedy na entrada de capital de seu país nos principais países do continente”, uma aliança, portanto, para fortalecer o domínio norte-americano nos países latinos (GONÇALVES, 2016, p. 105).

²⁰ Idem.

para orientação e para solicitar ajuda financeira, que membros do instituto fizeram aparições na TV para explicar o IPES e ainda tiveram contato com as Forças Armadas. Explicou que Gilbert Huber e Harold C. Polland estavam trabalhando para influenciar empresários a participarem do instituto. Quando questionado sobre as atitudes de empresários brasileiros em relação aos negócios externos no Brasil, Figueiredo explicou que existiam sentimentos antagônicos, mas isso não representava a opinião pública.²¹ Na reunião seguinte, em 13 de fevereiro, John Richards (presidente da AMCHAM) explicou que depois de conversar com J.B.L. Figueiredo estava aguardando as seguintes informações: a lista das empresas brasileiras contribuintes do IPES com a indicação do financiamento oferecido, bem como as pessoas físicas e outras organizações que contribuía e relatório das atividades do IPES.²²

Em 26 de fevereiro, o cônsul Daniel M. Braddock, em relatório para Philip Raine (embaixada de Brasília), Edward J. Bash (embaixada do Rio de Janeiro), Harvey R. Wellman (Departamento de Estado – Washington), explicou que achava um grande risco que o IPES se engajasse em atividades políticas. Relatou que John Richard (presidente da AMCHAM) e a Câmara, como um todo, estavam inclinados a favor das contribuições, desde que: 1) se elas fizessem parte de um esforço brasileiro maior, 2) se as contribuições fossem feitas anonimamente e 3) se elas fossem usadas exclusivamente para programas não políticos.

Lincoln Gordon, que mostrava interesse na ajuda ao IPES, em correspondência de 8 de março, argumentou que haveria forma para separar as atividades políticas e não políticas do IPES, de tal forma que os empresários norte-americanos pudessem contribuir e evitar o perigo de participar direta ou indiretamente nos negócios domésticos do Brasil. Para tranquilizar, afirmou que existiam grupos não políticos, tais como as associações de comércio e federações industriais, que davam suporte ao instituto. Gordon finalizou: “Não vejo nenhuma objeção ao apoio de tais organizações por firmas americanas que podem ter associação e interesse mútuo”²³.

²¹ Idem.

²² Idem.

²³ No original: “I see no objection to the support of such organizations by American firms which may have membership and mutual interest”. Tradução minha.

Memorando relatou, em 13 de março, que James McKee, presidente da AMCHAM, e um pequeno grupo da Câmara se reuniram com o empresário do setor farmacêutico Paulo Ayres Filho, líder do IPES-SP, para discutir a possibilidade de norte-americanos contribuírem com o projeto do IPES. Ayres Filho assegurou que o IPES não estava engajado em nenhuma atividade política e nem dando apoio a candidatos para as eleições. Segundo Ayres Filho, as atividades consistiam em: 1) preparação e disseminação de informações e propaganda, incluindo filmes, a favor da livre empresa e das instituições democráticas, 2) manter um escritório em Brasília para fornecer informações aos integrantes do Congresso sobre assuntos relativos à guerra fria, 3) fazer contatos com estudantes e grupos de trabalhadores com o mesmo propósito e 4) providenciar oportunidades para jovens brasileiros com promessa de liderança futura para visitar os Estados Unidos.²⁴

As negociações com os membros da AMCHAM eram discutidas nas reuniões do IPES. Em março de 1963, Gilbert Huber constatou que “há mais políticos na Câmara de Comércio do que na Câmara Federal” e ciente de quem mandava nas decisões de financiamento, afirmou “o problema é convencer Gordon”²⁵, que conforme a discussão acima era favorável à parceria financeira AMCHAM-IPES.

Por fim, segundo telegrama, de 28 de setembro, de Daniel M. Braddock para o Departamento de Estado, foi estabelecido um fundo independente do IPES dentro da AMCHAM, o FAS. Foi criado como precaução, caso o IPES, em algum momento, se engajasse em atividades políticas que poderiam ser impróprias à participação de firmas norte-americanas e contrárias à orientação específica feita pelo Consulado Geral. A AMCHAM, desta forma, viabilizava o recebimento de contribuições, por sua própria iniciativa, e assegurava que essas deveriam ser destinadas a projetos selecionados, como para o IPES. Na ocasião, conforme o documento, várias empresas prometeram fazer contribuições, que atingiram o valor de aproximadamente Cr\$ 9 milhões²⁶. A

²⁴ National Archives and Records Administration - NARA, RG 84, UD 2132, NND 9590, Box 135, 3502 IPES – 1962-1964.

²⁵ Ata do IPES Comitê Diretor de 27.03.63. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

²⁶ Para se ter uma ideia, com este valor seria possível comprar, em 1963, um apartamento de 140m² com três quartos, sala, jardim de inverno, banheiro, copa-cozinha, dependência de empregada e garagem no

condição para o arranjo foi que os contribuintes norte-americanos tivessem o direito de negar o uso de suas contribuições para qualquer propósito que eles não aprovassem ou que acreditassem que pudesse envolvê-los politicamente.

Juan Clinton Llerena, representante da AMCHAM no IPES, assegurou que as contribuições norte-americanas, até aquele momento, tinham sido utilizadas em atividades de certas organizações e movimentos e não em campanhas políticas de qualquer candidato a cargos públicos.²⁷ Llerena explicou que para dissociar as firmas norte-americanas de qualquer vinculação com as atividades do IPES e, assim, diminuir a possibilidade de que elas acabassem envolvidas em assuntos políticos internos do Brasil, criou-se um novo mecanismo de coleta e distribuição de fundos de ação social com o apoio dos diretores da AMCHAM, o FAS, que foi formalmente estabelecido no dia 10 de setembro de 1962. Os representantes brasileiros na nova organização eram todos intimamente relacionados à Câmara e com empresas norte-americanas, em São Paulo, há muitos anos.²⁸

Por fim, Braddock esclareceu que tais atividades no Brasil eram necessárias, caso o crescimento do comunismo fosse levado em consideração. Finalizou: “Empresas norte-americanas apostam fortemente nesse esforço e seus consortes brasileiros anseiam em ganhar a sua fatia do bolo. Ambos sabem, no entanto, que os americanos não desfrutam da mesma liberdade de ação política que os brasileiros possuem”²⁹.

Segundo atas³⁰ do FAS, era uma sociedade civil, apartidário e sem fins lucrativos. Não distribuía lucros, bonificações ou vantagens a seus dirigentes, mantenedores ou associados. Seus objetivos, segundo ata, consistiam em promover a arrecadação de fundos, por meio de doações em dinheiro ou em bens, de pessoas físicas ou jurídicas para “desenvolver e acelerar projetos

bairro de Copacabana, um dos bairros mais caros na época, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro (GB). *Correio da Manhã* de 20.01.63, 3º Caderno, p. 3.

²⁷ National Archives and Records Administration - NARA II, RG 59, série *Records of U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil* (1960-1963). Setor de Arquivos microfilmado (*Publications Number CF-80*), rolo número 12.

²⁸ Idem.

²⁹ No original: “American firms have a great stake in this effort and are expected by their Brazilian counterparts to do their share. Both know, however, that the American do not enjoy the freedom of political action that the Brazilian have”. Tradução minha. National Archives and Records Administration - NARA II, RG 59, série *Records of U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil* (1960-1963). Setor de Arquivos microfilmado (*Publications Number CF-80*), rolo número 12.

³⁰ As atas do Fundo de Ação Social se encontram no 4º Oficial de Registro de Título e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo (SP).

que visem o bem-estar social”, tais como entidades assistenciais, estudantis, de ação social ou qualquer outra.³¹ Mas na realidade, como discutido, arrecadava fundos das multinacionais norte-americanas para financiar ações em torno da deposição do presidente João Goulart.

A sua organização formal era composta por uma diretoria, que se reunia uma vez ao mês, constituída de três a cinco diretores, o diretor-presidente, um diretor-tesoureiro e um diretor-secretário, com mandatos de dois anos, eleitos pelo conselho deliberativo. Cabia à diretoria zelar pela observância da lei, pelos estatutos sociais e pelo cumprimento das resoluções tomadas pelo conselho deliberativo, pela assembleia geral e nas reuniões; angariar e distribuir os fundos doados pelos associados e por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas; e examinar, aprovar ou rejeitar as propostas de ingresso no quadro social.³²

O conselho deliberativo do FAS era constituído de nove membros, dentre os quais seis eram permanentes e três eleitos, com mandatos de dois anos, que se reuniam duas vezes ao ano ou quando necessário por convocação do presidente. Os permanentes eram os fundadores da sociedade e escolhiam os membros eleitos. Competia ao conselho: eleger os membros da diretoria, assistir e orientar a diretoria sobre as aplicações dos fundos sociais e examinar e fiscalizar as contas da sociedade.³³

As assembleias gerais eram ordinárias e extraordinárias. As ordinárias, realizadas até o dia 30 de abril de cada ano, e as extraordinárias sempre que houvesse necessidade. Competia à assembleia geral ordinária examinar e deliberar sobre as contas.³⁴

Em outubro de 1962, o FAS foi declarado de utilidade pública pelo Decreto nº 40.944, e, em 09.04.73, pelo Decreto nº 1.407, foi revogado. O que sugere que o FAS tenha encerrado suas atividades no início dos anos 1970, época em que o IPES também chegou ao fim.

Conforme o historiador e brasileiro norte-americano John W. F. Dulles, o FAS foi criado com a certeza de que “o Brasil era um dos cenários de guerra fria e que a empresa privada não poderia permanecer ociosa e ver-se destruída pela demagogia e ignorância”, e buscou “uma cooperação mais estreita entre a comunidade empresarial estrangeira e sua contraparte brasileira” (DULLES, 1970, p. 189).

³¹ Ata da assembleia geral de constituição do FAS de 10.09.62.

³² Idem.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

Em depoimento ao historiador John W.F. Dulles, Fernando E. Lee, que na época era 1º vice-presidente da AMCHAM-SP, afirmou, em 1965, que ele e outros empresários formaram o FAS:

O Fundo havia sido criado como um meio através do qual as empresas pudessem fazer contribuições. Estas empresas hesitavam em fazer contribuições diretamente ao trabalho de oposição ao governo de Goulart. O próprio Fundo distribuía os recursos de maneira a tentar acabar com o governo de Goulart. O Fundo chegou a gastar de 20 a 30 milhões de cruzeiros por mês neste trabalho. Parte deste fundo foi gasto em munição. Pouco antes do início da revolução de 1964, havia um medo por parte da maioria dos integrantes do Fundo de assinarem os cheques emitidos pelo Fundo. Os signatários haviam notado os problemas sofridos pelo IBAD; e de qualquer maneira eles sentiram que, ao assinar cheques do Fundo, eles se colocavam em uma posição perigosa. Foi nessa época que Lee passou a assinar cheques. Às vezes, acompanhava um cheque assinado com uma nota pedindo ao destinatário que lhe enviasse comida no caso de ele ser preso (SILVA, 2020, p. 647)

Segundo a *Revista Intercambio*, produzida pelo Council for Latin American (CLA), o FAS foi criado para “promover a projeção cívica fora do âmbito normal das atividades da Câmara de Comércio norte-americana”, e desenvolver atividades que incluíam estudos sobre problemas básicos no Brasil, trabalho com grupos democráticos e manter comunicação com grupos nacionais.³⁵ O CLA trabalhou em parceria com o FAS.

Em 1965, o CLA, em conjunto com o FAS, decidiu contratar um maior número de profissionais para o seu Departamento de Relações Públicas, nos escritórios do Rio de Janeiro e de São Paulo, a fim de aumentar as atividades de preparação de executivos no Brasil. As duas instituições também subscreveram uma parte do salário e as despesas de Frederic Raborg, ex-executivo da Westinghouse, que atuou como diretor-presidente do FAS³⁶. Raborg e Richard K. Lorden, funcionário do CLA que foi cedido à AMCHAM, tinham a incumbência de expandir os negócios e as relações com a comunidade iniciados por empresas dos Estados Unidos no Brasil, e investir na produção de filmes voltados para trabalhadores e gestores das empresas estrangeiras.

Entre os filmes produzidos constam: *O preço da vida*, documentário sobre a contribuição da indústria farmacêutica internacional para a saúde e o bem-estar da população

³⁵ *Intercambio*. Published by the Council for Latin American, vol. 1, nº 4, Julho, 1965. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

³⁶ Ata da reunião de diretoria do FAS de 08.03.66.

brasileira; *Terra Proibida*³⁷, que mostra como uma empresa privada havia transformado uma região seca e inóspita do nordeste brasileiro em um “fértil jardim”; *Sermão de Campina*³⁸ e *Esta é a minha vida*³⁹, a história de progresso de um trabalhador brasileiro que prestava serviços a uma empresa privada estrangeira instalada no Brasil, a Willys Overland do Brasil⁴⁰.

Com apoio do FAS, o CLA também criou projetos de auto-ajuda nas favelas que incluíam treinamento educacional e a “educação cívica”. Jack Earl Wyant, responsável pelo Council, articulou, a partir de 1967, diversas campanhas de propaganda e contou com a participação do FAS que levantou fundos de cerca de 70 mil dólares, os quais foram utilizados para patrocinar a Fundação Universitária Interamericana, um Serviço de Informação Brasileira, uma revista para intelectuais, um centro de formação de quadros estudantis e o próprio trabalho de desenvolvimento comunitário (DREIFUSS, 2006).

Os repasses de fundos do FAS, inicialmente, iam para o IPES-SP, mas, posteriormente, se estenderam também para o IPES-GB.⁴¹ Em 1966, o presidente da Comissão executiva do FAS, A. M. Close, informou que embora a cooperação entre ambas as entidades fosse continuar, as duas passariam a trabalhar de forma mais independente. Um dos trabalhos fruto de mútua cooperação foi o livro intitulado “Como vivemos” (*How we live*). Foram impressos pela Ed. Saraiva 5.000 exemplares, tendo o FAS comprado 1.000 que foram distribuídos entre os associados. A tradução do livro foi paga pelo IPES⁴².

O FAS trabalhava em cooperação com outros grupos considerados “democráticos”, tal como a Associação Universitária Interamericana (AUI). A AUI foi criada por Mildred D. Sage e Patricia Bildner, e funcionou de 1962 a 1971, com objetivo de identificar futuros líderes políticos, sociais e empresariais no Brasil e complementar a sua formação dando uma visão abrangente da sociedade norte-americana. O processo de formação dos selecionados começava com aulas de três meses na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e terminava em Harvard, nos cursos: *Problems of Economic Development* e *Life and Institutions in the United States*. O resultado foi

³⁷ Filme feito por Jean Manzon – *Jornal do Brasil* de 26.03.65, caderno B.

³⁸ Filme feito por Jean Manzon – *Correio da Manhã* de 24.04.64, 1º Caderno, p. 7.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Revista *Council for Latin America Report*, outubro, 1965, p. 2. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

⁴¹ Ata do IPES Comitê Executivo de 14.01.63. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

⁴² Ata da reunião de diretoria do FAS de 08.03.66.

Bortone, *As trincheiras do empresariado norte-americano no golpe de estado de 1964: os casos da American Chamber of Commerce for Brazil (Amcham) e do Fundo de Ação Social (FAS)*

uma leva de pessoas, que com o passar dos anos consolidou a sua liderança em diversos setores da sociedade brasileira.⁴³ Em 1966, o FAS recebeu à reunião de diretoria Sage e Bildner em busca de uma aliança, reunião na qual obteve informações de como se desenvolvia o programa de seleção e envio de estudantes para os Estados Unidos.⁴⁴

As empresas norte-americanas também apoiavam os trabalhos da AUI, que enviava anualmente por volta de cem alunos brasileiros, que exerciam alguma liderança, aos Estados Unidos por um mês, onde moravam com famílias e recebiam instrução formal em Harvard.⁴⁵ O objetivo: expor de forma concentrada, num tratamento personalizado, os líderes estudantis a todas as facetas da vida norte-americana. Em 1965, foram escolhidos cerca de 1.500 candidatos em diferentes cidades. Tiveram aulas preparatórias de língua e leituras variadas, antes de se qualificar por meio de um teste final. Os aprovados embarcaram para os Estados Unidos e numa agenda cuidadosamente elaborada participaram de seminários de duas semanas em Harvard, visitaram *Wall Street*, tiveram reuniões com funcionários do governo, em Washington, e com o presidente da Pepsi, Donald M. Kendall, e almoço com funcionários da ITT Corporation⁴⁶, então um das maiores empresas multinacionais do setor das telecomunicações. Portanto, as atividades proporcionavam uma penetração ideológica e construía nos estudantes a imagem positiva da empresa privada e de um país capitalista, os Estados Unidos.

A diretoria da AUI, em 1964, era formada pelo Embaixador Ellworth Bunker (presidente honorário), Mildred D. Sage (diretora-presidente), Joaquim Muller Carioba (1º vice-presidente), David Beaty (2º vice-presidente), Berenice Vilela de Andrade (diretor-secretário), Henry Forbes (diretor-tesoureiro). Conselho fiscal: Duarte Vaz Pacheco do

⁴³ Instalada no Brasil, em 2002, por iniciativa do ex-vice-presidente da República, Marco Maciel, ex-bolsista em 1962. A atual AUI foi formada, visando além de congregar os ex-bolsistas na *Harvard University da Interamerican University Foundation*, discutir os problemas educacionais do Brasil e montar um programa parecido com aquele da década de 60 que "teve espetacular sucesso". A AUI já realizou um primeiro programa experimental, em 2006, "Jovens Líderes do Brasil", em parceria com a Faculdade de Economia e Administração da USP e a fundação Dom Cabral, e está desenvolvendo parcerias que possibilitem ao programa tornar-se permanente. Site oficial disponível em <<http://www.aui.org.br/missao/default.asp>>. Acessado em: 03.04.17.

⁴⁴ Ata da reunião de diretoria do FAS de 08.03.66

⁴⁵ Revista *Council for Latin America Report*, outubro, 1965, p. 2 – Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

⁴⁶ *Intercambio*. Published by the Council for Latin American, vol. 1, nº 4, Julho, 1965. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

Canto e Castro, Claude Kauffman, Laerte Brandão Teixeira. Suplentes: José Bueno de Aguiar, Briend Collin Ferreira, José Eduardo de Brito Ferraz.⁴⁷ Duarte Vaz Pacheco do Canto e Castro e Claude Kauffmann eram membros do FAS, o primeiro mentor permanente do conselho deliberativo e o segundo, diretor. David Beaty, diretor da Deltec, contribuiu com 7 milhões de dólares com o IPES, contribuição procedentes das Bahamas (BLACK, 1977, p. 83). Em 1963, por meio do Decreto nº 40.330, a AUI foi declarada como utilidade pública.

Em 1963, o FAS efetuou pagamentos globais no valor de Cr\$ 163.739.832,00. Em 18 de janeiro de 1965, tinha um saldo bancário de Cr\$ 27.069.868,00, efetuado pagamentos no montante de Cr\$ 16.200.000,00. Dentro do orçamento, se encontrava auxílio no valor de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), para a “Pesquisa Gallup do Brasil”⁴⁸ e o envio da publicação de Peter Howard, *O Mundo Reconstruído*, sobre o Rearmamento Moral (RAM), para seus associados e a quem fosse importante, com a finalidade de explicar a respeito do movimento.⁴⁹ O RAM foi uma organização internacional, sediada nos Estados Unidos, que fazia campanha de pânico anticomunista. Fornecia ao IPES material de propaganda, desde filmes até panfletos (DREIFUSS, 2006, p. 311). Coube ao RAM, no Brasil, representado pelo general Juarez Távora, influir entre os empresários, ainda relutantes em cooperar, sobre a necessidade e a urgência do momento.⁵⁰ Para suas ações, contou com fundos do IPES-SP.⁵¹

Em 1969, conforme ata, o FAS começou a apresentar problemas financeiros iniciados durante os dois anos anteriores, devido às “arrecadações corroídas pela inflação, a

⁴⁷ DOSP, de 22.09.64, Poder Executivo, Parte 2, p. 55.

⁴⁸ O Gallup Poll foi uma empresa de pesquisa de opinião dos Estados Unidos, fundada, em 1930, pelo estatístico George Gallup, professor que dirigia o Instituto de Psicologia Social da Universidade de Iowa (EUA). No Brasil, Carlos Matheus, associado da GIRI Gallup *International Research Institutes*, associação de pesquisadores fundada em 1947 por George Gallup, obteve licença de George para o uso do nome e fundou, em São Paulo, o Instituto Gallup de Opinião Pública, que funcionou durante 30 anos, entre 1967 e 1997. A situação começou a mudar quando George morreu, em 1984, e os filhos venderam a empresa para uma multinacional. Matheus até tentou, mas uma hora decidiu encerrar a empresa que tinha no Brasil. Carlos Matheus ‘do Gallup’ ficou bastante conhecido nos meios políticos e jornalísticos a partir do ano de 1974, por ter sido o único pesquisador capaz de anteciper a esmagadora vitória do MDB nas eleições majoritárias daquele ano. Disponível em <<http://carlosmatheus.org/>> Acessado em 14.04.17. Em 1998, o Gallup brasileiro passou a ser controlado pela matriz.

⁴⁹ Ata de reunião de diretoria do FAS de 18.01.65

⁵⁰ Ata do IPES Comitê Executivo de 08.06.62. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

⁵¹ Ata do IPES Comitê Executivo de 11.06.62. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

Bortone, *As trincheiras do empresariado norte-americano no golpe de estado de 1964: os casos da American Chamber of Commerce for Brazil (Amcham) e do Fundo de Ação Social (FAS)*

ausência de importantes contribuintes fundadores do FAS” e dificuldades de conseguir novos contribuintes brasileiros e de outras nacionalidades. Para não fechar o Fundo, naquele momento, seus associados fizeram uma reorganização, eliminando o Conselho, ficando somente uma diretoria para melhorar a eficiência da entidade. O associado major Ruy Barbosa, contrário ao encerramento das atividades do fundo, citou as palavras pronunciadas por David Rockefeller, em 1968, sobre os deveres das empresas norte-americanas estabelecidas na América Latina.⁵² Para o banqueiro norte-americano, conforme Gonçalves, as multinacionais, preocupadas com a segurança dos seus investimentos, seriam o canal para incrementar o capitalismo norte-americano, estabelecer um ambiente amigável para o investidor, facilitar a comunicação entre os ramos do governo e a comunidade empresarial, para garantir seus investimentos por meio da estabilidade política e econômica de seus países e, ainda, um meio de assistência privada às entidades privadas (GONÇALVES, 2016).

De fato, o FAS teve uma arrecadação crescente que começou a ruir em 1967, conforme segue: no segundo semestre de 1962 arrecadou contribuições que somaram o valor de Cr\$ 39.712.794,00; segundo semestre de 1963 - Cr\$ 67.242.104,00⁵³; o ano inteiro de 1964 – Cr\$ 187.845.248,00; o ano de 1965 – Cr\$ 205.988.000,00; primeiro semestre de 1966 – Cr\$ 92.883,00 e, por fim, o ano de 1967, arrecadou Cr\$ 162.280,00.⁵⁴

Com relação a diretoria do FAS, ela tinha a seguinte composição:

Quadro 2 - Diretoria do FAS e empresas associadas

NOME	CARGO	PERÍODO	EMPRESA	ENTIDADE
Humberto Monteiro da Cunha	Cons. deliberativo Diretor-pres.	1962-64/1964-66	Ind. Pinheiros Prod. Terapêuticos	IPES AMCHAM
Vicente de Paula Ribeiro	Cons. deliberativo Diretor tesoureiro	1962-64/1964-66		IPES AMCHAM

⁵² Ata da assembleia geral do FAS de 14.01.69.

⁵³ Com 60 milhões de cruzeiros se comprava, em 1963, um apartamento de luxo todo refrigerado com 4 quartos, 3 salas, 3 banheiros, copa-cozinha, 2 quartos de empregadas com banheiro, na Av. Atlântica (orla da praia) em Copacabana, um dos bairros mais caros na zona sul do Rio de Janeiro. *Correio da Manhã* de 17.01.63, 2º Caderno, p. 7.

⁵⁴ *DOSP* de 19.11.68, p. 48.

	Diretor-pres.	1966		
José Martins Pinheiro Neto	Cons. deliberativo Diretor secretário Cons. executivo	1962-64/1964-66 / 1966-68/1968-70 1965	Advogado	IPES AMCHAM
Fernando Edward Lee	Cons. deliberativo		Inst. Farm. Pinheiros – Prod. Terapêuticos e Lab. Paulista de Biologia	IPES AMCHAM
Claude Ludovic Kauffmann				
Duarte Vaz Pacheco do Canto e Castro	Cons. deliberativo		Hoechst do Brasil Quím. e Farm., Merck	
Juan Clinton Llerena	Cons. deliberativo Diretor tesoureiro Cons. executivo	1966 1965	Moore McCormack Lines	IPES AMCHAM
Osvald M.F. Ballarin	Diretor Tesoureiro Cons. executivo	1966 -68/1968-70 1965 1966	Nestlé	IPES
José Luiz Cabello Campos	Conselheiro	1962-64/1965-66/ 1968-70		
Ruy de Camargo Nogueira	Conselheiro	1962-64/1964-66 / 1968-70	Pinheiro Neto & Gomes de Souza	IPES
José Eduardo Monteiro de Barros	Conselheiro	1962-64/1964-66 / 1968-70	Molins Machine Co. Ltd England	
Joseph H. Jones	Presid. Com. Executiva Assessor Cons. Executiva	1965 1965 1966	Union Carbide do Brasil S/A Ind. e Comércio	IPES
Albert M. Close	Assessor / Com. Exec.	1965	Campos Salles	IPES
Arthur Bennett	Assessor / Com. executiva	1965		IPES AMCHAM
F. Erdman	Assessor / Com. Executiva	1965		
Paul Norton Albright	Assessor	1965	Squibb Ind. Química	IPES AMCHAM
Bruco S. Galbraight	Com. Executiva Cons. Executivo	1965 1966	Alba S/A Ind. Química	IPES

James J. MacFarland	Com. Executiva	1965	Companhia Petroquímica Brasileira	IPES
F. A. Sievert	Com. Executiva	1965-1966		
Howard C. Campbell	Com. Executiva	1965-1966		
W. J. Williamsen	Com. Executiva	1965		
H. F. McCullough	Com. Executiva	1965	General Electric	IPES
Jorge de la Torre	Com. Executiva	1965-1966	Equip. Clark	IPES
Ray H. Klabom	Com. Executiva	1965		
Rui Barbosa	Cons. Executivo	1966	Sears, Roebuck	
Frederic Birchal Raborg	Cons. Executivo	1966	Westingbraz Ind. e Aparelhos Domésticos	
David A. Bourne			Banco de Boston	
José G. Sanches			Johnson & Johnson	
Eduardo de Campos Salles			Campos Salles Ind. e Comércio	
H. E. Robords			Alba S/A	
Jorge Fragoso			Alcan Alumínio do Brasil	
Charles D. Reed			Singer Sewing Machine Co.	
Harrison Hull			Rigesa	
Frank A. Ford e Thomas Summer			Arthur Andersen & Co.	
Antonio B. Amado			Moore-McCormack	
Harold B. Walker			Union Carbide do Brasil	
Francisco Silva Jr				
Raimundo Cahen				

Fonte: Atas do Fundo de Ação Social. Elaboração própria.

Quadro 3 – Empresas associadas do Fundo de Ação Social (FAS)

OUTRAS EMPRESAS ASSOCIADAS	IPES
Banco Lar Brasileiro	X
Corning Glass	
Delta Line	

Bortone, *As trincheiras do empresariado norte-americano no golpe de estado de 1964: os casos da American Chamber of Commerce for Brazil (Amcham) e do Fundo de Ação Social (FAS)*

E. R. Squibb & Sons	X
---------------------	---

Fonte: Atas do Fundo de Ação Social. Elaboração própria.

- a) Estas empresas foram apontadas nas poucas atas guardadas no cartório.
- b) O FAS era formado por 50 empresas associadas.

A diretoria era formada por empresários, tecnoempresários e executivos, brasileiros e estrangeiros, representantes de multinacionais de diferentes segmentos econômicos. Alguns eram associados também do IPES e da AMCHAM, o que mostra as conexões entre as entidades empresariais em busca de um objetivo comum, defender os interesses particulares das associadas no país.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)

O IPES foi criado, em 1961, por empresários nacionais e internacionais, tecnocratas de alto escalão e por militares da alta patente, em especial oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG). Com o apoio financeiro do governo norte-americano⁵⁵ e de seus associados, buscou integrar diversos grupos, civis e militares, e organizar uma coesão interna da fração mais internacionalizada do empresariado no Brasil em uma oposição que pudesse deter o governo de João Goulart (1961-1964) e as forças sociais que o apoiavam. Goulart havia criado uma série de medidas que não interessava ao capital, sobretudo o estrangeiro, pois colocava seus interesses políticos e econômicos sob ameaça. O objetivo era conquistar o Estado e implantar uma ditadura de classe.

Financiado por pessoas físicas, civis e militares, e jurídicas, empresas nacionais e estrangeiras,⁵⁶ o IPES era o “guarda-chuva político de organização de classe (DREIFUSS, 2006, p. 197), encarregado de “planejar a articulação, muito mais que executar”⁵⁷. Sua estrutura rica e sofisticada lhe deu aporte para criar ações, lícitas e ilícitas, e estratégias para desestabilizar e depor Goulart. Com uma roupagem científica, sua ação política era a opinião pública, “a base de

⁵⁵ Fundo do Trigo foi um ajuste comercial firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, na década de 1950, visando ao escoamento de excedentes agrícolas norte-americanos. O Acordo fixava o prazo de 40 anos para sua validade, indicava o cruzeiro como moeda básica de pagamento e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) como fiscal de sua execução e depositário do resultado de suas operações. Foram realizados nove acordos nos seguintes governos: João Café Filho (1954-1955), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Janio Quadros (1961), dois no de João Goulart (1961-1964), Castello Branco (1964-1967), três no de Costa e Silva (1967-1969) (RAMOS, 2010).

⁵⁶ IPES contou inicialmente com o financiamento das empresas: Indústria e Comércio de Minério – ICOMI, Refinaria e Exploração de Petróleo União, Listas Telefônicas Brasileiras S.A., Serviços de Eletricidades S.A. – LIGHT, Companhia Docas de Santos, Casa Masson do Rio de Janeiro e Construtora Rabelo S.A. (Breve Histórico do IPES - 1967, p. 1. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional).

⁵⁷ Atas do IPES CD de 27.11.62.

toda engrenagem”,⁵⁸ para a qual preparou materiais de doutrinação para operarem nos mais importantes grupos de influência. Para a ação, criou diversificados materiais ideológicos, que segundo Gramsci (2014, v. 2) é criado para manter e desenvolver frente teórica ou ideológica, defender suas orientações políticas e influir sobre a opinião pública, tais como artigos, panfletos, encartes, apostilas, filmes, além do setor editorial: boletins, revistas, informativos e livros. Organizou, também, debates, seminários, congressos e palestras, nas rádios, TVs, universidades, fábricas, empresas, etc.

O IPES foi o partido político da burguesia, que dentro da concepção teórico-metodológico de Gramsci constitui como “organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para sua classe” (GRAMSCI, 2000, v. 3, p. 61), formado por homens de cultura, que têm a função de dirigir, do ponto de vista da cultura, da ideologia geral, um grande movimento de partidos afins. É a “primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais”⁵⁹.

O Instituto organizou, também, células de vigilantes para enfrentar os esquerdistas nos comícios anticomunistas, com “métodos intelectuais como uma patada na cabeça”.⁶⁰ Posteriormente, os vigilantes armaram-se com armas leves, fundaram uma fábrica clandestina de granadas de mão e mapearam lugares para efetuar as operações de guerrilha.

Segundo Bandeira (1973), os agentes da CIA, que doara verbas para o IPES, estabeleceram no Brasil extensa rede, com o apoio de latifundiários, comerciantes e industriais, para atos de terror e sabotagem, lutas de guerrilha e antiguerrilha, funcionando como forças policiais paralelas, uma espécie de milícias fascistas.

Muitas das ações foram preparadas por organizações paramilitares como o Movimento Anticomunista (MAC), o Grupo de Ação Patriótica (GAP), a Frente Anticomunista Cristã (FAC), Patrulha da Democracia, e o Centro de Comando Anticomunista (CCC). Suas ações incluíam bombas, pichações, ameaças, intimidações, destruição, sequestro e morte. Atacavam os movimentos estudantis e sindicais, jornais de oposição, comícios, etc. Todas as organizações tinham ligações com o IPES, e com membros com parentesco com ipesianos, embora tentasse se desvincular.

O IPES era, portanto, um aparelho privado de hegemonia, que conforme Gramsci é uma instituição da sociedade civil voltada à sedimentação de um dado consenso, a hegemonia, no

⁵⁸ Atas do IPES CE de 12.06.62 e CD de 12.02.62. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

⁵⁹ Idem, p. 16.

⁶⁰ Idem.

sentido da vitória de uma visão de mundo sobre outras, a ser conseguida por meio da ocupação de espaços ideológicos. Ainda conforme o autor, possui organicamente intelectuais, os quais têm a função de educadores e organizadores do mundo da produção econômica e da fração que a ele pertence. São prepostos do grupo dominante, articuladores com capacidade técnica, em todas as esferas, que dão homogeneidade e consciência com a finalidade de expandir a própria classe (GRAMSCI, 2000).

A aliança que a AMCHAM estabeleceu com o IPES, proporcionou recursos financeiros para a criação de uma infraestrutura para a ação de classe. Depois de uma série de discussões, no Brasil e nos Estados Unidos, foi criado o FAS para que as multinacionais, associadas da Câmara, pudessem repassar recursos financeiros para o Instituto. As empresas faziam, assim, transferências para o FAS garantindo anonimato das doações e impedindo um possível rastreamento do doador. Os financiamentos eram investidos em estratégias e ações, criadas pelo IPES, para colocar seu plano em ação, isto é, desestabilizar e depor o presidente João Goulart e criar uma ditadura de classe.

Conclusão

No início dos anos 1960, empresários brasileiros e estrangeiros se unificaram em torno da deposição do Goulart, determinados pelos interesses materiais e econômicos. O FAS e a AMCHAM, entidades empresariais estadunidenses, para defender os interesses do capital, estabeleceram uma parceria com o IPES e se debruçaram em preparar estratégias e ações para, inicialmente, desestabilizar e, posteriormente, depor Goulart e os movimentos sociais que o apoiavam.

Com o golpe de Estado de 1964 e a instauração da ditadura empresarial-militar, membros e associados das entidades ocuparam cargos importantes na administração pública e passaram a influenciar no rumo do Estado, na agenda pública e nas pautas das políticas públicas. Tratou-se, desta forma, de uma ditadura de classe.

A pesquisa que o artigo trás, portanto, corrobora e contribui para compreender algumas operações encobertas dos Estados Unidos e do empresariado no Brasil, que tinham como finalidade trabalhar na construção do golpe, embora muitos pesquisadores ainda apontem que a participação norte-americana no golpe é uma teoria da conspiração. Lincoln Gordon engrossa

este coro ao afirmar que “a idéia de participação [no golpe] não tem fundamento”⁶¹, quando, conforme visto neste artigo, o ex-embaixador foi um dos coordenadores políticos do esquema.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_____. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BLACK, Jan Knippers. *United States penetration of Brazil*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1977.

DECKER, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1966/80*. São Paulo, Cone: 1985

DREIFUSS, René Armand. *1964 A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

DULLES, John W. F. *Unrest in Brazil*. Political-military crises 1955-1964. Austin: University of Texas Press, 1970.

FONTES, Virgínia. O capital, frações, tensões e composições. In CAMPOS, Pedro e BRANDÃO, Rafael. *Dimensões do empresariado brasileiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

GONÇALVES, Martina Spohr. *American way of business: empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 2.

MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

RAMOS, Plínio de Abreu. Acordo do Trigo. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

SILVA, Vicente Gil da. *Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)*. Tese (doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

SPHOR, Martina. *American way of business*. Curitiba: Appris, 2020.

Data de Submissão: 30/05/2020.

Data da Avaliação: 09/06/2020

⁶¹ MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

DITADURA, POLÍTICA NUCLEAR E INTERESSES EMPRESARIAIS: A PARTICIPAÇÃO DA SIEMENS NO ACORDO DE COOPERAÇÃO NUCLEAR BRASIL - ALEMANHA

Rafael Vaz da Motta Brandão¹


124

Resumo. O artigo tem como objetivo analisar os interesses capitalistas envolvidos em torno do projeto nuclear brasileiro e do Acordo de Cooperação Nuclear Brasil - Alemanha, estabelecido em 1975, durante o governo Ernesto Geisel. Mais especificamente, pretende-se discutir a participação da Siemens, grupo empresarial alemão que, através de sua subsidiária, a Kraftwerk Union (KWU), foi o principal responsável pela construção da usina Angra II. Pelo acordo, o governo militar brasileiro planejava, além da ampliação da participação nuclear na matriz energética do país, a instalação de um parque industrial nuclear nacional a partir do controle sobre o enriquecimento de urânio. Contudo, longe de representar uma autonomia para o desenvolvimento nucleoeletrico brasileiro, o acordo nuclear representou um aprofundamento da dependência econômica e tecnológica, subordinando a política nuclear brasileira aos interesses do capital privado alemão, em particular, da Siemens, principal beneficiada.

Palavras-chave: Ditadura; Política Nuclear; Acordo Nuclear Brasil - Alemanha; Siemens.

Dictatorship, Nuclear Policy and Business Interests: Siemens Participation in the Brazil - Germany Nuclear Cooperation Agreement

Abstract. The article aims at analyzing the capitalist interests involved in the Brazilian nuclear project and the Brazil - Germany Nuclear Cooperation Agreement, established in 1975, during the Ernesto Geisel government. More specifically, it intends to discuss the participation of Siemens, a German business group that, through its subsidiary, Kraftwerk Union (KWU), was the main responsible for the construction of Angra II plant. Under the agreement, the Brazilian military government planned, in addition to expanding nuclear participation in the country's energy matrix, the establishment of a

¹ Professor do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  <https://orcid.org/0000-0002-7618-995X> E-mail: rafabrandao@uol.com.br.

national nuclear industrial park based on control over uranium enrichment. However, far from representing autonomy for Brazilian nuclear development, the nuclear agreement represented a deepening of economic and technological dependence, subordinating Brazilian nuclear policy to the interests of German private capital, in particular Siemens, as the main beneficiary.

Keywords: Dictatorship; Nuclear Policy; Brazil - Germany Nuclear Agreement; Siemens.

DICTADURA, POLÍTICA NUCLEAR E INTERESES COMERCIAIS: PARTICIPAÇÃO DE SIEMENS EN EL BRASIL - ACUERDO DE COOPERACIÓN NUCLEAR DE ALEMANIA

125

Resumen. El artículo tiene como objetivo analizar los intereses capitalistas involucrados em el proyecto nuclear brasileño y el Acuerdo de Cooperación Nuclear Brasil - Alemania, establecido en 1975, durante el gobierno de Ernesto Geisel. Más específicamente, tiene la intención de discutir la participación de Siemens, un grupo empresarial alemán que, através de su subsidiaria, Kraftwerk Union (KWU), fue el principal responsable de la construcción de la planta Angra II. Según el acuerdo, el gobierno militar brasileño planeó, además de expandir la participación nuclear em la matriz energética del país, la instalación de un parque industrial nuclear nacional basado em el control sobre el enriquecimiento de uranio. Sin embargo, lejos de representar la autonomía para el desarrollo nuclear brasileño, el acuerdo nuclear representó una profundización de la dependencia económica y tecnológica, subordinando la política nuclear brasileña a los intereses del capital privado alemán, em particular Siemens, el principal beneficiario.

Palabras clave: Dictadura; Política nuclear; Acuerdo Nuclear Brasil - Alemania; Siemens

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar os interesses empresariais envolvidos em torno do projeto nuclear brasileiro desenvolvido durante a ditadura civil-militar. Mais especificamente, busca-se discutir a participação da Siemens no Acordo de Cooperação Nuclear Brasil - Alemanha, assinado em 1975. A Siemens, através de sua subsidiária, a Kraftwerk Union AG (KWU), foi a principal empresa responsável pela construção dos

equipamentos nucleares da usina Angra II, a única das centrais nucleares previstas no acordo a entrar em operação comercial.²

Os estudos sobre a relação entre empresas e ditadura têm na pesquisa pioneira desenvolvida por René Dreifuss sua principal referência (DREIFUSS, 1981). Dreifuss demonstrou a articulação empresarial-militar em torno da derrubada do governo João Goulart, destacando o *caráter de classe* do golpe de 1964. Conforme o autor,

o Estado de 1964 era de fato um Estado classista e, acima de tudo, [...] representava, de forma orgânica, o poder dos interesses multinacionais e associados com uma visão estratégica que transcendia interesses restritos de companhias específicas ou de grupos sociais e capaz de formular diretrizes políticas que beneficiavam todo o bloco. (DREIFUSS, 1981, p. 488)

Com base na agenda de pesquisa inaugurada por René Dreiffuss, importantes estudos vêm sendo desenvolvidos, destacando o caráter classista do golpe de 1964 e o apoio empresarial à ditadura brasileira (CAMPOS, 2014; SPOHR, 2016; BORTONE, 2018; LEMOS, 2018; REGINATTO, 2019).

A hipótese defendida neste artigo orienta-se no sentido de que o programa nuclear brasileiro e o Acordo de Cooperação Nuclear Brasil - Alemanha não podem ser entendidos apenas como produto dos interesses militares voltados para produção da bomba atômica e de armas nucleares. Embora tais interesses devam ser considerados, devem ser também observados os interesses econômicos que o envolvem. Assim, longe de significar uma autonomia tecnológica para o desenvolvimento nucleoeletrônico brasileiro, o acordo nuclear representou um aprofundamento da dependência tecnológica atendendo, fundamentalmente, aos interesses das empresas multinacionais alemãs, em especial da Siemens.

Como principais fontes, alisaremos documentos oficiais, como leis e decretos, além de estudos e relatórios produzidos por agências e empresas estatais, como a Comissão Nacional de Energia Nuclear, Eletrobrás, Furnas e Eletronuclear. Também utilizaremos reportagens publicadas em revistas especializadas e na imprensa.

² O acordo nuclear previa a construção, até 1985, de dois reatores de 1.300 megawatts de potência, além da opção de mais seis até 1990.

O artigo está estruturado em cinco partes. As duas primeiras tratam da história da política nuclear brasileira, desde a criação do CNPq até a construção da usina nuclear Angra I, pela empresa norte-americana Westinghouse Eletric. A construção de Angra I, já durante a ditadura, representou a derrota da chamada corrente “nacionalista”, defensora, nas décadas de 1950 e 1960, de um desenvolvimento nuclear autônomo. O golpe de 1964 foi determinante para a derrotada dessa corrente. A terceira parte trata do Acordo de Cooperação Nuclear Brasil - Alemanha, assinado em 1975, e que supostamente romperia com a situação de dependência tecnológica da política nuclear nacional. A quarta parte, por sua vez, discute a chamada “opção nuclear”, que justificaria o acordo nuclear em face de um possível esgotamento hídrico, até a década de 1990, para a produção de energia. Por fim, a quinta parte do artigo analisa a participação da Siemens/KWU no acordo nuclear. Mesmo tendo uma participação minoritária na Nuclen e na Nuclep, principais empresas criadas pelo acordo nuclear, a empresa alemã teria, de fato, o controle sobre o processo de transferência de tecnologia e fornecimento de equipamentos.

O projeto nuclear brasileiro: da criação do CNPq ao golpe de 1964

É durante o governo Vargas, com a criação do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas) através da Lei nº 1.310, em 1951, que podemos identificar as primeiras tentativas de formulação do programa nuclear brasileiro.³ Entre as suas funções estavam a de incentivar, em cooperação com órgãos técnicos oficiais, a pesquisa e a prospecção das reservas de materiais apropriadas ao aproveitamento da energia atômica (MOREL, 1979, p. 98). Além de criar o CNPq, a lei também determinava o monopólio estatal sobre o comércio exterior de minérios atômicos, como o urânio e o tório, fixando restrições para sua exportação.

Somando-se à Lei nº 1.310, o governo ainda estabeleceria duas diretrizes que passariam a orientar a conduta do país no campo nuclear: 1) a política de compensações específicas para as exportações de minérios brasileiros (em troca, os países

³ BRASIL. *Lei nº 1.310*, de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, Seção 1, p. 809.

importadores deveriam fornecer informações técnicas e equipamentos especializados) e 2) o estabelecimento de acordos bilaterais com diferentes países, não restringindo as possibilidades de obtenção de informações técnicas e equipamentos na área nuclear aos EUA.

O CNPq, desde então, passaria a ser a principal agência brasileira voltada para o desenvolvimento do setor nuclear. A sua criação representaria a vitória da chamada “corrente nacionalista”, cujo nome principal era o do almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, nomeado por Getúlio Vargas para presidir a instituição. De acordo com Paulo Queiroz Marques, logo após a sua criação,

o CNPq baixou um elenco de normas a serem observadas nos acordos internacionais que o Brasil viesse a assinar no campo da energia, objetivando a preservação e o desenvolvimento da indústria nuclear brasileira, da mesma forma no que dizia respeito a equipamentos e a assistência técnica de decorrentes das exportações brasileiras monazita (MARQUES, 1992, p. 31).

Conforme as diretrizes colocadas pelo governo brasileiro, o CNPq estabeleceu uma política de cooperação com diversos países, instituindo um programa de compensações específicas que deveriam estar presentes em todos os acordos internacionais firmados pelo Brasil. Segundo Paulo Wrobel,

a tese das compensações específicas foi desenvolvida pelos setores comprometidos com uma visão do país que procurava romper com o tradicional sistema de trocas prevalecente entre um país industrializado – os EUA – e um país exportador de matérias-primas – o Brasil. O pressuposto em que se baseavam os formuladores da tese era de que as reservas conhecidas de monazita, de onde se extraía o tório e demais materiais radioativos, e as reservas estipuladas de urânio eram um material precioso demais, e ainda por cima escasso, para ser livremente exportado em bruto, pouco contribuindo para a riqueza do país (WROBEL, 1986, p. 40).

Em dezembro de 1951, a aprovação do Decreto nº 30.230 passou a regulamentar a pesquisa e a extração de minérios atômicos. Com este decreto, que reafirmava as regulamentações da Lei nº 1.310, o Brasil procuraria desenvolver, dentro de suas possibilidades, uma política nuclear de bases autônomas.

Poucos tempo depois, porém, em 21 de fevereiro de 1952, o Decreto nº 30.583, proposto por João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores, criava a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos (GUILHERME, 1957, p. 116). A CEME

Brandão, *Ditadura, política nuclear e interesses empresariais: a participação da Siemens no Acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha*

funcionaria como uma repartição dentro do Itamaraty e ficaria encarregada da venda de urânio, tório e outros compostos minerais, podendo também aprovar e modificar planos de exportação de quaisquer materiais estratégicos, de natureza mineral ou vegetal. Ao CNPq restaria apenas o apoio à pesquisa científica e tecnológica, ficando afastado de qualquer decisão referente ao aproveitamento dos recursos minerais brasileiros. De acordo com Fernando Guido Silva Soares, “a política de exportação de minérios ficou adstrita a uma política geral de exportações, de equilíbrio do balanço de pagamentos, em suma, de relações comerciais” (SILVA SOARES, 1974, p. 177). As posições do CNPq e da CEME eram frequentemente conflitantes, especialmente em relação aos acordos de exportação de minérios.

Imediatamente após a criação da CEME foi assinado, em 15 de março de 1952, o *Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América*, pelo qual o Brasil comprometia-se a exportar grandes quantidades de monazita em troca do fornecimento de material norte-americano para o Exército brasileiro. Como observou Regina Lúcia Morel, “todo o empenho que cercou a criação do CNPq, toda a orientação em torno da preservação de nossos minérios estratégicos, visando a uma autonomização do Brasil no campo da energia nuclear, eram na prática anulados por uma série de acordos com os EUA” (MOREL, 1979, p. 99).

Pouco depois, em 1953, o almirante Álvaro Alberto conseguiria a autorização de Vargas para o envio de missões para a Alemanha e França, com o propósito de burlar o cerco imposto pela vigência da Lei MacMahon⁴, que restringia o intercâmbio de informações entre os países e a cooperação e apoio tecnológico na área nuclear.

Na Alemanha, as negociações levaram à construção, em sigilo⁵, de três conjuntos de centrifugação para o enriquecimento do urânio, ao preço de U\$ 80.000 (GIROTTI, 1984, p. 32). Porém, um dia antes dos equipamentos serem embarcados no porto de

⁴ A *MacMahon-Douglas Atomic Energy Act*, também conhecida como Lei MacMahon, foi promulgada, pelo governo dos EUA, em junho de 1946, em que era garantido o monopólio do Estado norte-americano sobre os materiais físséis e era restringido, ao máximo, o intercâmbio de informações nucleares com outros países.

⁵ Do fim da Segunda Guerra até 1955, a Alemanha Ocidental esteve impedida de desenvolver qualquer tipo de atividade nuclear, em virtude da Lei nº 22 do Alto Comando Aliado.

Hamburgo com destino ao Brasil, um destacamento militar inglês apreendeu todo o material (GIROTTI, 1984, p. 32).

Após o insucesso na Alemanha, ficaria resolvido que a França poderia fornecer os equipamentos necessários para a resolução do problema em questão. O custo total do projeto ficaria avaliado em 400 milhões de francos franceses, para uma produção de 25 toneladas anuais de urânio metálico puro, a partir do minério brasileiro.⁶ O contrato firmado, em novembro de 1953, entre o CNPq e a Société de Produits Chimiques des Teres Rares estabeleceria “a instalação no Brasil de um conjunto industrial destinado à produção de urânio metálico de pureza atômica, a partir de minério brasileiro”.⁷ Este conjunto industrial compreenderia a construção, na região de Poços de Caldas, em Minas Gerais, de duas usinas. A usina I funcionaria para o tratamento de minérios e extração de urânio, a fim de serem obtidos sais de urânio puro. E a usina II teria como função purificar os sais de urânio puro obtidos na usina I.

Contudo, com a chegada de Café Filho ao poder, a delegação brasileira recebeu ordem para regressar ao Brasil, levando à desarticulação de todas as negociações que estavam em andamento com os franceses. O principal motivo era a pressão norte-americana contra a linha autonomista do almirante Álvaro Alberto (BRANDÃO, 2017, p. 35).

Durante a VIII Assembleia Geral da ONU, realizada em dezembro de 1953, o presidente Dwight Eisenhower anunciara os detalhes da nova direção da política nuclear norte-americana, denominada *Atoms for Peace*. Em seu discurso, o presidente dos EUA, em direção contrária à Lei MacMahon, defendia “o controle dos armamentos nucleares e o estabelecimento da mais ampla cooperação possível entre as nações, na utilização de recursos atômicos para a paz” (MOREL, 1979, p. 94). O elemento mais significativo do discurso de Eisenhower era o da defesa do intercâmbio entre as nações, justamente o oposto do que vinha sendo praticado pelo governo norte-americano até então. A

⁶ BRASIL. *Instalações para a Produção de Urânio Metálico no Brasil*. Arquivo Paulo Nogueira Batista, CPDOC, PNB pn a 1952.07.01, Pasta I, I-34.

⁷ BRASIL. *Instalações para a Produção de Urânio Metálico no Brasil*. Arquivo Paulo Nogueira Batista, CPDOC, PNB pn a 1952.07.01, Pasta I, I-34.

revisão da Lei MacMahon não significava, porém, a abdicação dos propósitos monopolistas e imperialistas do governo norte-americano. Ao contrário,

ainda no mês de dezembro de 1953, surgiu o rumoroso caso Oppenheimer, o pai da bomba atômica e diretor científico do Projeto Manhattan, que se opusera à construção da bomba de hidrogênio norte-americana. Naquela época, que coincidia com o auge do processo macarthista de caça às bruxas, Oppenheimer é acusado de ser comunista e, após histórico julgamento, é afastado de todos os órgãos públicos norte-americanos (MARQUES, 1992, p. 42).

Assim, é dentro desse contexto que devemos compreender as mudanças na política nuclear brasileira, sobretudo a partir do governo Café Filho. A delegação brasileira que estava em missão na França recebeu ordem de retornar ao Brasil interrompendo, assim, a evolução das negociações; em agosto de 1954 foi assinado o Terceiro Acordo Atômico Brasil - EUA que, na verdade, traduziu-se muito mais em um acordo comercial, com grande desvantagem para o governo brasileiro; por fim, a aprovação da Exposição de Motivos nº 1.017, proposta pelo general Juarez Távora, que “retirava a capacidade do CNPq de negociar externamente e dava tratamento preferencial aos EUA” (MOREL, 1979, p. 102), O general, que ocupou os cargos de chefe do Gabinete Militar da presidência da República e de secretário geral do CSN entre agosto de 1954 e abril de 1955, seria uma figura chave no processo de redefinição da política nuclear brasileira na segunda metade da década de 1950.

Durante os oito meses em que participou do governo Café Filho como secretário geral do CSN, o general Juarez Távora apresentou a Exposição de Motivos nº 1.017, de 25 de novembro de 1954, contendo o projeto de *Diretrizes para um Programa Nacional de Energia Atômica*. Neste documento, ao se fixarem as normas processuais para o estabelecimento de acordos internacionais visando à cooperação no âmbito nuclear, foi estabelecido que “na negociação de tais Acordos, deverá ser concedido tratamento preferencial aos EUA”.⁸

⁸ Exposição feita pelo General Juarez Távora, na Seção Geral do Conselho de Segurança Nacional, perante o respectivo Secretário Geral, General Nelson de Mello e seus assessores, na matéria sobre o desenvolvimento de nossa política atômica durante o período em que desempenhou as funções de chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Juarez Távora, CPDOC, JT dpf 1956.05.18, Pasta 1, I-9.

No dia 2 de março de 1955, o círculo se fechou: Álvaro Alberto da Mota e Silva renunciaria ao cargo de presidente do CNPq, sob a acusação de irregularidades administrativas no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, instituição financiada pelo CNPq.⁹ O almirante representava a antítese do critério que impulsionava o alinhamento nuclear do Brasil em relação aos EUA (GIROTTI, 1984, p. 36).

O almirante Álvaro Alberto, na presidência do CNPq, era visto como um obstáculo para a efetivação de acordos na área nuclear entre o Brasil e os EUA. Pouco depois de sua demissão, em agosto de 1955, o Brasil assinaria mais dois acordos na área nuclear com os EUA: o *Acordo de Cooperação para Usos Cívicos de Energia Atômica* e o *Programa Conjunto de Reconhecimento e Investigação de Urânio no Brasil*.

O *Acordo de Cooperação para Usos Cívicos de Energia Atômica* teria validade de cinco anos, estando sujeito à renovação “por entendimento mútuo das partes contratantes”. Por eles, os dois países se comprometiam a “cooperar mutuamente no desenvolvimento do uso pacífico da energia atômica”. Entretanto, o acordo continha uma cláusula que assegurava que

dados confidenciais não serão comunicados [...]. Também não serão transferidos materiais, equipamentos e aparelhos, nem serão fornecidos serviços, por este acordo, ao governo do Brasil, ou a pessoas autorizadas sob sua jurisdição, se a transferência de tais materiais, equipamentos e aparelhos ou o fornecimento de tais serviços envolverem a comunicação de dados confidenciais.¹⁰

O *Programa Conjunto de Reconhecimento e Investigação de Urânio no Brasil* foi firmado entre representantes dos Estados Unidos e do CNPq, naquele momento não mais sob a presidência do almirante Álvaro Alberto, mas sim do chefe do Departamento Econômico e Consular do ministério das Relações Exteriores. Teria uma validade de dois anos e seus propósitos seriam os de pesquisa e avaliação das reservas naturais de urânio do Brasil. Novamente, o principal beneficiado pelos acordos seriam os EUA.

⁹ Segundo Paulo Marques, “a irregularidade de fato ocorreu, mas ela foi praticada por Álvaro Difini, membro do Conselho Deliberativo do CNPq. Difini era, naquela época, um burocrata, sem qualquer produção científica. Desviou verba para gastá-la em jogo de azar” (MARQUES, 1992, 43-44).

¹⁰ *Acordo de Cooperação para Usos Cívicos de Energia Atômica e o Programa Conjunto de Reconhecimento e Investigação de Urânio no Brasil*. Arquivo Paulo Nogueira Batista, CPDOC, PNB pn a 1955.08.03, Pasta I, I-1.

A assinatura dos acordos de 1955 evidenciaria o enfraquecimento da tendência que defendia o desenvolvimento autônomo da política nuclear brasileira, pois “de um lado, anulava o princípio das compensações específicas que deveriam nortear nossa exportação de minérios atômicos; de outro, transferia para os EUA o controle e a orientação das pesquisas de energia nuclear” (MOREL, 1979, p. 110).

Até o início da década de cinquenta, as atividades brasileiras no setor nuclear estavam circunscritas aos estudos de cunho essencialmente acadêmico e teórico. A criação do CNPq, em 1951, representaria um primeiro passo rumo ao desenvolvimento nuclear brasileiro. Entretanto, o CNPq enfrentou forte oposição no sentido de implantar uma política nuclear de caráter autônomo e independente (BRANDÃO, 2017, p. 42).

Foi somente na segunda metade da década de cinquenta, com a criação, em 1956, da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), que o Estado brasileiro passou a controlar diretamente as exportações de minérios nucleares e a estabelecer reservas e estoques, além de estimular o desenvolvimento de tecnologia nacional no setor. Neste período que foram criadas importantes instituições para o desenvolvimento de tecnologia na área nuclear, tais como o Instituto de Energia Atômica (1956), o Instituto de Radioproteção e Dosimetria (1960) e o Instituto de Engenharia Nuclear (1963). Além da fundação destes centros de pesquisa, destacam-se a criação do curso de Introdução à Engenharia Nuclear, em 1954, no Instituto Militar de Engenharia (IME) e na Escola Nacional de Engenharia, no Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro (BRANDÃO, 2017, p. 43).

O governo Juscelino Kubitschek considerava a questão energética estratégica para a industrialização e, ao mesmo tempo, como ponto de estrangulamento da economia brasileira. A energia nuclear constava no Plano de Metas e, entre os seus objetivos principais, estavam a fabricação nacional de combustível nuclear (urânio natural levemente enriquecido), o planejamento e a instalação de usinas termelétricas nucleares e a formação de técnicos especializados.¹¹

¹¹ BRASIL. *Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1958, p. 30.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear foi criada em 10 de novembro de 1956, pelo Decreto nº 40.100, sendo “encarregada de propor medidas julgadas necessárias à orientação da política geral da energia atômica em todas as fases e aspectos” (GIROTTI, 1984, p. 32). Desde então, caberia à CNEN: 1) gerir o programa nuclear brasileiro; 2) controlar os materiais nucleares; 3) fomentar a produção de conhecimentos tecnológicos; 4) formar recursos humanos; e 5) fiscalizar a realizar a prospecção das reservas de materiais físséis necessários ao programa nuclear.

As políticas governamentais posteriores ao governo Kubitscheck e anteriores ao golpe de 1964 mantiveram as mesmas linhas das *Diretrizes* de 1956. Em 1961, Jânio Quadros assumiu o poder e, em mensagem ao Congresso Nacional, sustentou a necessidade de uma lei que regulasse as atividades ligadas à energia atômica.

O Plano Trienal do governo João Goulart mencionava a necessidade de utilização da energia nuclear em função do “esgotamento progressivo do potencial hidráulico economicamente explorável” previsto para 1975/1980. Para isso, o plano econômico afirmava a necessidade de um programa de longo prazo, mediante colaboração entre governo e indústria privada. Defendia, ainda, uma política autônoma para o setor, no sentido de que “a construção de centrais nucleares no Brasil obedecerá à política de independência do suprimento externo de combustível, da utilização de matérias-primas nucleares existentes no país e da máxima participação da indústria nacional” (MOREL, 1979, p. 107).

Em 27 de agosto de 1962 foi promulgada a Lei nº 4.118, que assegurava o monopólio estatal sobre a pesquisa e lavra de jazidas de minérios nucleares, sobre o comércio desses minérios, bem como sobre a produção de materiais nucleares.¹² Pela lei, a CNEN foi transformada em autarquia federal, cabendo a ela a proposta de medidas para a orientação da *Política Nacional de Energia Nuclear*, recebendo autorização para pronunciar-se sobre projetos de acordos ou compromissos internacionais de qualquer tipo relativo à energia atômica, além da liberdade para estabelecer contratos de financiamentos no Brasil e no exterior. Além disto, a CNEN teria a “exclusividade de

¹² BRASIL. *Lei nº 4.118*, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dá outras providências. Brasília, 27 de agosto de 1962.

operações referentes à compra, venda, empréstimos, arrendamento, exploração e importação de minerais e minérios nucleares, materiais férteis e materiais físséis especiais” (MOREL, 1979, p. 107).

Pouco antes de sua queda, em mensagem ao Congresso Nacional, o presidente João Goulart recomendaria o início da construção da primeira central nuclear brasileira, usando o urânio natural como combustível. Entretanto, com o golpe de 31 de março de 1964, os rumos seriam alterados.

O golpe de 1964 e as mudanças na política nuclear brasileira

De acordo com Luiz Pinguelli Rosa, é fundamental balizar historicamente a guinada sofrida pela política nuclear brasileira após o golpe de 1964 (ROSA, 1985, p. 27). Durante a ditadura, o Brasil abandonaria, definitivamente, as premissas do desenvolvimento autônomo de tecnologia nuclear ao adotar a linha norte-americana de reatores a urânio enriquecido para a usina Angra I, construída pela Westinghouse.

O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), durante o governo Castelo Branco, propunha a “não consideração da energia nuclear como fonte geradora de energia elétrica em larga escala” (MOREL, 1979, p. 108). Entre outras coisas, o plano econômico mencionava, ainda, a necessidade de um caráter dependente do desenvolvimento nuclear brasileiro ao afirmar que “os conhecimentos tecnológicos vindos do exterior podem desempenhar a desejável função de aumentar a produtividade dos fatores de produção nacionais” (MOREL, 1979, p. 108). A opção nucleoe elétrica deixou de ser prioridade por parte do governo e a CNEN passaria a ser subordinada ao ministério de Minas e Energia.

A política nuclear do governo Castelo Branco se expressou através da assinatura de seis acordos bilaterais: em 1965, foram assinados acordos com Portugal, Suíça e EUA e, no ano seguinte, acordos com Bolívia, Peru e Israel. Em geral, estes acordos se inseriam dentro da linha de cooperação para fins pacíficos, a partir do desenvolvimento experimental e intercâmbio de informações técnicas (GIROTTI, 1984, p. 44). A assinatura destes acordos, em princípio, poderia representar uma posição de independência em

relação aos EUA. Contudo, deve-se levar em consideração que os países com os quais o Brasil assinou acordos – com exceção de Israel, aliado histórico dos norte-americanos – apresentavam um estágio de desenvolvimento nuclear semelhante ou, em alguns casos, inferior ao Brasil, de modo que, o principal acordo firmado no governo Castelo Branco seria, mais uma vez, assinado com os EUA.

O *Acordo de Cooperação para Usos Cívicos de Energia Atômica* foi assinado em 9 de julho de 1965, em Washington.¹³ Na realidade, correspondia a uma reformulação do Acordo de 1955, firmado pelo governo Café Filho, e que sofreria alterações nos anos de 1958, 1960, 1962 e 1964. Promulgado em 12 de outubro de 1967 pelo Decreto nº 61.517, o Acordo de 1965 previa o fornecimento de urânio enriquecido pelos EUA para reatores de pesquisa brasileiros. Entretanto, “se as salvaguardas não fossem substituídas pelas salvaguardas da AIEA, o governo dos EUA teria o direito a rever a pauta de qualquer reator e de outros equipamentos” (GIROTTI, 1984, p. 45). Com isso, segundo Carlos Girotti, “os EUA se reservaram o direito de cuidar que o Brasil não destinasse esse urânio para outros fins que não fossem pacíficos e, ainda, de estabelecer que tipo de perfil teria o desenvolvimento nuclear brasileiro” (GIROTTI, 1984, p. 45). O Acordo de 1965 constituiria a base para a formulação de um novo acordo, assinado em 1972, no qual o Brasil compraria o seu primeiro reator de potência nuclear, dando origem à usina Angra I.

Porém, entre 1965 e 1972, a política nuclear brasileira sofreria mudanças significativas a partir do debate sobre dois importantes tratados: o Tratado de Tlatelolco (TT) e o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) (BRANDÃO, 2017, p. 50).

Em 1967, o Brasil aderiu ao Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina. Também conhecido como Tratado de Tlatelolco (TT), este acordo foi concluído no México, em 14 de fevereiro de 1967. Tlatelolco antecede ao TNP, apresentado pelos EUA e pela URSS na Conferência do Desarmamento em Genebra, em agosto de 1967. Como observa Carlos Girotti, “a discussão de ambos os tratados

¹³*Acordo de Cooperação para Usos Cívicos de Energia Atômica e o Programa Conjunto de Reconhecimento e Investigação de Urânio no Brasil*. Arquivo Paulo Nogueira Batista, CPDOC, PNB pn a 1955.08.03, Pasta I, docs. I- 2A 2.

contribuiu para que o Brasil definisse com maior precisão seu rumo nuclear” (GIROTTI, 1984, p. 46).

As origens do TT encontram-se na *Declaração Conjunta* dos presidentes do Brasil, México, Chile, Bolívia e Equador que, em 29 de abril de 1963, manifestaram os seus interesses em converter a América Latina em uma área desnuclearizada. Entretanto, segundo Regina Morel, “a delegação brasileira conseguiu alterar o nome, para deixar clara a possibilidade de utilização da energia para fins pacíficos”, permitindo, assim, a continuidade do programa nuclear brasileiro (MOREL, 1979, p. 109).

Os países que aderiram ao TT comprometeram-se a utilizar material e instalações nucleares, exclusivamente, para fins pacíficos. Além disto, foi criado um organismo internacional, a Agência para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina. Pelo 16º artigo foi instituído um sistema de controle que possibilitasse livre acesso dos inspetores aos dados e locais que tivessem equipamentos nucleares (MOREL, 1979, p. 110).

Além do 5º artigo, que definia como “arma nuclear qualquer artefato suscetível de liberar energia de forma não controlada e que tenha um conjunto de características próprias de emprego com fins bélicos” (GIROTTI, 1984, p. 47), o 18º artigo permitia explosões nucleares com finalidade pacífica. Segundo o relatório da delegação brasileira, os EUA colocaram-se contrários ao 18º artigo, afirmando ser impossível a diferenciação entre a tecnologia usada para fins pacíficos e a utilizada para fins militares. De acordo com Regina Moraes Morel,

ao ser aprovado o projeto de resolução contendo o tratado em sua forma final, o governo norte-americano fez circular uma declaração interpretativa daquele artigo. Segundo essa interpretação, as partes contratantes somente poderiam efetuar explosões nucleares com fins pacíficos, quando o progresso tecnológico permitisse a produção de artefatos não passíveis de utilização bélica. [...] O Reino Unido e a URSS concordaram com a posição americana, e os soviéticos ainda salientaram a importância de uma zona livre de carregamentos nucleares, que serviria como exemplo a outras regiões do mundo (MOREL, 1979, p. 110).

O relatório ainda destacava que a delegação brasileira e “as delegações que apoiavam a manutenção do texto dos artigos 5º e 18º, encontravam tenaz resistência

de outras delegações, pressionadas pelas grandes potências, que não desejavam aceitar, nem a possibilidade de realizar explosões para fins pacíficos por seus próprios meios” (MOREL, 1979, p. 110).

Desta forma, a experiência de Tlatelolco teve impacto importante sobre a política nuclear brasileira, pois mesmo com suas limitações, “representa a formalização de um conflito que, pela primeira vez, desde Hiroshima, envolve os interesses dos países não nucleares frente à chantagem atômica das grandes potências” (GIROTTI, 1984, p. 51).

Durante o governo Costa e Silva, o desenvolvimento nuclear passaria a ter a sua importância considerada para a manutenção do crescimento econômico. Ao mesmo tempo, este governo representou uma guinada na condução da política externa brasileira do período pós-1964. Enquanto durante o governo Castelo Branco observou-se um alinhamento automático aos interesses dos EUA, com Costa e Silva a subordinação era substituída por uma oposição relativa aos países desenvolvidos e por uma aproximação de interesses em comum com os países do chamado Terceiro Mundo (MARTINS, 1975). Desta forma, a posição do Brasil nas discussões em torno do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares “se enquadra numa política mais ampla de crítica contra o congelamento do poder mundial e as medidas discriminatórias das grandes potências” (MOREL, 1979, p. 114).

O TNP foi elaborado pela URSS e pelos EUA, tendo sido apresentado na Conferência de Desarmamento, em Genebra, em agosto de 1967. Concluído em 1968, o tratado, segundo Carlos Girotti “é uma resposta abrupta à polêmica iniciada a partir de artigo 18 do TT” (GIROTTI, 1984, p. 52).

O TNP dividia os diferentes países em duas categorias: as potências nucleares (todo o país que tivesse fabricado ou explodido uma arma atômica ou artefato explosivo nuclear antes do dia 1 de janeiro de 1967) e as potências não nucleares (demais países que pretendiam o desenvolvimento de tecnologia nuclear). Pelo TNP, estas últimas ficariam proibidas de adquirir ou produzir artefatos nucleares, mesmo que para fins

pacíficos, além de estarem as atividades nucleares destes países sujeitas ao sistema de salvaguardas.¹⁴ Como observa Regina Moraes Morel,

“numa primeira fase [...] em que, em plena Guerra Fria, os EUA eram os únicos detentores de armas nucleares, sua política consistiu em procurar garantir para si o monopólio do ‘grande segredo’; uma vez verificada a inevitabilidade da quebra desse monopólio, a política vai consistir em procurar garantir, por todos os meios, a superioridade tecnológica dos países nucleares, restringindo ao máximo o acesso ao ‘Clube Nuclear’. O TNP é representante dessa fase, marcada em linhas gerais pela política de coexistência pacífica entre as duas superpotências” (MOREL, 1979, p. 114).

Votaram contra o TNP a Albânia, Cuba, Tanzânia e Zâmbia. Abstiveram-se de votar, além do Brasil¹⁵, os seguintes países: Argentina, França, Índia, Argélia, Arábia Saudita, Espanha, Portugal, Birmânia, Burundi, República Central Africana, Tchad, Congo-Brazzaville, Níger, Gabão, Guiné, Malawi, Mauritânia, Ruanda, Serra Leoa e Uganda (GIROTTI, 1984, p. 54).

Em 1968, simultaneamente à discussão do TT e do TNP, a CNEN estabeleceu um convênio com a Eletrobrás para a instalação da primeira usina nuclear brasileira, a cargo de Furnas. Tal decisão resultou na interrupção dos trabalhos desenvolvidos pelo chamado Grupo do Tório, desenvolvidos no Instituto de Pesquisas Radioativas, em Belo Horizonte.¹⁶

A opção pela linha de reatores a água leve e urânio enriquecido seria duramente criticada pela comunidade científica que via nesta decisão a “manutenção de dependência em termos de tecnologia dos reatores e de combustível” (MOREL, 1979, p. 116). Segundo Regina Moraes Morel, os cientistas brasileiros defendiam

a opção por reatores que utilizam urânio natural e água pesada, opção adotada com sucesso por países como o Canadá, Índia, Argentina, Paquistão, França, Inglaterra, permitindo maior independência e melhor

¹⁴ *Acordo de Cooperação para Usos Cívicos de Energia Atômica e o Programa Conjunto de Reconhecimento e Investigação de Urânio no Brasil*. Arquivo Paulo Nogueira Batista, CPDOC, PNB pn a 1955.08.03, Pasta I, docs. I- 2A 2.

¹⁵ O Brasil só aderiu ao TNP apenas em 1998.

¹⁶ Criado em agosto de 1965, o chamado Grupo do Tório surgiu a partir da publicação de um trabalho dos engenheiros Jair Carlos Mello e Carlos Werth Urban em que defendiam, entre outras coisas, a importância do tório enquanto combustível nuclear. Segundo Regina Moraes Morel, “ao ser extinto, tal grupo já era constituído de mais de meia centena de pesquisadores, entre engenheiros nucleares, físicos, matemáticos e químicos; o objetivo era realizar pesquisa sobre reatores a água pesada e urânio natural, ficando o tório para uma segunda etapa” (MOREL, 1979, p. 116).

aproveitamento de recursos naturais. As grandes potências que detêm o urânio enriquecido e vendem-no a outras nações por preço artificialmente mais baixo, oferecendo até a possibilidade de enriquecimento por encomenda, mantendo assim a dominação, na medida em que fornecerão o reator e o combustível. O cliente fica sujeito, então, a todas as salvaguardas internacionais que, sob o pretexto de questões de segurança, na verdade legitimam a espionagem industrial (MOREL, 1979, p. 116).

A crise política de fins de 1968 afetaria decisivamente a comunidade científica e acadêmica. Pelo AI-5, vários pesquisadores foram obrigados a deixar o país. Aqueles que ficaram foram aliados de qualquer participação na formulação da política nuclear brasileira.

O governo Médici manteve a posição de não adesão do Brasil ao TNP. Em 1971, foi criada a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN), uma empresa de sociedade mista e vinculada à CNEN, com o objetivo de “realizar pesquisas de lavra de jazidas de minérios nucleares; promover o desenvolvimento de tecnologia nuclear mediante a realização de pesquisas, estudos e projetos; negociar nos mercados interno e externo equipamentos, materiais e serviços de interesse da indústria nuclear” (MOREL, 1979, p. 119).

Apesar da posição brasileira de não signatária do TNP, foi assinado com o governo norte-americano um acordo contendo cláusulas que impediam qualquer tentativa de desenvolvimento nuclear independente no Brasil.

Pelo *Acordo de Cooperação para Usos Cívicos da Energia Atômica*, firmado em Washington, em julho de 1972 e promulgado pelo Decreto nº 71.207, com duração de três anos, a Comissão de Energia Atômica dos EUA forneceria ao Brasil urânio enriquecido para utilização como combustível em troca de urânio natural. O Brasil, por outro lado, não poderia dispor livremente de materiais nucleares especiais produzidos como resultado de processos de irradiação¹⁷. Ainda pelo acordo ficou estabelecido o tipo de reator a ser adquirido: um reator alimentado a urânio enriquecido e água leve pressurizada do tipo PWR (*pressurized water reactor*).

¹⁷ *Acordo de Cooperação para Usos Cívicos de Energia Atômica e o Programa Conjunto de Reconhecimento e Investigação de Urânio no Brasil*. Arquivo Paulo Nogueira Batista, CPDOC, PNB pn a 1955.08.03, Pasta I, docs. I- 2A 2.

A empresa norte-americana Westinghouse Eletric ganharia o processo de licitação internacional. Como apontou Regina Morel, a usina seria “importada como um todo, limitando a participação da indústria local a 8% dos fornecimentos relativos ao projeto” (MOREL, 1979, p. 118). Neste processo

não há lugar para a contribuição de cientistas e técnicos nacionais, cujo papel se limitará a meros operadores. Mantém-se então a dependência tecnológica e a dependência de combustível, reproduzindo-se assim a divisão internacional do trabalho, pela qual fornecemos matérias-primas em troca de produtos manufaturados. Decisões da maior importância política no que respeita à independência nacional nesse setor, ao aproveitamento da indústria e dos conhecimentos científico-tecnológicos nacionais, são canalizadas para uma concorrência internacional baseada apenas em critérios de eficiência técnica. Ao mesmo tempo, marginalizava-se a ciência nacional, mais uma vez mantida afastada das grandes opções da política nuclear (MOREL, 1979, p. 118).

O contrato com a Westinghouse, no valor de US\$ 308 milhões, foi financiado pelo Eximbank e assessorado pela Cobrel. A Cobrel seria, em seguida, comprada pelo grupo Bozzano, Simonsen, que tinha como acionista e diretor licenciado Mario Henrique Simonsen que, mais tarde, ocuparia o ministério da Fazenda no governo Geisel. Por sua vez, a Mellon National Corporation detinha 25% do capital do banco Bozzano, Simonsen. O controle do Mellon Bank era exercido pela família Mellin, uma das principais acionistas da Westinghouse (MIRROW, 1979, p. 34).

Em agosto de 1973, a CBTN publicou o relatório *Estratégias de Linhas de Reatores no Contexto Mundial*, em que se posicionou favorável à manutenção da utilização da linha de reatores a água leve e urânio enriquecido.

O complexo nuclear foi construído com o reator do tipo PWR, de 627 MW de potência. A escolha deste tipo de reator paralisou as pesquisas nacionais em torno de um reator abastecido a tório e reafirmou a dependência em relação aos EUA. Localizada em Itaorna, no município de Angra dos Reis, no litoral sul do Rio de Janeiro, Angra I passaria a se chamar, ironicamente, Centro Nuclear Almirante Álvaro Alberto Mota e Silva (CNAAA).

A compra do reator da Westinghouse representou a vitória do grupo defensor do projeto nuclear associado à tecnologia norte-americana. Porém, a crise de 1973 e

decisão dos EUA de suspender, em 1974, o fornecimento do urânio enriquecido para novas usinas, levariam o governo brasileiro a uma redefinição de sua política (BRANDÃO, 2017, p. 57).

O “negócio do século”: o Acordo de Cooperação Nuclear Brasil - Alemanha

No dia 27 de junho de 1975, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, e o ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha Ocidental, Hans Dietrich Genscher, assinaram o *Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República Federal da Alemanha Sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear*¹⁸.

Até aquela data, o governo alemão já havia investido cerca de 15 bilhões de marcos no setor de pesquisa nuclear (BRANDÃO, 2017, p. 96). Diante disso, o acordo nuclear, classificado pela imprensa alemã como o “negócio do século”, parecia

ser o exemplo ideal de cooperação entre a tecnologia de um país altamente industrializado e o desenvolvimento de um país rico em matérias-primas. Para a Alemanha, só o valor dos investimentos tornaria o convênio muito interessante. Ali se conseguiria, de uma única penada, realizar um dos maiores programas de produção energética já feitos no mundo. E nesse único contrato, exportando oito centrais atômicas, os alemães batiam todos os recordes no setor já alcançados pelos norte-americanos (MIRROW, 1979, p. 38).

Em julho de 1974, a Comissão de Energia Atômica dos EUA decretou a proibição de novas encomendas para o fornecimento de urânio enriquecido. Com isso, a empresa Westinghouse Electric, responsável pela construção da usina Angra I e que já havia recebido propostas do governo brasileiro para a construção de novas centrais nucleares, viu-se impedida de continuar seus negócios.

Imediatamente após as restrições impostas pela agência norte-americana, foram iniciadas negociações com a França e com a Alemanha Ocidental “solicitando

¹⁸ BRASIL. *Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República Federal da Alemanha Sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear*. Brasília: Senado Federal, Decreto nº 76.695, 1975.

cooperação em um programa industrial para o desenvolvimento e aplicação da tecnologia nuclear”.¹⁹

Segundo o *Relatório da Comissão de Relações Exteriores*, “a opção francesa não foi logo descartada, mas deixada em suspenso, pois esperava-se a vinda de missão técnica da RFA para examinar as bases possíveis da cooperação solicitada”.²⁰ Além das vantagens sobre a França no campo de reatores, a Alemanha estava disposta a fornecer o ciclo completo do combustível nuclear, incluindo a complexa tecnologia de enriquecimento e reprocessamento de urânio (BRANDÃO, 2017, p. 103).

O primeiro contato com os representantes alemães deu-se em Brasília, entre o fim de setembro e o início de outubro de 1974. Ao fim do encontro, foi assinado um documento em que foi alcançada uma “ampla concordância sobre as formas que revestiria a cooperação industrial no campo da energia nuclear entre os dois países”.²¹ As delegações elaboraram um conjunto de diretrizes, que foram submetidas e aprovadas pelos governos dos dois países. Cerca de um mês depois, uma comitiva brasileira composta por Shigeaki Ueki (ministro de Minas e Energia), Paulo Nogueira Batista (ministro conselheiro da embaixada do Brasil), Hervásio de Carvalho (presidente da CNEN) e pelo general Djalma Rio dos Santos (chefe do gabinete do ministério de Minas e Energia), esteve na Alemanha, tendo cumprido um extenso programa, que incluiu visitas às instalações nucleares da Siemens/KWU em Mülheim (fábrica de Wiesenstrass); às instalações do complexo siderúrgico e mecânico da Voest Alpine, na Áustria; aos centros de pesquisas da Siemens/KWU, em Erlange; às instalações das

¹⁹ BRASIL. *Relatório da Comissão de Relações Exteriores sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25 que Aprova o Texto do Acordo Sobre Cooperação nos Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado entre a RFA e o Brasil, em Bonn, em 27 de junho de 1975*. Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, CPDOC, AAS mre pn 1974.08.15, Pasta-I.

²⁰ BRASIL. *Relatório da Comissão de Relações Exteriores sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25 que Aprova o Texto do Acordo Sobre Cooperação nos Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado entre a RFA e o Brasil, em Bonn, em 27 de junho de 1975*. Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, CPDOC, AAS mre pn 1974.08.15, Pasta-I.

²¹ BRASIL. *Relatório da Comissão de Relações Exteriores sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25 que Aprova o Texto do Acordo Sobre Cooperação nos Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado entre a RFA e o Brasil, em Bonn, em 27 de junho de 1975*. Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, CPDOC, AAS mre pn 1974.08.15, Pasta-I.

centrais nucleares de RBU e Alkem; às usinas nucleares de Biblis e ao Centro de Pesquisa Nucleares de Karlsruhe.²²

A partir de então, passou-se à negociação concreta dos termos do acordo. O Brasil novamente enviou uma delegação à Alemanha, em fevereiro de 1975.²³ As negociações, cujas primeiras operações financeiras movimentariam cerca de US\$ 10 bilhões, previam o pacote completo para o enriquecimento de urânio: a prospecção do minério, o ciclo completo do combustível (incluindo os processos de enriquecimento e reprocessamento de urânio) e a fabricação de reatores nucleares e de seus componentes. A Alemanha, por sua vez, obteria acesso à parte das reservas de urânio brasileiro.

O Acordo de Cooperação Nuclear Brasil - Alemanha compreende, grosso modo, negociações de três níveis distintos. No campo diplomático, foi assinado o *Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear*. No campo industrial, foi assinado entre o ministério de Minas e Energia do Brasil e o ministério da Pesquisa e Tecnologia da Alemanha Ocidental o *Protocolo de Instrumentos Sobre a Implantação do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear*, que permitiu o estabelecimento dos contratos entre a Nuclebrás²⁴ e as empresas alemãs de tecnologia nuclear, na qual se destacava a Siemens/KWU, para a formação de empresas subsidiárias de capital misto, sob a forma de *joint ventures*. Por fim, no campo tecnológico, foram estabelecidos contratos com as empresas subsidiárias (Nuclam²⁵;

²² BRASIL. *Informações de Caráter Geral sobre a Conjuntura Política e Econômica da República Federal da Alemanha e de sua Relação com o Brasil*. Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, CPDOC, AAS mre pn 1974.08.15, Pasta I, doc. I-3.

²³ BRASIL. *Relatório da Comissão de Relações Exteriores sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25 que Aprova o Texto do Acordo Sobre Cooperação nos Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado entre a RFA e o Brasil, em Bonn, em 27 de junho de 1975*. Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, CPDOC, AAS mre pn 1974.08.15, Pasta-I.

²⁴ Em 1974, a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear passou a se chamar Empresas Nucleares Brasileiras (Nuclebrás), criada com o objetivo de executar o programa nuclear brasileiro em cooperação com a Alemanha.

²⁵ A Nuclebrás Auxiliar de Mineração (Nuclam) seria responsável pela prospecção, desenvolvimento, mineração e exploração de depósitos de urânio, bem como da produção de concentrados e compostos de urânio natural. A empresa atuaria em trabalhos de pesquisa e lavra de urânio em áreas indicadas pela Nuclebrás. O capital da empresa era composto pela Nuclebrás (51%) e Urangesellschaft (49%).

Nustep²⁶; Nuclei²⁷; Nuclen²⁸ e Nuclep²⁹) para a transferência de equipamentos e tecnologias para a construção das centrais nucleares (BRANDÃO, 2017, p. 105-106).

A justificativa da “opção nuclear”

A “opção nuclear” encontrava sua fundamentação, segundo o governo, no problema energético: a crise do petróleo de 1973 e as perspectivas de esgotamento das fontes hidrelétricas na região Sul e Sudeste seriam as justificativas apontadas para que o Brasil adotasse a tecnologia nuclear como forma de produção de energia.

Em outubro de 1973, o decreto do aumento dos preços do barril do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), traria perspectivas pessimistas para o futuro da economia da maioria dos países capitalistas, cujo desenvolvimento econômico era baseado, fortemente, no consumo de petróleo. O primeiro choque do petróleo marcava o fim da “era de ouro” do capitalismo, uma fase de expansão econômica cujo dinamismo era inédito na história da sociedade industrial (HOBSBAWM, 1995).

Além da crise internacional, um estudo da Eletrobrás, divulgado em dezembro de 1974, também seria usado como justificativa para a adoção da “opção nuclear”. O *Plano de Atendimento aos Requisitos de Energia Elétrica das Regiões Sul e Sudeste até 1990*, também conhecido como PLANO-90, indicava a possibilidade de um total esgotamento dos recursos hídricos para a região Sul e Sudeste até o início da década de

²⁶ A Nuclebrás - STEAG (Nustep) foi estabelecida para o desenvolvimento, na Alemanha, do jato centrífugo (método *jet-nozzle*). A Nustep seria a dona da patente do método *jet-nozzle* para enriquecimento de urânio e, em consequência, seria a responsável pela pesquisa e o desenvolvimento tecnológico deste método, além de sua comercialização no mercado internacional. O capital desta empresa era composto pela Nuclebrás (50%) e pela STEAG (50%).

²⁷ A Nuclebrás de Enriquecimento Isotópico (Nuclei) foi criada com o objetivo de enriquecimento de urânio e serviços de enriquecimento pelo processo de jato centrífugo (método *jet-nozzle*), desenvolvido no Centro de Pesquisa Nuclear de Karlsruhe. O capital da empresa seria composto pela Nuclebrás (75%), STEAG (15%) e Interatom (10%), esta última, empresa subsidiária da Siemens/KWU.

²⁸ A Nuclebrás Engenharia (Nuclen) foi formada mediante a associação entre a Nuclebrás (75%) e a Siemens/KWU (25%). Entre seus objetivos estavam os serviços de engenharia do projeto básico, construção e montagem das usinas nucleares.

²⁹ A Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep) seria responsável pelo projeto, desenvolvimento, fabricação e venda de componentes pesados para as centrais nucleares. O capital desta empresa era composto pela Nuclebrás (75%) e por um consórcio europeu (25%), formado pela Siemens/KWU (líder do consórcio), a austríaca Voest - Alpine e a alemã GHH Sterkrade.

1990 (ELETROBRÁS, 1974). O plano recomendava a construção de seis a oito reatores nucleares, de 1.200 MW de potência, para suprir uma expectativa de crescimento anual de demanda de eletricidade estimada entre 8,7% e 11,4%. É a partir da elaboração do estudo da Eletrobrás que, efetivamente, a “opção nuclear” começou a ganhar força dentro do planejamento energético brasileiro no contexto pós-crise do petróleo.

O plano para as instalações geradoras para o abastecimento de energia elétrica nas regiões Sul e Sudeste, apresentados em detalhes no capítulo VIII do estudo, foi dividido em duas partes. A primeira, considerada como “definitiva”, incluía o plano de instalações propostas até o ano de 1985. A segunda, considerada como “preliminar”, incluía as instalações pensadas para o período de 1986/1990. Esta, por sua vez, compreendia três opções, chamadas genericamente de Alternativas I, II e III.

No estudo de mercado, o PLANO-90 adotou uma projeção única até o ano de 1979, em compatibilidade com as metas de crescimento econômico, definidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Para o período compreendido entre 1979 e 1990 foram elaboradas duas projeções: baixa (compatível com o crescimento da economia a uma taxa média anual de 8%) e alta (compatível com o crescimento da economia a uma taxa média anual de 11%).

A “Alternativa I” se baseava na previsão de “mercado alto” e preconizava a instalação de seis usinas nucleares de 1200 MW de potência. A “Alternativa II” também tinha como base a previsão de “mercado alto”, porém defendia a instalação de oito usinas nucleares de 1200 MW de potência. Por sua vez, a “Alternativa III” considerava a previsão de “mercado baixo”, admitida como limite inferior, e previa um programa mínimo de quatro usinas nucleares com a mesma potência das alternativas anteriores.

O estudo da Eletrobrás ainda efetuou uma avaliação das possibilidades de substituição da energia hidrelétrica por outras fontes de energia, considerando o seu efeito de mercado. Foi então verificado que a ocorrência desta substituição de energia elevaria os requisitos de energia elétrica aos números de projeção alta, mesmo na ocorrência de crescimento menor da economia mundial.

Para efeito dos estudos de perspectiva do desenvolvimento do parque gerador de energia para as regiões Sul e Sudeste, o estudo adotou a projeção, até o ano de 1990, de mercado de alta, justificando que esta conduziria a uma maior segurança na análise das fontes de energia disponíveis. Desta forma, o PLANO-90 concluía que,

o potencial hidrelétrico ainda disponível nas regiões Sul e Sudeste, se totalmente utilizados independentemente de sua economicidade em relação a possíveis alternativas compostas por usinas termelétricas nucleares ou convencionais queimando carvão nacional, permitiria o atendimento do mercado com fontes puramente hidrelétricas até 1990 uma vez que o total do potencial hidrelétrico ali inventariado está avaliado em 26.500 MW médios, enquanto que o incremento dos requisitos de energia das duas regiões entre 1981 e 1990 é estimado em 24.290 MW médios (ELETROBRÁS, 1974, p. II-5).

A geração de energia à base de óleo combustível foi prontamente excluída, “em virtude dos elevados preços do petróleo vigorantes a partir de 1974, e também em função dos riscos inerentes a esta solução, dependente de petróleo em grande parte importado” (ELETROBRÁS, 1974, p. II-5). Restariam, portanto, como alternativas para a complementação de energia produzida pelas hidrelétricas, a utilização do carvão em usinas termelétricas convencionais e a geração nuclear. Destas, a produção de energia nuclear seria considerada a mais viável, pois, segundo o PLANO-90,

tendo em vista o atual custo de capital relativamente elevado das usinas termelétricas convencionais e o custo do carvão nacional (excetuando o da área de Candiota), e considerando as limitações existentes nas reservas conhecidas de carvão nacional, o estudo considerou o custo das usinas nucleares como sendo o nível de competitividade econômica para os projetos hidrelétricos (ELETROBRÁS, 1974, p. II-5).

Desta forma, segundo o documento, “o atendimento da projeção alta do mercado em 1990 justifica economicamente, com base nos dados utilizados, a inclusão no programa posterior a 1980 de potência nuclear entre 4800 e 9600 MW instalados (4 a 8 unidades de 1200 MW) dependendo do valor da margem de segurança admissível para o custo das nucleares” (ELETROBRÁS, 1974, p. II-5 e II-6).

Para o PLANO-90, a expansão com base em ordem crescente de custo implicaria no início do programa nuclear somente após o esgotamento do potencial hidráulico competitivo, o que ocorreria por volta do ano de 1988. Contudo, era observado que a

partir deste ano, esgotados os potenciais de produção de energia, seria necessário o desenvolvimento de energia nuclear em um ritmo entre 3000 e 4000 MW instalados por ano (ELETROBRÁS, 1974, p. II-6).

Tais informações nos permitem identificar a existência de uma deliberada intenção do governo militar em superestimar as previsões do PLANO-90, para justificar a necessidade de construção de usinas nucleares no Brasil. Luiz Pinguelli Rosa destaca que havia fortes indícios “de que houve pressão sobre técnicos do setor elétrico encarregado do PLANO-90 para introduzir esta distorção” (ROSA, 1985, p. 40). Segundo o físico brasileiro, um dos maiores especialistas no setor de planejamento energético do Brasil, houve uma clara subestimação, por parte do Estado brasileiro, pois

do potencial hidrelétrico nacional, avaliando-o em cerca de 100 milhões de KW, e um exagero na previsão de crescimento da demanda. Esta foi extrapolada a potência necessária ao ano 2000 como 175 milhões de KW, previsão hoje reduzida a 115 milhões²⁵² (ROSA, 1985, p. 40).

A participação da Siemens/KWU na Nuclen e na Nuclep

O estudo das duas principais empresas criadas pelo acordo nuclear, a Nuclen e a Nuclep, é revelador do caráter dependente do programa nuclear brasileiro e do acordo nuclear com a Alemanha, tendo a Siemens/KWU o controle sobre o processo de transferência de tecnologia.

Na Nuclen, empresa responsável pelos serviços de engenharia, construção e montagem dos reatores, a Nuclebrás detinha 75% de participação. A Siemens/KWU controlava os 25% restantes. Contudo, em 1979, cláusulas sigilosas do contrato foram reveladas apontando que, apesar de sua participação minoritária, a empresa alemã tinha o controle único da Nuclen.³⁰

³⁰ O contrato de acionistas, embora tenha sido assinado em 17 de dezembro de 1975 por Paulo Nogueira Batista e Carlos Syllus Martins Ponto (representando a Nuclebrás), e Hans Frewer e Trassl, pelo lado alemão da Siemens/KWU, só foi tornado público em 23 de agosto de 1979, em uma reportagem da *Gazeta Mercantil*, intitulada “O poder de decisão da Nuclen”. No dia da publicação, a redação do jornal foi invadida por um delegado e quatro agentes da Polícia Federal que, alegando “ordens de Brasília”, tentaram impedir a publicação da reportagem. Dias depois, soube-se que a ordem partiu do ministro da Justiça, Petrônio Portella.

Apenas três dias antes da assinatura do contrato de acionistas entre a Nuclebrás e a Siemens/KWU, o texto da minuta elaborada por técnicos brasileiros foi integralmente modificado, prevalecendo os interesses da empresa alemã.³¹

Pelo contrato de acionistas, a Nuclen possuía uma Diretoria Geral, composta por cinco membros³². O diretor - presidente da Nuclen era, assim como em todas as outras empresas criadas pelo acordo associando o capital da Nuclebrás ao capital alemão, Paulo Nogueira Batista, presidente da Nuclebrás. Pelo contrato, Nogueira Batista poderia indicar o diretor - superintendente e o diretor de Promoção Industrial. Os outros dois membros, o diretor técnico e o diretor comercial, eram nomeados pela Siemens/KWU. O que nos chama a atenção é o fato de que, embora a Nuclebrás possuísse maioria na Diretoria Geral da Nuclen, as duas diretorias mais importantes – a diretoria técnica e a diretoria comercial – pertenciam à empresa alemã.

Além disso, quando não houvesse unanimidade nas decisões tomadas na Diretoria Geral, o Conselho Administrativo da Nuclen deveria ser ouvido. A sua composição era semelhante à da Diretoria Geral, composta de cinco membros: três brasileiros e dois alemães.³³ E, da mesma forma que a Diretoria Geral, as decisões do Conselho Administrativo também deveriam ter unanimidade. Dessa forma, mesmo a Nuclebrás tendo a maioria nas duas instâncias (Diretoria Geral e Conselho Administrativo), o fato das decisões terem que ser tomadas por unanimidade impedia com que os interesses da Nuclebrás prevalecessem nas decisões tomadas na Nuclen.

Não havendo consenso, as decisões eram, então, levadas a uma terceira instância: o Comitê Técnico. Dentre as suas atribuições estavam a de “rever, a sua discussão, todas as decisões importantes do projeto e todas as decisões técnicas relevantes a que a companhia for obrigada a tomar, e aprovar ou rejeitar tais decisões”.³⁴ E era dentro do Comitê Técnico que a Siemens/KWU assegurava o seu controle dentro da Nuclen. Embora no contrato de acionistas estivesse designado que o

³¹ “Contrato mudou na última hora”. *Jornal do Brasil*, 24 ago. 1979, p. 15.

³² “Os pontos críticos do acordo da Nuclen”. *Jornal do Brasil*, 26 ago. 1979, p. 30.

³³ “Os pontos críticos do acordo da Nuclen”. *Jornal do Brasil*, 26 ago. 1979, p. 30.

³⁴ “Os pontos críticos do acordo da Nuclen”. *Jornal do Brasil*, 26 ago. 1979, p. 30.

Comitê Técnico fosse limitado a atuar como um órgão consultivo, seus poderes eram muito mais amplos que isso.

O Comitê Técnico era composto por quatro representantes da Siemens/KWU e apenas um único representante da Nuclebrás, que ocupava a sua presidência. Contudo, o presidente do Comitê Técnico não teria direito a voto, sendo sua atuação restrita à posição de “observador”. Assim, todos os membros votantes eram representantes da Siemens/KWU, o que assegurava à empresa alemã o controle sobre as principais decisões tomadas na Nuclen, entre elas, orçamento e demonstrações financeiras, tomada de empréstimos, contratos de fornecimento de bens e serviços, exportação de serviços de engenharia e de tecnologia, entre outras.

A Nuclep foi criada com o objetivo de projetar, desenvolver, fabricar e comercializar equipamentos pesados para as usinas nucleares. A Nuclebrás detinha 75% do capital da empresa e os outros 25% eram de um consórcio liderado pela KWU/Siemens, tendo também como participantes a empresa alemã GHH Sterkrade e a austríaca Voest Alpine.

Alguns meses depois da assinatura do acordo nuclear com a Alemanha, Paulo Nogueira Batista, em pronunciamento na Comissão de Minas e Energia do Senado afirmou que a fábrica de reatores deveria entrar em operação em fins de 1978 e que o índice de nacionalização na quarta usina atingiria 100%, sendo que a partir de 1980, o Brasil fabricaria integralmente os reatores das centrais nucleares. (MIRROW, 1979, p. 117).

Contudo, da mesma forma que na Nuclen, o contrato de acionistas da Nuclep, assinado entre a Nuclebrás e o consórcio europeu liderado pela Siemens/KWU, apontava para uma série de benefícios para a empresa alemã.

Um dos pontos mais importantes era o sobre o compromisso assumido pelo governo brasileiro em relação à compra dos equipamentos. Pelo contrato, para as primeiras quatro centrais nucleares, todo o equipamento importado deveria ser fornecido exclusivamente pela Siemens/KWU. E para as outras quatro restantes, a

empresa alemã teria a preferência para todo o equipamento que fosse adquirido no exterior (BRANDÃO, 2017, p. 131).

Além disso, o contrato ainda discriminava, detalhadamente, os índices de nacionalização a serem alcançados pelos diferentes equipamentos pesados usados na construção das oito usinas nucleares. Os índices variavam entre uma média de 30% (usinas II e III) e de 70% (usinas VIII e IX).

Ao analisarmos a tabela A, podemos perceber que, em princípio, a participação da indústria nacional poderia ser considerada significativa, podendo atingir, já no fornecimento de equipamentos pesados para as usinas II e III, índices de 100% (estruturas especiais de aço; ventilação e ar-condicionado; pontes rolantes), 90% (tanques), 85% (equipamentos elétricos) e 80% (trocadores de calor).

Contudo, se verificarmos os equipamentos considerados estratégicos em termos de tecnologia nuclear, verificamos que a participação da Siemens/KWU era significativamente maior do que a reservada para a indústria nacional de equipamentos pesados (BRANDÃO, 2017, p. 131). Segundo previsto no contrato de acionistas da Nuclep, para as usinas II e III, todos os componentes pesados e os componentes especiais de reatores seriam integralmente importados junto à Siemens/KWU. Da mesma forma, a participação nacional no fornecimento de turboreatores e de válvulas estava limitada a 10%, sendo a empresa alemã a fornecedora dos outros 90%. Índices de nacionalização ainda menores são destinados aos instrumentos de controle (apenas 5%). Gradativamente, a participação da indústria nacional deveria aumentar. Contudo, mesmo para as usinas VIII e IX, as duas últimas usinas previstas pelo acordo nuclear, metade do total de bombas e válvulas e 70% dos turboreatores continuariam sendo exportados pela Siemens/KWU.

Tabela A: Fornecimento de equipamentos nacionais para as usinas nucleares (em %)

Família de componentes	Usinas II e III	Usina IV	Usina V	Usinas VI e VII	Usinas VIII e IX
Turboreator	10	15	20	25	30
Componentes pesados	-	70	100	100	100
Componentes elétricos	85	87	90	93	93
Tubulação	15	20	25	50	65
Instrumentos e controle	5	10	60	60	90
Bombas	40	45	47	50	50
Estruturas especiais de aço	100	100	100	100	100
Trocadores de calor	-	10	30	40	50
Ventilação e ar-condicionado	100	100	100	100	100
Componentes especiais de reatores	-	10	30	40	50
Pontes rolantes	100	100	100	100	100
Válvulas	10	20	30	40	50
Diversos	70	75	80	85	90
Tanques	90	100	100	100	100
Total	30	47	60	65	70

Fonte: Quadro Constante do Acordo de Acionistas na Nuclep (ROSA, 1985, p. 38).

Em agosto de 1979, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria denunciando um esquema de corrupção dentro da Nuclep. Segundo a reportagem, a Siemens/KWU integralizou a participação do consórcio europeu por ela liderado com equipamentos fornecidos junto à fábrica da Nuclep, em Itaguaí, cidade próxima a Angra dos Reis, a preços superfaturados. A matéria denunciou que na mesma época, uma indústria paulista do setor de bens de capital obteve, no mercado internacional, “cotação de um preço de um torno vertical para perfuração em profundidade, 15% mais barata que o preço cobrado pelos alemães para os mesmos equipamentos”³⁵.

³⁵ “KWU integralizou capital na Nuclep com superfaturamento”. *Jornal do Brasil*, 28 ago. 1979, p. 19.

Conclusão

Em meados da década de 1960, a Alemanha era a segunda maior parceria comercial do Brasil, atrás apenas dos EUA, com um fluxo anual de comércio de cerca de US\$ 5 bilhões. A presença empresarial alemã no Brasil se intensificou após o golpe de 1964 e chegou a representar 20% de todo o capital estrangeiro investido no país (RUSSAU, 2017).

O cenário de “paz social”, sem greves e atuação sindical, possibilitou a segurança necessária para que as multinacionais realizassem plenamente os seus investimentos no país. Um levantamento da Comissão Nacional da Verdade apontou que, em 1971, mais da metade das 16 empresas alemãs instaladas no Brasil estavam diretamente ligadas à ditadura. Empresas como Siemens e Mercedes Benz foram apontadas como financiadoras da Operação Bandeirantes.³⁶ Outras, como a Volkswagen, colaboraram com a delação de trabalhadores para os órgãos de repressão, permitindo, inclusive, com que a planta de sua fábrica em São Bernardo do Campo fosse utilizada para interrogatório e tortura de seus funcionários (ALMEIDA, 2018). Ainda de acordo com o relatório da CNV, os investimentos de empresas alemãs no Brasil cresceram 350% entre 1969 e 1974, beneficiados, em grande medida, pelas políticas de obras e infraestrutura da ditadura.

Uma das empresas que mais estreitaram suas relações com a ditadura foi a Siemens. A empresa aumentou seus investimentos de maneira significativa durante os anos do “milagre”, abrindo empresas no Paraná e Rio Grande do Sul, além de participação na construção do metrô de São Paulo. Em 1975, inaugurou uma fábrica de transformadores em Jundiaí, que se tornou a maior fábrica de transformadores de até 400 KW da América Latina. Em 1983, a Siemens instalou o primeiro rotor dos 18 geradores da usina hidrelétrica de Itaipu. No mesmo ano, entraria em operação mais uma fábrica da empresa, em Manaus. Contudo, um de seus maiores negócios no Brasil durante a ditadura foi com o Acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha.

³⁶ BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Civis que colaboraram com a ditadura. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, vol. 2: textos temáticos, 2014, p. 330.

Das oito usinas previstas, apenas Angra II está em funcionamento. De 1985, quando entrou em operação comercial a usina Angra I, até 2005, as duas usinas registravam uma produção acumulada de energia de 100 milhões de megawatts/hora, o equivalente à produção anual da usina hidrelétrica de Itaipu.

Entre as empresas criadas pelo acordo nuclear estavam a Nuclen e a Nuclep, responsáveis pelo processo de transferência de tecnologia. A análise dos contratos de acionistas, porém, é reveladora para o fato de que, ao contrário de representar uma “autonomia tecnológica” para o desenvolvimento nuclear brasileiro, o “negócio do século”, como a imprensa alemã classificaria o acordo, significou uma reserva de mercado para o fornecimento de tecnologia e equipamentos pela indústria nuclear alemã, sobretudo pela Siemens/KWU, aprofundando o caráter dependente e associado do desenvolvimento capitalista brasileiro, que ganhou novo impulso com o regime autoritário instalado no país a partir do golpe de 1964.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Marcelo Vianna Lacerda de. As práticas de normalização da violência operacionalizadas pela Volkswagen do Brasil na Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Tese (Doutorado em Administração de Empresas), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *O Negócio do Século: o Acordo de Cooperação Nuclear Brasil - Alemanha*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: EdUff, 2014.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELETROBRÁS. *Plano de Atendimento aos Requisitos de Energia Elétrica das Regiões Sul e Sudeste até 1990*. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1974.

GIROTTI, Carlos Alberto. *Estado Nuclear no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GUILHERME, Olympio. *O Brasil e a Era Atômica*. Rio de Janeiro: Vitória, 1957.

Brandão, *Ditadura, política nuclear e interesses empresariais: a participação da Siemens no Acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha*

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e. O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-64. In: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira e MARTINS, Mônica de Souza Nunes (orgs.). *Política Econômica nos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 71-102.

MARQUES, Paulo Queiroz. *Sofismas nucleares: o jogo das trapaças na política nuclear do país*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década 64/74. In: *Estudos CEBRAP*, nº 12, 1975.

MIROW, Kurt Rudolf. *A Loucura Nuclear: enganos do Acordo Nuclear Brasil - Alemanha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MOREL, Maria Regina de Moraes. *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979.

REGINATTO, Ana Carolina. A Ditadura Empresarial-militar e as Mineradoras: as relações entre os grandes grupos econômicos da mineração e o regime ditatorial brasileiro (1964-1988). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

ROSA, Luiz Pinguelli. *A política nuclear e o caminho das armas atômicas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

RUSSAU, Christian. *Empresas alemãs no Brasil: o 7x1 da economia*. São Paulo: Elefante, 2017.

SILVA SOARES, Guido Fernando. *Contribuição ao Estudo da Política Nuclear Brasileira*. São Paulo (mimeografo, Tese de Doutorado em Ciências Humanas, PUC-SP), 1974.

SPOHR, Martina. *American Way of Business: o empresariado brasileiro e norte-americano no golpe empresarial-militar de 1964*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

WROBEL, Paulo. *A questão nuclear nas relações Brasil - Estados Unidos*. Rio de Janeiro (mimeografado, Dissertação de Mestrado, IUPERJ), 1986.

Data de Submissão: 30/05/2020.

Data da Avaliação: 09/06/2020

REDEMOCRATIZAÇÃO E REPRESSÃO: A VIOLÊNCIA ESTATAL E AS ARTICULAÇÕES EMPRESARIAIS-MILITARES PARA A CONTENÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO NA NOVA REPÚBLICA

Richard de Oliveira Martins¹


156

Resumo. O ascenso do movimento operário a partir de 1978 consolidou um cenário político no qual a legitimidade do regime autoritário inaugurado pelo golpe de 1964 se encontrava permanentemente em xeque. Entretanto, mesmo pressionado em diversas frentes, o governo João Batista Figueiredo (1979-1985) foi capaz de manter o controle sobre a chamada “abertura política”. Para isso, tanto segmentos do Estado quanto empresas privadas seguiram recorrendo a diversas modalidades da repressão contra os trabalhadores mobilizados. Levando em conta as evidências acerca dessa “aliança empresarial-militar”, argumentamos que, para compreender a disputa sobre os rumos da chamada “redemocratização” brasileira, é preciso dar maior destaque à reformulação e à readequação das práticas repressivas dirigidas contra o operariado organizado, atentando para os métodos da repressão, os interesses articulados aos quais ela atendia e as responsabilidades compartilhadas em sua execução.

Palavras-chave: ditadura; repressão; transição democrática; movimento operário; aliança empresarial-militar.

REDEMOCRATIZATION AND REPRESSION: STATE VIOLENCE AND THE BUSINESS-MILITARY ARTICULATIONS FOR THE CONTAINMENT OF THE LABOR MOVEMENT IN THE NEW REPUBLIC

Abstract. The rise of the labor movement from 1978 onwards consolidated a political scenario in which the legitimacy of the authoritarian regime inaugurated by the coup of 1964 was permanently in question. However, even when pressured on several fronts, the government led by João Batista Figueiredo (1979-1985) was able to keep control over the so-called “political overture”. In order to concretize the interests of the ruling classes during the political transition, both segments of the state and private companies continued to utilize various forms of repression against the mobilized

¹Mestre em Ciência Política e Doutorando em História pelo IFCH/UNICAMP.  <https://orcid.org/0000-0001-5110-6890>. E-mail: o.m.richard@gmail.com.

workers. Taking into account the evidence of this “business-military alliance”, we argue that in order to understand the dispute about the direction of the so-called “redemocratization” of Brazil, we should emphasize the reformulation and re-adaptation of repressive practices directed against the organized workers, looking at the methods of repression, the articulated interests it served, and the shared responsibilities in its execution.

Keywords: dictatorship, repression, democratic transition; labor movement; business-military alliance.

REDEMOCRATIZACIÓN Y REPRESIÓN: LA VIOLENCIA ESTATAL Y LAS ARTICULACIONES EMPRESARIALES-MILITARES PARA LA CONTENCIÓN DEL MOVIMIENTO OBRERO EN LA NUEVA REPÚBLICA

Resumen. El ascenso del movimiento obrero a partir de 1978 consolidó un escenario político en el que la legitimidad del régimen autoritario inaugurado por el golpe de 1964 se encontraba permanentemente en jaque. Sin embargo, aunque estuviera presionado en varios frentes, el gobierno João Batista Figueiredo (1979-1985) fue capaz de mantener el control sobre la "apertura política". Para materializar los intereses de las clases dominantes durante la transición, tanto segmentos del Estado como empresas privadas siguieron recurriendo a diversas modalidades de represión contra los trabajadores movilizados. Teniendo en cuenta las evidencias acerca de esta "alianza empresarial-militar", argumentamos que, para comprender la disputa acerca de los rumbos de la "redemocratización" brasileña, hay que dar mayor énfasis a la reformulación y a la readecuación de las prácticas represivas dirigidas contra los trabajadores organizados, atendiendo a los métodos de la represión, los intereses y las responsabilidades compartidas en su ejecución.

Palabras clave: dictadura; represión; transición democrática; movimiento obrero; alianza empresarial-militar.

I.

Ipatinga, outubro de 1963. Trabalhadores da USIMINAS, empresa de capital misto controlada majoritariamente pelo Estado, paralisam suas atividades, indignados por conta das más condições de trabalho, que envolviam a realização de tarefas exaustivas em ambientes repletos de gases tóxicos e sob altas temperaturas. Os operários eram submetidos com frequência a revistas ultrajantes promovidas pelos seguranças da siderúrgica, e foi justamente uma briga entre vigilantes e trabalhadores,

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

na noite de 6 de outubro, o estopim da mobilização. Na região, o cenário era de vigilância e perseguição às atividades do recém-organizado sindicato da categoria, complementadas por ameaças de demissão de ativistas e pela violência recorrentemente empregada pela Polícia e pela equipe de segurança da Usiminas contra os metalúrgicos. Na manhã do dia 7, logo após o fim de uma reunião entre representantes dos operários, da empresa e da polícia, soldados armados em frente à usina são vaiados por parte dos 7 mil trabalhadores presentes no local. Em vez de se retirarem, como fora acordado na reunião, membros da tropa abrem fogo contra a multidão, de cima de um caminhão. Ainda hoje, não se sabe ao certo o número de mortos no “massacre de Ipatinga” (PEREIRA, 1985).

Volta Redonda, 1988. Pouco mais de um mês após a promulgação da “Constituição Cidadã”, os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda entraram em greve, reivindicando, centralmente, reposição salarial diante do arrocho e da inflação e redução da jornada de trabalho para seis horas. Naquela ocasião, os operários ocuparam as instalações da siderúrgica, como já haviam feito em greves anteriores, a partir de 1984. De acordo com Edilson Graciolli, um dos elementos fundamentais que levaram os metalúrgicos da CSN a uma nova ocupação em 1988, estava na “insatisfação com a política de perseguição às lideranças e repressão à organização dos operários”, bem como no “acúmulo de experiência e mesmo de indignação” (GRACIOLLI, 2009, p. 94; VEIGA; FONSECA, 1990). A greve na siderúrgica durou 17 dias, mas a ocupação apenas três. Isto porque, após cortarem o fornecimento de água, energia elétrica e comida para a usina, no dia 9 de novembro de 1988, tropas do Exército invadiram a CSN para expulsar os grevistas, recorrendo ao uso de munição letal. A ação terminou com as mortes de três operários: Carlos Augusto Barroso, que teve o crânio esmagado a pancadas, Walmir Freitas Monteiro e William Fernandes Leite, atingidos por balas de fuzil.

Vinte e cinco anos e uma ditadura separam ambos os episódios, momentos em que a violência estatal contra o movimento operário teve consequências extremas. Ainda que levemos em conta os elementos de crise política e social que caracterizaram ambos os contextos, especialmente pronunciados em 1963, soa paradoxal que durante

Martins, Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República

todo o período da última ditadura brasileira praticamente não se tenha registros do emprego de repressão letal contra grevistas em estabelecimentos industriais. Mesmo o único caso relativamente conhecido, o do assassinato do metalúrgico Santo Dias em 30 de outubro de 1979, logo após o encerramento de um piquete às portas da fábrica Sylvania, em São Paulo, ocorreu cinco anos após o início da chamada distensão política, em um momento que muitos consideravam como de maior “permissibilidade do governo” (GONÇALVES, 1994).

É fato muito conhecido o de que, especialmente nos períodos imediatamente após o golpe, em 1964, e o AI-5, em 1968, ativistas e sindicalistas tenham sido presos e torturados às centenas, como ocorreu com os grevistas de Osasco em julho de 1968. Também é certo que o regime militar promoveu massacres contra as organizações que aderiram à luta armada, como nos casos da brutal repressão à Guerrilha do Araguaia (1973) e na chacina do comitê central do PCdoB, no “massacre da Lapa” (1976), em um contexto de alta estabilidade econômica e grande controle do regime sobre o cenário político (em que pese o crescimento eleitoral do partido de oposição consentida nas eleições de 1974), de modo que o emprego da força letal na repressão aos opositores não pode ser compreendido como uma prática contextual ou estritamente condicionada pelo regime político. Entretanto, parece claro que, se durante a ditadura as formas mais extremas da repressão eram empregadas contra organizações muitas vezes integradas por membros das classes médias ou das elites, que tentavam combater os militares de armas em punho, nos regimes democráticos elas parecem estar reservadas aos diversos segmentos da classe trabalhadora e da população pobre, mesmo que desarmada.

Seria possível dizer que o “massacre de Ipatinga” colocava às claras a fragilidade da democracia em 1963, anunciando a iminência do golpe (PEREIRA, 1985, p. 9); ou ainda, que o “massacre de Volta Redonda” expressava as permanências do autoritarismo e a imaturidade da “Nova República”. Embora plausíveis, estas formulações parecem ler o recurso à violência extrema contra a classe trabalhadora como uma prática característica dos regimes ditatoriais, exclusivamente, de modo que sua ocorrência em períodos democráticos teria algo de anômalo ou excepcional, algo

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

que não nos parece correto. A ideia da excepcionalidade da violência também não é estranha a outro discurso, frequentemente formulado por apologistas do regime militar, e que busca apresentar a violência estatal como excepcional *até mesmo nos marcos da ditadura*. Assim, ainda que se reconheça os assassinatos e a tortura praticada pela Polícia e pelo Exército no período, estes seriam “excessos” ou “equivocos” pontuais cometidos por soldados, ou ainda um “mal necessário” diante da “subversão” e da violência da esquerda guerrilheira. Em todo caso, comparada, por exemplo, com a gravidade da situação na Argentina da década de 1970, a repressão brasileira teria sido diminuta, e a violência política reduzida ao enfrentamento entre militares da linha dura, agindo “nos porões” e sem o conhecimento de seus superiores hierárquicos, de um lado, e pequenos grupos guerrilheiros radicais, completamente distanciados dos trabalhadores e do conjunto da população, de outro. Aceitar tais argumentos seria ignorar o caráter recorrente e estratégico das diversas modalidades da violência estatal que a ditadura brasileira empregou contra uma série de sujeitos políticos, incluindo segmentos das próprias corporações militares.

Mas há de se destacar que, historicamente, a violência estatal no Brasil nada tem de excepcional, nem mesmo sob regimes formalmente democráticos. Considerando as datas dos massacres de Ipatinga e Volta Redonda, cronologicamente fora do período da ditadura militar, e o fato de que as vítimas desses massacres não foram militantes opositores e muito menos adeptos de táticas de resistência armada contra o Estado, mas sim operários participando de mobilizações por melhores salários e condições de trabalho, percebe-se que a violência política estatal é muito mais abrangente do que faz crer a associação entre “repressão” e “ditadura”, ainda mais redutora quando se aceita aquela imagem idealizada do “confronto entre repressão militar e oposição de esquerda (armada ou não) como o evento emblemático do regime militar brasileiro” (FICO, 2013, p. 248).

Neste texto, apresentamos alguns apontamentos sobre a temática das relações entre repressão e democracia, evidentemente sem ter a pretensão de esgotá-la. Primeiramente, delineamos uma tese difusa, que parece ancorar uma série de interpretações sobre a natureza do regime militar brasileiro e a transição, embora

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

raramente explicitada, segundo a qual, a partir da década de 1970, teria havido um *recuo da repressão*, de modo que o ascenso estudantil e operário daquele período se explicaria pelo incremento da tolerância estatal em relação aos protestos, ou ainda, por uma diminuição do volume ou da intensidade das atividades repressivas estatais. Em seguida, elencamos argumentos para relativizar esta tese, sobretudo a partir de duas perspectivas: a da *generalização da violência estatal*, fenômeno que não foi contido pela abertura política da década de 1980, e a da *articulação entre distintas modalidades repressivas*, evidência da natureza estratégica da violência estatal, dirigida não apenas contra opositores políticos, mas sobre o conjunto das classes dominadas. Daí passamos ao tema da articulação entre Estado e empresas privadas para promover algumas destas modalidades de repressão, com vistas à contenção do movimento operário emergente naquela década e, por fim, indicamos algumas possibilidades de abordagem histórica do assunto.

II.

A partir de 1974, o governo do General Ernesto Geisel (1974-1979) passa a anunciar suas intenções de *distensão*, dando início a um projeto de abertura política que teria sido descrito pelo próprio ditador por meio de uma fórmula que se tornaria famosa: “lenta, gradual e segura”. Nas análises sobre esse processo, construiu-se certo consenso em torno da ideia de que a iniciativa da abertura não foi resultado direto de uma crise política, mas antes fruto de um planejamento estratégico preventivo ou de um cálculo de custos (CARVALHO, 1989). Com a derrota da guerrilha e o fim do “milagre econômico”², os detentores do poder começavam a perceber o que Bolívar Lamounier (1981, p. 35) chamou de “erosão da legitimidade do sistema autoritário”. Contudo, o projeto liberalizante preventivo encontraria resistências dentro das Forças Armadas, sobretudo por parte de seus setores mais diretamente envolvidos com a repressão, as chamadas “comunidades de segurança e informação”, ou ainda, a “linha dura”.

² O chamado “milagre econômico” se caracterizou pelas altas taxas de crescimento econômico e pela redução das taxas de inflação, fenômenos que os governos militares buscaram utilizar de maneira a legitimar o regime. Cf. D’ARAÚJO *et al*, 1995, p. 15.

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

Conforme resumiu Thomas Skidmore (1988, p. 37), “somente se os militares sentissem confiança sobre a segurança nacional, qualquer que fosse a definição deles sobre isso, poderia a oposição ter esperanças de realizar seus objetivos de retorno ao Estado de direito”. Mas, para Carlos Fico, essa resistência não fazia mais que escamotear “o temor da comunidade de segurança em relação à sua previsível desativação progressiva”:

Durante a “abertura”, sem ter mais os velhos inimigos contra quem lutar, a linha dura sentia-se ameaçada de extinção, acuada por ser identificada como grupo não democrático e com medo de punições que poderiam advir do retorno ao Estado de Direito (algo que nunca se verificaria, em grande medida graças ao esforço do setor durante a negociação da anistia política). Foi essa combinação de decadência e medo que levou a comunidade de segurança a patrocinar alguns dos atos mais bárbaros do regime militar (FICO, 2001, p. 213-215).³

Portanto, para conter o movimento operário no cenário político da transição, os governos precisavam recorrer a práticas repressivas distintas das que haviam utilizado contra a guerrilha, muito embora não estivesse descartado o recurso aos métodos “bárbaros” que haviam caracterizado o período anterior. O recurso continuado à repressão para evitar quaisquer riscos de radicalização do processo de abertura parece ter sido secundarizado ou mesmo negligenciado por grande parte dos estudos da transição brasileira. Enquanto alguns autores, como Salvador Sandoval, colocam ênfase sobre os níveis supostamente mais altos de “tolerância” do Estado em relação ao dissenso⁴, outros, como Francisco L. S. Gonçalves, equacionam que essa maior “permissibilidade” se contrapunha à “intransigência patronal”.⁵ Laís W. Abramo (1999, p. 167), por sua vez, também argumenta que o ascenso operário a partir de 1978

3 Fico refere-se, mais especificamente, aos atentados contra a Associação Brasileira de Imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil, em agosto e setembro de 1976, e ao caso Riocentro, em 1981.

4 “Não é preciso dizer que um dos fatores subjacentes à atividade grevista aumentada pode ser atribuído ao processo de redemocratização da Nova República, quando certamente houve maior tolerância com respeito ao protesto dos trabalhadores que nos anos de governo militar” (SANDOVAL, 1994, p. 161).

5 “A transição teria implicado um recuo da repressão governamental, permitindo que se expressassem demandas antes reprimidas. A permissibilidade do governo, por um lado, e a intransigência patronal, por outro, teriam elevado o nível do conflito, uma vez que as demandas eram formuladas mas não atendidas” (GONÇALVES, 1994).

caracterizava um período de repressão mais branda, em contraponto ao “auge repressivo da ditadura militar e do processo de debilitação do poder sindical”, no começo dos anos 1970. Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (1994, p. 28-29) também acabam por reproduzir a tese do recuo da repressão, por considerarem os números de cassações políticas e de mortos e desaparecidos como os principais indicadores da atividade repressiva, o que os leva a afirmar que essa se concentrou em 1964 e entre 1969 e 1973.

Sustentamos que, se houve um processo de “decadência” e “desativação progressiva” do aparelho repressivo ditatorial, tal como indicado por Fico, isto não implicou (ao contrário do que inferem muitos analistas) em recuo algum; o que estava em curso era, sim, um movimento de *readequação* de práticas repressivas e, em alguns casos, inclusive de *relocalização* de pessoal, para o combate a um velho e novo inimigo político: o operariado organizado. No contexto da transição, se a execução da repressão política não dependia mais dos sequestros e da tortura física, dos DOPS ou da “comunidade de segurança”, nem por isso os militares deixaram de participar de seu planejamento e condução, e tampouco as empresas abriram mão do recurso a instrumentos e práticas herdadas do período ditatorial.

A discussão a respeito do tratamento dispensado aos diversos segmentos das classes trabalhadoras pelas instituições policiais no Brasil tem sido uma das mais importantes chaves para a compreensão dos limites da transição democrática brasileira. A ideia de que os governos surgidos das transições de meados dos anos 1980 não haviam assegurado o controle da violência foi trabalhada por Paulo Sérgio Pinheiro, já no início dos anos 1990. Para o autor, era inclusive razoável supor que a mera “alteração ao nível do regime político não poderia implicar quase por reflexo a desmontagem (...) [de] estruturas autoritárias que independem do regime político” (PINHEIRO, 1991, p. 55).

Quem já viveu sob uma ditadura ou regime autoritário não tem dúvidas, quando a opressão termina, de que mudanças efetivamente ocorreram. As liberdades políticas são restauradas, eleições são convocadas, a alternância no poder volta. Mas a democracia não está garantida. Especialmente porque as transições políticas não remetem, em questão, à transformação do Estado em sua relação com as classes populares naquilo que é mais crucial, o enquadramento, a normalização. (...)

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

Ao enfrentar o problema das relações entre transição e controle da violência ilegal devemos investigar quais os elementos do padrão dessa violência que constituem um verdadeiro legado do regime de exceção, bem como apontar quais os elementos que podem ser explicados como consequência da reprodução da estrutura tradicional de dominação e de poder, levando-se em conta que muitos aspectos desse padrão são apenas reforçados pelos governos autoritários (PINHEIRO, 1991, p. 46-47).⁶

Levando adiante o debate a partir de uma abordagem distinta, Teresa Pires do Rio Caldeira (2011, p. 157) defende que a democracia que emergiu da transição brasileira tem um caráter disjuntivo, uma vez que o respeito aos direitos políticos e sociais é acompanhado pelo desrespeito aos direitos individuais, uma “arena na qual a democracia é publicamente confrontada e desacreditada”. Em *Cidade de Muros*, estudo de fôlego sobre a relação entre os direitos de cidadania e o aumento do crime violento e da segregação urbana na cidade de São Paulo a partir da década de 1980, Caldeira trata a tradição de violência policial e a resistência à implementação de mecanismos de responsabilização (*accountability*) como parte do problema, apontando, contudo, que “se os abusos aumentaram durante o período democrático, isso se deve mais a decisões administrativas e opções políticas do que a um padrão intratável herdado do passado” (CALDEIRA, 2011, p. 157).

De acordo com Caldeira (2011, p. 164-169), na gestão de André Franco Montoro (1983-1987), primeiro governador eleito pelo voto popular em São Paulo desde 1962, pretendeu-se “trazer a PM para dentro dos parâmetros da lei”, através de políticas como a nomeação de secretários de Justiça e de Segurança Pública identificados com as pautas dos direitos humanos, tentativas de reforma da cúpula hierárquica policial, a ampliação dos poderes das corregedorias e a retirada das ruas de tropas conhecidas pelo tratamento violento de suspeitos, como era o caso da ROTA

6 O autor menciona ainda que a percepção da ausência de um “controle institucional da violência ilegal praticada pelas autoridades públicas” já era manifesta em análises da transição brasileira empreendidas ainda em meados da década de 1980: “... José Alvaro Moisés, Guillermo O’Donnell, Philippe Schmitter, Thomas Skidmore, Alfred Stepan, não deixaram de chamar atenção para essa continuidade da violência ilegal do Estado depois da suspensão da criminalização, da dissidência política que cessa” (PINHEIRO, 1991, p. 46). Em nossa avaliação, até mesmo a consideração de que foi suspensa a criminalização das dissidências parece passível de uma reinterpretação, se levarmos em conta, por exemplo, a violência policial e os processos judiciais movidos contra grevistas e militantes sindicais, muitas vezes vinculados ao Partido dos Trabalhadores, em diferentes ocasiões ao longo da década de 1980 (MARTINS, 2020).

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

(Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, uma “divisão especial da polícia militar famosa por ser responsável pela maioria das mortes de civis na região metropolitana de São Paulo”). Entretanto, para a autora, o sucesso parcial dessas políticas foi minado, tanto pela resistência interna policial quanto por opções feitas pelas gestões posteriores, de Orestes Quércia (1988-1992) e Luíz Antonio Fleury Filho (1991-1995), apoiados pelo fato de que “as decisões de Montoro e de sua equipe de tentar restabelecer o estado de direito e controlar a violência policial gozavam de pouco apoio popular” (CALDEIRA, 2011, p. 168). Tendo realizado entrevistas com secretários do governo Montoro (Miguel Reale Jr., Eduardo Augusto Muylaert Antunes e José Carlos Dias), Caldeira expõe:

Eles desprezaram a tarefa de impor um novo *modus operandi* à polícia como lenta e difícil, e mencionaram vários episódios de oposição e resistência. Reale Jr. e Muylaert reconheceram que o que fizeram foi muito menos do que pretendiam, mas mencionaram algumas mudanças importantes. Primeiro, a da atitude da polícia frente a greves e protestos políticos. Enquanto, no regime anterior, estes eram vistos como ameaçadores, daí em diante deveriam ser aceitos, e a polícia teve de aprender a ajudar na organização de manifestações, não na sua repressão (CALDEIRA, 2011, p. 165).

A autora não questiona a visão apresentada pelos secretários de Montoro, que contraria em grande medida as impressões sustentadas por segmentos de proa do sindicalismo paulista do período, em cujo entendimento “fazer greve fora da fábrica (...) [era] servir de saco de pancada da polícia” (FUNDO DE GREVE..., 1985, p. 47). O argumento de que havia resistência interna da corporação policial ao governo Montoro é bastante plausível, e encontramos ecos dessa desconfiança em falas de policiais registradas em relatórios militares da época⁷, mas essa mesma resistência torna ainda mais duvidoso que a polícia estivesse efetivamente empenhada em facilitar greves e manifestações, e não em reprimi-las. E, para além disso, devemos lembrar a opção do

7 Cf., por exemplo, o Informe nº 18/83/SI-EEAER, de 14 de dezembro de 1983, sobre “Reunião do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba”. No documento, um oficial de informações da Aeronáutica resume o que teria dito o “delegado representante da Polícia” na referida reunião. O policial expressara “o descontentamento reinante” no âmbito da corporação, em relação ao governo Montoro: “Os delegados vem sendo pressionados pelo Secretário de Justiça no sentido de evitar prisões, ainda que sejam em flagrante delito, evocando o que ele chama de ‘direitos humanos’ e já existem cerca de 450 delegados sendo processados por inobservância dessa determinação e por denúncias de bandidos. Em consequência, os delegados não estão empenhados em autuar mais nenhum bandido”. AN/RJ, Fundo CISA, BR_AN_BSB_VAZ_026A_0196, p. 1.

próprio governo Montoro pela criminalização de uma das mais importantes greves ocorridas durante sua gestão, a dos metalúrgicos da General Motors de São José dos Campos, entre abril e maio de 1985, exemplo de que mesmo para um governo que se pretendia democrático e de oposição aos militares, interessava conter determinadas manifestações do operariado (HORTA, 1993).

Embora seu estudo seja rigoroso e revelador, e inclusive antecipe algumas das preocupações que levantamos aqui, fato é que Caldeira trabalha com uma distinção radical entre a violência política e a violência policial “comum” – a autora não utiliza este adjetivo, mas caracteriza o primeiro tipo de violência como aquela que é empregada contra “adversários políticos”, enquanto o segundo corresponderia à violência que afeta “‘suspeitos’ (supostos criminosos), em sua maioria pobres e desproporcionalmente negros”, e insiste que essa violência (comum) seria “totalmente diferente daquela dos regimes militares no Cone Sul dos anos 60 aos anos 80 (...) que podem ser descritas como situações de grande violência política”. Ainda que a autora matize, na sequência, seu próprio argumento, é justamente ao fazê-lo que ela parece subscrever a tese do “recuo da repressão”:

Tem havido repressão e violência contra participantes de movimentos sociais, especialmente em áreas rurais (contra o Movimento dos Sem-Terra, por exemplo), mas *nada comparável ao que aconteceu durante os regimes militares na América Latina* (CALDEIRA, 2011, p. 158).

Não se trata, efetivamente, de *comparar* a magnitude das violências a que recorre cada regime, tampouco de ignorar as especificidades e a intensidade da repressão ditatorial, mas sim de reconhecer o signo também político da violência policial cotidiana (como Caldeira faz com grande perspicácia, em diversas passagens de seu livro, vale dizer), assim como de outras formas da repressão que, em geral, sequer são reconhecidas enquanto tal. Na raiz da distinção entre violência política e violência comum, parece estar um critério que diz respeito aos alvos: os membros das classes médias e altas, maioria entre aqueles que aderiram às organizações oposicionistas radicais dos anos 60 e 70, sofreriam a violência especificamente política, enquanto a violência policial comum seria aplicada sobre as “classes torturáveis”, conforme a

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

poderosa expressão de Pinheiro (1991, p. 48). Diante desse esquema interpretativo, o movimento sindical e o conjunto dos movimentos sociais ocupam uma posição limítrofe, uma vez que estão politicamente organizados e se manifestam como “adversários políticos” dos governos que empregam a repressão, muito embora sejam integrados por membros das classes trabalhadoras, habituadas à violência cotidiana e ao desrespeito a seus direitos individuais.

Pinheiro se utiliza do exemplo da repressão às revoltas militares nos anos 1920, em que os dispositivos repressivos desenvolvidos para lidar com o tenentismo (tais como o “estado de sítio”) rapidamente foram redirecionados para a repressão do movimento operário, para enfatizar que o autoritarismo não somente politiza a repressão (conferindo-lhe preocupações e um vocabulário nitidamente políticos), mas desata a violência policial contra as classes populares, favorecendo a repressão ilegal a criminosos comuns⁸ – uma prática arcaica, mas que, segundo o autor, se apresentaria de forma mais velada em períodos “democráticos” e ostensiva nos regimes ditatoriais. Nas palavras do autor:

O regime de exceção *stricto sensu* unifica a luta contra o crime comum e o crime político na ação policial, com a diferença que para o primeiro o exame judicial continua nulo e para o segundo o procedimento jurídico requer mais sofisticação. (...) [Mesmo após a transição] ... tanto a tortura como a eliminação de suspeitos e outras práticas rotineiras da “pedagogia do medo”, sistematicamente aplicadas às classes populares (invasões de domicílio, operações *sweeps* de limpeza das ruas, espancamentos, sequestros, assassinatos no campo, massacres), são toleradas. O discurso oficial, na maior parte das vezes, ostenta um repúdio retórico que não se traduz em nenhuma ação concreta, consagrando a impunidade para a violência ilegal. A saber, as mesmas práticas que durante o período autoritário suscitavam protestos, marchas, manifestações – quando os atingidos eram indivíduos provenientes das classes médias e da burguesia. Na atual transição, como em outros períodos passados de normalidade política, crê-se que, contra as classes populares e os criminosos, esses métodos,

8 Teresa Caldeira (2011, p. 148) também aponta, a partir da militarização das polícias, em 1969, justificada como uma das necessidades para o enfrentamento das organizações guerrilheiras, que “as mesmas táticas repressivas usadas contra adversários políticos foram depois estendidas à repressão ao crime, tratado como ‘inimigo interno’”.

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

repudiados durante a ditadura, podem sobreviver como plenamente justificados (PINHEIRO, 1991, pp. 50-51).

Entendemos que, parte da “sofisticação” necessária à repressão transicional, consistiu, justamente, no emprego de táticas como a da *aparente despolitização da repressão política*, isto é, a busca por escamotear o caráter político de práticas operárias e populares que se buscava criminalizar, associando-as a crimes comuns e obtendo, assim, o apagamento do caráter político da própria repressão. Parece evidente que o relativo sucesso dessa tática tenha conexões com o caráter pactuado da transição, que gerou um contexto descrito por Carlos Fico (2013, p. 247) como “uma fase de silêncio durante a qual não se falava da ditadura”. Na próxima seção, discutimos algumas abordagens do problema da repressão na transição, explorando vias de investigação que só puderam ser abertas quando este silêncio foi rompido, ainda que de maneira tardia e muito parcial.

III.

Embora as relações de cumplicidade entre empresariado e militares, tanto na articulação do golpe de 1964 quanto no desenvolvimento das políticas implementadas pelo governo ditatorial, tenham sido frequentemente denunciadas, o estudo da permanência dessas relações após a transição ainda é muito limitado. Mesmo com a instalação de uma Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011, que avançou na denúncia das responsabilidades compartilhadas sobre a repressão, atribuindo-a a uma “aliança empresarial-policial-militar”, em termos de políticas de justiça transicional e reparação, quase nada foi feito. O historiador Modesto Batista Neto (2017) discutiu o processo de formação, a atuação e as polêmicas em torno da CNV brasileira, situando-a em relação às comissões instauradas em outros países da América Latina. Para o autor, dentre todas estas experiências, a mais exitosa teria sido a da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, a CONADEP argentina (1983-4), “referência e exemplo

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

de transição democrática e trato com a história”; já as barreiras impostas à atuação da CNV, bem como a falta de apoio institucional para a implementação das recomendações expressas em seu Relatório, refletiriam as características da transição brasileira: “pactuada por cima entre as elites, fundada sobre acordos que garantiriam cobertura política e jurídica a agentes e sócios da ditadura” (BATISTA NETO, 2017, p. 30, 140).

No texto “Violações de Direitos Humanos dos Trabalhadores”, parte do segundo volume do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014), elaborado sob a responsabilidade de Rosa Maria Cardoso da Cunha com a colaboração de dez centrais sindicais, a repressão ao movimento operário é abordada segundo as “normas, doutrina e jurisprudência do Direito Internacional dos Direitos Humanos”. Os abusos e violências recuperados a partir de denúncias, depoimentos, audiências públicas e pesquisa sobre documentação escrita, são classificados a partir da distinção entre “*graves violações*” de direitos humanos e “*atos preparatórios*” para tais violações. Especialmente para os não iniciados no Direito, as fronteiras entre um ato preparatório e uma grave violação de Direitos Humanos podem parecer obscuras. Em detrimento das especificidades de cada tipo de violência, o texto opta por ressaltar sempre a conexão essencial entre eles, posto que “violações cotidianas quase sempre funcionaram como atos preparatórios para ações mais graves”:

A continuada negação de direitos da classe trabalhadora, mesmo não podendo ser caracterizada como grave violação, de acordo com o direito internacional dos direitos humanos e o direito humanitário, foi relevante em si mesma, provocando riscos à sua vida e saúde e correspondendo a crimes até hoje previstos em nossa legislação comum, como os de ameaça, constrangimento ilegal, dano, violência arbitrária, abuso de poder, crimes contra a organização de trabalho, assédio moral, etc. (BRASIL, 2014, p. 64-65).

A continuidade entre as diferentes modalidades de ação repressiva é reforçada pelo texto, por exemplo, no que se refere às intervenções estatais em sindicatos, comuns logo após o golpe de 1964 e reutilizadas no momento do ascenso operário de fins da década seguinte. Embora as intervenções politicamente motivadas nas entidades

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

sindicais não possam, de acordo com o direito internacional dos direitos humanos, ser consideradas violações, o Relatório registra que elas “funcionaram como contexto e preparação para prisões ilegais e arbitrárias, as quais constituíram graves violações”. Além das intervenções, a lista de “atos preparatórios”, “violências cotidianas” praticadas contra a classe trabalhadora durante a ditadura civil-militar, inclui ainda: *invasões de sedes sindicais e locais de trabalho, apreensão e destruição de documentos, cassações de lideranças, demissões de trabalhadores e repressão às greves*. Já os crimes denunciados pelo Relatório como “graves violações de direitos humanos cometidas contra os trabalhadores”, embora praticados sob formas e extensões das mais diversas, corresponderiam principalmente aos seguintes: *prisão ilegal e arbitrária; tortura; violação sexual; execução; assassinato; massacre; desaparecimento forçado; ocultação de cadáveres* (BRASIL, 2014, p. 64, 71).

É grande, portanto, a convergência entre as definições apresentadas pelo Relatório quanto às modalidades e à extensão da repressão praticada a partir do golpe de 1964 e as noções sobre o mesmo tema que têm sido construídas pela historiografia, sobretudo a mais recente. Parece-nos que tanto o discurso amparado nos direitos humanos quanto a investigação histórica têm se esforçado por ampliar o escopo de práticas a serem escrutinadas quando se trata de compreender a violência política, especialmente quando praticada por agentes estatais, ou com a sua colaboração (JOFFILY, 2014).

A abordagem que pretendemos dar ao problema da repressão no período da chamada “transição política”, conquanto recorra à identificação destas práticas, visa dar conta de *situações repressivas*, e não apenas dos *atos repressivos* propriamente ditos, mais facilmente reconhecidos. Para destacar determinados efeitos da repressão, não é suficiente ressaltar a conexão entre os episódios cotidianos de violência e negação de direitos e aqueles eventos mais graves, que muitas vezes foram (convenientemente) reconhecidos como “excessos” pelas próprias autoridades e que estavam tipificados como crime inclusive perante as legislações de exceção. É preciso atentar também para outros fenômenos, mais sutis, que decorrem da situação repressiva, como a *estigmatização* dos perseguidos políticos, submetidos a toda uma série de privações e

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

violências que ecoam atos repressivos prévios e que geram, quer pela experiência, quer pelo exemplo (aos demais), *efeitos de desmobilização*. Outro aspecto das situações repressivas diz respeito à *potencialidade* da repressão, amplificada por uma série de expedientes de controle, episódicos ou permanentes, tais como a vigilância, mais ou menos ostensiva, que aumentam os custos atrelados à manifestação de atitudes de dissenso, ao mesmo tempo em que fragilizam a organização e os laços coletivos dos que a atravessam.

O próprio Relatório da CNV percebe e indica a longa duração de alguns dos efeitos da repressão sobre o conjunto dos trabalhadores, distinguindo-a da violência e da repressão “pontuais” (“dirigidas às lideranças, consideradas alvos centrais a serem liquidados, mas também àqueles que manifestavam maior combatividade”), nomeando alguns de seus mecanismos e localizando, acertadamente, no âmbito da fábrica, um dos espaços de realização da violência e de sustentação do poder ditatorial (BRASIL, 2014, p. 71).⁹ Mas, por conta de sua construção amparada principalmente no discurso dos direitos humanos, o documento opta por denunciar de maneira mais detalhada as graves violações e seus mais nítidos atos preparatórios. E é difícil proceder de outro modo, uma vez que as formas mais cotidianas e generalizadas de violência atingiram milhares de trabalhadores. Por serem muitos os seus alvos, escapam-nos os nomes, as trajetórias, as percepções daqueles trabalhadores que tiveram experiências marcadas pela repressão, como escapam as ações que desenvolveram para superá-la, suas repostas. Diante desse cenário, resulta evidente o quanto oportunas podem ser as abordagens localizadas e contextualizadas do problema, visando exatamente a recuperação histórica de experiências particulares, dos discursos que sobre elas se produziram e dos sentidos articulados em torno delas por sujeitos diversos.

9 “Em situações de greve e enfrentamento, todos os envolvidos foram, certamente, atingidos pela mão pesada da ditadura fabril-governamental. As lideranças eram visadas tanto pela burocracia sindical quanto pela patronal, o que tornava sua atuação muito difícil. Eram frequentes os casos de militantes identificados pelos ‘pelegos’ do sindicato em uma determinada fábrica e denunciados aos patrões, sendo demitidos em seguida. Muitos tinham presença tão destacada nas listas sujas que não conseguiam mais emprego pelo resto da vida, sendo obrigados a mudar-se de cidade e mesmo de estado. Além de presos, fichados e estigmatizados como ‘subversivos’, os líderes, quando respondiam a inquérito policial em liberdade, eram obrigados a comparecer periodicamente ao DOPS, para controle” (BRASIL, 2014, p. 71).

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

IV.

O avanço do regime de exploração fabril ao longo da ditadura foi discutido de maneira contundente, entre outros autores, por Laís Abramo (1999), em seu livro *O Resgate da Dignidade*. Abramo trata, sobretudo, da greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1978, mas, ao fazê-lo, destaca importantes aspectos da “dilapidação da força de trabalho”, existentes, com relevantes particularidades locais, em outros polos industriais brasileiros, e que seguiram operando e, em muitos casos, se intensificando ao longo da década de 1980.¹⁰ Entre os elementos considerados marcantes pela autora em sua análise da vivência das condições de trabalho, destacam-se as perdas salariais, a rotatividade no emprego, a intensificação do ritmo de trabalho, a ampliação das jornadas e ainda a “onipotência e impunidade da autoridade interna”¹¹. Todos estes aspectos, e talvez, principalmente o último, caracterizavam um regime que

¹⁰ Essa afirmação decorre de uma hipótese que sustentamos e que se afasta da leitura proposta por Laís Abramo na referida obra. Isto porque a autora afirma que durante o período que estudou, que se encerra em 1979, a situação do conflito fabril se alterou sensivelmente em favor dos trabalhadores, já que os aspectos “negativos e dilapidadores” da força de trabalho teriam se retraído em relação ao começo da década de 1970, “marcada pelo *auge repressivo* da ditadura militar e do processo de debilitação do poder sindical. No entanto, o acúmulo de lutas e experiências localizadas e parciais no interior das empresas, aliado à intensificação da atuação sindical em um quadro de ampliação da resistência democrática no conjunto da sociedade” motivariam uma gradual mudança da situação, resultando nas greves de 1978 (ABRAMO, 1999, p. 67. Grifo meu). A resistência operária e o avanço da atuação sindical, contudo, não conduziram a uma contenção prolongada ou ao fim do “despotismo fabril”, e alteraram apenas conjunturalmente a correlação de forças da situação repressiva instaurada nas fábricas, que voltaria a se intensificar na década de 1980, especialmente em sua segunda metade. Na apresentação do livro, escrita para a edição de 1999, a autora sustenta que “em meio a um prolongado e contraditório processo de transição e consolidação democrática”, o movimento sindical lograra, “apesar das muitas dificuldades”, “projetar-se como um sujeito na cena pública e ser reconhecido como interlocutor em muitos espaços, de maneira talvez inédita na história brasileira”. (p. 25) Sem negar a validade de sua interpretação, podemos argumentar que o reconhecimento de determinados segmentos do movimento sindical como interlocutores legítimos (vale destacar, reconhecimento, também, por parte das elites políticas tradicionais) se deveu não somente ao “resgate da dignidade” promovido em 1978, mas, mais fundamentalmente, a uma *revisão estratégica* e ao *abandono de determinadas táticas* cujo uso ocasionou dura repressão ao longo dos anos 1980 e que foram praticamente descartadas pelo movimento sindical na década seguinte.

¹¹ “Onipotentes e confiantes na sua impunidade, os chefes tratavam os trabalhadores com brutalidade e desrespeito, tentando controlá-los nos mínimos detalhes, incluindo suas conversas e idas ao banheiro. Os operários eram culpados por qualquer falha que porventura ocorresse e punidos com cartas de advertência, suspensão ou demissão por ‘justa causa’. Os chefes exerciam também uma permanente vigilância contra qualquer tentativa de resistência por parte dos trabalhadores” (ABRAMO, 1999, p. 65).

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

Abramo definiu como “despotismo fabril”, cujas consequências para o operariado eram funestas:

Os trabalhadores foram assim, durante todos aqueles anos, desvalorizados, intimidados, humilhados e sistematicamente desrespeitados em sua dignidade profissional e humana. Durante muito tempo, isso dificultou o surgimento de atitudes mais positivas de luta, pois estava sempre presente o medo de ser punido, despedido, de procurar o companheiro [para falar sobre as condições de trabalho, questões políticas, ou qualquer outra conversa que pudesse tornar seus participantes visados pela empresa como possíveis ativistas ou “agitadores”]. Por outro lado, esse desrespeito e desconsideração sistemáticos eram fonte de grande e permanente tensão. Não foram raros os casos em que os operários, revoltados e desesperados por causa das condições de trabalho (...) e da constante vigilância e agressão dos chefes, (...) [reagiram], às vezes violentamente: brigas, facadas, casos de “loucura”, assassinatos ou suicídios foram, muitas vezes, o resultado desse processo (ABRAMO, 1999, p. 65).

O cenário de “permanente tensão” no interior das fábricas, recuperado por Abramo, pode muito bem ser descrito como uma *situação repressiva*, visto que nela coexistem a violência sistemática e a violência potencial, que se reforçam mutuamente, no sentido de impedir “o surgimento de atitudes mais positivas de luta”. São justamente os comportamentos que expressam tais atitudes os mais visados pelos atos repressivos, mas a situação exerce efeitos de dissuasão e desorganização sobre todos os que a atravessam. Cabe considerar ainda que a situação repressiva, embora se apoie em elementos praticamente universais nos ambientes de trabalho, como a presença de hierarquia e de autoridade, não decorre imediatamente deles; é preciso que existam também a *garantia de impunidade* no exercício abusivo do poder (um “despotismo”, conforme Abramo) e um *ethos persecutório*, que confere à repressão um caráter que é, antes de mais nada, preventivo. Numa situação repressiva, os agentes da repressão sabem de antemão (porque determinam) quem são os infratores e quais infrações cometerão. O “subversivo”, o “ativista” ou o “agitador”, precisa ser vigiado, afinal, se

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

apresenta determinada opinião, comportamento, filiação política ou preferência ideológica, é certo que está apenas esperando uma oportunidade para “manipular” seus colegas, os “inocentes úteis”, e promover a “desordem”. Essa lógica resulta numa situação em que, como se vê, o criminoso político existe antes do crime.¹²

A adesão massiva às greves a partir de 1978 não pode ser compreendida sem que levemos em conta o achatamento dos salários, o agravamento das condições de vida e a dilapidação da força de trabalho decorrente da intensificação do ritmo e da extensão das jornadas de trabalho, aliados ao regime de despotismo fabril. A crise de legitimidade da ditadura, da qual se afastavam politicamente segmentos do próprio empresariado, somada à postura mais combativa assumida por algumas direções e oposições sindicais, fez com que essa situação pudesse finalmente explodir na forma do movimento grevista, que desafiava a legislação vigente e que não podia ser simplesmente sufocado – embora pudesse ser reprimido, com o recurso à violência policial e à legislação de exceção. Com as comunidades de segurança e informação ainda em funcionamento e o despotismo fabril em plena vigência, parece-nos difícil argumentar que a eclosão do movimento grevista de 1978 tenha efetivamente surpreendido Estado e empresariado, embora seja certo que nem eles e nem os trabalhadores poderiam então prever seu alcance e consequências. Em todo caso, de 1979 em diante, as greves se generalizariam, envolvendo cada vez mais localidades e setores de trabalhadores. Mas, nem sua evolução, nem sua recorrência fizeram o conflito trabalhista ser encarado pelas empresas ou pelos governos com normalidade, como componente inescapável de um regime democrático. Pelo contrário, trataram de conjugar punições exemplares e repressão preventiva para impor limites apenas

¹² “... o significado último de ‘guerra à subversão’, ‘valores ocidentais’, ‘segurança nacional’ e ‘crime político’ não existe por si intemporal e naturalmente flutuando no ar na expectativa de um chamado determinado por convulsões sociais. São figuras expressivas dos interesses concretos – ideológicos e econômicos – de uma classe que detém o poder, inclusive o de legislar em nome do social genérico o que é apenas de seu interesse particular. São eles que definem o que consistirá o interesse público, a ordem social econômica e os perigos que poderão atingi-los. Eles serão as autoridades que pensarão, a seu modo, a paz e o bem-estar social e a harmonia de classes (caso aceitem que elas existem). Eles criarão os instrumentos de defesa dessa ordem, os braços armados de todo tipo que em suposto nome de todos servem fervorosamente a poucos” (MOSCATELLI, 1982, p. 118-119).

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

aparentemente democráticos a um movimento que precisava ser contido para que não interferisse demasiado sobre o caráter da transição pactuada em curso.

Como discutimos anteriormente, os maiores níveis de tolerância à expressão de demandas trabalhistas na década de 1980 tenderam a ser confundidos com a ausência de repressão estatal. Mas até mesmo aqueles que tiveram uma visão relativamente otimista do processo de abertura, como Sérgio Murilo F. de Oliveira (1987), geralmente perceberam a permanência e a ampliação de certos expedientes no âmbito das relações trabalhistas e no próprio cotidiano das fábricas, sobretudo quando esses autores se atentaram ao que expressava, já naquele contexto, a ala do movimento sindical que, tendo tomado a dianteira das greves, sentiu na pele tanto as “sutilezas” quanto a contundência da repressão:

... apesar de aparecerem condições mais favoráveis para o movimento operário, através, principalmente, da *suspensão da repressão estatal*, isso não reduziu o poder dos empresários. Segundo Lula, “com a polícia nos calcanhares dos grevistas e sindicatos sob intervenção, a população naturalmente solidarizava-se com os trabalhadores. A situação mudou (...), há mais demissões e mais medidas repressivas por parte das empresas”. Ele acusa o governo de se aliar aos empresários para derrotar os trabalhadores e vê na intransigência dos primeiros uma ação para enfraquecer os sindicatos. “As empresas têm tomado outras atitudes, como fechar o restaurante e cortar água dentro da indústria, que são *medidas menos repressivas dentro da visão da sociedade, mas muito mais repressivas do ponto de vista da relação do trabalho e do capital*” (OLIVEIRA, 1987, p. 36).

Ainda parece haver muito terreno a percorrer, quando se trata de estudar os métodos, as responsabilidades e os interesses a que atendiam as práticas repressivas predominantes durante a transição política. Embora sejam muitas as possibilidades de abordagem de tais temáticas, parece-nos especialmente necessário empreender estudos que levem em conta as percepções das classes trabalhadoras quanto a tais práticas e suas consequências, bem como as respostas, individuais e coletivas, elaboradas pelas pessoas que as reconheceram ou enfrentaram. Nessa empreitada,

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

para além da evidente utilidade dos métodos e preocupações da história oral, cabe destacar também o potencial das fontes policiais em permitir a identificação de personagens e a recuperação das trajetórias de trabalhadores que se viram às voltas com a repressão.

Além disso, as pesquisas a partir dos acervos dos organismos de repressão tem demonstrado que alguns dos expedientes que configuram a aliança empresarial-estatal para a repressão, entre eles a troca de informações e documentos entre empresas e aparelho repressivo, foram recorrentes e praticamente contínuos, vigorando antes mesmo do último período ditatorial – e persistindo além dele. Antonio Luigi Negro, durante a pesquisa que resultou em seu livro *Linhas de Montagem*, identificou no acervo do DOPS de São Paulo, um ofício da Delegacia Seccional de Polícia do ABCD para o Diretor-geral de polícia do DOPS, de 12/11/1969, relatando reunião entre membros do Exército, Polícia Militar e representantes de empresas, que formavam um “Grupo de Trabalho”, subordinado a um “Centro” (NEGRO, 2009). Pouco após o Golpe de 1964, passara a operar, também na região de São Bernardo do Campo, o “Grupo Diógenes”, uma entidade interempresarial que congregava diretores de Recursos Humanos de indústrias metalúrgicas da região, acusada pelo movimento operário de ter responsabilidade na elaboração das “listas negras” que dificultavam a obtenção de empregos por participantes do movimento sindical (*Isto É*, 19/06/1985, p. 36). Nos mesmos moldes, porém, no período final da ditadura militar, funcionou o Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba (CECOSE/VP), que a partir de 1983, congregou chefes de segurança de empresas e representantes das Forças Armadas na região para discutir a situação política das fábricas e compartilhar informações sobre trabalhadores que, por conta de sua militância política, deveriam ser monitorados e/ou demitidos.¹³ Documentação do Departamento de Comunicação Social (DCS) da Polícia

¹³ A denúncia das atividades do CECOSE/VP foi incorporada ao Relatório da CNV, amparada, sobretudo, em documentação oriunda de acervos da Aeronáutica, disponíveis para consulta no Arquivo Nacional e identificados graças aos esforços da Comissão da Verdade dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (CVM/SJC), instituída pelo sindicato da categoria em 2013. Cf. BRASIL, 2014, p. 66.

Civil paulista, recolhida pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), demonstra que o CECOSE esteve em operação pelo menos até o ano de 1991.¹⁴

A publicização de partes consideráveis dos acervos das polícias políticas e da “comunidade de informações” tem ajudado a evidenciar, por exemplo, o protagonismo exercido por empresas privadas no desenvolvimento de alguns expedientes repressivos. Graças à documentação sobre o CECOSE/VP, sabemos que ao menos a Volkswagen e a Villares realizavam seus próprios operativos de inteligência, ou seja, levantavam informações sobre o movimento operário, não apenas no interior de suas próprias instalações, mas fora delas e em diferentes regiões do estado de São Paulo. Essas informações eram sistematizadas pelas equipes de segurança dessas empresas em “Relatórios Informativos” (Villares) ou “Lembretes” (Volkswagen) que eram apresentados aos militares e demais chefes de segurança, diretamente ou através do CECOSE.¹⁵

Marcelo Carvalho Silva (2018) conduziu uma pesquisa bastante sistemática a respeito da normalização da violência contra os trabalhadores no âmbito da Volkswagen do Brasil no período ditatorial, destacando, em meio a diversos tipos de violência, as práticas do serviço de Segurança Industrial da empresa, cuja própria estrutura fora planejada, no fim da década de 1950, por um general da reserva, Alcides Carneiro de Castro e Silva, de modo que, antes mesmo do golpe de 1964, a Volkswagen brasileira “já contava com militares no seu quadro de segurança”. Carvalho Silva demonstra que, no caso da montadora, o rol de preocupações das equipes de segurança incluíam “todo o controle a respeito da mobilização sindical”, estendendo-se “desde a distribuição de jornais e informativos até a vigilância nas assembleias e reuniões do sindicato fora da empresa” (SILVA, 2018, p. 293-303). Tanto a composição, permeada por militares, quanto as práticas antissindicais permaneciam comuns entre os serviços de segurança

¹⁴ APESE. Fundo DCS, Dossiê 17-S-36, Pasta 6.

¹⁵ “Lembretes”. Anexo da Info. nº 042/SIS/EEAer/83, de 18 de julho de 1983. Arquivo Nacional/RJ, Fundo CISA. (BR_AN_BSB_VAZ_026A_0194) p. 3-10; “Relatório Informativo de Segurança Patrimonial”. Anexo da Info. nº 067/84-AI/CTA, de 19 de junho de 1984. Arquivo Nacional/RJ, Fundo CISA. (BR_AN_BSB_VAZ_049_0117) p. 2-35.

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

industrial da década de 1980, tal como demonstrado, uma vez mais, pelo CECOSE/VP (MARTINS, 2018).

Outro exemplo contundente dos vínculos entre funcionários de grandes empresas e aparelho repressivo foi apresentado na reportagem de Janaína César, Pedro Grossi, Alessia Cerantola e Leandro Demori publicada pelo *The Intercept Brasil* em fevereiro de 2019, tratando, entre outros temas, da colaboração entre militares e a “Divisão de Segurança e Informações” da Fiat, montadora italiana instalada em Betim (MG), para “fichar funcionários e negociar seus destinos com a ditadura”, o que auxiliava a empresa a conter os movimentos grevistas a ponto de eclodirem na planta mineira em fins da década de 1970. A equipe de segurança da empresa era chefiada pelo Coronel Joffre Mario Klein, que, de acordo com a reportagem, foi recomendado ao presidente da Fiat no Brasil pelo SNI. Embora Klein tivesse formação militar e treinamento prévio na área de inteligência, foi na sede da matriz italiana, em Turim, que o chefe de segurança se familiarizou com os métodos de espionagem sobre os trabalhadores que, mais tarde, aplicou na unidade brasileira da Fiat.

Apesar dessas evidências, e mesmo diante do Relatório e das recomendações da CNV, as empresas envolvidas com a repressão não foram chamadas a prestar contas. Somente em 2017 a matriz alemã da Volkswagen admitiu ter se beneficiado das medidas impostas pelo regime ditatorial brasileiro, bem como a cooperação entre funcionários de sua segurança interna e militares para facilitar a prisão de alguns de seus empregados. A ausência de medidas de justiça transicional relacionadas a estes casos, mesmo depois de constatadas a amplitude e a sistematicidade das violações de direitos cometidas com a participação de empresas, é uma das decorrências mais nítidas da transição pactuada no Brasil, que teve na anistia de 1979 um de seus fundamentos jamais revistos.¹⁶

¹⁶ O contraste com o caso argentino é, outra vez, gritante. Os estudos acerca da responsabilidade empresarial sobre a repressão, aliados à contínua militância dos trabalhadores perseguidos, contribuíram para que, após um longo período em que o tema foi tratado como tabu, alguns desses casos fossem levados aos tribunais argentinos. Depois de um processo travado por mais de quinze anos, em fins de 2018, três diretores da Ford Argentina, entre eles, o chefe de segurança da planta, foram condenados

No contexto da transição brasileira, a interlocução privilegiada entre empresas e aparelhos de segurança do Estado, seguramente, favoreceu as rápidas respostas policiais aos chamados patronais para a contenção de piquetes e o desbaratamento de movimentos grevistas. A isto, somava-se a vigilância continuada dos organismos de inteligência policiais e militares sobre sindicatos e partidos oposicionistas, bem como um discurso, elaborado pela grande imprensa, por entidades empresariais como a FIESP e por autoridades militares, segundo o qual as greves visavam a desestabilização da Nova República, razão pela qual eram demandadas medidas mais duras do poder público para sua contenção. Na sequência das greves de abril de 1985, quando os trabalhadores organizados demonstraram sua rejeição ao “Pacto Social” pelo qual clamava o governo Sarney, o Chefe do SNI, General Ivan Mendes reuniu-se com o governador Franco Montoro para discutir o tema. Ainda no Palácio dos Bandeirantes, Mendes deu à imprensa a seguinte declaração:

Se os governos estaduais perderem o controle da ordem pública, as greves poderão minar a Nova República. O governo tem dado uma demonstração de tolerância, porque há aspectos formais das leis vigentes, sobretudo das leis referentes a greves, que o governo tem tolerado elas não serem seguidas, não serem obedecidas integralmente. E esperamos que essa tolerância, na aplicação da lei, enquanto estamos nessa fase de transição, seja compreendida e não afete e não abale os alicerces da sociedade e da ordem pública (*Valeparaibano*, 21/5/1985. p. 8).

O governo federal adotou postura semelhante diante da bárbara invasão do Exército à CSN em 1988, ocasião da morte de três grevistas. Em seu pronunciamento oficial, Paulo Brossard, Ministro da Justiça de Sarney, alegou que “grevistas e pessoas estranhas à própria cidade” de Volta Redonda se haviam apossado das instalações da

como participantes de operações que resultaram em prisões ilegais e tortura contra operários da empresa, inclusive dentro de suas instalações. Sobre a repressão na Ford e em outros 24 estabelecimentos empresariais, ver *ÁREA DE ECONOMÍA Y TECNOLOGÍA DE FLACSO et al*, 2015.

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

usina e agido com violência contra a “força destinada a proteger o patrimônio nacional representado por aquele complexo de bens”. Prosseguia o ministro:

O resultado da exacerbação, da alucinada exacerbação provocada em Volta Redonda foi um passivo de mortes e de feridos, fato profundamente lamentável. Não há quem ignore, porém, que existem os setores extremados que andam à cata de mortos para facilitar a sua ação antidemocrática, porque um cadáver é um importante elemento de combustão psicológica e social. (...) O governo foi de extrema tolerância no período da transição e tem sido na fase de adaptação à nova ordem constitucional. Tão grande tem sido esta tolerância que chega a ser confundida com fraqueza. Pois bem. A despeito de sua tolerância, o governo não poderá tolerar e não tolerará, em hipótese alguma, que os abusos de grupos enraivecidos venham a prevalecer (*Folha de S. Paulo*, 11/11/1988. p. B-3).

A fala de Brossard ecoava nitidamente os discursos ditatoriais, segundo os quais a repressão estatal destinava-se tão somente à contenção da violência provocada por “grupos enraivecidos”. Muito embora os contingentes grevistas crescessem a cada ano no Brasil da década de 1980, governos e empresas insistiam em atribuir o protesto operário à ação de minorias politicamente interessadas, e assim, justificavam-se a retaliação patronal, os processos criminais e a violência estatal empregada contra o movimento operário.¹⁷ Interessava à aliança empresarial-estatal a deslegitimação do chamado “sindicalismo combativo” ou “de confronto”, cujo principal bastião era a Central Única dos Trabalhadores, fundada em 1983 e hegemônica pelo Partido dos Trabalhadores. Enquanto a redemocratização abria ao partido caminhos institucionais, através da eleição de parlamentares e prefeitos, a repressão fechava as portas ao protesto operário e às ações diretas que haviam dado, ao partido e à central, parte

¹⁷ Embora escape à alçada deste artigo o tratamento da repressão ocorrida nas áreas rurais do Brasil no mesmo período, não poderíamos deixar de mencionar que a magnitude desse fenômeno foi ainda mais pronunciada que nas áreas urbanas, e que a letalidade da repressão no campo, evidenciada nos emblemáticos episódios do Massacre de Serra Pelada (dezembro de 1987), do assassinato de Chico Mendes (dezembro de 1988) e do Massacre de Eldorado dos Carajás (abril de 1996), foi uma das características mais marcantes da persistência da violência empresarial-estatal (entendidos os grandes proprietários de terra como um ramo particular do empresariado, o capital agrário) no contexto da “Nova República”.

importante de seu fôlego inicial. Ao estudar a repressão à ocupação de 1988 na CSN e sua repercussão junto ao movimento sindical local, Edilson Graciolli (2007, p. 12) percebeu que o “refluxo que a CUT viveu em sua dimensão programática e de prática classista” remontava justamente àquele período, algo que se havia refletido “no tímido apoio que a central deu à greve de novembro daquele ano na CSN”.

À guisa de conclusão, resta afirmar que as dificuldades em implementar políticas de justiça e reparação, ou mesmo a ausência de iniciativas neste sentido, assim como a reticência empresarial em reconhecer suas responsabilidades e seu envolvimento com a repressão, se relacionam com o fato de que muitas das práticas que caracterizam tais responsabilidades, como as demissões políticas, o assédio moral, a criminalização de greves e manifestações, as intervenções em sindicatos e as prisões arbitrárias, “para averiguação”, de grevistas, sindicalistas e militantes de oposição, estiveram plenamente incorporadas ao repertório repressivo utilizado contra o movimento operário brasileiro ao longo da década de 1980, muito embora sejam, todas elas, evidentes constrangimentos ao exercício pleno dos direitos democráticos. A desarticulação desse repertório, que ainda está longe de ser concluída, conquanto necessária, só poderá suscitar resistências por parte daqueles que se beneficiam de uma democracia precária.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade: Greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.
- ÁREA DE ECONOMÍA Y TECNOLOGÍA DE FLACSO; Centro de Estudios Legales y Sociales – CELS; Programa Verdad y Justicia – Secretaría de Derechos Humanos del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. *Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad: represión a trabajadores en el Terrorismo de Estado*. Buenos Aires: Infojus, 2015. 2 Vol.
- BATISTA NETO, Modesto Cornélio. *A Democracia no Brasil: Comissão Nacional da Verdade e a construção democrática*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. 3 Vol.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2011.

Martins, *Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República*

- CARVALHO, Aloysio. A. C. *O Governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)*. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, 1989.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. *A Volta aos Quartéis: A memória militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. "Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador". *Topoi*, vol. 14, nº 27, jul.-dez. 2013. pp. 239-261.
- FUNDO DE GREVE dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Santa Branca. *Ação e Razão dos Trabalhadores da General Motors*. Coord. e Montagem do texto: Moacyr P. Silva. São José dos Campos: FGMSJCR, 1985.
- GONÇALVES, Francisco Luiz Salles. "A evolução dos acordos e conflitos coletivos no período recente do sindicalismo brasileiro (1977-1993)". In: OLIVEIRA, Carlos Alonso de (Org.). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994. pp. 267-287.
- GRACIOLLI, Edilson José. *Privatização da CSN: da luta de classes à parceria*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. *Um caldeirão chamado CSN: Resistência operária e violência na greve em 1988*. 2ª edição. Uberlândia: EDUFU, 2009.
- HORTA, Celso. *A greve da GM*. São Paulo: Página Aberta, 1993.
- JOFFILY, Mariana. "O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento". In AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 158-171.
- LAMOUNIER, Bolívar; FARIA, José Eduardo. (Orgs.) *O Futuro da Abertura: um debate*. São Paulo: Cortez, IDESP, 1981.
- MARTINS, Richard de Oliveira. "O Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba (CECOSE/VP): Cumplicidade patronal-militar na 'redemocratização'". *Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*. Guarulhos/SP, UNIFESP, 2018.
- _____. "['Nuevo Sindicalismo' y Represión Judicial en el Brasil de la 'apertura': las huelgas metalúrgicas en São Bernardo do Campo y São José dos Campos \(1980-85\)](#)". *Páginas*. Revista Digital de la Escuela de Historia. vol. 12, nº 28. Universidad Nacional de Rosario, 2020.
- MOSCATELLI, Luigi. *Política da Repressão: Força e Poder de uma Justiça de Classe*. Rio de Janeiro: Achiamé/SOCII, 1982.

- NEGRO, Antonio Luigi. “‘Servir ao povo de todo o coração’: mulheres militantes e mulheres operárias no ABC na década de 1970” in SANTOS; TELES; TELES. (Orgs.) *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. 2 vol. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. v.1, pp. 84-109.
- OLIVEIRA, Sérgio Murilo Ferreira de. “Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar”. *Revista de Administração Pública*, vol. 2, nº 21. Rio de Janeiro: Abr.- jun. 1987. pp. 24-36.
- PEREIRA, Carlindo Marques. *O Massacre de Ipatinga*. 2ª edição. São Bernardo do Campo: Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1985.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Autoritarismo e transição”. *Revista USP*, nº 9, mar.-abr.-maio 1991. pp. 45-56.
- POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o comitê Central do PC do B – São Paulo*, 1976. 3ª edição rev. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo: Ática, 1994.
- SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. *As práticas de normalização da violência operacionalizadas pela Volkswagen do Brasil na ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Administração). Rio de Janeiro, PUC-RJ, 2018.
- SKIDMORE, Thomas. “A lenta via brasileira para a democratização” In: STEPAN, Alfred (Ed.). *Democratizando o Brasil*. Trad. Ana Luíza Pinheiro et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. pp. 27-82.
- VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. *Volta Redonda, entre o Aço e as Armas*. Petrópolis: Vozes, 1990.

Data de Submissão: 01/06/2020

Data da Avaliação: 10/06/2020

ENTRE AUTORITARISMO, HISTÓRIA E DIREITO – UM ESTUDO SOBRE A GREVE DOS METALÚRGICOS DO ABC DE 1980

Fernando Henrique Lopes Honorato¹


184

Resumo. O artigo problematiza o papel do direito penal e do trabalho na greve dos metalúrgicos do ABC de 1980. A partir da análise de um processo judicial de dissídio coletivo de greve, procuramos reconstituir o contexto político do Brasil no final da ditadura, desvelando as relações entre autoritarismo e direito. As estruturas do sistema de justiça foram utilizadas pelos empresários e pelo governo militar para desacelerar o tempo de mudanças galvanizadas pela greve. A preparação das reivindicações pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo constituiu-se em um processo de aprendizagem de práticas democráticas. Os documentos do processo revelam os passos das negociações frustradas e as estratégias adotadas pelos empresários para emparedar o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo em uma estratégia de tudo ou nada. Os empresários não queriam impedir a greve. Muito pelo contrário. Eles distenderam ao máximo as clivagens com os trabalhadores, contando com a declaração da greve para acionar o aparato judicial e dismantelar não apenas o movimento paredista, mas a própria organização sindical, com a prisão dos seus principais líderes. Os fundamentos jurídicos utilizados tanto pelos empresários, como pelos trabalhadores, por meio de suas respectivas assessorias jurídicas revelam como a greve, enquanto situação-limite entre direito e política, pode ser uma importante chave de leitura para a compreensão dos conflitos decorrentes da luta por direitos e democracia.

Palavras-chave: Empresários. Ditadura. Greve. Autoritarismo. Direito.

BETWEEN AUTHORITARIANISM, HISTORY, AND LAW – AN ESSAY ON THE ABC 1980 METALWORKERS’ STRIKE

Abstract. This research fills the blank of the criminal and labor law role in the context of the metalworkers' strike of the industrial belt, known as ABC Paulista in 1980. The paper analyses Brazil's dictatorship twilight throughout one specific work class action suited against Metalworkers Union. It unveils the relationship between authoritarianism and law. Entrepreneurs, the military government, and the judicial system were together to slow down the time changing

¹ Defensor Público do Distrito Federal, Doutorando em Direito, Estado e Constituição, Universidade de Brasília – UnB.  <https://orcid.org/0000-0002-5738-583>. E-mail: fhlonorato@gmail.com

galvanized by the strike. Nevertheless, there were the seeds of democracy. The clues of the process show the strategy of the businessmen to block São Bernardo do Campo Metalworkers Union playing all or nothing game. Their wish was not only stopping the strike but also shut down all New Unionism movement and the imprisonment of its main leaders. A strike is a verge situation both political and juridical point of view. Thus it is a fruitful tool to understanding struggles for rights and democracy.

Keywords: Entrepreneurs. Dictatorship. Strike. Authoritarianism. Law.

**ENTRE EL AUTORITARISMO, LA HISTORIA Y LA LEY: UN ENSAYO
SOBRE LA HUELGA DE LOS TRABAJADORES METALÚRGICOS DE ABC
EN 1980**

Resumen.

Esta investigación problematiza el papel de la ley penal y laboral en el contexto de la huelga de trabajadores metalúrgicos del cinturón industrial, conocida como ABC Paulista en 1980. Basado en el análisis de un proceso judicial, buscamos reconstruir el contexto político de Brasil al final de la dictadura, revelando las relaciones entre autoritarismo y derecho. Los empresarios, el gobierno militar y el sistema judicial se unieron para frenar el cambio de tiempo galvanizado por la huelga. Los empresarios y el gobierno militar utilizaron las estructuras del sistema de justicia para frenar el tiempo de los cambios impulsados por la huelga. Sin embargo, estaban las semillas de la democracia. Los documentos del proceso revelan los pasos de las frustradas negociaciones y las estrategias adoptadas por los empresarios para bloquear la Unión de Trabajadores Metalúrgicos de São Bernardo en una estrategia de todo o nada. Su deseo no era solo detener la huelga, sino también cerrar todos los movimientos del nuevo sindicalismo y el encarcelamiento de sus principales líderes. La huelga es una situación límite tanto desde el punto de vista político como jurídico. Por lo tanto, es una clave importante para comprender los conflictos derivados de la lucha por los derechos. y democracia.

Palabras clave: Empresarios. Dictadura. Huelga. Autoritarismo. Derecho.

Introdução

O que vamos propor neste artigo é uma problematização sobre a greve do ABC deflagrada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo em abril de 1980, que antecedeu o fim de ditadura civil-militar (CAMPOS, 2017) e o restabelecimento da democracia no Brasil pela Constituição de 1988. A pesquisa insere-se na fronteira entre direito e política e pretende preencher um espaço vazio de análise, através de um olhar específico do historiador do direito (HESPANHA, 2011). A greve é uma experiência-limite, que desafia a lógica das relações entre capital e trabalho, na medida em que estabelece o paradoxo de suspender as atividades laborais para possibilitar a sua continuidade em melhores condições (PAIXÃO, 2015). Os trabalhos existentes sobre a greve dos metalúrgicos do ABC enfatizaram, principalmente, os seus aspectos políticos (SADER, 1988; ANTUNES, 1988; HUMPHREY, 1982; NORONHA, 2009), mas dedicaram pouca atenção para as suas nuances jurídicas.

A partir destas premissas, procuramos compreender (BLOCH, 2001) as contradições e complexidades dos usos do direito penal e do trabalho no contexto da greve dos metalúrgicos do ABC de 1980. O problema comporta duas dimensões. Por um lado, o sistema jurídico como mecanismo de controle social, na luta por reconhecimento de direitos pelos trabalhadores. Por outro, como estratégia de legitimação do autoritarismo de empresários, governo militar e Poder Judiciário, para justificar a violação de corpos e ideias em nome de um projeto de governo e de sociedade. Se não é possível “imunizar” o conceito de greve dos seus aspectos políticos, também não se deve desconsiderar o fato de que ela provoca os limites do direito. Para responder às questões levantadas, serão analisados os autos do dissídio coletivo de greve nº 58/80-A, instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

No curso da década de 70 o Brasil experimentava o chamado “milagre econômico”. Um dos principais setores responsáveis pela pujança era a indústria automobilística, cujo parque industrial estava concentrado principalmente na região do ABC, no Estado de São Paulo, com destaque para empresas como Volkswagen, Ford, Crysler, Mercedes-Benz e Scania. Um grande contingente de trabalhadores estava congregado no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São

Honorato, *Entre autoritarismo, história e direito – um estudo sobre a greve dos metalúrgicos do ABC de 1980*

Bernardo do Campo e Diadema, principal fornecedora para a indústria automobilística. Em 1978, a categoria estava reunida em cerca de seiscentas empresas, sendo que 50% dos operários eram empregados nas cinco grandes montadoras de veículos acima identificadas (SADER, 1988). Assim, o chamado Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, como era conhecido, tornou-se um efetivo centro de elaboração das experiências dos operários nas indústrias metalúrgicas da região, moldando uma linha de resistência coletiva, que terminou por alterar profundamente as relações de trabalho nessas empresas e influenciar o conjunto do país.

A principal característica deste sindicato – que o diferenciava dos demais relativos a outras categorias de trabalhadores – era sua presença maciça no chão da fábrica, através da figura dos diretores sindicais de base e do Conselho de Coordenação dos Trabalhos de Base, que permaneciam ligados à produção. Isso criou uma identidade entre os empregados e o sindicato que não se observava em outras categorias nesta época, pois o diretor de base era visto como um igual, com as mesmas aspirações do trabalhador comum, “não tendo se encastelado nos escritórios do sindicato e se vendido para os patrões” (ANTUNES, 1988). Os diretores sindicais de base tinham por tarefa, além de apoiar as lutas surgidas localmente, distribuir os materiais do sindicato e angariar novos filiados. Se, por um lado, isto representava uma identificação maior com os empregados, por outro, despertava para si as maiores desconfianças dos empregadores.

Desenvolvimento

O ano era 1980. O dia catorze de maio. O torneiro mecânico Wagner Lino Alves, trinta e três anos de idade, prestava depoimento, perante o delegado de polícia adjunto, Roberto Bayerlein, da Divisão de Ordem Social DOS/DOPS em São Paulo, após mais uma prisão para averiguação em razão das suas atividades sindicais metalúrgicas durante os estertores da ditadura. Filiado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo desde 1978, o funcionário da Kubotta Tekko do Brasil Indústria e Comércio Ltda. aderiu à greve dos metalúrgicos do ABC, ocorrida entre abril e maio de 1980, integrando a

“Comissão de Salários” do comando da greve. À certa altura do depoimento, o delegado responsável indaga ao interrogando se ele sabia que a continuidade da greve após a decretação de sua ilegalidade constituiria um desrespeito às leis e ao Poder Judiciário. O metalúrgico responde “entendo não haver desrespeito, pois que a categoria de cento e quarenta e dois mil metalúrgicos, julgavam (sic) a Greve justa, legal e legítima, tanto...”²

O interrogatório é subitamente interrompido e a folha seguinte do Auto de Qualificação e Interrogatório³ contém apenas a qualificação de uma testemunha e em seguida a assinatura do interrogando e das autoridades que conduziram a diligência. O que aconteceu depois da súbita interrupção do interrogatório? A ousada e corajosa resposta do jovem metalúrgico provocou alguma reação por parte dos policiais? O contexto político do início dos anos 80, marcado, dentre outras coisas, pela recente aprovação da lei de anistia em meio ao processo de “abertura lenta, segura e gradual” e o próprio crescimento do movimento sindical, encorajaram o interrogando a contestar de forma tão direta a autoridade das leis e das decisões do Poder Judiciário em pleno interrogatório nas salas do temido DOPS? A cena acima descrita representa o encontro do passado e do futuro em um Brasil que vivia o regime político de uma ditadura há mais de quinze anos, mas que enxergava um horizonte promissor de liberdades democráticas e justiça social.

Algumas semanas depois⁴, o representante do Ministério Público Militar da União, procurador Dácio Gomes de Araújo, ofereceu denúncia contra alguns dos principais líderes sindicais dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo⁵, imputando aos acusados

² BRASIL. Autos do processo nº 09/80-5, que tramitou perante a 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar do Estado de São Paulo.

³ Expediente intitulado “Informação”, registrado sob o nº 415-B/80, com carimbo de “Confidencial”, enviado pelo Delegado de Polícia Chefe do DOPSSP Romeu Tuma à Comunidade de Informações. BRASIL. Autos do processo nº 09/80-5, que tramitou perante a 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar do Estado de São Paulo.

⁴ Precisamente no dia 01 de julho de 1980. BRASIL. Autos do processo nº 09/80-5, que tramitou perante a 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar do Estado de São Paulo.

⁵ Luiz Inácio “Lula” da Silva, Rubens Teodoro de Arruda, Djalma de Souza Bom, Osmar Santos Mendonça, Enilson Simões de Moura - o “Alemão”, Gilson Luiz Correia de Menezes, Juraci Batista Magalhães, Nelson Camponholo, Manuel Anísio Gomes, Wagner Lino Alves, José Cicote, José Timóteo da Silva e José Maria de Almeida, citados aqui pela ordem em que aparecem na denúncia. Nesta ocasião, “Lula” ainda era

o crime de incitar à desobediência coletiva às leis do país, crime capitulado como contra a segurança nacional⁶. Narra a denúncia que no dia 1º de abril de 1980 foi deflagrada na cidade de São Paulo, no ABC Paulista e em algumas outras regiões do Estado, uma greve dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico por meio de diversos sindicatos de classe, nos dizeres do procurador, “a pretexto de reivindicações de melhoria salarial e outras pretensões trabalhistas”⁷, sem observar a legislação pertinente. O procurador desqualificava as pretensões dos trabalhadores grevistas ao sugerir motivações não declaradas para a deflagração da greve. Isso fica ainda mais evidente quando linhas adiante afirmava que “extravasando dos seus pretensos objetivos reivindicatórios...num flagrante desafio ao Governo, às instituições nacionais e às autoridades constituídas, nunca poupados de constantes e graves ofensas”⁸ o movimento grevista comprometia a paz social e a prosperidade nacional, gerando insegurança à coletividade e prejuízo à economia do país.

A acusação está fundamentada em dois pontos principais: o suposto desrespeito às normas procedimentais para deflagração da greve e a continuidade da greve mesmo após a declaração da sua ilegalidade pela Justiça do Trabalho. O direito penal e o direito trabalhista se justapõem e são mobilizados pelo aparato judicial brasileiro para tentar silenciar um novo ator, que entra em cena no contexto das greves ocorridas entre 1978 e 1980, quando o sindicato tornou-se um “espaço público operário” (SADER, 1988, p. 296) e os metalúrgicos do ABC paulista constituíram-se como um sujeito coletivo de direito⁹.

apelido notório do futuro Presidente da República Federativa do Brasil (2002 a 2010) pelo Partido dos Trabalhadores – PT. Posteriormente, em 18 de novembro de 1998, a Lei 9.708/98 passou a admitir a substituição do prenome por apelidos públicos notórios, quando então o apelido de Luiz Inácio passou a integrar o seu nome.

⁶ BRASIL. LEI 6.620, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1978. Define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências, Brasília/DF, dez 1978.

⁷ Autos do processo nº 09/80-5, que tramitou perante a 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar do Estado de São Paulo, p. 2.

⁸ Autos do processo nº 09/80-5, que tramitou perante a 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar do Estado de São Paulo, p. 4-5.

⁹ Segundo Cristiano Paixão, constituir-se em “sujeito coletivo de direito”, significa que a pauta, a forma, o prazo, o momento, os termos das reivindicações, enfim, o protagonismo sobre toda a extensão do movimento que pretendem desencadear, pertencem aos trabalhadores. (PAIXÃO, 2015)

Após o malogro das negociações entre patrões e empregados e a deflagração da greve no dia 1º de abril de 1980, o Delegado Regional do Trabalho em São Paulo¹⁰, Ricardo Nacim Saad, enviou o ofício 567/80 ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho¹¹, com a finalidade de “instauração de instância em dissídio”, nos termos do que dispunha o artigo 856 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, em vigor até hoje na sua forma original¹². As peças que instruem o referido ofício revelam alguns passos da negociação anterior frustrada. Assim é que, no dia 25 de março de 1980, a FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – conjuntamente com vários sindicatos industriais¹³, protocolizou requerimento de convocação dos sindicatos representantes dos trabalhadores para uma reunião na DRT/SP, visando à negociação coletiva e formalização de nova Convenção Coletiva de Trabalho. O argumento era de que a convenção em vigor chegaria ao seu termo no dia 31 de março e os trabalhadores não estariam dispostos a negociar.

Os referidos Sindicatos industriais compunham o chamado “Grupo dos 14”, constituindo-se em um grande conglomerado industrial, representados pela FIESP¹⁴, que abarcava praticamente todo o setor metalúrgico e de materiais elétricos do país. A experiência das greves nos anos anteriores proporcionou um aprendizado para os empresários, que reelaboraram o manejo dos instrumentos estatais para dissipar a

¹⁰ De agora em diante, as referências à referida Delegacia seguirão a forma simplificada “DRT”, para tornar mais agradável a leitura e evitar as cansativas repetições que o nome completo acarreta.

¹¹ De agora em diante, as referências ao referido Tribunal seguirão a forma simplificada “TRT”, para tornar mais agradável a leitura e evitar as cansativas repetições que o nome completo acarreta.

¹² “Art. 856 - A instância será instaurada mediante representação escrita ao Presidente do Tribunal. Poderá ser também instaurada por iniciativa do presidente, ou, ainda, a requerimento da Procuradoria da Justiça do Trabalho, sempre que ocorrer suspensão do trabalho”.

¹³ Para a relação completa dos sindicatos, cf. Autos do processo nº 58/80-A, que tramitou perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

¹⁴ O chamado “Grupo dos 14” é composto, na verdade, por vinte e duas entidades, a SINFAVEA e mais vinte e um sindicatos, que, somados, representavam todos os diferentes setores das indústrias metalúrgico-mecânicas (HUMPHREY, 1982, p. 181). Os sindicatos industriais eram representados pelos advogados Benjamin Monteiro, OAB/SP 8.217, Loretta Maria Velletri Muselli, OAB/SP 18.851, Jayme Borges Gamboa, OAB/SP 9.467, Deusdetit Goulart de Faria, OAB/SP 6.818, Sérgio Rubens Maragliano, OAB/SP 9.765, Nério Batendieri, OAB/SP 2.267 e João Roberto Smith de Oliveira Manaia, OAB/SP 14.569, todos com escritório situado à época na Avenida Paulista, 1313, 10º andar, São Paulo, Capital. Vale destacar que o endereço do escritório é o mesmo da FIESP - Federação das Indústrias de São Paulo -, o que permite concluir que foi a própria FIESP quem providenciou o assessoramento jurídico para os seus afiliados. Cf. Autos do processo nº 58/80-A, que tramitou perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

greve de 1979, percebendo que o uso do direito poderia ser um mecanismo bastante eficaz para conseguir alcançar os seus objetivos. O capital se preparou para este novo embate a partir destas experiências de negociação coletiva dos anos anteriores e retardou propositadamente a organização da sua comissão de negociações (ANTUNES, 1988, p. 66).

Isto explica a estratégia de provocar a DRT apenas uma semana antes do término da vigência da Convenção Coletiva firmada em 1979, assim como a alegação de que as negociações teriam sido frustradas por culpa dos trabalhadores. Mas é claro que não foi simples assim. A verdade formal retratada nos autos encobre uma complexa e tensa relação entre o capital e o trabalho. Mas, mesmo assim, o processo deixa rastros importantes para a reconstrução dessa história e uma análise mais acurada possibilita demonstrar que se havia alguém que não estava disposto a negociar, não eram os trabalhadores.

Assim, por exemplo, o próprio requerimento da FIESP e dos sindicatos industriais dirigido à DRT traz em seu bojo um ofício enviado pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo datado de 07 de março de 1980, contendo inúmeras reivindicações dos trabalhadores¹⁵. Um dos nós górdios das negociações entre patrões e empregados era o chamado adicional de produtividade, pela carga semântica simbólica que representava para ambos os lados da mesa e também para o Estado. Para os trabalhadores, especialmente os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, o pagamento de percentual incidente sobre o índice de produtividade nas fábricas representava a participação nos frutos do seu trabalho¹⁶. Para as empresas, isso implicava uma distribuição dos seus lucros, com o que não

¹⁵ Entre as reivindicações, em um total de vinte e cinco itens, destacam-se: a) reposição salarial de 74, 38% (setenta e quatro inteiros e trinta e oito décimos por cento) sobre os salários de novembro de 1979; b) algumas fórmulas de garantia de emprego, inclusive para o delegado sindical; c) redução da jornada de trabalho de quarenta e oito horas para quarenta horas, sem redução salarial; d) décimo-terceiro salário proporcional aos empregados em gozo de auxílio-doença, entre outras. Para a relação completa, cf. Autos do processo nº 58/80-A, que tramitou perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, p. 33-44.

¹⁶ A Tribuna Metalúrgica, jornal publicado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, asseverava, em sua 22ª edição, que “para quem conhecia o papel dos metalúrgicos de São Bernardo no ‘milagre brasileiro’ e nos lucros da classe patronal, podemos dizer com convicção absoluta, que mais uma vez negaram à classe trabalhadora o direito de participar dos frutos do seu trabalho”. (ANTUNES, 1988, p. 286)

podiam concordar. O Estado tentou escamotear essa disputa, com uma reforma salarial em fins de 1979, prevendo uma participação dos empregados na produtividade, porém, sem delinear a metodologia de apurações desse índice. Sob esta cortina de fumaça permanecia oculto o mecanismo de controle sobre os empregados e a superexploração de sua mão de obra¹⁷.

A reunião foi marcada para o dia 26 de março, mas, diante da exiguidade de tempo que transcorreu entre o requerimento feito pela FIESP e a intimação da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores (menos de vinte e quatro horas), acabou sendo adiada para o dia seguinte. O documento juntado pela entidade representativa dos trabalhadores revela que os empresários vinham protelando as negociações, em uma estratégia de tudo ou nada¹⁸. A ata da reunião realizada no dia 27 de março é muito sucinta e não revela o teor das propostas feitas por ambas as partes, registrando apenas novo adiamento para a solução do impasse, doravante para o dia 31 de março, data em que, aliás, iria expirar a vigência da Convenção Coletiva firmada no ano anterior. Isto nos leva a questionar o grau de comprometimento dos empresários com uma solução negociada, já que as contrapropostas oferecidas estavam muito distantes dos pleitos dos trabalhadores.

A estratégia protelatória das empresas fica ainda mais evidenciada quando, no dia designado para a reunião, a FIESP e o Grupo dos 14 protocolizou novo requerimento junto à DRT, visando à inclusão no processo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, bem como dos Sindicatos dos Metalúrgicos com atuação em Santo André, São Caetano do Sul, Campinas, Sorocaba, Santa Bárbara D'Oeste e Jundiaí. Estes sindicatos vinham negociando diretamente com as empresas, paralelamente à

¹⁷ John Humphrey explica que "durante o período do <<milagre>>, 1968-1974, os salários reais baixaram ligeiramente, enquanto que aumentou em cerca de 71% o número de veículos produzidos por empregado". Não causa surpresa, portanto, que 82% dos empregados entrevistados pelo autor em duas grandes fábricas de veículos no começo de 1975 achassem que a firma onde trabalhavam poderia pagar salários mais altos, "tendo em vista o aumento da produção, produtividade e lucratividade" do setor. (HUMPHREY, 1982, p. 83)

¹⁸ Cf. Autos do processo nº 58/80-A, que tramitou perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, p. 66, onde se lê: "Lamentavelmente, os senhores empresários, após as duas primeiras reuniões, solicitaram dois dias de prazo para a apresentação da contraproposta e, nesse interregno, solicitaram mais três dias, também no que foram atendidos (...)".

Federação dos trabalhadores. A reunião iria ocorrer apenas algumas horas depois e a imprensa já vinha noticiando há alguns dias a possibilidade iminente de decretação da greve, diante da intransigência dos patrões em negociar em pé de igualdade.

Essa estratégia visava a emparedar o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em uma tentativa de legitimar a fundamentação jurídica de desrespeito às leis vigentes para a deflagração da greve. Em outras palavras, os empresários não queriam impedir a greve. Muito pelo contrário. Eles distenderam ao máximo as clivagens com os trabalhadores, contando com a declaração da greve para acionar o mecanismo judicial para dismantelar não somente o movimento paredista, mas a própria organização sindical, com a prisão dos seus principais líderes.

A manobra fica clara pelo requerimento de comparecimento à reunião do representante do Ministério Público do Trabalho, “em face de haver alguns Sindicatos com greve decretada para amanhã, independentemente do preenchimento de todas as formalidades legais”¹⁹. Vale destacar que as reivindicações dos referidos Sindicatos já eram de conhecimento da FIESP e do Grupo dos 14 pelo menos desde o começo do ano²⁰. Porque a provocação da DRT há uma semana do vencimento do prazo de validade da Convenção de 1979? Porque a inclusão neste pedido dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e demais “independentes” somente no dia do vencimento? Tudo parece indicar que havia um concerto entre empresários, governo militar e judiciário para, através do direito, silenciar este sujeito coletivo, protagonista de um

¹⁹ Cf. Autos do processo nº 58/80-A, que tramitou perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, p. 69-82.

²⁰ Autos do processo nº 58/80-A, que tramitou perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, p. 90-236. Conforme pode se perceber dos documentos anexados às fls. 90-236, estão colacionadas as reivindicações de natureza econômica do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, semelhante à apresentada pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores referida na nota de rodapé 11 linhas acima, assim como as reivindicações de natureza jurídica, com destaque para os itens 17, “garantias sindicais”, 18, “medidas de proteção coletiva e individual” e 23, “controle das chefias”. Além deste documento, também estão encartadas nos autos as reivindicações de vários outros sindicatos dos trabalhadores, com destaque para o de Santa Bárbara D’Oeste, datado de 27 de fevereiro, já como segunda tentativa de acordo diretamente com os Diretores da Indústria Romi, local onde se concentrava a maioria dos seus filiados, conforme carta enviada no dia 25 de janeiro pelo seu presidente Claudionor Nivaldo Theodoro. Como se percebe, cai por terra o argumento da FIESP e do Grupo dos 14 de que os empregados não queriam negociar, não passando de uma falácia a afirmação de que não foram procurados pelos referidos sindicatos em tempo hábil antes do término da Convenção Coletiva de 1979.

inédito movimento democrático de massas no Brasil, mimetizado pelas greves do ABC de 1978-1980, cuja velocidade acelerada do tempo contrariava frontalmente a velocidade da política de abertura lenta, segura e gradual. Era preciso colocar freio a este movimento.

Vale destacar que a preparação das reivindicações pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo - que acabou por servir de parâmetro tanto para a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores, quanto para os demais sindicatos “independentes” - insere-se no processo de aprendizagem de práticas democráticas, que assinala a experiência sindical no ABC entre os anos de 1978 e 1980²¹. A Assembleia Geral Extraordinária Permanente iniciada no dia 29 de fevereiro de 1980 foi dividida em três sessões para possibilitar a participação de todos os empregados, contemplando os diferentes turnos de trabalho²², respectivamente, às 16 horas em 1ª sessão, 18h30 em 2ª sessão e às 10 horas do dia 1º de março em 3ª sessão. Foram realizadas duzentas e quinze reuniões por fábricas no Sindicato e sessenta e cinco assembleias nas entradas e saídas dos turnos nas portas das fábricas, totalizando quase três centenas de assembleias preparatórias da pauta de reivindicações do operariado metalúrgico do ABC. Foram impressos dezenove mil cartazes, sessenta e dois mil adesivos, quatrocentos e cinquenta mil boletins preparatórios das três sessões da Assembleia Geral Extraordinária Permanente acima referida, além de seiscentos mil suplementos da Tribuna Metalúrgica, convocando os trabalhadores para o movimento paredista em caso de malogro das negociações com o empresariado²³.

²¹ A experiência sindical no ABC entre os anos de 1978 e 1980 consistiram no aprendizado de práticas democráticas, com a eleição de representantes dos trabalhadores em diversas instâncias: desde a presidência do sindicato até a eleição dos representantes da comissão de salário, que eram escolhidos pelos trabalhadores de cada uma das empresas. A dimensão das assembleias plebiscitárias, com dezenas de milhares de trabalhadores, contribuiu para a conscientização do exercício da democracia por um lado e, por outro, para a recusa das práticas não democráticas vivenciadas dentro das fábricas. Ricardo Antunes denomina essas práticas de “despotismo nas fábricas”. O sentimento de apreço à democracia e de despreço à falta dela foi entronizado no espírito dos trabalhadores, que não aceitavam mais a imposição de ordens patronais sem uma negociação prévia, sem a concordância e aceitação anterior por parte dos trabalhadores. No lugar da força, o diálogo.

²² Diário do Grande ABC, edição de 26 de fevereiro de 1980, apud Autos do processo nº 58/80-A, que tramitou perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, p. 135.

²³ Tribuna Metalúrgica, nº 57, abril de 1980, p. 5 (ANTUNES, 1988, p. 66)

Mesmo com a inclusão em cima da hora do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e dos “independentes”, os representantes dos trabalhadores demonstraram, mais uma vez, sua disposição para negociar na reunião do dia 31 de março de 1980 na DRT. O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Jundiaí²⁴ formulou uma proposta que contemplava reajustes salariais atrelados ao adicional de produtividade, escalonados segundo a faixa de salários dos empregados²⁵. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e demais representados pelo advogado Almir Pazzianoto Pinto aderiram à proposta de Jundiaí²⁶. Entretanto, o “Grupo dos 14” não aceitou a referida proposta e preferiu requerer a remessa dos autos administrativos ao Tribunal Regional do Trabalho. Entrava em cena agora outro importante ator para o desfecho do plano orquestrado pelos empresários e governo: o Poder Judiciário.

O presidente do TRT da 2ª Região²⁷, Nelson Virgílio do Nascimento, recebeu os referidos autos já no dia 01 de abril, determinando a juntada do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor²⁸ – e a designação de audiência para o mesmo dia. As entidades patronais apresentaram contestação às reivindicações dos trabalhadores com enfoque especial em dois pontos principais: a ilegalidade da greve e a fixação do índice de 2,9% (dois inteiros e nove décimos por cento) a título de produtividade. Pela Federação dos Trabalhadores e mais vinte e sete entidades sindicais, representadas pelo advogado Hélio Gherardi, foi dito que:

“(...)deve-se analisar em primeiro lugar a justiça do movimento, uma vez que a própria legislação não acompanha a evolução social do nosso país, estando ainda cingida a uma vetusta lei, de mais de quinze anos

²⁴ O Sindicato de Jundiaí vinha atuando de forma independente, tanto em relação à Federação, quanto em relação ao grupo de Sindicatos liderados pelo ABC.

²⁵ Pela proposta, os reajustes salariais seriam de 7% para aqueles empregados que ganhavam até três salários mínimos, 6,5% para salários entre três e dez salários mínimos e 4% para quem auferia acima de dez salários mínimos, a título de produtividade, condicionada à garantia de emprego por dozes meses.

²⁶ Autos do processo nº 58/80-A, que tramitou perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, p. 237-238.

²⁷ A competência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – TRT – abrange os Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

²⁸ O INPC correspondente ao mês de março de 1980 era de 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento), conforme certidão de fls. 242 dos autos do processo nº 58/80-A, que tramitou perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

de idade, que tolhe o próprio poder normativo da Justiça do Trabalho. Quanto à produtividade asseverada pelo setor empresarial, estranho às entidades que ora se manifestam, face ao número apresentado, pois consoante dados levantados junto ao citado órgão IBGE juntados, inclusive, nesta audiência, o valor relativo à produtividade apresenta-se em 13,65% (treze inteiros e sessenta e cinco décimos por cento) e não 2,9% (dois inteiros e nove décimos por cento) como querem fazer crer os senhores empregadores. Quanto às demais reivindicações, constata-se, infelizmente, uma vez mais nesta Casa, que pretendem os Sindicatos patronais apenas impor suas veleidades além dos limites de sua própria autocracia.”²⁹

A manifestação escrita juntada pela Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos em forma de memoriais ataca a lei 6.078, de 30 de outubro de 1979, editada pelo Presidente da República General João Batista Figueiredo e pelo Ministro do Trabalho Murillo Macedo em conjunto. A referida lei dispunha sobre a correção automática dos salários semestralmente de acordo com o INPC, bem como facultava a possibilidade de aumento do salário por convenção, acordo coletivo ou sentença normativa, com fundamento no acréscimo verificado na produtividade da categoria profissional. Para a Federação, “o governo não positivou com clareza os meios pelos quais as partes podem chegar, com realismo, às taxas de produtividade que permitam dar cumprimento ao próprio espírito da lei, gerando, em consequência, as mais variadas interpretações”³¹, razão pela qual conclui que “a produtividade é o aumento da produção sem o respectivo aumento do número de empregados”³².

Com base nesta premissa, a Federação demonstra que a produção industrial no setor da metalurgia básica apresentou expansão de 13,65% (treze inteiros e sessenta e cinco décimos por cento) em 1979, segundo o próprio IBGE e os índices apresentados pelas empresas em seus balanços divulgados pelo Diário Oficial, sem uma contrapartida

²⁹ Autos do processo nº 58/80-A, que tramitou perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, p. 248.

³⁰ BRASIL. LEI 6.708, DE 30 DE OUTUBRO DE 1979. Dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências, Brasília/DF, out 1979.

³¹ Autos do processo nº 58/80-A, que tramitou perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, p. 255-280.

³² Autos do processo nº 58/80-A, que tramitou perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, p. 255-280.

correspondente aos trabalhadores empregados na produção³³. A indignação da categoria fica expressada no seguinte trecho dos memoriais: “porque a categoria metalúrgica é sempre a mais injustiçada, a cobaia, e o elemento experimental de cada alteração governamental?”³⁴

Os trabalhadores, representados pelo advogado Almir Pazzianotto Pinto, invocaram a Constituição para sustentar a falta de previsão legal para a Justiça do Trabalho declarar em abstrato a ilegalidade da greve. Para eles isso só poderia ocorrer em uma reclamação trabalhista individual, no caso concreto, por meio de uma decisão de primeira instância. Além disso, sustentaram que a Lei de greve, editada em 01 de junho de 1964, portanto, dois meses após o golpe civil-militar, já não estaria mais em vigor, não podendo ser invocada para impedir a paralisação pelos trabalhadores.

Interessante notar como a disputa em torno da legalidade ou não da greve mobiliza argumentos de teoria constitucional, inclusive com a inversão de sentidos para defesa dos próprios argumentos. Pazzianotto sustentava que a lei de greve³⁵ já não estaria em vigor porque teria sido editada sob a égide da Constituição de 1946, que, por sua vez, foi revogada pela Constituição de 1967, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 1/69. A engenharia do argumento chama a atenção. É a revogação do

³³ A conclusão do estudo feito pelo Departamento Econômico da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, com base nos “Indicadores Conjunturais da Indústria”, divulgado pelo IBGE em 10/01/1980, é que “a expansão industrial resultou de uma produtividade real do trabalhador”. Os números são realmente impressionantes. Por exemplo, a Volkswagen do Brasil S/A obteve um lucro de 94,2% (noventa e quatro inteiros e dois décimos por cento) no ano de 1979, praticamente dobrando a sua cifra em relação ao ano anterior. Por isso mesmo, propunha a aplicação do índice de 13,65% (treze inteiros e sessenta e cinco décimos por cento) a título de adicional de produtividade. Além disso, a proposta também incluía a recuperação do poder aquisitivo do salário, da ordem de 74,38% (setenta e quatro inteiros e trinta e oito décimos por cento) conforme estudo elaborado pelo seu departamento econômico, montante bem superior ao índice proposto pelo governo para correção monetária dos salários, o INPC, como já apontado aqui. Cf. Autos do processo nº 58/80-A, que tramitou perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, p. 255-280.

³⁴ Autos do processo nº 58/80-A, que tramitou perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, p. 255-280.

³⁵ Lei 4.330, de 1º de junho de 1964, que regulou o direito de greve, na forma do art. 158 da Constituição Federal.

texto constitucional que garantiu o direito de greve, que agora protege o exercício deste mesmo direito...³⁶

Diante do percurso das negociações narrado até aqui, não é de se estranhar que as partes não chegaram a um bom termo. Com isso, o próprio presidente do tribunal oferece uma proposta de acordo³⁷, mas as condições eram ainda piores do que aquelas acordadas informalmente pelas partes³⁸. A audiência é encerrada e os autos remetidos “com urgência” à Procuradoria Regional do Trabalho, para oferecer o seu parecer antes do julgamento final. As estruturas formais e burocráticas do sistema judicial estão alinhadas com as posições sustentadas pelo empresariado. Assim, não nos surpreende que o parecer se dá pela procedência do dissídio, com a concessão do reajuste salarial nos termos da proposta judicial³⁹. E anda sublinha que “a paralisação coletiva do trabalho não obedeceu os requisitos e prazos impostos pela Lei 4.330/64”, estando repleta de “imperfeições formais”.

³⁶ Desde o surgimento do conceito moderno de Constituição, especialmente com a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos, uma teoria constitucional vem sendo elaborada, com contornos complexos que escapam ao objeto de análise deste artigo. No entanto, será útil para o nosso argumento esclarecer uma das primeiras premissas dessa teoria, qual seja, a de que a Constituição é o fundamento de validade de todo o ordenamento jurídico. Por conseguinte, as leis e atos normativos possuem um grau hierárquico inferior à Constituição e devem com ela guardar correspondência, sob pena de padecer do vício da inconstitucionalidade. Assim, uma vez revogada a Constituição, as leis perderiam o seu suporte de validade. Este é o argumento engenhoso formulado pelo advogado do sindicato dos trabalhadores.

³⁷ Entre as propostas do juízo vale destacar a correção salarial de 22% sobre os salários da data-base, calculados sobre o INPC dos últimos seis meses que seria divulgado naquele mês de abril de 1980, acrescidos de 6% de aumento salarial a título de produtividade para os empregados que ganhassem até três salários mínimos, 5,5% para aqueles que ganhavam entre três e dez salários mínimos e 5% para os que tinham salários superiores a dez salários mínimos. As demais, em um total de quinze tópicos, contemplavam de forma mais ou menos satisfatórias as reivindicações dos sindicatos mencionadas linhas acima. Cf. Autos do processo nº 58/80-A, que tramitou perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, p. 252-253.

³⁸ O advogado do Sindicato dos trabalhadores, Almir Pazzianotto, revela os bastidores desta negociação informal: “(...) os fatos são fatos que não podem ser ignorados e, uma vez acontecidos, não há porque escondê-los. No Hotel Miracle, eleito pelas partes como local de negociações, os empresários após horas e horas de intensas tratativas, ofereceram aos trabalhadores representados nesta ato (sic) por este advogado, condições mais vantajosas do que estas propostas por esta ilustre presidência. Foram recusadas, por insatisfatórias, o que, aliás, acabou por acarretar o movimento grevista. Daí porque, e com o respeito, a proposta desta Presidência não poderá ser aceita como fórmula de negociação”. Cf. Autos do processo nº 58/80-A, que tramitou perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, p. 254.

³⁹ O procurador do trabalho (membro do Ministério Público do Trabalho) que assina o parecer é Nicolau dos Santos Neto, que, posteriormente, foi nomeado Desembargador para o TRT-2ª Região pelo quinto constitucional assegurado aos membros do Ministério Público, tendo exercido a presidência do Tribunal, onde se envolveu no escândalo de superfaturamento das obras da construção da nova sede do referido TRT, em São Paulo.

O desfecho parecia certo. O Poder Judiciário, através do presidente do TRT, juntamente com o Ministério Público do Trabalho, alinhados com as diretrizes do governo militar e com o empresariado, acabaria com aquela greve de uma vez por todas. Mas, como nem tudo acontece como se espera, revelando que, sob o véu do autoritarismo germinavam as sementes da democracia, surpreendentemente, o tribunal acabou por acolher a preliminar suscitada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e decidiu, em uma completa reviravolta, por maioria de votos, não caber ao Tribunal a apreciação sobre a legalidade ou ilegalidade da greve deflagrada.

Conclusão

Alguns dias após o julgamento do processo 58/80-5, o TRT voltou a ser instado a se pronunciar sobre a legalidade ou não greve e, modificando diametralmente seu posicionamento anterior, declarou a greve ilegal. Inconformados com a nova decisão, os trabalhadores permaneceram mobilizados, na esperança de conseguirem reverter a nova decisão da Justiça do Trabalho, bem como pelo fato de outros Sindicatos grevistas terem conseguido firmar acordo diretamente com as empresas mesmo após a declaração da sua ilegalidade. Em função disto, os dirigentes sindicais ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo foram acusados de crime contra a segurança nacional. Após a instrução processual penal, o Conselho Permanente de Justiça do Exército condenou os acusados à revelia, porque não compareceram à audiência designada para o julgamento.

A história é invocada para justificar a condenação. Após rememorar o Código Criminal de 1890, a Lei de Imprensa de 1923, a primeira Lei de Segurança Nacional de 1935 e até mesmo a Lei de Segurança do Estado, de 1953, “filha do Congresso Nacional, sob a Constituição ultraliberal de 1946”, os juízes salientam que “(...) o crime de incitamento, quando ameaçada ou lesada a ordem político-social, é, no Brasil, crime contra a segurança nacional desde muito antes da atual Lei de Segurança, e de todas que a precederam, a partir da Revolução de 31 de março de 1964”⁴⁰. O crime imputado aos

⁴⁰ BRASIL. Autos do processo nº 09/80-5, que tramitou perante a 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar do Estado de São Paulo.

acusados, portanto, não seria criação de uma nova doutrina de segurança nacional, bem como da ditadura instaurada 1964, nem dos seus atos institucionais. Por outro lado, a continuidade da greve mesmo após a declaração de sua ilegalidade pelo TRT/SP, representava uma “manifestação coletiva de desafio a um dos poderes do Estado”, colocando em jogo o interesse da ordem político-social.

Sobressalta entre os acusados o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, o líder sindical e então tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Djalma de Souza Bom e Wagner Lino Alves, citado na introdução do presente artigo. Entre as testemunhas de defesa, figuras de expressão da política brasileira, como os deputados Ulysses Guimarães e Fernando Morais, além dos senadores Orestes Quécia e Teotônio Vilela. A greve, assim como o processo, mereceu dedicada atenção da imprensa, com ampla cobertura e expectativa sobre os seus desdobramentos. Houve intensa mobilização de organismos nacionais e internacionais sobre o futuro daquelas pessoas e do país. No dia designado para o julgamento, a defesa e todos os acusados, em protesto contra a parcialidade do Conselho, não compareceram à audiência pública, fato este retratado na sentença como “lamentável atitude”, razão pela qual foram todos declarados revéis.

A greve dos metalúrgicos do ABC de 1980 constitui um importante momento da história do tempo presente no Brasil, podendo ser observado um entroncamento entre a política e o direito, sob variadas dimensões histórico-sociológicas. No campo político, o país experimentava uma sensação de liberdade, com a luta pela anistia e a campanha pelas diretas já, no contexto do processo de transição da ditadura para uma democratização, ainda que permeado por contradições e com avanços e recuos. No campo jurídico, o direito é mobilizado tanto pelas estruturas institucionais da Justiça do Trabalho, como pela Justiça Militar, com destaque para a linguagem utilizada pelos atores, desde a acusação até a defesa, como forma de sustentar suas posições.

Marc Bloch nos conta que muitas casas belgas apresentavam em suas fachadas estreitas aberturas, destinadas a facilitar aos operários a colocação de reboco. Nestes pequenos artifícios de pedreiro, os soldados alemães, em 1914, jamais imaginariam ver tantas

seteiras, preparadas por franco-atiradores, se sua imaginação não houvesse sido alucinada, de longa data, pelo medo das guerrilhas (BLOCH, 2001, p. 106). Jamais nós poderíamos imaginar que as fronteiras invisíveis da democracia pudessem causar tanto espanto aos autoritários de plantão...

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. A rebeldia do trabalho - o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980. São Paulo: Ensaio. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. Mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964. Tese (Doutorado em Direito, Estado e Constituição) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2009.
- BLOCH, Marc. Apologia da História, ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “Estranhas Catedrais”. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: EDUFF, 2017.
- COSTA, Pietro. Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico. Curitiba: Juruá, 2010.
- GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HESPANHA, A. M. A história do direito na história social, Lisboa, 1978.
- _____. Questões de etiqueta jurídica: se, como e por que a história constitucional é uma história jurídica. In CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (org.). Perspectivas da cidadania no Brasil Império. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011, p. 355-376;
- HUMPHREY, John. Fazendo o “milagre”: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.
- KOSSELLECK, Reinhart. Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos (traduzido do original alemão por Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira e César Benjamin), Rio de Janeiro, Contraponto editora, Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. Estratos do tempo, Rio de Janeiro, Contraponto editora, Ed. PUC-Rio, 2014.
- _____. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos.” Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.
- KOSSELLECK, Reinhart et al. O conceito de história. Tradução René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013 (Coleção História e Historiografia, 10).

- MACARINI, José Pedro. A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro: 1967-1969. Texto para discussão. IR/UNICAMP, Campinas, n. 99, set. 2000
- MACARINI, José Pedro. A política bancária do regime militar: O Projeto de Conglomerado (1967-1973). Texto para discussão. IR/UNICAMP, Campinas, n. 124, jan. 2007.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e Velhos Sindicalismos. Rio de Janeiro (1955–1988). Rio de Janeiro: Editora Vício de Leitura, 1998
- NORONHA, Eduardo G. “Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978–2007,” Lua Nova 76 (2009).
- PAIXÃO, C. História do direito no Brasil republicano: a greve como chave de leitura. In: SIQUEIRA, G.S; FONSECA, R.M. (Org.). História do direito privado: olhares diacrônicos. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.
- SANDOVAL, Salvador. Os Trabalhadores Param. Greves e Mudanças Sociais no Brasil, 1945–1990. São Paulo: Editora Ática, 1994
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TRAVERSO, Enzo. La historia como campo de batalla. Interpretar las violencias del siglo XX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

Data de Submissão: 30/04/2020

Data da Avaliação: 01/06/2020

GUERRA FRIA E DITADURA CIVIL-MILITAR NA CAPITAL DO CARVÃO

João Henrique Zanelatto¹


203

Resumo: O Município de Criciúma está localizado no sul catarinense, e ao longo do século XX sua economia se notabilizou pela exploração do carvão mineral. Constituiu-se no município, um grupo de empresários vinculados à exploração do carvão, os quais iriam participar e influenciar decisivamente nas disputas pelo poder político local e regional, e os trabalhadores das minas se organizando para lutar por melhores salários, condições de trabalho e moradia. Assim, o artigo tem por objetivo analisar os embates entre capital e trabalho em Criciúma no período de 1945 a 1977, com ênfase nos seguintes aspectos: a) a retórica anticomunista veiculado pela imprensa local em especial o Jornal Tribuna Criciumense, b) o golpe civil-militar de 1964 na cidade que levou a prisão de centenas de trabalhadores e a intervenção no Sindicato dos Mineiros, c) a instalação do GAC 28º - Grupo de Artilharia de Campanha - em 1977, articulado por mineradores, poder público local e militares

Palavras Chave: Trabalho, Capital, Guerra Fria, Ditadura.

COLD WAR AND CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN THE COAL CAPITAL

Abstract: The Municipality of Criciúma is located in southern Santa Catarina, and throughout the twentieth century its economy was notable for the exploitation of mineral coal. A group of businessmen linked to the exploitation of coal was constituted in the municipality, who would participated in and decisively influenced the disputes by the local and regional political power, and the workers of the mines organizing themselves to fight for better wages, working conditions and housing . Thus, the article aims analyzing the clashes between capital and labor in Criciúma from 1945 to 1977, with an emphasis on

¹ Doutor em História, Docente dos Cursos de História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Líder do grupo de pesquisa "História Econômica e Social de Santa Catarina".  <https://orcid.org/0000-0002-1754-1001>

the following aspects: a) the anti-communist rhetoric broadcast by the local press, especially the *Jornal Tribuna Criciumense*, b) the civil coup -military of 1964 in the city that led to the arrest of hundreds of workers and the intervention in the Union of Miners, c) the establishment of GAC 28º - Field Artillery Group - in 1977, articulated by miners, local government and military

Keywords: Labor, Capital, Cold War, Dictatorship.

GUERRA FRÍA Y DICTADURA CIVIL-MILITAR EN LA CAPITAL DEL CARBÓN

204

Resumen: El municipio de Criciúma está ubicado en el sur de Santa Catarina, y durante todo el siglo XX su economía fue notable por la explotación del carbón mineral. En el municipio se constituyó un grupo de empresarios vinculados a la explotación del carbón, que participaron e influyeron decisivamente en las disputas por parte del poder político local y regional, y los trabajadores de las minas que se organizaron para luchar por mejores salarios, condiciones laborales y vivienda. . Así, el artículo tiene como objetivo analizar los enfrentamientos entre capital y trabajo en Criciúma desde 1945 hasta 1977, con énfasis en los siguientes aspectos: a) la retórica anticomunista transmitida por la prensa local, especialmente el *Jornal Tribuna Criciumense*, b) el golpe civil -militar de 1964 en la ciudad que condujo al arresto de cientos de trabajadores y la intervención en la Unión de Mineros, c) la instalación del GAC 28º - Grupo de artillería de campo - en 1977, articulado por mineros, gobierno local y militares.

Palabras clave: Trabajo, Capital, Guerra Fría, Dictadura.

Introdução

Localizada no Sul Catarinense, Criciúma ficou conhecida nacionalmente como a capital do carvão. Isso se deve à exploração do carvão mineral na cidade no início do século XX. Esse processo crescente de exploração do carvão (em especial no contexto das guerras mundiais, que dificultaram a importação do carvão inglês) colocou Criciúma na condição de principal cidade do sul catarinense e uma das principais do Estado no final dos anos de 1950. Ficou conhecida também pela forte organização dos trabalhadores das minas de carvão, que se articulavam em torno do Sindicato dos Mineiros, criado em 1945, provocando preocupação nos setores dominantes da cidade.

A década de 1940 marcou o *boom* da mineração em Criciúma, pois no contexto da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro ampliou os incentivos e subsídios à exploração do carvão. A mineração atraiu muitos trabalhadores, entre 1940 e 1950, a população de Criciúma praticamente dobrou. Constituiu-se na cidade um grupo de empresários vinculados à exploração do carvão, os quais iriam participar e influenciar decisivamente nas disputas pelo poder político local e regional, e os trabalhadores das minas se organizando para lutar por melhores salários, condições de trabalho e moradia.

Destarte, o artigo tem por objetivo analisar os embates entre capital e trabalho em Criciúma no período de 1945 a 1977, com ênfase nos seguintes aspectos: a) a retórica anticomunista veiculado pela imprensa local em especial o Jornal Tribuna Criciumense, b) o golpe civil-militar de 1964 na cidade que levou a prisão de centenas de trabalhadores e a intervenção no Sindicato dos Mineiros, c) a instalação do GAC 28º - Grupo de Artilharia de Campanha - em 1977, articulado por mineradores, poder público local e militares².

Assim, o artigo se opõe as narrativas em que o golpe de 1964 teria impedido qualquer possibilidade de luta ou resistência ao regime, pois procurou dismantelar os movimentos sociais e as organizações sindicais, colocá-las na ilegalidade, perseguir e prender suas principais lideranças. Essa pesquisa buscou revelar que empresários e militares se associaram e criaram o GAC 28º - Grupo de Artilharia de Campanha em 1977 por temor das organizações operárias que não foram silenciadas no pós-64. Portanto, o artigo revela que as vozes dissonantes contra a ditadura não estavam concentradas somente nos grandes centros urbanos aonde havia uma maior concentração de operários como já abordado nas pesquisas de (SANTANA, 2008. CORREA. FONTES, 2016. NEGRO, 2015. RAMALHO. ESTERCI, 2014.)

Os estudos dos autores citados acima, dedicados à análise do sindicalismo após o golpe apontaram para caminhos muito promissores e inspiradores sobre as práticas sindicais, mas também evidenciaram uma série de resistências cotidianas dentro e fora do espaço fabril, destacaram ainda a relevância das conexões entre os locais de trabalho e as comunidades

² As discussões deste escrito foram produzidas no Grupo de Pesquisa “História Econômica e Social de Santa Catarina”, vinculado ao CNPq. Outros estudos que abordam temática ver: (TRICHES. ZANELATTO, 2015). (ZANELATTO. TRICHES. CAROLA, 2016). (ZANELATTO. CAMPOS, 2018).

operárias. Trilhando esta perspectiva o artigo em tela, buscou demonstrar que os trabalhadores de Criciúma não foram calados durante a ditadura civil-militar, mesmo com todas as estratégias criadas pelo capital associado aos militares.

A retórica anticomunista na imprensa local

Como exposto, Criciúma ficou conhecida nacionalmente como a capital do carvão. Isso se deve à exploração do carvão mineral na cidade no começo do século XX. Esse processo crescente de exploração do carvão (em especial no contexto das guerras mundiais, que dificultaram a importação do carvão inglês, e pelo fato de o Estado passar a investir e subsidiar a produção do mineral) colocou Criciúma na condição de principal cidade do sul catarinense e uma das principais do Estado no final dos anos de 1950. Ficou conhecida também pela forte organização dos trabalhadores das minas de carvão, que se articulavam em torno do Sindicato dos Mineiros, criado em 1945, o qual causava preocupação nos setores dominantes da cidade.

Além das mudanças políticas que se processaram no período e que serão analisadas em seguida, a década de 1940 marcou o *boom* da mineração. Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro ampliou os incentivos e subsídios à exploração do carvão. Entre 1940 e 1950, a população de Criciúma praticamente dobrou, pois, a mineração atraiu trabalhadores dos vários municípios da região e até de outros estados. Ao mesmo tempo que foi se constituindo um grupo de empresários vinculados à exploração do carvão, os quais iriam participar e influenciar decisivamente nas disputas pelo poder político local e regional, os trabalhadores das minas foram se organizando para lutar por melhores salários, condições de trabalho e moradia. Assim, em 1944, foi criada a Associação dos Trabalhadores na Extração de Carvão de Criciúma, que, em maio do ano seguinte, recebeu a carta sindical, passando a chamar-se Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Carvão de Criciúma (VOLPATO, 1984). Além das intensas lutas desenvolvidas pelo sindicato, os trabalhadores articularam suas lutas no âmbito partidário, em especial no PCB e no PTB.

Os anos de 1950 marcam um período de extrema importância para os trabalhadores brasileiros. O movimento sindical, liderado pela aliança das militâncias comunista e trabalhista, conseguiu grande avanço organizativo e mobilizatório, o que resultou em uma forte participação dos trabalhadores no seio da sociedade e na vida política nacional (SANTANA, 2008, p. 279).

Zanelatto, *Guerra Fria e ditadura civil-militar na capital do carvão*

O contexto internacional era o da “Guerra Fria”, do mundo polarizado: de um lado, a União Soviética e os países que haviam adotado o socialismo. De outro, os países capitalistas liderados pelos Estados Unidos. O Brasil e também a América Latina (excetuando Cuba, que fez uma revolução em 1959 e adotou o socialismo) eram considerados países periféricos sob o controle norte-americano. No contexto nacional, o Brasil vivenciava um processo de urbanização, industrialização, organização e participação política da sociedade civil (VOLPATO, 1984. VIZENTINI, 2003). Foi nesse contexto que se processaram a organização partidária e as disputas políticas em Criciúma, no período de 1945-1964, e que também foi criado o jornal *Tribuna Criciumense*, o qual deu visibilidade para essas disputas.

O jornal *Tribuna Criciumense* foi o único noticiário impresso que circulou na cidade durante o período de 1955 a 1965. Ele exerceu grande influência na construção de ideias e do imaginário da população cricumense, principalmente relacionada ao ideário comunista. Foi a partir da década de 1950 que o imaginário anticomunista marcou presença na sociedade brasileira, e os meios de comunicação participaram ativamente na construção desse imaginário. O comunismo seria então caracterizado como o “perigo vermelho” (MOTTA, 2002).

Criado no município em 2 de maio de 1955, o jornal *Tribuna Criciumense* passou por três fases distintas em sua administração até o ano de 1965, sendo possível evidenciar um forte posicionamento anticomunista expresso em suas páginas durante a primeira e a terceira fase.

Durante a primeira administração (1955-1961), o discurso anticomunista começou a aparecer em compasso lento. O contexto da Guerra Fria começou a gerar ideias e posicionamentos anticomunistas e em apoio aos EUA. Na segunda fase (de março a outubro de 1961), encontrou-se um posicionamento diferente da fase anterior, ou seja, notícias sobre Cuba e outros países que aderiram ao comunismo durante o processo da Guerra Fria foram vistos e interpretados de maneira positiva³. Durante a terceira fase (de novembro 1961 até a década de 1980⁴), o discurso contrário ao comunismo se fortaleceu cada vez mais e marcou as páginas do jornal *Tribuna Criciumense*. Nesse sentido, o medo do suposto ataque comunista foi um dos discursos utilizados para que João Goulart fosse deposto do cargo de presidente da República e o Brasil sofresse o golpe civil-militar em 1964.

³ Neste escrito vamos abordar somente a terceira fase do jornal. Sobre a primeira e segunda fase do jornal ver: (ZANELATTO. CAMPOS, 2018).

⁴ Nesse artigo jornal foi analisando até o ano de 1968.

Zanelatto, *Guerra Fria e ditadura civil-militar na capital do carvão*

A terceira fase do jornal teve início em fins de 1961 quando o empresário Sebastião Netto Campos comprou o noticiário dos comunistas. Campos⁵ nasceu no dia 1º de agosto de 1925, na cidade de Catalão, em Goiás. Formou-se no ano de 1949, no curso superior de Químico Industrial. Em 1950, viaja para o Rio de Janeiro, onde foi nomeado pelo então presidente Eurico Dutra, como Tecnologista Químico no Ministério da Agricultura, em Praia Vermelha, na Urca; além disso, mudou de partido político, filiando-se à UDN – União Democrática Nacional.

Poucos meses depois, foi transferido para Criciúma para ocupar uma vaga de químico no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), chegando, pela primeira vez, ao município em maio de 1950. Após o cargo no DNPM, Sebastião trabalhou em algumas carboníferas da região, como no ano de 1957, em que foi contemplado com o cargo de gerente da CBCA (Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá), mais adiante se tornando proprietário dessa carbonífera. Também exerceu cargos no sindicato dos mineradores (CAMPOS, 2001).

Nessa fase, o jornal voltou a ser um instrumento de defesa dos interesses dos empresários da cidade, em especial dos mineradores. Nesse contexto, as tensões em âmbito internacional e nacional favoreceram a ampliação do discurso anticomunista na cidade. Assim, o fortalecimento de um discurso voltado para o empresariado da cidade voltou a aparecer como posicionamento do noticiário. As notícias foram apresentadas aos leitores em forma de manchetes, que abordavam e apontavam para acontecimentos referentes ao regime comunista como algo desestabilizador dos bons costumes da família brasileira, além de destacarem que o regime era uma ameaça aos governos, principalmente quando se tratava de João Goulart na presidência da República, uma vez que este continuava sendo visto como um simpatizante dos comunistas (ZANELATTO. CAMPOS, 2018).

O jornal *Tribuna Criciumense* foi utilizado durante todo o período pré-golpe como um instrumento de disseminação dos interesses dos setores conservadores, em apoio às forças armadas, como a melhor solução para impor novamente a paz no Brasil. No início dessa fase, o noticiário trouxe pequenos textos apontando para a moral e os seguimentos religiosos católicos,

⁵ Foi criado em uma família tradicional e sob forte influência política. Seu pai, Lourival Álvares Campos, era deputado estadual em Goiás no ano de seu nascimento. No ano de 1945, Campos mudou-se para a cidade de Curitiba a fim de prestar o vestibular e formar-se no curso de engenharia química. No período em que permaneceu em Curitiba, filiou-se, pela primeira vez, a um partido político, o PSB – Partido Socialista Brasileiro (CAMPOS, 2001).

que, aos poucos, foram sendo utilizados e engrandecidos em comparação a uma suposta doutrina comunista (ZANELATTO. CAMPOS, 2018).

Em um dos textos deixou evidente o quão perigoso seria uma ditadura comunista, pois, para eles, tantas mudanças na conjuntura governamental e social trariam uma desordem significativa para o País. Assim, o discurso voltou-se diretamente para a classe trabalhadora, procurando mostrar o que perderiam com o suposto governo comunista.

Nosso operário é exemplo de retidão e sabe que o entendimento deve imperar, para a felicidade de sua própria família. É verdade nua e crua dos fatos, queiram ou não os contumazes intrigantes deste município. Não, meus amigos, chega de tanta injúria. Tentemos elevar, cada vez mais, o bom nome de nossa terra. Mas não tentar espezinhar os que podem e vêm fazendo tanta coisa por ela. Onde não há patrão, não há empregado e onde não há harmonia entre classes não pode haver também o progresso, degenerando para a desavença e muitas vezes para sacrifícios físicos. Norteemo-nos por este princípio e façamos de Criciúma o que ela e seu laborioso povo merecem. (JORNAL TRIBUNA CRICIUMENSE, 15 de janeiro de 1962).

O texto do jornal, evidencia um discurso corporativista, em um contexto em que a organização dos trabalhadores das minas de carvão estava em ebulição. Por sua vez, os mineradores, preocupados com a crescente mobilização dos trabalhadores e por uma articulação do empresário Diomício Freitas, que era deputado federal, conseguiram criar o Sindicato dos Mineiros de Rio Maina, em 1962, com o objetivo de dividir a categoria. Para Volpato (1984), os anos de 1957 a 1964 apontam para um período de grande militância e luta pelos direitos trabalhistas no sindicato dos mineiros. Isso causava preocupação aos mineradores, contribuindo para que acirrassem o discurso anticomunista na imprensa.

Outras reportagens seguiram o mesmo discurso com uma linguagem direcionada para atingir o pensamento do trabalhador, associando-o à sua família, ao seu lar e ao seu trabalho. Justificavam-se apontando para o crescimento econômico que o país vinha experimentando e alertavam que o trabalhador, acerca disso, deveria refletir sobre tantos benefícios que já havia obtido – melhores condições de vida e de trabalho –, antes de reclamar e se deixar levar por ideologias alheias.

Não há mais dúvida alguma, ao menos para os que lêem, [sic] pensam e meditam um pouquinho que seja, que, no Brasil, o nível de vida do povo melhorou no sentido de ter melhores coisas, de adquirir o que deseja com Zanelatto, *Guerra Fria e ditadura civil-militar na capital do carvão*

mais facilidade, de gozar com mais frequência dos frutos da civilização, embora esteja defeituosa. Não há dúvida, também, de que este mesmo povo adquiriu um muito mais crescido sentido de seu valor, de sua consciência, de seus direitos, embora venha várias vezes desprezando suas obrigações. Um povo assim pode melhorar uma nação ou arrastá-la para um extremo qualquer de governo: fascista, ditatorial ou comunista. (JORNAL TRIBUNA CRICIUMENSE, 13 de abril de 1963).

A reportagem procurava amedrontar os trabalhadores – por um lado, apontava para uma suposta melhora das condições de vida dos trabalhadores, reconhecia que estes adquiriram consciência de classe e, portanto, de seus direitos; mas, por outro, enfatizava que a civilização estava defeituosa e que os trabalhadores não cumpriam suas obrigações, o que poderia levar o país para o fascismo ou o comunismo. Portanto, a reportagem, com um tom intimidador, tinha um alvo certo – os trabalhadores das minas de carvão que vinham se articulando e lutando por direitos já há algum tempo.

Os anos que antecederam ao golpe civil-militar, sob o governo de João Goulart, foram marcados pela pressão e articulação dos setores conservadores - o inconformismo da UDN, juntamente com setores da igreja e os militares, deixa ainda mais acirrado o discurso anticomunista no País.

Em um contexto em que vigorava o sistema parlamentarista imposto ao País, João Goulart era praticamente uma figura “decorativa” no governo, pois as decisões eram tomadas pelo Primeiro Ministro. Jango, assim como grande parte da população, não acreditava no sucesso do parlamentarismo. Enquanto lutava por um plebiscito defendendo a volta do presidencialismo, a direita persistia contra ele.

No segundo semestre de 1962, a batalha pelo Brasil em meio à Guerra Fria se acirrou. As esquerdas reafirmaram seu projeto político a partir do tema das reformas, que para alguns era o começo da “Revolução Brasileira”. As direitas, ainda assustadas com o fracasso do golpe contra a posse de Jango, procuravam novas táticas e novos sócios para sua conspiração. As eleições para os governos estaduais e para o legislativo daquele ano serviram de laboratório para novos ataques ao presidente reformista. (NAPOLITANO, 2014, p. 37).

A mobilização articulada por João Goulart conseguiu antecipar a eleição para que o povo escolhesse entre o parlamentarismo e o presidencialismo. O plebiscito aconteceu no dia 6 de janeiro de 1963. A esquerda trabalhista sentia-se vitoriosa, enquanto a tensão continuava nos

Zanelatto, Guerra Fria e ditadura civil-militar na capital do carvão

setores de direita, como demonstraram as páginas do jornal *Tribuna Criciumense* nessa fase. A discussão sobre o plebiscito solicitado por Jango apareceu em uma das reportagens que, de forma sucinta, alegou uma futura crise em consequência do ato.

Noticia-se que o presidente João Goulart teve longa entrevista com o governador de Minas Gerais, Sr. Magalhães Pinto, no sentido de novas e enérgicas providências para compelir a Câmara dos Deputados a votar nova data para a realização do plebiscito sobre o parlamentarismo. Para isto, haverá revisão nos quadros de auxiliares militares e civis da Presidência, medidas em conjunto que poderão gerar outra crise como a havida há pouco tempo com a indicação do novo premiê. (JORNAL TRIBUNA CRICIUMENSE, 28 de julho de 1962).

Após a realização do plebiscito, Jango assumiu com plenos poderes e iniciou as chamadas reformas de base. As reformas propostas pelo presidente geraram um inconformismo absoluto entre a direita nacional e os interesses norte-americanos. Conforme Napolitano a grande maioria das propostas de Jango não teve sucesso e que, para além de tantas acusações, desconfiavam de um suposto “[...] golpe de Estado apoiados nos setores subalternos das Forças Armadas” (NAPOLITANO, 2014, p. 41).

Aos poucos, a crise do governo João Goulart foi se fortalecendo a cada decisão e atitude tomada no congresso. O presidente tentou se aproximar da população na tentativa de ganhar força e apoio do legislativo. Suas tentativas de reforma fracassaram, não conseguiram apoio no congresso. Assim, foi dado o Golpe Civil-Militar em 31 de março de 1964, iniciou-se a fase de glória da direita udenista e dos outros setores que lhe davam apoio. As manchetes que estavam estampadas nas páginas do jornal eram os discursos dos setores dominantes que se sobressaíam outra vez (ZANELATTO. CAMPOS, 2018).

Com o título “*Superada a crise – Vitória do movimento rebelde*”, uma página tomada por recortes glorificando a derrota de João Goulart e a posse dos militares no governo do Brasil. Descaradamente, o discurso vitorioso do governador Carlos Lacerda foi aplaudido e proliferado pelo noticiário: “Não te aproximes. Não te queremos matar, mas estamos prontos para repelir os que aqui te mandaram. E se tu atirares morrerás também. Não queremos matar, mas não estamos dispostos a morrer na hora da vitória” (JORNAL TRIBUNA CRICIUMENSE, 3 a 11 de abril de 1964).

A matéria declarava que João Goulart “renunciou” e que não se sabia por onde andava o presidente. Além disso, as notícias abordavam o que ocorria no Rio de Janeiro e em São Paulo e destacavam: *Povo carioca festeja vitória*, além de *grande desfile em São Paulo*, aclamando a vitória comemorada. As detenções de última hora em Criciúma também faziam parte da manchete. “O Dr. Helvidio Veloso, delegado Regional de Criciúma, recebeu e está cumprindo ordem de Florianópolis para deter e interrogar diversas pessoas de nossa cidade. A polícia cricumense deu também uma batida no Sindicato dos Mineiros onde foram apreendidos alguns cassetetes” (JORNAL TRIBUNA CRICIUMENSE, 3 a 11 de abril de 1964).

Logo após o golpe em 1964, foi decretada uma greve geral entre os mineiros da região, uma forma de protesto contra o golpe. “O sindicato dos trabalhadores na indústria da Extração de Carvão de Criciúma ‘estava na mira’ do novo governo que se instalou no país. No dia 10 de abril de 1964, ocorreu a prisão dos principais líderes e dirigentes sindicais de Criciúma” (VOLPATO, 1984, p. 120).

O noticiário prestigiou a posse do primeiro presidente militar como o início de uma fase de progresso para o País. *Castelo Branco presidente - Brasil Busca Melhores Dias*, foi como anunciaram as “boas-vindas”. “Exatamente às 15:20 horas de quarta-feira, dia 15, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a Presidência. Em todos os recantos do país a posse foi saudada pelo repicar dos sinos e com esperanças o povo brasileiro aplaudiu Marechal Castelo Branco” (JORNAL TRIBUNA CRICIUMENSE, 18 a 25 de abril de 1964).

As promessas de um governo baseado nas leis e nas tradições foram assimiladas no jornal como um governo que garantiria o futuro e o progresso da nação. Deu destaque a uma política internacional com países “livres”. Em comparação ao governo de João Goulart, outra reportagem trouxe um recorte apostando em melhoras com o novo presidente Castelo Branco:

Uma vassourada na demagogia, na agitação, na improbidade, na corrupção e um reformismo lúcido, honesto, consciencioso que, sem anunciar imediatas melhorias impossíveis, realmente conduza a nação, pelo roteiro do desenvolvimento e do progresso, eis que espera o Brasil deste que agora assume a suprema magistratura da República contando com a confiança da imensa maioria de seus concidadãos. (JORNAL TRIBUNA CRICIUMENSE, 25 a 2 de maio de 1964).

Pouco tempo depois, o governo do presidente Castelo Branco rompeu relações internacionais com Cuba, persistindo a “luta” contra os comunistas, como demonstrou o *Tribuna*

Zanelatto, *Guerra Fria e ditadura civil-militar na capital do carvão*

Criciumense: “O governo do presidente Humberto Castelo Branco rompeu dia 13 as relações diplomáticas com Cuba. A decisão tomada pelo governo brasileiro está em perfeita consonância com os propósitos de não admitir ação comunista no território nacional [...]” (JORNAL TRIBUNA CRICIUMENSE, 16 a 23 de maio de 1964).

A notícia foi recebida com satisfação, por acreditarem que o novo presidente estava cumprindo suas promessas, as quais eram constantemente apoiadas pela direita brasileira. O texto também foi usado para criticar o governo de Fidel Castro e enaltecer os norte-americanos.

O golpe civil-militar em Criciúma

Como já exposto, no contexto no qual se processou o golpe civil-militar de 1964 a cidade de Criciúma vivenciava dois momentos: de um lado, observa-se a intensa mobilização empreendida pelos trabalhadores das minas de carvão. E do outro lado, o período foi também marcado pelo domínio das indústrias carboníferas, mas pelo início da diversificação econômica com o aparecimento de outros setores econômicos em Criciúma.

O início dos anos de 1960 foi marcado por intensa mobilização dos mineiros de Criciúma. As mobilizações e greves não exigiam somente melhores salários, mas também melhores condições de trabalho, compensação pelo trabalho insalubre e energia elétrica nas vilas, entre outras questões que estavam na pauta de reivindicações e motivavam os movimentos dos operários das minas de carvão da região. Esta intensa mobilização foi parcialmente interrompida com o golpe militar de 1964, que entre seus primeiros atos processou a intervenção no Sindicato dos Mineiros de Criciúma. (MIRANDA, 2013, p. 123)

Desde o final dos anos de 1950 o sindicato vinha sendo dirigido por diretorias que eram consideradas combativas, pois estavam sintonizadas com as lutas e as resistências dos trabalhadores. (VOLPATO, 1984). Além das lutas travadas no espaço fabril, muitos trabalhadores foram articulando suas lutas na organização partidária, em especial no PCB e no PTB.

o golpe civil-militar de 1964 foi, sobretudo, uma reação à ação organizada dos trabalhadores urbanos e rurais, que se mobilizaram em massa pelas reformas de base. Os militares e seus aliados civis, em particular no mundo empresarial, queriam, em grande medida, impedir o avanço da tão temida “República Sindicalista” e não foi à toa que as tropas militares comandadas pelo general Olímpio Mourão, na madrugada do dia 31 de março para o dia Zanelatto, *Guerra Fria e ditadura civil-militar na capital do carvão*

primeiro de abril de 1964, invadiram a Fábrica Nacional de Motores – símbolo do nacionaldesenvolvimentismo da Era Vargas – localizada estrategicamente na estrada que liga Minas ao Rio, para prender e isolar os trabalhadores (CORREA. FONTES, 2016, p. 133).

Em relação ao processo de diversificação econômica de Criciúma, este foi se processando de forma incipiente no final dos anos de 1940 e durante a década de 1950, mas eram ainda ofuscados pela indústria mineradora. A partir da década de 1960, novos setores industriais vão tomando conta da paisagem econômica local. Os resultados positivos gerados pelas “novas” atividades (cerâmica, metalúrgico, vestuário...) fez com que vários empresários do setor extrativista passassem a se dedicar também a um desses novos setores que vinham em crescimento. (GOULARTI FILHO. NETO, 1997. SANTOS, 2002).

Mesmo com processo de diversificação econômica, as atividades principais da cidade eram a mineração e a agricultura, com maior destaque para a primeira. Cabe lembrar que o boom da mineração ocorreu no contexto da segunda guerra mundial - despontou significativamente, a população da cidade praticamente dobrou, atraiu trabalhadores dos vários municípios do sul catarinense, de várias regiões do estado e também de outros estados. Este processo de migração contínuo e o rápido crescimento da exploração do carvão mudou a paisagem da cidade e aumentou a exploração dos trabalhadores (CAROLA, 2004. TICHÊS. ZANELATTO, 2015).

Foi diante deste cenário de mudanças econômicas e de lutas dos trabalhadores que Criciúma vivenciou o golpe militar e a instalação novamente, na história da República, de um regime autoritário imposto pela utilização da força, apoiado pelos grandes empresários nacionais e estrangeiros, por setores conservadores da igreja católica, pelos partidos políticos de direita alinhados com a perspectiva do liberalismo econômico e com a política norte americana para a América Latina (OLIVEIRA, 1987. VIZENTINI, 2003).

Em Santa Catarina, o município de Criciúma foi um dos que mais ofereceu resistência ao movimento militar armado de 31 de março de 1964. Às 23 horas daquele dia, o Comando Geral dos Trabalhadores determinava greve geral no país. Os trabalhadores locais, a maioria simpatizante ou filiada ao PTB e ao PCB, começam a articular uma frente municipal de resistência. A intenção era repetir a cadeia de legalidade de 1961, quando grupos locais se uniram a uma das tropas do 3º Exército de Porto Alegre, se entrincheiraram nas proximidades de Içara e deram sua parcela de contribuição para garantir a posse constitucional de João Goulart (ZANELATTO. TRICHÊS. CAROLA, 2016).

Zanelatto, *Guerra Fria e ditadura civil-militar na capital do carvão*

A orientação do Comando Geral dos Trabalhadores, veiculada pelas emissoras de rádio, foi recebida pelo presidente do Sindicato dos Mineiros, Jorge João Feliciano, membro do PCB que atuava no PTB, e que havia participado do comício de 13 de março na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Às duas horas da madrugada, Feliciano já estava com a diretoria do sindicato reunida, que analisa a situação nacional e vai para as minas de carvão. O 1º dia de abril amanhece com todas as minas completamente paralisadas. Entre trabalhadores da ativa e aposentados, o sindicato conseguiu reunir cerca de seis mil pessoas na praça Nereu Ramos, no centro da cidade. (TRICHÊS. ZANELATTO, 2015. ZANELATTO. TRICHÊS. CAROLA, 2016. FELICIANO, entrevistado em 20 de outubro - 1992).

Em assembleia anterior, com a presença de policiais infiltrados (isso havia tornado uma constante), o presidente havia dito que o Sindicato comprara armas. O blefe visava impedir que a polícia invadisse o prédio, prendesse a diretoria e colocasse os demais a correr. A polícia local, comandada pelo delegado Helvídio de Castro Velloso Filho, rondava o sindicato e a Rádio Difusora (de onde os grevistas comandavam a greve), mas não interferia. Enquanto isso, o batalhão do exército de Tubarão ganhava posição, chegava a Jaguaruna e de lá enviava emissários ordenando que a rádio fosse fechada. O comando da resistência devolvia a ordem, sugerindo que o próprio exército fosse a Criciúma tomar a providência. Com a mesma informação da polícia, o exército não chegava, porque acreditava que os trabalhadores estivessem armados. (FELICIANO, entrevistado em 20 de outubro - 1992).

Acuados entre a polícia local e o exército de Tubarão, no dia 02 de abril os resistentes mandam um mensageiro à capital gaúcha. Ao contrário de 1961, desta vez o 3º Exército aderira ao golpe. No mesmo dia 02 de abril, por volta das 17 horas, o presidente do Sindicato passa na rádio e grava mensagem determinado que os trabalhadores voltassem ao trabalho e que aquela luta estava perdida. Quando a mensagem foi veiculada, cerca de uma hora depois, muitos trabalhadores voltaram às minas, outros foram para casa e alguns trataram de fugir. Horas depois, o exército chegava e passava a dominar a situação. A resistência dos petebistas e comunistas tinha chegado ao fim. (FELICIANO, entrevistado em 20 de outubro - 1992).

Enquanto o deputado federal Leonel Brizola tentava em vão rearticular a cadeia da legalidade e o presidente João Goulart voava de Brasília para procurar refúgio no Rio Grande do Sul, não restou aos petebistas e comunistas locais outra alternativa senão tentar se salvar (TRICHÊS. ZANELATTO, 2015) Segundo Feliciano, alguns conseguiram fugir. Explica que ele e seu vice, Raimundo Verdieri, foram aconselhados por um médico a escapar, pois ninguém tinha a mínima ideia do que iria acontecer com os resistentes, se o exército prenderia ou chegaria

Zanelatto, Guerra Fria e ditadura civil-militar na capital do carvão

atirando para matar. (FELICIANO, entrevistado em 20 de outubro - 1992). Os dois sindicalistas relutaram, mas acabaram acatando a sugestão do médico, pegaram um revólver, seu carro e dinheiro emprestado, um motorista para guiar e partiram. Durante uma semana, ficaram foragidos, escondidos em São Bento Alto, localidade do vizinho município de Nova Veneza. Em nove de abril os fugitivos se apresentaram e foram presos (ZANELATTO. TRICHÊS. CAROLA, 2016).

As atividades do presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma foram bem detalhadas no relatório do Coronel Newton Machado Vieira⁶. No relatório Jorge Feliciano então presidente do Sindicato é colocado como um dos principais responsáveis pelos últimos acontecimentos na cidade e que teria prestado depoimento muito sincero.

Não parece dúvida, pois, que tomou parte das mais ativas nos últimos acontecimentos, inclusive fazendo fechar as minas em greve geral (...). Aliás, sua participação nestes dias não se restringiu somente ao fechamento das minas, mas agitou tremendamente no Sindicato dos Mineiros e na Rádio Difusora, fato que não negou em seu depoimento, o que veio coincidir com as declarações das testemunhas Ernesto Hilário e do dr. Helvídio de Castro Velloso Filho e dos indiciados Gil Braz Zobot Correia, Waldemar Bresciani e Manoel Garcia. (COIMBRA, 1996: 91).

No relatório o Coronel relacionou outras atividades que considerou subversiva e que não se limitavam aos acontecimentos daqueles dias, pois vinham se processando há muito mais tempo. Dentre elas destacam-se os discursos em assembleias do Sindicato, reuniões com Aldo Dietrich, telegramas enviados à Rádio Mayrink Veiga e ao presidente João Goulart, fazia parte do programa “Hora Sindical” de caráter agitado, fomentou greves políticas e ilegais paralisando as atividades da Carbonífera Metropolitana, assinou o manifesto “pró-Cuba”... E na delegacia de polícia da cidade estava fichado como comunista, foi acusado de tal por várias testemunhas arroladas no Inquérito Policial Militar, entre elas o padre Estanislau Cizeski, considerado pelo sindicalistas um inimigo que estava sempre a serviço dos mineradores (ZANELATTO. TRICHÊS. CAROLA, 2016).

As ações dos golpistas foi bem-sucedida. Em Criciúma, a Rádio Difusora, outrora um dos espaços da resistência civil, foi fechada. O Sindicato dos Mineiros foi posto sob intervenção e grande parte de sua diretoria presa. Simultaneamente, começaram a prender as demais

⁶ O coronel Newton Machado Vieira, foi responsável por instaurar o Inquérito Policial Militar no sul catarinense.

lideranças que haviam articulado a resistência ao golpe. No mesmo dia 02 de abril, o Exército prenderia a maioria da executiva do PTB, seu presidente Addo Vânio de Aquino Faraco e dois de seus vereadores, José Martinho Luíz e Abílio dos Santos, além do médico Manif Zacharias, um dos principais quadros do PCB local. (FELICIANO, entrevistado em 20 de outubro - 1992).

Neste contexto de prisões transcorreu o relatório do Inquérito Policial Militar feito pelo Coronel Newton Machado Vieira. Nele listou os nomes dos principais “agitadores comunistas” e sindicalistas de Criciúma e região carbonífera. Entre eles: “Armando Marcílio, Doutel de Andrade e Addo Vânio de Aquino Faraco, pois estes dois, inclusive, são sócios da ZYT-52 – Rádio Difusora de Criciúma, um dos principais focos de agitação, pois, nos últimos acontecimentos, foi daí que se tentou comandar um movimento de rebeldia à revolução vitoriosa” (COIMBRA, 1996, p. 89). O relatório ainda destacava

Paralelo a esta rádio como foco permanente de agitação tínhamos os Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Criciúma, desde 1957 entregue às mãos do advogado e perigoso comunista dr. Aldo Pedro Dietrich, ora foragido, que era, aparentemente e por dever de ofício, simples causídico daquele Sindicato, mas na realidade, era o seu legítimo dono, aquele que comandava todas as suas ações, sendo as diretorias eleitas mero instrumento de ação nas mãos daquele vermelho (COIMBRA, 1996, p. 90)

A segunda grande triagem ocorreria no estádio do Comerciarío Esporte Clube, (atualmente Estádio do Criciúma Esporte Clube) que foi usado para interrogar cerca de mil trabalhadores, de Criciúma e municípios vizinhos, a quase totalidade deles com alguma ligação com o PTB e o PCB. De lá, alguns foram diretamente para a prisão e os demais foram liberados. Posteriormente, ocorreriam ainda inúmeras outras prisões, feitas geralmente de dia, a partir de detenções feitas em casa, em bares e nas minas, sem qualquer explicação (ZANELATTO. TRICHÊS. CAROLA, 2016).

A primeira prisão local usada para deter os presos políticos foi o colégio estadual Professor Lapagesse, onde permaneceram incomunicáveis por 15 dias. Depois, foram transferidos para o prédio do Plano de Carvão Nacional, repartição do governo requisitada pelos militares, localizada na rua Coronel Pedro Benedet, próximo do Hospital São José. Com as prisões feitas pelo Exército de Tubarão, sediou-se em Criciúma o 23º Regimento de Infantaria de Blumenau, a quem competiu realizar os inquéritos policiais militares, chefiado pelo coronel

Zanelatto, Guerra Fria e ditadura civil-militar na capital do carvão

Nilton Machado Vieira. Na prisão improvisada, as lideranças políticas e sindicais foram distribuídas em grupos. Os principais líderes foram postos em celas isoladas, de modo a impedir qualquer possibilidade de contato entre eles e seus liderados. Os períodos de prisão variaram de preso para preso, numa média entre 45 e 90 dias, era o tempo dos interrogatórios que giravam sempre em torno dos mesmos temas: comunismo, resistência à “revolução”, paralisações, o apoio dado a Jango em 1961. Além das sessões frequentes de interrogatórios, os presos podiam receber visitas da família uma vez por semana, durante duas horas, ler jornais e ouvir rádio. (TRICHÊS. ZANELATTO, 2015)

Quando finalizaram os interrogatórios, alguns presos políticos, como o presidente do Sindicato dos Mineiros, Jorge João Feliciano, ficou detido no prédio do Plano de Carvão Nacional. Outros foram removidos para as instalações da Marinha e do Exército em Florianópolis. Um terceiro grupo, incluído aí o presidente do PTB local preso e incomunicável por 69 dias, foi levado de ônibus para o Paraná. Faraco ficou preso na da polícia militar de Curitiba, porque era deputado estadual. Os demais petebistas e comunistas foram encarcerados na penitenciária do Estado. Presos entre seis e oito dias na capital paranaense, alguns foram mandados embora. Permaneceram detidos o deputado e mais dois companheiros do partido. Posteriormente, eles também seriam liberados, mas com a determinação expressa de darem presença diária no DOPS e não retornarem a Santa Catarina (TRICHÊS. ZANELATTO, 2015).

Passados três meses, uma ordem do presidente Castelo Branco determinaria a soltura e a possibilidade de os presos responderem aos inquéritos policiais militares fora das prisões. Soltos, os “subversivos” tinham periodicamente que prestar depoimento na 5ª Região Militar de Curitiba, para onde os processos tinham sido enviados. Em novembro de 1968, a auditoria militar da 5ª Região julgaria os processos de Addo Vânio de Aquino Faraco, Aldo Dietrich, Manoel Garcia, Raimundo Verdieri, Obadias Gonçalves, Manoel Ribeiro e Clóvis Vilatore, acusados de participação nos acontecimentos políticos que antecederam 31 de março de 1964. Todos foram absolvidos por quatro votos contra um. Os demais processos seriam julgados posteriormente. (TRIBUNA CRICIUMENSE, 16 de novembro de 1968).

Se os militares patrocinaram indiscriminadamente inúmeras prisões, coube à Câmara de Vereadores de Criciúma promover a cassação de mandatos legislativos. Segunda maior força no Legislativo com quatro representantes, o PTB foi o único partido a ser afetado e teve sua bancada reduzida à metade. Os vereadores petebistas, Abílio dos Santos e José Martinho Luiz, detidos em abril, tiveram seus mandatos cassados de maio a novembro de 1964. As cassações, inspiradas no

Ato Institucional nº 01 de 09 de abril de 1964, foram feitas pelo PSD. A UDN se manteve omissa (ZANELATTO. TRICHÊS. CAROLA, 2016).

A Câmara de Vereadores, no dia 18 de maio de 1964 recebe e aprova um decreto do prefeito Arlindo Junkes, prorrogando até 31 de maio a vigência da Comissão de Inquérito, instaurada na prefeitura para levantar quaisquer atividades dos servidores municipais que tivessem ferido a Lei de Segurança Nacional. Na mesma data, recebe ofício nº 021/64 do coronel Newton Machado, encarregado do inquérito policial militar na cidade, fazendo menção sobre os vereadores José Martinho Luiz e Abílio dos Santos (TRICHÊS. ZANELATTO, 2015).

Os dois vereadores haviam sido presos, junto com outras lideranças e militantes do PTB e PCB, em 02 de abril. José Martinho Luiz ainda havia sido demitido da prefeitura e tinha entrado na justiça contra a administração municipal, pedindo sua reintegração ao quadro funcional. Na prisão em Florianópolis, os dois ficaram detidos por cerca de 20 dias. No retorno da prisão e ao tentarem reassumir suas funções legislativas, o PSD cassa seus mandatos. Integrava a bancada pessedista Antônio Guglielmi Sobrinho (presidente da Câmara), Fidelis Barato, Nelson Alexandrino, Pedro Guidi e Edegar Cândido da Rosa, que havia assumido com a posse de Junkes na prefeitura. “Surpreendentemente”, o ato de cassação dos dois parlamentares petebistas não consta dos livros de atas de registros daquele poder (TRICHÊS. ZANELATTO, 2015).

Em setembro, os vereadores cassados impetram mandado de segurança na 2ª Vara da Justiça. No início de novembro, o juiz Ayres Gama Ferreira de Mello manda a Câmara reintegrar os cassados que são convocados a retornar no mesmo dia. Na sessão de 11 de novembro, José Martinho Luiz e Abílio dos Santos retornam à Câmara e são saudados da tribuna pelo udenista Fidelis Back. Os cassados agradecem e cumprimentam os demais vereadores (ZANELATTO. TRICHÊS. CAROLA, 2016). O fantasma da cassação tinha chegado ao fim. Entretanto, a marca da ditadura viria com força nos anos seguintes ao golpe: os Atos Institucionais, estes marcariam profundamente a vida sóciopolítico brasileira.

Exército e os grupos dominantes locais: a instalação do 28º GAC na cidade

Segundo o historiador Uruguaio René Dreifuss⁷ (1981), a Escola superior de Guerra teve um papel no estabelecimento de relações orgânicas entre militares e civis (em especial os empresários) que foram decisivas para o golpe. Pode-se afirmar que estas relações permearam toda a ditadura. Estudo recente, do historiador Pedro Campos (2014) demonstraram a estreita relação entre empreiteiras brasileiras e a ditadura. Em Criciúma o estabelecimento de relações entre os empresários, políticos locais com os militares ficou muito bem explícito quando da instalação do GAC - 28º Grupo de Artilharia de Campanha em 1977.

Como já exposto na primeira sessão deste artigo, em Criciúma, antes do golpe militar empresários do setor carbonífero preocupados com a forte organização do Sindicato dos mineiros, articularam-se e conseguiram dividir o Sindicato. No final de 1961 criaram a Associação e no início do ano seguinte conseguiram a carta sindical, que transformou a associação no Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Carvão do Distrito de Rio Maina. Criaram um sindicato na mesma base territorial, o que era/é proibido pela legislação trabalhista brasileira (ZANELATTO. TRICHÊS. CAROLA, 2016). Criado com o objetivo de enfraquecer o Sindicato dos Mineiros “pode ser considerado caso raro no Brasil, pois quebra a regra da unicidade sindical definida na CLT desde 1943” (MIRANDA, 2013, p.131).

Os mineradores, além de conseguirem a divisão do Sindicato dos Mineiros, controlavam imprensa da cidade - rádio Eldorado e o jornal Tribuna Criciumense (com exceção da rádio Difusora que até o golpe mantinha proximidade com os trabalhadores), exerciam influencia na União dos Estudantes Secundaristas de Criciúma, pois esta entidade vinha na contramão do movimento estudantil em âmbito estadual e nacional que faziam oposição à ditadura civil-militar⁸. Além disso, o padre Estanislau Cizeski era um forte aliado dos empresários da mineração.

As preocupações dos mineradores com organização dos trabalhadores de Criciúma e região carbonífera contribuíram para a aproximação com os militares. Os dois setores tinham preocupações com os movimentos sociais locais, a cidade era vista por estes como a “Cuba” brasileira. Logo após o golpe começaram as conversações para a construção de um quartel na cidade. O jornal Tribuna Criciumense publicava um mês após o golpe a matéria intitulada “Um

⁷ Segundo o autor os setores dominantes orgânicos escolados na ESG e também no IPES-IBAD empenharam-se em desmobilizar, desarticular os movimentos sociais - estudantis, operários, camponeses...

⁸ Um exemplo desta assertiva foi a participação de dois membros da UESC – Archimedes Napolini e Mario Belolli em Cursos ministrado por Golbery do Couto e Silva afim de apreenderem a identificar comunistas. (VITALI, 2013).

quartel para a capital do carvão” conclamando aos setores dominantes da cidade para viabilizar a construção do quartel. “É provável que Criciúma possua brevemente um quartel... necessitando para êxito desse proposito da cooperação de nossa cidade através de seu prefeito e de todas mais entidades representativas.” (TRIBUNA CRICIUMENSE, maio de 1964).

A viabilização do quartel em Criciúma configurou-se em uma negociação entre os dirigentes do poder local, e os militares. Em maio de 1964, Sebastião Netto Campos minerador e político da cidade convocou uma reunião com Sindicato dos mineradores cujo objetivo era viabilizar os recursos para início da construção do quartel. Os mineradores prontamente abraçaram o projeto conforme exposto pelo jornal Tribuna Criciumense: “foi autorizado ao diretor do Sindicato a doar em nome daquela classe dez hectares de terra localizados próximo a Cidade Mineira e mais uma importância inicial de 10 milhões de cruzeiros para o fim específico da instalação de um quartel em Criciúma. (TRIBUNA CRICIUMENSE, maio de 1964).

É possível inferir que os recursos provenientes dos mineradores não foram suficientes para a construção do quartel, pois efetivamente a obra teve início somente em 1976 e não foi no terreno que supostamente o Sindicato dos mineradores teria doado. As obras iniciaram com a intervenção do poder público municipal durante a gestão do prefeito Argemiro Manique Barreto que era também empresário na cidade e viabilizou os recursos com outros empresários, desapropriou um terreno na Quarta Linha (bairro do município) e iniciou as obras. Segundo o prefeito:

Então aí nós começamos as obras.... Quem chega lá observa: há um aterro bastante grande... E construímos este pavilhão aqui, o rancho. Isso aqui, os mineradores, os ceramistas, liderados mais uma vez por seu Diomicio Freitas. Graças a ele. Eu falei com ele. Ele disse: “Vamos reunir o pessoal”. Reuni o pessoal na prefeitura. Disse: “Olha, vocês têm que me ajudar com 100 mil reais cada um.” Então cada ceramista e minerador, que no caso foi o seu João Janete e o Cechinel, que era o dono da Cesaca, doaram 200 mil. O seu Diomicio Freitas também, 200 mil. Os demais mineradores entraram com 10 mil, perfazendo um milhão e cem. Nós construímos por nossa conta. Esse dinheiro foi canalizado aos cofres da prefeitura. Nós construímos e entregamos. E, independente disso, foi levado água, que não tinha na época, que a CASAN nos ajudou levando água, a energia, né toda a terraplanagem. Em resumo, tudo aquilo que tinha que ser feito foi feito para que facilitasse o espaço e a implantação do quartel. (TEMPOS ACADÊMICOS, 2003, p. 110).

Fica explícito na citação a articulação entre o poder público municipal e os empresários da cidade, mas agora além dos mineradores os ceramistas entraram com os recursos para

Zanelatto, Guerra Fria e ditadura civil-militar na capital do carvão

viabilizar a construção do quartel. Era o processo de diversificação econômica que se processava a passos largos na cidade e que por sua vez atraía trabalhadores provenientes dos vários municípios do sul catarinense. Esta crescente concentração do número de trabalhadores na cidade preocupava os empresários e também os militares. Portanto a instalação do quartel em Criciúma facilitava “acompanhar a movimentação da cidade e desencadear medidas repressivas com mais rapidez e eficiência, mantendo a ordem que tanto interessava aos militares e à elite dirigente.” (TEMPOS ACADÊMICOS, 2001, p. 111).

Com a conclusão das obras, foi transferida para Criciúma uma unidade do exército que estava provisoriamente instalada na cidade de São Francisco do Sul - região norte do estado. A partir de 1977 a sociedade criciumense em especial os supostos comunistas e os sindicalistas passaram a ser acompanhados de perto pelo serviço de espionagem do exército (ZANELATTO. TRICHÊS. CAROLA, 2016).

Considerações finais:

...o tema trabalho, trabalhadores e movimento sindical tem caminhado à margem dos estudos sobre ditadura no Brasil. Tornou-se, por fim, uma temática um tanto quanto old fashion (CORREA. PONTES, 2016, p. 133).

A citação acima configura-se de uma preocupação de Correa e Pontes (2016) sobre a ausência de trabalhadores e de suas organizações nos estudos sobre a ditadura. Os autores apontam um conjunto de questões abordadas por uma recente historiografia e destacam “algumas das lacunas e dos desafios dessa produção, em particular no campo da história política e social do Brasil recente” (CORREA. PONTES, 2016, p. 132).

Caminhando na esteira da produção historiográfica recente o artigo demonstrou que a capital do carvão (como ficou conhecida a cidade do Criciúma ao longo do século XX, em especial depois da Segunda Guerra Mundial) foi palco de intensas disputas entre capital e trabalho no contexto da guerra fria e ditadura civil-militar.

De um lado, os trabalhadores das minas de carvão que com a expansão do setor foram se organizando ao longo da década de 1940, criaram uma Associação e posteriormente transformada em Sindicato no ano de 1945. Em torno do Sindicato travaram intensas disputas com os mineradores para melhorarem seus salários, condições de trabalho e moradia, militaram também nos partidos de oposição – PCB e PTB e tentaram resistir ao golpe.

Por outro lado, os mineradores (posteriormente a diversificação constituiu outros setores empresarias) buscaram controlar os trabalhadores, criaram várias estratégias para evitar suas lutas e articulação política, se utilizaram da imprensa, dividiram o Sindicato dos Mineiros, apoiaram o golpe militar e posteriormente a ditadura. Temendo a organização dos trabalhadores articularam com os setores militares a instalação do GAC - 28º Grupo de Artilharia de Campanha em 1977.

Portanto, o artigo demonstrou como a imprensa local (seguindo o que de modo geral ocorreu com a maioria da imprensa nacional) configurou-se em um instrumento dos setores dominantes locais na disseminação de uma narrativa anticomunista (antes e durante a ditadura) que visava atacar a organização dos trabalhadores, em especial o Sindicato dos Mineiros a Rádio Difusora e os militantes do PCB e PTB.

A partir da entrevista com o Presidente do Sindicato dos Mineiros e do relatório do Coronel Newton Machado, responsável por instalar um Inquérito Policial Militar no Sul Catarinense, foi possível revelar a movimentação dos trabalhadores na tentativa de resistir ao golpe como havia acontecido em 1961 com a Campanha da Legalidade. Esperavam uma resistência do presidente João Goulart, fato que não ocorreu. Com a consolidação do golpe os espaços de atuação dos trabalhadores foram atacados – o Sindicato dos Mineiros sofreu intervenção, boa parte da diretoria foi presa, a Rádio Difusora foi fechada, vereadores do PTB tiveram seus mandatos cassados.

Como exposto, ao longo da década de 1960 e 1970 os empresários da cidade e os militares foram muito próximos, e juntos criaram as condições para instalação do GAC - 28º Grupo de Artilharia de Campanha em Criciúma. A presença militar significou um maior controle/vigilância das ações dos trabalhadores. Entretanto, isso não significou a desmobilização dos trabalhadores que continuaram criando maneiras de atuarem. Em outubro de 1979 no contexto das greves do ABC paulista os trabalhadores de Criciúma pararam a cidade com greves dos metalúrgicos, mineiros, ceramistas e motoristas, mas o estudo dessas mobilizações fica para outro escrito.

Referências

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais**. As empreiteiras brasileiras e a Ditadura Civil-Militar. Rio de Janeiro: Editora da UFF/Faperj, 2014.

CAMPOS, Sebastião Netto. **Uma biografia com um pouco da história do carvão catarinense**. Florianópolis: Insular, 2001.

COIMBRA, David. **Atravessando a escuridão**: memórias de um comunista casual. Criciúma, SC: Editora da UNESCO, 1996.

CORREA, Larissa Rosa. FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, jul. 2016

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

GOULARTI FILHO, Alcides & NETO, Roseli Jenoveva. **A Indústria do Vestuário**: economia, estética e tecnologia. (Cl. Teses) Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1997.

HOBBSAWM, Eric John. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NEGRO, Antonio Luigi. Ditadura nas fábricas do ABC e São Paulo. Verdades reveladas sobre os trabalhadores durante a ditadura. **Relatório da comissão nacional da memória, verdade e justiça da CUT / Central Única dos Trabalhadores** - Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça – São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.

LEMOS, Gustavo Perez. **Mineiros e Sindicalistas na cidade do carvão**: Criciúma (1953-1964). Florianópolis: UFSC, 2008 (Dissertação de Mestrado em História).

OLIVEIRA Sergio Murilo Ferreira de. Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar. **Rev. Adm. públ.**, Rio de Janeiro, 21(2):24-36, abr./jun. 1987.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis, ED. Insular, 1996.

TRICHÊS, Janete; ZANELATTO, João Henrique. **História Política de Criciúma no século XX**. Criciúma, SC: UNESCO, 2015.

SANTOS, Maurício Aurélio dos. **Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina**. Florianópolis, Ed. da UDESC, 1997.

SANTOS, Maurício Aurélio dos. **Acumulação e geração de emprego e diversificação da economia no Sul de Santa Catarina**: Carvão, cerâmica e indústria do plástico. São Paulo: USP. FFLCH, 2002 (tese de Doutorado em História).

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Revista Política & Sociedade**, Nº 13 – outubro de 2008.

RAMALHO, José Ricardo. ESTERCI, Neide Esterci. Militantes e assessores: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura. **Revista Mundos do Trabalho** | vol. 6 | n. 11 | janeiro-junho de 2014.

Revista **Tempos Acadêmicos**, n.1, 2003, Criciúma, SC.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento social no Brasil**. São Paulo: Difel, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

VITALI, Marli Paulina. **União dos estudantis secundários de Criciúma (UESC)**: entre o conservadorismo e a resistência. Criciúma: UNESC, 2013. (Dissertação de Mestrado em Educação).

VIEIRA, Jaci Guilherme. **História do PCB em Santa Catarina** – da sua gênese até a Operação Barriga Verde – 1992 a 1975. Florianópolis, UFSC. (Dissertação de mestrado em história).

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 195-216.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **A Pirita Humana**: os mineiros de Criciúma. Florianópolis, Ed. UFSC/Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

ZANELATTO, João Henrique. TRICHÊS, Janete. CAROLA, Carlos Renato. Do Golpe Militar a Instalação do 28º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC): à ditadura civil-militar na capital nacional do carvão (1964 -1977). **Antíteses**, v. 9, n. 17, p. 200-221, jan./jun. 2016.

ZANELATTO, João Henrique. CAMPOS Krislaine da Cruz De. Comunismo e Anticomunismo no jornal Tribuna Criciumense - 1955 - 1965. **Diálogos**, v.22, n.2, (2018) 98-119.

Fontes consultadas

Jornal Tribuna Criciumense 1955 a 1968

Entrevistas:

Jorge João Feliciano, entrevistado em 20 outubro 1992 por Janete Trichês.

Data de Submissão: 30/04/2020

Data da Avaliação: 01/06/2020

O EMPRESARIADO, DEFIM NETTO E A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Pedro Henrique Pedreira Campos¹


Resumo. Os estudos sobre o papel desempenhado pelo empresariado durante a ditadura civil-militar brasileira têm proliferado nos últimos anos. Nessa interface entre empresários e o regime, ganha destaque a figura de Antônio Delfim Netto, economista de relevante trajetória acadêmica, ligado a diferentes organizações corporativas e agente fundamental na condução da política econômica durante a ditadura. Baseado em fontes primárias produzidas no período e bibliografia especializada, verificamos que Delfim estava ligado ao grande capital nacional e estrangeiro, com destaque para a fração industrial paulista, não à toa privilegiada pelas políticas públicas nos períodos em que ele foi ministro. Adotando uma abordagem marxista gramsciana, entendemos que Delfim se portava como um intelectual orgânico da classe dominante brasileira durante a ditadura, sendo expressão do poder empresarial no regime.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar brasileira (1964-1988); Empresariado; Antônio Delfim Netto; Intelectual orgânico

THE BUSINESS COMMUNITY, DEFIM NETTO AND THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

Abstract. Studies on the role played by the business community during the Brazilian civil-military dictatorship have proliferated in recent years. In this interface between businessmen and the regime, the figure of Antônio Delfim Netto stands out, an economist with a relevant academic background, linked to different corporate organizations and a key agent in the conduct of economic policy during the dictatorship. Based on primary sources produced in the period and specialized bibliography, we found that Delfim was linked to the great national and foreign capital, with emphasis on the São Paulo industrial fraction, not for nothing privileged by public policies when he was a minister. Adopting a Gramscian Marxist approach, we understand that Delfim behaved like an organic intellectual of the Brazilian ruling class during the dictatorship, being an expression of business power in the regime.

Keywords: Brazilian civil-military dictatorship (1964-1988); Business community; Antônio Delfim Netto; Organic intellectual

¹ Professor de História da UFRRJ.  <https://0000-0002-9280-3649>. E-mail: phpcampos@yahoo.com.br.

**LOS EMPRENDEDORES, DEFIM NETTO Y DICTADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEÑA**

Resumen. Los estudios sobre el papel desempeñado por la comunidad empresarial durante la dictadura civil-militar brasileña han proliferado en los últimos años. En esta interfaz entre los empresarios y el régimen, se destaca la figura de Antônio Delfim Netto, un economista con antecedentes académicos relevantes, vinculado a diferentes organizaciones corporativas y un agente fundamental en la conducción de la política económica durante la dictadura. Con base en fuentes primarias producidas en el período y bibliografía especializada, encontramos que Delfim estaba vinculado a la gran capital nacional y extranjera, con énfasis en la fracción industrial de São Paulo, por nada privilegiado por las políticas públicas en los períodos en que era ministro. Adoptando un enfoque marxista gramsciano, entendemos que Delfim se comportó como un intelectual orgánico de la clase dominante brasileña durante la dictadura, siendo una expresión del poder empresarial en el régimen.

Palabras clave: Dictadura civil-militar brasileña (1964-1988); Emprendimiento; Antônio Delfim Netto; Intelectual orgánico

Apesar de não apontar para um horizonte de punição dos criminosos responsáveis pelo terror de Estado implantado nos anos da ditadura civil-militar (1964-1988), uma das boas consequências dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade em 2011 e de suas congêneres em outros níveis governamentais e em organizações, foi trazer à tona importantes debates sobre aquele período. Dentre as boas "feridas" reabertas, vimos a retomada da discussão pública sobre a participação civil no regime ditatorial, particularmente em sua faceta expressa no segmento empresarial.

Um dos emblemas dessa participação empresarial no regime instituído em 1964 é a figura do economista Antônio Delfim Netto. Ministro durante diferentes governos da ditadura, Delfim era ligado a vários empresários e organizações da classe dominante brasileira, sendo uma espécie de emblema da expressão da dimensão "civil" do regime. Por conta dessa relação umbilical do ministro tanto com a ditadura como com o empresariado, seu nome foi cogitado diversas vezes para depor na Comissão Nacional da Verdade e nas comissões regionais e setoriais semelhantes.

Em junho de 2013, o ex-super-ministro da ditadura foi convocado para prestar depoimento na Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, para explicar as denúncias de que teria organizado "caixinhas" entre empresários para organizar a repressão à esquerda armada em São Paulo. Diante das acusações, Delfim afirmou desconhecer as torturas no período e alegou nada conhecer acerca da arrecadação de recursos para financiar a perseguição de grupos guerrilheiros: "Eu não sei de nada disso. Vocês deveriam perguntar para o Elio Gaspari, que é um grande jornalista." (O ESTADO DE S. PAULO, 2013) Apesar de alegar isso e também que "o empresariado não tinha nenhuma relação na política da época" (FOLHA DE S. PAULO, 2013), todos indícios apontam para o contrário, que os grupos empresariais tinham em Delfim uma espécie de ponto de referência e elo entre esses grupos econômicos e o aparato militar e repressivo do regime.

O propósito deste artigo é problematizar os pontos de interface de Delfim Netto com o empresariado e, tendo em vista essas relações, analisar a sua atuação na ditadura civil-militar brasileira. Para proceder tal investigação, acessamos a bibliografia especializada que se detém sobre o ministro e o regime, além de fontes primárias,

formadas sobretudo por periódicos publicados na época, memórias de agentes que viveram durante aquele período, além de documentos oficiais que expressam as políticas públicas aplicadas enquanto Delfim exercia o papel de ministro ou cumpria outras funções em diferentes agências do aparelho de Estado. Trabalhamos com a hipótese de que Delfim Netto detinha a posição de um intelectual orgânico da classe dominante brasileira durante a ditadura, sendo ao mesmo tempo, um professor acadêmico de respeitado renome, um agente bastante ligado a figuras e organizações do empresariado brasileiro, com quem tinha eventualmente até relações de sociedade, além de executar medidas e políticas estatais que contemplavam os interesses dos agentes econômicos para os quais o ministro cumpria um papel de organizador e representante. Entendemos que estudar a figura e trajetória de Delfim Netto, tendo em vista o poder e autoridade que o ministro acumulou ao longo do regime, ajuda a entender melhor o perfil e conteúdo social da ditadura brasileira.

Dividimos o texto em três partes. Na primeira, procedemos certas reflexões teórico-metodológicas para a abordagem de Delfim Netto enquanto um intelectual orgânico, além de fazer um breve levantamento acerca da produção bibliográfica já produzida acerca da sua trajetória. Em seguida, na parte principal do texto, abordamos o percurso de Delfim Netto, enfatizando sua interface com o empresariado, além de indicar sua atuação enquanto professor universitário e agente responsável por posições de mando para a execução de políticas públicas durante a ditadura, tentando perceber como nessas posições Delfim se relacionava com os grupos econômicos privados e seus dirigentes. Por fim, problematizamos a condição de classe de Delfim, ao abordar o caso específico do seu envolvimento com o relatório Saraiva, identificando no caso como Delfim se colocava muitas vezes como sócio de projetos empresariais privados.

Subsídios teórico-metodológicos e historiografia:

Antes que Antonio Gramsci elaborasse o conceito de intelectual orgânico, Marx e Engels apresentaram uma reflexão que em parte adiantava certos elementos da

categoria gramsciana, quando os dois autores alemães tratavam da questão da ideologia:

A divisão do trabalho, de que já tratamos acima como uma das forças principais da história até aqui, expressa-se também no seio da classe dominante como divisão do trabalho espiritual e material, de tal modo que, *no interior desta classe, uma parte aparece como os pensadores desta classe (seus ideólogos ativos, conceptivos, que fazem da formação de ilusões desta classe a respeito de si mesma seu modo principal de subsistência), enquanto que os outros relacionam-se com estas ideias e ilusões de maneira mais passiva e receptiva*, pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm pouco tempo para produzir ideias e ilusões acerca de si próprios. (MARX; ENGELS, 1986 [1846], p. 20) [grifo nosso]

Dessa forma, já em meados do século XIX, os dois fundadores do materialismo histórico apontavam para uma divisão no seio da classe dominante entre os formuladores ativos das ideias de uma classe e os seus membros mais passivos, que apoiavam e aderiam a essas formulações e projetos.

Foi a partir dessas elaborações que o pensador marxista italiano Antonio Gramsci desenvolveu sua conceituação de intelectual. Diferenciando intelectual orgânico do intelectual tradicional, Gramsci afirmou que “[t]odos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 2006 [1932], p. 18) O autor explica qual é a função que distingue o intelectual orgânico: “A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata [...], é mediatizada, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são os funcionários.” (GRAMSCI, 2006 [1932], p. 20) Assim, o intelectual orgânico opera como um organizador das ideias de uma determinada classe social ou fração, fazendo-o muitas vezes no âmbito da sociedade civil, a partir dos aparelhos privados de hegemonia. Os intelectuais não seriam um grupo à parte da sociedade, mas uma função existente nas classes e frações, sendo que ele dá também a direção do grupo no qual está inscrito. O líder do Partido Comunista Italiano afirmou ainda que:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. (GRAMSCI, 2006 [1932], p. 15)

Partindo justamente de uma perspectiva marxista gramsciana, Sonia Regina de Mendonça afirma que a análise de uma política estatal não pode ser esgotada na abordagem da figura individual do ministro ou então em uma leitura apenas do discurso oficial e das determinações legais. Entendendo que, para a compreensão das políticas de Estado, deve-se ater não apenas na sociedade política, mas também na sociedade civil, suas formas de organização, projetos e pautas, Mendonça indica que o mesmo vale para a leitura acerca da política de um ou outro ministério:

Assim, para analisar o caso do Brasil, é preciso ir além da suposição corrente de que o Ministério da Fazenda identifique-se a um Ministro, ou que o Estado brasileiro seja o próprio presidente. Há que verificar-se, por exemplo, a que grupos organizados da sociedade civil estão eles ligados? Quais os interesses destes grupos? Quais os demais grupos da sociedade civil que possuem representantes, ainda que em posição não hegemônica, dentro de cada órgão? Somente assim será possível explicar porque de determinada política pública e não outra; ou ainda o porque de duas políticas distintas superpostas, emanadas de órgãos do Estado distintos. (MENDONÇA, 1998, p. 22)

Como veremos adiante, as ligações de Delfim Netto com os aparelhos privados de hegemonia da classe dominante brasileira eram evidentes e intensas. Verificaremos também que, apesar da ligação do ministro com várias associações de diferentes setores da burguesia brasileira, havia certa hierarquia nessas relações, o que parecia ser bastante relevante para a compreensão das políticas estatais.

Já foi produzida uma quantidade razoável de pesquisas sobre Delfim Netto, incluindo dissertações de mestrado (HESPANHOL, 2017; MARINELI, 2017; ROSA, 2015; MAGALHÃES, 2019), além de artigos em revistas científicas (MACEDO, 2001; KLÜGER,

2018). Analisando a trajetória do ex-ministro, sua produção acadêmica e trajetória institucional, esses estudos lançam luz sobre o pensamento econômico de Delfim, principalmente na época em que ele foi professor da FEA da USP. Apesar de menções e indicações, a maior parte desses estudos não reserva um espaço muito significativo para a aproximação de Delfim com os empresários e suas organizações, o que está disperso em uma série de outros trabalhos e pode ser apreendido também a partir do exame de fontes primárias produzidas durante a ditadura.

Delfim Netto e o empresariado brasileiro:

O avô de Delfim nasceu na Calábria, onde exercia a profissão de pedreiro, antes de vir bem jovem ao Brasil. De origem humilde, Delfim trabalhou desde os 14 anos de idade para compor a renda doméstica (MAYER; LEMOS; CORRÊA, 2001). Ele alega que almejava cursar Engenharia na USP, mas como esse era um curso diurno e ele não poderia abdicar do trabalho para estudar, fez o curso de Economia, que era noturno e conciliável com o seu trabalho no Departamento de Estradas de Rodagem do estado de São Paulo (DER-SP). Delfim ingressou como estudante na USP em 1948, concluindo o curso em 1951. Com trajetória meteórica na instituição, já era professor da universidade em 1952. Em 1958, defendeu a sua tese de cátedra, “O problema do café no Brasil”, um estudo vigoroso sobre o tema e que ganhou notoriedade no meio acadêmico e também empresarial. Depois, em 1962, defendeu a tese de doutorado “Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento” (MAGALHÃES, 2019). Nos debates sobre a história do pensamento econômico brasileiro, há uma controvérsia sobre a definição de Delfim. Ricardo Bielschowsky defende que ele era um desenvolvimentista, transitando entre uma posição nacionalista e não-nacionalista, mas outros autores situam-no em outras posições, com o uso de denominações diversas. Além da importância da produção intelectual de Delfim, no meio acadêmico ele ganhou projeção por buscar uma inserção institucional. Ele era bastante envolvido com entidades de economistas, como a Ordem dos Economistas de São Paulo e o Instituto de Pesquisa Econômica, e participou

de um grupo renovador na USP que se aliou ao professor de Sociologia Fernando Henrique Cardoso para se candidatar à direção da instituição na segunda metade da década de 1950 (MOURA; MONTEIRO, 2009).

Além da atuação de Delfim como economista e professor da USP, ele passou a desenvolver intenso diálogo e parceria com organizações do empresariado, sobretudo o paulista. Assim, Delfim atuava realizando consultorias para organizações como a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Outra organização importante da qual Delfim fez parte e atuou intensamente foi a Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social (Anpes), formada em 1964 e que reunia empresários e políticos do estado de São Paulo, sendo ele diretor da instituição entre 1964 e 1966. Além disso, ele contribuía com textos para as publicações de entidades corporativas. Assim, a ACSP, organização fundada em 1894, mantinha, desde 1944, o periódico *Digesto Econômico*. Apenas entre 1957 e 1959, Delfim publicou um total de sete artigos nessa revista, versando sobre temas como o café, comércio exterior e inflação. Delfim contribuía também com a *Revista do Mercado*, que era mantida pela Bolsa de Comércio do Algodão (MAGALHÃES, 2019).

Não só as organizações do empresariado industrial e comercial contavam com a presença e colaboração de Delfim Netto. Ele se envolveu também com as organizações empresariais que tiveram papel relevante no golpe de Estado de 1964. Assim, Delfim atuou como ativo colaborador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais de São Paulo (Ipes-SP). Essa organização foi fundada em 1961 e tinha uma composição empresarial-militar, com sedes no Rio, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e outras localidades. Atuando em parceria com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), o Ipes desenvolvia uma série de ações no sentido de desestabilizar o governo João Goulart, fomentar um pensamento liberal e anti-comunista no país, além de ter participado ativamente do golpe de 1964 e da elaboração das diretrizes e projetos de reformulação do Estado capitalista brasileiro e das políticas públicas que em parte vieram a ser postas em prática a partir do governo Castelo Branco (1964-1967). No Ipes, Delfim atuou elaborando estudos, desenvolvendo projetos e propostas de políticas em alguns setores

e lá se juntou a outros intelectuais orgânicos que vieram a ter protagonismo na condução da política econômica durante a ditadura, como Octávio de Gouvêia Bulhões, Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen (DREIFUSS, 1981).

A atuação no Ipes e a proximidade com Golbery do Couto e Silva levaram-no a ser indicado para a Secretaria de Fazenda do estado de São Paulo, no governo Laudo Natel, imposto pela ditadura após a cassação de Adhemar de Barros, em 1966. Sua gestão no governo paulista teve diretrizes diversas das políticas da dupla Campos-Bulhões, fazendo com que a descontente burguesia paulista se reunisse em torno dele em oposição às políticas vigentes em nível nacional. Em sua curta atuação à frente da secretaria estadual de fazenda paulista, Delfim foi responsável por medidas como a criação da Companhia Elétrica do Estado de São Paulo (Cesp), nova empresa estatal formada a partir da fusão de empresas regionais do estado como Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo (Cherp), Companhia Elétrica de Urubupungá (Celusa) e Usinas Hidrelétricas do Paranapanema (Uselpa). A nova empresa estadual possuía uma capacidade técnica e de capital bastante robusta, o que a permitiria contratar a construção de grandes usinas de energia, além de obras elétricas de grande porte, atendendo justamente aos interesses de grandes construtoras e empresas que atuavam no setor, bastante próximas de Delfim (ALMEIDA, 1980; CAMPOS, 2014). A atuação de Delfim no setor elétrico, no entanto, era mais antiga do que isso. Durante o governo estadual Carvalho Pinto em São Paulo (1959-1963), Delfim foi diretor de uma das divisões da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU), que foi responsável pela elaboração de uma série de projetos de empreendimentos de infraestrutura, inclusive usinas hidrelétricas, na bacia hidrográfica presente no limite do território paulista (MAGALHÃES, 2019).

Com a escolha de Artur da Costa e Silva para a sucessão presidencial, Delfim Netto foi indicado para o Ministério da Fazenda, o que representava uma resposta à pressão dos organismos empresariais contra as políticas restricionistas do Paeg (Plano de Ação Econômica do Governo), da administração Castelo Branco (1964-1967). Sua indicação teve a chancela de associações do empresariado, como admite o próprio Delfim, em entrevista concedida ao jornalista Luiz Maklouf de Carvalho:

É fato que o David Nasser indicou meu nome para o presidente eleito, general Costa e Silva, para participar de uma série de seminários organizada no Rio de Janeiro, na qual se discutia a atualidade econômica do país. Eu era secretário da Fazenda do governo Laudo Natel e fui convidado para fazer uma exposição sobre o papel da agricultura no desenvolvimento brasileiro. Sei também que o presidente pediu a opinião do presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Rui Gomes de Almeida. (CARVALHO, 2001, p. 462)

Quando da nomeação para o Ministério da Fazenda, Antonio Carlos Osório, da mesma ACRJ, escreveu o artigo “A empresa no poder”, indicando que os interesses empresariais estariam mais representados na nova gestão. Já no discurso de posse, Delfim defendeu a reorientação da política econômica e a prioridade para o desenvolvimento. A guinada das políticas estatais no período Delfim ficou evidente já desde o início do novo governo, quando foi lançado o “Programa Estratégico de Desenvolvimento”, elaborado pelo ministro da Fazenda e o do Planejamento, Hélio Beltrão. O documento criticava o Paeg pelo seu excessivo foco no combate à inflação e pela elevação da carga tributária para as empresas, propondo o desenvolvimento como meta primordial da política econômica. Os posteriores “Metas e Bases da Ação do Governo”, de setembro de 1970, e “I Plano Nacional de Desenvolvimento”, de dezembro de 1971, reforçavam essa tendência, traçando objetivos macroeconômicos ainda mais ousados, voltados para o crescimento da produção e desenvolvimento da tecnologia de ponta (RIBEIRO, 2003). A reorientação na política ficou clara já no primeiro ano do governo Costa e Silva, com a liberação do crédito e de verbas para investimentos e obras. Não à toa os empresários da indústria da construção pesada se referem ao ano de 1967 como a “retomada” (FUNDAÇÃO..., 1984). Apesar do contentamento proporcionado pelas suas primeiras medidas à frente do ministério, seu excessivo vínculo com o empresariado paulista gerava certas desconfiças conforme relato do próprio Delfim: “Eu não conhecia ninguém, e aquela burguesia carioca não aceitava um ministro paulista.” (GASPARI, 2003, p. 271)

Antônio Delfim Netto fez uma escalada em seu poder pessoal nos anos seguintes, até ter amplo controle sobre diversas agências estatais e a política econômica. Com as

injunções políticas até 1974, sobretudo em 1968 com o AI-5 e, em 1969, com a doença de Costa e Silva e escolha de Médici para a presidência, o poder do ministro só fez aumentar, sendo que, para tal, ele usou a projeção que possuía no Conselho Monetário Nacional (CMN), criado com a reformulação do sistema financeiro nacional durante o governo Castelo Branco (VIANNA, 1987). Essa ampla autoridade de Delfim fez com que ele fosse tido como o responsável pelo afastamento de ministros que não confluíam com suas ideias e propostas, como o ministro da Agricultura, defensor da orientação da produção nacional para o abastecimento do mercado interno mais do que para exportação e que se desentendeu com Delfim acerca do preço da carne; e o ministro da Indústria e Comércio, que divergia de sua orientação de política para o café; além do poderoso ministro do Interior, Afonso Augusto de Albuquerque Lima, que protestou contra a centralização de recursos na União, afirmando que isso seria danoso aos estados e municípios mais pobres (GASPARI, 2003).

Dessa forma, nas suas gestões na Fazenda (1967-1974) e no Planejamento (1979-1985), o ministro centralizou funções de política econômica em suas mãos. Teve amplo controle sobre o Banco Central e os outros bancos públicos, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, e projeção sobre toda área econômica através do CMN. Delfim Netto participou da reunião de 13 de dezembro de 1968 do Conselho de Segurança Nacional, que definiu a promulgação do Ato Institucional número 5. Na sessão, após a fala do ditador Artur da Costa e Silva, Delfim solicitou a palavra e fez um pronunciamento, registrado nos autos da reunião, que foi gravada:

Estou plenamente de acordo com a proposição que está sendo analisada no Conselho. E se Vossa Excelência me permitisse, direi mesmo que creio que ela não é suficiente. Eu acredito que deveríamos atentar e deveríamos dar a Vossa Excelência a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais que são absolutamente necessárias para que esse país possa realizar o seu desenvolvimento com maior rapidez. (DELFIN Netto *apud* GASPARI, 2002, p. 336)

Assim, Delfim propunha que se usasse o ato de exceção para que o presidente da República legisse em matéria econômica e tributária. A proposta foi elogiada pelo

presidente Costa e Silva e o ministro aproveitou o Congresso fechado para determinar medidas como o decreto 64.345, de 10 de abril de 1969, que instituiu a reserva de mercado para todas obras públicas realizadas no país. O decreto criava uma reserva institucional do mercado, no qual as obras públicas contratadas pela União, estados e municípios só poderiam ser realizadas por “pessoas jurídicas, regularmente constituídas no país, [que] tenham aqui sua sede e foro, esteja sob controle acionário de brasileiros natos ou naturalizados, residentes no País” (BRASIL, 1969). Assim, construtoras estrangeiras estavam proibidas de serem contratadas em empreendimentos demandados por órgãos públicos a não ser em casos excepcionais (CAMARGOS, 1993).

Outras ações tomadas pela equipe econômica por decreto e com o parlamento fechado foram a centralização dos recursos do orçamento na União, com corte no Fundo de Participação dos Estados (FPE) e no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 20% para 10% das receitas da União (VIANNA, 1987). A medida levou à demissão voluntária do ministro Albuquerque Lima, que entendia que a decisão lesava os estados mais pobres da federação (GASPARI, 2002A). Mário Maestri entendeu essa medida como uma “expropriação-centralização federal das rendas dos estados e municípios” (MAESTRI, 2006, p. 112). De acordo com Ernesto Geisel, Delfim era “muito centralizador” e “tomava conta da área econômica e financeira”, sendo que Médici acatava tudo que ele queria fazer (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 220-222). Seu poder sobre outras áreas do governo foi a própria expressão do poder empresarial no regime, em especial da burguesia industrial paulista, hegemônica sobre outras frações da classe dominante brasileira no bloco no poder durante o período.

O efeito da nova política estatal foi um ciclo de intensa expansão econômica, evidenciada nas taxas de dois dígitos auferidas no crescimento do produto interno nos seis anos posteriores ao início do governo Costa e Silva. O chamado “milagre” foi um período de crescimento econômico com cifras sem paralelo na história do país e cujo modelo trazia certa continuidade com o implantado desde 1955, sob liderança do setor de bens de consumo duráveis, controlado pelo capital multinacional, e dependente da liquidez internacional (MENDONÇA, 1985). A economia brasileira se aproveitava dos últimos momentos do ciclo de expansão da economia capitalista internacional, em vigor

desde o fim da II Guerra Mundial e que se apresentava ao país com crédito abundante a taxas de juros módicas, além de expressiva disponibilidade de capital para investimentos. A elevação da produção foi generalizada na economia, mas foi pilotada pela indústria, setor mais beneficiado pelas políticas estatais, sendo que o crescimento da produção no Departamento III (setor da indústria responsável pela produção de bens de consumo duráveis) não foi acompanhada pelo Departamento I (produtor de bens de capital), levando a uma “dessubstituição de importações” (OLIVEIRA, 2003 [1972], p. 98), com a volta da importação de aço, máquinas, cimento e outros insumos que antes estavam em situação de auto-suficiência. Os resultados macroeconômicos, que incluíam uma redução do desemprego e do emprego informal, deram força e legitimidade a Delfim e ao presidente da República, garantindo uma popularidade a partir da qual se iniciaria o processo de transição política (PRADO; EARP, 2003).

Mesmo com o caráter relativamente curto do ciclo de alta da produção e da economia brasileira, que iria se desacelerar a partir de 1974, o período 1967-1973 se apresentou como um momento privilegiado para a acumulação capitalista no Brasil, sendo o setor industrial o mais beneficiado pela onda expansiva. Dentro desse quadro, os setores que lideraram o crescimento foram a indústria automobilística, a indústria da construção civil e as exportações (PRADO; EARP, 2003). A produção anual de automóveis no Brasil passou de um total de 148 mil unidades em 1964 para 500 mil em 1971 (FEVEREIRO, 2018) e a maior montadora brasileira, a Volkswagen, detinha um faturamento que perfazia aproximadamente 1% do PIB brasileiro nos anos 70 (DODT; ADERS, 2017). Ao longo da ditadura, o modelo rodoviário de transportes foi privilegiado e a frota nacional de veículos saltou de 1,8 milhões de unidades em 1964 para 10,8 milhões em 1980 (OLIVEIRA, 2019). A indústria da construção crescia intensamente com os financiamentos do Banco Nacional de Habitação (BNH), criado logo após o golpe, e o extenso programa de obras públicas que ativavam as empresas responsáveis pelos empreendimentos de infraestrutura, que teve na década de 1970 o seu melhor momento na história do país (CAMPOS, 2014). Por fim, as exportações chegavam a crescer o dobro do produto nacional, alcançando cifras de até 20% de expansão anual em meio ao significativo crescimento da demanda externa até 1973 (MENDONÇA,

1985). Além disso, na composição política de então, os empresários dispunham de uma posição privilegiada, com destaque para os empresários industriais, os empreiteiros de obras públicas e os grupos econômicos internacionais ou associados ao capital estrangeiro. Esses detinham uma força política bastante intensa e suas atividades eram privilegiadas nas políticas estatais então postas em prática.

Delfim foi celebrado pela grande burguesia enquanto ministro da Fazenda, pelos resultados macroeconômicos obtidos e pelo vigor gerado às empresas privadas pela política estatal. Foi 18 vezes capa da revista *Veja*, uma vez da *Newsweek América Latina* e outra no *Institutional Investor*. Havia projetos sugerindo sua candidatura para o governo do estado de São Paulo a partir de 1974 e para a presidência da República após 1979 (GASPARI, 2003). Seu sucesso representava o contentamento do empresariado industrial paulista e outras frações da burguesia com a estabilidade social imposta pela ditadura e o crescimento econômico no período do “milagre”.

Apesar do sucesso dos números da produção e da acumulação de capitais, o crescimento do período 1967-1973 foi acompanhado do aumento da desigualdade econômica, da dependência tecnológica e dos preços na economia. A produção se elevou sobretudo em bens de consumo acessíveis a estratos intermediários e elevados da sociedade, não atendendo na mesma medida às classes subalternas, que em geral não tinham rendimento suficiente para comprar automóveis e eletrodomésticos produzidos então. O próprio “milagre”, como destaca Paul Singer (1977), era fruto em boa medida de uma repartição disciplinada da renda. Além disso, as inversões em rodovias e hidrelétricas não eram acompanhadas de investimentos em saúde e educação e o número de desnutridos se elevou de 27 milhões em 1961-1963 (38% da população) para 71 milhões de pessoas (67% da população) em 1968-1975 (SILVA, 2000 [1990]). No final do ciclo de expansão, o nível de produção industrial estava saturado, levando a um desabastecimento da economia, que praticamente anulou a capacidade ociosa da indústria. Esse superaquecimento econômico levou à alta dos preços, parcialmente falseada pelo governo por interferência direta de Delfim, e que foi um dos motivos para o fracasso eleitoral da Arena em 1974. A fragilidade da dependência de liquidez internacional se evidenciou com a crise na economia capitalista internacional,

que afetou a continuidade do modelo, visto que as condições de crédito e juros no mercado internacional foram depreciadas a partir de 1973 e, sobretudo, após 1979 (OLIVEIRA, 1977).

Na sua gestão como ministro da Fazenda, Delfim Netto estava empenhado em reorientar a economia para o crescimento econômico e favorecer as atividades do empresariado industrial. Para a realização desses objetivos, o ministro encontrou a resistência de outros empresários, os banqueiros, que praticavam juros elevados em seus empréstimos ao setor produtivo. Após tentativas de persuasão moral pelo presidente do Banco Central, ele fez ameaças e críticas públicas àqueles empresários:

[...] Os banqueiros parecem ter-se encastelado num mundo à parte, preferindo erguer monumentos de ferro e cimento, ingressando na especulação imobiliária para construir uma Wall Street [no original] subdesenvolvida na Avenida Paulista, para escárnio da indústria, comércio e agricultura, cujas necessidades eles ignoram. (VISÃO, 1969 *apud* VIANNA, 1987, p. 169-70)

A crítica ao setor bancário e financeiro evidencia ao mesmo tempo a fração da burguesia à qual o ministro era mais relacionado e também a orientação da política econômica naquele momento, de incentivo à expansão produtiva.

Dias após a publicação da matéria, o ministro recebeu os banqueiros e afirmou: “Se eu tivesse enviado flores, os senhores não estariam aqui dispostos ao diálogo.” (VISÃO, 1969A *apud* VIANNA, 1987, p. 170) Havia sido cogitada a compra de bancos privados pelo setor público e uma atuação mais agressiva das instituições financeiras estatais, para derrubar as taxas de juros praticadas no mercado. Na mesma reunião, o ministro afirmou aos convidados: “As taxas de juros que os senhores estão cobrando tornou-se o mais grave problema nacional; a estes níveis nenhum investimento se tornará rentável e o desenvolvimento econômico murchará.” (VISÃO, 1969A *apud* VIANNA, 1987, p. 170) Fica evidente que as prioridades políticas colocadas pela administração de Delfim naquele momento correspondiam aos interesses do capital industrial.

Se houve situações de tensão com o setor bancário, em outras ocasiões Delfim atuou a favor do setor. Ele defendeu João Moreira Salles de perseguições do aparato da repressão do regime e o BC também atuava no mercado socorrendo bancos privados “em dificuldades”, como o Banco Português do Brasil e o Banco Mineiro do Oeste, sendo esse “praticamente dado de presente ao Bradesco” (GASPARI, 2003, p. 274).

Mesmo quando ministro, Delfim continuava frequentando a Fiesp, onde recolhia contribuições dos empresários para a Operação Bandeirantes (Oban), ação criada a partir de uma comissão geral de Inquéritos Policiais-Militares (IPM's), proposta no governo Costa e Silva pelo ministro da Guerra, general Jayme Portella. A Oban foi formada para centralizar o sistema de segurança, subordinado ao presidente da República, em julho de 1969. Seu orçamento era viabilizado por contribuições privadas, sendo que Luiz Macedo Quental, ligado a empreiteiras e à Light, pedia doações dos empresários paulistas. Na Fiesp, o ministro Delfim fez o mesmo pedido e conseguiu recursos de empresas nacionais como Camargo Corrêa, Folha de São Paulo, Ultragás (grupo Ultra), além de firmas internacionais como Nestlé, General Electric, Mercedes-Benz, Siemens (BANDEIRA, 1975). Gaspari indica também que a Ford, a Volkswagen, o Banco Mercantil de São Paulo, a Light, a Supergel e outras empresas contribuíram com a repressão aos integrantes da resistência à ditadura. Consta que os empresários José Mindlin (Metal Leve) e Antônio Ermírio de Moraes (Votorantim) teriam sido sondados para fornecer dinheiro e recusaram. A Oban era integrada por policiais e militares comandados inicialmente pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury e praticava deliberadamente tortura e assassinatos, além de ter ligações com traficantes de drogas e bandidos (GASPARI, 2002A). Interessante notar que mesmo entre as empresas que financiavam o aparato do terror de Estado, havia uma preponderância de empresas industriais com sede em São Paulo, grupo que representava a base social principal de Delfim. Um dos dirigentes empresariais envolvidos com a Oban e figura bem próxima de Delfim Netto era Henning Boilesen, imigrante dinamarquês que foi diretor-presidente da Ultragás. Ele colaborava com a Oban e chegava a participar das sessões de interrogatório e tortura da operação. Boilesen foi “justiçado” pelos integrantes da resistência armada em 1971 em uma operação conduzida pelo Movimento

Revolucionário Tiradentes (MRT) e pela Ação Nacional Libertadora (ALN), cujos integrantes foram duramente perseguidos após a ação. Consta que o próprio Delfim Netto era um dos agentes cogitados como alvo de um atentado por parte da oposição armada à ditadura (MELO, 2012; JOFFILY, 2008).

Delfim Netto também era muito ligado a empresas de construção, em particular algumas de grande porte do estado de São Paulo. O ministro era próximo de Sebastião Camargo, dono da empreiteira Camargo Corrêa, a maior construtora do Brasil durante a ditadura. Era acusado de levar propinas nas obras tocadas pela empresa e acertar financiamentos para a empreiteira antes da concorrência. Representativo do elo da construtora com Delfim é o fato de que o livro de memórias do alto dirigente que chegou a ser presidente da empresa, Wilson Quintella, “Memórias do Brasil Grande”, no qual ele relata sua atuação à frente da empreiteira durante a ditadura, é prefaciado por Delfim em texto intitulado “O tempo dos empreendedores” (QUINTELLA, 2008). Para além da relação com Sebastião Camargo (dono da Camargo Corrêa), Delfim também era próximo de Eduardo Celestino Rodrigues, presidente da empreiteira paulista Cetenco, uma das maiores do país no período, sendo uma das cinco construtoras brasileiras responsáveis pela maior obra da ditadura, a hidrelétrica de Itaipu. Outros empresários do setor também eram simpáticos ao ministro. Sérgio Andrade, dono da construtora mineira Andrade Gutierrez, uma das maiores do país durante a ditadura, dava seguidas declarações de suporte ao ministro e, em meio à crise dos anos 80, afirmou que confiava em Delfim (O EMPREITEIRO, 1981). O ministro intermediou o projeto Jari, negócio que envolvia as quatro maiores empreiteiras do país - Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Norberto Odebrecht (GASPARI, 2003). Delfim tem declarações públicas elogiosas a Olacyr de Moraes, dono da empreiteira Constran, que prosperou durante a ditadura com obras públicas e plantação de soja e entrou em decadência após o regime, em meio a tensas negociações para a construção da estrada de ferro Leste-Oeste, a Ferronorte. Segundo Delfim, “Olacyr foi um visionário destruído por um estado desonesto” (VALOR, 2005, p. 5). Também Murillo Mendes, da empreiteira mineira Mendes Júnior foi objeto de elogios por parte de Delfim Netto, quando este se referiu à aproximação bilateral entre o Brasil e o Iraque durante a década de 1970:

Não só eu, mas vários ministros estiveram no Iraque para preservar as boas relações com o governo de Saddam Hussein. Essa relação, é importante dizer, tinha como fundação, como um dos pilares principais, a Mendes Júnior. O que Saddam não queria permitir era a interrupção das obras de construção da infra-estrutura do país. Ele estava modernizando o Iraque. A Mendes, que era o cartão de visitas do Brasil no Oriente Médio, ajudava a sustentar a importação de petróleo. (ATTUCH, 2003, p. 112)

Durante o governo João Batista Figueiredo, quando Delfim Netto cumpriu a função de ministro da Agricultura em 1979 e de secretário do Planejamento, entre 1979 e 1985, em um ambiente de crise política e econômica e com o fracionamento da classe dominante, o ministro não atingiu o mesmo consenso no seio do empresariado. Mesmo assim, ele alcançou, como antes, enorme poder sobre a política econômica, levando-o a ser conhecido novamente como o “czar da economia”. O ministro tinha sob seu controle direto 81,31% dos Cr\$ 1,888 trilhão referentes à “administração e planejamento” e “reservas e contingenciamento” do orçamento, ou seja, ele controlava os limitados recursos públicos administrados por um aparelho de Estado em regime de austeridade fiscal (O EMPREITEIRO, 1980).

Apesar de Delfim não ser formalmente empresário, durante o exercício de funções no aparelho de Estado, ele parece ter se tornado “sócio” de empreendimentos privados. Atuando às vezes de forma informal e ilegalmente, o ministro facilitava determinados trâmites para algumas empresas e cobrava comissões para remuneração de seu ‘serviço’ em prol das firmas beneficiadas. Mesmo nesse quesito, o ministro favorecia particularmente empresas de São Paulo, como a Camargo Corrêa, para quem ele atuava obtendo financiamentos e equipamentos internacionais. Essas ações suas levaram o ministro Afonso Augusto de Albuquerque Lima a chamá-lo de “ladroão” (GASPARI, 2003, p. 273-274) e, durante sua gestão na Fazenda, o empresário Azevedo Antunes (ICOMI) assegurava ao general Golbery do Couto e Silva que o ministro trapaceava em negócios da carne, favorecendo determinados frigoríficos. Eugênio Gudim afirmava que ele manipulava o preço da cesta de alimentos, de modo a mascarar o cálculo do custo de vida e da inflação, e segundo Golbery, “o Gordo é um ditador. Não

tem escrúpulos em usar o poder. O Gordo faz misérias [...] para proteger ou para massacrar” (GASPARI, 2003, p. 274). Mesmo quando foi embaixador em Paris (1974-1979), Delfim esteve envolvido em denúncias de intermediação de negócios e cobrança de propinas, no chamado relatório Saraiva (GRAEL, 1985).

Delfim Netto como sócio de projetos privados, o caso do relatório Saraiva:

245

De todos os casos de pagamento de propina na ditadura, o mais famoso foi o relatório Saraiva. Na denúncia, feita pelo coronel Raimundo Saraiva Martins, o então embaixador Delfim Netto foi acusado de receber comissão para intermediar o financiamento e fornecimento de equipamentos para a usina hidrelétrica de Água Vermelha, construída pela Camargo Corrêa. As irregularidades começaram antes da licitação, com a premeditação pelo então ministro da empresa responsável pela obra. Em 1973, o general Figueiredo assim falou a Golbery do Couto e Silva:

Eu tive uma documentação que eu levei para o presidente há uns meses atrás, do Delfim, de que antes da concorrência, aquela da Água Vermelha, ele afirmava a um grupo francês que queria entrar no financiamento, de que a firma construtora seria a Camargo Corrêa. Antes da concorrência. Então está aí, na cara. É Camargo Corrêa, é Bradesco, é tudo a mesma panela. (GASPARI, 2003, p. 273)

Antes da concorrência da Cesp, o ministro da Fazenda fazia contatos com agentes financeiros e industriais franceses para fornecer crédito e equipamentos para a hidrelétrica. Por essa intermediação, Delfim teria cobrado 6% de comissão, US\$ 6 milhões, o que mostra que a cota-parte dos serviços computados como custo final da obra não eram tão reduzidos. Apesar da denúncia de Figueiredo, o caso não veio a público então. Outra intermediação de Delfim, em 1975, na condição de embaixador do Brasil na França, gerou conflito em torno dos números do negócio e levou às acusações públicas.

No início de 1976, o adido militar na embaixada brasileira em Paris, Raimundo Saraiva, foi procurado por dois diplomatas da representação. Guy Vasconcellos e Fernando Fontoura afirmaram que desejavam que Saraiva os acompanhasse para uma conversa com Jacques Broissia, diretor do banco Crédit Commercial de France e parente de casamento do presidente da França, Giscard D'Estaing. Broissia tinha a promessa de ser agraciado com a ordem do Rio Branco e, não só não o foi, como foi cortado da lista de convidados especiais da embaixada brasileira. O banqueiro relatou aos três funcionários da embaixada irregularidades em negociações francesas com o Brasil e pagamento de comissões ao 'grupo Delfim', sendo US\$ 6 milhões por equipamentos de Água Vermelha pagos em conta na Suíça em nome de Delfim e de dois assessores, José Maria Vilar de Queiroz e Carlos Alberto Andrade Pinto. Depois, o banco rejeitou a proposta de Delfim de pagamento de US\$ 60 milhões para intermediação de financiamento de equipamentos para Tucuruí, avaliados em US\$ 1 bilhão. Broissia disse não ter relatado o caso antes porque era ano eleitoral no país e ele não queria comprometer o seu parente. O coronel preparou o "relatório Saraiva" e o denunciou para advogados, militares e políticos da oposição no Brasil, trazendo-o à tona em 1978 no Congresso (GRAEL, 1985).

No início dos anos 80, o assunto veio novamente a público com a CPI da Dívida Externa e Acordo com o FMI. Em um primeiro depoimento, o militar, que trabalhava em uma empresa financeira, não divulgou nada, dando apenas sinais das informações que possuía:

O Relator – V. Sa. ouviu alguma vez referências a problemas de comissões recebidas pelos brasileiros no caso desse financiamento de Tucuruí e também a respeito de outros financiamentos, como, por exemplo, para a Hidrelétrica de Água Vermelha? V. Sa. alguma vez ouviu algum tipo de comentário em torno desses assuntos?

O Depoente – Dentro da Embaixada brasileira, eu nunca ouvi esses comentários. Agora, uma vez numa reunião, eu ouvi um cidadão falando num tal de "diz pour cent". Eu não sei ao que ele se referia.

O Relator – Coronel, ao ouvir falar de "Mister dez por cento", V. Sa. teve alguma idéia, na hora, de quem poderia ser?

O Depoente – Eu não liguei essa expressão a nenhuma pessoa. (GRAEL, 1985, p. 32)

O relator, Sebastião Nery, e outros deputados, não conseguiram obter nenhuma informação do coronel nesse interrogatório, já que ele temia represálias da empresa na qual trabalhava.

Dias depois, o coronel Dickson Grael, próximo de Saraiva, foi à CPI e contou o que o ex-adido o havia relatado. Depuseram ainda na CPI o general Sylvio Frota, que recebera o relatório Saraiva quando fora ministro, e o ex-adido militar em Berna, general Etchegoyen, que afirmou sobre atividades financeiras de brasileiros na Suíça: “comentava-se que um grande número de brasileiros possuíam contas sigilosas em diversos bancos suíços” e que o Crédit Suisse “tinha chegado ao requinte de decorar uma sala com motivos folclóricos da Bahia para agradar seus clientes brasileiros.” (GRAEL, 1985, p. 53)

Os assessores de Delfim também foram à CPI e José Maria Vilar de Queiroz, em seu depoimento, acusou Saraiva de “pigmeu moral” e Mariza Tupinambá de Oliveira de “mundana”. Tupinambá trabalhava no serviço cultural da embaixada e fez a intermediação entre Broissia e os diplomatas da representação, sendo por isso demitida por Delfim. Foi morar em Londres, sob a proteção do embaixador Roberto Campos, onde recebia mesada de £ 700 da empreiteira Odebrecht, por ter ajudado a fazer a denúncia que recaiu sobre a rival, a Camargo Corrêa (GASPARI, 2004).

Em 4 de setembro de 1984, Saraiva depôs novamente na CPI e dessa vez relatou tudo o que sabia. Disse ter feito a denúncia ao ministro Shigeaki Ueki e esse teria dito que já sabia. Relatou também que os banqueiros franceses não aceitaram a proposta de Delfim em Tucuruí por considerar 6% uma comissão muito elevada (GRAEL, 1985).

As denúncias de militares com informações de ilegalidades e contra o “comportamento moral” do ministro datavam desde 1968, quando o general Albuquerque Lima repassava a Médici, no SNI, denúncias que tinha e recebia. Apesar das acusações obtidas pelo SNI nos períodos Médici e Figueiredo, ambos mantiveram Delfim ministro quando eram presidentes, transformando-o em super-ministro nas duas situações. O motivo parece ser claro: Delfim não era mantido por nenhum *lobby* ou

poder militar detido na caserna, mas por ser representante do empresariado brasileiro, em particular o sediado em São Paulo, sendo intocável em uma ditadura pretensamente “militar”.

O episódio do relatório Saraiva parece iluminar uma questão que é suscitada quando nos debruçamos acerca da figura de Delfim Netto, que diz respeito à sua posição de classe. Formalmente, Delfim era um funcionário público que desempenhou as funções de professor de uma universidade pública, secretário de Estado, ministro e embaixador, além de ter cumprido a função de deputado federal após a ditadura em seguidas ocasiões. No entanto, toda a relação que ele mantinha com as empresas com as quais tinha contato e a forma como era remunerado por esses grupos pelos serviços prestados, seja de forma legal ou irregular, colocam-no como sócio de alguns projetos privados, posicionando-o como virtual integrante do empresariado brasileiro, apropriando-se da mais-valia gerada nessas empresas, muitas vezes alimentada pelo fundo público em diversas ocasiões. Isso só corrobora a condição de intelectual orgânico de Delfim, tendo em vista que, como assinala Gramsci (2006 [1932]), é preferencial que o intelectual orgânico componha a classe da qual ele é intelectual, organizando suas ideias, valores e concepções de mundo, apesar de isso nem sempre ocorrer. Parece que, nesse caso, Delfim, em certa medida, compunha a classe dominante brasileira, tendo em vista que ele desenvolvia negócios em sociedade com empresas e empresários e enriqueceu bastante assim, a ponto de ter montado uma das maiores bibliotecas privadas do país, com mais de 88 mil volumes recentemente doados à USP (USP, 2008).

É interessante notar que a relação de sociedade com empresários, e particularmente com empreiteiras, não se esgotou com o fim da ditadura. Pelo contrário, ela teve continuidade após o regime e o ex-ministro foi recentemente intimado a se explicar sobre a denúncia de que ele, com sua empresa de consultoria, teria sido um dos responsáveis pela montagem do consórcio vencedor da licitação para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, acusação que Delfim Netto não negou (ISTOÉ, 2018).

Em vias de conclusão:

Os estudos sobre a atuação do empresariado na ditadura brasileira guardam alguns trabalhos clássicos realizados durante a vigência do regime, como os de René Armand Dreifuss (1981), Renato Raul Boschi (1979), Ary Minella (1988) e Sebastião Velasco e Cruz (1995), dentre outros. Recentemente, o problema foi revisitado por especialistas, sobretudo historiadores. Assim, pesquisas como as de Elaine Bortone (2018), Rafael Moraes (2010; 2018), Ana Carolina Moraes (2019), João Braga Arêas (2015), Marcelo Almeida Carvalho Silva (2018), Jorge José de Melo (2012), Elisandra Galvão (2020) e outros mais revelaram novos matizes da adesão empresarial ao regime ditatorial brasileiro, reforçando a importância da participação do empresariado para a sustentação política do regime de exceção brasileiro². Um dos veios possíveis para a melhor compreensão da atuação da classe dominante durante a ditadura brasileira se dá com o estudo dos seus representantes e intelectuais orgânicos, em particular os que ocupavam posições em agências no interior do aparelho de Estado e eram responsáveis pela implementação de políticas públicas. Assim, o enfoque de casos como Antônio Delfim Netto e outros parece ser um caminho interessante para se seguir e ampliar o conhecimento acerca do poder que o empresariado possuía durante a ditadura brasileira.

Na apresentação sumária da trajetória de Delfim Netto durante a ditadura, pode-se verificar que ele era um representante direto do empresariado brasileiro, em especial o industrial e o paulista, assumindo também funções de intelectual orgânico, que organizava os interesses e valores dessa fração de classe, em posição de liderança sobre outras frações. A burguesia industrial paulista tinha como importante elemento constitutivo o grupo dos empreiteiros de obras públicas e Delfim, em várias decisões, beneficiou o setor, como na ampliação das verbas para investimentos em obras e na reserva do mercado nacional às empreiteiras brasileiras, para além dos favorecimentos individuais a empresas como a Camargo Corrêa. Os negócios de Delfim evidenciam

² Um balanço sobre as investigações realizadas sobre a interface entre a classe empresarial e a ditadura brasileira foi realizado por Campos, Lemos e Brandão (2020).

também que ele mantinha atividades de associação a projetos privados usando de sua posição no aparelho estatal. O ministro absorvia uma cota-parte da mais-valia gerada na produção, o que o caracteriza como um sócio dos negócios empresariais mantidos durante a ditadura civil-militar.

O poder de Delfim em suas gestões como ministro e a certa intocabilidade das áreas sob sua responsabilidade por outros agentes do aparelho de Estado, inclusive militares e o presidente da República, eram expressão do poder central que o empresariado detinha na ditadura, corroborando a tese de que se tratava de um regime civil-militar. Esse elemento civil do sistema político era composto predominantemente por segmentos empresariais, com posição privilegiada em largos períodos para a fração industrial paulista, que se reunia em torno da figura de Delfim. Sobre esse aspecto, o ex-ministro deu o seguinte testemunho recente: “Eliane Oliveira: Como era administrar a economia do país na ditadura militar? Delfim: Nunca entrou no meu gabinete um oficial fardado. As ligações entre as forças armadas e os ministros da área econômica eram feitas através do presidente da República” (O GLOBO, 2012 – grifo nosso). Vê-se aí o grau de autonomia e autoridade de Delfim, que são a própria expressão do poder e independência do empresariado no pacto político da ditadura.

Concluindo e corroborando a relevância de se estudar o empresariado para entender a ditadura brasileira, percebemos que essa relação chegou ao ponto da completa identificação desse segmento social com o regime, como se vê na frase de Mário Henrique Simonsen: “Chegaram a dizer que o Governo pretende castigar o empresariado paulista. Ora, isto significaria uma forma de masoquismo quase absoluto. Imagine se vamos fazer uma retaliação contra São Paulo. Isto seria cuspir para o alto” (FOLHA DE S. PAULO, 1977, p. 1 – grifo nosso).

Referências citadas:

- ALMEIDA, Márcio. Estado e Energia Elétrica em São Paulo: CESP, um estudo de caso. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1980.
- ARÊAS, João Braga. As Batalhas de O Globo: ditadura militar, Lula x Collor, privatizações e a vitória do PT em 2002. Curitiba: Prismas, 2015.
- ATTUCH, Leonardo. Saddam, Amigo do Brasil: a história secreta da conexão Bagdá. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Cartéis e Desnacionalização: a experiência brasileira, 1964-74. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luiz Felipe L.; REGO, José Marcio (org.). Conversas com Economistas Brasileiros. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento, 1930-1964. Rio de Janeiro: Contraoponto, 1996.
- BORTONE, Elaine de Almeida. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Ditadura Empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967). Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.
- BOSCHI, Renato Raul. Elites Industriais e Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BRASIL. Decreto 64.345 de 10 de abril de 1969. Institui normas para a contratação de serviços, objetivando o desenvolvimento da Engenharia nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D64345.htm
- CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. Estado e Empreiteiros no Brasil: uma análise setorial. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas: IFCH/Unicamp, 1993.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. "Estranhas Catedrais": as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro. 2ª ed. São Paulo: EdSENAC-SP, 2001.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. Empresariado e Estado na Transição Brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo, 1974-1977. Campinas / São Paulo: EdUnicamp / Fapesp, 1995.
- DELFIN Netto, Antonio. "Fala na Ata da Quadragésima Terceira Reunião do Conselho de Segurança Nacional" apud GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DODT, Stefanie; ADERS, Thomas. Cúmplices: a Volkswagen e a ditadura militar no Brasil. Filme. 44 minutos. Alemanha: 2017. Disponível no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=1iWmAmvNMNg>
- DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

- FEVEREIRO, José Luís. 1968: o ano I do “milagre econômico” da ditadura. In: BENJAMIN, Cid; DEMIER, Felipe (org.). Meio Século de 1968: barricadas, história e política. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018, p. 153-163.
- FOLHA DE S. PAULO. 1977. Edição de 12 de fevereiro de 1977, página 1.
- FOLHA DE S. PAULO. 2013. Reportagem "Delfim diz que não se arrepende de ter assinado o AI-5", por Patrícia Britto, em 25/06/2013. Disponível no endereço: <http://www.folha.uol.com.br/> acessado em 13 de setembro de 2013.
- FUNDAÇÃO João Pinheiro (FJP). Diagnóstico Nacional da Indústria da Construção. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984. vol. 2.
- GALVÃO, Elisandra. A Política na CNA: organização, mobilizações e inserções do patronato rural no Estado. Tese de doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2020.
- GASPARI, Elio. A Ditadura Derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. A Ditadura Encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GASPARI, Elio. A Ditadura Escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (2002A).
- GOMES, Ângela de Castro (org.). Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: EdFGV, 1994.
- GRAEL, Dickson M. Aventura, Terrorismo e Corrupção: à sombra da impunidade. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. vol. 2: Os intelectuais; o princípio educativo; o jornalismo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 [1932].
- HESPANHOL, Gian Carlo Maciel Guimarães. Um Estudo sobre o Pensamento Econômico de Delfim Netto. Dissertação de mestrado em História econômica. São Paulo: USP, 2017.
- ISTOÉ. 2018. “Delfim levou R\$ 15 milhões de propina por Belo Monte, diz Lava Jato”. Disponível no endereço: <https://istoe.com.br/delfim-netto-levou-r-15-mi-de-propina-por-belo-monte-diz-lava-jato/> acesso em 7 de fevereiro de 2020.
- JOFFILY, Mariana. O Centro da Engrenagem: os interrogatórios da Operação Bandeirantes e do DOI de São Paulo. Tese de doutorado em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- KLÜGER, Elisa. Mario Henrique Simonsen e Antônio Delfim Netto: socializações desiguais, carreiras análogas, modalidades díspares de exercício do poder. Dados – Revista de Ciências Sociais. Dez. 2018, vol. 61, n. 4, p. 301-339.
- LOUREIRO, Maria Rita. Economistas no Governo. Rio de Janeiro: EdFGV, 1997.
- MACEDO, Robero. Antonio Delfim Netto: pensamento econômico no Brasil contemporâneo. Estudos Avançados. Vol. 15, n. 43, set.-dez./2001, p. 375-388.
- MAGALHÃES, Viviane de Fátima. Antônio Delfim Netto: trajetória acadêmica, interface junto ao empresariado e atuação como ministro da ditadura de um intelectual

orgânico da burguesia brasileira (1948-1973). Dissertação de mestrado em História. Seropédica: UFRRJ, 2019.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 5a ed. Petrópolis: Vozes, 1990 [1984].

MARINELI, Felipe. *O Pensamento de Antônio Delfim Netto e o Milagre Econômico Brasileiro (1968-1973)*. Dissertação de mestrado em História econômica. São Paulo: USP, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986 [1846].

MAYER, Jorge Miguel; LEMOS, Renato; CORRÊA, Maria Letícia. Verbete “Delfim Netto”. In: ABREU, Alzira Alves, BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. São Paulo: Edunesp, 2017

MAESTRI, Mário. “Submissão e autonomia: apontamentos sobre a gênese, formação e crise do Estado nacional no Brasil”. In: MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: Eduff, 2006, p. 99-134.

MELO, Jorge José de. *Boilesen, um Empresário da Ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Capítulo 1 – Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar & fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório de Dimensões da História, 1998. p. 13-32.

MENDONÇA, Sônia Regina da. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MINELLA, Ary César. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo / Anpocs, 1988.

MORAES, Ana Carolina Reginatto. *A ditadura empresarial-militar e as mineradoras (1964-1988)*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

MORAES, Rafael. *Os Governos João Goulart e Castello Branco vistos pela Fiesp: uma análise da relação entre o Estado e o empresariado industrial*. Dissertação de mestrado em Economia. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

MORAES, Rafael. *O Governo Castello Branco e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: as bases do Milagre (1964-1967)*. *América Latina en la Historia Económica*, v. 23, p. 64-90, 2016.

MORAES, Rafael. *O Canto do Cisne do Desenvolvimentismo Brasileiro: uma análise das relações do empresariado industrial com o Estado do II PND à crise dos anos 1980*. Tese de doutorado em Desenvolvimento Econômico. Campinas: Unicamp, 2018.

- MOURA, Flávio; MONTEIRO, Paula. (org.). Retrato do Grupo: 40 anos do Cebrap. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- O EMPREITEIRO. Revista O Empreiteiro. Edição de outubro de 1980, no 153.
- O EMPREITEIRO. Revista O Empreiteiro. Edição de maio de 1981, no 161.
- O ESTADO DE S. PAULO. 2013. Reportagem "À Comissão da Verdade, Delfim afirma que desconhecia práticas de tortura no País: em depoimento ao colegiado da Câmara de Vereadores de São Paulo, ex-ministro negou saber sobre financiamento de órgãos da repressão por empresários", por Roldão Arruda, em 25/06/2013. Disponível no endereço: <http://www.estadao.com.br/> acessado em 13 de setembro de 2013.
- O GLOBO. Entrevista com Delfim Netto. Edição de 2 de setembro de 2012, p. 27.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Crítica da Razão Dualista. São Paulo: Boitempo, 2003 [1972].
- OLIVEIRA, Francisco de. "Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil, 1950-1976". In: A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 76-113.
- OLIVEIRA, Leandro Mendes de. Políticas Estatais e Meios de Transporte no Brasil: estudo de caso sobre o desmantelamento do trecho ferroviário da Linha Auxiliar Japeri – Miguel Pereira (1957-1980). Dissertação de mestrado em História. Seropédica: UFRRJ, 2019.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. "O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. (org.). O Brasil Republicano. Vol. 4 – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 209-241.
- QUINTELLA, Wilson. Memórias do Brasil Grande: a história das maiores obras do país dos homens que as fizeram. São Paulo: Saraiva / Vigília, 2008.
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-Estados Unidos. Tese de doutorado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2006.
- ROSA, Waldeir Moreno. A Práxis de Antônio Delfim Netto no Reordenamento Político-econômico da Ditadura Bonapartista: ideólogo orgânico da autocracia burguesa. Dissertação de mestrado em História. São Paulo: PUC-SP, 2015.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização, 1964-1984". In: LINHARES, Maria Yedda Leite (org.). História Geral do Brasil. 9a ed. atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1990]. p. 351-384.
- SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. Estudos Organizacionais e Ditadura Brasileira: a normalização da violação dos direitos humanos por empresas durante o regime militar brasileiro. Tese de doutorado em Administração. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018.
- SINGER, Paul Israel. A Crise do "Milagre": interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

USP. 2008. “Acervo Delfim Netto guarda preciosidades em forma de livros”. *Jornal da USP*. Disponível no endereço: <https://jornal.usp.br/cultura/acervo-delfim-netto-guarda-preciosidades-em-forma-de-livros/> acesso em 7 de fevereiro de 2020.

VALOR Econômico. Edição de 21 de maio de 2005.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A Administração do “Milagre”: o Conselho Monetário Nacional, 1964-1974*. Petrópolis: Vozes, 1987.

VISÃO. 1969. Uma briga de gigantes. *Revista Visão*. Edição de 9 de maio de 1969 apud VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A Administração do “Milagre”: o Conselho Monetário Nacional, 1964-1974*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 169-70.

VISÃO. 1969A. *Revista Visão*. Edição de 23 de maio de 1969 apud VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A Administração do “Milagre”: o Conselho Monetário Nacional, 1964-1974*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 170.

Data de Submissão: 09/03/2020

Data da Avaliação: 15/05/2020

Artigos

CONCEPÇÕES E PRÁXIS DE TERRITÓRIO NA AMÉRICA LATINA: aportes para o debate (I)


Marcos Aurelio Saquet¹


Horacio Bozzano²

257

Resumo: Com a reprodução secular de concepções eurocêntricas, com pensamentos latino-americanos mais autônomos e recentes, com perspectivas originais de território dos povos indígenas, com visões tecnocráticas associadas a organismos de financiamento internacional, com as modas de “quem faz território” sem ter teorizado o suficiente e com outras perspectivas, este artigo é um convite a um debate que, além de não estar resolvido, particularmente, não responde aos ambientes e grupos sociais mais esquecidos e negados da América Latina. As concepções de território na América Latina precisam ser revisitadas não somente a partir das perspectivas da ciência crítica, mas complementadas por teorias de transformação social. Para isso, concepções e práxis necessitam se relacionar dialeticamente num jogo no qual saberes populares, científicos, técnicos e políticos participem do mesmo jeito, senão continuaremos em nossas próprias bolhas enquanto o capitalismo e suas incontáveis manifestações continuam predominando com seus sujeitos conspícuos. Assim, os dois objetivos gerais deste trabalho são: a) compartilhar diferentes concepções de território na América Latina (na geografia e outras ciências) e b) socializar como nós concebemos o território a partir da nossa práxis de trabalho com as pessoas, mediante a pesquisa-ação-participativa.

Palavras-chave: Território. Concepções. Práxis. América Latina.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Brasil.  <http://orcid.org/0000-0002-3435-8428>. E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

² Universidad Nacional de La Plata – UNLP, Argentina.  <https://orcid.org/0000-0002-1503-5383>. E-mail: bozzano59@gmail.com

**CONCEPCIONES Y PRÁCTICAS TERRITORIALES EN AMÉRICA LATINA:
contribuciones al debate (I)**

RESUMEN:

Con arrastres seculares de abordajes eurocentristas, con pensamientos más autónomos latinoamericanos más recientes, con perspectivas originales de territorio en pueblos indígenas, con visiones tecnocráticas asociadas a organismos de financiación internacional, con las modas de “quienes hacen territorio” sin haber teorizado lo suficiente

y con otras perspectivas, este artículo es una invitación a un debate que, no sólo no está resuelto, sino que particularmente no termina de dar respuestas a los ambientes y grupos sociales más olvidados y ninguneados de toda América latina. Las concepciones de territorio en América Latina necesitan ser revisitadas desde perspectivas de ciencia no sólo críticas, sino emparentadas con teorías de la transformación social. Para ello concepciones y praxis deben dialectizarse en un juego donde saberes populares, científicos, técnicos y políticos participen por igual, sino continuaremos en nuestras propias burbujas mientras el capitalismo y sus incontables manifestaciones continúan haciendo de las suyas con sus sujetos más conspicuos. Los dos objetivos generales del trabajo son: a) compartir y socializar diferentes concepciones de territorio na América Latina (na geografía y otras ciencias) y b) como concebimos el territorio a partir de nuestra praxis trabajando con la gente, mediante la investigación-acción-participativa.

Palabras clave: Territorio. Concepciones. Praxis. América Latina.

**TERRITORY CONCEPTIONS AND PRACTICES IN LATIN AMERICA:
contributions to the debate (I)**

ABSTRACT:

With the secular reproduction of Eurocentric conceptions, with more autonomous and recent Latin American thoughts, with original perspectives on the territory of indigenous peoples, with technocratic visions associated with international financing organizations, with the

fashions of “who makes territory” without having theorized the enough and with other perspectives, this article is an invitation to a debate that, in addition to not being resolved, particularly, does not respond to the most forgotten and denied social environments and groups in Latin America. Conceptions of territory in Latin America need to be revisited not only from the perspective of critical science, but complemented by theories of social transformation. For this, conceptions and praxis need to relate dialectically in a game in which popular, scientific, technical and political knowledge participate in the same way, otherwise we will continue in our own bubbles while capitalism and its countless manifestations continue to predominate with its conspicuous subjects. Thus, the two general objectives of this work are: a) to share different conceptions of territory in Latin America (in geography and other sciences) and b) to socialize how we conceive the territory from our work praxis with people, through research-participatory action.

Key words: Territory. Conceptions. Praxis. Latin America.

INTRODUÇÃO

Muito se fala e muito se escreve, nas últimas décadas, na América Latina, sobre o território, seja como conceito, categoria, realidade (objeto de estudos) ou como espaço de transformação social e espacial (objetos de intervenção e/ou transformação). No entanto, em determinadas situações, nota-se a ausência de acuidade teórico-metodológica e de rigor científico, bem como da clareza e objetividade política que se espera a favor do povo latino-americano, dos sujeitos de cada território, principalmente quando se trata de financiamento público.

Atravessamos tempos em que se está conhecendo este debate em fogo lento e permanente. Em boa medida como produto dos avanços teóricos ocorridos desde a década de 1970, atualmente a onda do debate se encontra em plena ebulição. Com a reprodução secular de abordagens eurocêntricas, com pensamentos latino-americanos

Marcos Aurélio SAQUET & Horácio BOZZANO, *Concepções E Práxis De Território Na América Latina: Aportes Para O Debate (I)*

mais autônomos e recentes, com perspectivas originais de território dos povos indígenas, com visões tecnocráticas associadas a organismos de financiamento internacional, com as modas de “quem faz território” sem ter teorizado o suficiente e com outras perspectivas, este artigo é um convite a um debate que, além de não estar resolvido, particularmente, não responde aos ambientes e grupos sociais mais esquecidos e negados da América Latina. Assim, apresentamos, nesta oportunidade, uma primeira reflexão que faz parte de um complexo mais amplo, como aportes preliminares para o debate das teorias e práxis de território na América Latina. Nossos objetivos gerais são: a) compartilhar diferentes concepções de território na América Latina (na geografia e outras ciências) e b) socializar sucintamente como nós concebemos o território a partir da nossa práxis de trabalho com as pessoas, mediante a pesquisa-ação-participativa (IAP).

Este é o primeiro texto de uma série que está sendo discutida, planejada e escrita, tendo em vista uma compreensão mais detalhada possível das concepções e práxis de território (i)materializadas na América Latina. Nesta ocasião, analisamos alguns geógrafos e outros pesquisadores do México e da Colômbia, cujas informações mais detalhadas serão disponibilizadas na *Red Latinoamericana Territorios Posibles, Praxis y Transformación*. Para tal, além da pesquisa bibliográfica, realizamos oito entrevistas em cada país supracitado (nem todas bem-sucedidas), em 2019-20, com base nas seguintes perguntas: i) Como você define e entende por território? ii) Qual concepção teórica nutre sua perspectiva de território? iii) Em que temas tem utilizado o conceito de território? iv) Você realiza a práxis territorial? v) Em caso afirmativo, como faz sua práxis territorial?

Desse modo, a partir das pesquisas e publicações que já realizamos sobre o tema – veja-se, por exemplo, Bozzano (2000, 2003, 2009, 2013a, 2013b, 2017, 2019) e Saquet (2017a, 2017b, 2017c, 2018, 2019a, 2019b, 2019c) -, bem como a partir da problematização de uma recente publicação sobre o “pensamento latino-americano” – a seguir-, socializamos algumas sínteses dos nossos estudos e das nossas ações realizadas no território, para mostrar aspectos que consideramos fundamentais das

concepções de território estudadas até o momento. Trata-se de uma reflexão conjunta feita há alguns anos, teórica e empiricamente, que não se restringe, portanto, a um “voou feito sem sair de casa”.

Quando nos referimos ao pensamento, estamos considerando que esse ocorre simultaneamente à produção do conhecimento (seja ele popular e/ou científico ou ainda outros conhecimentos), perpassando por reflexões, interações, apreensões, sensações, percepções, debates que, normalmente, facilitam a compreensão cada vez mais completa e mais ampla das relações, das contradições, dos conflitos, das transições, do movimento de (des)formação territorial, bem como dos processos de práxis e transformação virtuosas e mais amplas e completas do que a crítica e a resistência político-cultural.

Isso significa que persistem posições teóricas relacionadas ao *status quo* em processos hegemônicos de poder, com visões, basicamente, neoclássicas que não questionam as contradições sociais e nem propõem alternativas transformadoras a favor de uma sociedade mais justa e ecológica.

Esses dois momentos – conhecimento e pensamento-, em nossas mentes e em nossas práticas, estão em unidade e significam, a um só tempo, a própria vida (social-natural), o conhecimento, o pensamento: interagem-se processos epistemológicos e ontológicos. Como afirma muito bem Lefebvre (1995 [1969]), todo pensamento é e está em movimento e é, ao mesmo tempo, pensamento (e conhecimento, mais ou menos profundo) de um movimento.

Conhecimento e pensamento, então, acontecem simultaneamente, embora possamos reconhecer diferentes níveis de conhecimento e pensamento, normal e rigidamente separados cartesianamente. Assim, conhecimento e pensamento se condicionam, subjetivando-se e objetivando-se no tempo e no espaço, com determinadas características inerentes a cada grupo social e contexto territorial. Os sujeitos também pensam para produzir uma escultura, para plantar e comer, viajar ou não, trabalhar ou descansar e, em determinadas condições, sistematizam, de maneira

escrita ou não, seus pensamentos, às vezes também refletidos fora dos espaços acadêmicos.

É claro que há singularidades que caracterizam o pensamento científico, porém, não o concebemos separadamente do popular: o conhecimento popular está no científico e, esse, naquele, embora, muitas vezes, não seja sentido, apreendido e sistematizado: trata-se de outra ciência (SAQUET, 2008, 2011, 2017c, 2019b). As pessoas têm talento e criatividade, distintas culturas, identidades e diferenças, podendo potencializá-las por meio da unidade entre os conhecimentos popular e acadêmico, respeitando-se e cooperando (i)materialmente para melhorar o nível de vida das pessoas mais simples e humildes.

Desse modo, para compreender essa relação de unidade, necessitamos rever os métodos, as teorias, os conceitos e seus significados e, principalmente, o jeito de fazer ciência. Juntamente com o *conhecimento universal*, então, há *conhecimentos contextualizados* com nossas singularidades e complexidades, que precisam ser trabalhados num nível de alcance das *comunidades* urbanas e rurais (FALS BORDA e MORA-OSEJO, 2004). E isso requer uma *metodologia de pesquisa e ação participativa*, na qual a ciência é produzida levando-se em consideração a construção de *conhecimentos úteis* para *causas justas*, *descobrimo-se outros tipos de conhecimentos*, como os indígenas, formando um (conhecimento) *mais amplo e completo*, popular e científico, aplicado à realidade do povo (FALS BORDA, 2008 [1999]), conforme descreveremos no final deste texto.

Então, a prática também implica pensamento, normalmente, refletido, embora, muitas vezes, a reflexão não seja sistemática como ocorre na academia; ao mesmo tempo, a reflexão já é uma prática que podemos ou não reproduzir cotidianamente. Assim, considerando-se que *prática* e *reflexão* fazem parte do pensamento, acreditamos que não é coerente separá-las, compreendendo-se a concepção dos grupos sociais subalternos no nível do senso comum.

O texto está organizado em duas partes: concepções de território e práxis territorial como fundamento das considerações finais, com desafios para uma constante

reconstrução teórico-prática feita por nós ao longo dos anos em distintas redes de cooperação e solidariedade.

PROBLEMATIZANDO O DEBATE ...

As concepções de território na América Latina estão adquirindo, nos últimos 15 a 20 anos, um notável desenvolvimento, porém, as produções que analisam, interpelam e entrecruzam esse complexo territorial são mínimas e insuficientes. Nosso texto é uma contribuição ao debate, convidando os interessados para participar do mesmo, pois se trata de um tema e processo apaixonante e urgente em virtude dos milhões de pessoas esquecidas e dos ambientes degradados: o território e, a partir do seu significado em latim, *territorii*, a terra que pertence a alguém, assim como seus lugares, também são *stlocus*, no latim antigo, lugares que pertencem a alguém. Apesar de parecer que o território e seus lugares pertencem ao capitalismo e suas cruéis formas de uso e abuso dos ambientes e das pessoas, o território tem o significado da vida, em latim, ou, nas línguas nativas, de *pachamama* ou *madre terra*, para algumas tribos indígenas latino-americanas.

Nossa problematização se dá a partir dessa noção e práxis de vida, da unidade pensamento-conhecimento supracitada e de uma síntese produzida por Haesbaert (2019a, 2019b) que, num movimento diferente do nosso, afirma que, no contexto latino-americano, há *três grandes leituras possíveis do território*, a saber: i) o território como *categoria da prática*, definido a partir do senso comum vinculado aos saberes dos grupos sociais, como *categoria vivida* e *ferramenta de luta*; ii) o território como *categoria normativa*, como aparece no Estado em determinadas políticas públicas territoriais. iii) o território como *categoria de análise*, tornado um conceito a partir da reflexão acadêmica e intelectual.

Ainda conforme Rogério Haesbaert (2019a), no que se refere ao *pensamento latino-americano sobre o território*, parece mais clara a concepção de território como *categoria da prática* e, ao mesmo tempo, ele reconhece que a *investigação intelectual*

pode dialogar com o *uso do território* na vida cotidiana, servindo de *ferramenta política* principalmente para os grupos *subalternos*.

Haesbaert (2019a) também evidencia o que denomina de a *primeira concepção de território* difusa na América Latina (uma *região continental periférica* ou *espaço específico*), no âmbito *moderno-colonial*, relacionada ao *poder soberano estatal de matriz eurocêntrica*: trata-se de uma concepção distante de expressar um pensamento latino-americano. Para Rogério Haesbaert (2019a), se existe uma prática ou pensamento latino-americano, esse ocorre entre os grupos sociais *subalternos* que lutam defendendo seus territórios (como os das periferias urbanas e os povos originários ou tradicionais). Ainda segundo Haesbaert (2019a), esses grupos sociais lutam para construir seus *territórios de vida* e, estes, então, são uma *categoria da prática*. Os grupos sociais *subalternos* – especialmente os indígenas - têm uma *visão integrada/integral de/do território*, aspecto que *parece recorrente*, no dizer de Rogério Haesbaert, na América Latina, quando se trata do território. Há, assim, uma diversidade de sujeitos, com distintas concepções e práticas centradas no espaço de vida, utilizando-se dessa concepção como *ferramenta* de mobilização e luta. E as lutas entre os grupos *subalternos*, o Estado e os capitalistas, geram “*uma imbricação entre o território como categoria de análise, como categoria da prática e como categoria normativa* (HAESBAERT, 2019a, p. 147). Por fim, Rogério Haesbaert lembra da existência de “*um pensamento-ação dialógico latino-americano sobre o território*” (IDEM, p. 147), realizado numa perspectiva descolonial.

Essa classificação é instigante, então, a partir dela, fizemos algumas perguntas (entre outras que, certamente, poderiam ser realizadas). Essas *três grandes* concepções de território identificadas por Haesbaert (2019a), como *categoria da prática, normativa e de análise*, são adequadas para compreender o pensamento latino-americano sobre o território? Se a concepção de território relacionada ao *poder soberano estatal de matriz eurocêntrica* está distante de expressar um pensamento latino-americano, por que se considera as políticas territoriais estatais como inerentes a esse pensamento? A academia é o único espaço de reflexão científica? Onde e como se dá a compreensão e

elaboração de *novas* concepções de território? Qual é o *pensamento-ação dialógico latino-americano*? Onde, como e por que acontece?

ENQUANTO ISSO, NO MÉXICO ...

No México, país onde o debate do território é bastante diverso e intenso, identificamos diferentes concepções muito relevantes, como a de Vergara Figueroa (2016), na qual o território é resultado da apropriação do espaço; é demarcado, afetivo e polissêmico, justamente em virtude das distintas práticas (econômicas, políticas e simbólicas) e dos diferentes rituais efetivados, dos conflitos, das lutas e das resistências sociais e territoriais. Nessa concepção, o *corpo* dos sujeitos tem centralidade, pois *modula* o território todos os dias, por meio do trabalho, da apropriação, da demarcação, da memória, dos rituais, da peregrinação, dos conflitos etc. Assim, a territorialidade também é fundamental, entendida como relações de poder e saberes inerentes à sociedade de classes: é múltipla e integra as dimensões *material, simbólica e emotiva*. Concepção essa de território, que entendemos ser humanística, relacional, multidimensional e multiescalar, elaborada a partir da leitura de autores/as como Georg Simmel, Jesús Martín-Barbero, Beatriz Nates Cruz, Bernardo Mançano Fernandes etc.

Es un espacio construido socialmente por las interacciones sociedad-naturaleza que en él tienen lugar. Es multidimensional, pero también constituye una unidad – histórica y cambiante- que le diferencia e identifica frente a otros territorios, que articula y da un sentido específico a sus procesos internos y relaciones con el exterior (ENTREVISTADO 1 MEX, 2019).

Traduz-se e se adapta, ampliando concepções de análise acadêmico-científicas produzidas no âmbito internacional por pesquisadores – muitos deles recorrentes na literatura mexicana estudada - como Claude Raffestin (relações de poder e sociedade-natureza), David Harvey (ajustes espaciais e temporais vinculados à acumulação de

capital), Milton Santos e Marcos Saquet (sobre as resistências diante das grandes tendências do capital) etc.

Em Buendía Castro e Pérez Sánchez (2017), a compreensão do território está centrada nas redes – com base em Norman Long – entendidas como *estruturas* sociais e organizativas utilizadas para tomar decisões voltadas para o desenvolvimento considerando-se características como a identidade, o pertencimento, a confiança, o compromisso e o trabalho coletivo. Então, o território tem um significado cultural e político (de projeção do futuro), e corresponde a um lugar de percepção e ação social, coletiva e ecológica, concepção construída na perspectiva da pesquisa-ação, conforme detalharemos no final deste texto.

Concepções como essa de Buendía Castro e Pérez Sánchez (2017) – entre várias outras- fazem parte das intensas e qualificadas interlocuções que acontecem no âmbito da *Red Gestión Territorial del Desarrollo* (Red GTD) – formada por 13 grupos de pesquisa-ação instituídos no México e interligada a outros grupos congêneres do Brasil e da Colômbia -, que trabalha a partir de uma criteriosa e adequada crítica às concepções de desenvolvimento territorial reproduzidas na América Latina estreitamente vinculadas ao neoliberalismo e ao Estado burguês no nível internacional. A abordagem de território adotada, está diretamente relacionada à de desenvolvimento, assumindo uma proposta histórico-crítica, descolonizadora e transescalar, na qual o território tem significados específicos em cada espaço-tempo, em virtude das contradições, das disputas, dos poderes, dos conflitos e dos enfrentamentos: por isso, a gestão territorial precisa ser feita pelos atores locais, como fundamento para melhorar as condições de vida por meio da autonomia decisória, da democracia, do combate à pobreza e às desigualdades, bem como por meio da soberania alimentar (RAMÍREZ MIRANDA, 2015).

Nesse sentido, as pesquisas e as ações são realizadas numa perspectiva interdisciplinar e operativa politicamente, com centralidade à problemática da soberania alimentar e do desenvolvimento integral dos/as homens/mulheres, num movimento de resistência com orientação contra-hegemônica, valorizando-se os saberes locais por meio da pesquisa-ação-participativa (RAMÍREZ MIRANDA, 2018).

Marcos Aurélio SAQUET & Horácio BOZZANO, Concepções E Práxis De Território Na América Latina: Aportes Para O Debate (I)

E, nessa perspectiva de pesquisa e ação, há notáveis resultados, socializados de distintas formas, como em Hernández Moreno, Ramírez Miranda e Menéndez Gámiz (2015), bem como por meio de publicações mais pontuais que revelam, por exemplo, como a fabricação do *pan de fiesta de San Juan Huactzinco* se caracteriza num híbrido de inovação e conservação do sabor e do manejo, contribuindo para manter a identidade repassada de geração em geração como patrimônio familiar (ELIZALDE e PÉREZ SÁNCHEZ, 2012).

Ainda do México, vale a pena evidenciar pesquisas que são feitas especificamente para os sujeitos, tais como a de Ávila Sánchez (2017), entre tantas outras, entendendo o território formado pela coexistência de relações e produções de mercadorias e outras relações de confiança e solidariedade existentes em redes de colaboração objetivadas em produções agrícolas destinadas para o consumo familiar. Valorizam-se, assim, os vínculos entre produtores e consumidores por meio da proximidade espacial e pessoal, contrapondo-se às grandes redes transnacionais.

Un territorio es un ámbito físico-espacial donde un determinado grupo social plasma su huella a través de reproducir las condiciones materiales y sociales para su existencia histórica y cotidiana. A través de sus prácticas y hábitos, se expresan las tendencias de las dinámicas social, cultural, política, económica y otras, de ese grupo o grupos, lo que define la aprehensión del mismo, su evolución y la asunción como un patrimonio (ENTREVISTADO 2 MEX, 2019).

O território, então, além de área apropriada e urbanizada (como objeto de estudos), caracteriza-se como um espaço de diferentes identidades e mobilidades, recriado histórica e geograficamente na luta pela reprodução da vida (como patrimônio das pessoas que nele vivem), concepção produzida partir de autores como Elisée Reclus, Henri Lefebvre, Guy Di Meo, Claude Raffestin, David Harvey entre outros.

Analizo estas prácticas a partir de datos estadísticas, y también a través de metodologías cualitativas (historias de vida, entrevistas semi-estructuradas con actores del proceso, sean productores individuales, familiares y colectivos), que describen la forma en que se modifica su ruralidad y que adquiere matices precisos a partir de su

vinculación permanente con el entorno urbana y el desarrollo de prácticas de proximidad y las diversas modalidades en que se desarrolla el carácter pluriactivo. Así, los actores que participan en el proceso, expresan formas determinadas de su dinámica territorial a través de sus identidades cambiantes, debido a la influencia permanente del entorno urbano en las formas de vida rural. Entonces, mi praxis del territorio se limita al conocimiento directo y al involucramiento de mis estudiantes, en los procesos que dinamizan a los territorios, en este caso, los urbano-rurales (ENTREVISTADO 2 MEX, 2019).

En el Laboratorio de Innovación Rural, hemos trabajado en procesos de innovación social en comunidades rurales, tratando de apoyar dinámicas de resistencia territorial (ENTREVISTADO 1 MEX, 2019).

As técnicas de pesquisa são diversas e o território contém diferentes relações e apropriações, mudanças e permanências, práticas e teorias, envolvimento social e resistências político-culturais. E perspectivas como essas, da práxis territorial, parecem mesmo difusas no México, como também identificamos em Sántiz Gómez e Parra Vázquez (2017) que, ao estudarem a cultura indígena em Chiapas, identificaram uma visão integrada da sua vida, considerando aspectos familiares, econômicos, culturais e ambientais, relacionando-se, intimamente, passado-presente-futuro. Trabalhando com os indígenas, o desenvolvimento foi construído a partir do lugar, de cada comunidade estudada, nos âmbitos da formação e transformação produtiva.

Para despertar o ânimo, a mente e o interesse nos projetos de transformação produtiva, realizou-se intercâmbios de experiências de camponês a camponês, já que para aprender a trabalhar com outra visão é necessário tempo, dedicação e muita paciência [...]. (SÁNTIZ GÓMEZ e PARRA VÁZQUEZ, 2017, p. 336).

A descolonização das mentes passa, necessariamente, pela prática de enfrentamento, luta, mobilização, (in)formação – sem separar prática de teoria, ciência de saber popular-, por meio de uma práxis territorial como a do *lekil kuxlejal* dos

tseltales de Chiapas, produzida com formação, projetos de transformação e organização comunitária (SÁNTIZ GÓMEZ e PARRA VÁZQUEZ, 2017).

Desse modo, mais do que uma possível categoria da prática, o território é entendido como uma práxis territorial, de luta e enfrentamento, em diferentes processos de mobilização, (in)formação, substantivando-se, evidentemente, como práticas (i)materiais e, ao mesmo tempo, como ciência popular, na qual não há uma separação entre ciência/intelectualidade e senso comum. Reconhecer as concepções populares, coexistentes com as acadêmicas e intelectuais, é adequado, porém, isso é muito pouco diante da grave situação de vida do povo latino-americano. Precisamos identificar e compreender as concepções acadêmicas e populares, unindo-as e potencializando-as de forma dialógica e respeitosa, convivendo e trabalhando **com** o povo. Nós não só reconhecemos a coexistência de saberes e práticas, análises e reflexões: trabalhamos **com** os sujeitos estudados para compreendê-los, valorizando-os, conversando, debatendo e lutando **com** eles.

ENQUANTO ISSO, NA COLÔMBIA ...

Há, ali, também, uma diversidade incrível de abordagens, concepções e práxis territorial, aspecto que nos instiga a continuar estudando a literatura colombiana ainda por um bom tempo. Em Nates Cruz, Velásquez López e García Alonso (2017), faz-se uma criativa abordagem do território e da memória historicamente territorializada em espaços de conflito e paz, caracterizando-se como uma *raiz histórica do presente*. Para essas pesquisadoras, o território é formado social e historicamente, contém poder, conflitos, disputas, enfrentamentos e apropriações, bem como distintas redes e práticas caracterizadas econômica, cultural e politicamente. O território, assim, é transescalar, complexo e plural, compreendido por meio de uma abordagem histórico-crítica, reticular, multidimensional e operativa politicamente (feita para os sujeitos estudados) (NATES CRUZ, VELÁSQUEZ LÓPEZ e GARCÍA ALONSO, 2017).

O território significa, ao mesmo tempo, a produção de um lugar, como afirma a entrevistada 1 da Colômbia, considerando-se as dimensões da geograficidade (relação gente-espaço), da sociabilidade (relações sociais), da historicidade (momentos e ritmos) e da emoção, reconhecendo-se as relações de poder, o conhecimento, a história, a identidade etc.

Asumo que la praxis es aportar en concepto para que el mundo de la política y de la gestión directa de la gente del común tenga un cambio en positivo. Así, he participado y participo de: Comisión Nacional de Ordenamiento Territorial, Consejo Departamental de Desarrollo, Comisión Interinstitucional Nacional de Ordenamiento Territorial, Exposiciones sobre problemas territoriales en pueblos ex centrados con el objeto de depurar, trabajar y apoyar la resolución de problemas en particular en escenarios de postconflicto. Apoyo a las organizaciones de base desde el quehacer conceptual. Considero que la praxis significa, aporta y cambia el mundo, cuando lo que hacemos impacta de alguna manera la agenda política. (ENTREVISTADA 1 COL, 2020).

E a práxis, nessa situação, ocorre dentro e fora da universidade, notadamente, por meio da participação em distintas atividades estatais e públicas, em diferentes escalas, do local ao nível nacional: sua atividade parece ter um conteúdo político muito bem definido, a favor das pessoas mais simples e humildes.

Outrossim, reconhece-se que o território é um conceito polissêmico, com conteúdos políticos, antropológicos e geográficos, portanto, resultado de processos culturais e políticos, envolvendo imaginários e percepções, lutas e conflitos, símbolos e sentimentos, tradição e poder. Uma concepção como essa é influenciada por pesquisadores como José Luis García, Guillermo Páramo, Yi Fu Tuan, Horácio Bozzano, entre outros, voltada para a análise dos riscos e para o ordenamento territorial, tema que, segundo a entrevistada 2 da Colômbia, parece bastante saliente na literatura territorial daquele país.

Desse modo, o território é entendido como totalidade e complexidade, numa perspectiva multidimensional (político, econômico, social, cultural e espacial) vinculada ao espaço geográfico e à vida em sociedade historicamente caracterizada.

El territorio es una totalidad compleja, dinámica y porosa de relaciones multidimensionales imbricadas entre un determinado sujeto humano colectivo y autoreferenciado, y una cierta porción de

espacio geográfico, concebido como producto social y elemento identitario sustantivo de ese mismo sujeto histórico colectivo. (ENTREVISTADO 3 COL, 2020).

No território há dominações e resistências, riscos e ações, bem como interações multiescalares, concepção essa nutrida por referências como Bertalanfy, Rapaport, Maturana e Varela, juntamente com I. Wallerstein, D. Harvey, A. Quijano, R. Haesbaert, C. W. Porto-Gonçalves e A. Escobar, como evidencia o entrevistado 3 da Colômbia. Concepções como essa, com um importante aspecto descolonial, são utilizadas, como o próprio entrevistado menciona, em estudos regionais para compreender os efeitos da globalização e, também, na pesquisa-ação-participativa, mais especificamente na gestão da água.

Desde hace dos años adelanto procesos de investigación-acción-participativa en dos territorios rurales de dos municipios de la periferia del espacio metropolitano de Bogotá D.C. La investigación centra su atención en la gestión del agua en espacios rurales, en especial sobre el papel de las asociaciones comunitarias de usuarios de los acueductos rurales, de las agencias institucionales estatales que tienen competencias relacionadas de manera directa o indirecta con el uso y manejo del agua en diferentes niveles de organización territorial, ya sea en el ámbito veredal, municipal, regional o nacional. [...] El enfoque territorial expuesto antes ha permitido la profundización en la comprensión de las relaciones del tejido territorial que subyacen en los procesos de gestión del agua, así como en los comportamientos de los diferentes actores sociales. De este ejercicio han emergido nuevas estrategias de gestión del agua por parte de las asociaciones de usuarios. En general ha sorprendido la conciencia territorial en las comunidades veredales y la capacidad de agencia que pueden desarrollar sus asociaciones en la medida que profundizan en el conocimiento territorial y en el relativo a las relaciones y contradicciones entre los diferentes niveles institucionales del Estado. (ENTREVISTADO 3 COL, 2020).

Essa práxis parece muito rica cultural, ambiental e politicamente, feita na teoria e na prática de maneira transversal, transescalar e interinstitucional, envolvendo organizações estatais, associações comunitárias e demais sujeitos interessados na gestão territorial da água, entendida como um patrimônio de todos. A análise e a prática política parecem acontecer juntas, com a definição de estratégias e normas de gestão,

Marcos Aurélio SAQUET & Horácio BOZZANO, Concepções E Práxis De Território Na América Latina: Aportes Para O Debate (I)

gerando conhecimento territorial, numa unidade teórica e prática, ou seja, de práxis territorial.

Ao que parece, nessas concepções trabalhadas na Colômbia, não se dissocia o território do espaço, nem tampouco a prática da teoria, como também identificamos na fala do entrevistado 4 daquela país: o território é o espaço socialmente apropriado onde se exerce determinado controle ou domínio, postulado elaborado com base no materialismo histórico e dialético, evidenciando-se as relações de poder, os comportamentos e as percepções dos sujeitos, então, hibridizando-se uma concepção que parece bastante atual e relevante social e cientificamente.

Mi praxis territorial se ha dado fundamentalmente en espacios geográficos muy locales como lo son el conjunto residencial donde vivo, en el que participo como presidente de la Asamblea General de Copropietarios, miembro del Consejo de Administración y copropietario, lo que me permite ser actor de decisiones referidas al uso y ocupación del espacio que jurídico-legalmente nos pertenece individual (espacio individual privado) y colectivamente (espacio común privado). Otras formas de praxis territorial son las que realizo en el espacio de la universidad en la que laboro, en el barrio y en la ciudad en los que a diario interactúo socialmente, en el marco de relaciones de poder que me establecen derechos, deberes, limitaciones, prohibiciones y sanciones. También experimento cierta territorialidad en lugares cercanos y lejanos de mi espacio cotidiano de vida, con los que he construido, a través del tiempo, relaciones empáticas, simbólicas o emocionales. (ENTREVISTADO 4 COL, 2020)

É impressionante quão diversas são as práxis territoriais que identificamos até o momento, desde atuações mais localizadas ou ancoradas no lugar de vida cotidiana, passando por intermediações feitas em organizações estatais, até processos mais amplos e complexos específicos da pesquisa-ação-participativa. As atuações ocorrem em distintos níveis escalares, no entanto, sempre vinculadas diretamente à transformação social e gestão do território no nível do local, tendo em vista a solidariedade, a conservação ambiental, a luta e o enfrentamento político.

Embora ainda não tenhamos mergulhado na literatura colombiana conforme planejamos e seja bem possível que isso esteja diretamente ligado aos sujeitos entrevistados, está claro que predominam perspectivas de abordagem histórico-crítica,

de base fenomenológico-humanística ou materialista e dialética, evidenciando-se os sujeitos e os lugares: topofilias, símbolos, comportamentos, identidades, contradições, resistências, conflitos, dominações, enfrentamentos etc. Evidentemente, estão muito aflorados temas como violência e paz, no entanto, nota-se uma grande heterogeneidade temática (em breve socializada na *Red Latinoamericana Territorios Posibles, Praxis y Transformación*, consoante já mencionamos).

Em relação a práxis territorial, as experiências também são heterogêneas, como descrevemos, porém, são todas concretas e vinculadas ao compromisso político dos/das pesquisadores/as entrevistados/as até o momento, trabalhando-se com o Estado, com associações de moradores e outros sujeitos comunitários, de forma interinstitucional e transescalar, ancorados/as nos seus lugares e territórios de vida cotidiana.

E essas experiências de práxis identificadas na Colômbia e no México, parecem ter certa unidade dialética com as verificadas na Argentina por Bozzano e Canevari (2020); referindo-se à pesquisa-ação-participativa (FALS BORDA, 2013 [1970], 2015 [1970], 2015 [1998]), esses autores evidenciam as seguintes assertivas e práxis consideradas fundamentais:

Sobre a razão prática: apelar à razão prática como matriz para nossos argumentos e nossas ações por meio de um fecundo e moderado diálogo entre filosofia, ciência e comunidade, tem se demonstrado extremamente importante socialmente. A razão prática não deixa de ser razão e, assim, está relacionada à filosofia *Territorii*, método criado há décadas para pensar e resolver problemas, gerando soluções numa espiral perpétua de respeito ao outro, sem as convencionais verdades definidas por um pesquisador ou político.

Sobre a conjunção entre saberes: partindo de premissas refletidas por Orlando Fals Borda, Horácio Bozzano e Tomás Canevari asseveram a essencialidade da conjunção entre saber acadêmico e saber popular, superando-se a tradicional dicotomia sem arrogância, de maneira interdisciplinar e multidimensional; incorporam-se às práxis as dimensões histórica, social e cultural mediante a participação dos sujeitos,

Marcos Aurélio SAQUET & Horácio BOZZANO, Concepções E Práxis De Território Na América Latina: Aportes Para O Debate (I)

valorizando-se seus saberes comunitários. Orienta-se e concretiza-se, assim, projetos e processos de trabalho conjunto, no qual “convivem” a cooperação e o conflito, como os amores e as misérias cotidianas.

Sobre a participação horizontal: na perspectiva da práxis, a vivência horizontal corresponde à relação sujeito-sujeito, superando-se a relação sujeito-objeto, para estudar e atuar, com os vizinhos, políticos, empresários, estudantes, docentes e pesquisadores.

Sobre a derrubada das assimetrias: o rompimento das assimetrias exige uma transformação profunda e sistemática, cultural, política e econômica, numa subversão ao *status quo*. Sem perder o rigor dos métodos e das técnicas, a pesquisa procura se rebelar contra a rotina, o egoísmo e a manipulação, promovendo-se a dimensão espiritual da pesquisa científica em meio à cooperação e ao conflito, como afirmara Santos (1996).

Sobre os tipos de conhecimentos: tendo como base a participação social com equidade e reciprocidade, bem como uma concepção holística sintetizada por Fals Borda (2015 [1970]), integram-se conhecimentos relativos à vivência (territórios vividos), ao prático (territórios reais), às proposições (territórios legais, pensados e possíveis) e aos territórios concertados e inteligentes.

Sobre a interação comunicativa: a comunicação sujeito-sujeito necessita ser, então, dialógica e de aprendizagem mútua, estabelecendo-se relações de confiança entre o pesquisador e o pesquisado, num constante exercício de avanços e retrocessos.

Desse modo, Bozzano e Canevari (2019, 2020) propõem o conceito de *diálogos de fazeres*, o qual se formula em termos de duas hipóteses sucessivas e complementares na pesquisa-ação-participativa: i) Os *diálogos de fazeres* têm como base os *diálogos de saberes*, na medida em que estão inscritos numa teoria de transformação; ii) Espirais de reflexão e ação constroem *diálogos de saberes* e *de fazeres* articulados e participativos, voltados para acompanhar a construção de políticas públicas participativas mais

sustentáveis a partir da razão prática, da conjunção de diferentes saberes, da vivência horizontal, da quebra de assimetrias e da interação comunicativa (Figura 1).

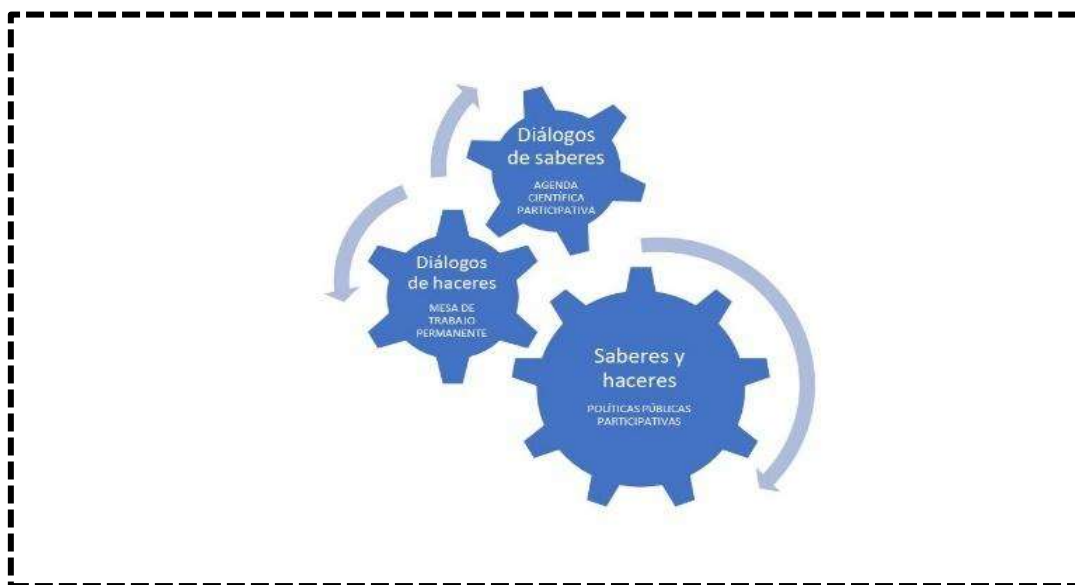


Figura n. 1- Ilustração dos *diálogos de fazeres*.

Fonte: Bozzano e Canevari (2000).

Os *diálogos de fazeres* envolvem, simultaneamente, teorias e práticas. O diálogo de saberes sem os fazeres, pode resultar em discursos; o diálogo de fazeres sem os saberes pode desembocar apenas em vontades e ações sem o pensamento e a reflexão necessários. Portanto, os diálogos de saberes e fazeres não estão separados nem tampouco elitizados: acontecem juntos, em projetos de práxis territorial como os aludidos anteriormente quando nos referimos ao México e à Colômbia, com uma “ponte” comum, ao que parece, com práxis realizadas na Argentina e no Brasil, tema este a ser trabalhado no próximo texto, a partir da problematização que segue à guisa de considerações finais desta primeira reflexão ora socializada.

A CONTINUIDADE DA PROBLEMATIZAÇÃO: A PRÁXIS TERRITORIAL DESCOLONIAL ...

Uma discussão abstrata das vidas de pessoas que não conheço e com cuja situação não estou familiarizado não é apenas uma perda de tempo, é também desumano e impertinente (FEYERABEND, 2010 [1987], p. 363; grifo do original).

Acreditamos, juntamente com Feyerabend (2010 [1987]), que apreender as sensações, imergindo na vida das pessoas, é fundamental, a partir dos nossos instintos e sentidos, das nossas percepções e interpretações, compreendendo e valorizando as diferentes visões de mundo que, por sinal, não podem ser entendidas e explicadas adequadamente à distância. A ciência é, nessa perspectiva, *uma tradição* de compreensão da realidade, como outras visões também importantes, como as artes e as religiões (FEYERABEND, 2010 [1987]). Para nós, ciência e filosofia não são puras abstrações nem tampouco restritas aos intelectuais acadêmicos: são práxis de ideia e matéria, prática e teoria, razão e emoção.

Desse modo, parece-nos que as três categorias identificadas por Haesbaert (2019a) podem ser uma espécie de “ponto” de partida para uma pesquisa mais apurada sobre o pensamento territorial na América Latina. Está claro, a partir do exposto, que a prática também é, muitas vezes, teórica e refletida; que a normativa também é sistematizada, idealizada, teorizada e prática; a análise também é prática e, muitas vezes, normativa, como revelam as concepções e práxis aqui socializadas.

As políticas estatais estão incorporadas no cotidiano, incluindo o acadêmico, influenciando e sendo influenciadas; influenciando intensas pesquisas, por exemplo, no Brasil, sobre os territórios rurais e da cidadania implantados a partir de 2003; influenciadas por estas mesmas políticas, que acabam por “definir” agendas de pesquisas acadêmicas, no Brasil, na Colômbia e no México. Há, nessas políticas, concepções claramente neoliberais, discutidas, planejadas, sistematizadas, normatizadas etc., revelando uma tática vinculada a práxis de dominação social e territorial que, por sua vez, também é teórica e prática, normativa e, muitas vezes, acadêmica.

A universidade, portanto, não é (i)materializada como único espaço de pesquisa e reflexão. Estas últimas também estão presentes, como descrevemos anteriormente, em espaços comunitários, associativos, condomínios residenciais, bairros etc. Numa pesquisa mais apurada, que estamos fazendo, essa diversidade de espaços e, também, de tempos, é ainda bem maior.

Aí, quem tem uma práxis territorial, predominantemente, a faz por meio da IAP, gerando concepções e técnicas outras, de convivência, diálogo, participação, luta e enfrentamento político-cultural, num movimento claramente descolonial e contra-hegemônico (Quadro 1). Movimento esse feito, concomitantemente, de ciência e práticas, teorias e técnicas, normas e saberes populares, interagindo-se entre si, ou seja, trabalhando centrados na relação sujeito-sujeito. Quem tem essa perspectiva de trabalho, tem compromisso político e envolvimento direto com as pessoas estudadas, notadamente, mais simples e humildes, constituindo uma práxis de libertação, interdisciplinar, interinstitucional, multidimensional e transescalar: não nos parece possível separar teoria e prática, reflexão e ação, normas (de convivência) e análises.

	Concepções	Práxis territoriais
México	<ul style="list-style-type: none">- São histórico-críticas, transescalares e multidimensionais, direcionadas para a realização de projetos de desenvolvimento regionais e/ou locais.- São realizadas por meio da pesquisa-ação-participativa, com um conteúdo político descolonial.	<ul style="list-style-type: none">- Estão vinculadas à resistência político-cultural diante da hegemonia do Estado e das grandes empresas, especialmente no nível do lugar.- Destacam-se aspectos como o corpo, a memória, a identidade, o trabalho, a unidade sociedade-natureza, a luta etc.
Colômbia	<ul style="list-style-type: none">- São histórico-críticas, multidimensionais e transescalares, também	<ul style="list-style-type: none">- Acontecem em diferentes níveis escalares e de forma interinstitucional, sobretudo no nível do local, ou seja, do

voltadas para os sujeitos estudados. lugar, por meio de projetos conjuntos, de resistência político-cultural.

- São feitas por meio da pesquisa-ação-participativa interinstitucional e transescalar com a construção de estratégias e normas comuns de gestão territorial. -Evidenciam-se aspectos como o poder, as redes, as identidades, os símbolos, os sentimentos, as emoções, as percepções etc.

Quadro 1 – Síntese das concepções e práxis identificadas até o momento no México e na Colômbia. Elaboração própria, maio de 2020.

278

Ao fazer pesquisa-ação-participativa, no México, na Colômbia, estabelecem-se premissas e práticas que, ao que tudo indica, são concomitantes, ou seja, estão dentro e fora das universidades, efetivando-se de maneira interdisciplinar e interinstitucional, revelando-se um conteúdo político-ideológico claro e voltado para a transformação social a favor da construção de uma sociedade mais justa e ecológica.

A opção pela práxis territorial que contém teoria e prática, métodos e técnicas, ciência e saber popular, dá-se no bojo do envolvimento e do compromisso por parte do/a pesquisador/a, como sujeito que também vive e participa dos processos territoriais, como sujeito na relação com outros sujeitos (embora sejam objeto de estudos) em diferentes níveis escalares: as pesquisas e as ações são, normalmente, multidimensionais e transescalares, embora, consoante evidenciamos anteriormente, possam assentar-se ora na fenomenologia-humanística, ora no materialismo histórico e dialético.

A abordagem territorial adotada está diretamente relacionada aos processos de desenvolvimento (ou às alternativas ao desenvolvimento, nem sempre explicitadas), assumindo uma proposta histórico-crítica, descolonizadora, plural e transescalar, na qual o território tem significados históricos e geográficos, antropológicos e políticos, sendo reproduzido como lugar de vida (humana e não humana), preche de contradições, disputas, poderes, conflitos e enfrentamentos e, ao mesmo tempo, de

cooperação e solidariedade, preservação e conservação ambiental.

A práxis é feita, em síntese, *desde abaixo*. Eis aí uma característica fundamental das concepções identificadas até o momento, no México e na Colômbia, onde verificamos teorias e práticas “caminhando juntas”, numa *direção consciente* e popular, sem *repetir mecanicamente fórmulas científicas*, construindo uma *consciência criadora de valores históricos* com base na experiência cotidiana (GRAMSCI, 1975 [1929-1932]).

Foi assim que fizemos, ao largo dos anos, em nossos projetos de pesquisa e cooperação com sujeitos do campo e da cidade, camponeses e operários da periferia urbana, contribuindo diretamente para qualificar os níveis de **consciência de classe e de lugar** ali existentes, por meio da práxis territorial participativa, dialógica, solidária, cooperada e popular (SAQUET, 2018, 2019c).

E foi uma práxis similar às identificadas e ora socializadas que realizamos numa perspectiva *pluridimensional*, nos projetos Vida na Roça (1996-1998) e Vida no Bairro (2002-2006), entre outros, num movimento de contestação da hegemonia do Estado burguês e do agronegócio, bem como da gestão pública assistencialista, (i)materializando pesquisas participantes e ações participativas entre pesquisadores, docentes, estudantes, operários, camponeses, sindicalistas etc. Em ambos os projetos, as ações visaram ao desenvolvimento respeitando a natureza, a cultura e as necessidades mais imediatas das classes populares, valorizando as singularidades territoriais e seus respectivos sujeitos e saberes (SAQUET, PACÍFICO e FLÁVIO, 2005; SAQUET e FLÁVIO, 2005; SAQUET, 2018, 2019b, 2019c).

A práxis é proximidade e não distanciamento entre pesquisador/a e pesquisado/a; é pluriativa, solidária, interativa, científica e popular, na qual todos os sujeitos são seres que pensam e sentem, respiram e comem, têm conhecimentos e vivências importantes para a gestão comum de soluções para os problemas cotidianos.

Trabalhado com os sujeitos estudados, na pesquisa (fase diagnóstica) e na ação (fase de atuação cooperada e solidária), numa interação universidade-sociedade local, acreditamos que conseguimos integrar conhecimentos e técnicas, sujeitos urbanos e

rurais, a partir da constituição de **espaços de aprendizagem conjunta** (oficinas, cursos, intercâmbios, mobilizações políticas, reuniões, assembleias etc.). Assim, a práxis não está numa nota de rodapé, está (i)materializada na nossa vida cotidiana, dentro e fora da sala de aula, dentro e fora da universidade, na pesquisa-ação-participativa.

Aí, o território foi (re)produzido (no campo, na cidade e entre esses distintos espaços) como espaço de organização política, mobilização, (in)formação, luta, enfrentamento, diálogo e produção de conhecimento, numa práxis de transformação feita **com nosso envolvimento continuado** na pesquisa participante e na ação participativa (para detalhamento, ver SAQUET, 2019b).

As “[...] teorias elaboradas no cerne das pesquisas e operações teórico-conceituais devem se pôr em favor de uma práxis sócio-política-cultural, [...] colocando-se a favor do desenvolvimento e melhoria das condições de vida das populações” (SAQUET, PACÍFICO e FLÁVIO, 2005, p. 69). “O método dialético não é somente um método de análise teórica [...], mas é, ao mesmo tempo, um instrumento criador de possíveis alternativas e de práticas para realizá-las” (VAGAGGINI e DEMATTEIS, 1976, p.137).

Então, entendemos que a práxis é *o modo de ser no mundo*; uma *atitude prática* não é, necessariamente, *desprovida de teoria*, tem um significado *existencial*: *prática e ser no mundo são indivisíveis* e passam por uma *compreensão dinâmica, transcendental e concreta*, ou seja, *dialética* e cotidiana, por meio da qual o *homem se abre para o mundo* (DUSSEL, 2017 [1973]).

Portanto, está claro que a superação das crises precisa ocorrer com profundas transformações, tentando resolver os problemas, superando o desenvolvimentismo por meio do enfrentamento político e científico, conquistando uma política libertadora com responsabilidade e honra: então, o/a pesquisador/a necessita ter um *compromisso-ação* estando, de fato, *engajado* política e cientificamente com os *grupos-chave* que necessitam do saber científico e da nossa colaboração, consoante argumentara muito bem Fals Borda (2015 [1970], 2013 [1970]).

Referências

ÁVILA SÁNCHEZ, Héctor. Cooperación y solidariedades en las prácticas agrícolas urbanas y periurbanas en México. In: SAQUET, M. e ALVES, A. (Org.). *Processos de cooperação e solidariedade na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017. p. 201-216.

BOZZANO, Horacio. [Territorios reales, territorios pensados, territorios posibles: Aportes para una teoría territorial del ambiente](#). Buenos Aires: Espacio, 2000 (3ª edición 2012).

BOZZANO, Horacio. *Territorio, híbridos de base dialéctica*. Reflexiones sobre el objeto de la Geografía, *Reflexiones Geográficas*, n°10, 2003, U.N. Río Cuarto.

BOZZANO, Horacio. *Territorios posibles. Procesos, lugares y actores*. Buenos Aires: Lumiere Ed., 2009 (3ª ed. 2017).

BOZZANO, Horacio. [La geografía, útil de transformación: El método Territorii, diálogo con la Inteligencia Territorial](#), *Campo-territorio*, 8 (16): 448-479 2013a.

BOZZANO, Horacio. [Geografía e Inteligencia Territorial: Geo-grafein, Geo-explanans, Geo-transformare](#), *Geográfica digital*, 10 (19) 2013b.

BOZZANO, Horacio. [Territorios posibles y utopías reales. Aportes a las teorías de la transformación: Inteligencia territorial y justicia territorial](#), *Arquetipo* (15): 71-91, 2017.

BOZZANO, Horacio e Tomás CANEVARI. [Scientific Agendas and Work Tables: An initiative in La Plata, Ensenada and Berisso, Argentina](#), *International Journal of Action Research*, 15 (1), 2019.

BOZZANO, Horacio e Tomás CANEVARI (Org.). *Transformar diálogos de saberes en diálogos de haceres. Ciencia, comunidad y políticas públicas*. La Plata: EDULP/UNLP, 2020.

BUENDÍA CASTRO, Irma e PÉREZ SÁNCHEZ, Alfonso. Actores sociales y redes en la producción de café – Puebla, México. In: SAQUET, M. e ALVES, A. (Org.). *Processos de cooperação e solidariedade na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017. p. 169-182.

DUSSEL, Enrique. *Para una ética de la liberación latinoamericana* – Tomo 1. México, DF: Siglo XXI Ed., 2017 [1973].

ELIZALDE, Argelia e PÉREZ SÁNCHEZ, Alfonso. El pan de fiesta de San Juan Huactzinco, Tlaxcala: tradición detonante del desarrollo local? In: SÁNCHEZ, A. y CORTÉS, C. (Org.). *Desarrollo y territorio: abordajes teórico-metodológicos y expresiones socioterritoriales*. Tlaxcala, México: El Colegio de Tlaxcala; CIISDER, Universidad Autónoma de Tlaxcala, 2012. p. 199-222.

Marcos Aurélio SAQUET & Horácio BOZZANO, *Concepções E Práxis De Território Na América Latina: Aportes Para O Debate* (I)

FALS BORDA, Orlando. Orígenes universales y retos actuales de la IAP (Investigación Acción Participativa), *Peripicias*, n. 110, 2008 [1999], p. 1-14.

FALS BORDA, Orlando. La crisis, el compromiso y la ciencia. In: MONCAYO, V. (Org.). *Orlando Fals Borda: una sociología sentipensante para América Latina*. México, DF: Siglo XXI Ed.: Buenos Aires: CLACSO, 2015 [1970]. p. 219-252.

FALS BORDA, Orlando. *Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2013 [1970].

FALS BORDA, Orlando. Experiencias teórico-prácticas. In: MONCAYO, V. (Org.). *Orlando Fals Borda: una sociología sentipensante para América Latina*. México, DF: Siglo XXI Ed.: Buenos Aires: CLACSO, 2015 [1998]. p. 303-365.

FALS BORDA, Orlando e MORA-OSEJO, Luis Eduardo. La superación del eurocentrismo – enriquecimiento del saber sistémico y endógeno sobre nuestro contexto tropical, *POLIS – Revista Latinoamericana*, n. 7, p. 1-6, 2004.

FEYERABEND, Paul. *Adeus à razão*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010 [1987].

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*, vol. I (1929-1932). Turim: Einaudi, 1975.

HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana, *Journal of Latin American Geography*, vol. 19, n. 1, 2019a, p. 141-151.

HAESBAERT, Rogério. O território: de categoria de análise à categoria da prática num olhar latino-americano e integrador. In: DENARDIN, V. e ALVES, A. (Org.). *Desenvolvimento territorial: olhares contemporâneos*. Londrina, PR: Ed. Mecenaz, 2019b. p. 51-60.

HERNÁNDEZ MORENO, M.; RAMÍREZ MIRANDA, C.; MENÉNDEZ GÁMIZ, C. (Org.). *Territorio y gestión del desarrollo*. México, DF: Plaza y Valdés, 2015.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal. Lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995 [1969].

NATES CRUZ, Beatriz; VELÁSQUEZ LÓPEZ, P. Andrea; GARCÍA ALONSO, María. *La territorialización de la memoria en escenarios de posconflicto - Caldas, 1990-2015*. Manizales: COLCIENCIAS, CNMH, Universidad de Caldas, RETEC, 2017.

RAMÍREZ MIRANDA, César Adrian. Repensar el territorio, repensar el desarrollo rural. In: HERNÁNDEZ MORENO, M.; RAMÍREZ MIRANDA, C.; MENÉNDEZ GÁMIZ, C. (Org.). *Territorio y gestión del desarrollo*. México, DF: Plaza y Valdés, 2015. p. 23-46.

RAMÍREZ MIRANDA, César Adrian. Agroecología, interdisciplina y desarrollo rural sustentable, *Campo-Terrório*, v. 13, n. 29, 2018, p. 271-285.

SÁNTIZ GÓMEZ, Abraham e PARRA VÁZQUEZ, Manuel Roberto. La visión tseltal de la vida em el desarrollo alternativo de Oxchuc, Chiapas. In: GARCÍA GARCÍA (Org.). *Extractivismo y neoextractivismo en el Sur de México: múltiples miradas*. Texcoco, México: Universidad Autónoma Chapingo, 2017. p. 317-350.

Marcos Aurélio SAQUET & Horácio BOZZANO, *Concepções E Práxis De Território Na América Latina: Aportes Para O Debate (I)*

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, A.; COSTA, B.; PIRES, C.; UEDA, V. (Org.). *A emergência da multiterritorialidade*. A resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre e Canoas (RS): UFRGS/ULBRA, 2008. p. 47-60.

SAQUET, Marcos. Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica. In: FRAGA, N. (Org.). *Territórios e Fronteiras: (re)arranjos e perspectivas*. Florianópolis (SC): Editora Insular, 2011. p. 33-50.

SAQUET, Marcos. Por un abordaje territorial: reflexiones por la construcción de un paradigma contrahegemónico para América Latina. In: LEÓN HERNÁNDEZ, E. (Org.). *Praxis espacial en América Latina – Lo geopolítico puesto en cuestión*. Ciudad de México: UNAM/ITACA, 2017a. p. 209-246.

SAQUET, Marcos. Território, cooperação e desenvolvimento territorial: contribuições para interpretar a América Latina. In: SAQUET, M. e ALVES, A. (Org.). *Processos de cooperação e solidariedade na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017b. p. 37-67.

SAQUET, Marcos. *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017c.

SAQUET, Marcos. A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation, *Geographica Helvetica*, n. 73, 2018, p. 347-355.

SAQUET, Marcos. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento, *IGepec*, v. 23, 2019a, p. 25-39.

SAQUET, Marcos. *Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2019b.

SAQUET, Marcos. O conhecimento popular na praxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas, *Revista GEOTEMA – AGEI*, Roma, Suplemento 2019, 2019c, p. 5-16.

SAQUET, Marcos e FLÁVIO, Luiz. Contribuições para o planejamento e a gestão urbana: a experiência do Projeto Vida no Bairro – Francisco Beltrão, PR, *GUAJU*, Matinhos, PR, v. 1, n. 1, 2015, p. 123-141.

SAQUET, Marcos; PACÍFICO, Jucelí; FLÁVIO, Luiz Carlos. *Cidade, organização popular e desenvolvimento: a experiência do Projeto Vida no Bairro*. Cascavel/PR: UNIOESTE, 2005. VAGAGGINI, Vincenzo e DEMATTEIS, Giuseppe. *I metodi analitici della geografia*. Firenze: La Nuova Italia, 1976.

VERGARA FIGUEROA, Abilio. El redescubrimiento del territorio a través del conflicto. In: *Paisajes productivos y desarrollo económico territorial*. Manizales, Colômbia: RETEC; Editorial Universidad de Caldas, 2016. p. 121-157.

Data de Submissão: 09/05/2020

Data da Avaliação: 15/05/2020

DAS FAVELAS ÀS PRISÕES: TRANSFORMAÇÕES NA SEGREGAÇÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO

Mariana dos Santos Nesimi¹

Maurilio Botelho²


285

Resumo: embora desde sua origem as favelas tenham sido tratadas como *espaços criminalizados*, o novo estatuto da segregação aponta para uma função social homóloga às prisões, isto é, as favelas que se desconectaram dos circuitos econômicos metropolitanos tornam-se progressivamente formas urbanas de *reclusão territorial* de grupos excluídos. O artigo reconstitui a história das favelas como um espaço criminalizado e sua relação com o mercado de trabalho, com o objetivo de mostrar que, conforme a marginalização avança para uma exclusão social crescente, os seus moradores são vistos como indesejáveis e descartáveis.

Palavras-chave: encarceramento, crise da sociedade do trabalho, confinamento espacial, território, racismo

From slums to prisons: transformations in urban segregation in Rio de Janeiro

Abstract: although slums (favelas) have been treated as criminalized spaces since their inception, the new segregation statute establishes to a social function homologous to prisons, that is, slums that have been disconnected from metropolitan economic circuits progressively become urban forms of territorial reclusion of excluded groups. The article reconstructs the history of slums as a criminalised space and its relationship with the labour market, with the aim of showing that, as

¹ Graduada em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  <https://orcid.org/0000-0002-2130-0606>. E-mail: mariananesimi@outlook.com.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ.  <https://orcid.org/0000-0001-5807-262X>. E-mail: maurilio_botelho@oi.com.br

marginalisation advances towards growing social exclusion, its residents are seen as undesirable and disposable.

Keywords: incarceration, labour society crisis, spatial confinement, territory, racism.

De las favelas a las cárceles: transformaciones en la segregación urbana en Río de Janeiro

286

Resumen: Aunque las favelas han sido tratadas como espacios criminalizados desde su creación, el nuevo estatuto de segregación apunta a una función social homóloga a las prisiones, es decir, las favelas que han sido desconectadas de los circuitos económicos metropolitanos se convierten progresivamente en formas urbanas de reclusión territorial de los grupos excluidos. El artículo reconstruye la historia de las favelas como un espacio criminalizado y su relación con el mercado laboral, con el objetivo de mostrar que, a medida que la marginación avanza hacia una creciente exclusión social, sus residentes son vistos como indeseables y desechables.

Palabras clave: encarcelamiento, crisis de la sociedad laboral, confinamiento espacial, território, racismo.

Introdução

Uma mudança na forma da segregação urbana na cidade do Rio de Janeiro está em curso: algumas favelas cariocas deixam de ser funcionais, do ponto de vista do oferecimento de força de trabalho barata para o restante da cidade, e passam a ser alvo de um controle mais direto e ostensivo, que culmina no *confinamento espacial* de seus moradores. Embora desde sua origem as favelas tenham sido tratadas como *espaços criminalizados*, o novo estatuto da segregação aponta para uma função social homóloga às prisões, isto é, as favelas que se desconectaram dos circuitos econômicos metropolitanos tornam-se progressivamente formas urbanas de *reclusão territorial* de grupos excluídos. Nosso objetivo é apresentar, de modo preliminar, essa mudança na

forma da segregação urbana e no estatuto de algumas favelas para a economia urbana do município do Rio de Janeiro. Para isso é preciso reconstituir a história da segregação urbana no Rio de Janeiro, principalmente a condição criminalizada das favelas, para compreender esse deslizamento funcional. É necessário também compreender como a maioria dos moradores das favelas se relacionavam mais amplamente com o mercado de trabalho e sua relação com as determinações básicas da formação social brasileira, para apresentar as diferenças no contexto atual.

A favela como espaço criminalizado

Ao longo do século XX, em diversas cidades brasileiras, particularmente no Rio de Janeiro, as favelas se desenvolveram como um espaço periférico destinado às camadas mais pobres da população. Decorrentes do aprofundamento da urbanização, as favelas resultaram da impossibilidade de uma parte da sociedade em obter moradia regular, mas foram também uma opção de reprodução social popular, pois permitiam o acesso a determinados produtos ou serviços a preços mais baixos ou mesmo por fora do mercado. Em virtude disso, as favelas se tornaram o símbolo residencial máximo do “circuito inferior da economia urbana” (Santos, 1978: 59-61). Como locais de concentração da informalidade e desemprego, da pobreza e miséria, as favelas sofreram, desde suas origens, na virada para o século XX, com a estigmatização, sendo tachadas de áreas violentas, moradias de “malfeitores” e “vagabundos”. Junto com o estigma surgiu a segregação. Produzidas como uma forma urbana particular, elas foram segregadas em virtude de suas peculiaridades étnicas: composta em sua maioria por negros, foram ainda locais de acolhimento das populações migrantes que chegavam aos grandes centros sem destino, propriedade ou ocupação.³

³ Até metade do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, a composição das favelas por migrantes do interior do país, particularmente das áreas rurais de Minas Gerais e do próprio estado do Rio de Janeiro é marcante (ver quanto a isso o famoso relatório *Aspectos Humanos da Favela Carioca* (Sagmacs, 1960: 39). Mas na década de 1960 elas terão uma maioria de indivíduos originados da própria região metropolitana ou nascida já no município, como atestaria o Censo de 1960 (Parisse, 1969: 151-152).

Desde o seu nascimento, a favela sofreu com a violência e a repressão estatal. De início, as justificativas eram de ordem sanitária: assim como os cortiços — e por terem sido produzidas parcialmente a partir da destruição destes — as favelas da área central da cidade do Rio de Janeiro foram vistas como locais insalubres, focos de doenças e origem das principais epidemias que acometiam o resto da cidade. A polícia foi uma força auxiliar para os agentes de saúde que, principalmente durante o processo de combate às epidemias, na administração Pereira Passos (1902-1906), subiam os morros para higienizar as moradias e vacinar forçadamente seus ocupantes.

Imediatamente — e como deslocamento inevitável dessa visão da cidade como um organismo —, as favelas foram vistas também como doenças sociais e seus moradores como os vetores da desordem. O famoso arquiteto grego Alfred Agache, num dos primeiros estudos sistemáticos sobre a favela, a caracterizou como um local de residência de “uma população meio nômade, avessa a toda e qualquer regra de higiene” (Agache, 1930: 20). Também conferiu que elas foram “construídas contra todos os preceitos da higiene” e a “sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza” (1930: 190). Agache repetia aqui o diagnóstico do médico e engenheiro conservador, Mattos Pimenta, que havia chamado as favelas de “lepra da estética” (Valladares, 2005: 42).

De problema de saúde passa à questão de ordem urbana e estética. Sob uma mesma síntese naturalista de problemas, a favela é associada também à desordem social. O engenheiro e geógrafo Everardo Backeheuser, em 1905, identificou nas favelas a convivência de “classes laboriosas”, mas também de “desordeiros” e “facínoras” (apud Mattos, 2009: 151). Numa famosa crônica publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, em 1903, um autor anônimo (provavelmente o escritor João do Rio) tratou a favela como

“morada de gatunos e malfeitores”, “assassinos, perseguidos pela polícia, vagabundos perigosos” etc.⁴

Desde o princípio, a favela — solução espacial para o problema da falta de habitação popular, além da resolução parcial de outras carências e serviços, obtidos por meios informais — recai sob um horizonte policial que nunca deixará de lhe ameaçar. Aliás, a imagem de uma afronta às regras urbanas já nasce com as favelas em seu principal “mito de origem”.

Como se sabe, entre as várias versões para a origem das favelas na cidade do Rio de Janeiro, a mais famosa de todas remonta ao fim da Guerra de Canudos, em que os praças retornados ou trazidos à capital, depois da campanha, não tendo onde morar, foram ocupar o morro atrás do Comando do Exército, local que então passou ser denominado Favella. As comparações entre o morro da Providência e o arraial de Canudos se tornaram comuns e não apenas em função da questão topográfica (um morro já denominado Favella no sertão nordestino) ou da precariedade das construções presentes nos dois locais. A consolidação de uma imagem negativa e associada ao crime, para as favelas, a aproximou do símbolo de transgressão do arraial de Canudos: um domínio de transviados, desordeiros e criminosos. Mais ainda, assim como a resistente comunidade de Antônio Conselheiro, as favelas eram um *bastião* afrontando à ordem vigente da República e ao processo de modernização da sociedade brasileira.⁵

Ou seja, as favelas não são apenas espaços onde ocorrem crimes ou onde vivem malfeitores, não é apenas um “espaço de crime”: pela própria configuração urbana, a favela é um *espaço criminalizado*.

⁴ ‘A morada dos gatunos e desordeiros’, crônica inédita de João do Rio, *O Globo*, 24 nov. 2015. Disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/a-morada-dos-gatunos-desordeiros-cronica-inedita-de-joao-do-rio-18121951>. Acesso em jul. 2019.

⁵ “Na literatura, em autores como Lima Barreto e Olavo Bilac e em textos de sambas dos anos de 1928 a 1994, favela é morro, no sentido geográfico. Já no sentido metafórico, ela aparece como um bastião, da mesma forma que Canudos. Segundo Costallat, originalmente publicado em 1924: ‘Falavam-me sempre no perigo de subir à Favella. Nos seus terríveis valentes. Nos seus malandros que assaltam com a mesma facilidade com que se dá bom-dia’” (Valladares, 2005: 33).

É preciso ponderar que, como forma criminalizada e mesmo nas atribuições preconceituosas da imprensa, autoridades e intelectuais, há sempre um contraponto, uma tentativa remediadora à generalização. Diante da forma urbana compreendida no todo como espaço da criminalidade, há exceções.

Backheuser apontou na favela o local de “desordeiros”, mas também das “classes laboriosas”.⁶ A crônica atribuída a João do Rio reforçava que no morro da Providência habitavam “gente tão estranha”, “tipos suspeitos” e se caracterizava como “um lugar célebre de capoeiragem e assassinatos”, mas residiam ali também “uma porção de trabalhadores” e os “vagabundos perigosos” os “atracam à noite”, roubando-lhes.⁷ Ou seja, desde os primórdios, embora a imagem geral da favela seja a de um espaço em desconcerto com as regras da civilidade e da lei, um espaço criminalizado, também moram nos morros e escarpas do centro do Rio as pessoas pobres, trabalhadoras, cujas dificuldades de sobrevivência e remuneração levaram à moradia precária. Assim, Agache (1930: 189) explica a formação das favelas não apenas pelo sem-teto, mas também pelo “operário pobre”.

É evidente a compreensão de que a expansão das favelas está relacionada à ampliação do mercado de trabalho na capital, sendo *também* local de moradia do trabalhador. Esse outro ângulo de visão sobre a favela será explorado politicamente pelos governos a partir da década de 1930, quando se estabelece uma nova relação entre o Estado e as favelas. A política “populista” arregimenta as “camadas trabalhadoras” da favela como plataforma política e isso fica visível particularmente sob o governo de Pedro Ernesto — a ponto dele concorrer diretamente com a imagem de “pai dos pobres” de Getúlio Vargas e ser afastado para não dividir a liderança. Na década 1940, não por acaso, as remoções de algumas favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro — local já de grande

⁶ “Ali não moram apenas os desordeiros e os facínoras como a legenda (que já tem a Favela) espalhou; ali moram também operários laboriosos que a falta ou carestia dos cômodos atira para esses lugares altos, onde se goza de uma barateza relativa e de uma suave viração que sopra continuamente, dulcificando a rudeza da habitação” (Backheuser apud Mattos, 2009: 164).

⁷ ‘A morada dos gatunos e desordeiros’, crônica inédita de João do Rio, *O Globo*, 24 nov. 2015. Disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/a-morada-dos-gatunos-desordeiros-chronica-inedita-de-joao-do-rio-18121951>. Acesso em jul. 2019.

interesse imobiliário com a rápida expansão urbana — terão como destino de seus moradores os famosos *parques proletários*.

Essa compreensão de que uma parte dos moradores das favelas são “gente de bem”, “trabalhadora”, entretanto, não é alheia à visão preconceituosa genérica daquele espaço como “pestilento” e “criminoso” — daí que o papel do Estado seja exatamente o de remover essas comunidades ou civilizá-las através da urbanização (é com o regime de Vargas que, pela primeira vez, surgem iniciativas de urbanização das favelas). O objetivo era exatamente o de trazer os seus moradores à civilidade, o que transparece até mesmo na mudança do estatuto da assistência social nesse período. A capa do primeiro número da Revista Serviço Social, em 1939, trazia a imagem de uma família desolada, na frente de um barraco de favela, com a seguinte frase: “O serviço social ajudará esta família a descobrir: o sentido da vida — a dignidade do trabalho — o amor à vida familiar — o valor da educação — a necessidade de um corpo sadio — a fraqueza do individualismo e a força da associação” (Nascimento, 2008: 52).

Num registro ideológico diferente, muito mais preocupado com a politização e formação de uma cultura de organização partidária, o Partido Comunista também agiria nas comunidades pobres do Rio em virtude de uma compreensão desses locais enquanto moradias do “proletariado”. De qualquer modo, seja no “populismo varguista”, ou na concepção comunista, a visão geral era de que a instauração de uma sociedade moderna no Brasil dependia da inclusão desses indivíduos ao mundo do trabalho, ao qual uma parte já pertencia, mas sobre os quais pesava um ambiente viciado e inculto. A favela se transforma em “questão social” porque a regulação da relação salarial e os problemas de uma sociedade mediada pelo trabalho passam à ordem do dia com o processo de industrialização, mas ela não deixa de ser ainda uma “questão policial”.⁸

⁸ “Com isso, endossam-se os ‘pobres decentes’, aqueles portadores de ‘carteira de trabalho’ como sinônimo de corpo-útil ao capitalismo, de trabalhador honesto e, portanto, produtivo. Os demais – ou seja, a grande maioria dos subalternizados, fora do mercado de trabalho (subempregados, desempregados ou ligados a atividades informais, eventuais – compõem as ‘classes perigosas’, essencialmente moradores das favelas e periferias que, portanto, devem ser eliminados e, dentro do ideário ‘higienista – trabalhista’ dos anos 30 e 40, devem ter seus locais de moradia ‘cauterizados’ a ferro e fogo” (Coimbra, 2001: 111-112).

Em síntese, é possível dizer que, se a partir dos anos de 1930 há uma aparente relação antitética entre os projetos de remoção e o de urbanização das favelas, isso está na dependência da relação contraditória entre a visão da favela como espaço do crime e a constatação de que ali residem “laboriosos moradores”. A história das favelas sempre foi atravessada pela sua caracterização como local das “classes perigosas” ou da “classe trabalhadora”, as mudanças de regimes políticos enfatizariam cada um desses polos de acordo com suas diretrizes ideológicas. Em alguns momentos, essas visões seriam sobrepostas: como parte do contexto histórico que prepara o golpe de 1964, a visão de uma ameaça comunista seria projetada nas favelas — segundo um famoso lema conservador da metade do século XX, “é necessário subir o morro, antes que os comunistas desçam”.

Entre o subproletariado e a desclassificação

A ideia de “classe perigosa” se formou no século XIX, na Europa, e associa a pobreza crescente com o risco das sublevações em ambientes urbanos insalubres. No Brasil, expressões correlatas, como os “pobres perigosos” e a “maldade dos pobres”, já davam conta no século XIX de uma presumida violência atávica às camadas populares (Coimbra, 20001: 82-94). No século XX, ela seria de uso corrente para a criminalização da pobreza. Além de seu conteúdo, a expressão é formalmente imprecisa, pois entre os pobres que suscitavam temor nas elites havia uma infinidade de grupos sociais distintos, trabalhadores ou desempregados, sem-tetos, moradores da cidade formal ou favelados, portanto, não configuravam de modo algum uma “classe social”, abarcando posições sociais heterogêneas e principalmente indivíduos socialmente desclassificados.

Desclassificado aqui deve ser entendido no sentido sociológico preciso do termo: o indivíduo desprovido de classe social por não se encaixar nos parâmetros de constituição de posição social determinados pela forma econômica dominante. O conjunto dos pobres não compõem uma classe social a não ser no sentido de uma mera classificação estatística, ou seja, baseada em estratos de renda — mais precisamente

um *status* social.⁹ Isso não significa que, entre os pobres, não existam indivíduos pertencentes à determinada classe social — por exemplo, ao proletariado industrial —, mas a delimitação da pobreza não abrange em si uma mesma posição social capaz de configurar uma classe.

Aqui tomamos classe no sentido da posição em relação ao mundo da produção, o que determina relações de remuneração e subordinação (por exemplo, o assalariamento) próprias de um universo econômico dominante. Um outro sentido de classe, muito comum na historiografia recente, é a sua definição do ponto de vista da identidade construída pela afirmação política comum, o que dispensaria uma unidade pressuposta do ponto de vista da posição social — desde que lutem pelos mesmos objetivos e interesses, indivíduos com determinações sociais e econômicas heterogêneas poderiam constituir uma mesma classe social.¹⁰ Entretanto, os estudos mais importantes focados na composição social da favela argumentaram exatamente para os interesses distintos dos seus residentes, devido à multiplicidade de posições sociais, ocupações e mecanismos de reprodução em seu universo — no máximo, as lutas destes grupos se unificavam em torno da melhoria imediata do ambiente de moradia.¹¹

Portanto, em que pese a denominação comum de um espaço proletarizado, que acompanha as favelas desde sua origem,¹² o fato é que essa forma urbana reuniu,

⁹ Por esse critério, portanto, também a usual denominação de “classe média” não é precisa, pois envolve não apenas profissionais e posições sociais muito distintas, mas agrupa num mesmo estrato de renda intermediária indivíduos e famílias situados entre os mais pobres e a elite.

¹⁰ Essa é a concepção do historiador inglês Edward Thompson (1987: 12), na qual a classe faz a si mesmo no processo de luta que a unifica.

¹¹ O sociólogo Luiz Antônio Machado da Silva apresentou, num artigo clássico da sociologia urbana brasileira, o processo de diferenciação social interno às favelas e a formação de uma “burguesia favelada”. Embora essa definição seja um tanto imprecisa, ela tem o mérito de demarcar os diferentes objetivos presentes na vida social favelada, desmontando a tese de uma unidade de interesses: “Qualquer análise do processo político nas favelas e das atitudes e comportamentos dos favelados que se pretenda objetiva deve partir da noção de que a favela é uma organização transversal, isto é, tem uma base geográfica em geral bastante definida que envolve uma extensa gama de atividades e situações e apresenta profundas conexões com outras organizações e atividades, em uma extensão territorial mais ampla. É necessário enfatizar as bases geográficas definidas das favelas, porque elas permitem uma organização com pequeno grau de burocratização e impessoalidade” (Silva, 2011: 700).

¹² Alfred Agache articulou diretamente a origem das favelas a uma insuficiente produção de “subúrbios operários”, o que forçou o operário a se juntar ao sem-teto para “levantar uma choupana com latas de

através de uma acelerada urbanização, camadas populacionais diversas produzidas por um duplo processo social. De um lado, o êxodo rural-urbano que levou os pobres do campo, caipiras removidos pela expansão da grande propriedade, ex-escravos e sua descendência direta, para a cidade. A esses deve ser adicionada a massa de pobres, marcadamente negros, que já residia na capital e vivia de atividades autônomas nas proximidades do centro, mas foi alijada pelas reformas urbanas das primeiras décadas do século XX. Aqui é visível a marca histórica e estrutural de uma economia periférica em que a maior parte da população se situava no limbo entre as configurações sociais determinantes, isto é, é o “setor inorgânico” (Caio Prado Jr.) constituído por indivíduos livres que não possuíam terras, “desclassificados sociais” (Dias, 1989: 379). Quando o trabalho cativo é superado, a massa de negros liberada vai compor esse setor disfuncional porque a nova determinação social — o trabalho assalariado — passa a ser destinado à leva de imigrantes brancos.¹³

O segundo processo social que pressionou à formação das favelas — em termos históricos levou à sua multiplicação e consolidação como forma urbana particular — foi a industrialização da economia brasileira que não criou empregos na mesma proporção em que as massas afluíam às cidades ou que a população urbana se reproduzia (crescimento vegetativo). O problema do desemprego e do subemprego massivo passou à ordem do dia com o amplo processo de transição para uma sociedade urbana:

(...) quando o ritmo de urbanização se acelerou ainda mais, e ao mesmo tempo se verificou que o setor industrial gerava emprego em volume menor que o esperado, tornou-se visível, nas cidades, o fenômeno do desemprego e do subemprego. O fenômeno não se revelou com a mesma intensidade enquanto a população era predominante agrícola. Nessas condições, o desemprego e o subemprego permanecem como que ocultos no mundo rural. De fato, a subutilização da força de trabalho na agricultura é tão difícil de

querosene e caixa de embalagem nas vertentes dos morros próximos à cidade e inocuados, onde não se lhes reclamam impostos nem autorizações” (1930: 189).

¹³ “onde o ‘imigrante’ aparecesse, eliminava fatalmente o pretendente ‘negro’ ou ‘mulato’, pois se entendia que ele era o *agente estrutural* do trabalho livre” (Fernandes, 2008: 42).

identificar que há mesmo quem sugira que o problema é mais especificamente urbano (Hoffmann, 1980: 34).

Ora, o fato é que em condições rurais, a mera disponibilidade de um pedaço de terra poderia servir à reprodução econômica, não sendo esse um problema de identificação meramente estatística — e as massas inorgânicas sobreviveram graças ao minifúndio, à posse em terras desinteressadas para o latifundiário ou mesmo como agregadas das grandes lavouras.¹⁴ Quando essas camadas sociais são transferidas para a cidade, a dificuldade da sobrevivência econômica é identificada imediatamente por meio do desemprego e do subemprego — e mais deste porque, devido às condições econômicas periféricas, o desemprego é um conceito quase irrelevante.¹⁵

A massa de inorgânicos do meio rural no período escravista se metamorfoseou na massa inorgânica de moradores de favelas (e das periferias), que não se situam em nenhuma das posições sociais polares constituídas pela modernização econômica e industrialização, nem mesmo na simples condição de assalariado. Invertendo um argumento de Luiz Antônio Machado da Silva — preocupado em seu estudo em tratar da “elite favelada”: se muitos dos moradores de favelas poderiam ser incluídos “não sem certa impropriedade, no que se poderia chamar de subproletariado”, isso deve ser compreendido no sentido de que são compostos por biscateiros, quitandeiros, lavadoras de roupa, camelôs, quituteiras, sapateiros, engraxates, marceneiros, empregadas domésticas etc (Silva, 2011: 700). De ganhos sempre baixos, por vezes a

¹⁴ “O incontestável predomínio da empresa capitalista da grande lavoura, absorvendo a pequena propriedade, impedia que rendeiros, pequenos proprietários de gleba e agregados chegassem a constituir uma classe social distinta. Desclassificados sociais, contidos pelas forças da dominação colonial, não chegaram a se organizar economicamente, nem a reivindicar sua cidadania” (Dias, 1989: 379).

¹⁵ “Na verdade, na maioria dos países subdesenvolvidos, desemprego (mesmo com as novas qualificações de estrutural ou não-emprego) não é um conceito útil para dar conta do que ocorre — e o mesmo se aplica ao Brasil. Mesmo quando incapaz de obter trabalho assalariado regular no setor moderno da economia, a maior parte da população em idade de trabalhar encontra alguma forma de ganhar a vida nas diversas formas possíveis de autoemprego, sobretudo no setor de serviços. A variedade as atividades abrangidas é enorme: o pequeno comércio ambulante ou das feiras, diversos tipos de intermediação miúda, toda a gama de serviços pessoais, legais ou ilegais, quer os rituais de magia ou macumba, ou a prostituição, quer o transporte no carrinho de mão ou o jogo, quer a lavadeira e o engraxate, ou o contrabandista” (Hoffmann, 1980: 60-61).

obtenção da renda é variável e incerta, dado que muitos dependem de ofícios onde imperam formas de remuneração não-salarial, “por conta própria” ou “autoemprego”.

Se o assalariamento não é uma condição comum, mesmo quando ele aparece não é garantia de segurança, pois na maioria dos casos independe de contratos firmados, como historicamente foi o caso de empregadas domésticas, pedreiros, porteiros e motoristas, prestadores de serviços pessoais para a classe média, ou mesmo de garçons, cozinheiras e faxineiras em estabelecimentos comerciais ou restaurantes. A *condição operária*, durante o processo de industrialização brasileira, sempre foi registrada por pesquisas realizadas *in locu* nas favelas, mas, devido à oferta abundante de braços, esses trabalhadores eram subremunerados mesmo em condições contratuais formais. De perfil com pouca qualificação, mesmo os *operários do morro* eram poucos, dado que, no contexto mais amplo da economia nacional, a indústria nunca ocupou a maior parte da população economicamente ativa e sua atribuição social foi dirigida aos brancos, enquanto nos morros concentrava-se uma população de maioria negra.

Assim, é possível determinar não apenas histórica, mas também de modo estrutural a reformulação da massa inorgânica na sociedade brasileira com a urbanização, presente sobretudo nas favelas. E isso ainda poderia se completar pela dimensão racial: se o fim da escravidão empurrou os libertos para o limbo da desclassificação social, a predominância de negros na maior parte das favelas cariocas revela bem o quadro de manutenção violenta de uma situação de inferioridade econômica e social. O problema é que essa condição estrutural sempre foi entendida no campo teórico como um efeito colateral de um processo de modernização incompleto ou mesmo como herança tradicional da sociedade brasileira (o “atraso”), o que deveria ser suprimido com a modernização levada às últimas consequências ou com a “Revolução Brasileira”. De qualquer modo, o elemento “marginal”, predominantemente negro, mesmo na teoria mais avançada, seria parte secundária de um processo histórico ainda não plenamente realizado, já que na escatologia da teoria social, a situação de classe é sempre o destino final dos indivíduos na modernidade, pois é a posição no mundo do trabalho que lhes permitiria participar da História. Alheio ao universo regulado pelo assalariamento e,

sobretudo, avesso ao *ethos* do trabalho, os indivíduos desclassificados seriam portadores de modelos de comportamento não-capitalistas ou mesmo pré-capitalistas.¹⁶

Mas é certo, por outro lado, que a maioria dos membros desse heterogêneo grupo social, mesmo desclassificados do ponto de vista da relação de trabalho estabelecida pela rodada de modernização econômica, não poderia ser tomada como *excluída*, pelo menos durante o período acentuado de desenvolvimento econômico brasileiro, puxado pelo processo de industrialização. Em 1969, num dos melhores e pouco conhecidos estudos sobre a urbanização brasileira, Lucien Parisse argumentou que o “favelado não é um indigente, isto é, pessoa sem recursos, embora disponha de renda modesta. A população favelada não constitui uma massa marginal: está inserida nas atividades e na vida da Cidade, embora estabeleça sua moradia em terrenos à margem da área urbanizada” (Parisse, 1969: 151-152).

A própria conformação geográfica ao longo da história da urbanização carioca confirmaria isso: as favelas foram acompanhando a proliferação das atividades comerciais, dos bairros de classe média, das vias de transporte e até mesmo das poucas indústrias (favelas como Mangueiras e Jacarezinho foram influenciadas diretamente pela concentração industrial nos bairros suburbanos de Triagem, Jacaré e Maria da Graça).

Enquanto a favela oferecia serviços e produtos baratos para os bairros integrados da cidade, sua manutenção sempre foi contraditória. A proximidade desse espaço criminalizado com bairros nobres da cidade é determinado por sua função de

¹⁶ Esse tipo de interpretação, por mais historicamente embasada que esteja (mas movida por uma teleologia classista), sempre acaba por conferir aos indivíduos um grau de responsabilidade sobre sua própria miséria, pois a dificuldade de participar do universo competitivo decorre de não terem passado pela “escola do trabalho”, ou seja, uma insuficiência no “processo de formação subjetiva”. “Faltava-lhe [ao negro] coragem para enfrentar ocupações degradantes, como os italianos que engraxavam sapatos, vendiam peixes e jornais etc.; não era suficiente ‘industrioso’ para fomentar a poupança, montando-a sobre uma miríade de privações aparentemente indecorosas, e para fazer dela um trampolim para o enriquecimento e o ‘sucesso’; carecia de meios para se lançar às pequenas ou às grandes especulações, que movimentavam os negócios comerciais, bancários, imobiliários e industriais; e, principalmente, não sentia o ferrete da ânsia de poder voltado para a acumulação da riqueza” (Fernandes, 2008: 34-35).

reservatório do “circuito inferior da economia urbana” — embora várias favelas tenham sido removidas em virtude de sua localização em terrenos de grande interesse imobiliário, a permanência de muitas outras na Zona Sul, área mais rica da cidade, revela que a sua persistência se deve mais à função que ocuparam na sociabilidade urbana carioca do que a uma ineficácia estatal em removê-las. Enquanto é funcional à classe média e elite, a favela convive com os bairros de classe média, condomínios de luxo e mansões, fornecendo domésticas, babás, jardineiros etc.

É preciso reforçar que não se trata de um proletariado servindo aos donos do capital na produção de mercadorias em estabelecimentos empresariais (o que é exceção). A grande maioria dos moradores de favelas estavam integrados ao restante da economia urbana como prestadores de serviços pessoais subremunerados, subempregados, ofícios à base de empreitada ou mesmo fornecedores de mercadorias autônomos.¹⁷

Poucos anos após a publicação do livro de Parisse, o processo de modernização e industrialização brasileira chegou aos seus limites. A economia brasileira entrou num longo período de baixo crescimento ou mesmo em recessão acentuada e a cidade do Rio de Janeiro sofreu ainda mais devido à particularidade de perder o caráter de capital da República ou à fusão do estado da Guanabara com o Rio de Janeiro. Entretanto, o processo de favelização perdurou e em algumas áreas da cidade foi acelerada nesse período. E quando a favelização se expande para todas direções num período de economia estagnada, o que temos é um gigantesco exército de favelados que não podem mais obter a sobrevivência no contato direto com as camadas intermediárias ou superiores da sociedade carioca, portanto, não podem mais fornecer seus serviços e mercadorias nos locais onde a riqueza circula.

¹⁷ Imagens antigas da favela da Rocinha, na década de 1940 mostram uma feira no pé da comunidade, ofertando alimentos (principalmente hortigranjeiros) aos moradores da Zona Sul. Esses bens eram produzidos nas roças da própria favela em formação, daí o seu nome específico. Isso fixou durante algum tempo, na bibliografia sobre as favelas, a equivocada interpretação destas como uma expressão do rural no espaço urbano ou como um local de transição de populações provenientes do meio rural que estariam se adaptando às condições urbanas.

Esse excedente populacional precisa se virar agora por seus próprios meios, na falta de qualquer relação direta que ainda se parecesse, mesmo que remotamente, com o assalariamento e o emprego. Ora, a “viração” sempre foi marca dos desclassificados urbanos, o que muda agora são as conexões estabelecidas, tornando-se autorreferente porque se dissocia do restante da economia urbana. A intensificação do processo de favelização, ocorrido a partir da década de 1980, corresponde a uma ampliação da população empobrecida nos espaços mais carentes da cidade que se confronta, no plano nacional, com a crise do processo de modernização brasileira (crise do Milagre, década perdida, plano Collor etc.) e, no plano municipal, com a própria redução do crescimento populacional. O número de moradores de favelas no Rio de Janeiro cresce a taxas maiores do que a ampliação da própria população do município, configurando uma favelização crescente associada a um desemprego aberto progressivo (Botelho, 2013: 171-176).

Como é óbvio, devido a sua imprecisão, o desemprego aberto e o subemprego são muito maiores nas áreas periféricas da região metropolitana e nas favelas do Rio de Janeiro do que no restante da cidade “integrada”. Portanto, o que ocorre gradativamente é que uma parte dos moradores das favelas mais afastadas passam a configurar uma população excedente do ponto de vista das funções necessárias ao restante da sociedade, já que não alcança mais as vagas de empregos — mesmo informais e subremuneradas — disponíveis. Não é mais necessária à reprodução das camadas médias e muito menos da elite econômica. Resta viver nos locais pobres em que residem, cada vez mais dissociadas do restante da cidade (“abandonadas”), limitando-se a um circuito econômico que se volta para as áreas empobrecidas.

Uma subeconomia interna às favelas se desenvolve, mudando o sentido de muitas destas como reservatórios de mercadorias baratas: formam-se mercados precários e informais internos às próprias comunidades, voltados à sua própria reprodução, invertendo o sentido anterior de integração ao resto da cidade. As grandes favelas do Rio de Janeiro, inclusive, viveram nas últimas décadas uma interiorização das atividades econômicas autônomas. Antes as feiras e barracas se conectavam ao “asfalto”, nas

entradas das comunidades, agora avançam ruas e ruelas acima, configurando mercados internos que se voltam para as próprias comunidades, numa economia de vendedores e prestadores de serviços. É verdade que as feiras permanecem nos pontos de contato com o resto do bairro, mas isso ocorre principalmente nas favelas da Zona Norte e Oeste, onde elas não representam uma afronta ao comércio regular dos mercados e das lojas formais.

Além disso, em muitos bairros, a pobreza e o desemprego se alastraram para muito além da própria favela, em alguns casos dificultando até mesmo a identificação de onde termina o morro e começa o asfalto (Botelho, 2013: 205-208). Evidentemente, algumas favelas da Zona Sul continuam a servir como fornecedoras de produtos e serviços aos bairros de classe média, mas seu alcance não é mais o mesmo das décadas anteriores, dada a racionalização do trabalho levada a cabo em todos os setores da economia.¹⁸

Uma diferença, contudo, envolve o tráfico de drogas. Sua explosão, não por acaso, coincide com essa intensificação do processo de favelização e decadência econômica do Rio de Janeiro, ganhando fôlego na década de 1980 com a entrada da cocaína nos mercados de drogas situados nas favelas. A organização de facções do crime se deve ao afluxo de dinheiro decorrente do varejo da droga exercido nessas comunidades: voltado a consumidores de classe média, a operação de venda final de um produto que percorre um circuito internacional compensa os riscos da ilegalidade e da violência envolvida na tarefa. Um verdadeiro exército de trabalhadores do crime se articula a esse circuito do varejo montado nas principais e maiores favelas do Rio de Janeiro — no final da década

¹⁸ Os índices de desenvolvimento nas favelas da Zona Sul são significativamente maiores do que os mesmos índices nas favelas da Zona Norte e da Zona Oeste, mas essa vantagem de localização se explica primordialmente pela conexão com o mercado de trabalho: “Os resultados do Índice de Condições de Vida (ICV) – calculado pelo Ipea e incluído no primeiro capítulo do Relatório de Desenvolvimento Humano do Rio – confirmam que a proximidade de áreas centrais potencializa o acesso dos moradores de favelas e à melhor remuneração. O fenômeno ajuda a explicar o crescimento de comunidades como Vidigal e Rocinha, na Zona Sul, e da Mangueira, nos arredores da Tijuca. Em todas essas regiões, segundo o relatório, há mais pessoas empregadas e com remunerações superiores às dos residentes nas periféricas” (*O Globo*, 24 de março de 2001, caderno Retratos do Rio, p. 6).

de 1990, estimado em 100 mil o número de “funcionários” do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro.¹⁹

Enquanto o circuito econômico inferior volta-se cada vez mais para dentro nas favelas das zonas mais pobres, o tráfico de drogas é a manutenção da conexão com o resto da cidade nos bairros de classe média — a imagem do “playboy” subindo o morro pra comprar drogas foi uma constante na cultura urbana dos anos 80 e 90, mostrando a funcionalidade de um novo tipo de mercado oferecido pelas comunidades. Entretanto, o ônus dessa trajetória de “reinvenção” econômica foi a violência crescente, a ampliação da violência policial e a reedição num nível muito mais profundo e complexo do espaço criminalizado. O conflito de facções do tráfico de drogas, a corrupção e as violentas incursões policiais e o processo crescente de militarização urbana tornaram as populações das favelas, economicamente cada vez mais excluídas, em alvos diretos da guerra urbana em curso.

Com esse contexto de explosão de violência, a visão do espaço criminalizado foi reforçada pelo discurso bélico contra as favelas, o retorno de uma defesa acalorada das remoções (que se materializou durante a “janela de oportunidades” dos megaeventos) e pela nova rodada de atribuição desses espaços ao local de “vadios” e “vagabundos”. Ou seja, em virtude da desagregação do já precário mundo do trabalho, a antiga e comum identificação do “espaço do crime” também como “espaço de trabalhadores” passou a se esvaziar porque seus moradores já não serviam mais ao restante da cidade (ou pelo menos uma parte crescente deles).²⁰ Muitas favelas, sem função do ponto de vista da integração com os circuitos econômicos urbanos, agora são vistas diretamente como áreas de violência e criminalidade aberta, onde feiras de droga dominam a

¹⁹ Documentário *Notícias de uma Guerra Particular* (1999).

²⁰ Um depoimento de uma moradora da Grande Tijuca a um dos autores é sintomático nessa mudança de visão. A senhora branca, idosa, residente num apartamento vizinho a um morro, reclamou dos quase diários tiroteios da favela, durante a primeira década do século XXI, nos seguintes termos: “criei meu filho aqui, sempre convivemos bem com o morro, mas hoje temos essa violência provocada pelos vagabundos”.

paisagem, onde a economia se fragmentou e já não há mais regras de civilidade.²¹ Para a compreensão dominante, o único mercado que funciona efetivamente aí são os mercados do crime: as imagens televisivas, nos últimos anos, de feiras de drogas no Complexo do Alemão, Vila Cruzeiro, Maré ou dos depósitos de carga roubadas na Lagartixa, Chapadão etc., foram sempre interpretadas desse ponto de vista unilateral, sendo áreas desintegradas do ponto de vista civilizatório e, portanto, passíveis de intervenção repressiva sem mediação.

Das favelas às prisões

Fazia sentido, nas décadas de 1960 e 1970, apontar para o “mito da marginalidade” das favelas cariocas demonstrando sua rede de conexões com a economia dos demais estratos sociais. Entretanto, com o desemprego abrangente e a formação de mercados empobrecidos internos às próprias comunidades, as favelas se tornam símbolos expressivos dos excluídos da sociedade do trabalho e rejeitados pela economia de mercado, já que nem mesmo sua força de trabalho é mais passível de mercantilização informal e precária.²² Esse “excedente populacional”, do ponto de vista da economia capitalista, é tachada como formada por potencialmente criminosos e “vagabundos”, reeditando preconceitos urbanos seculares que são potencializados com o cenário de exclusão: os favelados são os indesejados numa sociedade cada vez mais fraturada social e espacialmente.

²¹ Essa imagem é reforçada ainda pelo barateamento de substâncias como o crack, que voltam o mercado de drogas para consumo local em diversas favelas, deixando apenas as mais centrais – algumas delas inclusive pacificadas pelas forças policiais (UPPs) – ao fornecimento de entorpecentes à classe média.

²² Não há dados precisos ou estudos mais sistemáticos sobre o desemprego nas favelas. Isso se justifica em parte pela própria dificuldade de determinação da “desocupação” num ambiente de elevada informalidade e “autonomia profissional”. Um estudo realizado pela FGV, em 2007, apontou que nas maiores favelas do Rio de Janeiro a taxa de desemprego era de 19,1%, enquanto nos bairros ricos da cidade era de 9,9% (Neri, 2019). Em média, portanto, as favelas apresentavam o dobro do desemprego do “asfalto”. Naquele ano de 2007, a taxa nacional oficial de desemprego medida pelo IBGE girava em torno de 7%. Some-se a isso o quadro alarmante de desempregos dos jovens, que também são em maior número nas favelas.

Com isso, o estatuto da segregação urbana muda de sentido, pelo menos em determinados locais da cidade. Não se trata mais apenas de garantir o controle sobre espaços transgressores da norma urbana que são reservatórios de uma população funcional ao restante da sociedade. Não se trata também apenas de garantir o controle dos focos de violência decorrentes das fricções produzidas pelo mercado ilegal das drogas — o que sempre foi uma política fracassada porque nunca enfrentou a origem dessas mercadorias ilegais e das armas que garantiam a proteção desses mercados. A segregação urbana que se abate sobre as favelas do Rio de Janeiro — ou pelo menos para as favelas mais empobrecidas e afastadas das zonas onde a riqueza circula na região metropolitana — não é mais a do controle dos pontos de contato entre a “cidade formal” e a “cidade informal”, a regulação dos intercâmbios que articulavam o circuito econômico inferior ao circuito econômico superior. Resultado de uma vigilância policial desde suas origens, inclusive fazendo uso das próprias formas “marginais” produzidas nesses espaços²³ para seu controle, a função da segregação, realizada sobretudo pelo aparato policial nas favelas, era garantir o fluxo de mercadorias e serviços baratos nas interseções entre a favela e o asfalto.

Quando essas interseções são cortadas ou pelo menos diminuídas drasticamente (e de modo mais intenso nas favelas dos bairros empobrecidos), ou seja, *quando o fluxo de trabalho precário e informal que regularmente foi oferecido pelas favelas, em um século, já não é mais necessário*, o processo de segregação ultrapassa agora o mero *controle* e ganha o *status* de *confinamento*. Desprovidas de funcionalidade econômica para o restante da cidade, excluídas da sociedade do trabalho e relegadas à sua sobrevivência mobilizando também seus escassos meios, parcelas crescentes dos moradores das favelas são agora *contidos* em seu próprio local de moradia e reprodução imediata pelas

²³ No texto de 1903, atribuído a João do Rio, é ressaltado que a polícia arregimentava já os próprios criminosos para o controle nas favelas: “A polícia resolveu um interessante meio de acabar com tais cenas: fazer os facínoras “prestar serviços ao delegado”, como dizem. Essa ingênua ideia deu em resultado serem aproveitados os valentões da pior espécie, que se tornaram terríveis e são agora os diretores dos conflitos” (‘A morada dos gatunos e desordeiros’, crônica inédita de João do Rio, *O Globo*, 24 nov. 2015).

forças policiais ou militares de ocupação.²⁴ O novo estatuto da segregação nas favelas é o de *espaços de confinamento social* ou *territórios de contenção dos rejeitados da sociedade de mercado*. As favelas se tornam cada vez mais parecidas com prisões em espaço aberto.

Evidentemente, comparar frações do espaço urbano a prisões ou pelo menos a espaços de controle seletivo não é novidade e é um desdobramento do conceito mesmo de *segregação urbana*: a separação de grupos sociais, seja por critérios raciais, de renda ou mesmo de saúde em espaços determinados. A obra já clássica de Teresa Caldeira sobre São Paulo utilizou exatamente a imagem medieval da fortificação para dar conta do enclausuramento residencial que foi sistematicamente utilizado, a partir da década de 1980, como resposta à explosão da violência decorrente do contexto de crise social, recessão econômica e, particularmente naquela cidade, da desindustrialização e ampliação de serviços precários. Entretanto, o conceito que utilizou, *enclaves fortificados*, se referia ao processo de autosegregação das classes médias e da elite em moradias e condomínios fechados, mais do que propriamente à separação forçada realizada contra os pobres.²⁵

Em 1999, em depoimento no documentário *Notícias de uma Guerra Particular*, o delegado da polícia civil Hélio Luz argumentou que a função do aparato policial era manter dois milhões de habitantes das favelas, os “excluídos, calmos, sob controle” através da repressão. Ele comparava a segregação dos pobres ao regime de *apartheid*

²⁴ Em entrevista ao jornal *O Globo*, em 2001, para um caderno que reproduzia as principais conclusões do primeiro estudo de IDH realizado para um cidade pela ONU, o urbanista Luiz Cesar Ribeiro argumentava que o modelo de segregação carioca, que aproximava, apesar da separação residencial, ricos e pobres, corria risco de transformação com a explosão da violência: “Toda essa violência, todo esse pânico que a gente está vivendo hoje está cortando um pouco essa mistura social. Isso é um problema, porque quando se fala de guetos, se fala exatamente dessa situação, da concentração dos pobres numa determinada área e dos ricos em outra e de uma total ausência de relações entre esses grupos” (*O Globo*, 28 de abril de 2001, caderno Retratos do Rio, p. 6).

²⁵ “... os enclaves fortificados – prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjuntos de escritórios ou shoppings centers – constituem o cerne de uma nova maneira de organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica em São Paulo. Diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras em algumas áreas, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle” (Caldeira, 2000: 255).

na África do Sul, mas para ressaltar as peculiaridades de uma contenção realizada, por aqui, sem o isolamento físico total: “E nós fazemos um negócio bem sofisticado. Na África do Sul eles colocam arame. Aqui é sem arame”.²⁶

As experiências mais comuns que suscitam comparações de estratégias de controle urbano à forma prisional provêm, entretanto, do Oriente Médio, onde sucessivos conflitos militares e constantes intervenções estrangeiras produziram casos mais diretos de transformação de porções *perigosas* das cidades em verdadeiras prisões. Aqui é possível ir muito além das zonas administrativas fortificadas que são autossegregadas, como a famosa *Green Zone* estabelecida pelo exército norte-americano em Bagdá. Em 2007, no auge dos conflitos no Iraque, o jornalista Robert Fisk, com ampla experiência de cobertura das guerras no Oriente Médio, denunciou exatamente uma nova política militar de contra-insurgência implementada pelo governo de ocupação norte-americana:

Até agora, a campanha de Bagdá envolveu apenas a criação de algumas posições nos EUA em várias áreas civis da cidade, mas o novo projeto envolverá "bases de apoio" americanas e iraquianas em nove dos 30 distritos a serem "desativados". A partir dessas bases — em prédios fortificados — as forças norte-americanas e iraquianas supostamente limparão as milícias das ruas civis, que serão então muradas e os ocupantes receberão documentos de identidade. Somente os ocupantes serão autorizados a entrar nessas "comunidades fechadas" e haverá patrulhamento contínuo das forças norte-americanas e iraquianas. É provável que haja sistemas de aprovação, registro de "visitante" e restrições ao movimento fora das "comunidades fechadas". Os civis podem se encontrar dentro de uma prisão de "população controlada".²⁷

²⁶ Ele repetiu essa comparação em entrevista concedida em 2018 ('O problema do Rio não são os bandidos, são os mocinhos', diz ex-chefe da Polícia Civil, *G1*, 27 fev. 2018, disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/o-problema-do-rio-nao-sao-os-bandidos-sao-os-mocinhos-diz-ex-chefe-da-policia-civil.ghtml>. Acesso em jul. 2019.

²⁷ Robert Fisk, *Divide and rule - America's plan for Baghdad*, *The Independent*, 11 abr. 2007, disponível em: <https://www.independent.co.uk/voices/commentators/fisk/robert-fisk-divide-and-rule-americas-plan-for-baghdad-5332745.html>. Acesso em jul. 2019.

Como já vaticinava Fisk, essa estratégia não deu certo. Mas o fato aqui a ser ressaltado é exatamente o *salto* realizado de uma condição em que espaços pressupostos como fontes potenciais de insurgentes passam a ter toda a sua população residente diretamente controlada, *cercada* e estabelecida como inimiga. Na nova estratégia de militarização do espaço urbano, a floresta esconde as árvores: no espaço criminalizado já não há mais exceções, ou, se ela existe, é um indivíduo sacrificável no esforço de guerra (*collateral damage*). Em abril de 2018, o ministro israelense da Defesa, Avigdor Lieberman, argumentou que “em Gaza não há inocentes”.²⁸ O conceito de “território hostil” é utilizado em meios militares para definir espaços de atuação onde não há mais objeção a um ataque abrangente, mesmo que provoque vítimas de guerra (Graham, 2016: 375).

A militarização do espaço urbano no Rio de Janeiro, com uso contínuo e sistemático de forças militares, com o domínio direto realizado por forças paramilitares (milícias) e, por fim, a implementação de uma lógica policial de “retomada territorial” dos espaços criminalizados, transformou progressivamente as favelas em espaços de confinamento, para além da mera segregação já realizada através de controle policial regular. Como não se trata mais de controlar populações pobres integradas aos circuitos econômicos do restante da cidade, nos locais onde residem os “descartáveis” de uma sociedade de trabalho cada vez mais restrita impõe-se um *confinamento espacial* assemelhado ao aprisionamento em espaços abertos, uma espécie de *encarceramento urbano*, ou seja, o isolamento como grau máximo da segregação.²⁹

O processo é longo e está longe de ser realizado. Há décadas que ideias de contenção física da expansão urbana propriamente dita são exploradas pela grande mídia e políticos no Rio de Janeiro — tudo isso culminou na desapropriação de dezenas de

²⁸ ‘Em Gaza não há inocentes’, diz ministro israelense, O Globo, 08 abr. 2018, disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/em-gaza-nao-ha-inocentes-diz-ministro-israelense-22569579>. Acesso em jul. 2019.

²⁹ “O isolamento é a função essencial da separação espacial. O isolamento reduz, diminui e comprime a visão do outro: as qualidades e circunstâncias individuais que tendem a se tornar bem visíveis graças à experiência acumulado no relacionamento diária raramente são vistas quando o intercâmbio define ou é proibido” (Bauman, 1999: 114).

moradores na Rocinha para construção de um muro que foi eufemisticamente chamado de “ecobarreira”. No projeto do governo do estado do Rio de Janeiro, então projetando a cidade já para os megaeventos, seriam construídos pelo menos 11 quilômetros de muros em comunidades cariocas.³⁰

Evidentemente, isso não teve êxito na magnitude desejada diante da enxurrada de críticas recebidas, mas com a implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras, muitas das favelas ocupadas pelas forças policiais passaram a ter “toque de recolher” obrigando os moradores a cumprir horários determinados pela força de segurança pública, recolhendo-se ao cair da noite em suas casas.³¹ Além disso, em comunidades pacificadas da Zona Sul, centenas de câmeras foram instaladas para regulação direta da vida cotidiana: as favelas da Rocinha e Santa Marta foram os principais exemplos desse “panoptismo” em espaço aberto, com denúncias até mesmo da invasão de privacidade por câmeras muito elevadas, afixadas em postes e próximas às janelas dos quartos de algumas residências.

Com a ocupação das favelas por forças militares, como ocorreu no complexo de favelas da Maré, o confinamento é ainda mais acentuado. Seja porque há um efetivo exageradamente elevado de tropas para controle do território ou porque as ruas são ocupadas por tanques, sacos de areia empilhados nas ruas para criar trincheiras e arame farpado é estendido em locais de acordo com a estratégia de contenção e revista realizada pelos militares (Sousa Silva, 2017: 68). Esse cenário está muito próximo ao de um ambiente de guerra, mas ele se configura também como confinamento militarizado e isso ficou mais nítido na Vila Kennedy, ocupada pelo exército durante a intervenção

³⁰ “Ecobarreira” para quem está fora, muro separatista para quem está dentro, *O Público*, 13 dez. 2009. Disponível em: <https://www.publico.pt/2009/12/13/jornal/ecobarreira-para-quem-esta-fora-muro-separatista-para-quem-esta-dentro-18405493>. Acesso em jul. 2019.

³¹ Há uma séria de registros desse tipo no noticiário da grande mídia: Polícia Militar investiga abuso e toque de recolher na UPP do Borel, *Último Segundo*, 07 dez. 2012. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/2012-12-07/policia-militar-investiga-abuso-e-toque-de-recolher-na-upp-borel.html>. Acesso em jul. 2019. Moradores do Alemão relatam abusos e violações cometidas, *Agência Brasil*, 10 abr. 2015. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-04/moradores-do-alemao-relatam-abusos-e-violacoes-cometidas-por>. Acesso em jul. 2019. Lembremos que origem de diversas instituições onde há controle rigoroso de horários está relacionada às prisões no alvorecer na sociedade moderna.

militar federal de 2018, quando os moradores da comunidade passaram a ser fotografados e fichados pelos soldados.³²

A ocupação militar abrangente de territórios empobrecidos e socialmente excluídos e o fichamento de sua população residente demonstram inequivocamente a compreensão oficial de que todos ali são suspeitos. Recentemente, inclusive, o governador do estado do Rio de Janeiro, num dos seus muitos rompantes de sinceridade mórbida, confessou querer lançar um míssil sobre uma favela do Rio, argumentando que “estamos vivendo um estado de terrorismo”.³³ Esse é um evidente reforço da concepção de “território hostil”: diante de um grau avançado de decomposição social, exclusão e violência, a pressuposição de que determinados grupos sociais são inimigos é elevada ao território em que situam, tomando estes como o alvo da operação e do isolamento espacial.

O que se exprime em todo esse processo de militarização que se aprofunda, a ponto de levar ao confinamento espacial da pobreza e da exclusão, é a mudança no *status* social dos moradores de favelas, que agora são tomados como elementos descartáveis do ponto vista econômico. Como a economia cria “inempregáveis”, segundo a famosa

³² Militares do Exército tiram foto e 'ficham' morador de favela no Rio, *Folha de São Paulo*, 23 fev. 2018, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/moradores-deixam-comunidades-apos-serem-fotografados-em-acao-do-exercito.shtml>. Acesso em jul. 2019. Essa estratégia não é inédita. Em 1983, numa operação policial na Cidade de Deus, policiais prenderam 140 “suspeitos”, mas na falta de provas ficharam todos, assim mesmo, antes da liberação. Isso criava o registro do antecedente, caso algum deles voltasse a ser alvo de prisão. Ficava claro, nos últimos anos da ditadura, que os “suspeitos” não são apenas pressupostos subjetivamente, mas produzidos materialmente pelo aparato policial (Coimbra, 2001: 61-62). Outro caso, mais próximo ao da experiência recente na Vila Kennedy, foi o de favelas em Chandigarh, famosa cidade modernista da Índia, que estavam marcadas para a remoção e, para evitar que se expandissem durante o período de construção das moradias de destino de seus moradores, todos estes passaram por cadastramento biométrico (Graham, 2016: 181).

³³ “O vagabundo bandido quer atalho e aí nós cidadãos não vamos aceitar isso. A nossa polícia, ela não quer matar. Mas nós não queremos ver cenas como aquelas que nós vimos, na Cidade de Deus, que, se fosse com autorização da ONU, em outros lugares do mundo, nós tínhamos autorização para mandar um míssil naquele local e explodir aquelas pessoas. Porque nós estamos vivendo um estado de terrorismo”. (Witzel diz que 'em outros lugares do mundo', poderia ter autorização para jogar míssil em bandidos da Cidade de Deus, G1, 14 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/06/14/em-discurso-witzel-fala-em-jogar-missil-em-trafficantes-na-cidade-de-deus.ghtml>. Acesso em jul. 2019.

afirmação de um ex-presidente da República,³⁴ a contenção social desses indesejados torna-se parte estrutural da própria política de segurança, sendo realizada em espaço urbano aberto. O sociólogo Loic Wacquant apreendeu exatamente essa transição na segregação urbana para o caso do gueto norte-americano.

Na primeira metade do século XX, o gueto negro norte-americano surgiu, principalmente nas metrópoles do norte dos EUA, como uma forma urbana segregada para o estabelecimento residencial da população negra em substituição ao *Jim Crow*, as leis oficiais de segregação racial que imperavam nos estados do Sul e que sofreram progressiva liquidação até a década de 1960. A migração de milhões de negros para as cidades do norte resultou na expulsão das fazendas sulistas (onde já não eram mais necessários pela mecanização da agricultura) e pela oferta de trabalho com a expansão econômica da indústria fordista. Embora não fossem trabalhadores centrais e diletos da grande indústria *yankee*, a população negra serviu como fonte de braços industriais subremunerados sempre que a economia beirava o pleno emprego, além de servirem também como exército de trabalhadores em lanchonetes, recolhimento de lixo, serviços de limpeza etc. O gueto, portanto, guardava a separação racial estrutural da sociedade norte-americana ao mesmo tempo que servia como “reservatório de mão de obra barata que atendia às necessidades da indústria durante os ciclos de crescimento, no apogeu do regime fordista do capitalismo norte-americano” (Wacquant, 2012: 20).

Com o desemprego crescente a partir da década de 1960, a mudança foi drástica. A exclusão do mercado de trabalho afetou primordialmente a população negra e isso não foi contraditório com a sua subremuneração: diante da oferta abundante de força de trabalho branca liberada pela reestruturação produtiva — portanto, gradualmente mais barata —, os antigos empregos precários e de baixa qualificação foram cada vez mais procurados pelos ex-operários *wasp*, em substituição ao negro. A concorrência num mercado de trabalho cada vez mais restrito e precário tensionou a questão racial e esse foi um dos fundamentos, ainda pouco debatido, para a guerra contra as drogas assumir

³⁴ Economia cria 'inempregáveis', diz FHC, *Folha de São Paulo*, 8 abr. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc080427.htm>. Acesso em jul. 2019.

um caráter racial muito explícito (Alexander, 2017: 90-104). Assim, com o desemprego abrangente e exclusão crescente, o gueto perdeu “sua função de reservatório de força de trabalho sem qualificação” (Wacquant, 2012: 90), pois é “difícil atribuir a ele um papel de reprodução barata de força de trabalho superexplorada dos negros (...), já que a maioria de seus habitantes atuais é rejeitada pelo mercado de trabalho assalariado durante a maior parte de suas vidas” (2012: 20). Com a guerra às drogas e a militarização da segurança pública (fenômeno também dos EUA), o gueto passou a assumir a forma de um “isolamento espacial englobante e inflexível” (2012: 81), um espaço de contenção de grupos socialmente rejeitados.

O mais significativo aqui, como conclusão dessa função de “confinamento espacial”, é que o gueto negro norte-americano passa a compor o universo das “instituições de contenção de grupos despossuídos e desonrados” (Wacquant, 2012: 91). Se o racismo é inseparável da estrutura social e estatal dos EUA, o gueto negro se transforma numa instituição de “reclusão territorial” quando seus residentes já não são mais úteis do ponto de vista do mercado (2012: 71). O gueto se enquadra no mesmo universo das instituições de reclusão, tal como as prisões, ao perder o seu papel de fonte de mão de obra: “ele ligou-se de maneira simbiótica ao sistema carcerário hipertrofiado dos Estados Unidos por uma tripla relação de homologia estrutural, suplência funcional e fusão cultural” (2012: 90).

Essa é a mesma função progressiva assumida pelas favelas, particularmente aquelas mais afastadas da área central e dos bairros de classe média, que já não conseguem mais conectar seus moradores aos circuitos da economia da cidade, voltando-se para sua própria sobrevivência com a fragmentação urbana. As favelas mais periféricas se tornaram uma forma urbana complementar ao sistema carcerário, servindo como ambiente de isolamento e contenção de grupos excluídos.

Esse caráter complementar até então aparecia apenas sob uma homologia social: assim como as prisões são ocupadas primordialmente, nas metrópoles brasileiras, por

indivíduos oriundos de favelas, elas também são majoritariamente negras. Baixa renda, baixa escolaridade e perfil racial são comuns às duas “instituições”.³⁵

Por fim, há algo mais do que a mera homologia e confirma o caráter estruturalmente complementar de confinamento espacial das favelas. No Rio de Janeiro, os bairros que mais fornecem apenados para o sistema penitenciário do município são Bangu e Bonsucesso. A princípio, a presença desses dois bairros no topo da lista poderia ser algo meramente ocasional, mas quando se observa que nos registros prisionais ele incluem comunidades como Vila Kennedy ou Favela da Maré, respectivamente, a relação entre as prisões e as favelas muda de significado (Nesimi, 2019).

Os bairros cariocas que mais transferiram seus moradores para o sistema prisional localizado no município são exatamente os bairros onde ocorreram as duas mais expressivas ocupações militares em favela. A ocupação da Maré, que mobilizou 23,5 mil soldados e durou 15 meses, e a ocupação militar da Vila Kennedy, que fez uso de 300 homens e durou quase 3 meses, configuraram um controle social miliar, inclusive com contenção populacional direta através de toques de recolher ou fichamento. Nessas favelas, o perfil racial é marcadamente aquele das massas inorgânicas em nossa formação social: no complexo de favelas da Maré, 61,4 % dos moradores são negros, enquanto em Bangu (bairro em que se localiza a Vila Kennedy), temos 60 %.³⁶

³⁵ Loic Wacquant rejeita a comparação do gueto com os bairros étnicos norte-americanos, os subúrbios franceses e as favelas latino-americanas em virtude da variedade étnica dos integrantes destes, enquanto as zonas de segregação das cidades dos EUA possuem mais de 90 % de moradores negros (2012: 22 e 87). Entretanto, enquanto a população brasileira é formada por 54 % de “pretos e pardos”, segundo o Censo de 2010, muitas das favelas cariocas ultrapassam 70 % de residentes negros, o que as torna muito diferentes dos bairros étnicos citados por ele, que muitas vezes possuem apenas 3 % das nacionalidades que lhe dão o nome ou apelido. Além do mais, Wacquant também rejeita a comparação com as favelas brasileiras porque estas “revelam-se como bairros operários dotados de uma rede finamente estratificada de elos tanto com a indústria quanto com os bairros ricos, aos quais fornecem mão de obra para serviços domésticos” (2012: 84). Ele não consegue enxergar, assim, a mesma mudança na relação entre as favelas e a economia urbana carioca que ele atestou entre os guetos e sociedade norte-americana.

³⁶ Os índices de “cor” da população disponíveis para a cidade do Rio de Janeiro são distribuídos por bairros, o que indica que é presumível que na Vila Kennedy a parcela de negros seja ainda maior. No município do Rio de Janeiro, “pretos e pardos” compõem 47.9 % da população. Dados disponíveis em: <http://www.data.rio/datasets/popula%C3%A7%C3%A3o-residente-por-cor-ou-ra%C3%A7a-segundo-as-%C3%A1reas-de-planejamento-ap-regi%C3%B5es-de-planejamento-rp-regi%C3%B5es-administrativas>

Determinadas favelas são tão estruturalmente vinculadas ao sistema prisional que é como se transformassem, em certa medida, em prisões — a diferença que estas são instituições de custódia em espaços fechados, privados; enquanto aquelas são formas de controle, tutela e, agora, isolamento em espaços abertos e públicos.³⁷

Conclusão

Com o processo de militarização do espaço urbano há uma nítida mudança no processo de segregação na cidade do Rio de Janeiro, que leva algumas favelas a se tornarem formas suplentes do sistema prisional, na medida em que passam a ser zonas de contenção e confinamento de populações excluídas. Devido ao fato de que esse processo ainda está em curso, não podemos falar ainda de uma mudança no *padrão* da segregação, tal como Teresa Caldeira tratou para São Paulo ao longo do século XX (Caldeira, 2000: 211-249), pois convivem formas distintas de separação dos grupos sociais na paisagem carioca.

Mas o fato fundamental, que permite acompanhar esse deslocamento das favelas de uma forma urbana segregada que servia como reservatório de força de trabalho precária em direção a um ambiente de isolamento de excluídos da sociedade do trabalho, é a desconexão econômica estabelecida entre setores urbanos socialmente muito distintos. Ao não ter mais vínculo direto com a “cidade formal”, algumas favelas tornam-se zonas de exclusão e, conseqüentemente, também de contenção e extermínio.

ra-e-bairros-no-munic%C3%ADpio-do-rio-de-janeiro-2010?fbclid=IwAR0WsU6emUokeFl6qkKexWoPrDI8V0PNW7BWtDzsKEy3eib7YPCgG-7EDlg. Acesso em jul. 2019.

³⁷ E como são espaços públicos de controle e cada vez mais de contenção repressiva, os espaços privados dessas comunidades são constantemente violados, vide a queixa recorrente de invasão das residências por policiais durante as incursões. O problema não é mais o de um mero descumprimento dos direitos civis básicos por agentes isolados: a permissão ajuizada de batidas indeterminadas nas residências, por meio dos “mandados de busca e apreensão coletivos”, demonstra que, como todos são suspeitos, o espaço privado foi suspenso nessas zonas urbanas de exceção.

A denúncia de uma política de extermínio praticada pelas forças oficiais (polícia e exército) ou não-oficiais (milícias) de segurança no Rio de Janeiro tornou-se usual. Mas sua compreensão precisa só ocorre quando se perde a disfuncionalidade crescente de diversas comunidades diante dos circuitos econômicos integrados da cidade. Em 1968, exatamente no momento de transição para a política da guerra às drogas nos EUA, o escritor e ativista do movimento negro, James Baldwin, sintetizou a história da exclusão negra na sociedade americana apontando para o extermínio: “Eles precisavam de nós para colhermos algodão e agora eles não precisam mais. Agora que não precisam mais, eles vão matar a nós todos, como fizeram com os índios”.³⁸ O encarceramento em massa de negros e a alta taxa de homicídio nos guetos confirmou a tese de uma “guerra contra os pobres nos EUA” (Wacquant, 2012: 100).

O mesmo começa a ocorrer no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro, inclusive importando tecnologia de segurança norte-americana. Por aqui, evidentemente, sempre existiu de algum modo a criminalização daquela pobreza que não se adequava aos polos determinantes da relação de produção estabelecida. A diferença agora é que, com a exclusão social aberta e crescente, provocada pela crise da sociedade do trabalho, a parcela mais pobre de nossa sociedade periférica, residente em favelas e tensionada pela competição social alargada em um espaço urbano em crise, torna-se de fato descartável, portanto, está sujeita ao extermínio ou à reclusão direta ou indireta. Das favelas sempre saiu o grosso da população encarcerada no Brasil moderno. Agora, cada vez mais, as favelas tornam-se formas de contenção complementares, como se fossem prisões a céu aberto.

Referências Bibliográficas

Agache, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: remodelação – extensão e embelezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

³⁸ A frase é o trecho de uma entrevista reproduzida no documentário *Eu não sou seu negro* (2016).

- Alexander, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Bauman, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.
- Botelho, Maurilio Lima. Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres. In: Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira. *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013, 169-213.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidade em São Paulo*. São Paulo: Ed. 32/Edusp, 2000.
- Coimbra, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana e a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.
- Dias, Maria Odila Leite da Silva. Impasses do inorgânico. In: Maria Angela D’Incao. *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 377-405.
- Fernandes, Florestan Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes (o legado da ‘raça branca’)*. São Paulo: Globo, 2008.
- Hoffmann, Helga. *Desemprego e Subemprego no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1980.
- Marcelo Neri. *Trabalho e condições de vida nas favelas cariocas*, disponível em: <https://cps.fgv.br/trabalho-e-condicoes-de-vida-nas-favelas-cariocas>. Acesso em jul. 2019
- Mattos, Romulo Costa. As "classes perigosas" habitam as favelas: um passeio pela crônica policial no período das reformas urbanas. In: *Desigualdade e Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, no. 5, jul./dez. 2009, p. 149-170.
- Nascimento, Flávia Brito. *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 2008.
- Nesimi, Mariana dos Santos. Segregação Urbana no município do Rio de Janeiro: notas sobre o encarceramento e seletividade policial. In: *XVI Simpurb - Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, UFES/Vitória (ES), nov. 2019, 18 pp.
- Parisse, Lucien. *As Favelas do Rio de Janeiro: Evolução – Sentido*. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969.
- SAGMACS. *Aspectos Humanos da Favela Carioca*. 1960.

Santos, Milton. *O espaço dividido*. Livraria Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1978.

Silva, Luiz Antônio Machado da. A política na favela. In: *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 4, no. 4, out./nov./dez., 2011, p. 699-716.

Sousa Silva, Eliana. *A ocupação da Maré pelo exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2017.

Stephen Graham. *Cidade sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 375.

Thompson, Edward. *A formação da classe operária*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Valladares, Lícia do Prado. *A invenção da favela. Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Wacquant, Loïc. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2012.

Data de Submissão: 02/10/2019

Data da Avaliação: 18/03/2020

VIOLÊNCIA E MEDO NA PEQUENA CIDADE DE SERTANEJA, NORTE DO PARANÁ

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes¹

Amanda Ribeiro de Jesus²

Resumo.


É preciso avançar na compreensão e no reconhecimento das influências da violência e do medo nas manifestações de vida da população. Nesse sentido, nos dias atuais, a ampliação da violência e do medo e, por conseguinte, um maior destaque deles na academia e na mídia, geram mudanças sociais significativas na sociabilidade, sobretudo esvaziando as relações primárias e o consumo de espaços públicos. Assim, o principal objetivo deste artigo é compreender a percepção social da violência e do medo, a partir da sensação de insegurança, na pequena cidade de Sertaneja, localizada no Norte do Estado do Paraná. Para a produção deste artigo foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico fundamentado em autores que apresentam o tema abordado, levantamento e análise de dados e indicadores sociais e demográficos referentes ao município de Sertaneja, aplicação de questionários na população local e elaboração de produtos cartográficos, como gráficos e tabelas, e da redação final deste artigo. Os resultados demonstraram a existência da violência e do medo em Sertaneja, desconstruindo o senso comum de que as pequenas cidades são espaços seguros.


Palavras-chave: violência; medo; pequenas cidades; Norte do Paraná; Sertaneja.

VIOLENCE AND FEAR IN TOWN OF SERTNEJA, NORTH OF PARANÁ

Abstract.

It is necessary to advance in the understanding and recognition of the influences of violence and fear in the life manifestations of the population. In this sense, nowadays, the expansion of violence and fear and, consequently, their greater prominence in the academy and in the media, generate significant social changes in sociability, above

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).  <https://orcid.org/0000-0001-7542-7912> E-mail: pedrofernandes@uenp.edu.br

² Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).  <https://orcid.org/0000-0001-6792-1240>. E-mail: amandaribeiro@hotmail.com

all emptying primary relationships and the consumption of public spaces. Thus, the main objective of this paper is to understand the social perception of violence and fear, from the feeling of insecurity, in the small town of Sertaneja, located in the North of the State of Paraná. For the production of this paper, the following methodological procedures were carried out bibliographic survey based on authors who present the topic addressed; survey and analysis of data and social and demographic indicators for the Sertaneja; application of questionnaires to the local population and preparation of cartographic products, such as graphs and tables; and the final wording of this paper. The results demonstrated the existence of violence and fear in Sertaneja, deconstructing the common sense that small cities are safe spaces.

Keywords: violence; fear; town; North of Paraná; Sertaneja.

VIOLENCIA Y MIEDO EN LA PEQUEÑA CIUDAD DE SERTANEJA, NORTE DEL PARANÁ

Resumen.

Es necesario avanzar en la comprensión y el reconocimiento de las influencias de la violencia y el miedo en las manifestaciones de la vida de la población. En este sentido, hoy en día, la expansión de la violencia y el miedo y, en consecuencia, su mayor protagonismo en la academia y en los medios de comunicación, generan importantes cambios sociales en la sociabilidad, sobre todo vaciando las relaciones primarias y el consumo de espacios públicos. Por lo tanto, el objetivo principal de este artículo es comprender la percepción social de la violencia y el miedo, a partir del sentimiento de inseguridad, en el pequeño pueblo de Sertaneja, ubicado en el norte del Estado de Paraná. Para la producción de este artículo, se realizaron los siguientes procedimientos metodológicos: encuesta bibliográfica basada en autores que presentan el tema abordado, encuesta y análisis de datos e indicadores sociales y demográficos para el municipio de Sertaneja, aplicación de cuestionarios a la población local y preparación de productos cartográficos, como gráficos y tablas, y la redacción final de este artículo. Los resultados demostraron la existencia de violencia y miedo en Sertaneja, deconstruyendo el sentido común de que las ciudades pequeñas son espacios seguros.

Palabra clave : violencia; miedo; pequeña ciudad; Norte del Paraná; Sertaneja.

Introdução

A realidade atual tem mostrado que a violência se tornou um dos principais problemas sociais. Assim, a realização desta pesquisa partiu da tentativa de compreender e reconhecer a influência da violência e do medo nas manifestações da vida em uma escala local. Nos dias atuais, os temas da violência e do medo têm ganhado destaque nos estudos acadêmicos e nas mídias, gerando mudanças nas relações de sociabilidade.

O fenômeno da violência tem atingido dimensões cada vez mais ascendentes, sendo um dos efeitos disso a sensação de medo e de insegurança. As consequências disso também caracterizam mudanças nas relações sociais e transformações no espaço geográfico, principalmente no urbano. A relevância social do estudo caminha no sentido de contribuir para a compreensão social, especialmente no que se refere à escala local, tão carente de estudo na Ciência Geográfica, e aos estudos da chamada Geografia da Violência, ainda incipiente na Geografia.

A partir disso, o principal objetivo deste artigo é compreender a percepção social da violência e do medo, a partir da sensação de insegurança, na pequena cidade de Sertaneja, localizada no Norte do Estado do Paraná. Os objetivos específicos são: (i) debater teoricamente os temas propostos pelo artigo; (ii) identificar, por meio da percepção dos moradores, a existência da violência e do medo no espaço urbano de Sertaneja; e (iii) reconhecer os reflexos e as manifestações sociais da sensação do medo e da insegurança pela percepção social dos habitantes.

Para a construção deste artigo foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico fundamentado em autores que apresentam o tema da violência e da percepção de medo; levantamento e análise de dados e indicadores sociais e demográficos referentes ao município de Sertaneja; aplicação de questionários na população local para obter informações acerca da percepção social; aplicação de questionário eletrônico por meio das redes sociais, como outra possibilidade de interpretação da percepção do medo e das manifestações da violência;

sistematização das informações, produção de material cartográfico, como tabelas e gráficos; e, finalmente, elaboração da redação final do artigo.

A aplicação dos questionários ocorreu de duas maneiras: por meio eletrônico e por meio de realização de trabalho de campo. A aplicação dos questionários por meio eletrônico ocorreu no período de sete de julho a sete de agosto de 2016, sendo divulgado por meio de redes sociais. Já a aplicação dos questionários por meio de trabalho de campo ocorreu no período de 22 a 28 de agosto de 2016, na região central da cidade de Sertaneja.

O município de Sertaneja está localizado no Norte do Estado do Paraná, especificamente na Mesorregião Norte Pioneiro paranaense. A Figura 1 apresenta a localização do município, que possui uma área territorial de 445 quilômetros quadrados e está, aproximadamente, 440 quilômetros de Curitiba, a capital estadual. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município possui 5.817 habitantes.

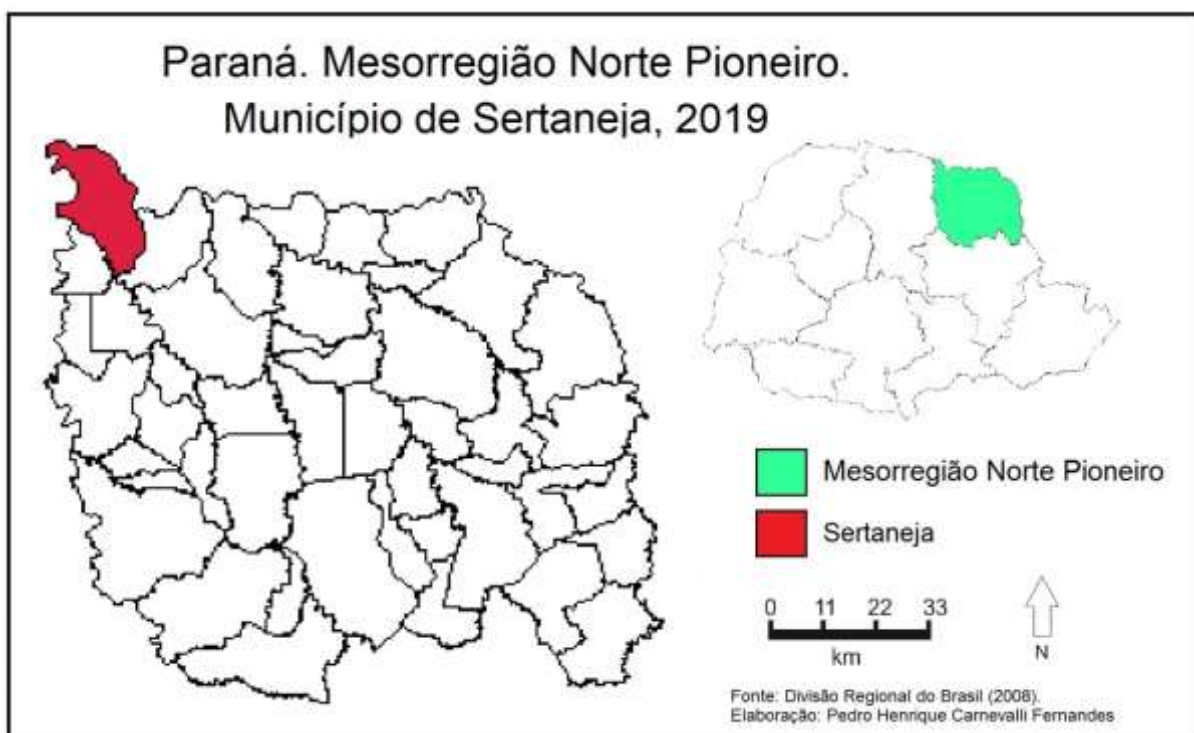


Figura 1. Sertaneja (PR). Localização

Fonte: Adaptado de IBGE (2008).

A história de ocupação do atual município de Sertaneja se inicia na década de 1940. O primeiro núcleo de povoamento recebeu influxo de colonizadores oriundos, em sua maioria, dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, atraídos pela fertilidade da terra (SERTANEJA, 2019). Como o local era, primitivamente, coberto por densas florestas, o patrimônio recebeu o nome de “Sertaneja”, que significa “cidade do sertão” (SERTANEJA, 2019). As terras que formaram o município foram adquiridas e loteadas pela Companhia Agrícola Barbosa entre os anos de 1940 a 1945 (SERTANEJA, 2019). Em menos de dez anos, a região, então conhecida pela denominação de Sertão do Paranapanema, teve progresso rápido e conseguiu sua emancipação de Cornélio Procópio em 1951 (Lei Estadual nº 790), sendo instalado no dia 14 de dezembro de 1952 (SERTANEJA, 2019).

No primeiro censo demográfico após a consolidação do município, em 1960, a população total era de 17.334 habitantes. Isso refletiu o auge demográfico do município. Depois, os anos seguintes mostraram um fortíssimo declínio demográfico na população total, resultado da política de modernização agrícola que ocorreu no Brasil. Entre 1960 e 1970, em Sertaneja, a redução foi de 18%, caindo para 14.295 habitantes. No período seguinte, a queda foi vertiginosa: 49% da população deixou o município. Em 1980, a população era de 6.928 habitantes. A partir disso houve uma desaceleração do declínio demográfico: 3,2%, entre 1980 e 1991, e 2,8% entre 1991 e 2000. Já no censo de 2010, os resultados mostraram que o declínio voltou a aumentar: 10,8% entre 2000 e 2010, atingindo a população de 5.817 habitantes, sendo 88% urbana e 12% rural.

O artigo está estruturado em duas partes: na primeira, há um debate teórico-metodológico sobre a violência, a insegurança e o medo; na segunda parte, apresentam-se as reflexões a partir dos resultados alcançados com a aplicação do questionário na população local.

Problematização: violência e medo

O entendimento da violência é complexo. Apesar disso, este artigo busca contribuir com a temática apresentando a visão de diferentes autores. A violência é um termo oriundo

do latim “vis”, que significa “força”; porém, seu significado se transformou no tempo, se tornando “abuso de força” e “força brutal para submeter alguém” (RIFIOTIS, 1999; FERNANDES, 2017). Segundo Moreira (2011, p. 33), “o significado de violência vem da referência de força, vigor, potência” e, dialogando com isso, Rosário (2011, p. 45) considera que “encontra-se na noção de violência a ideia de força, potência natural, cujo exercício contra alguma coisa ou contra alguém torna o caráter violento”.

Em termos gerais, a violência é definida como uma força que vai ultrapassar as normas definidas na sociedade (MELARA, 2008). Em outras palavras, um ato vai ser percebido como violento ou não em função das normas da sociedade, portanto, são alteradas com o tempo, resultando em diferentes significados. Por isso, acaba que “seu uso recorrente a tornou de tal modo familiar que parece desnecessário defini-la. Ela foi transformada numa espécie de significante vazio, um artefato sempre disponível para acolher novos significados e situações” (RIFIOTIS, 1999, p. 1).

A violência é, então, entendida como uma produção humana. Para Odalia (1985, p. 13), “o viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, (...) em suas várias faces”. Assim,

Podemos dizer que (...) ela (...) tomou maior proporção a partir da consolidação do capitalismo e se intensificou com o advento da globalização. Nesse sentido, ela se tornou desterritorializada e onipresente, não pertencendo apenas a um só espaço e não condicionada a um grupo social exclusivo (ENDLICH; FERNANDES, 2014, p. 10).

Os reflexos desses processos e das relações sociais estão diretamente ligados à definição da violência. Apesar disso, “quando se fala em violência, ou quando se preocupa com este crescente problema, a primeira imagem, que, de súbito vem à cabeça, é aquela ligada à agressão física” (BATELLA, 2008, p. 23). Essa concepção de violência, segundo o autor, está presente em todos os segmentos da sociedade.

Para Rifiotis (1997, p. 5), a violência, marcada por sua complexidade, se apresenta “como uma ‘objetivação’ uma vez que ele nem sempre é visível e por outro lado, a violência é sempre um objeto em construção” (RIFIOTIS, 1997, p. 5). Logo, esse aumento

de significados e de termos referentes à violência motiva a academia e a sociedade refletirem mais sobre eles.

Percebemos a pluralidade da violência quando procuramos, por exemplo, circunscrever o seu campo semântico. Deparamo-nos de imediato com um jogo de linguagens onde diferentes tipos de fenômenos aproximam-se, enredando-se numa teia discursiva cuja amplitude é sempre crescente. No nosso cotidiano, referimo-nos à violência no esporte, no trânsito, nas ruas, nas prisões, ou ainda com relação às precárias condições de vida, à fome, e, evidentemente, com relação à criminalidade; mas há ainda a violência contra a mulher, contra a criança, contra a natureza, e a violência nos rituais de sacrifício, violência física, psicológica, simbólica, cognitiva... Esta série, cuja regra de formação é invisível, pode englobar ainda: as relações de força, as tensões, as hierarquias, as desigualdades sociais e as situações de conflito em geral (RIFIOTIS, 1997, p. 6).

Para Chagas Rodrigues (2006, p. 30-31), “deve-se perceber a pluralidade dos fenômenos que caem dentro do rotulo de ‘violência’. Por este ponto de vista, é mais adequado falar de violências”, como a violência urbana e a rural, a física e a simbólica, a policial e intrafamiliar, a de gênero e a esportiva, entre outras. Apesar dessa multiplicidade, Adorno (2002) pontua quatro tendências: (i) o crescimento da delinquência urbana, como os crimes contra o patrimônio e os homicídios dolosos; (ii) a emergência da criminalidade organizada, em particular em torno do tráfico de drogas; (iii) as graves violações de direitos humanos que comprometem a consolidação da ordem política democrática; e, (iv) a explosão de conflitos nas relações intersubjetivas, mais propriamente conflitos de vizinhança.

Diante das preocupações sobre o tema, surgiu a Geografia da Violência ou Geografia do Crime, a partir da crescente preocupação dos pesquisadores em Geografia com a criminalidade e com as características espaciais e modos como se organizavam. Nesse sentido, a Geografia do Crime cumpre uma importante missão de “à luz de teorizações diversas, por meio de análises associativas e em conexão com outros campos científicos, explicar as múltiplas desigualdades espaciais e todo o processo que as origina” (FÉLIX, 1996, p. 147). Por isso, é fundamental tentar explicar, ainda que brevemente, a diferença entre violência e crime.

*Pedro Fernandes & Amanda Jesus, Violência e Medo na Pequena Cidade de Sertaneja,
Norte do Paraná*

Crime é qualquer infração a lei. É, portanto, um julgamento de uma ação com base em argumentos legais. Considerar a violência como sinônimo de crime é reduzir a discussão apenas aqueles atos que a lei prevê. A violência é uma noção mais ampla e mais sutil. Além disso, a confusão não se justifica também pelo fato de que nem todos os crimes são necessariamente violentos (MELGAÇO, 2005, p. 17).

O medo e a insegurança podem estar associados à violência. Segundo Balandier (1997), a violência vem contribuindo para o desenvolvimento de um imaginário do medo, além de ser considerada uma das figuras reveladoras da desordem e da diferença que ela ameaça introduzir. A violência, assim, “pode tomar a forma de uma desordem contagiosa, (...), de uma doença da sociedade que aprisiona o indivíduo e, por extensão, a coletividade num estado de insegurança que gera o medo” (BALANDIER, 1997, p. 212).

Em virtude da violência, cresce o sentimento de insegurança associado aos acontecimentos de violência, sejam em espaços próximos, sejam em espaços distantes, que acabam sendo potencializados e difundidos pela mídia, especialmente a televisiva.

Assim, segundo Lourenço (2010, p. 8), “o sentimento de insegurança pode ser definido como um conjunto de manifestações de inquietação, de perturbação ou de medo, quer individuais, quer coletivas, cristalizadas sobre o crime” e ainda que o sentimento de insegurança possa ser “[...] definido como a expressão de uma representação social do meio, em que estão presentes lógicas culturais e identitárias e lógicas situacionais, isto é, ligadas à experiência do actor sobre a realidade vivida” (LOURENÇO, 2010, p. 7).

A partir desse contexto de associação entre insegurança e violência, as reações referentes a isso envolvem cada vez mais práticas de transformações individuais e privadas como mecanismos de controle, “por isso, no que diz respeito ao âmbito do cotidiano, (...) influencia na construção de comportamento e vivências pautadas no medo e, por conseguinte, o sentimento de insegurança urbana” (ENDLICH; FERNANDES, 2014, p. 10).

Este sentimento de insegurança tem-se traduzido em significativas mudanças de comportamento, fazendo com que as pessoas deixem de sair de casa ou evitem certas áreas da cidade, bem como passem a investir maciçamente em equipamentos de segurança pessoal e

patrimonial. Grades, cercas elétricas, circuitos internos de TV, vigilância privada já são traços comuns das residências brasileiras (FRATTARI, 2009, p. 1).

Diante disso, acabam gerando mudanças no cotidiano e, principalmente, nos comportamentos sociais: “o sentimento de insegurança pode gerar alterações como: mudança para horários mais ‘seguros’ para se relacionar, evitando transitar por locais mais ‘perigosos’, entre outros, além de minar as relações sociais e depreciar a vitalidade das cidades” (SORIANO, 2007, p. 17). O autor destaca, também, que tal influência pode alcançar e influenciar no incremento dos sistemas de segurança, particularmente com a fortificação das residências e, em alguns casos, na contratação de segurança particular.

Além disso, há reflexos, também, no espaço público. A insegurança contribui para a conformação de um espaço urbano fragmentado e marcado pelo medo. A violência produz uma cultura que enfraquece as práticas de solidariedade e que, em consequência, desorganiza a vida comunitária, disseminando valores bélicos e incivis, dificultando a sociabilidade, incentivando reações de rejeição e atitudes preconceituosas a partir da associação de imagens negativas de bairros e moradores, sendo que essas ofensas são entendidas como fraturas na sociedade e tendem a gerar sentimentos de receio, tornando a vida social difícil de ser vivida sem um sentimento de ser imprevisível (FRATTARI, 2009).

O crescimento do sentimento de medo e insegurança está ligado ao aumento nas taxas de criminalidade (CALDEIRA, 2000), mas também a difusão generalizada de noticiários sobre a violência realizada diariamente pela imprensa. A violência e a insegurança são questões que se apropriam de espaço significativo na preocupação da sociedade, se impondo no modo como a sociedade vive e se articula com os problemas de segurança. Porém, a sociedade não está exposta “apenas” à violência concreta, mas, também, ao fato de viver-se, constantemente, com um sentimento de medo, o que gera reflexões sobre o medo.

Violência e Medo em Sertaneja

A realização do trabalho de campo foi fundamental para entender a percepção da violência pela sociedade local e seu sentimento de medo e insegurança. Em Sertaneja, foram aplicados 45 questionários na população local, respeitando a proporção das faixas etárias a partir da pirâmide etária do município. Essa metodologia, referenciada por Fernandes (2017), inicia desconsiderando, da população total do município, as pessoas com menos de 18 anos de idade e, depois, define 1% dessa amostragem como quantidade de questionários. A partir disso, em Sertaneja, existem, segundo IBGE (2010), 4.361 habitantes maiores de 18 anos de idade; desse número, considera-se a amostragem de 1%, totalizando 43,61 questionários, que, arredondado para melhor aplicação, atingem 45 questionários. A definição das proporções entre as faixas etárias, a partir da pirâmide etária do município de Sertaneja, segundo o último demográfico do IBGE, em 2010, tem como objetivo contemplar todas as faixas etárias de moradores e possibilitar encontrar inquietações e incômodos que motivarão a continuação da pesquisa dentro da Geografia.

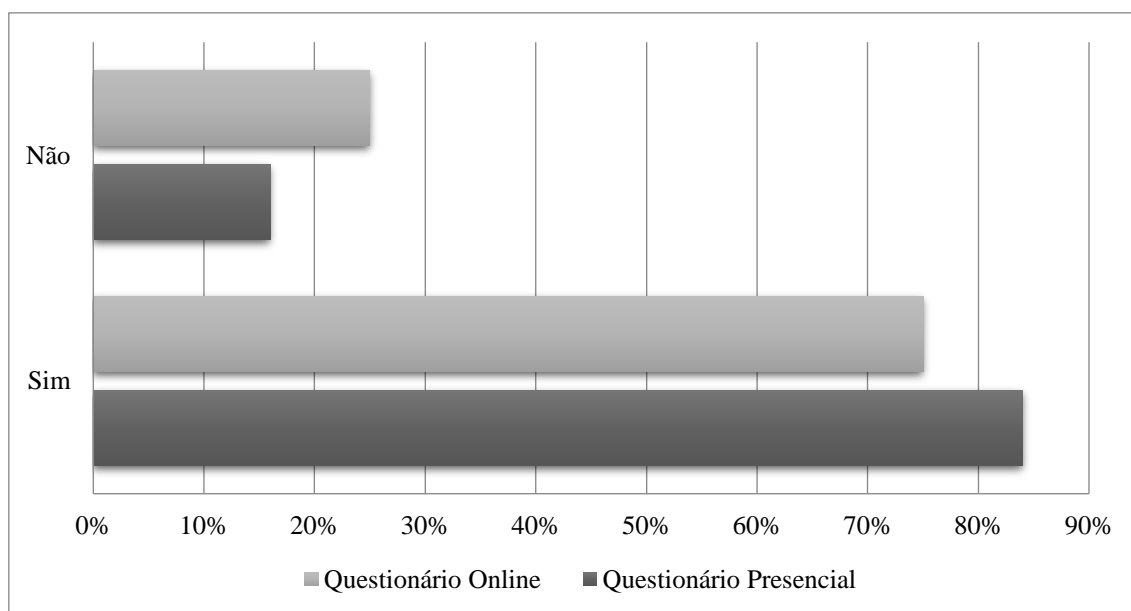
O questionário aplicado por meio eletrônico foi respondido por 60 pessoas e também considerou apenas àquelas com mais de 18 anos de idade, porém não limitou a quantidade por faixa etária, já que seu objetivo consistia em entender o sincronismo e/ou assincronismo entre os dados (virtual e no aplicado pessoalmente).

O assincronismo refere-se a um possível receio da população local em abordar a questão da violência em uma pequena cidade marcada por um alto grau de pessoalização e de reconhecimento durante uma aplicação presencial. Além disso, o questionário online apresentou assincronismo no perfil dos respondentes já que foi, principalmente, respondido por jovens da primeira faixa etária (18-29 anos), consequência do uso recorrente das redes sociais e da internet por esse estrato social.

Como objetivo de analisar a percepção social da violência e a sensação de medo da população do município de Sertaneja, a Figura 2 apresenta a impressão dos

respondentes, no questionário presencial e no online, em relação à existência da violência no município.

Figura 2. Sertaneja (PR). “Existe violência em Sertaneja?”



Fonte: Trabalho empírico (2016)

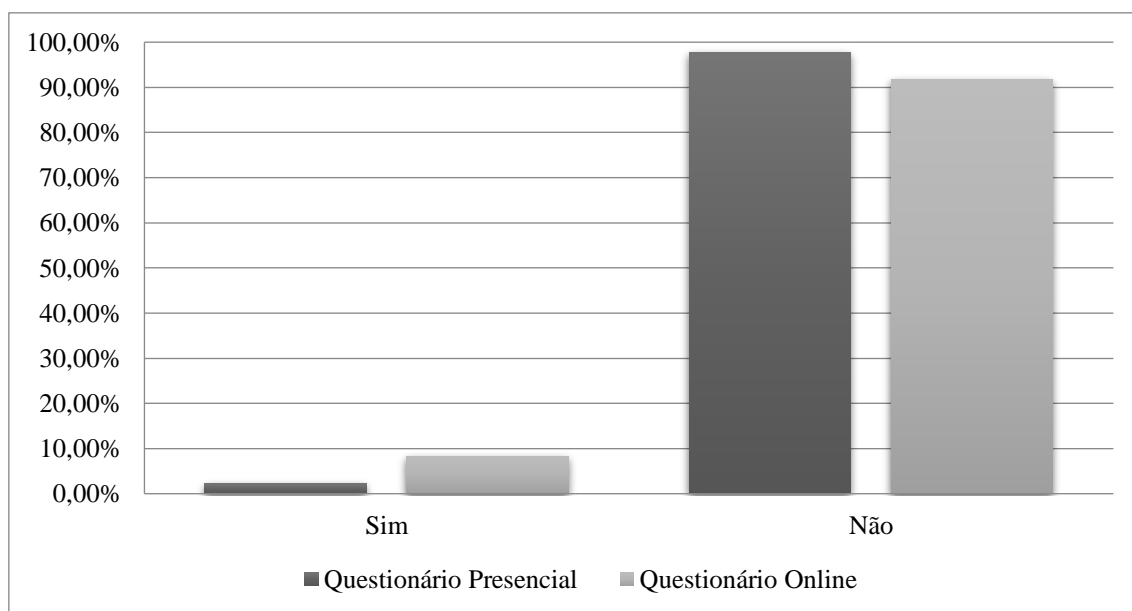
No questionário presencial, 84% dos respondentes reconheceram a existência de violência em Sertaneja e 16% desconsideraram-na. No online, a diferença entre os valores foi menor: 75% para sim e 25% para não. Considerando o universo total de respondente, 79% consideraram que existe violência no município e 21% desconsideraram-na.

Isso quer dizer que, ainda que teoricamente o entendimento da violência seja complexo, empiricamente, os respondentes reconhecem a existência do fenômeno na escala local. Evidentemente, ela pode estar vinculada ao que Rifiotis (1999) destacou como uma “espécie de significante vazio”. Por outro lado, esse resultado reconhece o que Odalia (1985) considera como “a violência está sempre presente” e o que Endlich e Fernandes (2014) destacaram como algo que “se tornou desterritorializada e onipresente, não pertencendo apenas a um só espaço e não condicionada a um grupo social exclusivo”. Segundo Fernandes (2017), Sertaneja apareceu em 106º lugar em taxa de homicídios entre os 186 municípios do Norte do Estado do Paraná, no período de 1996 a 2013.

Pedro Fernandes & Amanda Jesus, Violência e Medo na Pequena Cidade de Sertaneja, Norte do Paraná

Na sequência, a Figura 3 busca aferir a sensação de medo dos respondentes de Sertaneja, no questionário presencial e no online.

Figura 3. Sertaneja (PR). “Tem medo de morar em Sertaneja?”



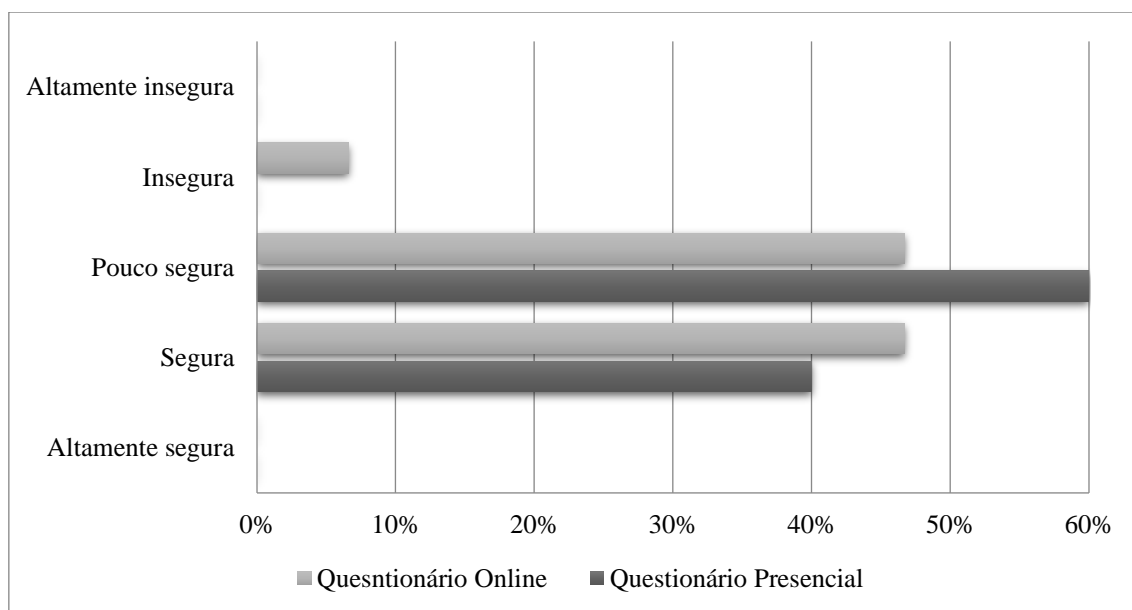
Fonte: Trabalho empírico (2016)

Os resultados mostraram que apenas 2% dos respondentes do questionário presencial sentiam-se com medo de residir em Sertaneja. Já no questionário online, esse valor foi mais que o dobro: 5% dos respondentes. Essa discrepância tem relação com o que se comentou anteriormente quanto ao alto grau de pessoalização, uma vez que alguns respondentes demonstram-se desconfortáveis com as perguntas durante a aplicação presencial, assim como pode estar vinculada a outros aspectos, como a incidência maior de respostas dadas por um grupo de uma mesma faixa etária, ou, ainda, ao grau de instrução sobre o assunto dos respondentes virtuais.

Considerando a amostragem universal de respondentes, 96% consideraram-se seguros em residir na localidade e 4% apresentaram algum tipo de medo de morar no município. Efetivamente, ainda que um valor pequeno, é preciso reconhecer que existe uma parcela social em uma pequena cidade de cerca de cinco mil habitantes que tem medo de residir na localidade.

Antes de tecer algumas reflexões, é preciso apresentar mais alguns dados quanto à insegurança: a Figura 4 demonstra a classificação realizada pelos respondentes quanto à segurança em Sertaneja, por modelo de questionário.

Figura 4. Sertaneja (PR). “Como classifica a cidade quanto à segurança?”



Fonte: Trabalho empírico (2016)

As classificações dos extremos, “altamente insegura” e “altamente segura”, não foram consideradas por nenhum respondente. No questionário presencial, 60% dos respondentes consideraram Sertaneja “pouco segura” para morar e 40% consideraram-na “segura”. Já no questionário online, os resultados mostraram um empate entre “segura” e “pouco segura”. Para 6,6% dos respondentes dessa modalidade de questionário, Sertaneja é uma cidade “insegura”. Considerando todo o universo de respondentes de Sertaneja, a maioria acredita que a cidade é “pouco segura” (52%) ou “insegura” (4%) para residir, o que possibilita refletir sobre a qualidade da segurança pública na localidade.

Assim, é possível perceber que embora a esmagadora maioria (96%) não tenha medo de residir em Sertaneja, a cidade foi classificada por 60% dos respondentes do questionário

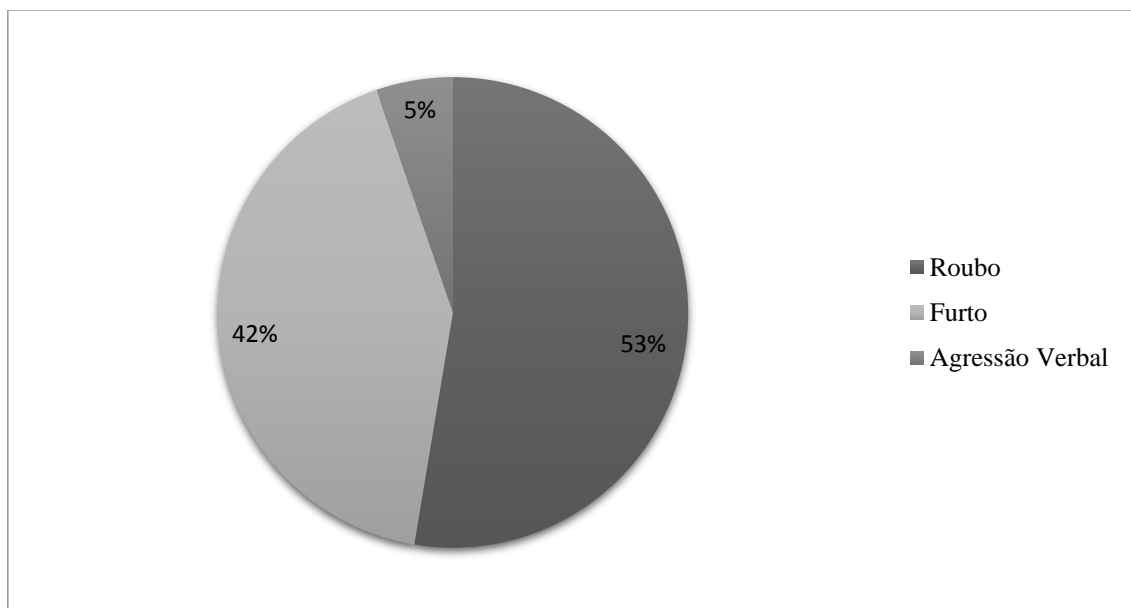
presencial como “pouco segura” e por quase 7% dos respondentes do questionário online como “insegura”. Portanto, pode estar ocorrendo um movimento de ampliação da sensação de insegurança na localidade, que precisa ser comprovada a partir de novos estudos e levantamentos de dados. Assim, dialogando com a teoria de Lourenço (2010), pode estar se desencadeando um fenômeno de “inquietação, de perturbação ou de medo” a partir da “representação social do meio” ligadas à experiência dos respondentes sobre a realidade vivida em Sertaneja.

Sendo assim, é importante tentar entender a origem dessa sensação de insegurança, uma vez que o medo e a insegurança podem estar associados à violência concreta e real – eles também podem, concomitantemente ou não, estar associados ao imaginário da violência, considerando, nesse caso, a inexistência concreta da violência.

Por isso, os resultados seguintes demonstraram a proporção de respondentes que já sofreram algum caso concreto de violência em Sertaneja por tipo de questionário: 9% dos respondentes do questionário presencial já enfrentaram alguma violência em Sertaneja e 91% nunca passaram por tal situação; quanto aos respondentes do questionário online, quase 30% deles já foram atingidos pela violência. É um aumento expressivo na comparação entre os resultados, que como já explicado anteriormente pode estar associado ao receio de tratar o assunto pessoalmente e/ou às faixas etárias e ao grau de instrução dos respondentes virtuais.

Então, a Figura 5 apresenta as principais violências enfrentadas pelos respondentes de Sertaneja que afirmaram já terem passado por alguma insegurança no município.

Figura 5. Sertaneja (PR). “Já sofreu com a insegurança em Sertaneja? Se sim, qual?”



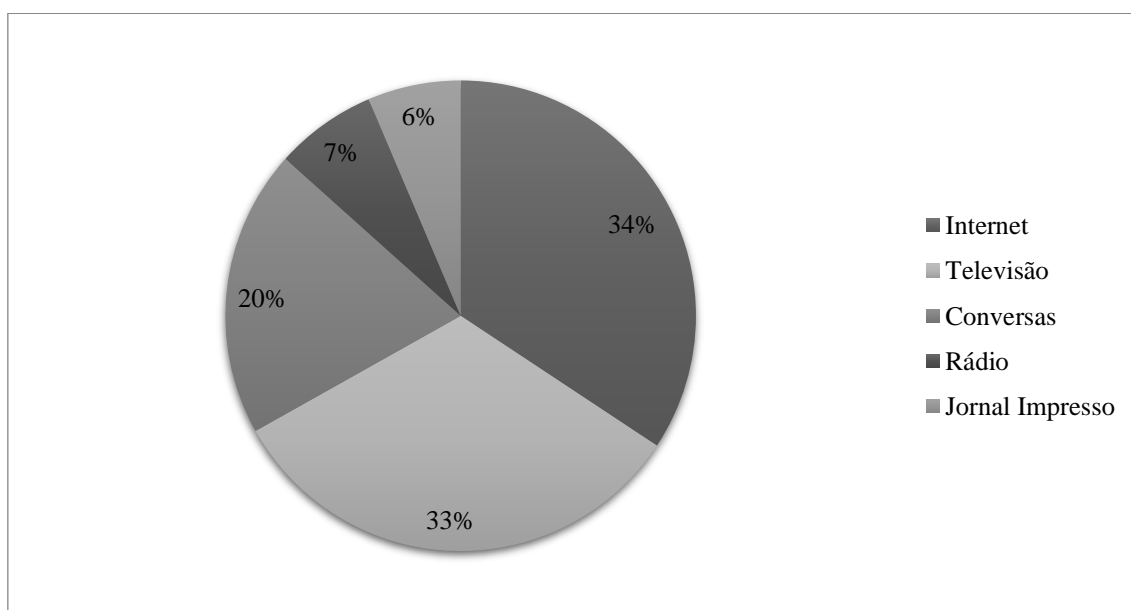
Fonte: Trabalho empírico (2016)

Entre os respondentes que enfrentaram a insegurança em Sertaneja, 53% foram roubados e 42% furtados. Ambos representam 95% de todas as ocorrências citadas. Já os demais 5% já sofreram alguma agressão verbal. Esse patamar “baixo” de agressões demonstra a cultura de não considerar os xingamentos e as ofensas como agressões. Logo, a partir dos dados de violência concreta, é possível aferir que uma parcela de 4% dos respondentes de Sertaneja sente-se inseguro e classifica a cidade nesse sentido como consequência da vivência concreta da violência e que outra parcela, de aproximadamente 17%, classifica a cidade como pouco segura como reflexo da vivência concreta da violência. Portanto, nesses casos específicos, dialoga com Caldeira (2000) ao associar o sentimento de insegurança ao aumento real nas taxas de criminalidade.

No entanto, essa explicação não é única para a realidade de Sertaneja. É possível refletir, também, que uma terceira parcela dos respondentes, de 31% dos respondentes, não enfrentou casos concretos de violência e, ainda assim, classificaram a cidade como “pouco segura”, reconhecendo a existência de um problema – sensação de insegurança – que pode estar associada a situações psicossociais ativadas por um imaginário amplamente difundido pela mídia e que não necessariamente tenha relação com a vivência concreta da violência na localidade.

Nesse sentido, a Figura 6 apresenta as principais formas por quais meios de comunicação os respondentes de Sertaneja tomam conhecimento sobre as ocorrências de violência. Esses resultados ajudam a entender a influência dos meios de comunicação na propagação da violência e do medo. Para 34% dos respondentes, a informação é oriunda da internet, sobretudo pelas redes sociais, seja para os casos locais ou as ocorrências em outras escalas, como regional, estadual, nacional e internacional; 33% consideraram a televisão, por meio de programas que diariamente bombardeia-os com notícias de violência, como a origem das informações; 20% tomam conhecimento pelas conversas no dia-a-dia com vizinhos, familiares, colegas de trabalho e, principalmente, pelas “fofocas nas ruas”; finalmente, 7% por rádio e 6% jornal impresso.

Figura 6. Sertaneja (PR). “É por meio de qual meio de comunicação que você toma conhecimento sobre a violência?”



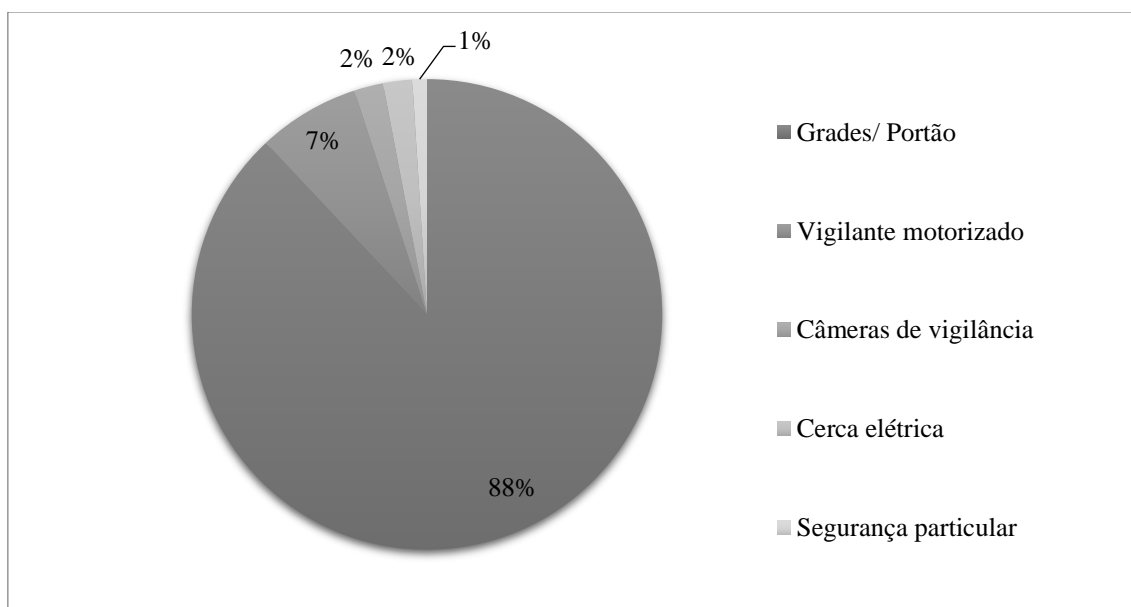
Fonte: Trabalho empírico (2016)

Os valores foram semelhantes ao comparar os tipos de questionários aplicados. Portanto, é possível aferir que a sensação de insegurança de parte dos respondentes de Sertaneja que não enfrentaram casos de violência tem origem, sobretudo, nas mídias (internet e televisão). Essa reflexão também é possível para os respondentes que

enfrentaram alguma ocorrência de violência na localidade, pois as explicações não são excludentes.

Diante desse cenário, a literatura aponta para alterações no modo de vida das pessoas em espaços marcados pela existência da violência, da sensação de insegurança e/ou do medo. Assim, como apresentam Endlich e Fernandes (2014) às práticas se transformam, no âmbito do cotidiano, em comportamentos e vivências pautadas no medo e na insegurança. Logo, diante da violência e do medo, as reações sociais e as resistências são variáveis no tempo e no espaço, como já discutido na porção teórica. Assim, a Figura 7 apresenta os meios de segurança existentes nas residências dos respondentes de Sertaneja, considerando toda a amostragem de respondentes.

Figura 7. Sertaneja (PR). “Em sua residência, existe(m)?”



Fonte: Trabalho empírico (2016)

Aproximadamente 90% dos respondentes possuíam em suas casas grades e/ou portões, 7% pagavam vigilante motorizado (popularmente chamado em Sertaneja de “guardinha”), 2% tinham câmaras de vigilância em suas residências, 2% cerca elétrica

Pedro Fernandes & Amanda Jesus, *Violência e Medo na Pequena Cidade de Sertaneja, Norte do Paraná*

como meio de proteção e 1% segurança particular. No questionário presencial, 95,6% dos respondentes consideraram apenas “grades e portão” como equipamentos que possuíam de segurança e 4,4% citaram vigilante motorizado (2,2%) e câmera de vigilância (2,2%). Já no questionário online, os valores foram diferenciados: 81,7% citaram “grades e portões”, 10% pagavam pelo serviço de vigilante motorizado, 3,3% tinham câmeras de segurança, 3,3% cerca elétrica e, surpreendentemente, 1,7% possuía segurança particular. Esses resultados dialogam com Soriano (2007) e Frattari (2009) quanto comentam sobre a ampliação de investimentos em equipamentos de segurança pessoal e patrimonial.

Portanto, com relação aos meios de segurança, estão cada vez mais visíveis na paisagem urbana de Sertaneja as diferentes formas de proteção, especialmente pelos equipamentos e pela contratação de serviços privados, configurando como uma nova morfologia das paisagens. No entanto, isso implica outro debate que se assenta na questão de renda e classe social, ou seja, enquanto as elites se “protegem” adquirindo serviços e equipamentos, as classes menos favorecidas ficam à mercê do serviço público de segurança. Por sinal, quanto ao serviço público de segurança, o município de Sertaneja é atendido por poucos policiais militares e não possui polícia civil, corpo de bombeiro e defesa civil.

Os levantamentos efetuados tentaram compreender e reconhecer as influências da violência e da sensação de medo nas manifestações na vida da população. O problema tem atingido dimensões cada vez mais ascendentes, sendo o efeito da violência marcante, principalmente, expresso por meio do crescimento da sensação de medo e insegurança, inclusive em pequenas cidades.

Considerações Finais

As considerações finais apresentam as principais reflexões teóricas e empíricas acerca da compreensão e da percepção social da violência, a partir da sensação de insegurança e do medo, na pequena cidade de Sertaneja, no Norte do Estado do Paraná.

As cidades vêm sofrendo com diversos problemas, como a violência e a sensação de medo, que têm combinado com uma série de transformações no espaço urbano – as pequenas cidades não estão longe dessa realidade. Assim, a atualidade promove elementos que demonstram a existência da violência em diversos lugares, rompendo com a visão de que a cidade pequena é um lugar pacato e bucólico na qual inexistem índices de violência.

Entender a violência não é algo simples, pois ela está relacionada a inúmeros fatores, sejam materiais ou sociais, que afetam a sociedade de diferentes formas. A violência é, então, entendida como ação humana, ou seja, esse fenômeno que se apresenta concretamente e objetivamente como uma prática social ocorre de forma difusa no espaço geográfico, ainda que seja possível reconhecer semelhanças no “ato violento”.

Assim, a violência e a insegurança precisam, cada vez mais, ocuparem um espaço significativo nas discussões sociais e não apenas pela visualização e compreensão da “violência exposta”, expressa cotidianamente nas mídias, mas, sobretudo, por estudos acerca do cenário de viver, constantemente, com um sentimento de medo.

No entanto, o medo é um sentimento natural do ser humano, principalmente diante do perigo. Nesse caso, a consequência imediata é a busca por proteção. No entanto, os impactos causados pelo sentimento de medo produzem grandes inquietações em relação à qualidade de vida e ao modo como se relacionar geograficamente e socialmente. Assim, essas mudanças ocorrem de maneira concreta tanto no cotidiano como nos próprios espaços de lazer e moradia, na qual se criam novas práticas e valores de socialização. Diante disso, a mídia tem desempenhado um papel fundamental em relação à sensação de medo.

Os temas da violência e da sensação do medo apresentam leituras difusas. Este artigo apresentou um olhar para esses fenômenos. As pesquisas mais recentes da chamada Geografia da Violência já destacam esses fenômenos nos espaços das pequenas cidades – apesar disso, ainda é preciso ampliar esses estudos. Assim, foi possível reconhecer fatores relevantes acerca do problema, especialmente por meio da visão que a

Geografia proporciona e dos conhecimentos adquiridos em trabalho de campo. Logo, foi possível analisar a maneira como a população percebe a violência e, principalmente, como sente o medo na pequena cidade de Sertaneja.

Os altos muros, as cercas elétricas, as grades, as câmaras de vigilância, os vigilantes motorizados, a mudança cotidiana em não frequentar determinados lugares são algumas manifestações – reflexo da existência da violência e do sentimento de insegurança e de medo – da realidade que existe na cidade, compondo um novo período em que meios de segurança fazem parte da paisagem do espaço urbano local.

Finalmente, é importante ressaltar que ainda existe muito receio de se abordar os temas da violência e do medo em pequenas cidades, especialmente pela pessoalização – ou seja, o conhecer e se reconhecer e que acaba muitas vezes gerando estereótipos. Isso acabou influenciando em algumas questões aplicadas pessoalmente. Por outro lado, as pesquisas virtuais acabam contemplando determinadas faixas etárias específicas. Portanto, a violência e o medo precisam de mais estudos em Geografia e as pequenas cidades se configuram como os espaços mais instigantes para essas análises.

Referências

- ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias – Violências, América Latina*, Porto Alegre, p. 84-135, 2002.
- BALANDIER, Georges. *A desordem: Elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BATELLA, Wagner Barbosa. *Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no estado de Minas Gerais*. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2003.
- CHAGAS RODRIGUES, Tiago Nogueira Hyra. *Contando as violências: Estudo de narrativas e discursos sobre eventos violentos em Florianópolis (SC)*, 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós graduação em Antropologia Social, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- ENDLICH, Angela Maria. FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli Fernandes. Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social. *Scripta Nova (Barcelona)*, v. XVIII, p. 1-20, 2014
- FÉLIX, Sueli. A. Geografia do Crime. *Revista de Geografia*. São Paulo: v.13, p. 127-144, 1996.
- FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. *Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades: o Norte do Paraná*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012, 261 p. il.
- FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli Fernandes. *Um espectro ronda as pequenas cidades: o aumento da violência e da insegurança objetiva*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017, 525p;
- FRATTARI, Najla Franco. *Insegurança: as práticas e discursos do medo na cidade de Goiânia*. 2009. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 03 de maio de 2019.
- LOURENÇO, Nelson. Cidades e sentimento de insegurança: violência urbana ou insegurança urbana? In: A, Pereira Junior. E.; JULIANA, Maron; F, Silva. J. (Org.). *Um toque de qualidade: eficiência e qualidade na gestão do sistema de defesa social*. Belo Horizonte: v.1000, 2010.
- MELARA, Eliane. *A dinâmica da violência criminal no espaço urbano de Santa Maria-RS*. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

- MELGAÇO, Lucas. *A Geografia do Atrito: dialética espacial e violência em Campinas – SP*. 2005. 128p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo.
- MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. Reflexões sobre o conceito de violência: da necessidade civilizatória à instrumentalização política. In: ROSÁRIO, Ângela Buciano do; KYRILLOS NETO, Fuad; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. *Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica*. Barbacena: Eduemg, 2011. p. 33-43.
- ODALIA, Nilo. *O que é violência*. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 93p.
- RIFIOTIS, Theophilos. Nos campos da violência: diferença e positividade. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, v. 19, p. 1-19, 1997.
- RIFIOTIS, Theophilos. Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval. *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, v. 13, n. 4, p. 28 a 41, out./dez., 1999;
- ROSÁRIO, Ângela Buciano do; KYRILLOS NETO, Fuad; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira (Org.). *Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica*. 2011.
- SERTANEJA, Prefeitura Municipal de. *Nossa Cidade*. 2019. Disponível em: <http://www.sertaneja.pr.gov.br/nossa_cidade/15/aspectos-socioeconomicos> acesso em: 03 de maio de 2019.
- SORIANO, E. *Os espaços de medo e os de castigo nas pequenas cidades do estado de São Paulo: o caso Itirapina*. 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - IGCE, UNESP, Rio Claro, 2007.

Data de Submissão: 03/05/2019

Data da Avaliação : 31/01/2020.

A SEGREGAÇÃO SOCIO ESPACIAL: CONCEITO, FORMAÇÃO E ANÁLISE A PARTIR DAS AMENIDADES NATURAIS E SOCIALMENTE CONSTRUÍDAS

Maiara Santos Silva¹

Elizabeth Maria Feitosa da Rocha de Souza²


338


Resumo. O espaço urbano possui uma grande diversidade interna, como um mosaico de elementos que se integram e se relacionam. A segregação é constituída a partir das diferenças e de ações estratégicas para a manutenção das classes sociais presentes nesses espaços. O presente artigo traz uma discussão teórica sobre o conceito de segregação espacial tendo como suporte, a adoção das amenidades naturais e socialmente construídas, como indicadores relevantes para a sua análise e compreensão. O texto contribui para um aprofundamento sobre o uso das amenidades como indicadores de análise, podendo contribuir para a geração de cenários sobre a influência socioambiental nos espaços urbanos. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é discutir a relação entre a segregação socioespacial e as amenidades naturais e socialmente construídas na cidade do Rio de Janeiro, apontando a relação existente e as potenciais escolhas de indicadores para aplicações em análises e estudos espaciais.

Palavras-chave: Segregação 1; Amenidades 2; Espaço urbano 3; Análise socioespacial 4.

SPACE SOCIAL SEGREGATION : CONCEPT, FORMATION AND ANALYSIS FROM NATURAL AND SOCIALLY CONSTRUCTED AMENITIES

Abstract. Urban space has a great internal diversity, as a mosaic of elements that integrate and relate. Segregation is constituted from differences and strategic actions for the maintenance of social classes present in these spaces. This article presents a theoretical discussion about the concept of spatial segregation supported by the adoption of natural and socially constructed amenities as relevant indicators for its analysis and comprehension. The text contributes to deepening the

¹ Mestre em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.  <https://orcid.org/0000-0002-3729-5493>. E-mail: maiara.geografia@gmail.com.

² Professora Doutora, Universidade Federal do Rio de Janeiro.  <https://orcid.org/0000-0002-2672-8169>
E-mail: elizabethmfr@gmail.com.

use of amenities as indicators of analysis, and may contribute to generation of scenarios about the social and environmental influence in urban spaces. Thus, the aim of this research was to discuss the relationship between sociospatial segregation and natural and socially constructed amenities in the city of Rio de Janeiro, pointing out the existing relationship and possible choices of indicators for applications in spatial analysis and studies.

Keywords: Segregation 1; Amenities 2; Urban space 3; Spatial analysis 4.

SÉGRÉGATION SOCIALE SPATIALE : CONCEPT, FORMATION ET ANALYSE DES ÉQUIPEMENTS NATURELLES ET SOCIALEMENT CONSTRUITES

Résumé. L'espace urbain a une grande diversité interne, comme une mosaïque d'éléments qui s'intègrent et se relient. La ségrégation est constituée des différences et des actions stratégiques pour le maintien des classes sociales présentes dans ces espaces. Cet article présente une discussion théorique sur le concept de ségrégation spatiale soutenu par l'adoption d'équipements naturels et socialement construits comme indicateurs pertinents pour son analyse et sa compréhension. Le texte contribue à approfondir l'utilisation des équipements comme indicateurs d'analyse et peut contribuer à la génération de scénarios sur l'influence sociale et environnementale dans les espaces urbains. Ainsi, l'objectif de cette recherche était de discuter de la relation entre la ségrégation sociospatiale et les commodités naturelles et socialement construites dans la ville de Rio de Janeiro, soulignant la relation existante et les choix possibles d'indicateurs pour les applications dans l'analyse spatiale et les études.

Mots-clés : Ségrégation 1; Équipements 2; Espace Urbain 3; Analyse Socio-Spatiale 4.

Introdução: Aspectos relativos à segregação socioespacial e a abordagem analítica por meio de amenidades no Rio de Janeiro

O espaço urbano pode ser considerado um recorte espacial privilegiado para a observação de diversos fenômenos socioespaciais em virtude dos processos que acompanharam sua evolução e uma consequente desigualdade social vigente. As discussões sobre exclusão e segregação socioespacial aparecem de forma crescente no Brasil e no mundo a partir de perspectivas de diferentes agentes presentes no espaço urbano.

Na cidade capitalista ocorrem diversos processos sociais que criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1989). Neste caso, o fenômeno da segregação pode representar um meio de controle e de reprodução social. Pode-se observar, portanto, de forma concreta como esta reprodução se manifesta, por meio de formas simbólicas espaciais.

Na medida em que se constata diferenças da paisagem e diferenças das dinâmicas desenvolvidas no espaço urbano, os lugares atribuem um novo significado, como um status ao local. Vista como o lócus da desigualdade social, a cidade traz uma imensa disparidade de distribuição de renda acarretando impactos, muitas vezes negativos, na configuração do seu espaço.

Na cidade do Rio de Janeiro, observa-se a configuração de novos cenários urbanos, com o acirramento das formas de segregação espacial que evidenciam a disparidade da paisagem e dos serviços oferecidos pelas diferentes áreas da cidade. Nessa perspectiva, propõe-se uma reflexão sobre a análise da segregação espacial no Rio de Janeiro considerando as amenidades naturais e socialmente construídas como agentes do processo de segregação espacial em curso.

Cabe destacar, que a discussão apresentada sobre áreas segregadas no município do Rio de Janeiro considera o perfil socioeconômico da população como determinante na configuração existente. Essa condição contribui para a segregação na cidade devido à sua desvalorização atribuída ao “*status do bairro*”:

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

Isso faz com que a população mais pobre muitas vezes não possa arcar com os custos das benfeitorias – devido a mecanismos de renda da terra – e seja deslocada para outras áreas, distantes e desprovidas de infraestrutura básica e equipamentos públicos, aumentando, desse modo, seus gastos com transporte e sua exposição a variados tipos de risco. (Bichir, 2009, p.79).

Cabe ressaltar que aqui considera-se que o status do bairro é fruto da valorização fundiária (CORRÊA, 1989) e as amenidades presentes, são constituídas de interesse econômico, conforto material, condições ambientais, reprodução material ou simbólica distinção social que são apropriadas diferentemente (ZANELLA et al., 2009).

Os espaços mais valorizados pela sociedade são aqueles mais bem servidos de infraestrutura urbana, possuem os aluguéis mais elevados e apresentam amenidades naturais e/ou socialmente produzidas. As amenidades, normalmente são bens públicos dos quais todos os habitantes de uma determinada área deveriam usufruir sem custos específicos para os seus potenciais utilizadores. A qualidade do lugar, decorrente da concentração de amenidades em um determinado ponto do espaço, acaba por gerar, no médio e longo prazo, um aumento de riscos e vulnerabilidades, tanto na área onde se concentram quanto nas áreas vizinhas que podem não usufruir dos mesmos recursos disponíveis.

A cidade assume formas distintas constituídas de um conjunto de elementos econômicos, políticos e culturais próprios. Assim, percebe-se principalmente na cidade do Rio de Janeiro às diferenças espaciais, a partir da identificação dos espaços ocupados por diferentes grupos sociais, a qual se trata de um espaço heterogêneo e segregado com diferentes interesses políticos e econômicos que se afastam das demandas sociais e de organização e gestão da cidade.

Dentre alguns dos efeitos promovidos pelos processos de reestruturação do urbano intensificados pela globalização (MARISCO, 2003), há um aumento significativo da exclusão social, entendida como um processo associado a perdas gradativas dos direitos fundamentais a todo ser humano (o direito à saúde, à educação, à habitação, ao emprego, aos direitos civis, aos direitos políticos etc.), enfim, aos mínimos direitos

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por sua vez, o impacto da globalização sob os processos de reestruturação da economia e no padrão de estruturação das cidades vem acentuando a segregação socioespacial, resultando em um tecido urbano cada vez mais fragmentado.

A partir deste entendimento, conclui-se que a segregação e a exclusão se fortalecem mutuamente na dinâmica urbana. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é discutir a relação entre a segregação socioespacial e as amenidades naturais e socialmente construídas na cidade do Rio de Janeiro, apontando a relação existente e as potenciais aplicações em análises e estudos espaciais.

Segregação Socioespacial Urbana – importantes reflexões

Na contemporaneidade, grandes centros urbanos possuem uma organização espacial fracionada e complexa com formas e arranjos espaciais dotados de diversas temporalidades. Isso significa que existem várias partes dessa organização que compõe o todo, porém cada parte com sua especificidade em diversos aspectos. As grandes cidades capitalistas apresentam um rico mosaico das diferentes ocupações da terra que ocorrem a partir do seu conteúdo econômico e social, se tornando segregados pelas suas formas e arranjos espaciais diferenciados, desde as favelas até os condomínios exclusivos.

Diferentes indivíduos, neste contexto, precisam se organizar e se posicionar no espaço. Uma parte da população ocupa espaços diferenciados para habitação por motivos e acessos específicos que corroboram para a distinção das classes sociais. Desta forma, o fornecimento de serviços urbanos básicos em algumas localidades se torna diferenciado, tais como sistema de coleta de esgoto, água potável, energia elétrica e asfaltamento. Entende-se de forma geral, que estes serviços nas áreas centrais estão mais presentes e são mais visíveis do que em outros bairros de uma cidade, assim como outras características urbanas.

As interações espaciais refletem as diferenças de lugares face às necessidades identificadas. Os loteamentos residenciais fechados revelam seus aspectos de

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

segregação e isolamento social, de interrupção do traçado urbano e de privatização do espaço de natureza pública entre outros (GUATELLI, 2012). Esta segregação se dá a partir de um grau de aglomeração de um determinado grupo social/étnico em uma dada área (GAMA, 2004). O espaço urbano aparece, primeiramente, como um espaço fragmentado, composto de diferentes paisagens (CORRÊA, 1989). Dessa forma, este espaço urbano assume formas distintas, constituídas de um conjunto de elementos econômicos, políticos e culturais próprios. Seguindo este pensamento, é possível se aproximar da ideia de que a segregação é (re)produzida por uma lógica global proveniente do capitalismo moderno (LEFEBVRE, 1999). Lefebvre acrescenta a discussão ao afirmar que a segregação poderia se generalizar por classe, bairro, profissão, idade, etnia e sexo, tornando possível para uma análise espacial, a possível definição de indicadores para qualitativamente identificar a população segregada em determinadas áreas. Esses elementos importantes servem para influenciar o local no qual os indivíduos vão buscar suas residências.

A relação da classe social, ao status e renda que vai além do valor que o indivíduo ganha, inclui também os valores relacionados aos investimentos públicos e privados que os beneficiam diretamente. Existe uma tendência de exclusão social muito forte no Brasil, de grupos que se negam a conviver com outros que têm padrão cultural e socioeconômico diferente, e isso se transforma em um processo de fragmentação da cidade.

Nas cidades capitalistas, um dos processos espaciais mais marcantes, no que tange à distribuição da população, é o de segregação residencial, que é uma expressão espacial das classes sociais. Portanto, é possível questionar quais seriam os padrões da segregação em uma cidade para um estudo das diferenças socioespaciais em uma determinada área urbana.

De acordo com Alvarez (2013), no caso brasileiro, os planos urbanísticos, vistos como políticas de Estado, se transformaram em promotores da segregação, uma vez que a valorização do preço da terra expulsou os moradores que não possuíam meios para pagar e, como consequência, o espaço tornou-se cada vez mais dividido.

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

O perfil de segregação tem diversas causalidades, todas com impactos sobre o valor do solo urbano e contribuindo para definir o nível de renda predominante em cada região da cidade, tais como: diferenças na qualidade da infraestrutura urbana (saneamento básico, arruamentos, iluminação pública, etc.); maior nível de segurança nos bairros próximos ao centro da aglomeração em contraposição aos altos níveis de criminalidade verificados na periferia; pouca existência de equipamentos urbanos, tais como praças, parques públicos e outras áreas de convívio e lazer nas áreas mais afastadas do Centro, ao contrário do que ocorre nos bairros mais centrais da aglomeração; extrema carência, ou mesmo ausência, de equipamentos culturais (teatros, cinemas, casas de show, museus, centros culturais, etc.) nos espaços periféricos, em contraste com os bairros centrais. Além disso, há deficiências do transporte público que aumentam consideravelmente os movimentos pendulares a partir dos espaços periféricos, desvalorizando-os consideravelmente.

A segregação foi uma temática pioneira nos estudos sobre urbanização e esta temática se apresenta nos estudos teóricos em duas principais frentes. A primeira vertente da ecologia urbana, pioneira nos estudos empíricos da Escola de Chicago, produziu um vasto e variado conjunto de pesquisas sociais definindo padrões espaciais de residências seletivas e guetos. Na segunda frente, denominada por Materialismo Histórico Dialético Marxista, a cidade é um local visto epistemologicamente e por excelência da dialética. A segregação urbana, que reflete a divisão da população urbana em classes sociais, poderia ser vista por zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas.

A segregação se formaliza como um reflexo das diferenças econômicas e sociais nos espaços sobre a diligência de diferentes grupos sociais. Consequentemente, os indivíduos entram em competição para ocupar os melhores lugares, e as pessoas – os grupos – mais fortes tendem a ocupar lugares privilegiados. Cabe destacar que não se deve associar periferia em sua totalidade, às regiões com elevada precariedade de infraestrutura e baixa renda da população. Exemplos como o caso do bairro da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro, são claros opositores dessa premissa pois estão presentes

empreendimentos imobiliários de alto padrão, que atraem uma população elitizada para ocupar e empreender.

Com a formação da Escola de Chicago inaugura-se um novo campo de pesquisa da Sociologia, centrado exclusivamente nos fenômenos urbanos, que se encaminhou para a constituição da chamada Sociologia Urbana como ramo de estudos aptos para este meio: O pioneirismo da Escola Sociológica de Chicago na análise crítica da segregação no espaço urbano pode ser representado nas especificidades que emergiram com a evolução e o desenvolvimento das cidades no âmbito da urbanização no início do século XX, a qual a Europa e os Estados Unidos despontavam em termos de transformação social e espacial. Cabe destacar que a discussão sobre segregação deve considerar ainda as visões neoclássicas e a abordagem marxista, para um completo entendimento temporal de sua construção. Autores relevantes como Castells (2000) apresenta temas pautados na lógica endurecida da acumulação de capital, como políticas urbanas e as lutas travadas pelos trabalhadores para o enfrentamento do poder do Estado.

Além deste fator, a emergência da segregação enquanto conceito na pauta dos estudos sociológicos urbanos constituiu-se na própria formação da sociologia enquanto ciência por meio de um diálogo transversal com outras ciências e teorias, além de diferentes abordagens empíricas (GONÇALVES, 2012). A utilização da segregação residencial aparece como conceito, pela primeira vez, no trabalho precursor de Park na Escola de Ecologia Urbana, a partir da análise da realidade da cidade de Chicago, nos Estados Unidos. O estudo do habitat social (espaço físico e relações sociais) tinha como finalidade questionar como as plantas, animais e pessoas interagiam em um determinado meio urbano. Havia a busca de uma certa seletividade nas ações humanas, pois os lugares tinham sentidos diferentes para cada grupo social. De acordo com Gonçalves, a partir dos anos de 1960, a corrente teórica fundamentada no marxismo se constitui uma alternativa ao paradigma da ecologia humana da Escola de Chicago na compreensão do fenômeno urbano. Fatores sociais se tornam os principais elementos no processo de segregação, principalmente nas formas de comportamento humano e na divisão em classes sociais (CORRÊA, 2013).

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

A cidade vista como reflexo das relações sociais faz com que também haja o questionamento sobre aqueles que estão inseridos nesta produção. O espaço urbano é a própria sociedade materializada nas formas espaciais que representam as desigualdades através de formas simbólicas espaciais. O cenário representado pela fragmentação e pela segregação socioespacial, de acordo com as concepções do Materialismo Histórico Dialético Marxista, só podem ser entendidas como resultado da luta de classes de uma sociedade, pois a organização do espaço urbano e a estruturação social estão enraizadas no processo de acumulação do sistema capitalista. Isso se reflete até mesmo na organização do trabalho, na forma de produção e nos valores de salários que se alteram de acordo com novas espacialidades.

A segregação residencial das classes subalternas resulta também de uma política de classe gerada por aqueles que detêm poder, controlando diferentes meios de produção. Nesse sentido, os agentes capitalistas configuram-se como um dos principais responsáveis por gerar a pobreza na cidade. Dos diferentes agentes modeladores do espaço urbano, o Estado, também contribui em conjunto para a criação de articulações com esses agentes e em grande medida com práticas neoliberais para o desenvolvimento da pobreza urbana.

As multinacionais e corporações globais que emergiram do processo de centralização do capital, sobretudo após a II Guerra Mundial, atuam decisivamente na (re)produção e transformação do espaço. Com a intensificação da globalização nos anos 1970 e a ascensão do capitalismo financeiro e informacional, novos modelos produtivos, como o modelo flexível, e o modelo econômico neoliberal ocasionaram desestruturas econômicas, políticas e financeiras no mundo inteiro. Esta alteração provocou mudanças das funções que as cidades desempenham na rede urbana, o que gerou novos espaços de fluxos com especializações do território e arranjos produtivos locais. A expansão das cidades médias é um exemplo de mudança do uso do solo gerado pelas novas estratégias locacionais das indústrias e suas novas posições geográficas.

A policentralidade provoca diferentes níveis de poder e de status e novas estratégias espaciais com diferentes investimentos. Mudanças dentro do espaço urbano são constantemente notadas no contexto do capitalismo financeiro. No Rio de Janeiro está

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

ocorrendo cada vez mais a construção de novos prédios na Zona Portuária, com projetos para demanda de novos escritórios próximos ao centro que se encontra saturado.

No processo de urbanização a segregação sempre se faz presente, pois no mundo capitalista a separação, seja de classes, de oportunidades, ou renda, são primordiais para o avanço de tal modelo. As revitalizações de áreas centrais são clássicas nos processos de urbanização no mundo e em comum, a população pobre é totalmente excluída nesse processo de mudanças. Isso provoca a construção de símbolos de status e é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdades.

Portanto, as novas áreas centrais de concentração comercial mudaram a forma dos seus centros de consumo como galerias, supermercados e dos shoppings centers, que hoje, são vistos como uma ferramenta de especulação imobiliária, além de pólo centralizador para as áreas ao redor de grande acessibilidade. Os grandes varejos da atualidade trazem centralidade e valor agregado dos terrenos ao seu redor. Consequentemente, áreas de média e baixa verticalização de prédios, levando em consideração sua centralidade em relação à localização geográfica, tendem a ser locais de intensa atuação dos incorporadores no futuro.

As dinâmicas socioeconômicas são desenroladas no espaço urbano e carregam com si diferentes desigualdades. Com a intensa verticalização e o crescimento de condomínios fechados, estes modelos habitacionais criam um controle do espaço público por meio de agentes que a partir de interesses comuns, influenciam na tomada de decisões e regras que regem a localidade, produzindo o processo de segregação residencial. Através da segregação socioespacial a classe alta controla e produz o espaço urbano, de acordo com seus interesses.

Os loteamentos fechados, no caso de Alphaville, São Paulo, evidenciam como os aspectos de isolamento social interrompem o traçado urbano e privatizam o espaço de natureza pública, assim como no Rio de Janeiro o bairro da Barra da Tijuca é cada vez mais atrativo para este tipo de negócio. Assim começou-se a construir os condomínios

fechados e as casas de alto luxo, pois a segurança e o bem-estar eram os diferenciais do empreendimento.

Nesta perspectiva, o condomínio fechado constitui-se no protótipo da forma da sociedade de consumo, uma vez que é um modelo que se dissemina como ideal de moradia e vivência cotidiana não só dos ricos, mas de outras camadas sociais, sendo um sonho de consumo que trará a tal segurança almejada.

É importante ressaltar que, em áreas mais valorizadas, como as de alto status, a infraestrutura urbana é mais acessível e de melhor qualidade. A concessão privada de equipamentos urbanos e de infraestrutura também é efeito da prática de reestruturação.

Nesse ponto cabe destacar a pesquisa e obra de Villaça (1998) que aborda de forma crítica o modelo de relacionamento entre as elites de alta renda com as cidades. O autor destaca os mecanismos de deslocamento visíveis nos centros urbanos e a maneira como as classes privilegiadas ocupam o espaço urbano e intraurbano com valorização dos imóveis e altos custos associados.

Na cidade do Rio de Janeiro, todo o sistema de transporte de ônibus da cidade foi entregue para gerenciamento empresarial. A mobilidade e o deslocamento pela cidade estão entregues nas mãos de empresários, fortalecendo este grupo dominante. Práticas deste caráter contribuem para a acumulação e concentração do capital, poder econômico e político de grupos específicos da sociedade.

A reestruturação urbana ocorre sempre como produto de tensões entre diferentes agentes sociais, como o Estado, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, as demais classes capitalistas e a sociedade como um todo. No âmbito do papel adquirido pelo consumo da sociedade contemporânea, o espaço urbano sofreu consequências nas suas formas e funções, a partir de práticas espaciais. Inicialmente pela formação de subcentros e desdobramentos do centro, que implicou em reestruturação das cidades capitalistas constituindo a policentralidade. Os impactos disso decorrem das práticas espaciais regidas pela lógica do consumo que exibem grande diversidade e grande alcance.

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

Mas como a segregação residencial se intensifica a partir desta reestruturação urbana? A paisagem da Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, por exemplo, é composta por um desenho urbano-paisagístico moderno, a partir dos modelos de superquadra, com a presença do mar e de áreas verdes, por vezes sintéticas, dando sentido ao valor ecológico ambiental. Estes espaços urbanos murados residenciais e controlados por sistemas de vigilância são comercializados com o rótulo de condomínios com amplos espaços verdes, conforto, lazer, segurança e qualidade de vida. Em geral, os grupos que residem neste local negam a oportunidade de conviver com pessoas que possuem outro padrão cultural e socioeconômico, reproduzindo a prática de autosegregação.

O status social é um conceito que está intimamente relacionado com o preconceito social de forma que define a posição social do indivíduo na estrutura da sociedade. Assim, as distâncias separam diversos grupos sociais marcados por diferentes status em termos de qualidade da infraestrutura local. Novas áreas criadas têm abrigado grandes investimentos imobiliários destinados, em sua maior parte, à classe de maior poder aquisitivo, representado por formas simbólicas espaciais de condomínios fechados e shoppings centers, por exemplo.

A segregação residencial de classes subalternas é resultado de uma política de controle de diferentes meios de produção gerada por aqueles que detêm poder em distintas áreas da cidade. Os interesses relacionados na modalidade residencial de condomínios exclusivos aparecem não só por parte dos empreendedores, que privilegiam a construção de condomínios fechados em detrimento dos loteamentos em função do maior lucro que podem obter como visto o papel dos agentes urbanos.

A cidade, mesmo enquanto “pública”, tem a propensão de se organizar de acordo com a vontade do interesse privado, que não necessariamente é a mesma vontade de seus habitantes locais, e nem sempre vai ao encontro das demandas aceitas pelo planejamento inicial de especialistas da área. Com relação ao desempenho do Estado como provedor de serviços:

[...] isso não se efetiva porque a ação do poder público não se processa de modo socialmente neutro, como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. (Corrêa, 1989, p. 25).

A contribuição de agentes econômicos ou financeiros na análise da reprodução social do espaço urbano é reveladora de muitos mecanismos impulsionadores da configuração urbana brasileira, que atende aos interesses do setor imobiliário, prioritariamente nas reproduções de poder e capital. Ocorre então, como visto nas consequências da reestruturação urbana, a periferização e o embelezamento de outras áreas a partir dos mecanismos destes agentes (por um processo de gentrificação, por exemplo).

Se a dinâmica de valorização e desvalorização urbana faz parte do desenvolvimento natural em diferentes cidades pelo mundo, no Brasil a troca de pessoas de determinada área poderia ser acentuada pelo funcionamento desregulado do mercado imobiliário. Isso ocorre pelo fato de que a terra possui um valor de grandeza diferenciada e ela poderá ser acessada em locais precisos somente por aqueles que possuem um maior poder aquisitivo.

Outro problema causado pela periferização advinda dos processos de produção dos agentes dominantes do espaço urbano é a autosegregação, fenômeno que ocorre quando os indivíduos das classes sociais de alto poder aquisitivo agrupam-se em condomínios fechados, residências e prédios afastados dos centros, ou seja, afastados da aglomeração da cidade, da pobreza, miséria, violência, criminalidade e falta de estrutura:

“Projetou-se e criou-se um espaço. Não foi colocado à venda só o terreno, mas um novo estilo de vida, uma maneira moderna de morar, a valorização do verde, o contato com a natureza, a segurança entre muros, deixando-se para trás a poluição, a violência, o corre-corre, a desordem urbana. O condomínio fechado surgia como uma nova concepção de morar numa cidade marcada pela insegurança.” (Santos, 1994, p. 277).

Esses espaços habitacionais se tornaram objetos de desejo imobiliário e, dessa forma, despertaram o interesse dos agentes imobiliários, mas não de qualquer espaço, e sim daqueles de ampla acessibilidade e de alcance do mercado. O papel dos setores

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

econômico, comercial e financeiro são cruciais na reestruturação. Os proprietários de terra também estão interessados no uso comercial ou residencial de status. Podem se tornar também promotores imobiliários onde loteiam, vendem e constroem casas de luxo, tornando-se donos de seus próprios negócios.

No Brasil, cidades litorâneas como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Fortaleza, são frutos das valorizações fundiárias devido às amenidades naturais que proporcionam para seus habitantes. Além da questão cênica, o fato de existir áreas de média e baixa verticalização de prédios em menor quantidade faz com que elas sejam os locais de intensa atuação dos incorporadores.

O mercado imobiliário possui planos de longo prazo, investimentos e taxas de lucro e é neste sentido que os promotores imobiliários fazem parte de um mercado. Desenvolvem o papel de comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro. Este grupo de agentes são um dos maiores responsáveis por ampliar as disparidades entre as classes sociais a partir do momento em que aumentam o valor dos preços a níveis exuberantes, oferecendo serviços e acessibilidade para poucos, ratificando a segregação.

O processo de segregação e de periferização urbana acontecem não só pela localização distante, mas também pela não acessibilidade ao consumo de bens e serviços. O medo da violência também é uma das principais justificativas para os que escolhem os condomínios fechados como forma de vida urbana e para os que vendem a ideia de morar “atrás de muros”.

O Estado capitalista, outro agente transformador do espaço, desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. Seu funcionalismo multifacetado se evidencia pela responsabilidade de regular, fiscalizar e cobrar, se tornando objeto de manipulações e tarefas variadas. A atuação do Estado como agente modelador do espaço se faz presente nas cidades com a cobrança de impostos territoriais que afetam o preço da terra e dos imóveis, incidindo o fenômeno da segregação social.

Além desta função, pode ser um dos agentes de maior responsabilidade pelas renovações urbanísticas. A expulsão da população pobre residente em cortiços e favelas

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

próximos ao centro da cidade, ratifica o processo de segregação residencial e viabiliza o capital imobiliário. Este ganha a oportunidade de realizar novos negócios lucrativos em áreas onde o preço da terra, devido à proximidade central, é elevado.

Como o Estado é limitado pela economia neoliberal, a precarização de algumas áreas, e a renovação urbana serão incessantemente beneficiadas pelo mercado imobiliário, gerando a gentrificação. As habitações, advindas de uma urbanização popular localizada na periferia, tendem a ser constituídas pelo sistema de autoconstrução ou por moradias construídas pelo Estado. Para todo empreendimento, o Estado valoriza a área ampliando investimentos para sua implantação, as chamadas "positividades do urbano" (LEFEBVRE apud BOTELHO, 2007). Surge então uma aliança de interesses entre o Estado e os promotores ou agentes imobiliários.

Finalmente, os grupos que seriam socialmente "excluídos", que convivem com o desemprego, doenças, violência e subnutrição também são atuantes no processo de transformação do espaço urbano. Independentemente de sua classe, essas pessoas estão inseridas na comunidade social, entretanto de forma marginalizada, periférica, vulnerável e possivelmente segregada.

No processo de gentrificação, este grupo é o que tem seu antigo espaço alterado com a instalação de parques, iluminação, ciclovias, novas linhas de transporte, ruas reformadas, variedade de comércio, restaurantes, bares, feiras de rua, etc. Enquanto os antigos moradores procuram um novo bairro, pessoas de maior poder aquisitivo estão indo morar em seus lugares ou empresas ocupando o espaço com novíssimos escritórios. Uma equalização social nunca se realiza porque as leis coercivas da competição produzem uma instabilidade dentro da paisagem. A exclusão de grupos e classes sociais dentro do urbano, é uma exclusão também da sociedade:

[...] excluir do urbano, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade; o direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória segregadora. (Lefebvre, 2008, p.32).

Sobre a gentrificação Smith (2007) destaca como um dos principais embasamentos para a gentrificação, a necessidade de produção de moradia capitalista como mecanismo de lucro. A gentrificação surge em um contexto do desenvolvimento desigual da economia capitalista e presume o deslocamento dos residentes da classe trabalhadora dos centros urbanos para novas áreas menos favorecidas. Na literatura observa-se três fases marcantes: a primeira que se refere à gentrificação de forma esporádica. A segunda ligada a um amplo processo de reestruturação urbana e econômica que impulsiona essa transição e mudança dos trabalhadores; e a terceira fase pautada numa que ocorre de maneiras distintas em diferentes cidades e bairros com ritmos particulares. Essa particularidade é observada no exemplo em curso no Rio de Janeiro, quando se denota a desocupação de alguns espaços residenciais para a implantação de estruturas de uso comum ou privado com novas funções.

Seria na produção de favelas e em terrenos públicos ou privados ocupados que esses grupos sociais se tornam, verdadeiramente, agentes modeladores, produzindo o seu próprio espaço. Além disso, a renda familiar reflete muito a condição de segregação em um segmento populacional e os locais onde este indivíduo irá frequentar, seja em espaços educacionais, de lazer e de emprego. Os diferentes núcleos formados por homogeneidade compõem a diversidade da cidade e causam certo “estranhamento” ao misturar costumes, valores e culturas diferentes em um único espaço urbano.

Representações Espaciais da Segregação: as Amenidades Naturais e Socialmente Construídas

Na contemporaneidade, a vida urbana está permeada de riscos e vulnerabilidades cada vez mais intensas e diversas, sendo percebidas e vivenciadas de formas e perspectivas diferenciadas pelos diferentes grupos sociais que ocupam este espaço. Muitos se encontram segregados pelo acesso aos recursos aprazíveis de uma vida urbana, enquanto outros desfrutam da facilidade que lhes foram ofertados em sua localidade.

As amenidades são definidas como um conjunto de características específicas de uma localidade com contribuição positiva para a satisfação dos indivíduos (HERMANN &

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

HADDAD, 2005). Não estão restritas a características naturais, como áreas verdes, praias, clima etc. Também estão incluídos na definição os bens (ou males) gerados pelo próprio homem, tais como trânsito, poluição, oferta de entretenimento, segurança e outros.

Com relação às questões sobre significados e símbolos da segregação, há exemplos a serem discutidos sobre as representações nos espaços, sejam eles naturais ou socialmente construídos.

Existem padrões nestas localizações e existem formas simbólicas espaciais que nos evidenciam os diferentes indivíduos neste contexto e que se organizam e se posicionam no espaço.

A organização pela cidade pode ser justificada, principalmente, pelo crescimento econômico, mobilidade urbana e principalmente poder (status) social.

Os setores de amenidades localizados em áreas aprazíveis, com microclima ameno, lagoas, montanhas, florestas, proximidade do mar, entre outros, constituem-se como lugares valorizados por suas belezas cênicas, ou pela proximidade de equipamentos construídos como condomínios fechados, vias expressas, shoppings centers etc. Há uma distinção das amenidades naturais e das socialmente construídas, porém, em geral, ambas carregam significados intencionais.

Mas quais agentes e quais contextos foram responsáveis por criar essas intencionalidades? As paisagens criadas carregam intencionalidades em suas formas simbólicas. Com relação a intenções mercantis produzidas por empresários, temos diferentes exemplos.

Os shoppings centers e parques temáticos constituem formas simbólicas espaciais modernas, criadas a partir da década de 1950 nos Estados Unidos, de onde foram difundidas globalmente. Os parques temáticos da Disney, onde o imaginário é criado e recriado, a partir de formas simbólicas representadas em ruas, praças, prédios, veículos antigos circulando pelos parques e personagens mágicos, criam um ambiente nostálgico que insere o indivíduo num ideal abstrato da fantasia em uma vivência real possível. Trata-se dos melhores exemplos de convergência entre economia e cultura.

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

É por meio de representações diversas que os parques temáticos efetivam os papéis que lhes foram atribuídos visando lucros desempenhados pelo interesse de empresários. Da mesma forma pode-se pensar sobre a dinâmica urbana. Distâncias separam diversos grupos sociais marcados por diferentes status em termos de qualidade da infraestrutura local.

Uma das evidências da fragmentação social pode ser encontrada na forma como o território urbano vem sendo apropriado, por intermediação do mercado imobiliário, pela opção crescente dos ricos e de parcelas das camadas médias pela residência em bairros cada vez mais elitizados e autossuficientes, especialmente no formato de condomínios fechados, promovendo um isolamento em relação ao resto da população. Esse processo especulativo não acontece ao acaso e existem símbolos contidos nos objetos da paisagem de condomínios fechados que faz refletir sobre o arranjo espacial de uma cidade. O contexto de redução do papel do Estado pela difusão das políticas neoliberais está na base da deterioração dos espaços públicos como ruas, praças e parques, calçadas e transportes coletivos, que deixam de ser palco do convívio social, enfraquecendo a relação entre cidadão e cidade. O aumento da divisão social do trabalho é a origem da diferenciação social que cria distinções de recursos e de poder.

Na presente pesquisa pretende-se abordar a delimitação de áreas na cidade do Rio de Janeiro, com base na análise espacial do espaço urbano. Esse espaço é visto como resultado de transformações sociais e históricas que impulsionam as mudanças. Nesse sentido, a delimitação de amenidades naturais e construídas representam o pilar para a configuração espacial dessas áreas e para a escolha da localização habitacional, fomentando a segregação.

A extrema diversidade espacial na cidade do Rio de Janeiro traz em seu perfil uma nítida separação de classes sociais, fruto de diferenças quanto à renda, instrução e tipos de ocupação. As classes com maior poder aquisitivo controlam e produzem ativamente transformações no espaço, consumindo e valorizando de forma diferenciada cada área.

A questão da segregação urbana tem uma longa tradição na história da sociedade, pois, desde a antiguidade, a sociedade já conhecia formas urbanas de segregação

socioespacial (NEGRI, 2008). Morar num bairro periférico de baixa renda significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, de renda e cultura. O autor destaca que a maioria dos investimentos públicos é voltada para os bairros da classe de mais alta renda e, como os bairros da classe de baixa renda localizam-se em sua maioria longe do centro e das classes altas, os investimentos públicos acabam chegando – e quando chegam – de maneira bastante precária. E isto se reflete nos índices de instrução, de saúde, entre outros.

Transpondo esse raciocínio para o debate proposto pela presente pesquisa, cabe abordar as reflexões e exemplos trazidos por Harvey (1980). O autor relata que “a diferenciação residencial deve ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista” e, dessa forma, as áreas residenciais fornecem meios distintos para a interação social. Isso se dá, pois, os indivíduos derivam seus valores, expectativas, hábitos de consumo, capacidade de se fazer valer de forma variada e particular conforme os grupos sociais.

A diferenciação residencial significa acesso diferenciado a recursos escassos necessários para se adquirir oportunidades para ascensão social. Negri (2008) destaca que a estabilidade de um bairro e do seu sistema de valores leva à reprodução e permanência de grupos sociais dentro de estruturas residenciais.

A proximidade às facilidades da vida urbana como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais, e ausência de proximidade aos custos da cidade como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infraestrutura são alguns exemplos. A proximidade às estações de trem, a presença de áreas verdes e o zoneamento urbano estritamente residencial potencializam o valor dos imóveis e contribuem para a segregação (SEABRA et al., 2016).

Atributos físicos da cidade tais como a orla, praças, parques (áreas verdes para recreação) e mobilidade urbana representam atributos positivos para a valorização de áreas. Em oposição, a alta ocorrência de criminalidade e ausência de equipamentos urbanos representam aspectos negativos. Em ambos os casos há um aumento da

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

segregação espacial nas cidades dividindo setores da sociedade com maiores ou menores recursos, afinidades e interesses.

Amenidades Naturais: Valorização da Paisagem Natural e do Meio Ambiente

Ao abordar as amenidades naturais e socialmente construídas cabe apontar a diferença nos conceitos de natural e social. O termo natural na presente pesquisa está relacionado ao conceito de paisagem natural. O social (abordado no próximo item), retrata os aspectos estruturais da cidade em especial comércio, serviços, e equipamentos urbanos relevantes.

A ideia de paisagem envolve diretamente, nas suas acepções, as diferentes visões de relacionamento entre o homem e o meio. No início do século XX, a paisagem foi um tema a ser abordado na geografia numa perspectiva cultural, incorporada nos anos 20, por meio do geógrafo americano Carl Sauer, da Escola de Berkeley e retomada pela vertente da Geografia Cultural na década de 70.

No caso da questão natural, é importante ressaltar que na cidade praticamente não existe uma natureza intocada e sim, elementos que remetem a ideia de meio ambiente e de natureza. As paisagens naturais são elementos dinâmicos, isto é, estão em constante transformação. A sociedade transforma rapidamente e radicalmente o espaço urbano e o meio natural ali inserido também sofre com essas mudanças e gera impactos à disponibilidade e preservação dessas áreas.

Para dimensionar a influência ambiental na cidade do Rio de Janeiro, cabe destacar as possíveis variáveis que podem se tornar indicadores para compreender as Amenidades Naturais. Nesse caso sugere-se uma abordagem considerando:

-Belezas Cênicas Naturais – No caso da cidade do Rio de Janeiro representam em particular a proximidade costeira visto que os elementos da natureza que compõem os espaços litorâneos transformam-se em recursos passíveis de apropriação capitalista, e por isso, são valorizados no âmbito do mercado imobiliário e do turismo. A vista ao mar se torna um privilégio para os imóveis que se encontram no quarteirão contíguo à praia, além daqueles que se encontram nas ruas paralelas e transversais à avenida localizada a beira-mar. Dentro dessa perspectiva é interessante ponderar a ocupação dos espaços

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

litorâneos, tendo em vista que a zona costeira é um ambiente de interação da terra, do mar e do ar que se caracteriza por um frágil equilíbrio dinâmico e que poucas pessoas desfrutam desta amenidade natural com facilidade. O raio de influência considera a capacidade humana de acesso ao recurso sem a dependência direta de um modal de transporte. Nesse caso, uma distância de aproximadamente 5km foi considerada adequada para a análise.

- **Parques e áreas de lazer** – Os parques urbanos carregam a valorização visual e ornamental do espaço. Estas áreas verdes permitem uma interação com a população. No século XX, com a valorização do lazer ao ar livre, os parques passam a ter uma relação mais interativa com seus usuários. O acesso aos parques da cidade sofre com algumas problemáticas devido a possíveis dificuldades de deslocamento, pela insegurança de alguns desses parques por falta de monitoramento e conservação devida e pela falta de uma cultura ambiental ou de costume de frequentar espaços ecológicos naturais por falta de conhecimento, fazendo com que essa amenidade se distancie da sua realidade cotidiana.

- **Arborização Urbana** – A densidade arbórea traz inúmeros benefícios como da diminuição das amplitudes térmicas, melhora do ar a ser respirado, proteção do solo contra erosão e das forças dos ventos, absorção da poluição da atmosfera contribuindo ao refúgio da fauna, promovendo desta forma a ampliação da biodiversidade. As árvores presentes pelas ruas são capazes de mitigar impactos conhecidos no sistema climático, além do conforto visual que as mesmas proporcionam à paisagem.

Outras variáveis podem ser indicadas para representar as amenidades naturais na cidade do Rio de Janeiro, mas essas foram consideradas as mais relevantes e representativas no processo de segregação espacial vigente. O resumo das variáveis é apresentado na figura 1.

Indicadores	Variáveis
Belezas Cênicas Naturais	Proximidade Costeira
Parques e Áreas de Lazer	Parques Urbanos
Arborização Urbana	Densidade Arbórea

Figura 1 – Amenidades naturais adaptadas à cidade do Rio de Janeiro

Cabe destacar que são adequações à realidade do Rio de Janeiro, devendo ser revistas e validadas à outras cidades.

Amenidades Socialmente Construídas: Valorização de Equipamentos Urbanos

A disposição espacial das pessoas no entorno dos espaços urbanos, obedecem também em uma ordem de classes sociais, de forma que os lugares ordenam-se representado em forma e conteúdo a situação socioeconômica dos grupos que os ocupam. Esses lugares, ricos ou pobres, são resultados da atividade do ser humano, que extraiu, transformou e moveu bens econômicos para determinados lugares do espaço, resultando em lugares mais ricos e outros mais pobres.

O processo de diferenciação das localidades conduz a geração de desigualdades geográficas, na combinação dos fatores de produção – como locais de investimento do capital, locais da mão de obra e locais dos insumos. Não foi considerado um raio específico de influência para a análise de amenidades socialmente construídas. Nesse caso deve-se considerar a oferta presente na cidade em análise.

- **Comércio e Serviços:** O shopping Center é uma área que apresenta um significativo contingente populacional estimulando investimentos e negócios nas áreas onde estão inseridos. Eles fomentam o surgimento de centros comerciais. Conseqüentemente, em locais de um público com maior renda, há o estabelecimento de uma gama cada vez maior de serviços, inclusive daqueles mais especializados e elitizados a partir do aumento da construção de grandes centros empresariais e Shoppings Centers. Os Shoppings Centers destacam-se dentre as novas centralidades surgidas a partir da concretização do processo de descentralização das atividades tradicionalmente centrais. O Shopping Center é definido como:

[...] um empreendimento imobiliário de iniciativa privada que reúne, em um ou mais edifícios contíguos, lojas alugadas para comércio varejista ou serviços. Distinguem-se umas das outras não somente pelo tipo de mercadoria que vendem como também por sua natureza distinta (lojas âncoras e lojas de comércio especializado e serviço – que

podem ou não pertencer a redes). A estrutura e funcionamento do empreendimento são controlados por um setor administrativo, necessário para o funcionamento eficaz do shopping center, o que significa dizer que é o setor, cuja responsabilidade é zelar pela reprodução do capital da empresa. Além disso, está a presença de um parque de estacionamento, cujo tamanho se encontra na dependência do porte do empreendimento e de sua localização. Historicamente, é um fenômeno característico das sociedades capitalistas monopolistas (ainda que não necessário). (Pintaudi, 1992, p. 15-16).

O signo do consumo na metrópole tem na figura do Shopping Center importante representatividade como forma simbólica espacial, e cada estabelecimento destes ocupa um lugar específico dentro dessas representatividades para os habitantes e consumidores.

- **Custo Imobiliário** - A produção de habitações com inovações e valor de uso superior às obsoletas carregam um preço de venda cada vez maior, o que amplia a exclusão das camadas populares e contribui para o processo de favelização, principalmente em áreas de menor prestígio social. A proximidade com a violência e a criminalidade causa o desejo de distanciamento para a valorização do imóvel e segurança pessoal. A precariedade das condições de moradia, caracterizada por inúmeras carências e inadequações, tais como a irregularidade fundiária, adensamento urbano, a ausência de infraestrutura e de saneamento, necessidade de sistema de transporte e equipamentos sociais de qualidade, terrenos alagadiços e sujeitos a riscos são elementos que englobam a definição do que é a área favelizada. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), utiliza a expressão “aglomerados subnormais” para caracterizar um dos tipos de assentamento precário, a favela. Os aglomerados subnormais caracterizam-se por um conjunto de domicílios dispostos com frequência de forma desordenada, densa e carentes de serviços públicos essenciais e costumam ser isentos da taxa de IPTU. O cálculo do IPTU na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com a Prefeitura do Rio (2016), é baseado no valor venal multiplicado por uma alíquota de 3,5. O valor venal é calculado pela Testada Fictícia (largura da frente do imóvel), Valor Unitário Padrão (Planta de

Valores dos Imóveis do Município) e fatores que condicionam o aproveitamento do imóvel (como características topográficas ou drenagem, por exemplo).

- **Segurança Pública** - O mapeamento de criminalidade surge como uma ferramenta importante para análise espacial relacionada a determinadas situações que comprometem a segurança da população. Trabalhar com dados de violência urbana se torna uma tarefa delicada, visto que na cidade do Rio de Janeiro, esta é uma das categorias que mais assola a preocupação do cidadão carioca. Além disso, as informações podem não ser condizentes com a realidade dos fatos, pois os homicídios contabilizados só levam em consideração os que obtiveram registro legal.

- **Transportes** - A tentativa de mensurar a quantidade de estações presentes nos bairros remete ao fator tempo de deslocamento que a população realiza nos trajetos pela cidade e a caracterização desse movimento. Permite, pois, um entendimento mais amplo do urbano ao tratar de uma questão cotidiana e de suas relações de mobilidade da população. No Rio de Janeiro, as estações variam de acordo com o modal aparente da localidade. Poucos são os locais que possuem uma integração intermodal que facilitariam o deslocamento mais ágil para todas as áreas da cidade. O resumo das variáveis é apresentado na figura 2.

Indicadores	Variáveis
Comércio e Serviços	Shopping Center
Custo Imobiliário	Média do Valor Venal
Segurança Pública	Ocorrências de Homicídios
Transportes	Estações de BRT, Metrô e Trem

Figura 2– Amenidades socialmente construídas adaptadas à cidade do Rio de Janeiro

Reflexões sobre o uso de amenidades na análise do espaço urbano

Observando-se a o potencial de uso das amenidades naturais na análise do espaço urbano no Rio de Janeiro cabe destacar:

No caso das *Belezas Cênicas* observa-se que o alargamento de áreas residenciais ao longo da orla carioca se constituiu como um dos processos básicos da urbanização e de movimentação turística da cidade. Dos bairros que possuem proximidade costeira destacamos a orla da Zona Sul da cidade e a grande expansão para a Zona Oeste com as
SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

praias para banho de mar. Para além das praias, também foi considerada a proximidade com a Baía de Guanabara, mesmo que em condições atuais não límpidas, mas ainda carrega seu prestígio histórico cultural e social em determinados bairros, como a Ilha de Paquetá e os bairros da Ilha do Governador.

Sobre os parques e áreas de lazer quando bem estruturados, são indicadores de qualidade de vida, por estarem ligados ao lazer, à recreação e a prática de atividades físicas, e por se constituírem em locais de convívio social. Observa-se uma concentração em bairros da zona sul com destaque para o bairro de Copacabana.

Sobre a arborização urbana, os dados mostram que mesmo com a existência de um Plano de Arborização Urbana, alguns locais do município refletem as dificuldades na gestão e manutenção dos indivíduos arbóreos viários analisados, principalmente em áreas de favela.

Sobre as amenidades socialmente construídas, o fator de localização de comércio e serviços por ser visto como o lócus central de lojas, serviços, restaurantes, locais de entretenimento e lazer, que atualmente atraem grande parte do mercado consumidor carioca. Há um caso especial de concentração de shoppings, o bairro da Barra da Tijuca, bairro de classe média e alta da Zona Oeste da cidade, onde se observa nas últimas décadas forte expansão desse equipamento urbano, sendo 9 shoppings considerados como pólos de concentração de comércio e serviços.

O mapeamento de áreas de valorização da cidade é de interesse dos mecanismos públicos para a tomada de decisão, não somente pela possibilidade de controle do IPTU, mas também pela possibilidade de desenvolver estudos de viabilidade para futuras obras públicas, levantando demandas e expansão da infraestrutura urbana, previsão de custos em desapropriações e muitas outras projeções da gestão administrativa. Sobre o perfil imobiliário da cidade do Rio de Janeiro, os dados sobre as médias de valores venais indicam que é possível visualizar uma desvalorização significativa de áreas de favelas e do subúrbio, principalmente se comparadas às áreas da Zona Sul e Barra da Tijuca.

As comunidades pobres muitas vezes não têm interação com as comunidades do entorno, ou seja, as pessoas moram em uma 'ilha de pobreza' e não interagem com

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

peessoas que são de outra classe social, de outra faixa de renda. São áreas da segregação na cidade, onde não só ocorre a violência dentro, mas com consequências negativas para a sociedade como um todo. As ações e a cobertura da segurança pública fornecida distribuem-se de forma profundamente desigual nos diversos espaços geográficos da cidade, priorizando estes espaços de acordo com sua visibilidade política, seu impacto na opinião pública e, principalmente na mídia, que por vezes se comporta de forma subjetiva de acordo com o status social das vítimas. Como efeito, as áreas mais abastadas, ostentam as vantagens de possuir uma dupla segurança, a pública e a privada, no tempo em que as áreas periféricas sofrem com a ausência dessa amenidade.

Com relação aos transportes, observa-se a concentração de estações para determinados modais como trens e metro. Conforto, segurança e tempo não estão sendo levados em consideração especificamente nessa informação. O foco é se o bairro está apto para proporcionar meios para a população se deslocar pela cidade minimamente, tendo seu bairro como referência para o ponto de partida desse deslocamento.

Considerações finais

A contribuição da pesquisa está em pauta pelo olhar diferenciado sobre o espaço urbano a partir de variáveis ambientais e socialmente construídas. As questões teóricas e metodológicas resultam da compreensão dos diversos elementos ambientais e sociais que constituem a formação socioespacial urbana, compreendendo estes elementos como determinantes nos níveis de desigualdade e que, em verdade, revelam-se em dimensões de exclusões e/ou limitações que conflituosamente sinalizam a segregação espacial dos sujeitos.

Conclui-se que os processos de segregação socioespacial e exclusão funcionam como características fundamentais da cidade capitalista e do processo de urbanização excludente, considerando que sua principal forma de expressão é a configuração das desigualdades sociais e espaciais intraurbanas, configurando a separação, em distintas áreas ou zonas da cidade, das diferentes classes sociais, ou seja, a localização da classe mais rica, mais privilegiada segregada e excluindo a classe social menos favorecida,

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

tendo sua expressão máxima em formas simbólicas espaciais, representadas na produção de loteamentos populares ou ocupações irregulares em favelas ou até mesmo ao outro extremo do universo de construções de condomínios fechados.

No caso do Rio de Janeiro cabe destacar a importante visão analítica das amenidades como norteadoras da ocupação em curso e como diretriz para mudanças intraurbanas na cidade. Espaços como a Lagoa Rodrigo de Freitas, que agrega enorme valor aos imóveis no seu entorno traduzem como as amenidades naturais (própria Lagoa), e socialmente construídas (farto comércio e setor de serviços) propiciam e apoiam a segregação na cidade. Há uma atração de uma população elitizada para ocupar esses espaços isolando mais as classes menos favorecidas às comunidades e áreas mais carentes da cidade.

Novas variáveis podem e devem compor esse tipo de análise, bem como observa-se a necessidade de se avaliar as peculiaridades presentes em outras cidades.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

ALVAREZ, Isabel Pinto. *A Segregação como Conteúdo da Produção do Espaço Urbano*. In: CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria; VASCONCELOS, Pedro de Almeida (orgs.). *A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial*. São Paulo: Contexto, p. 111-126, 2013.

BICHR, Renata Mirandola. *Determinantes do acesso à infraestrutura urbana no município de São Paulo*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 24, n. 70. p. 75-89. jun. 2009.

BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos*. A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Enclaves fortificados: a nova segregação urbana*. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 47, p. 155, 1997.

CASTELLS, M. *A Questão Urbana*. 2000. 590p.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Segregação Residencial: Classes Sociais e Espaço Urbano*. In: de Almeida Vasconcelos, P., Corrêa, R. L., & Pintaudi, S. M. A cidade Contemporânea: Segregação espacial. Revista Geografares, 2013.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- GAMA, Haroldo Torres. *Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, núm. 54 pp. 41-55. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo, 2004.
- GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1983.
- GONÇALVES, Thiago Giliberti Bersot. *Periferias segregadas, segregação nas periferias: Por uma análise das desigualdades intraurbanas no município de São Gonçalo, RJ*. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – UFRJ/PROURB, Rio de Janeiro, 2012.
- GUATELLI, Igor. *Arquitetura dos entre-lugares: sobre a importância do trabalho conceitual*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.
- GUGLIEMO, Raymond. *Les grandes métropoles du monde*. Paris: Armand Colin, 1996.
- HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- _____. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Akal, 2003.
- HERMANN, Bruno M. & HADDAD, Eduardo A. *Mercado Imobiliário e Amenidades Urbanas: a view through the window*. Est. econ., São Paulo, abr-jun 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- _____. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Ulysseia, s/d.³
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.
- _____. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- _____. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, 2001.
- MARX, Karl. *El capital*. Tomo III, volume 8. Madrid: Siglo Veintiuno, 1984.
- _____. *Manuscrits de 1844*. Paris: Flammarion, 1996.

- _____. *Teorias sobre la mais-valia*. México: Fondo de Cultura Econômica, Volume 2, s/d.
- _____. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. Vol. 1. Buenos Aires: Siglo XXI, 1977.
- MARISCO, Luciane Maranha de Oliveira. *A norma e o fato: abordagem analítica da segregação sócio-espacial e exclusão social a partir dos instrumentos urbanísticos*. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102970>>
- MATOS, Olgária C. F. *A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças*. IN: Espaço e debates. São Paulo: CEBRAP, out/dez, 1982.
- NABUCO, Maria. *A reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- NEGRI, Silvio Moisés. *Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises*. Revista COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO, Rondonópolis - MT, v. VII, no 8, p. 129 a 153, 2008.
- OSMONT, Annik. *La banque mondiale et les villes*. Paris: Karthala, 1995.
- PINTAUDI, Silvana Maria. *O shopping centers no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização*. In: PINTAUDI, Silvana Maria e FRÚGOLI Jr., Heitor (orgs): *Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- PREFEITURA DO RIO. Plano diretor de arborização urbana Rio de Janeiro. Fundação Parques e Jardins, 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4683370/4190252/PDAU.pdf>>
- SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, v. 3, 1994.
- SASSEN, Saskia. *A cidade global*. IN: LAVINAS: LENA; CARLEIAL, Lina; e NABUCO, Maria. *A reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SEABRA, Deborah Maria; NETO, Raul da Mota Silveira; MENEZES, Tatiane Almeida de. *Amenidades urbanas e valor das residências: uma análise empírica para a cidade do Recife*. Economia Aplicada, v. 20, n. 1, p. 143, 2016.
- SMITH, Neil. *Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano*. IN: GEOUSP – Espaço e Tempo. Revista de Pós-Graduação. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2007, n.º 21, p. 15-31.
- VANEIGEIM, Raoul. *A Arte de viver para a geração nova*. Portugal: Afrontamento, 1980.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. 1998. Editora Nobel. 373p.

ZANELLA, Maria Elisa. et al. *Vulnerabilidade Socioambiental de Fortaleza*. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; COSTA, Maria Clélia Lustosa (orgs.). *Vulnerabilidade Socioambiental da Região Metropolitana de Fortaleza*. – Fortaleza: Edições UFC, 2009.

Data de Submissão: 12/12/2019

Data da Avaliação :26/05/2020

O USO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS E CINEMA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA EXPERIÊNCIA DECOLONIAL

Lucas Elyseu Rocha Narcizo Mendes¹

Resumo


Este trabalho tem como objetivo debater a importância do ensino de geografia, partindo de uma perspectiva decolonial da produção do conhecimento. Para Santos (2017), quando esta perspectiva é associada ao ensino de geografia, ela contribui para construção de referenciais que posicionam o indivíduo no espaço no que tange às relações de poder. Frente a essa realidade, deve o professor de geografia criar novas formas de pensar o poder nos dias atuais, sem limitar-se ao modelo moderno europeu. Uma dessas formas de pensar surge a partir do uso de filmes e das histórias em quadrinhos em sala de aula como ferramenta metodológica, para então proporcionar – como destacado por Gomes e Gois (2008) – uma representação de ação no tempo e espaço.

Palavras-chave: histórias em quadrinhos; ensino de geografia; ferramenta metodológica; decolonialidade

THE USE OF COMICS AND CINEMA IN THE TEACHING OF GEOGRAPHY : A DECOLONIAL EXPERIENCE

Abstract

This paper aims to discuss the importance of teaching geography, starting from a decolonial perspective of knowledge production. For Santos (2017), when this perspective is associated with the teaching of geography, it contributes to the construction of references that position the individual in space regarding power relations. Faced with this reality, the geography teacher must create new ways of thinking about power today, without limiting himself to the modern European model. One of these ways of thinking arises from the use of movies and comics in the classroom as a methodological tool, to provide - as highlighted by Gomes and Gois (2008) - a representation of action in time and space.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC/RJ.  <https://orcid.org/0000-0003-2112-7855>.
E mail: Lucas.elyseu@gmail.com.

Keywords: comics; geography teaching; methodological tool; decoloniality

EL USO DE LA TIRA COMICA Y EL CINE EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFIA: UNA EXPERIENCIA DECOLONIAL

Resumen

El propósito de este artículo es discutir la importancia de enseñar geografía, comenzando desde una perspectiva *decolonial* de la producción de conocimiento. Para Santos (2017), cuando esta perspectiva se asocia con la enseñanza de la geografía, contribuye a la construcción de referencias que posicionan al individuo en el espacio en relación con las relaciones de poder. Ante esta realidad, el profesor de geografía debe crear nuevas formas de pensar sobre el poder hoy, sin limitarse al modelo europeo moderno. Una de estas formas de pensar proviene del uso de películas y cómics en el aula como una herramienta metodológica para proporcionar, como señalaron Gomes y Gois (2008), una representación de la acción a lo largo del tiempo y en espacio

Palabras llave: cómic; educación en geografía; herramienta metodológica; descolonialidad

Introdução: por uma geografia escolar decolonial

Estamos imersos em um sistema-mundo, que para Dussel (1977) põe o homem do sexo masculino americano-europeu com a missão “divina” de civilizar o mundo. Missão que é concretizada pela aplicação de uma filosofia de centro, hegemônica e ideológica que se articula a interesses dominantes que justificam a dominação do ser. Este processo segundo o autor tem como marco o surgimento da modernidade, que põe a Europa como centro a partir de um *eu* constituinte que desenvolve um sistema dominante produtor de desejos e necessidades criadoras de uma história linear e universal que tem como fim o civilizado europeu. No qual possui, segundo Quintero (2019), um sistema de dominação cultural controlador da produção e reprodução da subjetividade, dado por uma perspectiva eurocêntrica formadora de um sistema de exploração social global articulador de formas de controle do trabalho.

Articulação que se difunde por redes técnicas e informacionais que variam de acordo com as mudanças de ferramentas tecnológicas encontradas a disposição da sociedade organizada. Sendo produzidas por centros de poder que trazem consigo segurança e

MENDES, O USO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS E CINEMA NO ENSINO DE GEOGRAFIA:
UMA EXPERIÊNCIA DECOLONIAL

controle, como também oportunidades econômicas para o desenvolvimento de recursos. Reduzindo a folclore qualquer manifestação de diversidade cultural e linguística diferente, para assim construir uma geografia oficial estruturada por um conjunto de referências admitidas e partilhadas (LESTESGÁS, 2002).

Instaurando um poder colonial interno e global que estabelece vínculos “entre seres humanos e a natureza, definindo tanto agrupamentos humanos [...] quanto naturais” (SANTOS, 2017, p.65). Estes vínculos, para o autor citado; reconhecem, classificam e hierarquizam o saber geográfico, pondo-o a serviço de atores hegemônicos imersos em determinados regimes de poder.

Isto posto, a metodologia escolhida para o desenvolvimento deste estudo foi a elaboração de um projeto de extensão denominado “Geopolítica mundial contemporânea, outras mídias, discursos e debates: por uma geografia escolar decolonial”. Projeto que foi elaborado por estudantes e a professora do curso de Geografia do polo de extensão da Universidade Federal Fluminense, do município de Campos dos Goytacazes, em conjunto com estudantes do oitavo ano e professores do Centro Educacional Municipal do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar em Campos (CEMSTIAC).

Sendo assim, este artigo fora dividido em quatro seções. A primeira traz um debate acerca da relação entre a geografia escolar e a teoria do giro decolonial, buscando através de autores como Santos (2017), mostrar que a construção do conhecimento geográfico se encontra inserido em relações de poder que são calcadas em interesses e visões de mundo hegemônicas.

Na segunda seção, desenvolveu-se um diálogo entre cinema e histórias em quadrinhos, mostrando sua aplicabilidade no ensino de geografia. Para assim, na terceira seção, mostrar como o processo criativo das histórias em quadrinhos vem a potencializar a criação de conhecimento contra-hegemônico que venha a contribuir para o desenvolvimento de um ensino decolonial de geografia.

Teoria do Giro Decolonial e geografia escolar: um diálogo necessário

Para Santos (2017), existe uma geografia de dominação que disputa visões de mundo através de relações e posições de poder e interesses. Uma dessas disputas se encontra no âmbito do currículo, que é entendido por Costa (2003) como um campo articulado de relações de poder produtor de espaços, possuidor de uma ordem estabelecida resultante de uma disputa de visão de mundo, a qual expõe saberes a serem aprendidos e reproduzidos, para então regular identidades e lugares sociais.

Uma maneira diferente de pensar o currículo, para Costa (2003), se relaciona com o posicionamento de uma retórica que desenvolva uma lógica moral frente às decisões antidemocráticas construídas pelos currículos. Isto ocorre através de proposições interrogativas sobre o sistema hegemônico, oriundo de relações de poder que hierarquizam um mundo pela superioridade cultural, racial, civilizacional, branca e européia, justificando formas opressoras de agir (SANTOS, 2017).

No ensino de geografia, para Santos (2017), há um saber escolar que expande a visão eurocêntrica do mundo, a partir, por exemplo, da construção de sentimentos de identidade nacional, que se reforçam através da ideia de uma evolução civilizatória linear, fortalecendo a ideia de raça enquanto reguladora de: relações de poder, comportamentos, valores sociais e econômicos.

De tal modo, o indivíduo e os grupos sociais se inserem em sistemas de relações de poder a partir da colonialidade, que, para Grosfoguel (2008), tem na raça e no racismo, os organizadores e estruturantes hierárquicos do sistema-mundo², servindo de instrumento de dominação, distribuidor das principais identidades sociais e geoculturais do mundo, e verticalizador das relações sociais. Naturalizando relações de dominação e legitimando ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade (QUIJANO, 2005; 2013).

Esta naturalização é condicionada por relações heterogêneas hierárquicas globais, que através da dominação e da exploração, reconfiguram de maneira transversal as estruturas globais de poder. Hierarquização que é dada por uma lógica étnico racial, ou

² Sistema mundo que aqui é entendido como um todo histórico-estrutural homogêneo dotado de uma matriz de poder colonial, que afeta as dimensões de existência social (GROSFOGUEL, 2008).

seja, um processo de estruturação do sistema mundo moderno/colonial, calcado em uma perspectiva de dominação, que age a partir da produção do conhecimento, pondo-o em um patamar de marcador de diferença (GROSFOGUEL, 2008).

Nesta toada, para Santos (2017), a Teoria do Giro Decolonial propõe três desafios para o ensino de geografia. O primeiro é a produção e entendimento do processo histórico de formação do mundo, através de outros pontos de vistas. O segundo é a reinterpretação das relações de poder estabelecidas, para, finalmente repensar o saber e o conhecimento como ferramenta de poder.

Logo, ao pensar a construção de um ensino de geografia entrelaçado à Teoria do Giro Decolonial, deve-se pensar sua aplicabilidade dada pela tolerância ao conhecimento e visão de mundo do outro, respeitando sua construção do conhecimento e posterior posicionamento no mundo (FREIRE, 2014). Como também deve-se incluir formas culturais que refletem experiências de grupos e identidades, marginalizados pela identidade europeia dominante, afim de recusar a homogeneidade imposta pela modernidade (MOTA; NETO, 2013).

Histórias em Quadrinhos e Cinema como ferramenta metodológica para o ensino de geopolítica mundial

Nesta parte do trabalho, buscou-se entender o uso das histórias em quadrinhos e dos filmes cinematográficos como ferramenta metodológica no ensino de geopolítica mundial escolar, explorando suas respectivas potencialidades frente ao ensino de geografia decolonial. O seu uso em sala de aula não visa aqui ser considerado como a solução de todos os problemas no ensino de geografia, mas um meio de inserir o estudante no processo de ensino e aprendizagem de geografia de forma lúdica e crítica.

As histórias em quadrinhos, para Vergueiro e Ramos (2009), constroem realidades através de uma visão subjetiva dada pelo artista, haja vista a presença de elementos da realidade construtores de uma nova história, que é direcionada por estereótipos ou ícones da cultura de massa. Para Gomes e Góis (2008), essa construção se aproxima do conhecimento geográfico por representar uma realidade, a partir de ações sequenciais no tempo e no espaço. O cinema, por sua vez, para Campos (2006), relaciona-se com a

MENDES, *O USO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS E CINEMA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA EXPERIÊNCIA DECOLONIAL*

geografia ao registrar uma realidade oriunda de uma construção de códigos, convenções, mitos e ideologias, que na maioria das vezes faz parte de estratégias de dominação, moldadoras de experiências e percepções de mundos vividos.

Sendo assim, tanto as histórias em quadrinhos como o cinema, quando usados como ferramentas metodológicas no ensino de geografia, proporcionam representações sócio-espaciais dinâmicas da atualidade, recriando seus processos, e, interferindo na produção e reprodução do espaço geográfico. Representando-o e explicando um espaço vivido por visões de mundo singulares.

Frente a isso se têm a proposta: *“Geopolítica mundial contemporânea, outras mídias, discursos e debates: por uma geografia escolar decolonial”*, tratando o uso da história em quadrinhos e filmes de ficção e não-ficção como recursos didáticos para o ensino de geopolítica mundial, a fim de mostrar suas respectivas potencialidades face ao processo de ensino e aprendizagem, ampliando o debate e a análise de discursos sobre diversos temas da geopolítica mundial contemporânea por um diálogo permanente e complementar entre o conhecimento acadêmico, o currículo escolar de geografia e a experiência dos envolvidos. Na concepção de Vergueiro e Ramos (2009), isso permite uma leitura do momento vivido e de mundo, dada por uma percepção singular da realidade, possuidora de referenciais próprias não neutras, formadores de imagens e de opinião.

Porém não se pode deixar de destacar que esta leitura de mundo é constantemente influenciada por marcadores sociais como raça e gênero, que condicionam a experiência para com o espaço e lugar. Cabe então ao professor de geografia, a construção de um conhecimento geográfico escolar a partir das relações sociais e suas respectivas relações com o outro, porque como destacado por Massey (2000), o lugar é estruturado por relações e estruturas de poder, que se estendem através de diferentes níveis locais e globais.

Quadrinizando a geopolítica mundial: um diálogo entre histórias em quadrinhos, cinema e ensino de geografia

MENDES, O USO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS E CINEMA NO ENSINO DE GEOGRAFIA:
UMA EXPERIÊNCIA DECOLONIAL

Nesta seção serão anunciados os resultados obtidos com a atividade aqui exposta com o objetivo de destacar o uso do cinema e dos quadrinhos como maneiras de construir um ensino de geografia decolonial. A atividade foi desenvolvida com uma turma de oitavo ano da escola municipal de Campos dos Goytacazes: CEMSTIAC, em sua biblioteca.

No primeiro momento, houve a exposição do filme “Caramuru: a invenção do Brasil”³ para depois criar um debate com intuito de identificar no filme aspectos cristalizados sobre a identidade. Como resultado, houve o destaque para a mistura de raças, mostrando que os índios são vistos no filme como preguiçosos, malandros, foguetos e muito atraentes, e, de um mundo muito diferente do mundo português.

O segundo momento também se desenvolveu um debate, porém, sobre o filme “Alô Amigos”⁴, da Disney, junto à leitura do gibi do “Variguiño e a Turma da Mônica: Praias”, número 32, no capítulo intitulado: “Salvador: Bahia”. Leituras que tiveram como objetivo destacar o posicionamento dos agentes no espaço geográfico. Como resultado do debate, os alunos mostraram que tal representação se associa a determinada visão de mundo, onde através do racismo, hierarquizam a sociedade e a maneira que nos relacionamos com o lugar que habitamos.

Assim sendo, é importante destacar que a escolha das mídias usadas, se deu por entender que são meios que potencializam os valores de uma sociedade colonialista. Sendo assim, seu uso e posterior desconstrução em sala de aula, traz uma postura crítica comprometida em questionar os paradigmas de uma ciência conservadora, reprodutora dos valores de uma sociedade capitalista, pois, permite a produção de um conhecimento comprometido com o processo de formação do mundo que repensa o saber e o conhecimento enquanto ferramenta de poder.

Este comprometimento faz, como destacado por Rejane Rodrigues (2018), que se reconstruam narrativas presentes nas mídias usadas; destacando pontos ofuscados

³ <https://www.youtube.com/watch?v=nOEUbAdzsKk&t=1s>

⁴ https://www.youtube.com/watch?v=I-_u3K2XZN4&t=645s

pelas representações hegemônicas que recusam a homogeneidade imposta pela modernidade.

Posto isso, no terceiro momento, a turma se dividiu em quatro grupos, cada um escolheu abordar um tema a partir dos debates desenvolvidos, para expor a partir da construção de uma história em quadrinhos uma representação do espaço geográfico oriunda da visão de mundo de cada grupo.

Através da representação feita pelo grupo de alunos como pode ser visto nas imagens a seguir, não só através dos temas escolhidos como também através da estrutura textual das histórias em quadrinhos, ficou nítido a preocupação em destacar em suas narrativas; representações hegemônicas fundidas em relações sociais e padrões sociais hierarquizados. Esta representação dada por parte dos estudantes mostra, como destacado por Costa (2013), que não existe uma única forma de se narrar a realidade, mas sim várias formas, que como visto através de Rejane Rodrigues (2018), são ofuscadas pelas representações hegemônicas impostas pela modernidade.

Esta pluralidade que faz com que se produza um saber de forma democrática, que para Paulo Freire (1978), forma uma responsabilidade incorporada não apenas intelectual, mas que também permite, através da intencionalidade transformar a relação do estudante para com o mundo, através de como destacado por Ivan Brunetti (2013); uma experiência única de cada indivíduo para com a terra.



Figura 1. Pré-conceito e racismo



Figura 2. Os jovens no mundo do crime

Com os resultados obtidos podemos ver que ao produzir o quadrinho, os envolvidos inserem-se na construção do saber de maneira democrática, tendo seu sentido assegurado através da relação entre o educador e o educando, formando uma responsabilidade incorporada não apenas intelectual, mas que também permite através

da intencionalidade transformar a relação do estudante para com o mundo. Esta experiência faz com que se entenda o indivíduo como ser de relações, criador e recriador, que através de sua intencionalidade, potencializa o trabalho, transformando sua relação com o mundo (FREIRE, 1978).

Considerações Finais

Ao longo do trabalho viu-se que estamos, como destacado por Grosfoguel (2008), inseridos em um sistema-mundo que tem como base uma matriz de poder colonial, que atinge as dimensões de existência social. No qual re-configura as estruturas globais de poder, hierarquizando o mundo a partir de uma lógica étnico racial; um processo de estruturação do sistema mundo moderno/colonial.

Posto isso, mostramos que as histórias em quadrinhos e cinema são recursos que quando usados de forma lúdica e crítica no ensino de geografia, vem a contribuir para a reconfiguração das estruturas globais de poder, proporcionando ao aluno transformar sua realidade.

Deverá, portanto, o professor de geografia permitir uma participação livre e crítica dos estudantes; assumindo “a liberdade e a crítica como o modo de ser do homem” (FREIRE, 1978, p. 7) e entendendo a história em quadrinhos e cinema como um ato político e do conhecimento como um ato criador, que busca através de ideologias interpretar o sentimento popular (FREIRE, 1983).

Referências

- ALMEIDA, Carlos Alberto de. Variguiño e Turma da Mônica: Praias. São Paulo: Ícaro Editora Ltda., dez. 1994, p. 6-8.
- BRUNETTI, Ivan. A arte de quadrinizar: filosofia e prática. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- CAMPOS, Rui Ribeiro. O cinema, geografia e sala de aula. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 4910: 1-22, jun. 2006.
- COSTA, Marisa Varraber. Currículo e Política Cultural. In: COSTA, Marisa Varraber, *et al.* (orgs). *O currículo nos limites do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 37-68.
- MENDES, *O USO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS E CINEMA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA EXPERIÊNCIA DECOLONIAL*

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

_____. Filosofia da Libertação na América Latina. Co-edição de edições Loyola São Paulo. Editora UNIMEP – Piracicaba (SP), 2ª edição, 1977.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1983.

_____. Educação como prática de liberdade. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Pedagogia da tolerância. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2014.

GOMES, Paulo César da Costa; DE GÓIS, Marcos Paulo Ferreira. A cidade em quadrinhos: elementos para a análise da espacialidade nas histórias em quadrinhos. In: Revista Cidades, Presidente Prudente, São Paulo, v. 5, n. 7, jul/dez, 2008.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Mar. 2008: 115-147.

LESTEGÁS, Francisco Rodríguez. Concebir la geografía escolar desde una nueva perspectiva: una disciplina al servicio de la cultura escolar. Boletín de la A.G.E. Nº 33 – 2002, p.173-186.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar In: O espaço da diferença. Antonio A. Arantes (org.). Campinas: Papirus, 2000, p.177-185.

MOREIRA, Tiago de Almeida. Geografia e cinema: Uma revisão de Literatura. Revista GeoPantanal. UFMS/AGB. Corumbá/MS. N.19. 131-140. Jul/dez, 2015.

MOTA NETO, João Colares de. Paulo Freire e pós-colonialismo na educação popular latino-americana. Revista Educação Online, nº 14, p. 25-38, ago/dez de 2013.

MOYA, Álvaro de. Shazam! 3ª ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 1977.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005. pp.227-278.

_____. O que é essa tal de raça? In: Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na Geografia do Brasil/ Renato Emerson dos Santos (Organizador). 3. ed., ver., ampl. Coleção Cultura Negra e identidades. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MENDES, *O USO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS E CINEMA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA EXPERIÊNCIA DECOLONIAL*

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. MASP Afterall, v.3, 2019.

RODRIGUES, Rejane Cristina de Araújo. O cinema no terceiro mundo sob o olhar da antigeopolítica: ditadura e resistência na América Latina. Revista GEOgraphia, vol.20, n.42, 2018: jan/abr.

SANTOS, Renato Emerson dos. Falando de colonialidade no Ensino de Geografia. In: Educação geográfica: temas contemporâneos. Jussara Fraga Portugal (organizadora). Salvador: EDUFBA, 2017, p. 61-75.

VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo. Muito além dos quadrinhos: análise e reflexões sobre a 9ª arte. São Paulo: Devir Livraria, 2009.

Data de Submissão: 17/10/2019

Data da Avaliação: 30/05/2020

A EXPANSÃO DA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO E A FORMAÇÃO DA FRANJA PERIURBANA E PERIMETROPOLITANA

Antonio Carlos Lessa da Rocha¹

Miguel Ângelo Campos Ribeiro²

380

Resumo


Com o processo de reestruturação produtiva e adoção das políticas neoliberais no final do século XX e início do século XXI, as grandes metrópoles brasileiras passaram por um forte processo de expansão do seu espaço metropolitano, com a cidade do Rio de Janeiro não foi diferente, novas relações espaciais entre o urbano e rural foram identificadas. O presente artigo tem como objetivo central analisar a formação da franja periurbana e perimetropolitana fluminense. Importantes alterações na relação entre o campo e a cidade puderam ser observados, como o fenômeno de segunda residência em áreas rurais. Para responder a questão central foi necessário um levantamento bibliográfico de autores que discutem o espaço urbano no atual contexto de globalização e a necessidade do debate sobre interface urbano-rural.


Palavras-chave: metropolização, globalização, franja periurbana, franja perimetropolitana e Rio de Janeiro.

THE EXPANSION OF THE METROPOLIS OF RIO DE JANEIRO AND THE FORMATION OF THE PERIURBAN AND PERIMETROPOLITAN FRINGE

Abstract

With the process of productive restructuring and the adoption of neoliberal policies in the late twentieth and early twenty-first centuries, the great Brazilian metropolises underwent a strong process of expansion of their metropolitan space, with the city of Rio de Janeiro no different, spatial relations between urban and rural areas were identified. This article aims to analyze the formation of the periurban and perimetropolitan fluminense fringes. Important changes in the relationship between the countryside and the city can be observed, such as the phenomenon of second residence in rural

¹ Doutorando em Geografia pelo PPGEU-UERJ.  <https://0000-0001-7447-8435>. E-mail: antoniocarlos130690@gmail.com

² Professor Associado do IGEOG/PPGEU-UERJ.  <https://0000-0002-7118-1510>. Email: mamikisi@gmail.com

areas. To answer the central question, a bibliographic survey of authors who discussed the urban space in the current context of globalization and the need for debate on the urban-rural interface was necessary.

Keywords: metropolization, globalization, periurban fringe, perimetropolitan fringe and Rio de Janeiro

LA EXPANSIÓN DE LA METROPOLIS DE RÍO DE JANEIRO Y LA FORMACIÓN DE LA FRANJA PERIURBANA Y PERIMETROPOLITANA

Resumen

Con el proceso de reestructuración productiva y la adopción de políticas neoliberales a fines del siglo XX y principios del siglo XXI, las grandes metrópolis brasileñas atravesaron un fuerte proceso de expansión de su espacio metropolitano, con la ciudad de Río de Janeiro no fue diferente, nuevo Se han identificado relaciones espaciales entre lo urbano y lo rural. El objetivo principal de este artículo es analizar la formación de la franja periurbana y perimetritana de Río de Janeiro. Se pudieron observar cambios importantes en la relación entre el campo y la ciudad, como el fenómeno de la segunda residencia en las zonas rurales. Para responder a la pregunta central, fue necesaria una encuesta bibliográfica de los autores que discuten el espacio urbano en el contexto actual de la globalización y la necesidad de debatir sobre la interfaz urbano-rural

Palabras clave: Metropolización; globalización; Zona Peri-urbana Metropolitana del Rio de Janeiro

Introdução

O fio condutor deste artigo preocupa-se em analisar o fenômeno da metropolização do espaço urbano fluminense através dos seus quatro eixos de expansão no atual contexto de globalização, do final do século XX e início do século XXI, onde parte desse processo é influenciado pela reestruturação produtiva. Após essa análise, foi possível estabelecer uma discussão teórica sobre a formação da franja periurbana e perimetropolitana fluminense como uma das consequências da expansão da urbanização. Para a realização deste trabalho foi necessário um levantamento bibliográfico de autores que abordam o referido processo. Na busca por uma

consolidação empírica, foi escolhido o município de Rio Bonito exemplificar o fenômeno da expansão urbana fluminense.

Ao analisar a organização industrial brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI, é importante fazermos uma abordagem sobre a reestruturação produtiva que ocorreu no país a partir, principalmente, dos anos 1990. Anos esses que marcam a entrada do país na globalização contemporânea, os governos democráticos que se sucederam Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, realizaram medidas para que o Brasil se adequasse a nova realidade mundial do neoliberalismo.

Essa dinâmica neoliberal que se iniciava, poderia se dividir em três pontos fundamentais na conjuntura mundial, seriam elas, a globalização, a crise do fordismo e a financeirização da riqueza. Em que a globalização promoveu uma internacionalização da economia como nunca vista anteriormente, isso ocorreu principalmente pela grande velocidade dos fluxos de informação no mundo, facilitando as trocas comerciais entre países (ARAÚJO, 1999).

A crise do fordismo marcado pelas crises do petróleo nos anos de 1970, trouxe para a indústria uma nova forma de produção que alguns autores denominam de acumulação flexível, produção *just in time* substituindo a produção em massa e o estoque. Por financeirização entende-se como o aumento da capacidade de negócios e força das instituições financeiras, através dos bancos, e das bolsas de valores (ARAÚJO, 1999).

Como foi dito anteriormente a entrada do Brasil no neoliberalismo marca uma cisão na organização administrativa e política do país, o fim do estado interventor e planejador da economia. Essa mudança vai refletir na redução das políticas protecionistas para as indústrias brasileiras, desenvolvendo uma competição entre o capital industrial nacional e internacional. Devido a essa competição muitas indústrias fecharam ou passaram pelo processo de fusão, pela necessidade do aumento da competitividade internacional e modernização da produção, de acordo com Araújo (1999).

Outra questão importante na reestruturação produtiva é à força do local nas negociações com o global, dentro da lógica da globalização, os municípios ganharam uma importância muito grande. De acordo com Santos (1996) e Cano (1997), passamos a ter uma competição entre os municípios que utilizam do seu território como “moedas de troca”, em que os respectivos autores chamaram de “guerra dos lugares” e “guerras fiscais”.

Neste contexto, analisando a industrialização brasileira na atualidade, podemos dizer que houve um rompimento com os limites metropolitanos. Com o advento da globalização contemporânea, a urbanização ganhou maiores proporções tanto em quantidade como qualidade, e no caso fluminense os novos padrões tecnológicos alteraram a dinâmica de fluxos neste território.

No início do século XX, o desenvolvimento da urbanização e o processo de industrialização no Brasil estavam vinculados às metrópoles, concentrando riqueza e pessoas (SANTOS, 1993). Com o início da reestruturação produtiva, essa força concentradora dos grandes centros se enfraqueceu e os fortes incentivos fiscais concedidos às empresas fez com que estas se dispersassem pelo território, expandindo a urbanização. A metrópole se requalifica, passando a apresentar funções de serviços de diferentes naturezas.

Podemos identificar na metrópole do Rio de Janeiro processo semelhante, após grande desenvolvimento industrial no século XX, gerando uma forte concentração na capital. É possível observar nos dias atuais, motivado pela reestruturação produtiva, a ocorrência de uma expansão da urbanização além dos limites metropolitanos.

Esse processo chamado por alguns autores do metropolização do espaço (LENCIONI, 2015) analisa esse fenômeno e apresentando novas características em tela. As metrópoles passam a ter grande intensidade de fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, forte crescimento no setor terciário da economia, grande concentração na gestão e administração das grandes empresas, sede dos bancos (capital financeiro), centros de pesquisa, uma substituição gradual da dominação do capital industrial para

o capital especulativo imobiliário, tornando o perfil da metrópole voltada para o consumo (FERREIRA *et al*, 2015).

Segundo Lencioni (2015) a metrópole passa a ser centralizadora de capital, pois devido à reestruturação produtiva e a dispersão dos parques industriais, as sedes das empresas permanecem, dando um papel central na gestão e administração de capitais. A referida autora usa o exemplo da BOVESPA que permanece na cidade de São Paulo, centralizando capitais nacionais e internacionais.

A metropolização do espaço marca as relações capitalistas para além da metrópole, incorporando as cidades médias, as pequenas e o espaço rural. Essa dinâmica da expansão da metrópole é um importante transformador no mercado do solo urbano, promovendo uma intensa valorização através da especulação imobiliária (FERREIRA *et al*, 2015).

Posto isto, objetivo deste artigo é analisar a formação da franja periurbana e perimetropolitana fluminense. Para atingir o questionamento central e responder ao objetivo, a pesquisa utilizou como base os dados o Censo Demográfico do IBGE de 2010 e autores que discutem o fenômeno de metropolização do espaço, como Lencioni (2015), Rua (2011), Marafon (2012), Lefebvre (2008), Ribeiro e Cavalcanti (2012), entre outros.

Com isso, o artigo se estrutura em outras três partes, sendo a primeira algumas considerações sobre a expansão metropolitana do Rio de Janeiro, a segunda parte de uma análise sobre a relação urbano-rural, e por último será abordado como consequência do referido fenômeno a formação da franja periurbana e perimetropolitana fluminense.

Metropolização do espaço fluminense

O Estado do Rio de Janeiro é uma das menores unidades da Federação, com uma extensão de aproximadamente 43.900 km² e, conseqüentemente, possui uma das

ROCHA & RIBEIRO, *A expansão da metrópole do Rio de Janeiro e a Formação da Franja Periurbana e Perimetropolitana*

maiores densidades demográficas do país, da ordem aproximada de 327,26 hab./km². Esses dados geram um forte impacto na organização socioespacial do estado como apontam Ribeiro e Cavalcanti (2012).

Uma das consequências da forte pressão da metropolização no espaço fluminense é o predomínio do urbano sobre o rural; “Tal fato pode ser evidenciado pela mais elevada taxa de população urbana do país, da ordem de 96% de seus residentes vivendo em cidades e vilas e, deste, 81% residindo em cidades” (RIBEIRO; CAVALCANTI, 2012, p. 145), segundo critérios oficiais adotados pelo IBGE.

Uma das formas de espacializar a expansão da metrópole fluminense é seguindo o padrão de eixos marcados por rodovias federais e estaduais. Utilizando a tipologia, segundo Ribeiro e Cavalcanti (2012), existem quatro eixos principais de expansão da metrópole e integrados ao espaço de metropolização.

O primeiro deles possui duas rodovias importantes no estado do Rio de Janeiro, a BR-101 (norte) e RJ-106 (Rodovia Amaral Peixoto), partindo da cidade do Rio de Janeiro em direção ao Norte Fluminense, até atingir o município de Campos dos Goytacazes, importante região na exploração de petróleo no Brasil e na qual sua urbanização está voltada para esse setor da economia, tendo a Petrobras como sua principal representante. Neste eixo encontram-se também os municípios pertencentes à Região de Governo das Baixadas Litorâneas, onde as atividades estão voltadas quase que exclusivamente para o turismo e segunda residência caracterizando-se por uma forte urbanização turística como aponta Mascarenhas (2004).

O segundo eixo segue a direção da BR-101 (sul) a partir da cidade do Rio de Janeiro em direção a Região da Costa Verde, região do estado com forte urbanização turística, “capitaneado pela localização de resorts, marinas, condomínios fechados, entre outros” (RIBEIRO; CAVALCANTI, 2012, p. 152). Fenômeno também analisado por Borges (2018), que apontou um intenso processo de elitização do espaço.

O terceiro eixo tem na BR-116 (Rodovia Presidente Dutra) a sua representatividade, importante trecho rodoviário que liga as duas principais metrópoles

brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo. Passando por Nova Iguaçu e Duque de Caxias, municípios com grande concentração populacional no estado e alcançando o Médio Vale do Paraíba chegando até o município de Itatiaia. Essa região possui forte peso econômico para o estado, com grandes indústrias nacionais e internacionais, e também com a presença de atividades turísticas através do seu apelo histórico.

O quarto e último eixo segue pela BR-040, também conhecida como Rodovia Washington Luís, partindo do Rio de Janeiro indo em direção à Região Serrana, onde encontramos o município de Petrópolis. Esse eixo se expande além dos limites do estado, passando por Juiz de Fora e chegando a Belo Horizonte, intenso em importância industrial e turística.

Vale o destaque para a presença de Petrópolis neste eixo, no município encontra-se um dos principais parques tecnológicos do país. Com a liderança do CNPQ³, o tecnopólo reúne pesquisas de várias universidades e instituições públicas do Brasil (COSTA JÚNIOR, 2012).

A partir destes eixos podemos apontar, como afirmou Lencioni (2008), que a expansão metropolitana fluminense apresenta uma característica reticular, seguindo eixos de transporte rodoviário, diferente da metrópole paulista, na qual o crescimento e expansão é areolar.

Ainda comparando as duas metrópoles, diferentemente do município de São Paulo, a cidade do Rio de Janeiro possui um papel concentrador e hegemônico dentro do Estado. Segundo Alentejano (2005) durante o século XX ocorreu um enorme crescimento da urbe carioca e de seu entorno frente a um esvaziamento do interior, gerando forte dependência da capital. O interior apesar de apresentar valores absolutos pouco expressivos em relação aos totais da capital e de municípios integrantes da Região Metropolitana, vem apresentando valores relativos expressivos, influenciados pela dinâmica econômica analisada neste artigo, como apontaram Ribeiro e O’neill (2012).

³ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Esse poder concentrador da metrópole fluminense pode ser percebido nos números de habitantes residentes, sendo aproximadamente 75% de habitantes que residem na Região Metropolitana, desse valor, 42,4% estão habitando a cidade do Rio de Janeiro, de acordo com Ribeiro e Cavalcanti (2012).

Sobre a expansão metropolitana do Rio de Janeiro, Alentejano (2005) nos aponta:

Dentre os principais agentes organizadores do espaço fluminense ao longo deste século, destacam-se o capital industrial e o capital imobiliário. O primeiro foi o principal responsável pelo impulso inicial do processo de metropolização. Já o segundo foi o principal agente da crescente subordinação do capital agrário no interior do estado, assim como da expulsão maciça do campesinato do campo, exceção feita às regiões Norte e Noroeste, onde o agente central da expulsão dos trabalhadores do campo foi o próprio capital agrário, em suas metamorfoses (p.49-50).

O mesmo autor desenvolve essa temática da metropolização do espaço fluminense, analisando o processo de transformação do espaço agrário do Rio de Janeiro e a partir de uma periodização da expansão da urbanização que se iniciou nas primeiras décadas do século XX, parcelando os espaços agrários, com novas formas urbanas, a partir de loteamentos.

Segundo Alentejano (2005), até a chegada do século XX “a organização do espaço fluminense era hegemônica pelo capital agrário e pelo capital mercantil” (p. 51). O capital agrário muito concentrado na produção cafeeira, principalmente na Região do Vale do Paraíba, e a produção canavieira na Região Norte do estado, tendo o município de Campos dos Goytacazes como principal produtor e o capital mercantil estava ligado à presença do porto na cidade do Rio de Janeiro.

Ainda de acordo com Alentejano (2005), o primeiro impulso ao processo de metropolização do espaço fluminense ocorre entre 1940-1964, com o início do processo de industrialização que se inicia no Brasil. Teremos o eixo da Via Dutra (BR-116), ligando

Rio de Janeiro e São Paulo, como expansão da metrópole, e em 1940 cria-se o município de Volta Redonda para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

A partir da criação da siderúrgica estatal se inicia um processo de industrialização ligado ao setor da indústria de base, como metalúrgicas, siderúrgicas e químico-farmacêutico nos municípios de Resende e Barra Mansa. Neste período de 1940-1964 começa a ocorrer à troca do capital hegemônico na região, antes agrário e aos poucos se tornando uma burguesia industrial ligada à metrópole.

Alguns municípios que tinham grande relevância na época áurea do café, como Vassouras e Valença, passam a perder importância econômica com o desenvolvimento da indústria na região, principalmente por estarem afastados do eixo da Via Dutra. Esses municípios ficaram por muitos anos em decadência, mas encontraram como alternativa a refuncionalização das fazendas de café, tornando-as hotéis-fazenda e aproveitando como atração turística o histórico da região.

De acordo com Alentejano (2005) o auge do projeto de metropolização do Rio de Janeiro acontece entre os anos de 1964-1980, período marcado pela ditadura militar no Brasil, a “marcha forçada” levava o país a um desenvolvimento a qualquer custo, eliminando, segundo o autor, todas as forças contrárias possíveis que pudessem atrapalhar o projeto de nação dos militares. Este avanço estaria marcado também pela alta especulação imobiliária, em muitos espaços ligados ao turismo.

De acordo com Alentejano (2005) o início dos anos de 1980 marca uma desaceleração da expansão metropolitana no território fluminense, esse fato estaria ligado à desconcentração espacial da indústria no Rio de Janeiro, muito influenciado pelo que o autor chama de pós-fordismo.

Devido a essa nova realidade urbana no território fluminense, os municípios que tinham uma urbanização ainda pouco desenvolvida, como o município de Rio Bonito, passou a experimentar um novo modelo estrutural, avançando sobre algumas áreas rurais com infraestruturas urbanas, ou ainda com a desestruturação das atividades

rurais, pois muitos agricultores passaram a ser trabalhadores urbanos, absorvidos pelo setor de serviços ou pela própria indústria.

A contemporânea configuração espacial e econômica do Estado promove fortes mudanças nas realidades locais, não só mais presentes na Região Metropolitana. Estamos presenciando uma forte “onda” de urbanização no interior do estado, atingindo novos municípios e com isso, o crescimento do Rio de Janeiro está promovendo alterações na interface urbano-rural.

De acordo com Baeninger (2011), o processo de urbanização brasileiro estava no contexto da lógica concentradora, as grandes metrópoles eram as que possuíam a maior parte da população urbana. Até os anos de 1970 do total das pessoas que viviam nas cidades, 33% habitavam os grandes centros.

Por isso Baeninger (2011) menciona que “o processo de urbanização esteve baseado na vertente da concentração: concentração da dinâmica econômica, concentração da população nas grandes cidades e concentração de migrações” (p. 46). O eixo Rio-São Paulo foi o maior responsável por este fato mencionado dentro do território nacional.

O ponto de mudança desse processo histórico se inicia nos anos de 1980 e se intensifica nos Governos Collor e Fernando Henrique, onde aos poucos, o Brasil se adequa as políticas neoliberais. Essa ruptura determina uma profunda reorganização espacial das metrópoles brasileiras através da reestruturação produtiva, como analisamos a expansão metropolitana fluminense.

Segundo Baeninger (2011), o processo de desconcentração industrial, primeiramente ocorrendo na Região Metropolitana de São Paulo, se tornou um importante fator de análise para entender uma nova configuração espacial na distribuição da população, ocorrendo um menor crescimento das regiões metropolitanas frente às demais regiões nas unidades da federação.

A desaceleração demográfica das regiões metropolitanas é perceptível desde a década de 1970 até os anos 2000, mas isso não significa perda de importância do papel das metrópoles na rede urbana brasileira. A participação da população metropolitana no total do contingente populacional brasileiro caiu de 48% para 41%, entre as décadas de 1970 e 2000 respectivamente (BAENINGER, 2011).

Portanto, podemos dizer que o processo de urbanização brasileiro em seu início teve como grande característica, um forte crescimento e concentração da população, principalmente nas regiões metropolitanas do Centro-sul. Com os atuais indicadores podemos observar uma desaceleração desse processo, novos aglomerados urbanos estão se formando em regiões não metropolitanas, muito consideradas e exercendo papel de cidades médias, não somente no que se refere ao tamanho populacional, mas na centralidade na oferta de bens e serviços, ampliando seu alcance de atuação nas interações espaciais.

Segundo Baeninger (2011), a urbanização brasileira possui as seguintes tendências: queda do ritmo de crescimento das regiões metropolitanas; novas formas de distribuição da população no interior da metrópole, crescimento do adensamento populacional nas cidades médias e pequenas e, além disso, conseqüente fortalecimento da sua rede urbana; relativa desconcentração populacional nas metrópoles.

De acordo com Lencioni (2008), mesmo com a desconcentração industrial e populacional como analisamos, motivado pela reestruturação produtiva, as metrópoles de Rio de Janeiro e São Paulo não perderam a sua centralidade na economia, principalmente a segunda. Mesmo com a saída de parques industriais, as sedes das grandes empresas, bancos, serviços especializados, continuam se estabelecendo nestas metrópoles.

Além desses serviços especializados, a metrópole continua sendo o principal centro de produção de tecnologia. As cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, possuem as principais universidades e os principais centros de pesquisa do Brasil. Elas apresentam

papel de comando e controle, principalmente São Paulo, sobre a rede urbana brasileira (REGIC,2007).

A partir desse contexto Lencioni (2015) desenvolve uma construção de megarregião Rio de Janeiro- São Paulo, em que as duas principais cidades do Brasil passam por forte processo de dispersão industrial e urbana, para além de suas regiões metropolitanas, se articulando com cidades médias e pequenas.

A megarregião Rio de Janeiro-São Paulo seria constituída pela cidade-região de São Paulo com um total de 167 municípios, sendo a metrópole paulistana o seu núcleo. Também formada pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro e seu entorno, somando ao todo 45 municípios, tendo a metrópole fluminense como o núcleo (LENCIONI, 2015).

Através desse novo contexto metropolitano, uma nova relação campo-cidade vai emergir. Fato que irá ser apresentado no tópico a seguir.

Algumas considerações sobre a relação urbano-rural: apontamentos sobre o espaço rural fluminense

Rua (2011) contribui para o entendimento do espaço geográfico apresentando-o como multidimensional, sendo urbano, rural, físico simbólico etc., estando em um constante movimento nas suas diversas escalas, as pessoas transitando entre o local, regional, nacional e global.

Portanto, o urbano e o rural seriam dimensões integradas na totalidade do espaço, e cada vez que avança a lógica capitalista essas dimensões se conectam uma à outra, criando uma interdependência. Com o capitalismo globalizado que vivemos na contemporaneidade, onde fluxos são cada vez mais intensos, pensar o urbano e o rural separadamente não seria condizente com a capacidade de compreender esses espaços em sua totalidade.

Um ponto importante observado por Furtado (2011) sobre a relação urbano-rural é a desconsideração dessa interação pelos planejadores, tanto do espaço urbano como do rural. Segundo a autora, dessa divisão que influenciou os diversos projetos e planos urbanos e regionais pelo mundo, não se pode pensar a cidade sem compreender os processos e estruturas rurais, assim como não podemos pensar o rural ignorando os processos urbanos.

Portanto não é possível pensar os problemas das metrópoles de forma isolada, “são resultantes de uma intrincada combinação ou interação de aspectos rurais e urbanos dos problemas, que ocorrem nas áreas periurbanas de forma mais aguda do que em qualquer outro local” (FURTADO, 2011, p. 149). É evidente em um sistema capitalista onde os fluxos e as redes são complexas e fluidas, cada vez mais importante se faz pensar nas relações urbano-rurais.

Outra contribuição importante para o entendimento da interface urbano-rural é do filósofo Henri Lefebvre. De acordo com Lefebvre (2008) a urbanização é um fenômeno em constante expansão e, deste modo à sociedade humana irá se tornar uma sociedade urbana por excelência. Com isso iremos encontrar uma submissão do rural em relação ao urbano, pois será nele que estará a centralidade da sociedade.

O *tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa perspectiva, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano (LEFEBVRE, 2008, p. 15).

Uma característica do tecido urbano é sua estrutura em rede “o tecido urbano pode ser descrito utilizando o conceito de *ecossistema*” (p. 19) e em meio da ‘riqueza’ do urbano se encontram ilhotas de ruralidade, ocorrendo assim uma relação de forte interação entre o urbano e o rural, e quanto maior for a industrialização do país, mais

intensa é essa relação, pois ao se deparar com a agroindústria que controla grande parte das áreas cultiváveis, sua produção é conduzida por corporações que estão na cidade (LEFEBVRE, 2011).

Com essa expansão da urbanização, criando novas áreas periféricas na Região Metropolitana, promovendo uma nova dinâmica do uso e valor da terra, novos agentes irão surgir na dinâmica espacial do município, fenômeno que é possível perceber em Rio Bonito. Observando essa mudança Machado e Bicalho (2012) fazem uma análise de como a expansão da metrópole modifica o uso da terra e reorganiza o arranjo espacial da área rural.

Segundo Marafon (2012), o atual comportamento da metrópole promove o crescimento das atividades não-agrícolas e uma nova relação campo-cidade, modificando o modo de vida e trabalho das populações rurais, chegando inclusive a modificar a forma de atuação dos movimentos sociais no campo. Essas mudanças estão relacionadas ao grande avanço da tecnologia, expandido às redes urbanas sobre as áreas rurais, a partir da comunicação e transporte.

Portanto, novos agentes espaciais passam a produzir o espaço, com a expansão da urbanização, os promotores imobiliários ganham força econômica sobre o espaço rural. O processo de especulação imobiliária também acaba influenciando a mudança do arranjo espacial de uma determinada localidade, bairros mais afastados da área central recebendo loteamentos de casas em antigas áreas rurais.

Ampliando o debate teórico das transformações ocorridas no território fluminense, é preciso abordar brevemente o fenômeno de modernização da agricultura. Segundo Fusco (2008), “é um reflexo da lógica capitalista de ampliar a produtividade” (p. 25), a produção agrícola incorpora uma lógica industrial, onde o tempo é primordial para a maximização do lucro.

De acordo com Fusco (2008), através da modernização da agricultura, os grandes produtores rurais tinham como objetivo aumentar a sua produtividade, diminuir os custos da produção e amenizar qualquer influência proporcionada pela natureza. Para

ROCHA & RIBEIRO, *A expansão da metrópole do Rio de Janeiro e a Formação da Franja Periurbana e Perimetropolitana*

isso foi realizado um grande investimento em tecnologia biogenética, equipamentos e capacitação profissional para se adequar à nova estrutura agrícola.

O processo de modernização da agricultura que ocorreu no Brasil pode ser entendido como uma modernização conservadora, alterando a base técnica produtiva, mas mantendo a estrutura fundiária em que sua origem vem cultivando desde os tempos coloniais (GALVÃO, 1995).

Segundo Alentejano (2005), dentro da estrutura produtiva a relação campo e urbano está cada vez mais articulada com a agroindústria. O processo de metropolização, como foi discutido anteriormente, promove uma transformação na atividade agrícola, pois o capital agrário de base local é substituído pelo capital urbano nacional ou internacional.

Observam-se as referidas transformações no Norte Fluminense, região de histórica produção de cana-de-açúcar. Através de grandes incentivos fiscais por parte do governo federal; do Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira (1973) e do Pró-Álcool (1975), as usinas passaram por forte modernização na sua capacidade produtiva, sofrendo grande pressão da agroindústria. Os pequenos engenhos antigos não conseguiram resistir à concorrência, o que fortaleceu a concentração de capital na região (ALENTEJANO, 2005).

Segundo Marafon (2012), esta expansão da metrópole do Rio de Janeiro e sua intensa urbanização “ajudaram a acirrar as particularidades e as singularidades no espaço rural fluminense e a acirrar os conflitos fundiários no estado” (p. 136). Podemos entender que a presença de urbanidades são um importante referencial no estudo sobre o espaço rural fluminense, devido às referidas transformações espaciais.

Segundo Ribeiro (2002), a projeção da metrópole carioca é um importante referencial no espaço fluminense, marcando as dimensões políticas, culturais e econômicas no território. O seu interior se destaca no abastecimento de produtos agropecuários, podemos mencionar a produção de hortifrutigranjeiros, leiteira e produtos de linhas orgânicas.

ROCHA & RIBEIRO, *A expansão da metrópole do Rio de Janeiro e a Formação da Franja Periurbana e Perimetropolitana*

As atividades agrícolas mencionadas anteriormente irão compor o chamado Cinturão Verde da metrópole, tendo como municípios integrantes das regiões de Governo Serrana, Centro-Sul e Noroeste Fluminense (RIBEIRO, 2002).

Marafon (2012) promoveu uma breve leitura sobre o espaço rural fluminense, o autor afirma que as grandes propriedades rurais sempre ocuparam uma parcela considerável do território fluminense, representando aproximadamente 68% das áreas agrícolas do estado e sendo apenas 11% de estabelecimentos. Fator que gerou uma grave crise aos pequenos produtores, fato que pode ser entendido através da concentração de renda e falta de políticas agrícolas para anteder esses agricultores.

As regiões de Governo em que o espaço rural se destaca com a presença de grandes propriedades são o Médio Vale do Paraíba e o Norte Fluminense, comentada anteriormente. A região do Médio Vale do Paraíba constitui-se como uma área histórica produtora de café no estado do Rio de Janeiro, tendo como marcas o latifúndio, monocultura e o uso da mão de obra escrava em seu passado (MARAFON, 2012).

Com o fim da escravidão e a conseqüentemente a decadência da atividade cafeeira na região, o Médio Vale do Paraíba teve no turismo rural uma refuncionalização de alguns de seus fixos. Algumas fazendas foram se tornando hotéis, buscaram no apelo histórico da região a atração de turistas para vivenciar o Brasil dos séculos XVIII e XIX. As fazendas que continuaram com suas atividades agrícolas encontraram na pecuária sua principal produção (MARAFON, 2012).

Segundo Natal (2010), a ressignificação dos espaços rurais do Vale do Paraíba promove uma preocupação em relação aos pequenos produtores familiares que ainda continuam com a produção agrícola. O desenvolvimento do turismo rural na região passa a ser visto como uma atividade mais lucrativa e podendo promover uma alteração na estrutura fundiária, onde os agricultores familiares perdem espaço para os grandes hotéis-fazendas. Ainda segundo a autora, em Conservatória (distrito de Valença) os turistas que chegam à localidade buscam encontrar nas pequenas propriedades a essência da vida rural.

Além da atividade hortifrutigranjeira apontada por Ribeiro (2002), Marafon (2012) destaca a região Noroeste Fluminense como outra importante área produtora de leite. Ainda sobre a região, o autor menciona que o seu respectivo espaço rural sofreu poucas alterações influenciadas pela urbanização, justificado pelo seu distanciamento em relação à metrópole.

Segundo Ribeiro (2012), o município de Itaperuna vai exercer uma centralidade na região Noroeste Fluminense. Sendo seu espaço urbano a principal área de atração para os outros municípios da região, seja para a aquisição de insumos agrícolas ou como destino final e/ou intermediário de produtos agrícolas.

De acordo com Santos e Durães (2017), a partir da década de 1930 o município de Itaperuna passa por um forte declínio da sua produção cafeeira e gerando uma substituição do café pela pecuária e produção de leite. O leite passa a ser um produto central na economia local, sendo formada uma cooperativa para atender as necessidades dos produtores locais, chamada de CAPIL (Cooperativa Agropecuária de Itaperuna).

Esta nova estrutura agrícola de Itaperuna foi muito importante para impulsionar a atividade industrial na localidade, pois em conjunto com a cooperativa surgiram diversas fábricas de laticínios. Novamente o município se torna uma centralidade importante na região através da pecuária leiteira (SANTOS E DURÃES, 2017).

As regiões Serras e Costa Verde vão sofrer forte impacto da urbanização vindas da metrópole, em ambas as regiões também serão possíveis identificar o turismo rural como essa relação urbano-rural que estamos analisando (MARAFON, 2012). É importante mencionar que a Costa Verde foi uma área de atividade canavieira nos séculos XVII e XVIII e região Serrana se destacou na atividade cafeeira no século XIX (IBGE, 1959).

De acordo com Marafon (2012), a região Serrana possui uma intensa relação urbano-rural devido à presença no seu espaço rural a permanência de atividades agrícolas, mas destacamos as atividades não-agrícolas com a presença de hotéis-fazenda.

ROCHA & RIBEIRO, *A expansão da metrópole do Rio de Janeiro e a Formação da Franja Periurbana e Perimetropolitana*

Os turistas são atraídos por amenidades e principalmente pelo seu clima de montanha, simulando o clima europeu.

Segundo Ribeiro Neto (2012), o turismo rural no município de Teresópolis, localizado na região serrana fluminense, passou a ser incentivado pelo poder público como uma alternativa aos agricultores que não conseguiam atender a demanda de consumo exigido pela metrópole fluminense. A pluriatividade passou a ser uma marca na região serrana, onde algumas propriedades rurais possuem atividades agrícolas e não-agrícolas em conjunto.

Após a breve análise sobre as contemporâneas relações entre o urbano e o rural e alguns apontamentos dessa referida interface no território fluminense, o tópico a seguir analisa a formação da franja periurbana e perimetropolitana no estado do Rio de Janeiro.

Desenvolvimento da área periurbana e perimetropolitana do Rio de Janeiro

Após analisarmos as características da expansão urbana do estado do Rio de Janeiro e a necessidade de repensar a relação rural-urbana, é de grande relevância apontar a formação da área periurbana e perimetropolitana, sendo dois fatores que nos ajudam a entender o fenômeno em tela.

Antes de desenvolvermos a discussão teórico-conceitual da formação da área periurbana nas grandes metrópoles, é importante mencionar que a legislação brasileira delimita e caracteriza a área periurbana, como sendo espaços que possuem características tanto rurais como urbanas, desde o decreto-lei nº 311/38, através dos quadros suburbanos, lei nº 6.765/79, e também com o código tributário nacional (MEDEIROS, 2017).

Mais recentemente a legislação brasileira também volta a se ater à importância da área periurbana no planejamento territorial, através do decreto Nº 7.374/10, na qual

o artigo 4º entende a necessidade de incluir em seu zoneamento as áreas que possuem interface com áreas urbanas (MEDEIROS, 2017).

Segundo Souza (2005) fazer uma análise do referido fenômeno não é algo tão simples como aparenta, pois nas bordas das grandes cidades onde encontramos essa área de transição do urbano para o rural, está à localização da área periurbana. Iremos observar uma grande heterogeneidade na formação espacial, justamente por esta interface urbano-rural.

Desde o início dos anos de 1910, o estudo dos fenômenos urbanos e a formação das metrópoles ganharam importância em diversas áreas do conhecimento. Pesquisadores de países como Estados Unidos, Canadá e Alemanha passaram a estudar as suas metrópoles para poder entender a formação das grandes concentrações urbanas no mundo capitalista (RANDOLPH, 2011a).

Segundo Vale (2005), os países centrais passam a sofrer o fenômeno de dispersão urbana, onde o processo de concentração nas metrópoles não é mais determinante para entender esse espaço. Dentro da academia passa a ser desenvolvida uma série de conceitos para tentar entender o fenômeno em tela.

O uso do termo espaço periurbano é o mais adotado no Brasil. Esse fenômeno tem sua difusão por volta dos anos de 1990, embora algumas metrópoles já estivessem vivenciando a dispersão urbana, como já ocorria na metrópole paulistana. No mundo esse fenômeno começa a ocorrer na Europa pós-Segunda Guerra Mundial e posteriormente nos Estados Unidos (VALE, 2005).

De acordo com Capel (2003), o movimento de concentração de pessoas, mercado de trabalho, serviços e lazer nas grandes metrópoles, ocorreu de forma intensa no início do século XX. Logo após se observou um processo de dispersão urbana na escala intra-metropolitana. Esse fenômeno pode gerar novas centralidades devido ao processo de deslocamento de pessoas, empregos e serviços para outras áreas das regiões metropolitanas e fora delas.

Os processos de dispersão urbana possuem diversas origens, entre eles podemos mencionar a valorização fundiária em áreas centrais das metrópoles e a maior capacidade de mobilidade urbana devido à melhoria em infraestruturas de transportes e além desses, a busca por melhores condições de vida, saindo dos grandes centros devido aos altos índices de violência e poluição (RANDOLPH, 2011a).

Segundo Jacobs (2011) as metrópoles estadunidenses no início do século XX se tornam espaços para um planejamento modernista com uma política de ‘passar o trator’, transformando as ruas em grandes avenidas para serem utilizadas pelos automóveis. Esses grandes planos urbanísticos, através da construção de avenidas e estradas, promoveram uma grande dispersão urbana, criando megacidades.

Esse modelo de planejamento que promove a expansão urbana como nos ensina Jacobs (2011), está dentro de uma ideologia mercadológica industrial onde os urbanistas estariam preocupados em projetar uma cidade para maior eficiência na produção de mercadorias.

Dentro deste fenômeno da expansão metropolitana, novas ‘fronteiras’ são definidas e é neste contexto, que analisamos a formação da área periurbana e perimetropolitana fluminense. Novas áreas de influência são absorvidas pela metrópole que está passando pelo seu processo de expansão, fenômeno que estamos analisando para o Rio de Janeiro.

De acordo com Torres (2004), as fronteiras urbanas podem apresentar importantes características para o entendimento dos processos de expansão urbana. Pode se tornar uma delimitação entre aqueles que são bem vindos ou excluídos das melhores condições de infraestrutura urbana ou entre áreas de grandes conflitos fundiários por ainda conterem uma interface urbano-rural muito significativa, ou também apresentar fortes conflitos ambientais.

Essas novas ‘fronteiras’ que estão sendo mencionadas, não devem ser pensadas como uma barragem que impeça o contato ou comunicação entre as regiões.

Concordamos com Randolph (2011b), quando aponta que a fronteira é uma zona de interface com o que está 'fora' em relação ao que está 'dentro' da região metropolitana.

Ainda dentro do debate sobre a ideia de 'fronteira', Randolph (2011b) relaciona o crescimento do tecido urbano brasileiro a diversos processos que devem ser levados em consideração: crescimento da rede urbana de cidades; aumento da conurbação nas regiões metropolitanas e o espraiamento das infraestruturas urbanas.

Segundo Randolph e Gomes (2007), podemos entender por área periurbana ou franja periurbana algo "que se refere a alguma franja urbana e pretende designar a interface entre o urbano e o rural, uma realidade que talvez não seja mais rural, mas que também não pode ser considerada plenamente urbana" (p. 63).

A partir desta análise podemos identificar o município de Rio Bonito, localizado na porção leste da franja periurbana do Rio de Janeiro, sendo um dos municípios onde está ocorrendo o processo de expansão e desenvolvimento da cidade. Sua área rural está aos poucos, perdendo suas características, mas não podemos considerar que exista o modo de vida plenamente urbano, em sua periferia no município em tela (ROCHA, 2018).

Ainda de acordo com essa perspectiva podemos entender a área perimetropolitana como uma transição de uma área não-metropolitana para metropolitana (RANDOLPH, 2011b).

Atualizando a análise feita por Randolph e Gomes (2007), o caso do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana é formada pelo município núcleo, Rio de Janeiro, além de, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, Cachoeiras de Macacu, Maricá, Petrópolis e Rio Bonito, perfazendo um total de 21 unidades territoriais, de extrema desigualdade econômica e populacional.

A área perimetropolitana é formada por Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Mendes, Miguel Pereira, Saquarema, Teresópolis, Silva Jardim e Nova Friburgo. Trata-se de área contigua ao espaço metropolitano, estabelecendo relações e circulação de pessoas, mercadorias e informações entre eles e a região metropolitana.

Segundo Arroyo (2001), sobre o processo de formação da área periurbana, existem três tendências fundamentais que abordam o referido fenômeno. Uma dessas tendências foi trabalhada com muita propriedade na França e destina-se a uma análise sobre o desenvolvimento do espaço rural. A segunda tendência está focada na saturação das grandes áreas metropolitanas e a criação de uma imagem em que no meio rural houvesse a possibilidade de existir uma melhor qualidade de vida. A terceira e última tendência é desenvolvida por autores anglo-saxões, cuja análise está pautada nas transformações das funções territoriais dos espaços afetados por tais processos de periurbanização.

Sobre a formação da população na área periurbana, segundo Entrena Durán (2003), é caracterizada por uma heterogeneidade, onde as pessoas buscam terrenos com preços mais acessíveis ou na ideia de uma qualidade de vida melhor no espaço rural. “Deste modo, poder-se-ia afirmar que a heterogeneidade das formas de dispersão urbana também constitui um reflexo da diversidade da estrutura sócio-econômica e das formas de vida a ela associada” (p. 72).

De acordo com Entrena Durán (2003), o processo de formação da área periurbana está ligado à difusão do processo de urbanização, sendo gerada devido à disponibilidade de solo, ocorrendo uma preferência pela ocupação da terra para fins urbanos no lugar da agricultura. Outro ponto importante é o avanço dos meios de transporte e a melhoria nas infraestruturas viárias que permitem o deslocamento diário das pessoas entre a residência e o local de trabalho. E por último, a expansão das infraestruturas urbanas nas áreas rurais, favorecendo a ocupação de áreas periurbanas, podendo destacar a chegada da eletricidade e da internet.

Sobre a utilização do solo no espaço periurbano Corellano (1998) *apud* Vale (2005) desenvolve uma análise através de uma perspectiva ambiental, encontrando uma coparticipação e justaposição entre três espaços identificados: naturais, rurais e urbanos articulados entre si.

Nos espaços naturais encontramos áreas desabitadas ou com pouca densidade populacional, onde as atividades humanas pouco interferem na dinâmica espacial, gerando um valor mais ecológico que econômico. Nos espaços rurais é possível observar os usos agropecuários e florestais, a densidade populacional que é baixa, e o avanço da agricultura através das inovações tecnológicas, o qual promove transformações na paisagem rural, impactando o meio ambiente. Nos espaços urbanos encontramos as grandes transformações provocadas pela ação humana, que promovem uma degradação do meio ambiente (CORELLANO, 1998 *apud* VALE, 2005).

Outra contribuição importante para o entendimento da formação da área periurbana é desenvolvido por Furtado (2011), no qual a autora divide historicamente o desenvolvimento do estudo do fenômeno periurbano em duas fases. Na primeira fase, onde são produzidos os conceitos tradicionais pela escola francesa, discute-se estudos sobre o desenvolvimento urbano em cidades africanas, latino-americanas e asiáticas.

De acordo com Furtado (2011), os conceitos recentes estão atrelados à escola inglesa. Encontramos três definições importantes nesta escola sobre o desenvolvimento da área periurbana; a primeira, seus estudos apontam que a área periurbana estaria caracterizada pelas influências urbanas; acesso facilitado a mercados; serviços e outros recursos diversos. A segunda concepção, caracteriza zonas ou áreas nas bordas das grandes cidades, onde encontramos o desenvolvimento dos processos urbano e rural, se misturando e interagindo como consequência inevitável da expansão da urbanização. A terceira concepção trata a área periurbana “na relação entre áreas urbanas e áreas rurais imediatas, como um resultado de um processo ao longo do tempo” (p. 152).

Como conclusão destas perspectivas de análise, constrói-se a ideia de que as áreas periurbanas são locais pré-urbanos e que com o desenvolvimento do processo.

Essas localidades serão incorporadas à cidade. Cria-se uma ideia de que a cidade é o lugar central, mais desenvolvido e o campo é o lugar do atraso.

Esta visão da cidade como polo de desenvolvimento e de modernidade em contraposição ao campo como o arcaico e atrasado, vem sendo muito criticada. As análises das áreas periurbanas vêm sendo direcionadas como o espaço em que ocorre os processos urbanos e rurais de natureza social, econômica, cultural e ecológica onde sua interação configura a organização territorial (FURTADO, 2011).

De acordo com Furtado (2011), as áreas periurbanas tanto nos países periféricos como em países centrais apresentam algumas características semelhantes, entre elas estão: composição social heterogênea; grande crescimento demográfico; usos heterogêneos; grande dinâmica de transformações físicas; grande exploração de estruturas ambientais estratégicas; conflitos socioambientais; pressão sobre o solo; dinâmica de expansão espacial horizontal; falta de regulação.

Ainda desenvolvendo as contribuições teóricas de Furtado (2011) sobre as áreas periurbanas no Brasil, os pobres são os mais afetados devido aos problemas sociais apresentados nestas áreas. É o grupo social mais exposto às transformações ocasionadas pela expansão urbana, suas condições sociais são as mais transformadas pelo fenômeno em tela.

Notadamente, são áreas de pouca infraestrutura em que os melhores recursos se encontram mais distantes, nas grandes cidades, por se tratar de pessoas com pouco recurso financeiro acabam ficando à mercê de uma baixa qualidade de serviços públicos.

Segundo Furtado (2011), um importante elemento para compreendermos o desenvolvimento das áreas periurbanas, é através do uso e acesso ao solo, “são característicos os conflitos sobre propriedade da terra, invasões, condomínios clandestinos, especuladores informais” (p. 161).

Mesmo nas áreas periurbanas brasileiras que apresentam as maiores taxas de crescimento demográfico e expansão horizontal frente às metrópoles, os mecanismos

de regulação dos usos e ocupação são fracos ou inexistentes. Os poucos órgãos de gestão urbana não conseguem monitorar todo o território, por isso é incapaz de observar e analisar a configuração territorial das áreas periurbanas.

Tendo como base uma das conclusões elaboradas por Furtado (2011), os estudos sobre as áreas periurbanas são determinados pela relação do urbano e rural. Compreender essa interface urbano-rural é de grande importância para uma melhor elaboração de um planejamento territorial que possa levar o desenvolvimento social, cultural e econômico para os habitantes que ali vivem.

Como uma forma de contextualizar na franja periurbana do estado do Rio de Janeiro, será demonstrado brevemente estudos de atividades não agrícolas no espaço rural o município de Rio Bonito, observando a hibridez do espaço geográfico analisado por Rua (2011).

Segundo Censo Demográfico do IBGE de 2010, Rio Bonito contava com um total de 55.586 habitantes, o município, que pertencia à região de governo das Baixadas Litorâneas antes da sanção da Lei Complementar nº 158 de 26 de dezembro de 2013, possui grande interesse em pertencer à região metropolitana do Rio de Janeiro, pois assim o poder público municipal conseguiria mais facilmente negociar verbas federais e estaduais. Uma importante observação na questão política que envolve a inclusão de Rio Bonito à Região Metropolitana é a proximidade partidária entre os governos municipal e estadual naquele momento, pois a então Prefeita Solange Almeida era do PMDB, mesmo partido do Governador Luís Fernando Pezão.

Segundo o último censo do IBGE no ano de 2010 o setor de serviços correspondia a aproximadamente 86% do PIB (Produto Interno Bruto) de Rio Bonito, o restante se divide em indústrias e agricultura que eram respectivamente, 13% e 1%. Os dados percentuais mencionados registram a pouca expressividade do PIB no setor primário, com apenas 453 empregados, enquanto a atividade industrial perfazia 1.767. O setor de serviços com 86% do PIB do município agrega maior proporção de empregados, registrando a importância do setor terciário para o município.

De acordo com Rocha (2017), foi desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Rio Bonito um distrito industrial no bairro de Cachoeiras dos Bagres sendo considerado um setor rural na classificação do IBGE. Neste artigo o autor observa, além da adesão da reestruturação produtiva no município em tela, uma série de instalações de fixos urbanos em uma localidade rural e contrastando com pequenos sítios, reforçando essa nova relação urbano-rural.

Neste distrito industrial foi identificado indústrias de porte nacional e internacional de diferentes mercadorias, se destacando a Nutriara que produzia ração de animais e a PI (Produtos Internacionais), uma empresa que atua como suporte logístico na exploração de petróleo na Bacia Petrolífera de Campos no Norte Fluminense (ROCHA, 2017). Mas é possível fazer uma pequena atualização sobre o referido artigo, a empresa de ração foi fechada no ano de 2020 devido a atual conjuntura econômica do estado, demitindo aproximadamente 2000 funcionários em sua maioria moradores de Rio Bonito.

Ainda observando a dinâmica urbano-rural do município de Rio Bonito, Rocha (2018) aponta o fenômeno de segundo residência como uma inicial transformação do espaço rural do município com atividades consideradas não-agrícolas. Foram apontados alguns bairros como indicadores dessa dinâmica analisada, sendo eles: Lavras; Serra do Sambê; Sambê; Colina; Cachoeiras dos Bagres, Basílio; Braçanã.

Esses bairros foram importantes nos períodos de prosperidade agrícola de Rio Bonito, períodos esses marcados pelo plantio da cana-de-açúcar e café. Com o fim da escravidão e desestruturação das atividades monocultoras, outros cultivos passaram a se destacar nas localidades, como laranja e banana (ROCHA, 2018).

Sofrendo indiretamente com a modernização da agricultura e a consolidação da industrialização no Brasil a partir dos anos de 1960, o espaço rural rio-bonitense começa a sofrer fortes impactos na sua organização neste momento. Muitos agricultores passam a vender e deixar suas propriedades rurais, buscando as áreas urbanas (ROCHA, 2018).

Para consolidar a análise sobre o fenômeno de segunda residência em caráter embrionário na área rural de Rio Bonito, o quadro 1 aborda a relação das propriedades entrevistadas e sua respectiva localização nos bairros do município.

Quadro 1- Rio Bonito: Bairros e respectivas propriedades de segunda residência entrevistados (2017)

Bairros	Propriedades	Atividade Principal	Residência do Proprietário
Colina da Primavera	3	Segunda Residência	Rio Bonito/ Rio de Janeiro
Sambê	3	Segunda Residência	São Gonçalo/ Rio de Janeiro
Basílio	1	Segunda Residência	Rio Bonito
Cachoeiras dos Bagres	3	Segunda Residência	Rio Bonito/ Rio de Janeiro
Braçanã	1	Segunda Residência	São Gonçalo
Serra do Sambê	1	Segunda Residência	Cabo Frio
Lavras	1	Segunda Residência	Rio Bonito

Fonte: Extraído de Rocha, 2018.

Rocha (2019) apontou outra modalidade que promove alterações do espaço rural de Rio Bonito, turismo rural. Destaca-se a presença de hotéis-fazenda no município que vendem a ideia do encontro com a natureza e escapando dos problemas urbanos.

Foi apontado por Rocha (2019) dois principais hotéis-fazenda em Rio Bonito, Hotel-Fazenda Pedras Negras e Sítio Pousada Relicário. O primeiro fixo está localizado no bairro de Lavras tendo uma procura por turistas vindos d Rio de Janeiro, Niterói e São

Gonçalo, o Sítio Pousada Relicário, localizado no Bairro de Basílio, foi no passado uma antiga de fazenda de cana-de-açúcar e café nos séculos XVIII e XIX. Com o fim da escravidão e a decadência da atividade cafeeira no município, a fazenda perdeu sua dinâmica econômica.

Além do atrativo da natureza no espaço rural, a pousada apresenta um elemento histórico importante para a região. Na propriedade se encontra uma das mais antigas ruínas que marca a presença do colonizador português, com a construção de uma capela em 1825, venerando Nossa Senhora da Conceição (ROCHA, 2019).

Essas observações de campo são uma breve demonstração de que podemos pensar o espaço geográfico como híbrido, como mencionamos anteriormente. A relação campo-cidade é cada vez mais próxima, por isso a necessidade de pensar o espaço geográfico como um todo, evitando a dicotomia entre rural e urbano.

Arremates

No contexto contemporâneo da globalização, as metrópoles brasileiras de acordo com Milton Santos (2012) passaram por fenômenos de implosão e explosão, incluindo o Rio de Janeiro. A partir dos anos de 1990 do século XX e sofrendo uma intensificação no início do século XXI, a metrópole fluminense se expandiu para além de seus limites promovendo fortes alterações na dinâmica espacial dos municípios em suas proximidades.

O grau de intensidade das mudanças espaciais está em acordo com alguns fatores, como a proximidade com a metrópole; infraestrutura urbana; quantidade de habitantes nos municípios; benefícios fiscais para as empresas etc. Esses e outros fatores possibilitaram a expansão urbana da metrópole.

Podemos observar que devido à expansão metropolitana do Rio de Janeiro foi desenvolvida a região que consideramos como franja periurbana e perimetropolitana, onde a interface urbano-rural são muito próximas, em que os limites entre urbano e

rural não são bem definidos. É possível observar nestas áreas a forte inter-relação entre o campo e a cidade.

Neste contexto podemos exemplificar Rio Bonito, município localizado na porção leste da metrópole, na qual, nesta segunda década do século XXI podemos observar o processo de formação da franja periurbana no estado do Rio de Janeiro.

Com a perspectiva do aumento da urbanização na metrópole fluminense para os próximos anos, a configuração atual da franja periurbana e perimetropolitana do Rio de Janeiro tende a ser diferente, havendo uma incorporação do rural ao urbano e expandindo a franja perimetropolitana, conforme esquematizado por Entrena Durán (2003).

Neste contexto a Metrópole do Rio de Janeiro expande seus limites, ampliando sua área de atuação, na qual rural-urbano se entrelaçam, configurando novas formas, novas funções, estreitando as relações entre o campo e a cidade. O município de Rio Bonito serve de exemplo para marcar o referido processo no espaço metropolitano fluminense.

Referências Bibliográficas

- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A evolução do espaço agrário fluminense. In: *Revista Geographia*, Niterói, ano 7, nº 13, pp.49-70, 2005.
- ARAUJO, Tânia Bacelar. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. In: *Estudos Urbanos e Regionais*, Pernambuco, nº 2, 1999.
- ARROYO, Mercedes. La contraurbanización: un Debate Metodológico y Conceptual sobre la Dinámica de las Áreas Metropolitana. In: *Scripta Nova*, nº 97. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2001.
- BAENINGER, Rosana. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: *Expansão Metropolitana e Transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina*. Editora Max Limonad, 1ª edição, São Paulo, 2011, pp 46-70.
- BORGES, Rodrigo dos Santos O mar, o paraíso e a lógica privatista de organização espacial como elementos formadores do turismo classe A no litoral sul fluminense. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ROCHA & RIBEIRO, *A expansão da metrópole do Rio de Janeiro e a Formação da Franja Periurbana e Perimetropolitana*

- BRASIL. IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Volume 22, Rio de Janeiro, 1959.
- CANO, Wilson. "Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95". Revista Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp, n.8, jun. 1997.
- CAPEL, Horácio. Redes, chobalas y rascacielos. Las transformaciones físicas y la planificación en las áreas metropolitanas. In: Revista Mediterraneo Economico, nº 3, pp.199-238, 2003.
- COSTA JÚNIOR, Aluísio de Araújo. Arranjos produtivos locais no estado do Rio de Janeiro: o exemplo da Petrópolis-Tecnópolis. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.) Revisitando o território fluminense IV, Rio de Janeiro, 2012.
- ENTRENA DURÁN, Francisco. Cidades sem limites. In: MACHADO, A. S. (org.) Trabalho, economia e tecnologia: novas perspectivas para a sociedade global. São Paulo: Tendez; Bauru: Práxis, 2003.
- FERREIRA, Álvaro; RUA João; MATTOS, Regina Célia: Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais: processos e dinâmicas. In: Desafios da metropolização. FERREIRA, Álvaro; RUA João; MATTOS, Regina Célia (orgs.). Rio de Janeiro, Editora Consequência, 1ª edição, pp. 15 – 31, 2015.
- FURTADO, Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão. Áreas de interface periurbana: desafios conceituais e metodológicos. In: Expansão Metropolitana e Transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina. Editora Max Limonad, 1ª edição, São Paulo, pp 147-166, 2011.
- FUSCO, Fabrício Marini. Nem o céu, nem a terra: Reflexões sobre a relação rural/urbano no Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.) Revisitando o território fluminense II, Rio de Janeiro, pp. 17-40, 2008.
- GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. As múltiplas facetas do espaço contemporâneo no Brasil. In: A Geografia e as transformações globais. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 101-116, 1995.
- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. 3ª edição, São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. 3ª edição, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- _____. O Direito à Cidade. 5ª edição São Paulo: Editora Centauro, 2011.
- LENCIONI, Sandra. Concentração e Centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. Revista de Geografia Norte Grande. , v.39, p.7 - 20, 2008
- _____. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: Desafios da metropolização. FERREIRA, Álvaro; RUA João; MATTOS, Regina Célia (orgs.). Rio de Janeiro, Editora Consequência, 1ª edição, pp. 35-68, 2015.
- MACHADO, Felipe da Silva; BICALHO, Ana Maria de Souza Mello. (Peri) Metropolização na interface Rural-Urbana: Agricultura e o Rural (peri) metropolitano.. In: Anais I

Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade, Rio de Janeiro, 2012.

MARAFON, Glaucio José. Relações Campo-Cidade: Uma leitura a partir do território fluminense. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.) Revisitando o território fluminense IV, Rio de Janeiro, 2012.

MASCARENHAS, Gilmar. Cenários contemporâneos da urbanização turística. In: Cadernos Virtuais de Turismo, vol. 4, nº 4, 2004.

MEDEIROS, Gabriel Bias Fortes Pereira da Silva. Classificação brasileira do território rural e urbano: discussões, alternativas metodológicas e técnica complementares à classificação atual. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

NATAL, Caroline Beserra. As fazendas de café do Vale do Paraíba: uma análise sobre a 'ressignificação' dos espaços rurais no estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.) Revisitando o território fluminense III, Rio de Janeiro, 2010.

RANDOLPH, Rainer; GOMES, Pedro Henrique Oliveira. Mobilidade e expansão do Rio de Janeiro para áreas perimetropolitanas. In: Cadernos MetrÓpole, nº17, 2007, pp. 59-80.

RANDOLPH, Rainer. Expansão das metrópoles, deslocamento de suas fronteiras e reorganização regional em seu entorno: perguntas e caminhos In: Expansão Metropolitana e Transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina. Editora Max Limonad, 1ª edição, São Paulo, pp. 25-45, 2011a.

_____. A questão das fronteiras das metrópoles e a reorganização regional em seu entorno: reflexões a respeito de mudanças do paradigma da urbanização. In: Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, 2011b.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G.; RIBEIRO, M. (orgs.). Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: UERJ, p. 13-26, 2002.

_____. Transformações sócio-econômicas e mudanças na rede de localidades centrais no Rio de Janeiro: o papel de Campos dos Goytacazes, Macaé e Itaperuna (1966-2007). In: Revista Espaço e Economia, Rio de Janeiro, 2012.

RIBEIRO, Miguel Ângelo e CAVALCANTI, Vera Maria d'Ávila. Tipologia dos municípios fluminenses: o urbano e o rural em questão. In: Globalização, políticas públicas, e reestruturação territorial. Rio de Janeiro. Editora 7 Letras, 2012, pp. 144-157.

RIBEIRO, Miguel Ângelo e O'NEILL, Maria Monica Vieira Caetano. Contraste entre a metrópole e o interior fluminense a partir da dinâmica populacional. In: GeoUERJ ano 14, nº. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 262-301

RIBEIRO NETO, Augusto da Costa. Turismo em Áreas rurais no estado do Rio de Janeiro: o exemplo do ecoturismo no município de Teresópolis-RJ. In: MARAFON,

ROCHA & RIBEIRO, *A expansão da metrópole do Rio de Janeiro e a Formação da Franja Periurbana e Perimetropolitana*

Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.) Revisitando o território fluminense IV, Rio de Janeiro, 2012.

ROCHA, Antonio Carlos Lessa da. A reestruturação produtiva industrial fluminense: um olhar para as ações do poder público sobre o território e as políticas fiscais na contemporaneidade no município de Rio Bonito-RJ. In, Espaço e Economia, p. 1-18 2017.

_____. O fenômeno de segunda residência e a expansão urbana no município de Rio Bonito (RMRJ) na segunda década do século XXI. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

_____. Transformações no espaço rural de Rio Bonito-RJ: expansão metropolitana fluminense e a indução de atividades não agrícolas na segunda década do século XXI. In: Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

RUA, João. Continuidade ou ruptura na expansão da metrópole para além dos seus limites formais: urbanidades no rural? In: Expansão Metropolitana e Transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina. Editora Max Limonad, 1ª edição, São Paulo, 2011, pp.186-201.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org's). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1996, 3ª ed., p.15-20

_____. Por uma economia política da cidade. 2ª edição/ 1ª reimpressão, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Rui Junio Fonseca dos; DURÃES, Rafaela Gonçalves da Silva. A formação urbana da cidade de Itaperuna (RJ) e suas implicações sobre o Rio Muriaé. In: Anais ENANPUR, São Paulo, 2017.

TORRES, Haroldo da Gama. Fronteira paulista. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos populacionais. Caxambu: ABEP, 2004.

VALE, Ana Rute do. Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano de Araraquara (SP). Tese (Doutorado) Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2005.

Data de Submissão: 28/01/2020

Data da Avaliação: 03/06/2020

POSIÇÕES

A DISPERSÃO DA COVID-19 NA BAIXADA FLUMINENSE: COMO O CORONAVÍRUS AVANÇA PELAS PERIFERIAS DO RIO DE JANEIRO.

Heitor Soares de Farias¹

413


Resumo: Desde que foi anunciada a pandemia do coronavírus e assistimos às notícias dos primeiros casos no Brasil, a tentativa era de imaginar onde e como se multiplicariam as infecções. Traçar cenários projetados a partir das vulnerabilidades sociais, predizendo rotas preferenciais descritas pelo vírus no estado do Rio de Janeiro era um desafio grande, tendo em vista que era necessário a presença de um agente externo trazido de fora do país. Desta maneira, acompanhando o desenrolar dos fatos, foram trabalhados com dados de registros de infectados e de óbitos, disponibilizados pela Secretaria Estadual de Saúde, para um mês após o primeiro registro de transmissão local da doença no estado do Rio de Janeiro, em 14 de abril de 2020, e outro dois meses após, em 12 de junho de 2020. Foram elaboradas planilhas com os dados e a análise baseou-se no conceito de território utilizado, de Milton Santos (2002), foi possível identificar que após três meses dos primeiros registros, os casos estão crescendo mais rapidamente nos municípios frentes de expansão metropolitana, com menor infraestrutura na Baixada Fluminense. No entanto esse crescimento ainda não foi verificado no número de mortes que, provavelmente ocorrerá nas próximas semanas.

Palavras-chave: Território utilizado, Saúde, Isolamento Social.

The dispersion of Covid-19 in the Baixada Fluminense: how the coronavirus advances in the peripheries of Rio de Janeiro.

Abstract: Since the coronavirus pandemic was announced and we saw the news of the first cases in Brazil, the attempt was to imagine where and how infections would multiply. Tracing scenarios projected based on social vulnerabilities, predicting preferential routes described by the virus in the state of Rio de Janeiro was a big challenge, considering that it was necessary to have an external agent brought in from outside the country. Thus, following the unfolding of the facts, data from infected and death records were made available by the State Health Department for one month after the first record of local transmission of the disease in the state of Rio de Janeiro, on 14 April, and another two months later, on June 12. Spreadsheets were prepared with the data relating them to the concept of territory used, by Milton Santos (2002), it was possible to identify that after three

¹ Professor do PPGGEO/UFRRJ. Pesquisador do LIGA – Laboratório Integrado de Geografia Física.

 <https://orcid.org/0000-0003-3585-5028> Email: heisofa@gmail.com

months of the first records, the cases are growing more rapidly in the fronts of metropolitan expansion, with less infrastructure in the city. Baixada Fluminense. However, this growth has not yet been verified in the number of deaths that will probably occur in the coming weeks.

Keywords: Territory used, Health, Social Isolation.

La dispersión de Covid-19 en la Baixada Fluminense: cómo avanza el coronavirus en las periferias de Río de Janeiro.

Resumen: Desde que se anunció la pandemia de coronavirus y hemos visto las noticias de los primeros casos en Brasil, el intento fue imaginar dónde y cómo se multiplicarían las infecciones. El seguimiento de los escenarios proyectados en función de las vulnerabilidades sociales, la predicción de las rutas preferenciales descritas por el virus en el estado de Río de Janeiro fue un gran desafío, considerando que era necesario que un agente externo fuera del país. Por lo tanto, después del desarrollo de los hechos, el Departamento de Salud del Estado puso a disposición datos de registros de defunciones e infecciones durante un mes después del primer registro de transmisión local de la enfermedad en el estado de Río de Janeiro, el 14 Abril, y otros dos meses después, el 12 de junio. Las hojas de cálculo se prepararon con los datos relacionados con el concepto de territorio utilizado, por Milton Santos (2002), fue posible identificar que después de tres meses de los primeros registros, los casos están creciendo más rápidamente en los frentes de expansión metropolitana, con menos infraestructura en la ciudad. Baixada Fluminense. Sin embargo, este crecimiento aún no se ha verificado en la cantidad de muertes que probablemente ocurrirán en las próximas semanas.

Palabras clave: Territorio utilizado, Salud, Aislamiento Social.

Introdução

Escrevo na primeira quinzena de junho quando completamos três meses de isolamento social, decretado pelo governador do Estado do Rio de Janeiro em 13 de março (CAPOBIANCO, 2020), após a primeira transmissão local, ou seja, pessoa que se infectou sem que tivesse saído do país. Tal medida provocou uma reação em cadeia entre prefeitos, contrariando a posição do presidente da república que desde o início tentou transparecer que a Covid-19 não era tão agressiva, chamando-a de gripezinha e de histeria o que estava sendo veiculado pela mídia (SABINO e BEHNKE, 2020a).

Mesmo assim, escolas, teatros e cinemas foram fechados, além de atividades que proporcionassem aglomerações (CAPOBIANCO, 2020). Na mesma semana, dia 19

de março, ocorreu a primeira morte em consequência do corona vírus no estado do Rio de Janeiro. Tal notícia fez o governador endurecer ainda mais as restrições, fechando as praias, bares, restaurantes e pontos turísticos. Foram mantidas somente as atividades essenciais (NITAHARA, 2020a). Suspendeu também o transporte entre a capital e os municípios da região metropolitana e destes com o interior. Foi decretada impedida a chegada de passageiros vindos de estados e países com circulação confirmada de corona vírus. Sendo que a competência dessas atividades é do governo federal, através de suas agências reguladoras, e dependia da anuência de ambas para serem confirmadas (GRELLET, 2020).

O objetivo desses decretos foi interromper a transmissão do vírus para que o sistema de saúde não fosse sobrecarregado. Muitos foram e serão infectados, infelizmente, mas se a procura pelo sistema de saúde for mais espaçada no tempo, haverá mais e melhores condições de atendimento. Descumprir o isolamento aumenta a transmissão de maneira muito rápida e, por consequência, aumenta e muito a procura por socorro, podendo faltar leitos e respiradores para os doentes, caracterizando o colapso do sistema de saúde (JUCÁ, 2020).

Os primeiros casos no estado do Rio de Janeiro foram registrados na capital. Moradores das áreas nobres, aqueles com poder aquisitivo para viajar para o exterior, entraram em contato com o corona vírus e trouxeram-no para o Brasil, onde ficou circulando entre pessoas das classes mais abastadas. Até abril os bairros Barra da Tijuca, Copacabana e Leblon eram os que apresentavam mais casos de Covid-19 (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2020). Assustada, a população respeitou os decretos nas primeiras semanas e o índice de isolamento social alcançou 85% na capital fluminense (NITAHARA, 2020b).

O restante da população, atuante nas atividades essenciais, em sua maioria moradores das periferias, continuou se expondo. No entanto, em poucas semanas o corona vírus atingiu as periferias e, diante da vulnerabilidade social, a letalidade foi maior. Hoje, os bairros com mais casos confirmados são 1º Copacabana, 2º Campo Grande e 3º Barra da Tijuca, mas com mais mortes são 1º Campo Grande, 2º Bangu e 3º Copacabana (PCRJ, 2020). Assim, apesar de apresentarem menos casos o número de mortes é maior nos bairros da Zona Oeste, periferia da capital.

Ainda nas primeiras semanas de isolamento, com letalidade menor nas áreas nobres, o que se viu foi um grande relaxamento do isolamento social nos bairros da Zona Sul, onde cada vez mais pessoas saem de casa para fazer atividade física nos calçadões da orla carioca (NITAHARA, 2020b). Pessoas públicas, que na TV incentivaram a campanha “Fique em Casa”, foram flagradas em caminhadas rompendo o isolamento social. A demora em disponibilizar o auxílio emergencial para a população aos trabalhadores informais, autônomos e desempregados, junto a incapacidade de atender a todos que deveriam receber, também fez com que muitos não pudessem manter o isolamento social por uma questão de sobrevivência.

Chegamos no final de maio com a taxa de ocupação de leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) para Covid-19 de 91%, na rede do Serviço Único de Saúde (SUS), no município do Rio. Há 97 pessoas na fila da regulação, aguardando transferência para leitos dedicados à covid-19, sendo 73 deles para leitos de UTI (ÍNDIO DO BRASIL, 2020), e os hospitais de campanha não ficaram prontos. Hoje são mais de 42 mil mortes confirmadas em todo o Brasil, sabendo que há subnotificação. Já somos o segundo país no mundo em número de mortes, atrás apenas dos Estados Unidos.

Somente no estado Rio de Janeiro foram registradas 7.592 mortes, no entanto, em cartório, são 2.000 mortes a mais por corona vírus do que o número divulgado oficialmente pelo governo (DIÁRIO DO RIO, 2020). Isso acontece porque nas declarações de óbito, a Covid-19 pode constar como causa da morte mesmo se for uma suspeita, sem ainda contar com confirmação de exames de laboratório. Ainda assim iniciamos a flexibilização gradativa, com abertura do comércio e outras atividades que seguirão em etapas subsequentes. Será que já é o momento para flexibilização do isolamento? Enfim, controlamos a pandemia?

A Covid-19 na Baixada Fluminense

Na baixada fluminense, periferia da região metropolitana (figura 1), área muito populosa e com muitos déficits sociais (FARIAS, 2019), a maioria dos prefeitos seguiu as recomendações do governador, mas nem todos. Entre os maiores municípios, Nova Iguaçu, com população estimada em 821 mil habitantes (IBGE, 2020), teve decreto municipal expedido a favor do isolamento divulgado em 22 de março. Já em Duque de

FARIAS, A dispersão da COVID-19 na Baixada Fluminense: como o coronavírus avança pelas periferias do Rio de Janeiro

Caxias, com população estimada em 919 mil habitantes (IBGE, 2020), o decreto municipal só foi divulgado em 3 de abril, após a declaração do primeiro óbito no município. Ainda assim, o prefeito de Duque de Caxias, relutou em fechar o comércio e, mesmo depois de editar o decreto, diferentemente da determinação estadual, fez questão de enfatizar que as igrejas ficariam abertas, pois ajudariam na cura da Covid-19 (ALVES, 2020).



Figura 1 – Mapa da região metropolitana do Rio de Janeiro e suas sub-regiões.

Organização e Elaboração: Laboratório Integrado de Geografia Física Aplicada (LiGA-UFRRJ) e Laboratório de Geografia Econômica e Política (LAGEP-UFRRJ) [2020].

A postura do prefeito, em consonância com o presidente da república e contra o governador (SABINO e BEHNKE, 2020b), fez com que muitos cidadãos não aderissem ao isolamento e boa parte do comércio não essencial continuou a funcionar normalmente. O fluxo de pessoas nas ruas se manteve alto, não como um dia comum, mas bastante elevado se comparado ao que aconteceu em Nova Iguaçu, onde a política de isolamento foi mais seriamente cumprida. A consequência dessa postura é o grande número de óbitos por Covid-19 em Duque de Caxias, o segundo município no estado do Rio de Janeiro, atrás somente da capital (REGUEIRA, 2020).

FARIAS, A dispersão da COVID-19 na Baixada Fluminense: como o coronavírus avança pelas periferias do Rio de Janeiro

Na tabela 1, construída com os dados da Secretaria Estadual de Saúde (GERJ, 2020), de 14 de abril, Nova Iguaçu (122) tinha 30% mais casos registrados do que Duque de Caxias (94), entretanto Nova Iguaçu (8) tinha 40% menos óbitos do que Duque de Caxias (20). Os óbitos em Duque de Caxias, proporcionalmente, eram superiores ao Rio de Janeiro quando considerados casos por 100 mil habitantes. Estes dados nos levam a acreditar em grande subnotificação, principalmente no número de infectados em Duque de Caxias, pois o percentual de mortes em relação aos infectados era de mais de 20%, muito superior aos demais municípios da baixada fluminense e ao relatado pela OMS (VEJA, 2020). Também é possível perceber a importância do isolamento social e suas consequências sobre o número de mortes quando o mesmo não é respeitado, como pode ser percebido em Duque de Caxias.

Tabela 1 – Total de casos e de óbitos por Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro e municípios da Baixada Fluminense, em 14 de abril de 2020.

Município	Habitantes ¹	Casos		Óbitos		Relação mortes/casos
		Total	por 100.000 hab	Total	por 100.000 hab	
Belford Roxo	510.906	52	10,18	3	0,59	5,77%
Duque de Caxias	919.596	94	10,22	20	2,17	21,28%
Guapimirim	60.517	3	4,96	0	0,00	0,00%
Itaguaí	133.019	5	3,76	2	1,50	40,00%
Japeri	104.768	3	2,86	0	0,00	0,00%
Magé	245.071	21	8,57	1	0,41	4,76%
Mesquita	176.103	32	18,17	1	0,57	3,13%
Nilópolis	162.485	22	13,54	0	0,00	0,00%
Nova Iguaçu	821.128	122	14,86	8	0,97	6,56%
Paracambi	52.257	1	1,91	0	0,00	0,00%
Queimados	150.319	13	8,65	1	0,67	7,69%
Rio de Janeiro	6.718.903	2.393	35,62	140	2,08	5,85%
São João de Meriti	472.406	45	9,53	3	0,64	6,67%
Seropédica	82.312	4	4,86	0	0,00	0,00%

Fonte: Secretaria Estadual de Saúde

Nota: 1 População estimada 2019

Como explicar o avanço da Covid-19 na baixada fluminense, especialmente, em Nova Iguaçu e Duque de Caxias? Embora acometa os seres humanos, sabemos que o processo saúde-doença está relacionado às condições de vida da população (MONKEN, 2008), ou seja, às características espaciais (em saúde chamadas de características

territoriais) que são produzidas pela sociedade e que refletem a injusta distribuição da riqueza (CORRÊA, 1995). Essas diferenças entre fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população, e compõem os determinantes sociais em saúde (BUSS e PELLEGRINI FILHO, 2007). Isto mostra a importância do isolamento social como medida de redução dos riscos na exposição, principalmente pelos grupos mais vulneráveis.

No caso da Covid-19, além da idade, a condição social tem se mostrado como determinante para o agravamento do quadro do paciente, devido às comorbidades (NUNES e CARDIM, 2020). Isto é, a população mais pobre por não se alimentar adequadamente e não ter acesso a tratamento de saúde adequado, deixa latente doenças silenciosas como diabetes e pressão alta, que fragilizam os infectados pelo corona vírus.

Essas características, em princípio, não explicariam sua transmissão, tendo em vista que o corona vírus veio do exterior, trazido por integrantes das classes sociais mais elevadas (BARREIRA e GRANDIM, 2020). Assim, nos municípios da baixada fluminense, onde os determinantes sociais em saúde preocupam pela dimensão que podem levar a alcançar o número de mortes pela Covid-19, interessa-nos entender a distribuição espacial dos casos registrados nos municípios da periferia, em diferentes momentos.

No dia 14 de abril, Nova Iguaçu apresentou mais casos de infectados nos bairros 1º Centro, 2º Posse e 3º Austin. Em Duque de Caxias com mais casos estavam os bairros 1º Centro, 2º Parada Angélica, 3º empatados Jardim Primavera, Mantiquira, Parque Marilandia, Saracuruna, Vila Leopoldina, Xerém (GERJ, 2020). Nesse contexto que o território utilizado (SANTOS e SILVEIRA, 2001) se mostra como categoria fundamental de análise para o entendimento dessa interação entre classes, pois extrapola os limites do “território de moradia”.

O território utilizado pode ter várias escalas e associa-se ao espaço da produção, circulação, mas também da associação e lazer. Embora este pareça excessivamente amplo, na maior parte dos dias a mobilidade ocorre em áreas restritas do ir e vir cotidiano da população, com suas rotinas de deslocamento entre as instituições da vida social, influenciadores e influenciados pelos usos dados ao território (MONKEN e BARCELLOS, 2005).

Boa parte da população da periferia realiza deslocamento pendular diário, casa-trabalho-casa, para a cidade do Rio de Janeiro, núcleo da metrópole. Desta maneira o morador da baixada fluminense divide seu território utilizado com membros da elite carioca e, em algum momento, pode entrar em contato com o corona vírus. Ao retornar para seu município de residência, circulando na área central, mais habitada e movimentada, também pela maior concentração de serviços essenciais, passa a dividir seu território utilizado com os outros frequentadores dessa área, espalhando o vírus para moradores do local e adjacências. Isso explica o maior número de casos nos centros desses municípios centrais da baixada fluminense.

O quadro descrito até aqui se refere à primeira quinzena de abril. Atualizando as informações para a 12 de junho, após oito semanas do início do espraiamento da Covid-19 pela baixada fluminense, o que se vê é a reprodução do quadro inicial em outra escala territorial. Os moradores das periferias mais distantes acessam mais os maiores centros da baixada fluminense, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, ou mesmo nos bairros periféricos da capital, como Campo Grande e adjacências, e menos a área central da capital. Os territórios utilizados vão se misturando e pouco a pouco o corona vírus vai se espraiando. Agora, a periferia da metrópole funciona como um centro para a ampliação do número de casos registrados na sua periferia, ou seja, a periferia da periferia da capital, que são as frentes de expansão do extremo oeste metropolitano e da transição da baixada fluminense para o leste metropolitano.

Na tabela 2, construída com os dados da Secretaria Estadual de Saúde (GERJ, 2020), comparando os casos por 100 mil habitantes, observa-se que os municípios com mais registros são 1º Guapimirim, 2º Queimados, 3º Itaguaí, 4º Rio de Janeiro, 5º Paracambi, 6º Magé e 7º Seropédica. Já em relação às mortes por 100 mil habitantes, com mais registros estão 1º Rio de Janeiro, 2º Guapimirim, 3º Magé, 4º Itaguaí, 5º Mesquita, 6º Duque de Caxias e 7º Paracambi. Com exceção de Japeri, os demais municípios do extremo oeste metropolitano e da transição da baixada fluminense para o leste metropolitano estão na primeira metade desses tristes rankings.

Tabela 2 – Total de casos e de óbitos por Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro e municípios da Baixada Fluminense, em 12 de junho de 2020.

Município	Habitantes ¹	Casos	Óbitos	
-----------	-------------------------	-------	--------	--

		Total	por 100.000 hab	Total	por 100.000 hab	Relação mortes/casos
Belford Roxo	510.906	1026	200,82	145	28,38	14,13%
Duque de Caxias	919.596	2026	220,31	318	34,58	15,70%
Guapimirim	60.517	509	841,09	28	46,27	9,09%
Itaguaí	133.019	860	646,52	59	44,35	5,16%
Japeri	104.768	125	119,31	14	13,36	10,69%
Magé	245.071	1136	463,54	112	45,70	9,86%
Mesquita	176.103	606	344,12	76	43,16	12,54%
Nilópolis	162.485	460	283,10	53	32,62	11,52%
Nova Iguaçu	821.128	2443	297,52	265	32,27	10,85%
Paracambi	52.257	301	576,00	18	34,45	5,98%
Queimados	150.319	1255	834,89	19	12,64	1,51%
Rio de Janeiro	6.718.903	40.017	595,59	4.850	72,18	12,12%
São João de Meriti	472.406	1.210	256,14	145	30,69	11,98%
Seropédica	82.312	321	389,98	16	19,44	4,98%

Fonte: Secretaria Estadual de Saúde

Nota: 1 População estimada 2019

Esse espriamento da Covid-19 fica ainda mais evidente quando analisamos o crescimento do número de casos registrados nesse período compreendido entre as duas datas utilizadas como referência, 14 de abril e 12 de junho de 2020 (Tabela 3).

Tabela 3 – Crescimento dos casos de Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro e municípios da Baixada Fluminense entre 14 de abril e em 12 de junho de 2020.

Município	Habitantes ¹	Casos registrados		Crescimento
		até 14 de abril	até 12 de junho	
1 Paracambi	52.257	1	301	301,00
2 Itaguaí	133.019	5	860	172,00
3 Guapimirim	60.517	3	509	169,67
4 Queimados	150.319	13	1255	96,54
5 Seropédica	82.312	4	321	80,25
6 Magé	245.071	21	1136	54,10
7 Japeri	104.768	3	125	41,67
8 São Joao de Meriti	472.406	45	1.210	26,89
9 Duque de Caxias	919.596	94	2026	21,55
10 Nilópolis	162.485	22	460	20,91
11 Nova Iguaçu	821.128	122	2443	20,02
12 Belford Roxo	510.906	52	1026	19,73
13 Mesquita	176.103	32	606	18,94
14 Rio de Janeiro	6.718.903	2.393	40.017	16,72

Fonte: Secretaria Estadual de Saúde

Nota: 1 População estimada pelo IBGE

Em 14º lugar, com menor crescimento, está o município do Rio de Janeiro, dado que no início da análise já apresentava muitos casos, sendo o epicentro da Covid-19 no estado. Imediatamente acima, em 13º e 8º lugares estão os municípios da baixada histórica com urbanização mais densa (ROCHA, 2015), atingidos na sequência, que já apresentavam mais casos e mortes na primeira data. E na parte superior, do 7º ao 1º lugar, os municípios que apresentaram maior crescimento, localizados no extremo oeste metropolitano formado pelas cidades de Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Japeri e Queimados (OLIVEIRA, 2015), além de Magé e Guapimirim, que compõem uma transição Baixada-Leste Metropolitano (FORTES, OLIVEIRA E SOUSA, 2020).

Considerações finais

Diante do exposto, é possível afirmar que a região metropolitana do Rio de Janeiro está atravessando diferentes estágios da pandemia da Covid-19. A capital como epicentro registrando muitos casos e muitos óbitos, na sequência atingindo a sua periferia imediata, a baixada fluminense histórica, e posteriormente as áreas de expansão, o extremo oeste metropolitano e a transição baixada fluminense-leste metropolitano, onde foi observado maior incremento do número de casos no período analisado.

Nesses municípios frentes de expansão, com menos infraestrutura urbana, é onde estão as maiores concentrações de infectados, proporcionalmente por 100 mil habitantes. Entretanto, esse incremento de casos não foi acompanhado pelo incremento de óbitos. Acredito que, infelizmente, é muito provável que haverá um forte crescimento do número de mortes nas próximas semanas. Crescimento que pode ser ainda maior devido ao fato de que a flexibilização foi permitida uniformemente para toda a região metropolitana, pelo governador do estado do Rio de Janeiro, cabendo aos prefeitos decidir sobre suas particularidades.

Diante da pressão econômica, do longo período em isolamento social, e de outras questões citadas anteriormente, grande parte da população tem saído para as ruas nesta primeira semana de flexibilização, lotando shoppings e praias. Agora, mais do que nunca, é imprescindível haver transparência na divulgação dos dados, com objetivo

de acompanhar a curva de crescimento de casos e óbitos por Covid-19 e, se preciso, restringir a circulação de pessoas novamente. Transparência que foi sendo perdida ao longo do tempo no site da Secretaria Estadual de Saúde, quando não mais conseguimos informações dos infectados por bairro de residência – estava disponível em 14 de abril, mas não em 12 de junho de 2020 – o que permitiria uma análise mais detalhada da pandemia no Rio de Janeiro.

Referências

- ALVES, Chico. Após dizer que igreja cura covid 19 prefeito está internado com a doença. UOL, Rio de Janeiro. 12.04.2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2020/04/12/apos-dizer-que-igreja-cura-covid-19-prefeito-esta-internado-com-a-doenca.htm>. Acessado em: 13 de abril de 2020.
- BARREIRA, Gabriel e GRANDIN, Felipe. Bairros mais caros do Rio lideram casos, mas especialistas temem 'explosão' de Covid-19 nas favelas. O Globo, Rio de Janeiro. 25.03.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/25/bairros-mais-caros-do-rio-lideram-casos-mas-especialistas-temem-explosao-de-covid-19-nas-favelas.ghtml>. Acessado em: 29 de março de 2020.
- BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A Saúde e seus determinantes Sociais. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.
- CAPOBIANCO, Marcela. Governador Witzel decreta fechamento de cinemas, teatros e casas de show. *Revista Veja*, Rio de Janeiro, Shows. 13.03.2020. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/governador-witzel-decreto-fechamento-cinema/>. Acessado em: 29 de março de 2020.
- CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 352p, 1995.
- DIÁRIO DO RIO. Cartórios do RJ contabilizam quase 2.000 mortes a mais que números oficiais do governo. *Diário do Rio*, Rio de Janeiro, Brasil. 05.06.2020. Disponível em: <https://diariodorio.com/cartorios-do-rj-contabilizam-quase-2-000-mortes-a-mais-que-numeros-oficiais-do-governo/>. Acessado em: 10 de junho de 2020.

GERJ - GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Painel Coronavirus Covid-19. Secretaria de Saúde, Rio de Janeiro. 14.04.2020. Disponível em: <http://painel.saude.rj.gov.br/monitoramento/covid19.html>. Acessado em: 14 de abril de 2020 e 12 de junho de 2020.

FARIAS, Heitor Soares. Espaço Geográfico como categoria de análise da qualidade de vida e saúde da população. *Geouerj*, Rio de Janeiro, n. 34, e, 28418, 2019 | doi: 10.12957/geouerj.2019.28418.

FORTES, Alexandre; OLIVEIRA, Leandro Dias de; SOUSA, Gustavo Mota de. A COVID-19 na Baixada Fluminense: Colapso e apreensão a partir da periferia metropolitana do Rio de Janeiro. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, ano IX, n. 18, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/13591>. Acessado em: 13 de junho de 2020.

GRELLET, Fabio. Witzel suspende transporte por ônibus e avião para o Rio. Uol, São Paulo, Coronavírus. 19.03.2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/03/19/witzel-suspende-transporte-por-onibus-e-aviao-para-o-rio.htm>. Acessado em: 30 de março de 2020.

ÍNDIO DO BRASIL, Cristina. Taxa de ocupação de leitos de UTI para covid-19 no Rio é de 91%. Agência Brasil, Rio de Janeiro, Brasil. 31.05.2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/taxa-de-ocupacao-de-leitos-de-uti-para-covid-19-no-rio-e-de-91>. Acessado em: 10 de junho de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. Brasil, Rio de Janeiro, Panorama Municipal. 15.04.2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acessado em: 13 de abril de 2020.

JUCÁ, Beatriz. Com projeção de 460.000 infectados no Estado de São Paulo, Brasil endurece combate ao coronavírus. *El País*, São Paulo, Brasil. 13.03.2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-14/com-projecao-de-460000-infectados-no-estado-de-sao-paulo-brasil-endurece-combate-ao-coronavirus.html>. Acessado em: 30 de março de 2020.

MONKEN, M. Contexto, território e processo de territorialização de informações. Desenvolvendo estratégias pedagógicas para a educação profissional em *FARIAS, A dispersão da COVID-19 na Baixada Fluminense: como o coronavírus avança pelas periferias do Rio de Janeiro*

vigilância em saúde. In: BARCELLOS, Christovam (org.). A geografia e o contexto dos problemas de saúde. Rio de Janeiro: Abrasco, 2008, p. 141-163.

MONKEN, Mauricio e BARCELLOS, Christovam. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 21(3):898-906, mai-jun, 2005.

NITAHARA, Akemi. Coronavírus: Rio de Janeiro decreta estado de emergência. Agência Brasil, Rio de Janeiro. 17.03.2020a. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/coronavirus-rio-de-janeiro-decreta-situacao-de-emergencia>. Acessado em: 30 de março de 2020.

NITAHARA, Akemi. Cai taxa de isolamento social na cidade do Rio de Janeiro. Agência Brasil, Rio de Janeiro. 05.05.2020b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/cai-taxa-de-isolamento-social-na-cidade-do-rio-de-janeiro>. Acessado em: 11 de junho de 2020.

NUNES, Máira e CARDIM, Maria Eduarda. Coronavírus é mais letal para pacientes pretos e pardos. Correio Braziliense, Brasília. 13.04.2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/13/interna-brasil,844115/coronavirus-e-mais-letal-para-pacientes-pretos-e-pardos.shtml>. Acessado em: 16 de abril de 2020.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A emergência da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva". Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica, ano IV, n. 7, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/1814>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

PCRJ - Painel Rio Covid 19. Disponível em: <http://www.data.rio/app/painel-rio-covid-19>. Acessado em: 11 de junho de 2020.

REGUEIRA, Chico. Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, é a 2ª cidade em número de mortes no RJ. O Globo, Rio de Janeiro, 13.04.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/13/ultima-a-restringir-comercio-na-regiao-metropolitana-caxias-e-a-segunda-cidade-do-rj-em-numero-de-mortes.ghtml>. Acessado em: 16 de abril de 2020.

ROCHA, André Santos da. Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense: Apontamentos sobre o “novo” mercado imobiliário da região. Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica, ano III, n. 6, janeiro-junho de 2015. Disponível em <

SABINO, Marla e BEHNKE, Emiliy. Bolsonaro confronta ação de governadores, que reagem. O Estado de São Paulo, São Paulo, 20.03.2020a. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-alguns-governadores-estao-tomando-decisoes-que-nao-sao-de-suas-competencias,70003241261>.

Acessado em: 30 de março de 2020.

SABINO, Marla e BEHNKE, Emiliy. Bolsonaro confronta ação de governadores, que reagem. O Estado de São Paulo, São Paulo, 20.03.2020b. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-alguns-governadores-estao-tomando-decisoes-que-nao-sao-de-suas-competencias,70003241261>.

Acessado em: 30 de março de 2020.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VEJA. Coronavírus: apenas 5% dos casos são graves, diz OMS. Revista Veja, São Paulo, Saúde. 18.02.2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/coronavirus-5-dos-casos-sao-graves-diz-oms/>. Acessado em: 28 de março de 2020.

Data de Submissão: 15/06/2020

Data da Avaliação: 18/06/2020

DUQUE DE CAXIAS E RIO DAS PEDRAS: REFLEXÕES SOBRE AS PARTICULARIDADES E UNIVERSALIDADES DA COVID-19

Marcio Rufino Silva¹

Luciano Ximenes Aragão²


427


Resumo. O texto a seguir trata de dois casos específicos, representados pelo município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, e pela localidade de Rio das Pedras, no bairro de Jacarepaguá, município do Rio de Janeiro. Nesses dois lugares, diferentes feixes sociopolíticos se territorializam e revelam o teor de uma situação social crítica, revelada pela expansão da contaminação pela COVID-19, a ação das milícias e a instituição de uma verdadeira gestão da barbárie. Trata-se, segundo nosso entendimento, de um esgarçamento dos próprios limites do Estado. Lemos, assim, a articulação entre universalidades e particularidades como um caminho fundamental na compreensão desses ritmos, recuperando elementos da formação social brasileira e sua funcionalidade. Por fim, cruzamos tal ensaio com o qualitativo dessa urbanização, reconhecendo verdadeiros territórios economizados em uma maquinaria cujo resultado é a emergência da economia política da morte, operando como necessária ao continuum do processo de acumulação.

Palavras-chave: Duque de Caxias; Rio das Pedras; particularidade; universalidade; território economizado.

DUQUE DE CAXIAS AND RIO DAS PEDRAS: REFLECTIONS ON COVID'S PARTICULARITIES AND UNIVERSALITIES

Abstract. The following text deals with two specific cases, represented by the municipality of Duque de Caxias, in Baixada Fluminense, and by the locality of Rio das Pedras, in the district of Jacarepaguá, municipality of Rio de Janeiro. In these two places, different socio-political strands are territorialized and reveal the content of a critical social situation, revealed by the expansion of contamination by COVID-19, the action of the militias and the institution of a true barbarism management. It is, according to our understanding, a stripping of the very limits of the State. Thus, we read the articulation between

¹Professor Adjunto, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Programa de Pós-graduação em Geografia.  <https://orcid.org/0000-0002-0301-1325>. E-mail: marciorufis@gmail.com.

²Professor Adjunto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – Departamento de Geografia.  <http://orcid.org/0000-0002-1158-4385>. E-mail: lucianoximenes@yahoo.com.br.

universalities and particularities as a fundamental way to understand these rhythms, recovering elements of Brazilian social formation and their functionality. Finally, we crossed this essay with the qualitative of this urbanization, recognizing real economical territories in a machinery whose result is the emergence of the political economy of death, operating as necessary to the continuum of the accumulation process.

Keywords: Duque de Caxias; Rio das Pedras; particularity; universality; economical territory.

DUQUE DE CAXIAS ET RIO DAS PEDRAS: RÉFLEXIONS SUR LES PARTICULARITÉS ET UNIVERSALITÉS DE LA COVID

Résumé. Le texte suivant traite de deux cas spécifiques, représentés par la municipalité de Duque de Caxias, à Baixada Fluminense, et par la localité de Rio das Pedras, au quartier de Jacarepaguá, municipalité de Rio de Janeiro. Dans ces deux lieux, différents volets socio-politiques sont territorialisés et révèlent le contenu d'une situation sociale critique, révélée par l'expansion de la contamination par COVID-19, l'action des milices et l'institution d'une véritable gestion de la barbarie. Il s'agit, selon nous, d'un dépouillement des limites mêmes de l'État. Ainsi, nous lisons l'articulation entre les universalités et les particularités comme un moyen fondamental de comprendre ces rythmes, récupérant des éléments de la formation sociale brésilienne et leur fonctionnalité. Enfin, nous croisons cet essai avec le qualitatif de cette urbanisation, reconnaissant des véritables territoires économisés dans une machinerie dont le résultat est l'émergence de l'économie politique de la mort, opérant comme nécessaire au continuum du processus d'accumulation.

Mots-clés : Duque de Caxias ; Rio das Pedras ; particularité ; universalité ; territoire économisé.

Apresentação

O ritmo e as consequências da expansão da COVID-19³ no município de Duque de Caxias e na localidade de Rio das Pedras, no bairro de Jacarepaguá, município do Rio de Janeiro, bem podem fornecer importantes pistas quanto à compreensão dos processos sociais subjacentes à pandemia e ao cotidiano da crise social nas cidades brasileiras.

Além de muitas e importantes análises sobre o ritmo presente e as prospecções da evolução da COVID-19 na Baixada Fluminense e nas demais áreas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro⁴, circulou, nos últimos meses, uma série de

³ “A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório). [...] Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/2019 após casos registrados na China. Provoca a doença chamada de coronavírus (COVID-19). Os primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937. No entanto, foi em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa. A maioria das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo as crianças pequenas mais propensas a se infectarem com o tipo mais comum do vírus. Os coronavírus mais comuns que infectam humanos são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus OC43, HKU1.” BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em 03/06/2020. Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde declarou, oficialmente, que o mundo vivia uma pandemia do novo coronavírus, reconhecendo que a epidemia estava disseminada em vários continentes, e que tal mudança de classificação implicava que os países estavam obrigados a tomarem atitudes preventivas. A esse respeito, ver: “Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus”. Unasus, 11/03/2020. Disponível em <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em 03/06/2020. Embora em junho de 2020, momento em que fechamos este texto, pareça quase desnecessário explicitar de que se trata essa doença, devido à sua onipresença global e suas trágicas consequências, vale a pena registrar, sobretudo para consultas futuras, o real significado e a extensão dessa pandemia.

⁴ Destacamos, aqui, vários textos publicados na plataforma OpenLab, sob coordenação do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais (PPGIHD) da UFRRJ, desde o início da quarentena, a quem devemos muitas das reflexões que desenvolvidas neste texto. FORTES, Alexandre e OLIVEIRA, Leandro Dias de. “COVID-19 na Baixada Fluminense: o tsunami se aproxima”, 08/04/2020, <https://www.ppgihd-open-lab.com/post/COVID-19-na-baixada-fluminense-o-tsunami-se-aproxima>. ROCHA, André Santos da. “Nada é tão ruim que não possa piorar”, 13/04/2020, <https://www.ppgihd-open-lab.com/post/nada-%C3%A9-t%C3%A3o-ruim-que-n%C3%A3o-possa-piorar>. FORTES, Alexandre. “Dinâmica socioespacial da COVID-19 na cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense”, 14/04/2020. <https://www.ppgihd-open-lab.com/post/din%C3%A2mica-socioespacial-da-COVID-19-na-cidade-do-rio-de-janeiro-e-na-baixada-fluminense>. FARIAS, Heitor Soares de. “A dispersão da COVID-19 na Baixada Fluminense: um paralelo entre Duque de Caxias e Nova Iguaçu”, 16/04/2020. <https://www.ppgihd-open-lab.com/post/a-dispers%C3%A3o-da-COVID-19-na-baixada-fluminense-um-paralelo-entre-duque-de-caxias-e-nova-igua%C3%A7u>. NESIMI, Mariana dos Santos e BOTELHO, Maurílio Lima. “Vida e morte na cidade: segregação e exclusão na era da pandemia”, 17/04/2020. <https://www.ppgihd-open-lab.com/post/vida-e-morte-na-cidade-segrega%C3%A7%C3%A3o-e-exclus%C3%A3o-na-era-da->

reportagens, em diferentes mídias, a respeito de aspectos peculiares de ambos os lugares indicados no parágrafo anterior, sobretudo do modo como as suas populações estão atravessando o período da quarentena.

Delineando o problema em dois atos

Duque de Caxias, o município mais populoso da Baixada Fluminense⁵, cujo primeiro caso oficialmente confirmado de infecção pelo novo coronavírus data de 24 de março de 2020 (segundo os dados constantes no Painel Rede CoVida⁶), naquela mesma data teve veiculada uma declaração de seu prefeito, Washington Reis, afirmando que “[...] nossa orientação desde a primeira hora foi manter as igrejas abertas, porque a cura [à doença causada pelo novo coronavírus] virá de lá, dos pés do senhor”.⁷ A reportagem reforça, ainda, que a fala do prefeito seria “[...] direcionada a fiéis e pastores da Igreja Universal do Reino de Deus e de outras denominações”, com o intuito de lhes assegurar que seus templos manteriam as portas abertas diante das medidas de isolamento social

pandemia. OLIVEIRA, Leandro Dias de. “Para além da capital”, 21/04/2020. <https://www.ppgihd-openlab.com/post/para-al%C3%A9m-da-capital>.

⁵ Em 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estimava em 919.596 a população residente no município, perfazendo uma densidade demográfica de 1.968,85 km². A densidade demográfica, aliás, é um dado essencial para mensuração dos efeitos de circulação e isolamento social. Os dados referentes à população do município estão disponíveis em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama> e os dados mais atualizados das áreas dos municípios brasileiros (segundo a estrutura político-administrativa vigente no Brasil em 30/04/2018) estão disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios?t=o-que-e&c=3301702>. Na Baixada Fluminense, estimava-se que o 2º município mais populoso em 2019 era Nova Iguaçu (821.128 habitantes, 1.578,83 hab./km²), seguido de Belford Roxo (510.906 habitantes), São João de Meriti (472.406), Magé (245.071) e os demais municípios da região.

⁶ O “Painel Rede CoVida”, cuja atualização ocorre no intervalo de horas, mostra dados da evolução da doença no território brasileiro como um todo, em cada unidade da federação e em cada município, e estão disponíveis em <https://painel.covid19br.org/>. Acesso em 02/06/2020. A rede de pesquisa responsável pela gestão da página é a “Rede CoVida – Ciência, Informação e Solidariedade”, que, segundo a sua principal página na internet, “[...] é um projeto de colaboração científica e multidisciplinar focado na pandemia de COVID-19. É uma iniciativa que surgiu em março de 2020 a partir da união entre o Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia) e a Universidade Federal da Bahia (Ufba), diante da maior crise de sanitária global dos últimos 100 anos. A Rede é uma resposta de pesquisadores e profissionais de comunicação que visam enfrentar a pandemia de COVID-19, apoiando a tomada de decisões dos gestores e oferecendo informações científicas confiáveis a partir do monitoramento de casos, da modelagem matemática e dos saberes reunidos por cientistas de diversos campos de saberes.” Disponível em <https://covid19br.org/sobre/>. Acesso em 02/06/2020.

⁷ “Cura virá das igrejas, diz prefeito de Duque de Caxias sobre coronavírus”, Extra, 24/03/2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/cura-vira-das-igrejas-diz-prefeito-de-duque-de-caxias-sobre-coronavirus-24325703.html>. Acesso em 26/04/2020.

constantes em decreto estadual⁸ e já adotadas naquele momento por outros municípios. Ao lado da vereadora Leide Nascimento (PRB), que afirmava que os cultos já não estavam acontecendo e que a própria igreja já havia tomado suas medidas quanto à higiene das mãos dos “obreiros e fiéis” que adentravam as igrejas, o prefeito declarou, ainda, que subiria ao “Monte” para “orar”, buscando que “Duque de Caxias tenha a proteção de Deus”. Questionada pela reportagem quanto às medidas locais para combate à COVID-19, a Prefeitura de Duque de Caxias afirmou que agentes de segurança estavam orientando a população, sobretudo os mais idosos, ao isolamento social, e que estavam suspensos por 15 dias a realização e feiras livres. Quanto às igrejas e ao comércio, tal decisão ainda era facultativa naquele momento.

Outra reportagem noticiava que, no início daquela mesma semana, o movimento nas ruas do município, inclusive no Centro, ainda estava muito próximo dos dias normais, com comércio aberto, calçadas cheias, filas em bancos e grupos de idosos aglomerados em praças públicas⁹. E, no final de março, a despeito das medidas de enfrentamento à COVID-19 anunciadas pela prefeitura do município, como a aquisição de um centro de saúde particular e a abertura de novos leitos, era notória a resistência do poder local em adotar medidas de isolamento social. Uma reportagem¹⁰, por exemplo, noticiava que,

⁸ O Decreto Estadual nº 46.973, de 16/03/2020, regulamentou, dentro do Estado do Rio de Janeiro, a Lei Federal nº 13.979, de 06/02/2020. A referida lei, aliás, dispunha sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e já previa, àquela altura, cerca de 20 dias antes da confirmação do primeiro caso oficial de COVID-19 em território brasileiro, o isolamento, a quarentena, a determinação de realização compulsória de exames, testes laboratoriais, coletas etc., bem como outras medidas. O decreto estadual, assim, suspendia por 15 dias a realização de eventos e atividades com a presença de público, atividades coletivas de cinema, teatro e afins, visitação às unidades prisionais, transporte de detentos para a realização de audiências de qualquer natureza, visita a pacientes diagnosticadas com o COVID-19, aulas presenciais na Educação Básica e Ensino Superior e a circulação de linha interestadual de ônibus em origem em estado com circulação de vírus confirmada ou situação de emergência decretada. Os efeitos desse decreto foram renovados pelos decretos nº 47.006, de 27/03/2020, nº 47.027, de 13/04/2020, nº 47.052, de 29/04/2020 e nº 47.068, de 11/05/2020. Em 01/06/2020, já tendo o governo do estado um plano engatilhado para a reabertura das atividades econômicas não essenciais, foi editado o Decreto Estadual nº 47.102, que estendeu o efeito dos decretos anteriores até o dia 05/06/2020.

⁹ “Coronavírus: moradores de Duque de Caxias ignoram recomendações de isolamento social”, R7, 20/03/2020. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/balanco-geral-rj/videos/coronavirus-moradores-de-duque-de-caxias-ignoram-recomendacoes-de-isolamento-social-20032020>. Acesso em 27/04/2020.

¹⁰ “Na Baixada Fluminense, Duque de Caxias é o único município que se nega a fechar comércio”, Folha de S. Paulo, 30/03/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/lider-em-casos-de-coronavirus-na-baixada-fluminense-duque-de-caxias-se-nega-a-fechar-comercio.shtml>. Acesso em 27/04/2020.

ao contrário de Caxias, “algumas prefeituras da Baixada Fluminense determinaram o fechamento do comércio mesmo antes de haver registro oficial de infectados pelo novo coronavírus”, o que fora o caso de Nova Iguaçu, São João de Meriti, Mesquita, Nilópolis, Queimados, Japeri, Paracambi e Magé. A reportagem, ainda, indica Duque de Caxias como um “reduto bolsonarista”, seja pela maior quantidade absoluta de votos, dentre os demais municípios da região, dispensados ao então candidato Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições presidenciais de 2018, seja pelo “alinhamento” do poder institucional local com os discursos negacionistas do presidente quanto à necessidade e eficácia da estratégia de isolamento social diante da pandemia. Ao final, a reportagem cita falas de ativistas sociais locais, que denunciam o baixo investimento público no enfrentamento das desigualdades sociais e raciais locais e a subordinação das populações mais pobres, majoritariamente negra, a religiões neopentecostais e grupos milicianos, bem como a adesão de parte dessa população a discursos mais sectários dessas religiões e a perspectivas anticientíficas preconizadas por essas tendências políticas e teológicas. Por fim, cita iniciativas do grupo “Movimenta Caxias” e da iniciativa “#Coronanabaixada”¹¹ na promoção de campanhas de arrecadação de mantimentos e de reivindicação de políticas locais de enfrentamento à pandemia.

¹¹ Mais informações sobre o “Movimenta Caxias” estão disponíveis em <https://www.facebook.com/MovimentaCaxias/>, acesso em 27/04/2020. A iniciativa #Coronanabaixada, lançada em 27/03/2020, é fruto da conjugação de esforços de dezenas de entidades, organizações, movimentos e lideranças da Baixada Fluminense para cobrar medidas a favor da região em relação à pandemia do novo coronavírus. A iniciativa, que une o Fórum Grita Baixada, a Casa Fluminense, a Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, o Movimenta Caxias e muitas outras entidades, tem uma carta manifesto, disponível em <https://forumgritabaixada.org.br/mobilizacao-na-bxd-une-coletivos-que-reivindicam-acoes-governamentais> (acesso em 27/04/2020), onde o problema regional é claramente delineado: “[...] na Baixada, infelizmente, é histórico o processo de violação de direitos. A população pobre, preta e periférica, moradora dessa região, sofre com a violência, desemprego e precarização do trabalho, baixo número de leitos disponíveis e problemas no acesso à saúde, falta de saneamento (água potável, coleta de esgoto, coleta de lixo), adensamento habitacional excessivo (mais de 3 pessoas dormindo no mesmo quarto), dentre outros. Infelizmente, a infraestrutura e as condições não são boas, propícias para a proliferação do coronavírus. Mas os governos e a sociedade têm que entender suas responsabilidades para evitarmos a expansão do número de casos. Hoje, temos poucos, mas é necessário prudência e atenção. Muitas denúncias chegam de pessoas com sintomas que não foram testadas, inclusive que vieram a óbito. Há prefeituras que estão se esforçando para seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e das autoridades sanitárias, mas algumas ainda não entenderam a gravidade da situação ou preferem seguir as orientações desastrosas do presidente da República, com isso não implementaram medidas sérias para o isolamento e informação aos moradores, estando na contramão das orientações da OMS. Nesse momento de crise, precisamos que as prefeituras da região façam ações coordenadas com o Governo do Estado, buscando soluções conjuntas numa região onde a circulação entre os municípios é bem comum. O vírus não conhece nossas divisas.”

Dias depois, noticiava-se que a 1ª Vara Federal de Duque de Caxias havia derrubado os efeitos de Decreto Federal que definia como “serviço público essencial” atividades religiosas e funcionamento de casas lotéricas¹². Em 30/03/2020, no entanto, a Advocacia Geral da União (AGU) entrou com recurso junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), que, por sua vez, atendeu o pedido e liberou a vigência do decreto que incluía “atividades religiosas de qualquer natureza” e “unidades lotéricas” no rol de atividades essenciais¹³. O parecer do TRF-2, assinado pelo desembargador Roy Reis Friede, presidente do Tribunal, acatou as justificativas da AGU quanto ao pedido de suspensão da liminar da Vara de Duque de Caxias, reiterando que a vara teria usurpado competência constitucionalmente entregue ao Poder Legislativo, sendo “competência exclusiva do Congresso Nacional [...] sustar atos normativos do Poder Executivo quando estes exorbitem do poder regulamentar”; a referida decisão, ainda, reiterou que não se poderia “aproveitar o momento de pandemia mundial e calamidade pública para se permitir a perpetração de afrontas à Constituição da República e ao consagrado Princípio da Separação dos Poderes”. Por fim, a decisão advoga que, em “localidades desassistidas da rede bancária”, só é possível às populações mais pobres acessarem serviços bancários básicos por via de unidades lotéricas e que as atividades religiosas

¹² Trata-se, na verdade, de dois decretos, assinados em 20 e 25/03/2020, que regulamentam a Lei Federal nº 13.979, referente às medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública para a pandemia COVID-19. O Decreto Federal nº 10.282, de 20/03/2020, definiu, em seu artigo 3º, que as medidas previstas na referida lei “deverão resguardar o exercício e o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais” e que tais “serviços públicos e atividades essenciais” seriam “aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população”. A um rol de 35 atividades essenciais listadas nesse decreto foram adicionadas, por força do Decreto Federal nº 10.292, de 25/03/2020, mais cinco, sendo duas delas as mais polêmicas: “atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde” e, finalmente, “unidades lotéricas”. O Decreto Federal nº 10.344, de 08/05/2020, adicionou mais quatro atividades: construção civil, atividades industriais, salões de beleza e barbearias e academias de esporte em todas as modalidades. Esse último decreto, aliás, também foi objeto de severas críticas e ações contrárias, como a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 213/2020, de autoria do senador Rogério Carvalho (PT-SE). A esse respeito, ver “Decreto que libera academias e salões de beleza provoca reações no Senado”. Senado Notícias, 12/05/2020. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/12/decreto-que-libera-academias-e-saloes-de-beleza-provoca-reacoes-no-senado>. Acesso em 01/06/2020. Destaque-se, também, a decisão do ministro Dias Toffoli, atual presidente do STF, tornando sem efeito uma decisão do Tribunal de Justiça de Sergipe, que havia permitido a abertura de uma barbearia no município de Itabaiana, no interior do estado. A esse respeito, ver: “Toffoli determina que barbearia não pode funcionar durante a pandemia”. Conjur, 21/05/2020. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2020-mai-21/barbearia-nao-funcionar-durante-pandemia-decide-toffoli>. Acesso em 01/06/2020.

¹³ O texto da decisão do TRF-2, datado de 31/03/2020, está disponível integralmente em <https://www.conjur.com.br/dl/trf2-garante-lotericas-igrejas-essencial.pdf>. Acesso em 27/04/2020.

foram autorizadas pelo decreto mediante “caráter de cautela”, já que elas só poderiam ser efetivadas “obedecidas as determinações do Ministério da Saúde”.

Nova reportagem do dia 2 de abril, pouco mais de 15 dias após a promulgação do decreto estadual que estabelecia o isolamento social e o encerramento de atividades não essenciais, relatava que, em Duque de Caxias, ainda havia lojas abertas, aglomerações e filas no Centro e em vários bairros.¹⁴ Em resposta, o prefeito gravou um vídeo informando que já haviam sido promulgados decretos do município determinando o fechamento do comércio e que carros de som da prefeitura andavam pelas ruas da cidade convencendo seus moradores a permanecerem em suas casas. Dez dias depois, Washington Reis foi internado na unidade de tratamento semi-intensivo do Hospital Pró-Cardíaco, no bairro de Botafogo, zona sul do município do Rio de Janeiro, com teste positivo para contaminação com o COVID-19.¹⁵ No dia seguinte à internação do prefeito, o município já contava com 81 casos confirmados e 16 mortes registradas, sendo a segunda cidade com maior número de mortes do Estado do Rio de Janeiro e a última da Região Metropolitana a adotar medidas de isolamento social.¹⁶ Note-se, aliás, que o município de Niterói, cujo primeiro caso oficial foi confirmado em 12 de março de 2020, doze dias antes do primeiro caso de Duque de Caxias, e que durante boa parte do primeiro mês de vigência do decreto estadual figurou como o segundo município com maior número de infectados do Estado do Rio de Janeiro, atrás apenas da capital, em 27 de abril estava com 260 casos confirmados e 19 mortes, ao passo que Duque de Caxias tinha 300 casos confirmados e o altíssimo número de 63 mortos devido ao novo coronavírus.

Não faltaram análises críticas quanto à situação caótica que o município estava vivendo desde o final de março, quando os primeiros sinais de que a situação poderia sair do

¹⁴ “Comércio abre em Duque de Caxias e falta de isolamento social preocupa”, RJTV, Rede Globo, 02/04/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8452024/>. Acesso em 28/04/2020.

¹⁵ “Prefeito de Duque de Caxias, RJ, testa positivo para COVID-19 e é internado”, Uol Notícias, 12/04/2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/04/12/prefeito-de-duque-de-caxias-rj-testa-positivo-para-COVID-19-e-e-internado.htm>. Acesso em 28/04/2020. Em 22/04/2020, Washington Reis recebeu alta, após 13 dias de internação.

¹⁶ “Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, é a 2ª cidade em número de mortes no RJ”, G1, 13/04/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/13/ultima-a-restringir-comercio-na-regiao-metropolitana-caxias-e-a-segunda-cidade-do-rj-em-numero-de-mortes.ghtml>. Acesso em 28/04/2020.

controle foram veiculadas. Uma situação particular foi relatada em um texto que expôs o vínculo entre a imensa subnotificação de casos no município, a precariedade do sistema público de saúde local e o monopólio dos serviços funerários “em uma cidade de um milhão de habitantes”, o que apontava indícios disso tudo “[...] ser mais um dos negócios lucrativos da milícia”, somado ao “controle que exercem sobre os serviços nos hospitais públicos”. Nesse sentido, José Cláudio Souza Alves afirma que “a estrutura legal e formal de hospitais, cartórios, funerárias e cemitérios são perpassadas pelo poder miliciano, com seus representantes na Delegacia, no Batalhão, na Câmara dos Vereadores e na Prefeitura”. Nessa situação, uma economia de terror é erguida justamente nos escombros de uma “potencialização da força e impunidade dos assassinos”, implicando uma prática de “chacinas invisíveis”, ampliando “o poder da morte pelo desaparecimento dos corpos”, configurando verdadeiras mortes “sem corpo”.¹⁷ Em 13 de abril de 2020, ainda com parte do comércio aberto no município e com depoimentos de pessoas que ainda duvidavam da gravidade da doença, reportagem afirmava que havia espera de até 8 horas em na Unidade de Pronto Atendimento Beira-Mar, dedicada exclusivamente às pessoas com sintomas da doença; nessa unidade, pessoas com febre, gripe ou falta de ar reclamavam das imensas filas e da aglomeração dentro da unidade de saúde.¹⁸ Dias depois, era possível coletar opiniões distintas entre os moradores do município, desde aqueles que defendiam o “isolamento vertical”, onde apenas os grupos mais vulneráveis ficariam em isolamento social, de modo a não “colapsar” a economia do país, até as opiniões de que havia uma pressão excessiva de muitos empresários pelo receio deles não poderem auferir seus lucros via exploração do trabalho de seus funcionários, e que deveria haver maior amparo do Estado aos mais necessitados.¹⁹

¹⁷ ALVES, José Cláudio de Souza. “Coronavírus e milícia: a morte favorece a quem?”. *Contrapoder*, 08/04/2020. Disponível em <https://contrapoder.net/colunas/coronavirus-e-milicia-a-morte-favorece-a-quem/>. Acesso em 28/04/2020.

¹⁸ “Cidade do RJ tem prefeito com coronavírus e espera de 8 horas em UPA”. *Uol Notícias*, 13/04/2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/14/cidade-do-rj-com-foco-de-covid-tem-fila-de-8-horas-em-upa-e-comercio-aberto.htm>. Acesso em 28/04/2020.

¹⁹ “Povo fala sobre isolamento total e vertical em Duque de Caxias”. *Agência Nacional de Favelas*, 27/04/2020. Disponível em www.anf.org.br/povo-fala-sobre-isolamento-total-e-vertical-em-duque-de-caxias/. Acesso em 28/04/2020.

Nos últimos dias do mês de abril de 2020, o quadro da evolução da doença em todo o país e, especialmente, no Rio de Janeiro, só foi se agravando. As imagens de superlotação em unidades de tratamento intensivo e corredores de hospitais e de abertura de covas coletivas em cemitérios passaram a fazer parte do noticiário e do cotidiano de muitas pessoas, sobretudo as mais empobrecidas de algumas metrópoles. Assim como em outros lugares da região Norte do Brasil, que atravessam pouco a pouco a linha do colapso do sistema público de saúde e, logo mais, da rede particular (citamos os exemplos de Manaus, Belém, Macapá, Fortaleza, Recife e São Paulo como os mais críticos do país naquele momento²⁰), bem como de seus sistemas funerários, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro já convivia com o uso de câmaras frigoríficas para armazenamento dos corpos antes de seu encaminhamento ao enterro.²¹ Tornaram-se cada vez mais comuns, igualmente, relatos de profissionais de saúde que, dada a escassez de leitos e de respiradores para a imensa demanda de tempos de Covid, se veem obrigados a “escolher” pacientes, deixando os menos afortunados à morte pelo sufocamento ocasionado pela ação do vírus nos pulmões. Em um momento em que o município do Rio de Janeiro atingiu a marca de quase 100% dos leitos de UTI ocupados, não é incomum relatos como o do cirurgião-geral e diretor do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Pedro Archer, segundo o qual, dada a escassez de respiradores em uma unidade pública de saúde na zona oeste do município, todos os dias essa “escolha” tem que ser feita.²²

Na manhã do sábado de 25 de abril, passado um mês desde a confirmação do primeiro caso em Duque de Caxias, imagens divulgadas em redes sociais e posteriormente confirmadas pela prefeitura mostravam cadáveres amontoados nos corredores do Hospital Moacyr do Carmo. Dentre os 15 corpos dispostos no corredor, pertencentes a

²⁰ “No topo do ranking de casos, RJ, SP, CE e PE têm suas UTIs perto do limite”. O Globo, 21/04/2020. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/no-topo-do-ranking-de-casos-rj-sp-ce-pe-tem-suas-utis-perto-do-limite-24385032>. Acesso em 28/04/2020.

²¹ “RJ: Duque de Caxias usa câmara resfriada para guardar mortos pela COVID-19”. Uol Notícias, 24/04/2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/24/duque-de-caxias-camara-frigorifica.htm>. Acesso em 28/04/2020.

²² “Com respiradores em falta, médico do RJ se diz obrigado a escolher paciente”. Uol Notícias, 24/04/2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/24/medico-denuncia-falta-de-respirador-voce-acaba-escolhendo-paciente-jovem.htm>. Acesso em 28/04/2020.

famílias que não podiam arcar com os custos do sepultamento, ao menos 10 seriam de vítimas da COVID-19. Segundo servidores ouvidos pela reportagem, o mau cheiro podia ser sentido de outros corredores de acesso. A reportagem prossegue indicando disputas entre a prefeitura do município e a concessionária de “serviços públicos cemiteriais e administradora dos cemitérios de Duque de Caxias”, AG-R Eye, quanto aos preços cobrados pela empresa.²³ Dois dias depois, outra reportagem afirmava que os corpos já haviam sido retirados do hospital, e que a prefeitura afirmava que tal situação, incomum na unidade, deveu-se à “irresponsabilidade da concessionária que administra os cemitérios da cidade”.²⁴

Durante o mês de maio, com a expansão da pandemia no Brasil e, em especial, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, novos acontecimentos vieram à tona. Já no primeiro dia do mês, reportagem noticiava que a prefeitura de Duque de Caxias determinava a médicos de várias especialidades que trabalhassem no atendimento às vítimas da COVID-19. No entanto, além das queixas quanto à falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e da falta de experiência de muitos desses profissionais recrutados às pressas no atendimento às especificidades do tratamento da COVID-19, era notório o aumento da contaminação dos profissionais da saúde pela doença e suas eventuais “baixas”, seja pelo afastamento ou pela morte²⁵.

Dias depois, outra reportagem²⁶ noticiava o colapso iminente no sistema de saúde do município, bem como a presença das milícias na pressão para que o comércio local se mantivesse aberto em alguns bairros. Segundo a reportagem, a ação das milícias estendia-se também na cobrança de taxas para consultas médicas no sistema público

²³ “Necrotério do Hospital Moacyr do Carmo, em Caxias, está lotado e cadáveres estão até nos corredores”. O Globo, 25/04/2020. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/necroterio-do-hospital-moacyr-do-carmo-em-caxias-esta-lotado-cadaveres-estao-ate-nos-corredores-24393841>.

²⁴ “Corpos acumulados são retirados de hospital em Duque de Caxias”. Agência Brasil, 27/04/2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/corpos-acumulados-sao-retirados-de-hospital-em-duque-de-caxias-no-rio>. Acesso em 28/04/2020.

²⁵ Médicos sem experiência na área reclamam serem obrigados a atender casos de COVID-19 no Rio. G1, 01/05/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/01/medicos-sem-experiencia-na-area-reclamam-serem-obrigados-a-atender-casos-de-covid-19-no-rio.ghtml>. Acesso em 01/06/2020.

²⁶ Duque de Caxias tem saúde à beira do colapso e comércio aberto sob milícia. Folha de S. Paulo, 12/05/2020, p. B5.

de saúde local, sobretudo em hospitais e demais unidades de saúde localizados em áreas sob seu controle. Além disso, havia a promessa de que o hospital de campanha do município fosse inaugurado ainda na primeira quinzena de maio.²⁷ Por fim, o Ministério Público do Rio de Janeiro apontava a extrema subnotificação de casos no município, apontando a estimativa de 17 mil casos, algo muito além dos 784 casos oficialmente notificados na data da reportagem. Dois dias depois, outra reportagem citava o caso do bairro de Santa Cruz da Serra, onde milicianos determinavam a abertura do comércio local, e estavam cobrando taxas de R\$ 30 a R\$ 50.²⁸

Nove dias depois, era visível a explosão de novos casos de contaminação pela COVID-19 na Baixada Fluminense como um todo. Os dados da Secretaria Estadual de Saúde apontavam que os 13 municípios da região somavam, oficialmente, 534 mortes, o que correspondia a 16,4% de todos os óbitos registrados no estado do Rio de Janeiro pela doença.²⁹ Depoimentos sobre o descuido quanto às medidas de proteção individual, como o uso de máscaras, e sobre a adoção de discursos negacionistas por parte da população, fazem parte do universo demonstrado no texto de reportagem publicada na

²⁷ Findado o mês de maio e com a inauguração do hospital agendada para o primeiro dia do mês de junho, esse prazo não se cumpriu até essa data. Aliás, o prazo inicial para a inauguração do hospital de campanha de Duque de Caxias havia sido prometido, inicialmente, para o dia 30/04/2020. Informação disponível em: “Hospital de Campanha de Duque de Caxias, que tinha previsão de inauguração nesta segunda, ainda está em obras”. G1, 01/06/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/01/hospital-de-campanha-de-duque-de-caxias-que-tinha-previsao-de-inauguracao-nesta-segunda-ainda-esta-em-obras.ghtml>. Acesso em 01/06/2020.

²⁸ Milícia determina abertura de comércio em Santa Cruz. Band News FM Rio, 14/05/2020. Disponível em <https://bandnewsfmrio.com.br/editorias-detalhes/milicia-determina-abertura-de-comercio-em-san>. Acesso em 01/06/2020.

²⁹ Nos 13 municípios oficialmente componentes da Baixada Fluminense, de acordo com as estimativas do IBGE em julho 2019, viviam 3.890.887 habitantes, o que correspondia a 22,53% dos 17.264.943 habitantes do estado do Rio de Janeiro. Apesar do dado demonstrar que havia contaminação pela COVID-19 na região (16,4%) em taxas inferiores ao seu quantitativo demográfico em relação ao estado (22,53%), cumpre destacar que as condições sociais são determinantes quanto ao impacto da doença na vida cotidiana da população local. Quanto a isso, recomendamos, além dos textos indicados no início deste artigo, a leitura de dois importantes textos: FORTES, Alexandre. COVID-19: isolamento afrouxa e casos na Baixada Fluminense disparam, de 18/05/2020, disponível em <https://www.ppgihd-open-lab.com/post/COVID-19-isolamento-afrouxa-e-casos-na-baixada-fluminense-disparam>, e NASCIMENTO, Álvaro Pereira do et al. “Dimensões socioeconômicas da COVID-19 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: panorama preliminar”, de 20/05/2020, disponível em <https://www.ppgihd-open-lab.com/post/dimens%C3%B5es-socioecon%C3%B4micas-da-COVID-19-na-regi%C3%A3o-metropolitana-do-rio-de-janeiro-panorama-preliminar>.

segunda quinzena de maio.³⁰ No entanto, enquanto os municípios de Nova Iguaçu e São João de Meriti, por exemplo, adotavam medidas de restrição à circulação em suas áreas comerciais centrais, Duque de Caxias seguia sem qualquer restrição nesse sentido. Aliás, naquela altura, a prefeitura do município já havia assinalado que, a partir do dia 25 de maio, permitiria a reabertura do comércio, com a adoção de algumas medidas de restrição, como o atendimento ao público em um máximo de 30% de lotação do estabelecimento e a disponibilização de álcool gel e uso de protetor facial para clientes e funcionários.³¹ A justificativa da prefeitura é que teria havido aumento do número de leitos disponíveis no município e uma queda da quantidade de atendimentos de pessoas com sintomas da COVID-19 nas unidades de saúde no município. Diante disso, o Caxias Shopping chegou, inclusive, a anunciar na mídia a sua reabertura, prevendo a adoção dos “protocolos” estabelecidos no referido decreto municipal.³²

No entanto, não durou muito a validade dessa iniciativa. No dia 25 de maio, a 3ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, atendendo ao pedido da Defensoria Pública do estado, determinou que “o município de Duque de Caxias se abstenha de expedir qualquer ato administrativo que contrarie as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19) previstas nas recomendações da Organização Mundial da Saúde, na legislação nacional e no Decreto Estadual nº

³⁰ Número de mortes por COVID-19 explodem na Baixada Fluminense. O Globo, 21/05/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/2272-numeros-de-mortes-por-COVID-19-explodem-na-baixada-fluminense-rv1-24439193>. Acesso em 01/06/2020.

³¹ COVID-19: Duque de Caxias vai reabrir o comércio na segunda-feira. O Globo, 21/05/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/COVID-19-duque-de-caxias-vai-reabrir-comercio-na-segunda-feira-24439349>. Acesso em 01/06/2020. Em justificativa para a reabertura do comércio postada em redes sociais, o prefeito Washington Reis afirmava que tomava um “passo de coragem”, que “sabia o que estava fazendo” e que não tinha uma “bola de cristal” para saber o que iria acontecer “amanhã”. Afirmava, também, que a decisão havia sido tomada baseada tanto na taxa de ocupação de leitos públicos quanto nos prejuízos econômicos ao comércio do município. Cf. “Foco de covid no RJ, Duque de Caxias reabre comércio e prefeito diz: ‘Não tenho bola de cristal.’” Uol notícias, 25/05/2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/videos/2020/05/25/foco-de-covid-no-rj-duque-de-caxias-reabre-comercio-e-prefeito-diz-nao-tenho-bola-de-cristal.htm>. Acesso em 01/06/2020.

³² Caxias Shopping confirma reabertura na próxima segunda-feira. O Dia, 22/05/2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/duque-de-caxias/2020/05/5921513-caxias-shopping-confirma-reabertura-na-proxima-segunda-feira.html#foto=1>. Destacamos, aqui, uma contundente opinião contrária à reabertura do comércio, denunciando, inclusive, o pouco empenho do poder público local na promoção e fiscalização das medidas de enfrentamento da pandemia, como, por exemplo, o isolamento social: Marroni Alves: em Caxias, um pandemônio em meio à pandemia. Diário do Rio, 25/05/2020. Disponível em: <https://diariodorio.com/opiniao-em-caxias-um-pandemonio-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em 01/06/2020.

47.006/2020”. Além disso, a decisão condicionava a manutenção do decreto do município a uma apresentação “de laudo técnico favorável ao abrandamento das medidas de isolamento social”.³³ No dia seguinte, a Procuradoria Geral do Município de Duque de Caxias recorreu à decisão, alegando que o decreto fora “precedido de informações da Secretaria Municipal de Saúde que atestam a estabilização do número de casos confirmados e de pacientes internados e óbitos”, ancorando-se no boletim epidemiológico local, e que a taxa de ocupação do Hospital Municipal São José,³⁴ específico para tratamento da doença, estava em 50%. No mesmo dia, o Ministério Público do estado afirmou, via apresentação de dados técnicos, que era notória a subnotificação de casos no município (com notificação de 1% a 8% do total de casos, bem como testagem de 30% dos casos graves internados em hospital municipal), bem como o déficit de recursos em saúde.³⁵ O recurso foi novamente negado no dia 27 de maio, no Tribunal de Justiça do estado. Embora o decreto tenha sido oficialmente suspenso, era notória a abertura de comércio não essencial em várias regiões do município.³⁶ Em 29 de maio, a 3ª Vara Cível de Duque de Caxias, atendendo a um pedido do Ministério Público do Rio de Janeiro, determinou que o prefeito desembolsasse R\$ 20 mil por descumprir decisão judicial que suspendia medidas de afrouxamento do isolamento social no município. Além disso, a decisão determinou que o município tinha 24 horas para promover campanha de conscientização da população e intensificar as

³³ Após pedido da Defensoria, Justiça do Rio barra reabertura do comércio em Duque de Caxias. O Globo, 25/05/2020. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/apos-pedido-da-defensoria-justica-do-rio-barra-reabertura-do-comercio-em-duque-de-caxias.html>. Acesso em 01/06/2020.

³⁴ O Hospital Municipal São José foi inaugurado no dia 04/05/2020, exclusivamente para o tratamento da COVID-19, com 128 leitos de Centro de Terapia Intensiva, e pretendia atender apenas pacientes testados e diagnosticados com a doença e que estão na fila da Central de Regulação de Vagas do Sistema Único de Saúde. A esse respeito, ver: “Coronavírus: Caxias inaugura hospital exclusivo em meio a escalada de mortes e desrespeito ao isolamento”. Extra, 04/05/2020. Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/rio/coronavirus-caxias-inaugura-hospital-exclusivo-em-meio-escalada-de-mortes-desrespeito-ao-isolamento-24409528.html>. Acesso em 01/06/2020.

³⁵ COVID-19: Duque de Caxias recorre de decisão judicial e mantém o comércio aberto. O Globo, 26/05/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/COVID-19-duque-de-caxias-recorre-de-decisao-judicial-mantem-comercio-aberto-1-24446282>. Acesso em 01/06/2020.

³⁶ Justiça nega recurso da Prefeitura de Caxias que pedia reabertura do comércio. G1, 27/05/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/27/justica-nega-recurso-da-prefeitura-de-caxias-que-pedia-reabertura-do-comercio.ghtml>. Acesso em 01/06/2020.

medidas de fiscalização do fechamento do comércio.³⁷ Em um último lance nessa disputa judicial, o Supremo Tribunal Federal, via decisão da ministra Rosa Weber, negou seguimento ao recurso interposto pela Procuradoria Geral do Município de Duque de Caxias e negado pelo Tribunal de Justiça do Estado. Cumpre destacar, aliás, que a decisão da desembargadora Patrícia Ribeiro Serra Vieira citou a curva ainda ascendente de novas contaminações no município e que a pretendida flexibilização sem embasamento em estudo científico prévio representaria grave risco à saúde pública.³⁸

Rio das Pedras, localidade do bairro de Jacarepaguá, atravessada pela Estrada de Jacarepaguá e pela Avenida Engenheiro Souza Filho, tem ocupado, igualmente, muito espaço nas mídias, no contexto do alastramento da COVID-19, e por razões muito semelhantes às do município de Duque de Caxias. Além das dificuldades cotidianas de cumprimento das medidas de isolamento social e da ocorrência e da persistência da subnotificação de casos, outras situações chamaram muita atenção. Em 25 de março, ainda nos primeiros dias da quarentena estadual, reportagem informava que “tráfico e milícia” haviam imposto toque de recolher em favelas e demais localidades do Rio de Janeiro por conta da disseminação do novo coronavírus. Segundo o texto, a ordem de encerramento de atividades e da circulação de pessoas a partir das oito horas da noite, veiculadas por um carro de som circulando nas ruas, foi confirmada na Rocinha e no Cantagalo, na zona sul, em Rio das Pedras e na Cidade de Deus, na zona oeste, e em outras localidades na zona norte do município do Rio de Janeiro. Após relatar a experiência de outros lugares, onde o turismo em favelas havia sido interrompido e onde traficantes inclusive faziam uso de máscaras e álcool gel, Rio das Pedras, segundo a reportagem um “bairro dominado pela milícia”, teve o depoimento de um morador que afirmava que “eles não estão batendo em ninguém” e que “a maior parte está

³⁷ Justiça multa prefeito de Duque de Caxias por afrouxar quarentena. Uol notícias, 29/05/2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/05/29/justica-multa-prefeito-de-duque-de-caxias-por-descumprir-isolamento-social.htm>. Defensoria Pública exige que prefeitura de Duque de Caxias fiscalize cumprimento de medidas de isolamento. G1, 29/05/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/29/defensoria-publica-exige-que-prefeitura-de-duque-de-caxias-fiscalize-cumprimento-de-medidas-de-isolamento.ghtml>. Acesso em 01/06/2020.

³⁸ STF nega recurso de Duque de Caxias para reabertura de comércio. O Globo, 30/05/2020. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/stf-nega-recurso-de-duque-de-caxias-para-reabertura-de-comercio-24454713>. Acesso em 02/06/2020.

obedecendo”.³⁹ Ao que parece, essa “benfeitoria” não durou muito tempo. Pouco mais de 20 dias depois, e quando os casos confirmados de COVID-19 já se aproximavam de 4.000 e estavam registradas oficialmente 350 mortes no Estado do Rio de Janeiro, foram veiculadas denúncias de que grupos milicianos estavam obrigando a reabertura de comércio da Zona Oeste do Rio (especialmente em Itanhangá, Rio das Pedras, Muzema e Gardênia Azul) e parte da Região Metropolitana (especialmente o município de Itaboraí⁴⁰), de modo a efetivar a tradicional cobrança extorsiva de taxas de comerciantes e de moradores, muitos deles já empobrecidos pela interrupção de atividades econômicas devido à quarentena.⁴¹

No final do mês de maio, era notória a persistência das aglomerações na região, com bares abertos 24 horas e a realização de churrascos e de bailes funk. Moradores ouvidos em reportagem chegaram a desresponsabilizar a milícia local por esses acontecimentos, afirmando que tais grupos estavam, inclusive, disciplinando a abertura de bares e restaurantes, solicitando que esses estabelecimentos não pusessem mesas na calçada ou operassem exclusivamente com entrega a domicílio.⁴²

Coronavírus e o atravessamento da vida cotidiana

Partimos, aqui, da premissa de que o vírus e sua disseminação nada têm de puramente biológico, já que seu conteúdo político e sua base econômica podem ser observados

³⁹ “Tráfico e milícia ordenam toque de recolher em favelas do Rio por causa do coronavírus”. Folha de S. Paulo, 25/03/2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/trafico-e-milicia-ordenam-toque-de-recolher-em-favelas-do-rio-por-causa-do-coronavirus.shtml>. Acesso em 28/04/2020.

⁴⁰ Os relatos dos comerciantes quanto às ameaças por parte das milícias em Itaboraí revelam uma subida do tom, em tempos de pandemia e de aprofundamento da crise econômica local e nacional, nas práticas cotidianas de extorsão, o que revela os riscos da diminuição da massa de dinheiro circulante, que é vital à reprodução desses grupos e de suas práticas. “Comércio em área de milícias é obrigado a funcionar durante a quarentena em Itaboraí”. G1, 25/05/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/25/comercio-em-area-de-milicias-e-obrigado-a-funcionar-durante-a-quarentena-em-itaborai.ghtml>.

⁴¹ “Milícia obriga reabertura de comércio da Zona Oeste e Região Metropolitana do Rio para manter cobrança de taxas”. G1, 17/04/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/17/milicia-obriga-reabertura-do-comercio-para-recolher-taxa-em-comunidades-do-rj.ghtml>. Acesso em 28/04/2020.

⁴² “Nem a milícia eles respeitam mais”, diz moradora de Rio das Pedras. Extra, 03/05/2020. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/nem-milicia-eles-respeitam-mais-diz-moradora-de-rio-das-pedras-24408135.html>. Acesso em 01/06/2020.

pelo próprio ritmo de sua disseminação, desde as suas primeiras manifestações. Aliás, David Harvey (2020, p. 13), tratando especificamente do início da disseminação global do vírus, afirma que, para “tentar interpretar, compreender e analisar o fluxo diário de notícias”, sua tendência seria “localizar o que está acontecendo no contexto de dois modelos distintos, mas intersectantes, de como o capitalismo funciona”. Para o geógrafo inglês, o “primeiro nível é um mapeamento das contradições internas da circulação e acumulação de capital como fluxos de valor monetário em busca de lucro”, por intermédio da “produção, realização (consumo), distribuição e reinvestimento”; por sua vez, esse modelo complica-se quando é elaborado “através [...] das lentes das rivalidades geopolíticas, dos desenvolvimentos geográficos desiguais, das instituições financeiras, das políticas estatais, das reconfigurações tecnológicas” e, finalmente, “da teia em constante mudança das divisões do trabalho e das relações sociais”. Para o autor, então, ambos desdobramentos se ancoram em “um contexto mais amplo de reprodução social (nas famílias e comunidades), numa relação metabólica e em constante evolução com a natureza [...] e todo o tipo de formações culturais, científicas, religiosas e sociais contingentes” que são fruto do engenho humano através do espaço e do tempo.

Tendo o novo coronavírus surgido, provavelmente em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, importante nexos produtivo e logístico da China contemporânea, e, cerca de um mês depois, tendo expandido seus domínios por Irã, Itália e Espanha e, pouco mais tarde, pelos Estados Unidos, foi por intermédio desses territórios que o vírus foi trazido à convivência brasileira. Inclusive, estudo promovido na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo rastreou que 54,8% dos casos importados de COVID-19 para o Brasil, até o dia 5 de março, apenas uma semana após a confirmação do primeiro caso no município de São Paulo, haviam vindo da Itália. A pesquisadora Ester Sabino, uma das autoras do estudo, afirmou ainda que, diferentemente da China e outros países, onde o surto “começou devagar, com um número pequeno de casos inicialmente, no Brasil mais de 300 pessoas começaram a epidemia, em sua maioria vindas da Itália” e, ainda, que “isso resultou em uma disseminação muito rápida do vírus”.⁴³ Tendo esses

⁴³ Vale a pena reproduzir, ainda, parte do artigo. “As estimativas indicaram que 54,8% de todos os casos importados de COVID-19 para o Brasil até o dia 5 de março foram de viajantes infectados na Itália,

passageiros provindo daquele país, grande parte desembarcou em outras cidades, como Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Porto Alegre entre outros, o que explica em parte dessas metrópoles com importantes conexões aeroportuárias terem sido as primeiras a se configurarem como centros de disseminação da doença no Brasil.

Ingressando no estágio intitulado pelos estudiosos e autoridades sanitaristas de “circulação comunitária” em meados de março nas duas maiores metrópoles do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, o ritmo da disseminação do vírus certamente adquiriu o carimbo tipicamente brasileiro, passeando pelas vias das aglomerações e do trânsito cotidiano, com toda a sua desigualdade, violência, humilhação cotidiana e abandono aos empobrecidos. Muitos foram os artigos, análises e estudos que mostraram o quanto seria uma questão de tempo até que o vírus, trazido ao país e aos seus maiores centros urbanos grosso modo por uma elite econômica internacionalizada, se desfizesse de um pretenso caráter “democrático”⁴⁴ e começasse a vitimar, pouco a pouco, os destituídos habitantes de favelas e periferias precarizadas, em um processo quase nunca apartado dos conhecidos cortes de gênero, raça e outras formas de segregação, e isso incluindo também a população de rua⁴⁵. E foi justamente o que ocorreu tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil: negros e pardos passaram a ter, inclusive, maior mortalidade, assim que se consolidou a circulação local do vírus em ambos os países.⁴⁶

seguidos por passageiros vindos da China (9,3%) e da França (8,3%). A rota Itália-São Paulo representou 24,9% do total de viajantes infectados que chegaram ao Brasil durante esse período e o país europeu foi a origem de cinco das 10 principais rotas de importação da COVID-19 ao Brasil – China, França, Suíça, Coreia do Sul e Espanha –, aponta o estudo.” Fonte: “54,8% dos casos importados de COVID-19 para o Brasil até 5 de março vieram da Itália”. Agência Fapesp, 25/03/2020. Disponível em <http://agencia.fapesp.br/548-dos-casos-importados-de-COVID-19-para-o-brasil-ate-5-de-marco-vieram-da-italia/32826/>. Acesso em 28/04/2020.

⁴⁴ “Coronavírus não é democrático: pobres, precarizados e mulheres vão sofrer mais”. The Intercept, 17/03/2020. Disponível em https://theintercept.com/2020/03/17/coronavirus-pandemia-opressao-social/?fbclid=IwAR1NArj316_WyTxKxBjcxGgy3iGck-dkWrq_ebP6bDFSohsbOdsQAcoazw. Acesso em 28/04/2020. Muitos outros analistas, logo cedo, concordaram com essa crítica fundamental: não há vírus ou nenhum outro vetor de doenças “democrático” em sociedades desiguais e nada democráticas quanto ao acesso aos direitos mais elementares.

⁴⁵ “População de rua em São Paulo e o coronavírus: ‘Não pegamos porque somos invisíveis’”. Rede Brasil Atual, 04/04/2020. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/populacao-de-rua-coronavirus-somos-invisiveis/>. Acesso em 28/04/2020.

⁴⁶ “Coronavírus: por que a população negra é desproporcionalmente afetada nos EUA?”. BBC Brasil, 13/04/2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52267566>. “Coronavírus é mais letal entre negros no Brasil, apontam dados do Ministério da Saúde”. G1, 11/04/2020. Disponível em

E é justamente esse conteúdo político, ou uma produção política da sociedade, que podemos perceber nesses dois lugares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esses lugares, segundo nossa interpretação, parecem paradigmáticos tanto em relação à urbanização e sua forma e conteúdo no âmbito da formação social brasileira, historicamente pautado em formas derivadas do escravismo e suas ramificações quanto ao controle da terra, das rendas e dos excedentes da produção social, quanto aos paradigmas contemporâneos de forças avançadas de gestão da barbárie em tempos de capitalismo financeirizado.⁴⁷

A “produção política da sociedade” é uma hipótese teórica aventada pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre em várias de suas obras, e podemos defini-la, a princípio, da seguinte maneira:

[Essa produção] significa, de um lado, o ato de estabelecer a equivalência do desigual, a homogeneização, o identitário, e de outro desvela o conflito que está presente de forma imanente na relação de troca – seu caráter de constrição, de equalização forçada e legitimada que torna necessária a mediação de um *tertius* [terceiro termo] em nossa sociedade: o Estado. A equivalência e a igualdade jurídica, pela dimensão do constrangimento, convivem necessariamente com a dependência e a subordinação nas práticas sociais e nas instituições (SPOSITO, 1996, p. 46).

Nos casos levantados acima, do enfrentamento da Covid em Duque de Caxias e Rio das Pedras, de que modo esse Estado lidaria com as equivalências? De que modo o Estado

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/11/coronavirus-e-mais-letal-entre-negros-no-brasil-apontam-dados-do-ministerio-da-saude.ghtml>. Acesso em 28/04/2020. Em ambos os países, cuja situação de segregação socioespacial não difere tanto assim no quesito racial, condições de pobreza e miséria mais doenças associadas, tais fatos ajudam a explicar o quadro.

⁴⁷ “Enquanto o traficante tenta proteger a comunidade porque está, ele próprio, confinado, estigmatizado, segregado naquela área e depende do tráfico para sobreviver – é ali que estão seus parentes, seus amigos e aqueles que com ele trabalham – e tenta preservar essa população do coronavírus com medidas de distanciamento social, a milícia não tem esse comprometimento. Ela usa dos espaços urbanos, extrai os seus ganhos através do monopólio dos serviços, dos negócios e dos bens que ela detém. A diferença é que os milicianos não moram nessas regiões e, se ficarem doentes, vão para os melhores hospitais do Rio de Janeiro, porque eles têm muito dinheiro. Esta é a diferença básica entre a milícia e o tráfico: o tráfico está confinado, é de outra classe social, são os lascados e pobres deste país arrebitado. A milícia é de uma classe social diferente, tem articulação política e pode se beneficiar disso. Claro que os milicianos vão se vender como heróis, salvadores, os que matam os bandidos, mas eles são os próprios bandidos. Mas nesta pandemia, o herói pode ser aquele que consegue um hospital melhor, aquele que consegue furar a fila do hospital público, que consegue um respirador para a população mais pobre, alimentando assim o clientelismo, já que este também é um ano eleitoral.” Rio: Pandemia, PM e milícias contra as favelas. Entrevista com o Prof. José Cláudio Alves. Outras Palavras, 26/05/2020. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/rio-pandemia-pm-e-milicias-contra-as-favelas/>. Acesso em 01/06/2020.

promove esse “constrangimento” e a “subordinação nas práticas sociais e nas instituições”?

Anselm Jappe, filósofo e ensaísta alemão, publicou recentemente um livro intitulado “A sociedade autofágica” (2019). Tratando, especificamente, da “crise da forma-sujeito”, o autor põe em dúvida que a “autoconservação” ou “autoafirmação” do sujeito, uma pretensa “base do pensamento moderno”, ainda seja válida nas últimas décadas. Na prática, isso significa que uma “pulsão de morte do capitalismo” estaria na vanguarda de processos sociais cada vez mais irracionais, onde uma “satisfação libidinal” seria alcançada pela apropriação de bens ou corpos, mesmo com o custo do auto-aniquilamento. O “instinto de sobrevivência” é substituído pela pulsão destrutiva e mesmo autodestrutiva. Ainda, segundo o autor,

Desde finais da década de 1990, multiplicaram-se massacres premeditados em escolas, universidades, locais de trabalho e noutros espaços públicos, principalmente nos Estados Unidos, mas não só; atentados qualificados como “jihadistas”, mas que não entram nas categorias tradicionais da política e da religião; ataques, ou mesmo homicídios, imotivados, em locais públicos – muitas vezes por causa de um “olhar de través”; ataques ferozes contra imigrantes, marginais ou homossexuais. [...] É conhecida a violência sádica manifestada por certas formas de criminalidade ligadas ao tráfico de droga, nomeadamente no Brasil e no México, cujos autores sabem, com quase toda certeza, que vão morrer jovens. (JAPPE, 2019, pp. 258-259)

O esgarçamento e a dissolução das formas sociais modernas é assunto tratado por Marildo Menegat em vários de seus textos. Tal como uma compreensão de que “a aparência inabalada das coisas já não corresponde à sua verdade”, lemos que a vida social, especialmente no Brasil e no Rio de Janeiro na Era Covid, “faz do presente a mera espera de um futuro que não se quer, a exemplo de quem aguarda um tsunami sem ter para onde correr”. O resultado dessa “civilização em fim de linha” é que o horror que as classes ou segmentos sociais ainda funcionais para a acumulação detêm em relação àqueles que passaram a “ser o outro lado da fronteira do desmoronamento da sociedade” (MENEGAT, 2019, p. 68). Isso quer dizer que, se o próprio Menegat ainda indicava o encarceramento em massa como possibilidade de gestão dessa massa economicamente disfuncional, em nossos tempos de Covid, o simples *laissez-faire* da

“contaminação de rebanho”⁴⁸ fará o serviço final de eliminação física. Ou seja, uma “economia política da barbárie” (2019, p. 78), lastreada pelo Estado de exceção há muito tempo tornado regra, é capaz de “pôr tudo abaixo” caso não se realize a forma tautológica do dinheiro valer mais dinheiro ao final do processo de giro do capital.

Francisco de Oliveira, famoso sociólogo brasileiro falecido em julho de 2019, em seu último livro lançado em vida, intitulado “Brasil: uma biografia não autorizada” (2018), advogava logo no início de seu texto um “adeus do futuro ao país do futuro”. Iniciando a coletânea com um texto escrito originalmente por volta de 2005, em meados do primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), pretendeu desenvolver uma “síntese da formação histórica brasileira”. De pronto, advogava que o “nascimento” do Brasil ocorrera simultaneamente à modernidade: à conquista territorial, “mesclavam-se a propagação da fé cristã, comércio e exploração de riquezas comerciais” (OLIVEIRA, 2018, p. 27). O extermínio das populações nativas era o primeiro traço daquela colonização mercantil que se iniciava e, pouco a pouco, enraizava-se em um território, cujo acesso à terra fora de pronto definida pelas capitais e, em seguida, pelas sesmarias. A concentração de terras e, mais tarde, o comércio de escravizados da África constituiu o ambiente propício à empresa mercantil escravista-colonial. Sintetizando um percurso histórico de quase quatro séculos, o sociólogo resume assim a trajetória de nascimento do moderno Estado-nação brasileiro:

Foi um duro percurso, do Quilombo dos Palmares [...] até desaguar, sem tempestade [...], na abolição da escravatura, em 1888. [...] Batia às portas a República. Desde logo, eis os elementos do truncamento brasileiro, mesmo que não se adotasse ponto de vista de desenvolvimento histórico linear. Truncamento que alimentou a autoironia dos brasileiros, cáustica às vezes, mas baseada em fatos: uma independência urdida pelos liberais, que se fez mantendo a família real no poder e se transformou imediatamente numa regressão quase tiranídica; um segundo imperador que passou à história como sábio e não deixou palavra escrita, salvo cartas de amor um tanto pírias; uma abolição pacífica, que rói as entranhas da monarquia; uma república feita por militares conservadores, mais autocratas que o próprio imperador. Num registro não sarcástico: desenvolvimento conservador a partir de rupturas históricas libertadoras. (2018, p. 32)

⁴⁸ Não foram incomuns as manifestações de apreço a essa “proposta” por parte de vários representantes políticos e empresariais, no Brasil e em outros países do mundo, como estratégia de enfrentamento à pandemia. Ou seja: a morte de milhares ou, talvez, milhões de indivíduos mundo afora, parece banalizar-se absolutamente diante da pulsão de rentabilidade e dos cálculos de uma forma social abstrata desde seu nascedouro. O ápice dessas formas, segundo nossa avaliação, revela-se nesses tempos de pandemia agregados ao caráter multidimensional da crise social.

Este país que, entre as brechas possíveis da história do capitalismo no século XX, empreendeu esforços de desenvolvimento congregando “quinhentos anos em cinquenta”, cedo abandonava a esperança de figurar no primeiro mundo, caído na armadilha da dívida e, posteriormente, do fiscalismo neoliberal e da erosão da nação, atrelado ao ideário prático da assim chamada globalização. Para Oliveira, ao invés de produzir-se um Estado mínimo, fora gestado um “Estado máximo”, guardião dos movimentos do capital, buscando assegurar tais movimentos “contra toda a incerteza, que aliás cresce exponencialmente no mundo globalizado”. Por fim, “a combinação de máxima incerteza, erosão da comunidade política e Estado máximo produziu um Estado que está muito próximo de ser um Estado policial” (2018, p. 75).

Se quinze anos atrás o diagnóstico era de que “o cotidiano havia se transformado [...] numa constante negociação entre a não forma mercantil, que impõe sobrevivências praticamente gângsteres – o narcotráfico, por exemplo, e sua consanguínea violência – e as precárias formas das políticas assistencialistas” (2018, p. 77), hoje talvez o diagnóstico mereça algumas atualizações. Atualmente, no meio de uma grave pandemia, que dia a dia vitima milhares de pessoas mundo afora, em vários lugares do Brasil, os mais pobres acotovelam-se nas portas da Caixa Econômica Federal, buscando o “auxílio emergencial”⁴⁹, demorado e ainda pouco acessível a muita gente, e, ainda, precisa negociar sua sobrevivência em contextos de extrema violência operada por grupos milicianos, cuja indissociabilidade com as tramas do Estado é mais do que conhecida. Trata-se de um poder discricionário que simplesmente sofisticou os métodos da espoliação, incluindo a modalidade do pagamento de taxas e pedágios pela “segurança”, o monopólio de serviços essenciais, o acesso ao mercado imobiliário e à moradia e, ao mesmo tempo, a convivência com a violência do narcotráfico e da guerra contra as drogas. Além disso, a novidade histórica de um governo que, segundo muitos

⁴⁹ Após demoradas negociações de duas semanas entre as Casas Legislativas e a Presidência da República, a Lei Federal nº 13.982, promulgada em 02/04/2020 (17 dias após a promulgação da quarentena e isolamento social no Rio de Janeiro e em vários estados do Brasil!), alterou parte da Lei Federal nº 8.742, de 07/12/1993, dispondo sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e instituindo medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. O artigo 2º define que, durante três meses, seria concedido auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 a trabalhadores informais e vários outros que se encaixassem nos requisitos definidos no texto legal.

analistas, produz propositalmente o desgoverno e a crise, e cuja declaração do presidente em um dia de alta histórica do número de mortos no Brasil mais a ultrapassagem do total acumulado de mortes na China⁵⁰ resume-se a um grosseiro “e daí?”⁵¹, é acompanhada da proposta de banimento de voos comerciais dos Estados Unidos ao Brasil, feita pelo presidente estadunidense Donald Trump, de quem Jair Bolsonaro é aliado de primeira hora, que atribuiu ao Brasil um aumento exponencial e perigoso da curva de contaminações.⁵²

Seria esse o cenário para o delírio anarcocapitalista de cores tupiniquins,⁵³ apropriado às veredas de uma sociedade desigual porque escravista, violenta porque hipermoderna em suas formas de espoliação via o máximo de trabalho abstrato, injusta porque é necessária uma cadeia da equivalência de perpetuação das desigualdades e dos privilégios às rendas e ao dinheiro sem lastro? Seria o Brasil das ruínas de seu projeto modernizador o berço de uma novidade histórica, para além do neoliberalismo privatista, um distópico “modelo” de sociedade controlada a partir de apelos

⁵⁰ “Brasil bate recorde de mortes por coronavírus em 24 h, com 474, e passa o total da China”. Folha de S. Paulo, 28/04/2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/brasil-bate-recorde-de-mortes-por-coronavirus-com-474-novos-obitos-e-ultrapassa-china.shtml>. Acesso em 29/04/2020.

⁵¹ “‘E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?’, diz Bolsonaro sobre recorde de mortos por coronavírus”. Folha de S. Paulo, 28/04/2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-recorde-de-mortos-por-coronavirus.shtml>. Acesso em 29/04/2020.

⁵² “Trump afirma que Brasil tem 'surto' de coronavírus e repete que poderá banir voos do país”. BBC Brasil, 28/04/2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52466020>. Acesso em 29/04/2020.

⁵³ “Até anarcocapitalistas ganham espaço no governo Bolsonaro. E na Folha de S. Paulo também”. The Intercept Brasil, 05/05/2019. Disponível em <https://theintercept.com/2019/05/05/anarcocapitalismo-bolsonaro-folha-ancaps/>. Segundo a reportagem, no rol “das ideias alucinógenas” de terraplanismo, negacionismo climático, movimentos antivacina e olavismo, surge o “anarcocapitalismo”, que seria “[...] uma visão extremada do libertarianismo, o qual, por sua vez, é uma visão extremada do liberalismo clássico. Prega o fim do Estado — considerado fonte de toda a opressão — e liberdade irrestrita para o capitalismo. É uma tentativa esquizofrênica de misturar a teoria política do anarquismo individualista, de esquerda, com a teoria econômica ultraliberal da Escola Austríaca de Ludwig von Mises, em sua versão mais vulgar possível, propagada por liberais nanicos que fazem sucesso na internet”. “Quem são os libertários e anarcocapitalistas, que pregam o fim do Estado”. Folha de S. Paulo, 04/08/2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/08/quem-sao-os-libertarios-e-anarcocapitalistas-que-pregam-o-fim-do-estado.shtml>. Tal como a reportagem anterior, aqui é anunciado que grupos anarcocapitalistas ocupam postos estratégicos do Ministério da Economia desde o início do governo Bolsonaro, em janeiro de 2019.

teocráticos⁵⁴ e pontilhada, aqui e acolá, de poucos indivíduos e famílias abastadas e isoladas, enfiados em seus condomínios fechados e altamente vigiados, reduzidos a meros aplicadores de rendas, a verdade de uma “nova sociedade” propagandeada por tantos grupos que cerram fileiras na defesa incontestada de uma forma social moribunda? Em uma sociedade como essa, não há mais espaço algum para a diferença e os clamores iluministas por justiça e igualdade social transformam-se definitivamente em peça de museu.

Os desafios teóricos e analíticos se multiplicam na mesma intensidade com que a realidade se complexifica. Contudo, aumenta também a necessidade de pensarmos sobre ela. Trata-se de se debruçar sobre o cotidiano (ou de seus resíduos, o infra-cotidiano) para enfrentar o modo sobre o qual ele vai sendo sentido, vivido e tecido. É como se estivéssemos sobre o bastidor de um bordado e a linha não quer acompanhar o desenho que está ali sobre o tecido que *aparentemente* já tem uma vida própria. Não temos o controle da linha e da agulha. Essa é a metáfora aproximativa para reter o aprofundamento das contradições que se apresentam na produção (social) do espaço. Para além de nossos voluntarismos, aquilo que desejamos, nos confrontamos com a responsabilidade de contribuir com esse estado de coisas.

A linha teórica que se propõe aponta para a crítica da economia política, mas com uma orientação para o entendimento das disputas em torno da apropriação do excedente social, ou seja, de parte do trabalho excedente capturado pelo Estado ou em operações que ora têm origem nas próprias instituições, ora fora delas, ora atravessadas por ela. Isto quer dizer que há momentos da vida social em que se destaca uma crise das instituições, e, em seu lugar, emergem as *organizações*. Dentre aquelas, a mais destacada é uma crise do Estado, muitas vezes revelada como uma crise fiscal utilizada como panaceia para desviar o excedente social para socorrer o setor financeiro, com a finalidade de que este não recaia na insolvência. Na justificativa para essa iniciativa acumulam-se narrativas emanadas dos setores hegemônicos que mistificam as suas consequências. É preciso alimentar os medos para que seja aceita toda sorte de medidas

⁵⁴ PY, Fábio. Cristofascismo em 7 atos: como Bolsonaro usou a alegoria da Páscoa para não perder popularidade? The Intercept Brasil, 01/05/2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/05/01/cristofascismo-bolsonaro-pascoa/>. Acesso em 01/06/2020.

austeras e que sejam decretadas; todas as formas de extorsão sejam aprovadas pela opinião pública. Cada vez mais o lastro dessa economia, dado pelo trabalho, se esvai.

De certo modo, quando se observa que as referidas operações das instituições, em especial do Estado e que as atravessam, estão nelas mesmas ou fora delas, admite-se a intrincada conveniência dos distintos momentos que ela assume. É preciso aqui apresentar como se manifestam os mecanismos que drenam a renda – no caso aqui destacado, o trabalho excedente, ou que se poderia denominar mais-valia social – daqueles grupos sociais cujo único bem tem sido a sua força de trabalho para aqueles setores muito ricos. Os casos de Duque de Caxias e Rio das Pedras nos mostram evidências dessas operações. Como muitos outros territórios no Rio de Janeiro, nota-se como essas áreas se metamorfoseiam em territórios economizados. As formas de dominação desses territórios observadas são desdobradas a partir do controle daqueles territórios que metamorfoseiam ou resultam em renda de monopólios: o controle (pelas organizações milicianas) sobre novos lotes “edificáveis” na comunidade da Muzema e de parte de Rio das Pedras, o controle sobre o abastecimento de gás, assim como da cobrança pelo acesso às instalações de TV a cabo, são os seus exemplos mais emblemáticos, embora outros possam ser acrescentados. Todo tempo da vida (e até da morte!) são capturados como momentos de acumulação e de monopolização, mesmo que a despeito da suspensão da vida cotidiana, como nos mostram esses tempos de pandemia.

O desenho dos territórios economizados se entrecruza com os momentos da referida “produção política da sociedade” e por essa razão insistimos que esta se coaduna com a exploração e ampliação da dominação e neste sentido, a luta de classes está sendo reposta. Clássicas questões, como a da habitação (e esta envolvendo a terra urbana) e a própria questão urbana têm de ser vistas em outros níveis analíticos, mantendo-se como ponto de partida e de chegada esse conjunto de trajetórias da (e na) cidade.⁵⁵

⁵⁵ Causou certo impacto, no final de abril de 2020, a publicação de uma reportagem no “The Intercept Brasil”, que expôs as atividades de construção ilegal de prédios pelas milícias via financiamento direto do atual senador fluminense Flávio Bolsonaro, filho do atual presidente brasileiro, Jair Bolsonaro. A reportagem destaca, ainda, que tais operações ocorreram a partir do antigo gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde este ocupou a cadeira de Deputado Estadual de 01/02/2003 a 31/01/2019, ou seja, durante quatro mandatos. Essas operações ocorriam através de esquemas de “rachadinhas” (confisco médio de 40% dos vencimentos dos servidores, operado pelo ex-

Precisamos retomar o controle da agulha e da linha (e do novelo) para compreender as tramas e tessituras dessa produção social do espaço em ato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, Luciano Ximenes. A Der-re-territorialização dos Migrantes Nordestinos na Comunidade de Rio das Pedras. 2004. 175 p. Dissertação (Mestrado em Ordenamento Territorial e Ambiental). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2004.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. Terra sem Amos: Brasil, 2020 (documento virtual, disponível em <https://terrasemos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf>).

JAPPE, Anselm. A sociedade autofágica. Capitalismo, desmesura e autodestruição. Lisboa: Antígona, 2019.

MENEGAT, Marildo. A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto e outros ensaios. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. Brasil: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2019.

SPOSITO, Marília Pontes. A produção política da sociedade. In: MARTINS, José de Souza (org.). Henri Lefebvre e o retorno da dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.

Data de Submissão: 05/06/2020

Data da Avaliação: 10/06/2020

assessor parlamentar Fabrício Queiroz) e de repasses de lucros com os negócios imobiliários ilegais pelo ex-capitão do Bope Adriano Magalhães da Nóbrega (morto pela polícia militar do estado da Bahia em fevereiro de 2020, e acusado de chefiar o “Escritório do Crime”, uma milícia especializada em assassinatos por encomenda, bem como cobrança de “taxas de segurança” e ágio na venda de botijões de gás, garrafões de água, exploração de sinal clandestino de TV, grilagem de terras e construção civil) e por Fabrício Queiroz. Tais informações, segundo a reportagem, foram extraídas de inquérito que corre de modo sigiloso no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e envolvem a construção e comercialização irregular de edifícios de apartamentos na região de Rio das Pedras e Muzema, no bairro de Jacarepaguá. Mais detalhes em: ‘Pica do tamanho de um cometa’. The Intercept Brasil, 25/04/2020. Disponível em <https://theintercept.com/2020/04/25/flavio-bolsonaro-rachadinha-financiou-milicia/>. Acesso em 01/06/2020.

SILVA & ARAGÃO, *Duque de Caxias e Rio das Pedras: reflexões sobre as particularidades e universalidades da Covid*

UM OLHAR SOBRE O COLONIALISMO FRANCÊS NO CARIBE E AS RESPOSTAS À COVID-19 NA FRANCE D'OUTRE-MER

Jonathan Christian Dias dos Santos¹

Thaís Gomes dos Santos²

Resumo: Este artigo tem por objetivo realizar uma breve análise sobre as possíveis ligações entre a colonização histórica feita pela República Francesa nos territórios das Antilhas, entre os séculos XVII e XIX, e o atual cenário de pandemia ocasionado pelo avanço do vírus SARS-CoV-2. Tal reflexão é feita a partir dos questionamentos sobre de qual forma estaria a França auxiliando (ou não) no controle da pandemia de COVID-19 nos espaços hoje denominados por France d'outre-mer. O presente trabalho está organizado da seguinte maneira: inicialmente apresenta ao leitor uma contextualização de como ocorreu a colonização dessas ilhas; posteriormente, lança-se luz sobre os permanentes rastros coloniais nas Antilhas; concluindo com informações reunidas sobre a ajuda que esses territórios estão recebendo, destacando a necessidade de autonomia.


Palavras-chave: Geografia; Colonialismo; França; Caribe; Covid-19.


A LOOK AT FRENCH COLONIALISM IN THE CARIBBEAN AND THE RESPONSES TO COVID-19 IN FRANCE D'OUTRE-MER

Abstract. This article aims to conduct a brief analysis of the possible links between the historic colonization made by the French Republic in the territories of the Antilles, between the 17th and 19th centuries, and the current pandemic scenario caused by the advance of the SARS-CoV-2 virus. Such reflection is made from the questions about how France is helping (or not) in the control of the COVID-19 pandemic in the spaces today called France d'outre-mer. The present work is organized as follows: initially it presents the reader with a contextualization of how the colonization of these islands occurred; later, it sheds light on the permanent colonial trails in the Antilles; concluding with information gathered on the help that these territories are receiving, highlighting the need for autonomy.

Keywords: Geography; Colonialism; France; Caribbean; Covid-19.

UNA MIRADA AL COLONIALISMO FRANCÉS EN EL CARIBE Y LAS RESPUESTAS EN COVID-19 EN FRANCIA DE ULTRAMAR

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGGEO/UFRRJ) e integrante do Laboratório de Geografia Econômica e Política (LAGEP).  <https://orcid.org/0000-0003-4147-9890>. E-mail: Jonathan_christian95@hotmail.com.

² Licenciada em Geografia pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) e integrante do Laboratório de Experimentações Artísticas e Reflexões Criativas sobre as Cidades (LEARCC).  <https://orcid.org/0000-0002-3201-4402>. E-mail: thaigsnt@gmail.com,

Resumen: Este artículo tiene como objetivo realizar un breve análisis de los posibles vínculos entre la colonización histórica realizada por la República Francesa en los territorios de las Antillas, entre los siglos XVII y XIX, y el escenario de pandemia actual causado por el avance del virus SARS-CoV-2. Tal reflexión se hace a partir de las preguntas sobre cómo Francia está ayudando (o no) en el control de la pandemia de COVID-19 en los espacios hoy llamados France d'outre-mer. El presente trabajo está organizado de la siguiente manera: inicialmente presenta al lector una contextualización de cómo ocurrió la colonización de estas islas; más tarde, arroja luz sobre los senderos coloniales permanentes en las Antillas; concluyendo con la información reunida sobre la ayuda que reciben estos territorios, destacando la necesidad de autonomía.

Palabras clave: Geografía; Colonialismo; Francia; Caribe; Covid-19.

Introdução³

O novo coronavírus atingiu o Ocidente de modo veemente no começo de 2020, e desde então vem provocando danos econômicos-sanitários-sociais que o mundo ainda não pode compreender em sua totalidade. Em outras palavras, ainda não conseguimos identificar como será o novo modo de convivência mundial no período pós-pandemia. Entretanto, uma leitura sobre o avanço do vírus no mundo não pode estar dissociada de uma visão conexa na qual os distintos espaços da esfera terrestre estão em constante interações (sociais, econômicas e políticas) entre si.

A França, um dos países mais afetados pela COVID-19, acumula mais de 100 mil infectados e 20 mil mortos pelo vírus, segundo dados apresentados na plataforma do *Santé Publique France*⁴. Entretanto, é necessário atentar-se ao fato de este país localizado no continente europeu, possui no presente alguns traços colonialistas e expansionistas acumulados do seu passado. Neste sentido nos questionamos: como a França tem lidado diante deste cenário com as suas heranças coloniais localizadas no Caribe e hoje denominadas por *département et régions d'outre-mer* (DROM)?

³ O presente artigo foi produzido entre os meses de abril e maio de 2020.

⁴ Covid-19 France. *Santé Publique France*. Disponível em: <https://dashboard.covid19.data.gouv.fr> – acesso em 27 abr.2020

Breve conjuntura histórica: o domínio francês no Caribe

O expansionismo europeu realizado no final da Idade Média, como bem afirma Iglésias (1992), fora o momento de alargamento dos horizontes geográficos, econômicos, políticos e o choque entre as culturas. Tal movimento posteriormente também se revelou englobado ao bojo de formatação do Estado-Nação contemporâneo, oriundo no continente Europeu ainda no século XVII. Neste padrão de ordenamento, o território, um elemento essencialmente geográfico, assume uma função fundamental para a soberania estatal.

O sistema colonialista francês era também um movimento geopolítico diante aos impérios que se lançaram as grandes navegações. A formação das colônias imperiais francesas ocorre em duas fases: a primeira no século XVII e a segunda no século XIX (MICHALON, 2009), e se desenvolve no contexto de reforço econômico e político da metrópole diante aos seus vizinhos europeus (CAVLAK, 2016; PORTO; CALDAS, 2015). De Luís XIV à Napoleão III, o Império Francês dominou território em quatro continentes do mundo: Américas, Oceania, Ásia e África.

O Caribe nesse enredo surge para a França por meio da chamadas Antilhas, ocupadas pelos franceses a partir de 1623, na primeira fase de colonização, antes ainda da assinatura do tratado de Westfália. Após a invasão, tais colônias passam a ser sistematicamente utilizadas como um instrumento econômico da metrópole, fruto do capitalismo industrial originado da exploração colonial.

Uma das marcas deste capitalismo industrial colonial é a *Compagnie des Îles de l'Amérique*, que serviu de intermédio para a coroa francesa realizar suas explorações em territórios caribenhos, através da indústria açucareira, assim como também exercer o seu expansionismo ocupando outras ilhas da região (CANABRAVA, 2005). Boa parte dos que habitavam e exerciam as funções laborais destes arquipélagos eram escravos, como afirma Laurent Dubois e Aurélien Berra (2003), estimando que no século XIX durante a segunda fase do processo colonialista francês, segundo Flory (2016), mais de 21.000 pessoas tenham sido levadas, pela França, do continente africano para o Caribe como mão-de-obra.

Resíduos colonialistas: vestígios do passado que refletem no presente

É inegável que ao longo da história, a colonização exercida da forma apontada anteriormente, se estabeleceu como uma forma de crescimento territorial e de exploração econômica através de recursos naturais. Tal atividade contribuiu de forma significativa para o enriquecimento de muitos Estados-Nação do continente europeu. Portugal, Espanha, Inglaterra e França são exemplos disso.

Além da conquista territorial para o reforço imaginário do Estado-Nação em suas múltiplas esferas (principalmente econômica e política), o colonialismo impõe ao colonizado além do apagamento de sua cultura, a obrigatoriedade de cooptar a cultura do colonizador para ser mais aceito na falácia da superioridade. Segundo Fanon (2008, p.34), “todo povo colonizado nasce com um complexo de inferioridade devido ao sepultamento da originalidade cultural”. Esse ponto está diretamente interligado ao fato de que o eurocentrismo levado pelos colonizadores aos territórios colonizados permeia até hoje no entendimento social. A imposição imagética do que se é, acaba por refletir o exato oposto da realidade e força os indivíduos a buscarem referências e representações em vidas que não tem, em corpos que não são e em países que não serão.

Por exemplo: tais territórios, antes colônias e posteriormente integrados a França como *territoires d'outre-mer* a partir da constituição francesa de 1946 (MICHALON, 2009), mantiveram uma conexão política e econômica com a antiga metrópole pelo menos até seus processos de independência ao longo dos anos sessenta e setenta da década passada, como foi o caso com boa parte dos países colonizados no continente africano. Todavia, a colonialidade não é algo facilmente expurgado da sociedade ainda que ocorra a independência ou descolonização de um território.

Paris renova, no século XXI, suas relações colonialistas com os territórios caribenhos que se mantiveram parte territorial da França, como Guadalupe e Martinica, através de elementos econômicos e culturais. Essa forte dependência, um traço da estrutura social-econômica colonizadora histórica, são expressos no campo econômico, por exemplo, através da balança comercial. A França, segundo dados levantados pelo *Institut national de la statistique et des études économiques* (INSEE), é responsável por boa parte das

importações (principalmente alimentos) e exportações de Guadalupe e Martinica⁵⁶. No campo social-cultural, o número de jovens estudantes dos territórios além-mar indo em direção a metrópole para aperfeiçoar seus estudos também é grande, como aponta reportagem feita pela jornalista Alice Raybaud e publicada pelo jornal *Le Monde* no dia 13 de fevereiro deste ano⁷. Conquanto, nesta mesma matéria é exposto que tais jovens são vítimas de racismo, preconceito e xenofobia. Até a capacidade intelectual destes sujeitos são postas em xeque.

Isso nos demonstra que a contemporaneidade se apresenta como resultado do período colonial, ainda que desvinculado da clássica noção de colonialismo, a dominação, as estruturas de poder e as opressões que permanecem hoje carregam os mesmos mecanismos colonizantes e readaptados a modernidade que exige um desempenho flexível. O padrão civilizatório, construído no colonialismo e ainda perpetuado, gera a necessidade de alinhar os povos numa falsa percepção do que é normal estabelecendo um nível imaginário e irreal de superioridade entre as sociedades.

A ausência de uma real descolonização é, na verdade uma reorganização da colonialidade sobre controle de novas instituições (Quijano, 2005). Expor a dependência significa dizer que o capitalismo atual se moldou a partir do colonialismo que estabeleceu uma relação centro-periferia entre os países e utiliza seu poder econômico como influência política com a finalidade de controlar os demais territórios. A dependência e a colonialidade são elementos de uma mesma rede de relações socioeconômicas que se pautaram na exploração dos territórios e seus elementos. O ponto a salientar após o que foi argumentado, é se ainda existe uma responsabilidade dos países centrais para com os problemas que envolvem apoio social e econômico enfrentados em tempos de crise pelos seus espaços periféricos, descendentes de uma lógica Estatal territorial.

⁵ Commerce extérieur - Dégradation de la balance commerciale malgré la stabilité des exportations Institut national de la statistique et des études économiques. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/4139825?sommaire=4159784#graphique-figure2>

⁶ Commerce extérieur - Stabilité de la balance commerciale Institut national de la statistique et des études économiques. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/4160514?sommaire=4160760#titre-bloc-4>

⁷ Plus nombreux à étudier en métropole, les étudiants ultramarins à l'épreuve de la distance. *Le Monde*. 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/campus/article/2020/02/13/plus-nombreux-a-etudier-en-metropole-les-etudiants-ultramarins-a-l-epreuve-de-la-distance_6029404_4401467.html

Pandemia e assistência francesa

A França possui como legado de seu período colonial e expansionista uma série de territórios que ainda hoje permanecem como suas colônias. De ilhas habitadas a inabitadas, espalhadas pelos oceanos Atlântico, Índico e o Pacífico, tais localidades possuem distintas capacidades jurídicas, variando o grau de autonomia entre si. Neste sentido devemos destacar que existem os *collectivité d'outre-mer* e os *département d'outre-mer*. Os *collectivité d'outre-mer* possuem estatutos específicos, não dispendo do mesmo regimento político da metrópole, o que ocorre no caso dos *département d'outre-mer*. Além disso, tais zonas são de grande valor geoestratégico para as *Forces armées françaises*, vide as tropas estacionadas na Guiana e nas Antilhas (Oceano Atlântico), Nova Caledônia e Polinésia Francesa (Oceano Pacífico), Reunião e Mayotte (Oceano Índico).

No Caribe, quatro territórios constituem os *département et régions d'outre-mer*, sendo eles: São Martinho, São Bartolomeu, Guadalupe e Martinica. As principais atividades econômicas destes territórios, segundo o *Institut d'Émission des Départements d'Outre-Mer* (IDEOM), estão ligadas aos seguintes setores: agrícola, agroalimentar e do turismo. Segundo o INSEE, são mais densamente habitadas as ilhas de Guadalupe e Martinica, que possuem respectivamente populações de 395 mil e 385 mil habitantes.

Os números da COVID-19 na *région d'outre-mer* caribenha, até o dia 08 de maio de 2020, segundo as autoridades locais são de: 154 casos acumulados e 13 mortes, em Guadalupe⁸ e 181 casos acumulados e 14 mortes na Martinica⁹. Em abril, São Martinho registrou 38 casos acumulados, 3 mortes e 24 recuperações, enquanto São Bartolomeu confirmou 6 casos, com todos os infectados já recuperados da doença, segundo apontou a Agence de Santé Publique Guadeloupe.

⁸ COVID-19: informations, recommandations et points de situation. Les services de l'État en Guadeloupe. Disponível em: <http://www.guadeloupe.gouv.fr/Politiques-publiques/Risques-naturels-technologiques-et-sanitaires/Securite-sanitaire/Informations-coronavirus/COVID-19-informations-recommandations-et-points-de-situation>

⁹ COVID-19: informations, recommandations, points de situation, attestations de déplacement. Les services de l'État en Martinique. Disponível em: <http://www.martinique.gouv.fr/Politiques-publiques/Environnement-sante-publique/Sante/Informations-COVID-19/COVID-19-informations-recommandations-points-de-situation-attestations-de-deplacement>

Assim como a metrópole, os territórios caribenhos além-mar encontram-se em distanciamento social, confinamento e toque de recolher durante o período noturno. Toda as precauções e medidas sanitárias¹⁰ estão sendo tomadas pelas administrações locais, que buscam frear o avanço do vírus nas ilhas. Suas principais necessidades, segundo apontam os governantes locais são itens hospitalares e de proteção individual¹¹. A Martinica, por exemplo, anunciou um projeto local para fabricação máscaras¹².

Segundo um documento do *Ministère des Solidarités et de la Santé*¹³, datado de 2017, o sistema de saúde de Guadalupe teria vinte e um, da Martinica vinte e nove, e o da metrópole trinta e um leitos disponíveis a cada dez mil habitantes. Diante de outros departamentos ultramarinos, estes são os que menor apresentam disparidade com relação a França europeia. Em termos de assistência sanitária, em março foi realizado o envio de dois porta-helicópteros (*Mistral* e *Dixmude*) para os territórios além-mar com o objetivo de fornecer uma infraestrutura logística e hospitalar extra e evitar a saturação do sistema de saúde dos departamentos ultramarinos. O primeiro, “*Mistral*”, seguiu para o Oceano Índico dando apoio para Mayotte e Reunião, o segundo “*Dixmude*” seguiu em direção ao Caribe. Além disso, o presidente francês Emmanuel Macron também aceitou a ajuda cubana, que enviou médicos aos territórios caribenhos.

Tanto na Martinica, quanto em Guadalupe, o INSEE afirma que a economia teve um declínio significativo como efeito colateral da COVID-19. Em ambos, a queda na atividade econômica foi de 27%, sendo os setores mais afetados o do turismo, comércio, da construção e do transporte. Por sua vez, o setor agroalimentar foi pouco impactado,

¹⁰ Covid-19 | Élargissement de la stratégie de dépistage par tests PCR. l'Agence Régionale de Santé. Disponível em: <https://www.guadeloupe.ars.sante.fr/covid-19-l-elargissement-de-la-strategie-de-depistage-par-tests-pcr>

¹¹ Coronavirus. Des élus d'Outre-mer réclament des masques et des respirateurs à l'État. Ouest France. Disponível em: <https://www.ouest-france.fr/sante/virus/coronavirus/coronavirus-des-elus-d-outre-mer-reclament-des-masques-et-des-respirateurs-l-etat-6792539> acesso em 24 abr.2020

¹² Covid-19-Martinique: La Collectivité territoriale de Martinique lance un appel à projets pour la fabrication locale de masques. Outremer360°. Disponível em: <http://outremer360.com/economie/covid-19-martinique-la-collectivite-territoriale-de-martinique-lance-un-appel-a-projets-pour-la-fabrication-locale-de-masques/> acesso em 24 abr.2020

¹³ Les établissements de santé dans les départements et régions d'outre-mer : activité et capacités d'accueil. Ministère des Solidarités et de la Santé. Disponível em: <Dreesdrees.solidarites-sante.gouv.fr > - acesso em 20 mai.2020

uma vez que o comércio não foi totalmente suspenso. Todavia, o instituto afirma que ainda não é possível prever a longo prazo os impactos da crise¹⁴.

Por meio do *Ministère des Outre-Mer*, o governo tem divulgado algumas medidas assistencialistas no campo social e econômico, tais como: Prestação de ajuda no retorno de estudantes de territórios além-mar que estejam na metrópole; Auxílio monetário extra variando entre €100-€150 euros para as famílias que possuem dificuldades socioeconômicas e dependem de programas sociais governamentais e um fundo de €500 milhões, para conceder empréstimo as empresas pertencentes ao ramo do turismo. Também foi anunciado recentemente o pacote de um bilhão de euros para fortalecer os territórios ultramarinos, tanto na área da saúde, quanto na área do comércio¹⁶, que durante o isolamento inabilitou pelo menos 50% dos trabalhadores do setor privado da Martinica e Guadalupe.

Apesar do aparente controle da doença sobre França caribenha em relação aos outros territórios além-mar, toda essa conjuntura construída no cenário de pandemia, demonstra uma certa desigualdade (e dependência) existente entre estas duas áreas, que teoricamente pertencem a um território comum. Além da incisão na área econômica, na esfera social e cultural, o principal temor dos que vivem nestas regiões, é justamente a exclusão (por parte da França) de seus espaços diante ao agravamento do vírus em suas comunidades¹⁷. Tal sentimento (de segregação e expulsão) é justamente um reflexo de uma relação colonialista que não fora quebrada ao longo das décadas, mas que hoje se mantém por intermédio de sofisticados meios auxiliares nos setores econômicos, sociais e políticos.

Considerações finais

¹⁴ Coronavirus: Un coup de frein pour l'économie guadeloupéenne. Franceinfo. Disponível em: <https://la1ere.francetvinfo.fr/guadeloupe/coronavirus-un-coup-de-frein-pour-l-economie-guadeloupeenne-830480.html> - acesso em 20 mai.2020

¹⁵ Coronavirus : un coup de frein pour l'économie de la Martinique qui baisse de 27%. Franceinfo. Disponível em: <https://la1ere.francetvinfo.fr/martinique/activite-830668.html> - acesso em 20 mai.2020

¹⁶ Outre-Mer : Un plan d'un milliard d'euros pour aider les collectivités et entreprises face à la crise du coronavirus. 20 minutes. Disponível em: <https://www.20minutes.fr/economie/2786615-20200526-outre-mer-plan-milliard-euros-aider-collectivites-entreprises-face-crise-coronavirus> - acesso em: 20 mai.2020

¹⁷ Gestion du Covid-19 en Outre-mer : "On est en France, en 2020, mais on est abandonnés. Marie Claire. Disponível em: <https://www.marieclaire.fr/gestion-du-covid-19-en-outre-mer-on-est-en-france-en-2020-mais-on-est-abandonnes,1344449.asp> – acesso em 26 abr.2020

Ainda no século XXI, as marcas colonialistas são profundas e se expressam espacialmente, socialmente e economicamente sobre localidades que foram submetidas a uma organização homogênea do território, que não atende as diferenças e particularidades que cada região do mundo terá. Apesar da ajuda francesa a esses lugares, ao longo do artigo pode-se perceber que esses auxílios expõem e aprofundam o abismo entre a França e as Antilhas Francesas, pois estes não visam solucionar os problemas estruturais e nem descolonizar os territórios para que obtenham sua própria autonomia. Isso gera uma relação cíclica de dependência que os afastam cada vez mais, mantido através de um sistema político que de alguma forma esteja submetido a Paris. O distanciamento natural, além da quilometragem, muito tem a ver com a colonização que domina territórios, entretanto, sempre os mantendo como subalternos e menos civilizados, entrando em contradição uma vez que os *collectivité d'outre-mer* são obrigados a se espelhar culturalmente e politicamente, e a depender politicamente destes que dominam. O rastro colonial também auxilia na perpetuação do preconceito enfrentado cotidianamente pelas antigas Antilhas francesas, fruto da concentração de poder da França e do ideário eurocêntrico e elitista de superioridade tanto sob outras raças, culturas, territórios e povos, exposto, por exemplo, no caso de preconceito com estudantes apontado em parágrafos anteriores.

A pandemia de COVID-19 marca um período da modernidade em que se percebe que a manutenção da dependência entre os territórios não mais pode continuar, se alguns são considerados mais merecedores de assistência social, por herdarem mais poder no jogo geopolítico mundial, e outros não. O texto destaca a necessidade de romper com esse ciclo e redistribuir de forma ampla o acesso às medidas de amparo para que estes espaços se tornem igualitários.

Referências Bibliográficas

- ALCÀZAR, Joan del. *Historia contemporánea de América*. Madrid: Alianza Editorial, 2003.
- ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez. 2014

CANABRAVA, Alice Piffer. História Econômica: estudos e pesquisas. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

CAVLAK, Iuri. História da Guiana Francesa. Do início da colonização até a invasão portuguesa de 1808. Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2016.

DUBOIS, Laurent; BERRA, Aurélien. "Citoyens et amis!": Esclavage, citoyenneté et République dans les Antilles françaises à l'époque révolutionnaire. Annales. Histoire, Sciences Sociales, n. 2.2003.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008

FLORY, Céline. As migrações de trabalho com destino à Guiana e às Antilhas Francesas: Sociedades pós-escravagistas, mácula servil e gênero. IN: COTTIAS, Myriam; MATTOS, Hebe. Escravidão e subjetividades no Atlântico luso-brasileiro e francês (Séculos xvii-xx). OpenEdition Press, 2016. Disponível em: <https://books.openedition.org/oep/1515>

GAUTHIER, Constance. L'Outre-mer face au Covid-19: le bouleversement de territoires fragilisés. Observatoire Géopolitique du Covid-19. Disponível em: <https://legrandcontinent.eu/fr/2020/05/16/loutre-mer-face-au-covid-19-le-bouleversement-de-territoires-fragilises/> - acesso em 28 mai.2020

IGLÉSIAS, Francisco. Encontro de duas culturas: América e Europa. Estud. av. vol.6 no.14 São Paulo, 1992. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100003

MICHALON, Thierry. L' Outre-Mer Français. Évolution institutionnelle et affirmations identitaires. Paris: L'Harmattan, 2009.

PORTO, Jadson Luís Rebelo; CALDAS, Yurgel Pantoja. Gênese, construções e delimitação da fronteira Brasil-França: Da conquista do território à fronteira tardia. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 8, n. 2, jul.-dez. 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

Data de Submissão: 06/05/2020

Data da Avaliação: 15/06/2020

ENTRE ARMAS E PÚLPITOS: a necropolítica do Bolsonarismo¹

Guilherme Ribeiro²

Resumo: O presente texto visa a descrever como o neoprotetantismo e a defesa do legado da ditadura militar atuaram na composição da nova face da extrema-direita no Brasil nas primeiras décadas do século XXI. Tendo como inspiração teórica o conceito de necropolítica desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, talvez seja possível reconhecer a emergência do fenômeno chamado Bolsonarismo e sua ênfase na mobilização da linguagem da violência, do ódio e da morte como ativos políticos.

Palavras-chave: neoprotetantismo, ditadura militar, necropolítica, Bolsonarismo, Brasil

Between guns and pulpits: the necropolitics of Bolsonarism


Abstract: This text aims to describe how neoprotetantism and defense of the military dictatorship legacy shaped the new face from the Brazilian far-right in the first decades of the twenty-first century. Based on the concept of necropolitics developed by the Cameroonian philosopher Achille Mbembe, it is possible to recognize the emergence of the Bolsonarism and its emphasis on the language of violence, hate and death as political assets.

Keywords: neoprotetantism, military dictatorship, necropolitics, Bolsonarism, Brasil

Entre armes et chaires : la nécropolitique du Bolsonarisme

Résumé: L'article suivant veut décrire comment le néoprotetantisme et l'apologie de l'héritage de la dictature militaire ont agi sur la composition de la nouvelle face de l'extrême-droite au Brésil dans les premières décennies du XXIème siècle. A partir du concept de

¹ Convidados gentilmente por Felipe Ramão (doutorando pelo PPFH/UERJ) para palestra *online* em comemoração ao dia do geógrafo (29.05.2020), optamos por intitulá-la justamente “A necropolítica do Bolsonarismo” com vistas a testar algumas hipóteses preliminares. Algo similar ocorreu quando, ao lado de Glauco Bruce Rodrigues (UFF-Campos dos Goytacazes) e Pedro Henrique Pedreira Campos (UFRRJ), participamos da *webinar* “Crise pandêmica e disputa de poder no Estado brasileiro” no âmbito do ciclo de debates patrocinado pelo Núcleo de Pesquisas Espaço e Economia (NUPEE [UERJ/UFRRJ]) em 19.06.2020. Agradecemos de coração aos nossos alunos do curso de Geo-História da UFRRJ, cujos seminários anuais sobre a formação sócio-espacial brasileira têm sido momentos especiais de descoberta coletiva e horizontal. Texto dedicado aos mortos pela Covid-19.

² Doutor em Geografia pela UFF, com estágio doutoral pela Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV) e pós-doutorado em Geografia pela UFMG. Professor Associado II do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGGEO/UFRRJ).  <http://orcid.org/0000-0002-5564-8619> . E-mail: geofilos@msn.com

nécropolitique développé par le philosophe Camerounais Achille Mbembe, on peut identifier l'émergence du phénomène appelé Bolsonarisme et sa mobilisation du langage de la violence, la haine et la mort en tant qu'expédients politiques.

Mots-clés: néoprottestantisme, dictature militaire, nécropolitique, Bolsonarisme, Brésil

Introdução

464

O presente artigo surge de um *assombro* e de um *deslocamento*. O assombro diz respeito à maneira como vários segmentos da sociedade brasileira abraçaram a candidatura de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República a partir de julho de 2018. O deslocamento associa-se à nossa condição de historiador da geografia a qual, por prática de ofício, opera majoritariamente sobre o passado, mas que se viu impelido a registrar por escrito suas impressões sobre a realidade brasileira contemporânea.

No fundo, partimos também de uma motivação simultaneamente *pública* e *política*. Atuando como servidor público no papel de professor universitário há onze anos e como docente há duas décadas, no momento em que valores inegociáveis como *democracia*, *liberdade de expressão* e *direitos humanos* passaram a ser vilipendiados não de forma ocasional, mas sistematicamente como plataforma eleitoral de um candidato ao posto máximo da República, a dimensão política subjacente à nossa esfera de trabalho falou mais alto e nos sentimos impelidos a contribuir — ainda que modesta e didaticamente — para o debate público nacional.

Sob a forma de ensaios, tivemos a oportunidade de nos posicionarmos em duas ocasiões. Perturbado diante do inacreditável tão logo a vitória de Bolsonaro foi decretada, um texto mais pessoal combinando memórias biográficas da adolescência, percepções históricas da idade adulta e descrição de episódios protagonizados pela extrema-direita nas eleições de 2018 foi publicado no ano seguinte. Recentemente, posicionamo-nos sobre como um possível *impeachment* presidencial emergia como manobra da direita tão inconformada com sua escolha pretérita quanto sedenta em amealhar dividendos políticos visando ulterior pleito presidencial. Ao mesmo tempo, concluíamos que a destituição purificaria os eleitores de Bolsonaro e seria o álibi mais-

que-perfeito, uma cortina de fumaça a mascarar toda a tragédia envolvendo sua candidatura, triunfo e governo ³.

Dada a unidade temática, o presente escrito pode ser lido tal qual uma continuidade, a parte terceira de um registro crítico e reativo face ao que talvez possa ser classificado sob a expressão *Bolsonarismo* — definida simplificada como a mais nova face da extrema-direita brasileira nas primeiras décadas do século XXI. Tendo como principais bases ideológicas o neoprotestantismo e a defesa do legado da ditadura militar, para o Bolsonarismo religiosidade e autoritarismo locupletam-se e reproduzem-se processando a linguagem da violência (em suas dimensões física e simbólica) como tática política ⁴.

Nossa principal inspiração teórica repousa no conceito de *necropolítica* desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe ⁵. Interpretando-o em termos amplos e à luz de uma perspectiva global e estrutural da história ⁶ — e cientes de que a apropriação de um conceito passa por uma série de mediações as quais não foram arquitetadas aqui — , ao recuperar tanto a constituição do Estado e dos Impérios moderno-coloniais quanto seus efeitos sobre o tempo presente e ao situar a escravidão como “paradigma” histórico-epistemológico, ele nos convida a refletir em torno da centralidade da morte como ativo político da modernidade. Assim sendo, corpos negros e periféricos estão à margem da esfera dos direitos — incluindo o direito à vida, privilégio de alguns. Tal projeto de morte é continuado e intensificado pelo modelo econômico neoliberal em que todos os trabalhadores, embora cruciais para a reprodução do capital, tornam-se

³ Cf. Ribeiro (2019, 2020).

⁴ Dentre a enorme literatura sobre a relevância política da linguagem, vide Fanon (2008 [1952]) e Kilomba (2019 [2008]). Sublinhe-se também a observação do pensador francês Roland Barthes sobre as conexões entre autoritarismo e linguagem em seu discurso inaugural no *Collège de France*: mais que proibir de dizer algo, o fascismo nos obriga a reproduzir um único discurso. É o fim do contraditório, acrescente-se (Barthes, 2007 [1978]).

⁵ Cf. Mbembe (2016 [2003]). Estamos cientes de que a apropriação de um conceito passa por uma série de mediações as quais não foram realizadas aqui por razões que fugiriam aos objetivos desse texto.

⁶ Cf. Braudel (1996 [1967], 1996 [1979], 1996 [1979a]).

descartáveis e desprovidos de direitos ⁷. Em sua obra *Crítica da Razão Negra*, Mbembe nomeou este processo de o “devir negro do mundo” ⁸.

Concernente às informações empíricas sobre o Bolsonarismo, recolhi-as de notícias divulgadas em sites de mídia como *O Globo* e *Diário do Centro do Mundo* e em redes sociais como Twitter, Facebook e YouTube, além de dados quantitativos derivados de fontes como o Datafolha e o Wikipedia. Muito embora por fora de qualquer pretensão analítica, a cobertura plena de detalhes biográficos e o rico jogo temporal transitando entre presente e passado laborado pela jornalista Thaís Oyama em seu livro *Tormenta* ⁹ foram-nos extremamente úteis para apurarmos certas idiossincrasias da personalidade e da trajetória política de Jair Messias Bolsonaro.

Dos púlpitos

Uma das principais virtudes das Ciências Humanas reside em sua capacidade de *desnaturalizar* práticas, comportamentos, valores e representações. Na vida social, nada é natural. Variando no tempo e no espaço, mesmo as necessidades biológicas de comer, beber e dormir vão sendo particularizadas através de processos históricos e geográficos os quais podem ser sintetizados sob o signo *cultura*.

A aparente banalidade da afirmação acima revela toda sua complexidade quando mergulhamos nos fatores associados à vitória presidencial de Bolsonaro em outubro de 2018, na montagem de sua equipe ministerial, na descrição de seu governo e em determinadas ações praticadas por seus admiradores. Ao fazê-lo — ainda que de

⁷ Dentre a lista de empresários Bolsonaristas contrários ao fechamento comercial provocado pelo isolamento social como Luciano Hang da Havan, Sebastião Bonfim da Centauro e Afrânio Barreira do Coco Bambu, o proprietário Junior Durski da hamburgueria Madero despiu-se de qualquer constrangimento ao afirmar em vídeo gravado em seu perfil no Instagram que o Brasil não poderia parar por causa de cinco, sete mil mortes por Covid-19 e que as perdas causadas pelo *lockdown* seriam maiores que as da pandemia. Tal acontecimento ilustra o caráter sócio-econômico da pandemia e a deterioração criminosa dos sistemas públicos de saúde no mundo e no Brasil porém encoberto por expressões como “crise sanitária”. Vide Souza Neto & Castro (2018) e, para a gravação acima, <https://www.youtube.com/watch?v=BTo8VPrZpil>.

⁸ Cf. Mbembe (2018 [2013]).

⁹ Cf. Oyama (2020).

maneira ensaística —, não é difícil perceber a profunda disputa ao redor de tópicos os mais complexos como a interpretação sobre a ditadura militar, a orientação geopolítica do Itamaraty, os limites e as potencialidades do indivíduo no âmago da sociedade, a liberdade de imprensa e a natureza da democracia.

Nesse sentido, uma das especificidades do Bolsonarismo parece residir precisamente na adoção de uma ideologia de extrema-direita personificada entretanto não por um intelectual ou uma corrente de pensamento no sentido clássico dos termos, mas por alguém que encarna uma mescla de esoterismo e charlatanismo em tempos de redes sociais e de *fake news*. Embora saibamos das matrizes social-democrata e socialista a inspirar respectivamente os governos de Fernando Henrique Cardoso e os de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef — porém com fortes doses de neoliberalismo na prática, ressalte-se —, é bastante provável ser inédita a cena em que um presidente eleito expõe proposadamente em seu primeiro discurso transmitido ao vivo e online o livro *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, coletânea de artigos de imprensa publicada pelo Grupo Editorial Record e assinada por Olavo de Carvalho ¹⁰.

Se por um lado Carvalho manobra com êxito camadas médias com diploma de nível superior e pretensão intelectual duvidosa ¹¹ contra o que rotularam por “marxismo cultural” — sua página no YouTube possui quase um milhão de inscritos [957 mil ¹²] e o livro em tela vendeu mais de cem mil exemplares, mostrando indubitavelmente sua extrapolação para além dos muros universitários —, outro sustentáculo ideológico localiza-se no seio das camadas populares. Como parece ser moeda corrente no transcorrer da história, o *Cristianismo* é evocado em nome de uma agenda preconceituosa, excludente e agressiva por parte considerável dos católicos e pela maioria dos protestantes — agenda absolutamente oposta aos ensinamentos do próprio Jesus, diga-se em alto e bom som.

Embora rejeitemos *em qualquer circunstância* raciocínios de caráter determinista, a título de aproximação dois grupos de estatísticas cruzadas podem contribuir para

¹⁰ Cf. Carvalho (2013). O outro livro exposto foi *Memórias da Segunda Guerra Mundial*, de Churchill.

¹¹ Aventado para o cargo de Ministro da Saúde, o graduado em Medicina pela UFRJ Ítalo Marsili achou por bem estampar no Currículo Lattes a observação de que morara com Olavo de Carvalho nos Estados Unidos no período 2007-2008. Cf. <http://lattes.cnpq.br/2743692198886867>. Acesso em 25.06.2020.

¹² Acesso em 15 de junho de 2020 em <https://www.youtube.com/channel/UC6RQhzm93SterWntL7GzqYQ>

iluminar a escalada da direita no Brasil na virada do século XX para o século XXI. O primeiro deles contabiliza o número de protestantes segundo os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): no ano de 1991, a cifra foi de 13.157.383 milhões; em 2000, o número dobra para 26.184.941 milhões; e em 2010 alcança a marca de 42.275.440 milhões¹³. O segundo grupo refere-se às votações presidenciais da direita em segundo turno (PSDB e PSL) computadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, a saber: 33 370 739 milhões¹⁴ (2002); 37 543 178 milhões¹⁵ (2006); 43 711 388 milhões¹⁶ (2010); 51 041 155 milhões¹⁷ (2014); e 57 797 847 milhões¹⁸ (2018). Em síntese: direita e protestantes vêm aumentando nas últimas duas décadas.

Atendo-nos ainda um pouco mais aos dados quantitativos, em pesquisa publicada em dezembro de 2016 o Datafolha levantou que 45% dos evangélicos discorda de que todas as religiões têm mesmo valor; 71% acredita que deveria haver uma lei visando intimidar, constranger ou agredir homossexuais; 68% se opõe ao casamento entre pessoas do mesmo sexo; 64% é contrário à adoção de crianças por casais gays e a mesma percentagem sustenta que mulheres deveriam ser processadas e presas em caso de aborto¹⁹.

Enfim, se a fórmula “protestantes = direita” talvez sirva tão somente para testar seus próprios limites, por outro lado não há como desconsiderar a natureza conservadora da pauta protestante no Brasil atual. Um de seus efeitos mais visíveis reside na ampliação progressiva da chamada “bancada evangélica” no Congresso Nacional nos últimos anos — num total de noventa e um parlamentares após a eleição de 2018 — e não por acaso Jair Messias Bolsonaro repetidamente deixou-se fotografar junto a igrejas e pastores

¹³ Extraído de Alves, Cavenaghi, Barros & Carvalho (2017). Sobre o papel político dos evangélicos no Brasil, ver, também, Almeida (2019).

¹⁴ https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2002. Acesso em 15 de junho de 2020.

¹⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2006. Acesso em 15 de junho de 2020.

¹⁶ https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2010. Acesso em 15 de junho de 2020.

¹⁷ https://pt.wikipedia.org/wiki/Resultados_da_elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2014. Acesso em 15 de junho de 2020.

¹⁸ https://pt.wikipedia.org/wiki/Resultados_da_elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2018#Segundo_turno. Acesso em 15 de junho de 2020.

¹⁹ <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1845231-44-dos-evangelicos-sao-ex-caticos.shtml>. Acesso em 15 de julho de 2020.

celebrados nacionalmente como Assembléia de Deus e Universal do Reino de Deus, Silas Malafaia e Edir Macedo — para citar apenas alguns.

Portanto, não houve nenhum acaso na decisão de tomar como *slogan* de campanha o versículo bíblico extraído do livro de João 8:23 “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”, pois Bolsonaro e sua *entourage* têm profunda clareza de que a religião protestante assumiu notória influência política. Entretanto, o perigo subjacente a ser considerado consiste em que sua pauta ultrapassou as fronteiras dos púlpitos e dos cultos para abalar a própria ossatura do Estado de Direito. Reconhecida como uma das principais conquistas da modernidade e da edificação de uma sociedade igualitária, a laicidade estatal garante tanto liberdade de culto quanto tratamento equânime às mais variadas religiões. Todavia, uma vez que a natureza da verdade enunciada pelo Bolsonarismo não pertence ao domínio da razão, mas da crença, sua postura não faz questão alguma de esconder notório desconforto diante da multiplicidade de vozes e de interesses típica de uma sociedade em luta pela salvaguarda e ampliação da democracia.

Transladar idiossincrasias próprias ao terreno da fé para o âmbito da elaboração de políticas governamentais representa forte incompreensão acerca da necessária distinção entre as esferas pública e privada na organização da vida social, além de operar inconscientemente sob uma perspectiva teleológica e fatalista da história — eliminando ou simplificando assim suas contradições. Trata-se, por exemplo, do dogma segundo a qual a conversão religiosa é o ato primeiro e cardeal para a resolução dos “problemas” educacionais (em defesa de nossas crianças), sociais (restabelecer o respeito à família e às instituições), econômicos (o evangélico empreendedor e ou o dizimista inevitavelmente prosperarão) e políticos (o fim da corrupção e o resgate da ética). Além de ter os pastores evangélicos Damares Alves e André Mendonça nos Ministérios da Mulher, Família e Direitos Humanos e da Justiça, durante um culto na Câmara dos Deputados o presidente Bolsonaro proclamou em alto e bom som sua futura indicação ao Supremo Tribunal Federal de um magistrado “terrivelmente evangélico”²⁰.

Quando apenas um único conjunto de valores e crenças pretende definir o comportamento, as leis e as práticas de toda a sociedade, estamos diante de uma

²⁰ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/10/politica/1562786946_406680.html . Acesso em 19.06.2020.

violência simbólica a qual, em boa medida, pode ser denominada como *fundamentalismo*.

Ciente de que as palavras desnudam nossa mentalidade coletiva — sobretudo quando surgem espontaneamente —, poucas vezes um termo confessou com tanta equivalência as feições mais obscuras de milhões de brasileiros. “Mito” significa embaralhar infantilmente realidade e imaginação. Estar fora da história mas, ao mesmo tempo, deter poderes para nela intervir. Perder a noção de humanidade ao clamar por um super-homem apto a solucionar tudo aquilo visto como “problema”. O mito é um clamor delirante em nome da eliminação do outro e se porventura a tragédia da morte despontar no horizonte da vida e o tempo histórico reclamar seus direitos, a direita sempre poderá encontrar tanto a desculpa de que não imaginava que as coisas aconteceriam de tal forma quanto a de que a esquerda teria feito muito pior. Em síntese, o mito é o álibi impecável do autoritarismo ²¹.

Embora ninguém tenha sido capaz de esboçar com antecedência o quadro que conduziu o Bolsonarismo ao poder, a essa altura dos acontecimentos (junho de 2020) minimizar seus aspectos ideológicos seria cometer erro político e interpretativo de monta, tanto mais que seus desdobramentos permanecem entre nós. Quer atenda pelos nomes de Sergio Moro, Wilson Witzel ou Joice Hasselmann, o Bolsonarismo continuará em vigor mesmo após a saída de Jair Messias Bolsonaro da Presidência da República.

Das armas

Eis a razão pela qual precisamos conjugar um esforço analítico de matiz histórico a fim de elucidar as múltiplas faces da direita brasileira em nossos dias. Afinal, aos elementos circunstanciais é necessário acrescentarmos as *estruturas* e as *conjunturas*, com destaque para as sequelas deixadas pela escravidão e, mais recentemente, pelas ditaduras de Getúlio Vargas e dos militares. Aqui, o recurso à metafísica evocado pela religião cede lugar ao protagonismo de um gênero de violência a qual, embora pareça

²¹ Permitam-me adaptar esse parágrafo extraído de publicação anterior sobre o mesmo tema (Ribeiro 2019:5). Sobre o conceito de *mito* aplicado à história do Brasil, ver Chauí (2000).

repousar em um realismo materialista irrefletido, é simultaneamente corporal e simbólico, financeiro e racial, espacial e machista.

Exemplifica essa violência a reação estridente do então deputado federal Bolsonaro diante da instalação da Comissão Nacional da Verdade instaurada pelo Governo Dilma Roussef no ano de 2011 com vistas a apurar crimes governamentais cometidos durante os anos de chumbo. Rompidos em função de suas atitudes “indisciplinadas” tanto antes quanto depois de sua passagem pelo Exército ²², aquela reação aproximou-o dos militares de alta patente os quais, evidentemente, também se opuseram à Comissão. Embora pareçam ter memória curta quando lhes convém, é crucial enfatizar que os “argumentos” Bolsonaristas mobilizam uma determinada concepção de história e de sociedade ao declararem que a escravidão acabou faz tempo inexistindo, conseqüentemente, racismo, ou que os militares foram responsáveis pela salvaguarda da democracia contra “subversivos”, “terroristas” e “comunistas” em 1964.

As expressões acima foram retiradas do livro *Verdade sufocada* ²³ — o emprego da palavra “sufocada” terá sido um ato falho psicanalítico, uma vez que suas definições apontam para quem não consegue respirar, foi alvo de repressão ou está preso?— assinado por Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel do Exército, ex-chefe do DOI-CODI e primeiro militar reconhecido pela Justiça brasileira como torturador dos “elementos” em questão. Por ocasião da votação na Câmara dos Deputados a favor do impeachment de Roussef em 17 de abril de 2016, Ustra assumiu o centro das atenções em virtude do discurso apologético de Jair Bolsonaro antes de proferir sua decisão. Em um dos episódios mais vexaminosos da história da República tanto pelo golpe na democracia quanto pela demagogia das performances e mensagens dos congressistas, vale a pena registrar *ipsis litteris* o então deputado do PSC:

“Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa: parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64 e perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula — que o PT nunca teve. Contra o comunismo e pela nossa liberdade. Contra o Foro de São Paulo e pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra — o pavor de Dilma Roussef. Pelo Exército de

²² Vide Oyama (2020).

²³ Vide Ustra (2006).

*Caxias. Pelas nossas Forças Armadas. Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim!"*²⁴

De nada adianta explicar a absoluta *ausência* de qualquer tipo de guerrilha de esquerda no Brasil antes do golpe militar²⁵. Igualmente inútil seria elencar corpos nunca encontrados, cassações de mandatos políticos democraticamente estabelecidos, perda de cargos públicos e subsequente exílio de opositores do regime, livros, músicas, filmes e peças teatrais proibidos, partidos de esquerda postos na ilegalidade, métodos indescritíveis de tortura... Tendo vivido toda a adolescência e os primeiros anos da vida adulta em plena ditadura militar — tinha nove anos em 1964 e formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras aos vinte e dois em 1977, para mais tarde integrar a reserva do Exército em 1988 quando de sua eleição para vereador da cidade do Rio de Janeiro impulsionado por polêmica carta veiculada dois anos antes pelo semanário *Veja* —, a psiquê de Bolsonaro assimilava as quatro sucessivas vitórias presidenciais do Partido dos Trabalhadores como uma espécie de revanche histórica. Finalmente os “comunistas” haviam tomado o poder e não pareciam dispostos a deixá-lo tão cedo: Lula ocupava o primeiro lugar das pesquisas com 22% das intenções de voto²⁶.

Assim como muitos de sua geração, Bolsonaro não teve pudor algum em publicizar o indefensável. Como uma sociedade ciosa de sua democracia reage à declaração de um de seus homens públicos de que “o grande erro da ditadura foi torturar e não matar”?²⁷ Ora; foi precisamente este tipo de comportamento que lhe garantiu admiradores. Em reunião com o Ministro da Educação, o deputado federal e então colega de partido Heitor Freire (PSL-CE), na condição de legítimo emissário democraticamente eleito pelo povo, recomendou a adoção tanto de Ustra quanto de Carvalho como referências

²⁴ Reproduzido do canal do YouTube cujo internauta atende pela alcunha de “Cachorro1337”, alguns comentários dos seus 537 mil inscritos dão o tom da militância bolsonarista nas redes sociais. Postado no ano de 2016, destaquemos apenas um deles: “Se lhe cassarem, Deputado, o Senhor voltará com 100 milhões de votos”. Ver: https://www.youtube.com/watch?v=2LC_v4J3waU. Acesso em 17 de junho de 2020.

²⁵ Cf. Ridenti (1993).

²⁶ <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2016/07/1792816-com-rejeicao-menor-lula-lidera-corrida-eleitoral-por-presidencia-em-2018.shtml>. Acesso em 20.06.2020.

²⁷ https://www.youtube.com/watch?v=6_catYXcZWE. Acesso em 27.06.2020.

bibliográficas escolares — no que foi acompanhado do deputado Filipe Barros (PSL-PR) em relação aos elogios ao “guru” Bolsonaro²⁸.

Ao acionar o discurso de ódio, da violência e da morte como ativos políticos — *necropolítica* —, Bolsonaro imantou não apenas saudosos da ditadura como também montante considerável de jovens e adultos que não viveram a experiência autoritária. Retratado propositadamente com o livro de Ustra, ele conseguiu encarnar aquilo que de fato parecia ser a “verdade sufocada” de muitos brasileiros os quais lhe sustentavam desde sua primeira eleição como vereador da cidade do Rio de Janeiro em 1988 aos sete mandatos consecutivos como deputado federal em 1990 até alcançar um total de sete mandatos — o último deles obtido com 464.572 mil votos em 2014.

Em nome da disciplina, da hierarquia, da ordem, do nacionalismo e do moralismo, sua necropolítica tocou fundo em uma sociedade estruturalmente colonial-escravista e, três décadas depois da redemocratização, ainda seduzida por uma idílica representação da ditadura militar em que tudo funcionava a contento, não havia corrupção e nem desemprego e a criminalidade estava sob controle.

Verbal e visualmente, Bolsonaro explorou a *linguagem da violência* e foi aplaudido pelo Bolsonarismo. Da liberdade de imprensa às minorias, da educação sexual para crianças à ilha de Cuba, tudo aquilo que lhe desagradava entrava imediatamente em sua alça de mira, ou seja, tornava-se inimigo da família, do povo, do Brasil. “Quem discordará do povo e da família brasileiros?”, pergunta-se o homem comum. Ao introjetar a violência como principal solução, o corolário não poderia ser diferente.

Eis a seguir lista bastante abreviada de episódios dessa natureza:

1. homenagem na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro ao miliciano carioca Adriano da Nóbrega por parte do deputado estadual Flávio Bolsonaro a mando do pai²⁹ (2003);

²⁸<https://oglobo.globo.com/sociedade/deputado-defende-que-livros-de-olavo-de-torturador-sirvam-de-material-para-alunos-23554979> . Acesso em 24.06.2020.

²⁹<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/02/15/bolsonaro-condecoracao-miliciano-morto-ba.htm> . Acesso em 18 de junho de 2020.

2. a inominável atitude do deputado federal Jair Bolsonaro ao dizer que a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) não merecia ser estuprada por ser feia ³⁰ (2014), acarretando condenação por parte do STF;
3. a ofensa inconcebível proveniente do candidato à presidência Jair Bolsonaro asseverando que quilombola não serve nem para procriar ³¹ (2017);
4. livros sobre a história dos direitos humanos são rasgados na biblioteca da Universidade de Brasília ³² (2018);
5. a opinião do deputado federal Eduardo Bolsonaro de que o STF seria facilmente fechado apenas por um soldado e por um cabo ³³ (2018);
6. a ameaça de um possível retorno ao AI-5 por parte do mesmo, menção suspeita ao referido Ato pelo Ministro da Economia Paulo Guedes (2019) e discurso de Jair Bolsonaro em manifestação em frente ao Quartel General do Exército em Brasília em prol do AI-5 ³⁴ (2020);
7. a ampliação do porte e da posse de armas conforme plano do presidente Bolsonaro ³⁵(2019);
8. a visita ao mesmo no Palácio do Planalto do Major Curió, executor confesso de quarenta e um guerrilheiros no Araguaia já presos e portanto sem condições de reação ³⁶ (2020);

³⁰<https://oglobo.globo.com/brasil/justica-determina-que-bolsonaro-pague-indenizacao-maria-do-rosario-em-ate-15-dias-23689618> . Acesso em 18 de junho de 2020.

³¹<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/> . Acesso em 18 de junho de 2020.

³²<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/10/04/livros-de-direitos-humanos-sao-rasgados-na-biblioteca-da-unb.ghtml> . Acesso em 26 de junho de 2020.

³³<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/basta-um-soldado-e-um-cabo-para-fechar-stf-disse-filho-de-bolsonaro-em-video.shtml> . Acesso em 18 de junho de 2020.

³⁴ Na gravação tornada pública pelo STF da reunião ministerial de 22 de abril de 2020, o presidente não se faz de rogado e expõe as vísceras de seu posicionamento: “Eu sou o chefe supremo das forças armadas. Ponto final. O pessoal tava lá, eu fui lá. Dia do exército. *E falei algo que eu acho que num tem nada demais.* Mas a repercussão é enorme.” [...] Quando um coitado levanta uma placa de AI-5, que eu tô me lixando para aquilo, porque não existe AI-5. Não existe. Artigo um, quatro, dois: nós queremos cumprir o artigo um, quatro, dois, todo mundo quer cumprir o artigo um, quatro, dois. *Havendo necessidade, qualquer dos poderes, pode, né? Pedir as forças armadas que intervenham pra restabelecer a ordem no Brasil, naquela local sem problema nenhum*”. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaro-defendeu-populacao-armada-para-ir-as-ruas-contra-decretos-de-prefeitos-e-governadores/> . Acesso em 22.06.2020.

³⁵<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/07/26/senado-prepara-nova-lei-de-porte-e-posse-de-armas-para-substituir-decretos> . Acesso em 18 de junho de 2020.

³⁶<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/05/04/bolsonaro-curio-audiencia-agenda.htm> . Acesso em 18 de junho de 2020.

9. a tentativa deliberada de reprodução do ambiente e da mentalidade nazistas em um pronunciamento nacional sobre as ações de sua pasta perpetrada pelo Ministro da Cultura Ricardo Alvim ³⁷ [ele foi exonerado do cargo logo a seguir, diga-se] (2020);
10. baseado na Lei de Segurança Nacional dos tempos da ditadura, o pedido de investigação pelo Ministro da Justiça como se fosse crime a charge de Renato Aroeira associando Bolsonaro à suástica devido ao seu estímulo à invasão de hospitais e à total indiferença face aos mortos pela Covid-19 ³⁸ (2020).

Enfim, admitindo a imagem como linguagem, as expostas a seguir não cumprem apenas papel ilustrativo nem no âmago do presente texto, nem em suas intenções originais. Elas operam no sentido de difundir, atualizar e fixar o *modus operandi* da direita brasileira no Brasil das primeiras décadas do século XXI.

Imagem 1: Apologia ao Cel. Ustra por parte de Eduardo Bolsonaro (2018) (à esquerda) e Jair Bolsonaro (2019)



³⁷<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html> . Acesso em 18 de junho de 2020.

³⁸Disponível em Instagram arocartum: <https://www.instagram.com/p/CBbWdThnFzT/> . Acesso em 18.06.2020.

Fonte: Reproduzido em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-que-ustra-faria-para-flavio-bolsonaro-ou-queiroz-contarem-o-que-sabem-por-kiko-nogueira/>. Acesso em 18.06.2020

Imagem 2: Aplaudido por sorridentes pastores e ovelhas, o gesto da arma apontada para um corpo caído em plena Marcha para Jesus (2019)



476

Fonte: Nacho Doce/Reuters. Reproduzido por <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/bolsonaro-o-gesto-da-arma-na-marcha-para-jesus-e-a-risada-cafajeste-dos-pastores-por-daniel-treisan/>. Acesso em 18.06.2020.

Muito embora referindo-se à Grécia, a meditação de Hannah Arendt parece ter sido redigida em total correspondência com o Bolsonarismo: “O ser político, o viver numa polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência. Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da polis, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos (...)”³⁹.

³⁹ Cf. Arendt (2000:35-36 [1958]). Uma aproximação particular dos nexos entre *violência* e *poder* encontra-se em Arendt (2011 [1969]).

Para uma futura história do Bolsonarismo: ensaio de interpretação

Existe um núcleo ideológico do Bolsonarismo e cabe a nós desvendar as lógicas que o mobilizam e são por ele mobilizadas. Ainda que de forma imprecisa, parece-nos relevante também identificar algumas de suas feições mais recorrentes. Definir Jair Messias Bolsonaro por meio de metáforas e imagens como as do palhaço Bozo, o “Inominável” ou “Coiso” e aos seus seguidores como “gado” significa um gênero de mistificação, dessocialização e desistoricização de um processo que não tem nada de natural, hilário, metafísico ou despersonalizado e, por conseguinte, nos afasta daquilo que o Bolsonarismo realmente é: mais que excepcional ou aberração, trata-se de um fenômeno histórico-social cujas raízes e desenvolvimento são a matéria-prima por excelência das Ciências Humanas e Sociais. Ao sublinharmos o termo *Bolsonarismo* queremos lembrar diuturnamente os quase sessenta milhões de cidadãos brasileiros cúmplices de um projeto de morte. De uma necropolítica.

Talvez seja possível distinguir as seguintes características: (i) apreço pela ditadura mesmo no interior de uma democracia, incluindo no horizonte possível um golpe militar; (ii) raiz predominantemente neopentecostal a sustentar identidades reacionárias em nome da família patriarcal heterossexual machista branca, do militarismo (disciplina, hierarquia, “retidão moral”, hino e bandeira nacionais) e do próprio cristianismo e, conseqüentemente, a impugnar minorias como homossexuais, quilombolas e religiões de matriz africana; (iii) desprezo pelas artes, cultura e humanidades em geral baseado em uma espécie de realismo materialista revestido de cristianismo (“a vida é como ela é” ou “a vida é como Deus quer que seja”) e personificado pelo “guru” Olavo de Carvalho [a aproximação com o termo “mito” é sintomática do ambiente de pensamento em tela]; (iv) culto à violência física (ainda que em termos retóricos, isto é, não há grupos bolsonaristas matando “opositores”, por exemplo) como resolução de todos os males — dos econômicos aos “morais”; (v) aversão ao comunismo e apologia ao americanismo — mesmo sem saber absolutamente nada do primeiro ou apenas superficialmente sobre o segundo (vi) desconfiança para com o público e fetiche pelo privado, tal como o empreendedorismo e o apoio às reformas trabalhista e previdenciária ilustram bem,

mas também indistinção entre o público e o privado ⁴⁰; (vi) profunda dificuldade de autocrítica — a culpa é dos outros, dos Comunistas, do passado, do PT, da Venezuela, da China.

Devemos levar a sério as raízes ideológicas pregressas e atuais do Bolsonarismo, cujo núcleo comum reside na linguagem do ódio, da violência e da morte processadas como ativos políticos. De Ustra a Carvalho e tendo como intersecção o neoprotestantismo, o conservadorismo brasileiro expõe à luz do dia sua admiração pela reação da ditadura militar contra o perigo comunista e sua anuência ao assassinato de negros e pobres nas periferias urbanas pelas forças do Estado. Logo, na mentalidade Bolsonarista não há contradição, mas *complementariedade*, entre Cristianismo e Autoritarismo. “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” e “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” saíram dos púlpitos para tornarem-se a correspondência perfeita de uma plataforma político-eleitoral, o par incontroverso de uma estrutura de pensamento em que a violência dos gestos, das palavras e dos atos justifica-se seja em nome da salvaguarda de valores culturais, éticos, morais e religiosos, seja em nome da nação como um todo. Aparentemente ingênua, seu caráter discriminatório é inegável.

Ciente dessa lógica, torna-se mais fácil situar a atitude do presidente na sinistra reunião ministerial de 22 de abril de 2020 propondo armar toda a população visando evitar tanto o surgimento de uma ditadura (refere-se à esquerda, decerto) quanto o autoritarismo de prefeitos e governadores os quais discordavam do relaxamento do isolamento social por ele preconizado. Armada, a população iria às ruas fazer justiça com as próprias mãos:

“O que esses filha de uma égua quer, ô Weintraub, é a nossa liberdade. Olha como é fácil impor uma ditadura no Brasil. Como é fácil. O povo tá dentro de casa. Por isso que eu quero, ministro da Justiça e ministro da Defesa, que o povo se arme! Que é a garantia que não vai ter um filho da puta aparecer pra impor uma ditadura aqui! Que é fácil impor uma ditadura! Facilímo! Um bosta de um prefeito faz uma bosta de um decreto, algema, e deixa todo mundo dentro de casa. Se tivesse armado, ia pra rua. Se eu fosse ditador, né? Eu queria desarmar a população,

⁴⁰ Snyder esclarece que o “totalitarismo elimina a diferença entre o privado e o público não só para pôr fim à liberdade das pessoas mas também para afastar toda a sociedade da política normal e encaminhá-la para as teorias conspiratórias. Em vez de definir fatos ou de gerar interpretações, somos conduzidos pela ideia de realidades ocultas e de conspirações sinistras que tudo explicam”. Cf. Snyder (2017:86-87).

como todos fizeram no passado quando queriam, antes de impor a sua respectiva ditadura. Aí, que é a demonstração nossa, eu peço ao Fernando e ao Moro que, por favor, assine essa portaria hoje que eu quero dar um puta de um recado pra esses bosta! Por que que eu tô armando o povo? Porque eu não quero uma ditadura! E não dá pra segurar mais! Não é? Não dá pra segurar mais (...) Quem não aceitar as minhas bandeiras — família, Deus, Brasil, armamento, liberdade de expressão, livre mercado — está no governo errado (...). É escancarada a questão do armamento aqui: eu quero todo mundo armado, porque um povo armado jamais será escravizado”⁴¹.

Baseado no quadro então esboçado, gostaríamos de sugerir a interpretação segundo a qual Bolsonaro oferece vários sinais de que está pouco à vontade como líder do Executivo. Do armamentismo à invasão de hospitais como “método” de verificação de ocupação dos leitos por causa da Covid-19, e embora tenha se aplicado na criação de um partido próprio cujos três pilares são Deus, Pátria e Família (além, claro, da defesa das armas como forma de preservação da própria vida⁴²), a malograda *Aliança pelo Brasil*⁴³, caracteriza a vida política de Bolsonaro a passagem por nove agremiações partidárias e a condição de eterno parlamentar do baixo clero, além dos julgamentos virulentos hostis às instituições e à própria democracia em seu longo histórico de declarações de extrema-direita blindadas pela imunidade parlamentar e mesmo durante seu curto mandato presidencial.

Deslocado, inapto politicamente e sem partido desde o final de 2019 — embora reunisse apoio apriorístico do Congresso Nacional oriundo de sua expressiva votação nas urnas, ele e seus ministros desentenderam-se rapidamente com o Legislativo —, a síntese paradigmática do Bolsonarismo em sua face notadamente política é a formação do grupo de extrema-direta “300 do Brasil”. Após ser incluída no inquérito sobre as *fake news* em torno das eleições presidenciais de 2018 relatado pelo Ministro Alexandre de Moraes, a líder extremista Sara Fernanda Geromini gravou um vídeo em 27 de maio do

⁴¹ https://www.youtube.com/watch?v=D6Jw_GVWu0E. Acesso em 21.06.2020.

⁴² Bem como o direito de os pais “educarem seus filhos segundo suas próprias convicções morais e religiosas”, conforme podemos ler no Estatuto. Esta é uma abertura implícita para a legalização da educação domiciliar como modo de romper com os “vícios” da educação pública e laica. Disponível em <https://aliado.aliacapeloBrasil.com.br/estatuto-da-alianca-pelo-brasil>. Acesso em 21.06.2020.

⁴³ Casado com a deputada federal Paula Belmonte (Cidadania-DF), seu vice-presidente é o sr. Luís Felipe Belmonte investigado atualmente por patrocinar grupos suspeitos de atos anti-democráticos. Cf. <https://www.metropoles.com/distrito-federal/nao-me-arrependo-diz-sara-winter-em-video-ao-sair-da-prisao>. Acesso em 27.06.2020.

corrente ano afirmando, entre outras coisas, que ele nunca mais teria paz⁴⁴. Portando máscaras e tochas em deliberada equivalência com a Ku Klux Klan norte-americana, quatro dias depois seus integrantes marcharam à moda militar em protesto contra o STF em Brasília. “Viemos cobrar, viemos cobrar. O STF não vai nos calar”, repetiam como palavras de “ordem”, acompanhadas de som instrumental funesto e fogos de artifício a simular explosões⁴⁵. Sentindo-se intimidado e lançando mão da Lei de Segurança Nacional criada pela ditadura militar, Moraes entrou com pedido de prisão temporária⁴⁶.

No momento em que escrevemos (27.06.2020), Sara Winter foi liberada — embora obrigada a utilizar tornozeleira eletrônica — e os “300 do Brasil” foram postos em xeque, mas ela já declarou que não se arrepende⁴⁷. A mensagem a ser decodificada é a de que eles representam grave ameaça à democracia e à Justiça e é precisamente nesta direção que suas ações se coadunam ao estímulo a uma espécie de “guerra civil” como parte integrante do Bolsonarismo. “Obstruído” pelos poderes Legislativo e Judiciário, o Executivo é insuficiente para garantir a propagação da extrema-direita no país.

Se por ocasião de suas passagens pelo poder PSDB e PT tinham claras intenções e conseguiram alcançar seus objetivos de modernização neoliberal do Estado e redução das desigualdades sociais, o Governo Bolsonaro nos induz a pensar que seu *Leitmotiv* não se circunscreve à liderança da República em ambiente democrático. Ao cercar-se de um vice-presidente general do Exército e de militares cujo papel *político* desde a redemocratização têm sido notadamente o de sombrear a sociedade brasileira sob o verniz da garantia da ordem — solução para a direita, chantagem para a esquerda —, não é improvável que o ex-capitão prevesse um golpe à maneira de 1964.

Supondo a baixa adesão dos mesmos a tal “medida”, ele manobra outras camadas sociais insatisfeitas com a liberdade de imprensa, as cotas raciais universitárias, a visibilidade e a dilatação dos direitos das minorias, o feminismo, os cultos afro-brasileiros, a educação sexual na escola pública para crianças, o aborto como política

⁴⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=BaFOLeKH63E> . Acesso em 23.06.2020.

⁴⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=-4G79ToPPI8> . Acesso em 23.06.2020.

⁴⁶ <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/15/ativista-sara-winter-e-presa-pela-policia-federal-em-brasilia.ghtml> . Acesso em 23.06.2020.

⁴⁷ <https://www.metropoles.com/distrito-federal/nao-me-arrependo-diz-sara-winter-em-video-ao-sair-da-prisao> . Acesso em 27.06.2020.

pública de saúde, o incremento do consumo pelos pobres... Assaz conhecidos pela literatura acadêmica ⁴⁸, estes tópicos compõem o fenômeno da crise de representação dos valores em tempos de globalização por parte dos conservadores o qual, no Brasil atual, cristalizou-se sob a forma de uma expressão tão singela quanto psicanalítica: *a culpa é do PT*. Todos os males estruturais acumulados em mais de cinco séculos de história dos vencedores foram recalcados sobre os quatorze anos de hegemonia (2002-2016) do Partido dos Trabalhadores, cujos arquétipos respondem pelos nomes de *Lula* e sua figura de operário nordestino sem educação formal ter chegado onde chegou, *Dilma* como a primeira mulher e de esquerda a alcançar a presidência do país e *Comunistas* sendo todos os seus simpatizantes ou eleitores. Lula, Dilma, Comunistas: álibis perfeitos para mascarar o rolo compressor sobre as instituições científicas, culturais e intelectuais. “Os dados são claros: a ideologia da esquerda nas escolas fez o ensino no Brasil um dos piores do mundo. Se algo tiver que ter (sic) resultados diferentes, precisa haver ações diferentes da (sic) que existiram. Contra fatos não há argumentos” ⁴⁹, raciocina com ares de inteligência a jovem de direita Paula Pinheiro de Abreu contrapondo-se a um *post* no *Facebook* do PSOL — militância política incontestada, destaque-se — em fevereiro de 2020 contestando declarações do ex-Ministro da Educação Abraham Weintraub.

Mais que negacionismo puro e simples — válido entretanto para os advogados do terraplanismo —, a despeito da constatação ordinária de que os problemas educacionais brasileiros possuem múltiplas causas político-econômicas e responsáveis nas mais diversas escalas administrativas municipal, estadual e federal e que, portanto, imputá-los aos quatorze anos de “ideologia da esquerda” não faz sentido algum, a militância Bolsonarista sustenta o governo pela *convergência programática de suas convicções*. Entretanto, uma das implicações deste casamento consiste na distorção e na erosão do *ethos* democrático, pois subentende-se que a votação majoritária nas urnas é suficiente para cancelar todas as atitudes do presidente em Brasília e de seus eleitores nas ruas e nas redes sociais.

⁴⁸ Vide Pierucci (1999).

⁴⁹ <https://www.facebook.com/psol50/photos/a.147531972075112/1326520847509546/?type=1&theater>. Acesso em 16 de junho de 2020.

Do contrário, como traduzir o desrespeito ao luto cometido por Héquel da Cunha Osório, aposentado, ex-presidente da Companhia Estadual de Gás carioca e dono da HCO Engenharia, ao derrubar cruzes em covas rasas na praia de Copacabana levantadas por uma ONG em homenagem às vítimas da Covid-19 — incluindo *in loco* um pai que acabara de perder seu filho? A retórica empregada por ele em pleno ato é sintomática da distorção e da erosão acima referidas: “Vou tirar essa aqui. Se eles têm direito de botar... A praia é pública. Eu tenho direito de tirar. Isso aqui é um atentado contra as pessoas. Isso aí é um terror. Tá criando pânico. Usando as cruzes... A cruz de Jesus para aterrorizar o povo. ‘Sacanagem”⁵⁰. Após o feito, ele se vangloria em um grupo de *whatsapp* ao perguntar: “Alguém viu minha indignação derrubando cruzes que a esquerda montou em Copacabana hoje? Não resisti”⁵¹. Segundo noticiado pela imprensa, ele participa de um *blog de fake news* pró-Bolsonaro⁵².

No mesmo diapasão corrosivo-astigmático, o deputado estadual paulista Douglas Garcia, cuja militância virtual no Twitter obedece aos mesmos padrões de linguagem apresentados até aqui⁵³, elaborou projeto de lei — baseado na mesma norma jurídica evocada por Moraes acima citada, a Lei de Segurança Nacional — com vistas a impedir, entre outros, que cidadãos declarados anti-fascistas (ele cita nomeadamente o coletivo Antifas) tomem posse como servidores públicos no Estado de São Paulo. Igualmente, do alto da presidência da República e muito provavelmente ignorando por completo as origens históricas de semelhante frase, Bolsonaro não chega ao extremo de dizer “Eu sou a constituição” justamente um dia após ter participado de manifestação popular em prol da intervenção militar?⁵⁴.

Ex-militar indisciplinado e de baixa patente para, em seguida, consagrar-se perante a opinião pública como parlamentar ignorado pelos seus pares, Bolsonaro surpreendentemente torna-se presidente. Não haveria de certa forma uma

⁵⁰<https://oglobo.globo.com/rio/veja-quem-o-homem-que-invadiu-local-de-ato-por-vitimas-da-covid-19-em-copacabana-derrubou-cruzes-1-24480035> . Acesso em 23.06.2020.

⁵¹<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/15/nao-resisti-diz-mensagem-que-seria-de-aposentado-que-derrubou-cruzes-em-ato-por-vitimas-da-covid-19-em-copacabana.ghtml> . Acesso em 24.06.2020.

⁵²<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/bolsonarista-que-derrubou-cruzes-em-ato-no-rio-e-dono-de-empresa-de-engenharia/> . Acesso em 24.06.2020.

⁵³ <https://twitter.com/DouglasGarcia/status/1275179683118755841> . Acesso em 20.06.2020.

⁵⁴<https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2020/04/20/bolsonaro-em-versao-luis-14-a-constituicao-sou-eu.htm> . Acesso em 24.06.2020.

mimetização de sua trajetória com a de milhões de brasileiros e brasileiras das camadas populares e da classe média? Por meio dele, estes cidadãos também chegaram ao poder. Não foi um pouco assim também com Lula? Negar o carisma de Bolsonaro é não entender o Brasil dos nossos dias. Ninguém o ouvia no Parlamento: injustiçado. Um pai em defesa irrefreável dos filhos: certíssimo. Fã de futebol: *tamo junto!* Batizado no Jordão e gravado recebendo bençãos do pastor em pleno púlpito: humildade. Um homem profundamente dependente do sistema mas que se apresentou como insurgente ao próprio sistema: fala a verdade; fala “na cara”. A facada tornou-lhe um mártir: Messias. Tentaram assassiná-lo para que não chegasse ao poder: quer prova maior de que ele é a pessoa certa para sentar na cadeira de presidente e endireitar esse país? Desrespeito total às regras em plena pandemia: síntese da sociedade brasileira. A elite também abraçou-o, pois seus valores também são bastante parecidos aos dele, tais como a invisibilidade de negros, periféricos, índios...⁵⁵

Para além de incompreensível excepcionalidade, o Bolsonarismo é a face atual da extrema-direita brasileira. Em uma economia política cada vez mais excludente, a reprodução da morte tornar-se-á a regra do jogo. Ao conceituá-lo como *necropolítica*, vida e morte assumem a forma de uma sinistra equivalência, pois, no fundo, cada um pensa, fala e age como quer. Isto se opõe frontalmente às noções de democracia, direitos humanos e esfera pública.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente. Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, vol. 38, 01, pp.185-213, jan.-abr. (2019).
- ALVES, José Eustáquio, CAVENAGHI, Suzana, BARROS, Luiz Felipe, CARVALHO, Angelita A. de. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 29, n. 2 (2017).
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária (2000 [1958]). Tradução de Roberto Raposo.

⁵⁵ A propósito da elite brasileira, vide o corajoso e instigante ensaio de Souza (2017).

RIBEIRO, Entre armas e púlpitos: a necropolítica do Bolsonarismo

- ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2011 [1969]). Tradução de André Duarte.
- BARTHES, Roland. *Aula*. 15ª ed. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix (2007 [1978]).
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 1: As estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes (1996 [1967]). Tradução de Telma Costa.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 2: Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes (1996 [1979]). Tradução de Telma Costa.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 3: O Tempo do Mundo*. São Paulo: Martins Fontes (1996a [1979]). Tradução de Telma Costa.
- CARVALHO, Olavo de. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Rio de Janeiro: Record (2013).
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo (2000).
- FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: EDUFBA (2008 [1952]). Tradução de Renato da Silveira.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó (2019 [2008]). Tradução de Jess Oliveira.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 edições (2018 [2013]). Tradução de Sebastião Nascimento.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Arte e Ensaios*, 32 (2016 [2003]). Tradução: Renata Santini. Revisão técnica: Cezar Bartholomeu.
- OYAMA, Thais. *Tormenta. O Governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos*. São Paulo: Companhia das Letras (2020).
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da Diferença*. São Paulo: Ed. 34 (1999).

RIBEIRO, Guilherme. A ilusão de Paschoal ou Cinco efeitos negativos do impeachment de Jair Bolsonaro para a esquerda e para a democracia no Brasil. *Espaço e Economia. Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Dossiê Especial Coronavírus, 18 (2020).

RIBEIRO, Guilherme. Catarse: memória, história e autoritarismo nas eleições brasileiras de 2018. *Espaço e Economia. Revista Brasileira de Geografia Econômica*, 16 (2019).

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP (1993).

SNYDER, Timothy. *Sobre a tirania. Vinte lições do século XX para o presente*. São Paulo: Companhia das Letras (2017). Tradução de Donaldson M. Garschagen.

SOUZA NETO, João Alves de, CASTRO, Fernando Molnar. “Capitalism über alles”: uma interpretação da pandemia de coronavírus no Brasil à luz da geografia radical de Neil Smith. *Espaço e Economia. Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Dossiê Especial Coronavírus, 18 (2020).

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso. Da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya (2017).

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora Ser (2006).

Data do envio: 15/06/2020

Data da Avaliação: 28/06/2020

PARA UMA PANDEMIA, UMA RESPOSTA GLOBAL?

Guilherme Chalo¹

Resumo: O presente ensaio apresenta uma reflexão sobre a pandemia como um evento de proporções mundiais no enredo da própria globalização, questiona-se que no contexto atual, dada a emergência negacionista e antiglobalista, se as respostas de combate a Coronavirus ganharão a amplitude globalizada que detem a circularidade do capitalismo contemporâneo.

Palavras-Chaves: Pandemia, globalização, capitalisms contemporâneo.

486

FOR A PANDEMY, A GLOBAL RESPONSE

Abstract: This essay presents a reflection on the pandemic as an event of world proportions in the plot of globalization itself, it is questioned that in the current context, given the negationist and anti-globalist emergence, if the responses to coronavirus will gain the globalized amplitude that hold the circularity of contemporary capitalism.

Keywords: Pandemic, globalization, contemporary capitalisms


PARA UNA PANDEMIA, ¿UNA RESPUESTA GLOBAL?

Resumen: Este ensayo presenta una reflexión sobre la pandemia como un evento de proporciones mundiales en la propia trama de la globalización, se cuestiona que en el contexto actual, dado el surgimiento negacionista y antiglobalista, si las respuestas al coronavirus ganan la amplitud globalizada que sostiene la circularidad del capitalismo contemporáneo.

Palabras-claves: Pandemia, globalización, capitalisms contemporáneos.

1.

O coronavírus não é a primeira doença de alcance global que experimentamos em nossa história. O cólera, a febre amarela e a malária deixaram marcas profundas ao longo do

¹ Geógrafo e Doutorando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Esse texto é uma posição sobre o nosso horizonte. Agradeço aos amigos Maurilio Botelho, Ariane Horta e Jefferson Vinco pelo diálogo.  <http://orcid.org/0000-0001-7423-0720>. E-mail: guilhermechalo@gmail.com

século XIX. A gripe espanhola, que inaugurou “a era dos extremos”, e mais recentemente a gripe aviária nos contam uma história de integração dos mercados em um mundo em corrida para a globalização (HOBSBAWN, 2013; BARRY, 2020).

Toda a história de enfretamento sanitário marcado pela morte nos ensinou muito sobre como a produção do espaço determina o comportamento, a evolução e o combate destes agravos (UJAVARI, 2011; JOHNSON, 2008). É também verdade que os acontecimentos recentes nos mostram que estamos diante de um evento de saúde pública nunca visto, dado o nível de integração dos mercados globais -- o desenvolvimento geográfico do capitalismo produziu uma sociedade com níveis de integração sem precedentes em nossa história (SMITH, 1988).

O véu da hipótese lefebvriana de uma sociedade urbana (LEFEBVRE, 2008) se descortina em nossa frente e as consequências da crise do capitalismo, que se arrasta desde a década 70, são cada vez mais urgentes. A urbanização sem precedentes que observamos nos últimos anos já mostra seus limites e a atual pandemia de coronavírus é um resultado drástico desse longo processo de crise.

A irrupção que vimos ao longo dos últimos meses não se apresentou sem vozes de aviso. A obra de Mike Davis *O mostro bate a nossa porta* (2006) foi um alerta para os impactos do mercado global de alimentos, da desregulamentação neoliberal e da lucratividade sem freios da grande indústria farmacêutica. Ao mesmo tempo foi um chamado global para um sistema de solidariedade nunca visto na história da humanidade.

2.

As respostas para a pandemia são desiguais e descoordenadas ao redor do mundo. A China passou por uma das piores situações epidêmicas com o novo coronavírus mas conseguiu o controlar de modo mais amplo. Até o momento, portanto, é o exemplo mais acabado de contenção da contaminação, rastreamento dos casos ativos e redução drástica de novos infectados.

Mas o “modelo sanitário chinês” é um exemplo de difícil reprodução, não apenas em virtude das condições políticas específicas que o tornaram possível (controle social

rigoroso), mas também pelo próprio modo como a doença se manifestou: durante semanas a fio o país esteve sob os olhos do mundo, pressionado a dar conta de uma situação que era “sua responsabilidade” porque originada em seu território.²

Entretanto, o mais importante é que o estado “pós-pandêmico” na China só pode perdurar com a exigência de uma administração rigorosa das fronteiras externas (as divisas territoriais com as nações vizinhas) e das fronteiras internas (portos e aeroportos). A curva só poderá se manter achatada na China se os riscos oferecidos por países ainda na fase aguda da pandemia (EUA, Brasil, Índia etc.) forem controlados. Temos a constatação mais importante sobre o futuro da pandemia: enquanto não tiver vacina ou pelo menos um tratamento realmente eficiente não existe solução sanitária em escala nacional. Os “casos importados” são um temor constante.

Aqui estamos na própria concepção de uma doença de alcance *global*: os Estados-nações podem controlar ou até mesmo eliminar a doença no interior de seus limites, mas o risco de uma nova rodada de contaminação, sem imunidade coletiva, permanece sobre as comunidades nacionais. Isso levanta a óbvia constatação de que a pandemia só poderia ser superada através de um concerto mundial, mas essa não é uma possibilidade real no horizonte.

Em 2010, quando anunciou o fim da pandemia de H1N1, a Organização Mundial da Saúde (OMS) sofreu um grande volume de críticas que questionavam sua atuação e o “exagero” das medidas recomendadas para o controle da gripe suína. Sob ataque, a organização prometeu rever seus próprios critérios para agir diante dos riscos de uma pandemia.³

Embora o H1N1 tenha continuado a matar, a principal instituição de saúde mundial tomou uma posição defensiva que a colocou no dilema que vimos há meses atrás: só

² Parecia claro que o coronavírus surgiu num mercado da cidade de Wuhan no fim do ano passado. Entretanto, pesquisas recentes com material laboratorial armazenado deram conta que o coronavírus já circulava pela França e EUA em dezembro (<https://outraspalavras.net/outrasaude/os-caminhos-do-coronavirus/>). Uma constatação recente de uma contaminação de um indivíduo na Holanda por um vison lança ainda dúvidas sobre onde e que animal teria sido responsável pelo salto zoonótico do Sars-Cov-2 (<https://www.nationalgeographicbrasil.com/animais/2020/05/um-vison-transmitiu-o-coronavirus-a-uma-pessoa-veja-o-que-sabemos?fbclid=IwAR1rBvrNrGERK1S-kn3UCInCO0cXw0Q5hZsbYzZcAmwsiAVt4fTct2a-eWM>).

³ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/saude/sd1108201001.htm>

depois que o surto do novo coronavírus já havia atingido a Europa, em março, é que a OMS declarou se tratar de uma nova pandemia. A censura agora foi de ordem inversa e a organização recebeu críticas por ter demorado a agir e, segundo o pronunciamento do governo estadunidense, “encoberto a disseminação do vírus”.⁴ Logo os EUA cortariam o financiamento regular da OMS, numa escala de deslegitimação da única entidade capaz, ainda que precariamente, de organizar os esforços internacionais, criar protocolos comuns e definir critérios para atuação dos serviços de saúde nacionais – tudo culminou, cerca de um mês depois, com a retirada dos EUA da OMS.⁵

Essa ofensiva dos EUA sobre as instituições internacionais não é motivada por questões propriamente sanitárias. Já em 2017 o governo de Donald Trump havia rompido com a UNESCO.⁶ Trata-se da postura “antiglobalista” da política da extrema-direita norte-americana, que há pelo menos dois anos direciona seus ataques às relações comerciais com a China e agora se aproveitou do surto inicial de coronavírus para reforçar a sinofobia diplomática.

Entretanto, é um erro interpretar esse movimento de desmonte de instituições internacionais apenas como “guerra ideológica” ou “conflito cultural”. Antes mesmo de Donald Trump assumir a presidência dos EUA, o país já possuía uma dívida gigantesca com a ONU, devido a repasses atrasados -- em 2016 chegava a 3,5 bilhões de dólares. Surpreendentemente, o segundo país que mais devia ao organismo mundial era o Brasil (380 milhões de dólares), seguido da França (227 milhões), Rússia (226 milhões) e Itália (165 milhões).⁷

⁴<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/04/14/trump-critica-oms-e-suspende-financiamento-dos-eua-para-a-entidade>

⁵ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/29/trump-diz-que-esta-encerrando-relacoes-com-a-oms-e-faz-criticas-a-china.ghtml>

⁶ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/estados-unidos-anunciam-saida-da-unesco.ghtml>

⁷https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2016/09/16/internas_economia,549003/divida-do-brasil-na-onu-2-maior-do-mundo-atinge-us-425-milhoes.shtml. Os atrasos dos EUA, que respondem por quase um quarto do orçamento da ONU são constantes: em 1996, o congresso dominado pelos republicanos suspendeu o pagamento ao organismo e voltaram a pagar essas dívidas em 1999 sob a condição de reformas das suas instituições. O Brasil mantém também atrasos no pagamento à OMS e os atritos recentes com a instituição têm ressoado essa inadimplência (<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/04/08/brasil-deve-r-169-milhoes-para-oms-divida-e-quarta-maior-da-agencia.htm>).

Desde a crise do capitalismo nos anos 1970, a ascensão do neoliberalismo na década seguinte e o fim do socialismo real em seguida, as instituições internacionais estiveram sob ataque e desestruturação, a não ser aquelas que impunham as normas de um mercado livre (OMC, FMI etc.). O que ocorre é que o desmanche das instituições sociais e de saúde internacionais correspondem ao corte nas instituições sociais e de saúde pelos seus respectivos Estados. A era neoliberal aproveita a crise para desmontar as instituições regulatórias, aprofundando uma contradição entre Estado e Mercado.

3.

O capitalismo é um modo de produção que atravessa diversas escalas, mas sua dinâmica é essencialmente global. Mas o Estado, pela sua própria origem histórica, natureza regulatória e fundamento econômico tem um limite nacional óbvio. O Mercado é uma instituição que explora as singularidades locais e as diferenças nacionais até os limites da destruição da natureza e da sociedade (buscando os Estados com frágeis regulações ecológicas e trabalhistas). Enquanto o Mercado é uma instituição que atinge seu auge e limite na escala global, o Estado tem seu auge e limite na escala nacional. Não há instituição política global e a ONU exprime isso em seu próprio nome, sendo composta por um mero agregado, uma união de Estados. Não existe instituição política supranacional e o fracasso da regulação política europeia ou o caráter marcadamente econômico dos blocos de integração regional o demonstram.

A crise da OMS, no meio de uma pandemia, exprime a contradição dessas instituições levada ao extremo: as mobilizações nacionais contra o novo coronavírus, por mais intensas que sejam, são inúteis sem um esforço global, porque a incapacidade de contenção da pandemia no seu momento inicial transformou todo o mundo em uma vítima potencial. E na falta de um esforço mundial, o que ocorre é exatamente o receio mútuo entre os Estados ou a aversão aos países que podem “contaminar” os demais. O caso africano é particularmente mais sensível porque a maioria de seus países tem

dificuldades em construir uma estrutura sanitária nacional mínima – e a OMS já manifestou preocupação para o aumento 43 % de casos em apenas uma semana.⁸

O Brasil, que teve um papel central na criação da OMS e mais recentemente na elaboração de uma agenda de multipolaridade e solidariedade em saúde pública com vários países, principalmente no Mercosul (BROWN et ali, 2006), agora segue a política “antiglobalista” de Trump e ameaça sair da organização em meio à pandemia.⁹

A reflexão de Mike Davis (2006, p. 216) bate novamente a nossa porta:

O acesso a remédios salva-vidas, inclusive vacinas, antibióticos e antivirais, deve ser um direito humano, disponível universalmente e sem nenhum custo. Se os mercados não podem fornecer incentivos à produção barata destas drogas, então os governos e as organizações sem fins lucrativos devem assumir a responsabilidade pela fabricação e distribuição, a sobrevivência dos pobres deve ser considerada a mais alta prioridade, em vez dos lucros da Big Pharma. Da mesma forma, a criação de uma infraestrutura de saúde pública verdadeiramente global se tornou um projeto de vida ou morte, literalmente, para os países ricos e para os pobres.¹⁰

Em nossa atual conjuntura de ruptura global esse projeto está cada vez mais distante, dada a crônica do desastre que observamos todos os dias ao abrir um jornal (CASTELS, 2018). Entretanto, é um projeto urgente e cada vez mais necessário.

Se das grandes estruturas do poder global não podemos esperar nada além do “deixar morrer” na violência do cotidiano e no sucateamento dos sistemas de proteção social como o Sistema Único de Saúde (SUS), são os movimentos sociais de todo o mundo que devem vislumbrar um horizonte com uma infraestrutura de saúde pública global que responda à complexidade de nossos problemas.

⁸ <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/04/23/oms-alerta-para-aumento-de-43-de-casos-de-covid-19-na-africa-em-uma-semana.htm>

⁹ <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/14/Que-papel-o-Brasil-tem-na-OMS.-E-qual-a-consequ%C3%Aancia-de-deix%C3%A1-la>

¹⁰ Em um texto recente Mike Davis retorna a essa ideia “sem uma infraestrutura verdadeiramente internacional de saúde pública, a organização capitalista agora parece se encontrar em situação biologicamente insustentável. Mas tal infraestrutura jamais existirá enquanto movimentos de pessoas não quebrarem o poder das grandes corporações farmacêuticas e de um sistema de atendimento à saúde organizado em função do lucro” (DAVIS, 2020).

Aqui não propomos uma agenda de volta à sociedade de bem estar social fordista-keynesiana, mas sim um ataque à lógica da determinação social da saúde/doença na sociedade das mercadorias.

Afinal, vamos esperar a próxima pandemia para oferecer uma resposta global a um problema global?

Referências Bibliográficas

BARRY, John. *A grande gripe: a história da gripe espanhola, a pandemia mais mortal de todos os tempos*. 1ª ed. Rio de Janeiro. Intrínseca. 2020.

BROWN, Theodore M; CUETO, Marcos; FEE, Elizabeth. A transição de saúde pública 'internacional' para 'global' e a Organização Mundial da Saúde. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 623-647, Set. 2006.

CASTELS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. 1ª edição. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2018.

DAVIS, Mike. *O monstro bate à nossa porta: a ameaça global da gripe aviária*, São Paulo, Record, 2006.

DAVIS, Mike. *O coronavírus e a luta de classes: o monstro bate à nossa porta*. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/16/mike-davis-o-coronavirus-e-a-luta-de-classes-o-monstro-bate-a-nossa-porta/>

Acesso em 31 de março de 2020.

JOHNSON, Steven. *O mapa fantasma: como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2008.

GOULART, Adriana da Costa. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005.

HOBBSAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ª edição. Companhia das Letras, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

UJVARI, Stefan. C. *Pandemias: a humanidade em risco*. São Paulo: Contexto, 2011.

Data da Submissão: 20/06/2020

Data da Avaliação: 29/06/2020

NEM MORCEGOS, NEM PANGOLIM: FOI O RINOCERONTE

Lucio Ayres Caldas¹

Resumo: O presente texto apresenta elementos no campo biológico que caracterizam o coronavírus, destaca que a ampliação desta e de outras doenças ocorrem por um esgotamento ecológico e que a proporção de impacto do coronavírus, no contexto econômico capitalista, possui dimensões catastróficas que invadem dimensões sensíveis da vida contida entre o cotidiano, o trabalho e a produção de valor.

Palavras Chaves: Coronavirus, origem, impacto social


NEITHER BATS NOR PANGOLIN: IT WAS THE RHINOCEROS

Abstract: This text presents elements in the biological field that characterize the coronavirus, highlights that the expansion of this and other diseases occur by an ecological exhaustion and that the proportion of coronavirus impact, in the capitalist economic context, has catastrophic dimensions that invade sensitive dimensions of life contained between daily life, work and value production.

Keywords: Coronavirus, origin, social impact.

NI MURCIÉLAGOS NI PANGOLÍN: ERA EL RINOCERONTE

Resumen: Este texto presenta elementos en el campo biológico que caracterizan al coronavirus, destaca que la expansión de esta y otras enfermedades se producen por un agotamiento ecológico y que la proporción de impacto del coronavirus, en el contexto económico capitalista, tiene dimensiones catastróficas que invaden dimensiones

¹ Professor de Microbiologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).  <http://orcid.org/0000-0002-1187-557X> . E-mail: lucioacaldas@gmail.com

sensibles de la vida contenidas entre la vida cotidiana, el trabajo y la producción de valor.

Palabras clave: Coronavirus, origen, impacto social

*Eu quisera ser claro de tal forma que ao dizer
- rosa
todos soubessem o que haviam de pensar.
Mais: quisera ser claro de tal forma
Que ao dizer
- já!
todos soubessem o que haviam de fazer.
(Geir Campos. Poética)*

494

Uma capa proteica, eventualmente envolta por uma bicamada lipídica, com uma surpresa desagradável no seu interior. Essa é, a grosso modo, a fama dos vírus. Descritos na linguagem do senso comum como assassinos invisíveis, mesmo quando a maioria não nos causa nada e muitos são até benéficos à nossa saúde, também são objeto de análise teleológica por parte de uma fração não desimportante da comunidade científica, que os taxa de estrategistas, quando nem seres vivos são.

O genoma (a “surpresa”) do SARS-CoV-2 (agente etiológico da COVID-19) é constituído de uma fita de RNA, tipo de ácido nucleico com conhecida tendência ao salto interespecífico. Por mecanismos como mutação, recombinação ou persistência (Graham & Baric, 2010) houve o salto de morcegos provavelmente para o pangolim e então para os humanos. A transferência zoonótica resultante deste novo estágio da evolução dos coronavírus brindou a nossa espécie com uma taxa de transmissão acima do habitual. Tal característica deve-se principalmente a alterações em uma proteína, a proteína S que, salpicada na superfície da partícula viral, é responsável por conferir a esse patógeno uma morfologia semelhante a uma coroa (daí o nome coronavírus) quando vista ao microscópio eletrônico.

Ao situarmos o fenômeno no seu devido contexto histórico, vemos que a lógica capitalista na produção agrária leva à adaptação de vetores às mudanças ambientais. Tais alterações incluem o desmatamento, a criação de áreas de irrigação e até mesmo o deslocamento populacional devido à guerra e à fome. Ainda nessa esteira, é até mesmo possível creditar o desenvolvimento da resistência aos antibióticos por parte de bactérias patogênicas e também a resistência aos pesticidas por parte de patógenos causadores de pragas.

Quando as forças produtivas são deslocadas para áreas consideradas “selvagens”, entram em contato com uma fauna até então distante, que abriga uma grande variedade de patógenos desconhecidos, geralmente vírus. Não raro, populações operárias reunidas em condições insalubres, especialmente em regiões onde o saneamento básico é parco, compartilham o mesmo espaço com animais selvagens, seja no local de moradia ou em grandes galpões destinados à venda desses animais para consumo (permitindo a redução do custo da alimentação da mão-de-obra). Grosso modo este foi o recente caso chinês.

É, portanto, incontornável a conclusão de que a expansão industrial desloca a criação de animais suscetíveis para áreas de considerável risco, onde o contato com cepas virais até então desconhecidas é iminente. Disto resulta não apenas a infecção dos animais mercantilizados, mas também a de seus tratadores, atravessadores e demais trabalhadores que participam diretamente da comercialização e processamento de espécies destinadas à indústria. Esta dinâmica não exclui, evidentemente, o cenário da agricultura. O volume colossal de terras comercializadas destrói o cultivo dos pequenos produtores, compelindo-os a práticas consideradas ilegais como o extrativismo vegetal, a caça de animais e o comércio de madeiras. Isto também expõe essa parcela marginalizada da população ao contato com patógenos desconhecidos.

O surgimento da atual pandemia ocorre em um determinado contexto histórico, sob determinadas relações de produção que a condicionam e determinam. Nosso ponto de partida nesta análise é, portanto, o entendimento de que no modo de produção vigente, tudo o que é produzido deve permitir ou viabilizar a extração de mais-valia. Assim também deve ser entendido o espaço, visto que se trata de espaço necessário à reprodução das relações de produção.

A crise, e especificamente esta crise exacerbada pela suspensão da produção devida à pandemia, leva necessariamente à abertura de novas picadas na floresta do capital, i.e., a alterações nas formas da sua reprodução. Se nos anos precedentes, a China, com sua taxa de lucro exorbitante que não era passível de aplicação na produção -- pois configurava capital em excesso para o mercado consumidor limitado -- recorria aos títulos públicos dos EUA e também aos créditos (endividamento), agora tem de lidar com uma política de retomada da produção necessariamente mais rápida do que os seus adversários, em especial os EUA.

Ocorre que, com a pulverização da produção em escala internacional, estabelecida no intuito de enxugar os custos e manter uma taxa de mais-valia promissora, torna-se cada vez mais difícil assegurar a perfeita cadência em situações de instabilidade global. Se a crise do valor tem

mostrado que o capitalismo é incapaz de repor continuamente as condições anteriores de captação de mais-valia através das alternativas oferecidas pelo chamado capital financeiro, que dirá em período de pandemia?

A antiga forma de disputa de economias nacionais encontra-se fraturada pela forma mundializada de produção de mercadorias. E ainda que haja uma pletora de contradições entre as formações sociais no interior deste processo, a resposta concreta dos países é uma verdadeira política de redução de danos. Tal movimento se expressa por duas características principais:

- 1) Alternância entre as medidas de confinamento e relaxamento, com o objetivo de assegurar a produção sob a sombra das novas ondas de infecção. Em termos de produção mundial de mercadorias isso é particularmente difícil, já que o processo de produção tem suas etapas espalhadas por diversos países onde o capital encontra melhores condições. E o ritmo de retomada e relaxamento desses países não é sincronizado, o que também dificulta a realização (venda) da mercadoria.
- 2) A solução encontrada passa, entre outras medidas, pelo confisco ainda mais contundente dos “direitos” trabalhistas, o rebaixamento da mão de obra e a precarização do trabalho (quando trabalho há).

De forma geral, a política de redução de danos na retomada da produção, levando em conta todos os seus (pre)supostos, está contemplada na tentativa de implementação do passaporte de imunidade. Tal passaporte, que intenta a concessão de liberdades econômicas e de sociabilidade apenas aos contemplados, é baseado no resultado de testes rápidos sorológicos de eficácia em torno de 30%. Esta patética performance se deve à falta de especificidade e à falta de sensibilidade. A primeira característica refere-se ao fato de que os anticorpos que o teste detecta não são necessariamente para o SARS-CoV-2, levando ao resultado falso-positivo. Além do SARS-CoV e do MERS (dois coronavírus que causaram pandemias nos anos precedentes), há pelo menos mais 4 coronavírus circulantes, causadores de resfriados comuns. A reação de anticorpos contra esses vírus também pode ser um fator de engano nesse tipo de teste. A segunda característica (ausência de sensibilidade) significa que se a pessoa testada não apresenta uma alta taxa de anticorpos, eles não serão detectados, resultando em falso-negativo.

A (falsa) premissa deste empreendimento é que após o contato com o vírus e uma eventual recuperação, estaríamos imunes. A verdade é que até a presente data a imunidade contra este novo coronavírus é um mistério. Se nos pautarmos pelos coronavírus já conhecidos, mas que são substancialmente diferentes deste, a imunidade duraria de 1 a 2 anos.

Outro ponto que merece atenção é que não basta que tenhamos anticorpos contra o SARS-CoV-2. É necessário também que esses anticorpos sejam neutralizantes, i.e., sejam capazes de inviabilizar o exitoso encaixe entre os ligantes virais (moléculas presentes na superfície do vírus) e os receptores celulares (moléculas presentes na superfície da célula). Os testes capazes de aferir esta capacidade ainda estão em vias de desenvolvimento, haja visto que demandam laboratórios especiais (de nível de biossegurança 3) e um grande número de amostras rigorosamente processadas.

O número de kits para a realização desses testes também se mostra inexequível por se tratar de pelo menos o dobro da população de cada país. Isso porque cada pessoa deveria ser testada no mínimo duas vezes, considerando que após um primeiro teste com resultado negativo, haveria a necessidade de repeti-lo posteriormente no intuito de assegurar que não houve infecção no período desse intervalo. Além do mais, os testes teriam que ser repetidos anualmente para assegurar o status de imunidade.

Por outro lado, a implementação de documentos eletrônicos como parte dessa estratégia leva ao monitoramento e a uma clara ameaça à privacidade. Alguns aplicativos usados em determinadas regiões da China para este fim são ligados diretamente ao departamento de polícia, onde uma teia de contatos pode ser investigada e usada para fins diversos.

Já é possível observar movimentos no sentido de evitar a contratação de trabalhadores que testam negativo nestes kits sorológicos. Nas rádios ecoam propagandas de companhias especializadas na venda de testes rápidos para os funcionários de empresas interessadas. Não se trata apenas da sugestão de um futuro próximo onde testes genéticos podem ser determinantes para a contratação de força de trabalho, em que as empresas estudam a ficha de saúde dos candidatos ao emprego, verificando a tendência de riscos para os lucros. Indica também que no mundo em que o trabalho, a substância do valor, é a chantagem que garante a sobrevivência, o desemprego é desesperador. Desse modo, mediante a aplicação do passaporte de imunidade, aqueles que ainda não se infectaram, evidentemente se inclinarão a fazê-lo, abrindo totalmente a cancela do colapso da saúde pública.

O vírus é o agente da pandemia. Mas não pode ser o agente da crise, porque não é a forma autônoma daquilo que representa. Se a forma mercadoria determina o que fazemos e como fazemos, e isto se reflete no fato de que é preciso vender para comprar e comprar para vender, quando essa unidade é esfacelada a crise emerge. A metamorfose da mercadoria em dinheiro e vice-versa. Aqui temos a forma mais elementar da possibilidade da crise de uma sociedade desenvolvida sobre essa base. A forma que tem seu desdobramento na conhecida fórmula

dinheiro-mercadoria-dinheiro, ou, o processo de valorização. Este mesmo, um desdobramento das possibilidades de crise. Quanto mais complexo e embaralhado o sistema de produção de mercadorias e condições de trocas sobre esse pavimento (assim é o processo de valorização do capital), maior a possibilidade de interrupção, i.e., de crises.

A crescente e constante complexidade dos “saltos mortais” das trocas (Marx) fez se acompanhar do salto da importância do seu mediador (o dinheiro) como mercadoria universal. Ainda assim e apesar disso, as desproporções quantitativas geradas pela atual divisão do trabalho não são mais importantes para a crise do que a desvalorização do capital, a permanente tendência estrutural à queda da taxa de lucro que é agravada por essas mesmas configurações estabelecidas para tentar equilibrar o circuito, numa tentativa sempre-desesperada de se chegar à quadratura da circunferência.

Tampouco uma gestão menos irracional (ou planejada) sobre a mesma base é capaz de remover esta contradição, simplesmente porque ela é antagônica e inerente ao modo de produção vigente. Tal contradição se reflete, mesmo empiricamente, na medida de razão aparentemente (ideologicamente) inversa que se expressa na fórmula do desenvolvimento de forças produtivas e o empobrecimento relativo (e absoluto) das massas populares.

É só lembrarmos (nunca é demais) que a taxa de lucro se expressa na relação entre a mais-valia e o capital investido (MV/C) portanto, a crise é a queda da produção e do lucro -- até porque a produção é destinada à obtenção do lucro. Como manter a quantidade de trabalho gratuito que a produção de mercadorias contém numa conjuntura de suspensão forçada? Se em condições “normais” a concorrência obriga o capitalista a desenvolver o máximo das forças produtivas e diminuir ainda mais o valor da força de trabalho, como fazê-lo na conjuntura de pandemia?

E aqui entendemos porque a esperança é a correia da submissão. Na ausência de uma resposta fora da institucionalidade, o capital é como um rinoceronte. Míope e impetuoso. Se não consegue encontrar um caminho, criará um.

Referência

Graham R. L., Baric R.S. (2010) Recombination, reservoirs, and the modular spike: Mechanisms of coronavirus cross-species transmission. *J Virol* 84(7):3134–3146.

Data da Submissão: 20/06/2020

Data da Avaliação: 29/06/2020